

**COLLECCÃO**

DA

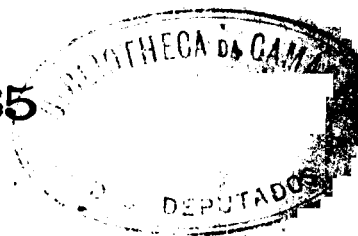
**DECISÕES DO GOVERNO**

DO

**IMPERIO DO BRAZIL**

DE

**1885**



**RIO DE JANEIRO**

**IMPrensa NACIONAL**

**1886**

# INDICE DAS DECISÕES

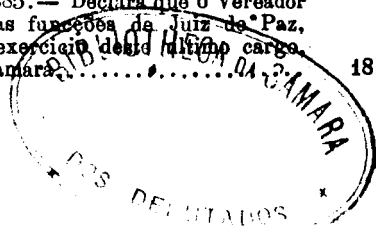
## MINISTERIO DO IMPERIO

	Pags.
N. 1 — Em 2 de Janeiro de 1885. — Sobre a visita diaria do Medico do Internato do Imperial Collegio do Pedro II, e o exame periodico dos alumnos.....	1
N. 2 — Em 3 de Janeiro de 1885. — Altera o art. 15 do Regimento interno do Instituto dos Surdos-mudos approved por Aviso de 5 de Fevereiro de 1881....	1
N. 3 — Em 13 de Janeiro de 1885. — Declara em que lugar, na lista dos vereadores, deve ser considerado para as substituições o Vereador eleito depois da eleição geral.....	2
N. 4 — Em 31 de Janeiro de 1885. — Estabelece regras para o julgamento dos exames geraes de preparatorios.....	3
N. 5 — Em 26 de Fevereiro de 1885. — Sobre a matricula, taxa e exame a que estão obrigados os alumnos approved no antigo 1º anno da Faculdade de Direito do Recife.....	3
N. 6 — Em 26 de Fevereiro de 1885. — Declara que aos exames do Março só podem ser admittidos os alumnos das Faculdades de Direito que <sup>por</sup> justo impedimento não pu leram presta-lo <sup>no fim</sup> do ultimo anno lectivo.....	3
N. 7 — Em 27 de Fevereiro de 1885. — Declara nullo o julgamento dos estudantes Francisco Phalante da Camara Lima e Francisco Carneiro Rodrigues Campello, por não ter sido a condemnacão imposta pela maioria absoluta dos Lentes em effectivo serviço; bem assim que não houve irregularidade em ter	

	Pags.
sido dada por aviso a solução do recurso interposto por um Lente de decisão da Congregação concernente á intelligencia de disposições relativas a processo disciplinar.....	4
N. 8 — Em 3 de Março de 1885. — Declara que os alumnos das Faculdades de Medicina approvados no exame pratico, que deixam de comparecer na mesma época ao exame theorico ou são neste reprovados, perdem aquelle exame.....	5
N. 9 — Em 3 de Março de 1885. — Resolve duvidas do Thezouro Nacional sobre o vencimento de Director interino das Faculdades de Medicina, de adjuntos interinos que se acharem na regencia de cadeiras ao começar o periodo das falias e de Professores supplementares do Imperial Collegio de Pedro II e da Escola Normal, depois do encerramento das aulas.....	6
N. 10 — Em 11 de Março de 1885. — Declara as condições que devem ser satisfeitas para tornar-se effectiva, nas Faculdades de Direito, a dispensa do exame de direito ecclesiastico.....	7
N. 11 — Em 12 de Março de 1885. — Declara que os exames geraes de preparatorios, exceptuados os de que trata o Aviso de 1º de Abril de 1881, não são validos para a matricula no Imperial Collegio de Pedro II.	8
N. 12 — Em 19 de Março de 1885. — Declara que o Decreto n. 9031 de 31 de Outubro de 1883 não se applica aos casos de accumulção de emprego ecclesiastico dependente do Ministerio do Imperio e emprego civil dependente do outro Ministerio.....	8
N. 13 — Em 19 de Março de 1885. — Divide em dous o lugar de Agente-despensario do Instituto dos Surdos-mudos e fixa o respectivo vencimento.....	9
N. 14 — Em 11 de Abril de 1885. — Declara quaes os examinadores que devem funcionar nos exames extraordinarios das Faculdades de Direito; que ao Director compete designar quem substitua os que faltarem; e que o art. 254 dos Estatutos comprehende os alumnos matriculados.....	10
N. 15 — Em 20 de Abril de 1885. — Declara que os immedios, em exercicio na Camara Municipal, só podem funcionar enquanto não concorrerem ás sessões Vereadores em maioria.....	10
N. 16 — Em 20 de Abril de 1885. — Resolve duvidas sobre o modo de entender-se o resultado da votação em uma eleição de Vereadores que, em parte, foi annullada.....	11

Page.

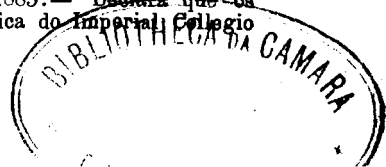
- N. 17 — Em 22 de Abril de 1885. — Reforma, nos termos do Aviso n. 49 de 22 de Fevereiro de 1872, o despacho do Presidente da Provincia de S. Paulo que negou provimento a um recurso interposto de uma deliberação da Camara Municipal da cidade de Itú sobre desapropriação de terrenos..... 12
- N. 18 — Em 22 de Abril de 1885. — Declara quaes os exames prestados no Collegio Naval e na Escola Militar da Côrte que são válidos para a matricula nas Faculdades de Medicina..... 13
- N. 19 — Em 25 de Abril de 1885. — Declara em que condições o Lente substituto das Faculdades de Direito poderá accumular a regencia de duas cadeiras da secção..... 14
- N. 20 — Em 25 de Abril de 1885. — Resolve duvidas sobre a prova escripta dos estudantes das Faculdades de Direito..... 14
- N. 21 — Em 25 de Abril de 1885. — Determina que sejam aceitos nas Faculdades de Medicina os exames de physica, chimica, mineralogia, botanica, zoologia, chimica organica e biologica feitos na Escola Polytechnica..... 15
- N. 22 — Em 25 de Abril de 1885. — Declara que não depende de licença do Governo, nem de autorização da Santa Sé, a permuta, por apolices intransferiveis da divida publica, de propriedades pertencentes á Mitra e ao Seminario de Olinda, e que os Bispos não podem dirigir-se á Santa Sé ou ao seu representante no Imperio sem prévia licença do Governo. 16
- N. 23 — Em 28 de Abril de 1885. — Declara como devem provar a identidade da pessoa os Brasileiros formados por instituições medicas estrangeiras que pretenderem fazer exame de sufficiencia..... 17
- N. 24 — Em 15 de Maio de 1885. — Declara que o lugar de substituto da 3ª secção deve ser posto em concurso, não obstante estar em ferias a Faculdade de Direito de S. Paulo; bem assim que não são válidas as inscripções para o concurso suspenso em virtude do Aviso de 23 de Janeiro de 1884..... 17
- N. 25 — Em 15 de Maio de 1885. — Declara que não podem matricular-se na aula de pintura historica da Academia das Bellas-Artes estudantes que não se habilitaram em mathematicas..... 18
- N. 26 — Em 18 de Maio de 1885. — Declara que o Vereador não pôde accumular as funcções de Juiz de Paz, devendo, durante o exercicio desse ultimo cargo, ser substituido na Camara..... 18





	Pags.
N. 27 — Em 19 de Maio de 1885. — Resolve uma duvida sobre a accumulção dos cargos de Vereador e de supplente de Juiz Municipal.....	19
N. 28 — Em 25 de Maio de 1885. — Declara que a habilitação nas materias de que trata o art. 3º do Decreto n. 8785 de 30 de Novembro de 1882 deve ser provada mediante duas certidões.....	20
N. 29 — Em 25 de Maio de 1885. — Determina que se proceda nos terminos das Instrucções de 30 de Outubro de 1869 quanto aos Professores e substitutos das aulas preparatorias que, sem motivo legitimo, se escusarem de servir de examinadores de qualquer das materias, alli leccionadas, e declara que não podem ser nomeados examinadores professores particulares ou directores de estabelecimentos de instrucção, tambem particulares.....	20
N. 30 — Em 27 de Maio de 1885. — Declara que os Professores da Escola Normal da Córte são obrigados a leccionar, sempre que tiverem ovinhões, desde que nas respectivas aulas tenha havido matricula, embora de um só alumno.....	21
N. 31 — Em 27 de Maio de 1885. — A' eleição a que se proceder em districto eleitoral por ter a Camara dos Deputados annullado a eleição alli feita anteriormente em virtude da dissolução da mesma Camara, podem concorrer, votando em separado, os cidadãos incluidos no alistamento eleitoral, ou d'elle excluidos em revisão cujos trabalhos começaram antes do acto de dissolução e terminaram depois.....	21
N. 32 — Em 3 de Junho de 1885. — Fixa a intelligencia de uma das condições do contrato para o serviço de limpeza da cidade do Rio de Janeiro.....	23
N. 33 — Em 18 de Junho de 1885. — Ao Vereador que é official da Guarda Nacional não se applica a disposição do art. 24 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881.....	23
N. 34 — Em 22 de Junho de 1885. — Declara que os candidatos aos logares do magisterio das Faculdades de Direito devem ser arguidos nas respectivas theses por uma mesma turma de tres Lentes, cuja falta será supprida por um Lente tambem eleito pela Congregação.....	24
N. 35 — Em 30 de Junho de 1885. — Declara as disposições que regulam nas Faculdades de Direito o processo da prova oral de improviso.....	25
N. 36 — Em 30 de Junho de 1885. — Manda organizar um programma especial para os exames escriptos de	

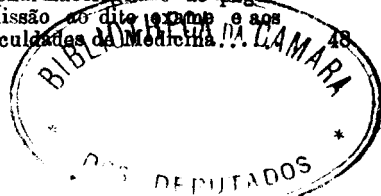
	Pags.
physica e chimica elemental do curso de odontologia das Faculdades de Medicina.....	25
N. 37 — Em 30 de Junho de 1885. — Resolve duvidas relativas á accumulção, nas Faculdades de Medicina, de logares de Lente e adjunto ou de dous logares de adjunto.....	26
N. 38 — Em o 1º de Julho de 1885. — Declara que o Vice-Director, no exercicio interino do cargo de Director, não pôde fazer parte das commissões das Faculdades de Medicina.....	27
N. 39 — Em 25 de Julho de 1885. — Declara que os estudantes approva los no antigo primeiro anno das Faculdades de Direito devem matricular-se nas segundas cadeiras das duas primeiras series, pagando uma só taxa.....	27
N. 40 — Em 30 de Julho de 1885. — Declara que a quinta-feira não é feriado nas aulas preparatorias.....	28
N. 41 — Em 30 de Julho de 1885. — Declara que as aulas da Faculdade de Direito de S. Paulo podem comecar ás 8 horas da manhã; que não pôde a Congregação suspender a execução de disposição dos Estatutos; que a publicação da « Revista » depende de votar-se a consignação respectiva; e que ao Director cabe propor os substitutos que accumulem logares de outras secções.....	28
N. 42 — Em 31 de Julho de 1885. — Declara que a Congregação é incompetente para suspender a execução de disposições dos Estatutos das Faculdades de Direito, e recommenda ao Director da de S. Paulo que em casos semelhantes proceda de accôrdo com o disposto na 2ª parte do § 6º do art. 13.....	29
N. 43 — Em 4 de Agosto de 1885. — Declara que, achando-se Paulino Martins Pacheco provido no logar de Professor de calligraphia e desenho linear da Escola Normal da Côte, não mais lhe aproveita o Aviso de 30 de Abril de 1880.....	30
N. 44 — Em 22 de Agosto de 1885. — Sobre a designação de um official inferior do corpo de operarios militares para dirigir os exercicios militares dos menores do Asylo de Meninos Desvalidos.....	30
N. 45 — Em 26 de Agosto de 1885. — Declara em que condições se deverá proceder na Escola de minas a exames de preparatorios, e que o art. 91 do Regulamento de 27 de Junho findo não se refere aos alumnos do curso superior.....	31
N. 46 — Em 29 de Agosto de 1885. — Declara que os exames de physica e chimica do Imperial Collegio	



	Pags.
de Pedro II dispensam os do curso de odontologia das Faculdades de Medicina.....	32
N. 47 — Em 31 de Agosto de 1885. — Declara que a inscrição dos concurrentes aos logares do magisterio da Escola de minas pôde ser feita por procurador, no caso de justo impedimento.....	32
N. 48 — Em 31 de Agosto de 1885. — Declara sujeitos a desconto de vencimento os Lentes das Faculdades de Medicina que faltarem aos actos extraordinarios de exames e defesas de theses.....	33
N. 49 — Em o 1º de Setembro de 1885. — Dá as instrucções que devem ser observadas para que os alumnos dos antigos cursos da Escola de minas possam concluir seus estudos sob o regimen do Regulamento de 27 de Junho de 1885.....	33
N. 50 — Em 11 de Setembro de 1885. — Declara que dous estudantes, matriculados na Faculdade de Direito do Recife, com exames de historia prestados na Escola Militar da Corte, devem apresentar, ao inscreverem-se para o exame da 1ª serie, certidão de approvação na dita disciplina válida para a matricula nos cursos superiores.....	34
N. 51 — Em 12 de Setembro de 1885. — Resolve duvidas relativas á habilitação dos concurrentes ás cadeiras de instrucção primaria, em musica, gymnastica, desenho e costura.....	35
N. 52 — Em 12 de Setembro de 1885. — Declara como devem ser providos interinamente os logares de adjuntos das Faculdades de Medicina; bem assim que são incompativeis as funcções de adjuntos e preparadores.....	36
N. 53 — Em 15 de Setembro de 1885. — Na eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Camara Municipal, quando é feita em sessão posterior á de posse dos Vereadores effectivos, pôde intervir o immediato chamado para perfazer a maioria.....	37
N. 54 — Em 18 de Setembro de 1885. — Declara como deve proceder a autoridade sanitaria em relação ás estalagens e outros predios semelhantes que estiverem em condições de ser demolidos.....	38
N. 55 — Em 23 de Setembro de 1885. — Não podem os membros em minoria da Junta apuradora lavar protestos na acta da apuração, mas apenas appensar á cópia da mesma acta a exposição da razão de seus votos.....	38
N. 56 — Em 23 de Setembro de 1885. — Declara que a Illma. Camara Municipal deve limitar-se a dar denominação ás novas ruas, travessas e praças da cidade..	39

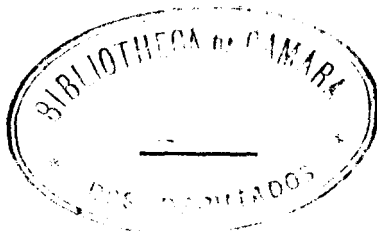
Paga.

- N. 57 — Em 23 de Setembro de 1885. — Determina sejam applicadas aos membros do magisterio do Imperial Collegio de Pedro II as penas em que incorrerem pela falta de participação do seu impedimento..... 40
- N. 58 — Em 26 de Setembro de 1885. — Declara que, destinando-se o Imperial Collegio de Pedro II sómente ao ensino das pessoas do sexo masculino, não devem mais ser admittidas no Externato as do sexo feminino..... 40
- N. 59 — Em 26 de Setembro de 1885. — A escusa do cargo de Vereador só é permittida nos dous casos expressamente definidos no art. 19 da Lei do 1º de Outubro de 1828..... 41
- N. 60 — Em 28 de Setembro de 1885. — Declara que não convem a nomeação de substitutos interinos para o Imperial Collegio de Pedro II e dá regras para a designação dos substitutos que rejam interinamente as cadeiras e sirvam de Professores supplementares. 42
- N. 61 — Em 2 de Outubro de 1885. — Os Presidentes de Provincia podem entrar *ex officio* no conhecimento da procedencia dos motivos que determinam a escusa de Vereador, quando recebem a communição da vaga afim de designarem dia para a eleição do novo Vereador..... 43
- N. 62 — Em 5 de Outubro de 1885. — Declara que as portarias de licença aos empregados civis dependentes do Ministerio do Imperio, embora mencionem a data em que se deverá contar o respectivo tempo, não podem produzir effeito sem que tenham sido apresentadas á autoridade superior..... 44
- N. 63 — Em 8 de Outubro de 1885. — Dá as instrucções que devem ser observadas, no Imperial Lyceu de Artes e Officios, nos concursos para a concessão da medalha de Merito..... 45
- N. 64 — Em 9 de Outubro de 1885. — Declara que, no caso de impedimento prolongado de algum dos examinadores nos concursos do Imperial Collegio de Pedro II, deve-se proceder á nomeação de outro examinador, a qual poderá recahir em pessoa estranha ao corpo docente..... 47
- N. 65 — Em 20 de Outubro de 1885. — Autoriza a Directoria da Faculdade de Direito do Recife a suspender a execução do art. 253 dos Estatutos de 17 de Janeiro de 1835..... 47
- N. 66 — Em 20 de Outubro de 1885. — Resolve duvidas relativas ao exame de pharmacologia e ao pagamento de taxa para admissão ao dito exame e aos da 7ª e 8ª series das Faculdades de Medicina..... 48



	Pags.
N. 67 — Em 28 de Outubro de 1885. — As Repartições publicas devem dar certidões ao individuo que as requer afim de provar o seu direito a ser reconhecido eleitor, embora a petição apresentada para este fim não esteja assignada pelo proprio requerente.....	49
N. 68 — Em 12 de Novembro de 1885. — A revisão do alistamento eleitoral, começada antes e terminada depois da dissolução da Camara dos Deputados, não deve ser attendida em eleição a que se proceder entre a data da dissolução e a da eleição da nova Camara .....	50
N. 69 — Em 18 de Novembro de 1885. — Declara que, encerradas as inscripções, não devem ser de novo abertas pelo facto de terem sido adiados os concursos; que a entrega das theses deve realizar-se oito dias antes do da arguição, e que os adjuntos não podem fazer parte das respectivas comissões examinadoras.....	51
N. 70 — Em 19 de Novembro de 1885. — Declara que os cargos de Presidente e Vice-Presidente de Provincia não se comprehende na disposição do art. 24 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1831.....	52
N. 71 — Em 23 de Novembro de 1885. — Declara ser obrigatorio, nas escolas publicas de instrução primaria, o ensino do desenho linear, da musica e da gymnastica .....	53
N. 72 — Em 24 de Novembro de 1885. — Declara que os bens municipaes e seus rendimentos não são passivos do pouhora.....	53
N. 73 — Em 28 de Novembro de 1885. — Declara a quem compete, nas Faculdades de Medicina, a nomeação de examinadores e de quem os substitua.....	55
N. 74 — Em 14 de Dezembro de 1885. — Declara que os alumnos do Internato do Imperial Collegio de Pedro II são obrigados ao pagamento das pensões correspondentes aos trimestres em que não frequentaram as aulas sómente no caso de admissão a exame do anno.....	56
N. 75 — Em 16 de Dezembro de 1885. — Determina as condições em que serão considera los válidos na Escola Polytechnica os exames prestados em qualquer das outras escolas superiores mantidas pelo Estado.....	56
N. 76 — Em 16 de Dezembro de 1885. — Declara que o art. 3º do Decreto n. 8785 de 30 de Novembro de 1882 deve ser entendido e executado de accôrdo	

	Paga.
com o Decreto legislativo n. 2066 de 30 de Setembro de 1871 ; observadas as disposições dos arts. 2º e 3º da portaria desta data.....	57
N. 77 — Em 16 de Dezembro de 1885. — Declara que na Escola Polytechnica não deve ser concedida dispensa de exames complementares de actos feitos na Escola Militar, e que taes exames não dependem de pagamento de taxa.....	58
N. 78 — Em 24 de Dezembro de 1885. — Resolve duvidas sobre a eleição da Camara do novo municipio de Labrea, e o modo de empossal-a.....	58
N. 79 — Em 31 de Dezembro de 1885. — Declara que estão sujeitas á inspecção de que trata o Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854 as escolas municipaes, cuja frequencia convem que seja limitada na conformidade do disposto quanto ás escolas publicas.....	59
N. 80 — Em 31 de Dezembro de 1885. — Determina sejam postas em concurso as Igrejas parochiaes que estão vagas.....	60
N. 81 — Em 31 de Dezembro de 1885. — Determina que nas provisões de Vigario encomendado se declare a naturalidade dos nomeados, sendo brasileiros, e a naturalidade e nacionalidade, sendo estrangeiros ou naturalizados.....	61



MINISTERIO DO IMPERIO



N. 1 — EM 2 DE JANEIRO DE 1885

Sobre a visita diaria do Medico do Internato do Imperial Collegio de Pedro II, e o exame periodico dos alumnos.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 2 de Janeiro de 1885.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio de 23 do mez findo, que na visita diaria, a que é obrigado, o Medico desse Estabelecimento deve examinar não só os alumnos recolhidos á enfermaria, como quaesquer outros que se lhe apresentem.

Por esta occasião, attendendo ás vantagens que resultarão do emprego systematico da medicina preventiva contra o desenvolvimento das affecções constitucionaes ou diathesicas, recommendo a V. S. providencie para que o Medico proceda periodicamente ao exame de todos os alumnos, no intuito de attender-se áquella necessidade do regimen hygienico.

Deus Guarde a V. S. — *F. Franco de Sá*. — Sr. Reitor do Internato do Imperial Collegio de Pedro II.



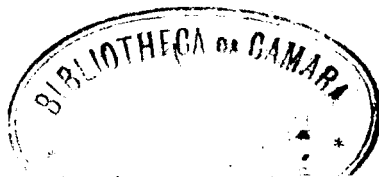
N. 2 — EM 3 DE JANEIRO DE 1885

Altera o art. 15 do Regimento interno do Instituto dos Surdos-mudos approvedo por Aviso de 5 de Fevereiro de 1881.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 3 de Janeiro de 1885.

A' vista do que Vm. propoz em officio de 17 de Dezembro ultimo, declaro-lhe que o art. 15 do Regimento interno approvedo por Aviso de 5 de Fevereiro de 1881 fica substituido pelas seguintes disposições:

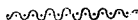
O Capellão residirá no Instituto, d'onde não poderá sair sem permissão do Director.



Incumbe ao Capellão :

- 1.º Celebrar Missa todos os dias santificados ;
- 2.º Ensinar a doutrina christã e a historia sagrada, e assistir à oração da noite antes do recolher ;
- 3.º Prestar soccorros espirituaes ;
- 4.º Velar pela conservação dos objectos pertencentes á Capella ;
- 5.º Auxiliar o Director na educação moral dos alumnos e na inspecção dos serviços a cargo dos repetidores, e presidir o refeitório.

Deus Guarde a Vm.—*F. Franco de Sá*.— Sr. Director do Instituto dos Surdos-mudos.



### N. 3 — EM 13 DE JANEIRO DE 1885

Declara em que logar, na lista dos Vereadores, deve ser considerado para as substituições o Vereador eleito depois da eleição geral.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1885.

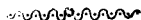
Ilm. e Exm. Sr.— Em officio n. 99 de 28 de Novembro ultimo submetteu V. Ex. ao Governo a seguinte duvida suscitada pelo Juiz de Direito da comarca de Cimbres:

Em que logar, na lista dos Vereadores, deverá ser considerado, para as substituições, o Vereador que tiver sido eleito para preencher alguma vaga occorrida depois da eleição geral.

Em resposta declaro a V. Ex. que, tendo o Aviso n. 10 de 31 de Janeiro de 1883 estabelecido a regra de, na substituição do Presidente da Camara, quando tambem impedido o Vice-Presidente, attender-se á ordem dos escrutinios e á da votação, é claro que só depois de esgotadas as listas dos Vereadores do 1º e do 2º escrutinios da eleição geral, poderá ser chamado o Vereador eleito em época extraordinaria.

Si tiver havido duas ou mais eleições extraordinarias, deverá ser preferido o Vereador eleito na 1ª, depois o de 2ª eleição, e assim por diante.

Deus Guarde a V. Ex.—*Filippe Franco de Sá*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.





## N. 4 — EM 31 DE JANEIRO DE 1885

Estabelece regras para o julgamento dos exames geraes de preparatorios.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 31 de Janeiro de 1885.

Declaro a Vm., para os devidos effeitos, que, em conformidade do que propoz essa Inspectoria em officio de 5 de Janeiro do anno passado, tenho resolvido que nos exames geraes de preparatorios se observem as seguintes regras :

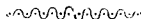
A prova escripta considerar-se-ha optima, boa, soffrivel ou má, segundo a maioria das notas, prevalecendo a nota média no caso de não haver maioria.

Assim em relação á dita prova, como á oral, a nota optima valerá tres pontos, a boa dous, a soffrivel um, a má zero.

O julgamento se fará addicionando ao valor da prova escripta a somma das notas da prova oral.

Para a approvação simples é fixado o minimo de quatro pontos ; e para a approvação plena, de sete. Para a approvação distincta, são necessarios doze pontos.

Deus Guarde a Vm.— *F. Franco de Sá.*— Sr. Inspector Geral interino da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte.



## N. 5 — EM 26 DE FEVEREIRO DE 1885

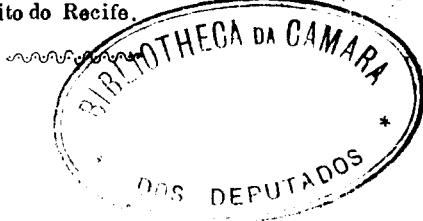
Sobre a matricula, taxa e exame a que estão obrigados os alumnos approvados no antigo 1º anno da Faculdade de Direito do Recife.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1885.

Confirmando o meu telegramma de 24 do corrente mez, declaro a V. S., em resposta ao seu officio de 14, que os alumnos approvados no antigo 1º anno dessa Faculdade devem matricular-se na 2ª serie, mediante o pagamento de uma só taxa, e estão obrigados, si não forem catholicos, ao exame de direito ecclesiastico quando prestarem o das materias daquella serie.

Convem, pois, que o horario das aulas seja organizado de modo que possam os ditos alumnos, si o quizerem, frequentar a aula de direito ecclesiastico, que passou para a 1ª serie.

Deus Guarde a V. S.— *F. Franco de Sá.*— Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.



## N. 6 — EM 26 DE FEVEREIRO DE 1885

Declara que aos exames de Março só podem ser admittidos os alumnos das Faculdades de Direito que por justo impedimento não puderam prestal-o no fim do ultimo anno lectivo.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1885.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio de 19 do corrente mez, que, segundo o disposto no art. 397 dos Estatutos que baixaram com o Decreto n. 9360 de 17 de Janeiro findo, só podem ser admittidos aos exames que devem começar a 15 de Março proximo os alumnos que por justo impedimento, reconhecido pela Congregação dessa Faculdade, não puderam prestal-o no fim do ultimo anno lectivo, visto não ser applicavel à referida época de exames, que é extraordinaria, o disposto no art. 258 dos ditos Estatutos.

Deus Guarde a V. S.— *F. Franco de Sá*.— Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.



## N. 7 — EM 27 DE FEVEREIRO DE 1885

Declara nullo o julgamento dos estudantes Francisco Phaelante da Camara Lima e Francisco Carneiro Rodrigues Campello, por não ter sido a condemnação imposta pela maioria absoluta dos lentes em effectivo serviço; bem assim que não houve irregularidade em ter sido dada por aviso a solução do recurso interposto por um Lente de decisão da Congregação concernente á intelligencia de disposições relativas a processo disciplinar.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1885.

Em officio de 23 de Julho do anno findo communicou V. S. a este Ministerio que, tendo-se de proceder, em conformidade do Aviso de 23 do mez anterior, ao julgamento dos estudantes Francisco Phaelante da Camara Lima e Francisco Carneiro Rodrigues Campello, os quaes tinham desacatado o Lente Dr. José Joaquim Seabra, declararam tres Lentes, em sessão da Congregação, que recorriam para o Conselho de Estado da decisão contida naquelle aviso. V. S., porém, entendeu que o caso não era de recurso, e em consequencia passou-se ao julgamento, sendo condemnados os estudantes á perda de um anno.

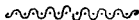
Deste acto da Congregação recorreu para o Governo o primeiro dos referidos academicos, allegando a nullidade do julgamento, pois a condemnação fôra resolvida por tres votos contra-dous, e não por maioria absoluta.

Effectivamente, do que V. S. expoz em seu officio resulta que, achando-se reunidos nove Lentes, dos quaes se abstiveram de votar o queixoso e os tres que reclamaram contra o Aviso de 23 de Junho, a condemnação não foi imposta pela maioria absoluta exigida no art. 18 dos Estatutos de 28 de Abril de 1854, que deve ser entendido de accôrdo com o art. 15, segundo o qual não pôde a Congregação exercer suas funções sem que se reuna mais de metade dos Lentes que estiverem em effectivo serviço, e assim procede a nullidade arguida pelo recorrente.

Conforme V. S. entendeu, não podia ser admittida, como recurso, a representação feita contra o mencionado aviso do Governo sob o fundamento de que, tratando-se de especie relativa a processos disciplinares, devera a decisão ter sido dada por decreto, ouvida a Secção respectiva do Conselho de Estado, em conformidade do art. 129 dos ditos Estatutos.

A disposição invocada, que se refere aos recursos de estudantes contra as penas disciplinares que lhes são impostas, não se applica ao caso, de que se tratou e foi resolvido pelo Aviso de 23 de Junho, em que um Lente recorria da decisão da Congregação concernente á intelligencia de disposições regulamentares: o que, para os devidos effectos, declaro a V. S., devolvendo-lhe os papeis pedidos no citado officio.

Deus Guarde a V. S.— *F. Franco de Sá.*— Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.



#### N. 8 — EM 3 DE MARÇO DE 1885

Declara que os alumnos das Faculdades de Medicina approvados no exame pratico, que deixam de comparecer na mesma época ao exame theorico ou são neste reprovados, perdem aquelle exame.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 3 de Março de 1885.

Ponderando não haver nos novos Estatutos mandados observar pelo Decreto n. 9311 de 25 de Outubro ultimo disposição que invalide a doutrina do Aviso de 18 de Fevereiro de 1882, consulta V. S., em officio de 11 do mez proximo findo, si subsiste a decisão constante do mesmo Aviso, segundo o qual os alumnos approvados nos exames praticos e que não se submeterem ao escripto e ao oral, ou forem nestes reprovados, têm direito



a ser admittidos ás ultimas das mencionadas provas, independentemente de novo exame pratico.

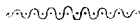
Em solução declaro a V. S. que, no systema dos Estatutos, o exame de qualquer materia consta de duas partes, uma pratica e outra theorica, comprehendendo esta duas provas - oral e escripta; e consequentemente que, desde que o alumno approvado no exame pratico deixa de comparecer, na mesma época, ao exame theorico ou é neste reprovado, perde aquelle exame.

A circumstancia de ser o exame pratico julgado separadamente nos termos do art. 412, disposição determinada pela conveniencia de approximar do exame o seu julgamento, que de outro modo teria de realizar-se depois de prestadas as provas praticas de todos os alumnos da serie, não exclue a unidade do exame cujas differentes provas formam um todo sujeito ao pagamento de uma só taxa e de uma só propina, não sendo permitido requerer separadamente o exame pratico ou o theorico.

Accresce quo a doutrina do Aviso de 18 de Fevereiro de 1882, não tendo sido incluída nos Estatutos, não se pôde considerar em vigor, e é expresso no art. 557 que dos estatutos, regulamentos e mais actos anteriores relativos ás Faculdades de Medicina, sómento subsistem as disposições que se referem a exames de preparatorios na Faculdade da Bahia.

Considerando, todavia, que estavam a terminar as provas praticas quando foram publicados os novos Estatutos, resolvi que sejam aceitos para a admissão ao exame theorico as dos estudantes que não tiv-rem sido neste reprovados, visto que a reprovação no exame theorico importa a perda do exame pratico, não podendo o estudante ser novamente examinado nas mesmas materias senão quatro mezes depois, conforme o disposto no art. 401.

Deus Guarde a V. S.— *F. Franco de Sá*.— Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.



#### N. 9 — EM 3 DE MARÇO DE 1885

Resolve duvidas do Thesouro Nacional sobre o vencimento de Director interino das Faculdades de Medicina, de adjuntos interinos que se acharem na regencia de cadeiras ao começar o periodo das ferias e de Professores supplementares do Imperial Collegio de Pedro II e da Escola Normal, depois do encerramento das aulas.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 3 de Março de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Resolvendo as duvidas apresentadas pela Directoria Geral da Contabilidade do Thesouro Nacional e a que

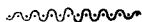
se refere o Aviso de 23 de Janeiro do corrente anno, cabe-me declarar a V. Ex., para os fins convenientes:

1.º Que, a contar da data da publicação dos novos Estatutos das Faculdades de Medicina, cumpre observar-se o disposto no art. 21, o qual revogou, com relação ao vencimento devido pelo exercicio interino do cargo de Director daquelles Estabelecimentos, quaesquer decisões anteriores;

2.º Que, á vista do Decreto n. 9337 de 13 de Dezembro do anno passado, os adjuntos interinos de instrucção primária que se acharem na regencia de cadeiras ao começar o período das ferias, continuarão a perceber naquelle periodo o vencimento abonado pelo indicado serviço;

3.º Que no dia seguinte ao do encerramento das aulas do Imperial Collegio de Pedro II e da Escola Normal deve cessar o pagamento da gratificação adicional que percebem os substitutos effectivos ou interinos quando servem de professores supplementares.

Deus Guarde a V. Ex.—*F. Franco de Sá.*—A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.



#### N. 10 — EM 11 DE MARÇO DE 1885

Declara as condições que devem ser satisfeitas para tornar-se efectiva, nas Faculdades de Direito, a dispensa do exame de direito ecclesiastico.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 11 de Março de 1885.

A' vista do art. 9º dos Estatutos das Faculdades de Direito mandados observar pelo Decreto n. 9360 de 17 de Janeiro ultimo, o qual dispõe que, para a collação dos graus, não se exige dos acatholicos o exame de direito ecclesiastico, consulta V. S. em officio de 28 do mez findo:

1.º Si basta uma simples declaração do examinando de ser acatholico, feita no requerimento para inscripção de exame das materias da serie comprehensiva do direito ecclesiastico, ou é necessario que o prove por qualquer modo, indicando a seita ou religião diversa a que pertence;

2.º Si, no caso de ser menor o examinando e sufficiente uma simples declaração, deverá esta ser aceita independentemente de autorização de seu pai ou tutor permittindo-lhe declarar-se acatholico.



Em solução declaro a V. S., confirmando o meu telegramma desta data:

1.º Que não basta que o alumno declare ser acatholico para ficar dispensado do exame de direito ecclesiastico; é preciso que apresente documento que faça prova a juizo da Congregação;

2.º Que, si o alumno fôr menor, a declaração deve ser feita e a prova exhibida com autorização de seu pai ou tutor.

Deus Guarde a V. S.— *F. Franco de Sá*.— Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.



#### N. 11 — EM 12 DE MARÇO DE 1885

Declara que os exames gèraes de preparatorios, exceptuados os que trata o Aviso do 1º de Abril de 1881, não são válidos para a matricula no Imperial Collegio de Pedro II.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 12 de Março de 1885.

Em officio de 6 do corrente mez consulta o Reitor do Internato do Imperial Collegio de Pedro II si devem ser aceitos para a matricula em qualquer dos annos do curso do dito Collegio os exames de preparatorios prestados na conformidade do Decreto n. 7991 de 5 de Fevereiro de 1881.

Em solução, declaro a Vm. que, tendo sido o citado Decreto revogado pelo de n. 8973 de 14 de Julho de 1883, ficou prejudicado o Aviso do 1º de Abril de 1881, em virtude do qual eram taes exames considerados válidos para aquelle fim.

O que Vm. fará constar aos Reitores do Imperial Collegio.

Deus Guarde a Vm.— *F. Franco de Sá*.— Sr. Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Córte.



#### N. 12 — EM 19 DE MARÇO DE 1885

Declara que o Decreto n. 9031 de 31 de Outubro de 1883 não se applica aos casos de accumulção de emprego ecclesiastico dependente do Ministerio do Imperio e emprego civil dependente de outro Ministerio.

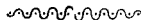
Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 19 de Março de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Em officio de 10, encaminhado por essa Presidencia em 12 de Maio ultimo, a Thesouraria de Fazenda solicitou

do Ministerio a meu cargo as necessarias providencias para que possa executar o Decreto n. 9031 de 31 de Outubro de 1883 na parte que se refere á accumulção de empregos; visto que no pessoal ecclesiasticoda Provincia ha funcionarios que accumulam empregos não só do referido Ministerio, mas ainda de Ministerios diferentes, como acontece com o Padre Manbel Ferreira Santos Cunha, que, sendo Capellão do Exercito, foi nomeado Capellão-cantor da Cathedral Metropolitana.

Em solução e afim de que o faça constar áquella Thesouraria, declaro a V. Ex. que as disposições do citado Decreto não se applicam aos casos de accumulção de emprego ecclesiastico dependente do Ministerio do Imperio e emprego civil dependente de outro Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Franco de Sá.*— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.



#### N. 13 — EM 19 DE MARÇO DE 1885

Divide em dous o logar de Agente-despenseiro do Instituto dos Surdos-mudos e fixa o respectivo vencimento.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 19 de Março de 1885.

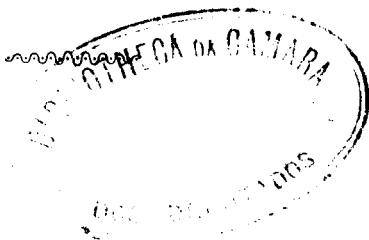
Por não convir que continuem a cargo de um só empregado as funcções do logar de Agente-despenseiro desse Instituto, das quaes por Portaria desta data foi demittido Bernardino Ortiz Dias, resolvi dividir o dito logar nos de Agente e Despenseiro.

Ao primeiro competirá o vencimento de 1:800\$ annuaes, sendo 1:200\$ de ordenado e 600\$ de gratificação, e ao segundo a gratificação de 600\$ annuaes.

De accôrdo com as disposições vigentes, será feita por Vm. a nomeação de Despenseiro.

O que tudo declaro a Vm. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a Vm.— *F. Franco de Sá.*— Sr. Director do Instituto dos Surdos-mudos.



## N. 14 — EM 11 DE ABRIL DE 1885

Declara que os examinadores que devem funcçãoar nos exames extraordinarios das Faculdades de Direito ; que ao Director compete designar quem o substitua os que faltarem ; e que o art. 251 dos Estatutos comprehende os alumnos matriculados.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 11 de Abril de 1885.

Em confirmação do meu telegramma do 1º do corrente mez, em resposta ao que V. S. me dirigiu na mesma data, declaro-lhe, para seu conhecimento e fins convenientes :

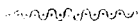
1.º Que devem funcçãoar em todos os exames extraordinarios do anno lectivo seguinte os examinadores nomeados na conformidade do art. 251 dos Estatutos que baixaram com o Decreto n. 9360 de 17 de Janeiro ultimo ;

2.º Que, não tendo sido nomeadas taes commissões no fim do anno passado por não estarem ainda publicados os mesmos Estatutos, convem que a Congregação se reuna desde já para nomear as que têm de servir nos exames extraordinarios do corrente anno ;

3.º Que, no caso de faltar algum dos examinadores, compete a essa Directoria designar quem o substitua, de accordo com o art. 255 dos citados Estatutos ;

4.º Que a disposição do art. 251 dos Estatutos comprehende os alumnos matriculados.

Deus Guarde a V. S. — *P. Franco de Sá*. — Sr. Director interno da Faculdade de Direito do Recife.



## N. 15 — EM 20 DE ABRIL DE 1885

Declara que os immediatos, em exercicio na Camara Municipal, só podem funcçãoar enquanto não concorrerem ás sessões Vereadores em maioria.

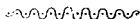
Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Rio de Janeiro em 20 de Abril de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Em officio do 1º do corrente mez consulta V. Ex. si, convocados supplentes de Vereador em numero estritamente necessario para formar maioria na Camara, poderão elles, depois do juramentados e empossados, continuar a servir, ainda que tenha cessado o impedimento de alguns Vereadores.



Em solução, declaro a V. Ex. que, não só á vista do que dispõe o Aviso de 27 de Setembro de 1881, mas também do que estabelece o de 24 de Abril de 1883, sob n. 38, que firmou a intelligencia do art. 22, § 4º, da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, os immediatos em votos que se acharem em exercicio só podem funcionar emquanto não concorrerem ás sessões Vereadores em maioria.

Deus Guarde a V. Ex.—*Filippe Franco de Sá*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



N. 16 — EM 20 DE ABRIL DE 1885

Resolve duvidas sobre o modo de entender-se o resultado da votação em uma eleição de Vereadores que, em parte, foi annullada.

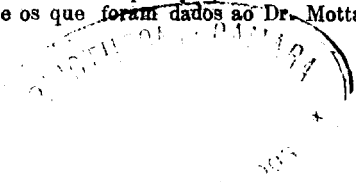
Ministerio dos Negocios do Imperio.—1ª Directoria.—Rio de Janeiro em 20 de Abril de 1885.

Ilm. o Exm. Sr.—A' vista das informações ministradas por V. Ex. em officio n. 4 de 18 de Março do anno passado relativamente á duvida suscitada pelos Vereadores da Camara Municipal de Cataguazes, no quadriennio findo, sobre o modo de entender-se o resultado da votação na ultima eleição do municipio, deduzida á votação da parochia do Laranjal, cuja eleição, nos dous escrutínios, foi annullada pela Kelação do districto, cabe-me declarar a V. Ex.:

Que ha oito cidadãos effectivamente eleitos para a Camara do actual quadriennio, sendo quatro no 1º e quatro no 2º escrutínio, a saber: o Coronel Manoel Fortunato Ribeiro, o Dr. Luiz Vieira de Rezende e Silva, Agnello Carlos Quintella, o Dr. Joaquim de Carvalho Drummond, Gabriel Antonio Vidal, Manoel Rodrigues de Massena, Custodio Coutinho de Miranda Jordão e Manoel Pereira do Amarante; visto que os quatro primeiros obtiveram votação superior ao quociente eleitoral, e os quatro ultimos (unicos votados no 2º escrutínio) devem se considerar eleitos em conformidade do art. 199, combinado com o art. 183 § 5º, do Decreto n. 8213 de 13 de Agosto de 1881;

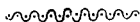
Que, em face do art. 216 § 1º do mesmo decreto, não procedeu regularmente o Juiz de Direito da comarca, annullando a eleição do Dr. Joaquim Henrique da Motta em virtude de reclamação apresentada antes da final apuração dos votos: mas, confirmado este despacho pela Kelação do districto, não tem o Governo competencia para revogal-o;

Que, nos termos do art. 205 do citado decreto, deve a Camara do quadriennio findo proceder a nova apuração, eliminando os votos da parochia do Laranjal e os que foram dados ao Dr. Motta;



e cumpre a essa Presidencia mandar proceder a nova eleição para o preenchimento da vaga existente, considerando este caso implicitamente abrangido na disposição do art. 183 § 6.º do mencionado decreto, de accordo com o Aviso que, sobre caso analogo, foi dirigido ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro em 20 de Fevereiro de 1883.

Deus Guarde a V. Ex. — *Filippe Franco de Sá*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



#### N. 17 — EM 22 DE ABRIL DE 1885

Reforma, nos termos do Aviso n. 49 de 22 de Fevereiro de 1872, o despacho do Presidente da Provincia de S. Paulo que negou provimento a um recurso interposto de uma deliberação da Camara Municipal da cidade de Itú sobre desapropriação de terrenos.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1.ª Directoria. — Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Consta dos papeis que acompanharam o officio dessa Presidencia, n. 18, do 1.º de Maio do anno proximo passado, ter a Camara Municipal da cidade de Itú declarado de utilidade publica municipal a desapropriação de uns terrenos aforados a José Galvão da França Pacheco, e situados em frente e nos fundos da fabrica de tecidos que esse cidadão possui na povoação do Salto.

A utilidade publica que a Camara de Itú pretende colher desta desapropriação consiste no alargamento de uma rua e no augmento de uma praça da mesma povoação, denominadas — rua do Porto e praça da Igreja.

Com esta resolução da Camara sentiu-se prejudicado o referido cidadão, e recorreu para essa Presidencia, que, pelos fundamentos do despacho exarado na petição do recorrente, negou-lhe provimento, mandando que a Camara proseguisse no exercicio de suas attribuições.

Deste despacho recorreu para o Governo o mesmo cidadão, em petição que acompanhou o officio dessa Presidencia, baseando-se o recurso no Aviso Circular n. 49 de 22 de Fevereiro de 1872, expedido em virtude de Imperial Resolução de 21 de Dezembro de 1871, tomada sobre Consulta da Secção do Imperio do Conselho de Estado de 5 de Outubro do mesmo anno.

Julga o Governo bem fundado o recurso, porquanto:

Dispondo o Codigó de posturas da Camara de Itú (Resolução Provincial n. 98 de 18 de Maio de 1873) no art. 1.º que todas as ruas e travessas que de novo se abrirem na mesma cidade, freguezia e povoação do Salto terão de largura 60 palmos, e que os largos e

praças serão quadrados, sempre que o terreno a isto se prestar, é claro que tal disposição pelo seu intuito não se applica sómente aos novos logradouros, mas também aos antigos que devam ser alterados.

Ora, attentando-se para a planta annexa aos papeis, vê-se que da desapropriação dos mencionados terrenos resultará: 1º, que a praça da Igreja, que já tem vasta área quasi quadrada, ficará convertida em área quasi triangular, forma impropria para as praças publicas, e mui diversa do typo indicado na postura; 2º, que a rua do Porto, que já tem, conforme a postura, 60 palmos de largura ao desembocar no largo da Igreja e no seu prolongamento além do largo Paula Souza, segundo o alinhamento dado pela Camara ás casas ultimamente ahí construidas, ficará com largura muito maior, e desnecessaria para uma pequena povoação, em frente á fabrica do recorrente.

E', portanto, contestavel o fundamento do bem publico allegado como justificação do procedimento da Camara de Itú, e provado está que a alteração dos dous logradouros, como ella pretende, afasta-se dos preceitos estatuidos em seuCodigo de posturas.

Por estes fundamentos e em conformidade do citado Aviso n. 49 de 22 de Fevereiro de 1872, resolveu o Governo dar provimento ao recurso interposto do despacho dessa Presidencia, o que declaro a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Filippe Franco de Sá.* — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



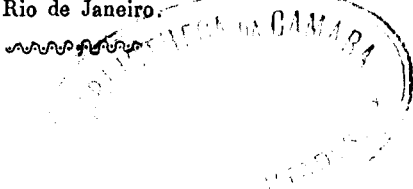
#### N. 18 — EM 22 DE ABRIL DE 1885

Declara quaes os exames prestados no Collegio Naval e na Escola Militar da Córte que são válidos para a matricula nas Faculdades de Medicina.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1885.

Declaro a V. S., para os fins convenientes e em resposta ao officio de 16 de Março ultimo, que são válidos para a matricula nas Faculdades de Medicina, de conformidade com o art. 373 dos Estatutos mandados observar pelo Decreto n. 9311 de 25 de Outubro ultimo, os exames finaes de arithmetica e algebra prestados no Collegio Naval, e os finaes de portuguez, francez, inglez, geographia, arithmetica, algebra, geometria e trigonometria effectuados na Escola Militar da Córte.

Deus Guarde a V. S. — *F. Franco de Sá.* — Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



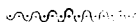
## N. 19 — EM 25 DE ABRIL DE 1885

Declara em que condições o Lente substituto das Faculdades de Direito poderá accumular a regencia de duas cadeiras da secção.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—2ª Directoria.—Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885.

Em resposta ao officio de 21 de Março proximo findo, declaro a V. S. que, devendo ser entendida de accôrdo com a do art. 41 a disposição do art. 40 dos Estatutos annexos ao Decreto n. 9360 de 17 de Janeiro ultimo, o Lente substituto só poderá accumular á regencia de uma cadeira a de outra, ainda que pertencente á respectiva secção, no caso de se recusarem a assumir a mesma regencia, a convite dessa Directoria, os Lentes cathedraicos, e, na falta destes, os substitutos de outra secção que estiverem desimpedidos.

Deus Guarde a V. S.—*F. Franco de Sá*.—Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.



## N. 20 — EM 25 DE ABRIL DE 1885

Resolve duvidas sobre a prova escripta dos estudantes das Faculdades de Direito.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—2ª Directoria.—Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885.

Resolvendo a consulta feita em officio de 23 de Março ultimo, declaro a V. S.:

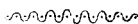
1.º Que o parecer sobre a prova escripta deve ser dado no mesmo dia em que o examinando a fizer e em acto successivo;

2.º Que do referido parecer só poderão ter conhecimento os estudantes depois do julgamento definitivo do exame, o qual consta daquella prova e da oral;

3.º Que, em face do art. 286 dos Estatutos, não se póde conceder tempo aos estudantes para reflectirem sobre o objecto da prova oral, porque esta não versa sobre pontos previamente designados, e sim sobre qualquer dos assumptos comprehendidos no programma da cadeira e escolhido pelo Lente na occasião do exame, afim de poder verificar a habilitação do examinando em toda a materia;

não procedendo o argumento deduzido do art. 170, que nos concursos concede ao candidato o prazo de  $3/4$  de hora para reflectir sobre o ponto, visto que a prova oral, neste caso, consiste em uma preleção que tem de ser feita sobre ponto determinado e para o qual o candidato necessita de tempo para reunir e coordenar suas idéas.

Deus Guarde a V. S. — *F. Franco de Sá*. — Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.



N. 21 — EM 25 DE ABRIL DE 1885

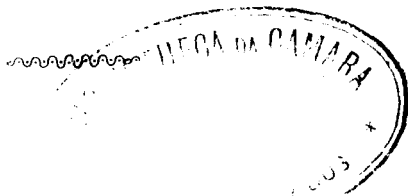
Determina que sejam accitos nas Faculdades de Medicina os exames de physica, chimica, mineralogía, botanica, zoologia, chimica organica e biologica feitos na Escola Polytechnica.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885.

Attendendo a que, segundo informou V. S. em officio de 17 do corrente mez, não ha inconveniente em que se considerem válidos para a matricula nessa Faculdade os exames de physica, chimica, mineralogía, botanica, zoologia, chimica organica e biologica feitos na Escola Polytechnica, visto que a applicação das sciencias physico-chimicas e naturaes á medicina se realiza mais especialmente por occasião do ensino das sciencias medico-cirurgicas, resolvi que sejam accitos, conforme requereu o Dr. em sciencias physicas e naturaes Oscar Nerval de Gouvêa, que pretende seguir o curso medico, os exames daquellas materias por elle prestados na mencionada Escola.

O que declaro a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S. — *F. Franco de Sá*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



## N. 22 — EM 25 DE ABRIL DE 1885

Declara que não depende de licença do Governo, nem de autorização da Santa Sé, a permuta, por apolices intransferíveis da dívida publica, de propriedades pertencentes á Mitra e ao Seminario de Olinda, e que os Bispos não podem dirigir-se á Santa Sé ou ao seu representante no Imperio sem prévia licença do Governo.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885.

Foi presente a este Ministerio o requerimento em que V. Ex. Revma., expondo que a Mitra e o Seminario dessa Diocese possuem na cidade de Olinda diversas casas que mal rendem para as despesas de conservação e para o pagamento dos impostos devidos á Fazenda Publica geral e provincial, solicita licença do Governo para permutar as mesmas casas por uma só ou por apolices intransferíveis da dívida publica, e igualmente pede seja outorgado Beneplacito ao Breve que impetrou e obteve da Internunciatura Apostolica concedendo-lhe autorização para effectuar a permuta.

Em solução, declaro a V. Ex. Revma.:

1.º Que, na conformidade do disposto no art. 44 da Lei n. 369 de 18 de Setembro de 1845 e do art. 6º do Regulamento que baixou com o Decreto n. 4453 de 12 de Janeiro de 1870, é permitido a quaesquer corporações de mão morta, exceptuadas as Ordens religiosas, em virtude do disposto no Decreto n. 655 de 28 de Novembro de 1849, permutarem os seus bens de raiz por apolices da dívida publica interna fundada, que serão intransferíveis; e, portanto, não ha necessidade de licença do Governo para a permuta dos predios de que se trata;

2.º Que, não dependendo de autorização da Santa Sé, para que produza todos os efeitos legais, a permuta que se pretende fazer, não tem logar a concessão de Beneplacito ao Breve que V. Ex. Revma. obteve da Internunciatura Apostolica.

Por esta occasião, cabe-me chamar a attenção de V. Ex. Revma. para o disposto no art. 81 doCodigo Criminal, em vista do qual não podem os Revds. Bispos dirigir-se á Santa Sé ou ao seu representante no Imperio, para autorização de qualquer acto, sem prévia licença do Governo.

Deus Guarde a V. Ex. Revma.— *P. Franco de Sá.*— Sr. Bispo da Diocese de Olinda.



## N. 23 — EM 28 DE ABRIL DE 1885

Declara como devem provar a identidade de pessoa os Brasileiros formados por instituições medicas estrangeiras que pretenderem fazer exame de sufficiencia.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885.

Não se referindo aos Brasileiros o § 2º do art. 491 dos Estatutos na parte em que dispõe que os Doutores ou Bachareis em medicina ou cirurgia por instituições medicas estrangeiras, que pretenderem sujeitar-se a exame de sufficiencia para exercer a sua profissão no Imperio, deverão provar a identidade de pessoa com documento dado pelo Governo ou pelo Ministro ou Consul do paiz a que elles pertencerem, declaro a V. S. que pôde fazer a prova de identidade por qualquer outro meio, a juizo dessa Directoria, o Doutor em medicina, cirurgia e partos pela Universidade de Bruxellas Ignacio Pereira da Rocha que requereu ser admittido nessa Faculdade ao mencionado exame.

Com o respectivo titulo remetto a V. S. dous documentos que acompanharam o requerimento dirigido a este Ministerio pelo referido Doutor e que mostram ser elle cidadão brasileiro.

Deus Guarde a V. S. — *F. Franco de Sá.* — Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



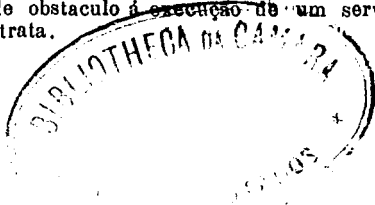
## N. 24 — EM 15 DE MAIO DE 1885

Declara que o logar de substituto da 3ª secção deve ser posto em concurso, não obstante estar em férias a Faculdade de Direito de S. Paulo; bem assim que não são válidas as inscrições para o concurso suspenso em virtude do Aviso de 23 de Janeiro de 1884.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 15 de Maio de 1885.

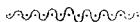
Convindo que seja provido o logar de Lente substituto da 3ª secção que se acha vago nessa Faculdade, declaro a V. S., em resposta ao seu officio de 22 do mez passado, que deve ser desde já posto em concurso o referido logar, embora, segundo os novos Estatutos, a Faculdade esteja em periodo de férias, porquanto esta circumstancia não serve de obstaculo á execução de um serviço urgente como o de que se trata.

— Decisões de 1885 2



Outrosim declaro a V. S. que, á vista do disposto no art. 128 dos mesmos Estatutos, não são válidas as inscrições feitas para o concurso que foi suspenso em virtude do Aviso de 23 de Janeiro de 1884.

Deus Guarde a V. S.— *J. F. Meira de Vasconcellos*.— Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.



#### N. 25 — EM 15 DE MAIO DE 1885

Declara que não podem matricular-se na aula de pintura historica da Academia das Bellas-Artes estudantes que não se habilitaram em mathematicas.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 15 de Maio de 1885.

Em resposta ao officio de 10 de Abril ultimo, declaro a V. S. que, cumprindo observar o disposto no art. 4º do Decreto n. 2421 de 25 de Maio de 1850, não é possível permittir que se matriculem na aula de pintura historica estudantes que não se habilitaram nas materias das duas aulas de mathematicas dessa Academia.

Deus Guarde a V. S.— *J. F. Meira de Vasconcellos*.— Sr. Director interino da Academia das Bellas-Artes.



#### N. 26 — EM 18 DE MAIO DE 1885

Declara que o Vereador não pôde accumular as funções de Juiz de Paz, devendo, durante o exercício deste ultimo cargo, ser substituido na Camara.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 18 de Maio de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— A Camara Municipal de S. José de Além Parahyba consultou a essa Presidencia:— Si alguns Vereadores da mesma Camara, que são também Juizes de Paz, e como taes percebem custas, estão comprehendidos na disposição do art. 24 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, á vista da doutrina do Aviso do Ministerio dos Negocios da Justiça expedido em 20 de Março ultimo ao Presidente da Provincia de S. Paulo.



Resolveu V. Ex. a consulta, segundo me communicou em officio de 6 do corrente mez, declarando: que não é licito ao Vereador accumular o exercicio do cargo de Juiz de Paz, devendo durante o exercicio deste ultimo ser substituido na Camara, em conformidade do art. 22 § 4º da citada Lei n. 3029 de 1881.

E' approvada esta decisão de V. Ex., por estar de harmonia com a doutrina do Aviso n. 307 de 18 de Setembro de 1872 e de outros.

Os Juizes de Paz, funcionarios de eleição popular, não podem, pelo direito que têm de perceber custas, ser equiparados a outros que também os percebem, mas que são nomeados pelo Governo. A estes, unicamente, refere-se o Aviso do Ministerio dos Negocios da Justiça, invocado pela Camara consultante.

Deus Guarde a V. Ex.— *João Florentino Meira de Vasconcellos*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



#### N. 27 — EM 19 DE MAIO DE 1885

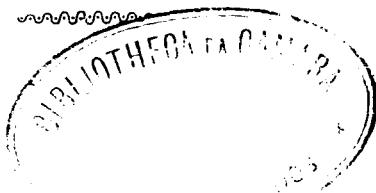
Resolve uma duvida sobre a accumulção dos cargos de Vereador e de supplente de Juiz Municipal.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 19 de Maio de 1885.

Ilm. o Exm. Sr.— Em resposta ao officio n. 71 de 9 do corrente mez, declaro a V. Ex. que, devendo o Aviso deste Ministerio de 19 de Março ultimo ser observado de accôrdo com o do Ministerio da Justiça de 20 do dito mez, o cidadão Francisco Baptista Corrêa Lima, que é Vereador da Camara Municipal da villa de Sant'Anna do Catú e deixára o exercicio deste cargo para exercer o de supplente de Juiz Municipal, conserva o cargo de Vereador, uma vez que fez delle opção logo que teve conhecimento do segundo dos mencionados avisos.

Nesta conformidade, tendo o mesmo cidadão de reassumir o exercicio de suas funcções na Camara Municipal, deve V. Ex. exonerar-o do cargo judicial, revogando a ordem que expediu para a eleição de um Vereador.

Deus Guarde a V. Ex.— *João Florentino Meira de Vasconcellos*.— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.





de accôrdo com as disposições dos arts. 7º do Decreto n. 5429 de 2 de Outubro de 1873 e 3º da Portaria de 23 de Julho de 1877, as quaes prohibem que professores particulares ou directores de estabelecimentos de instrucção, tambem particulares, sirvam como examinadores nos exames que se realizam nas Provincias onde não ha Faculdades.

Deus Guarde a V. S. — *J. F. Meira de Vasconcellos*. — Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.



#### N. 30 — EM 27 DE MAIO DE 1885

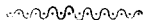
Declara que os Professores da Escola Normal da Córte são obrigados a leccionar, sempre que tiverem ouvintes, desde que nas respectivas aulas tenha havido matricula, embora de um só alumno.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1885.

Em officio de 28 do mez passado consultou essa Directoria si deve ser abolida, como parece conveniente á Congregação, a praxe de não haver aula nos dias em que não comparecem alumnos matriculados.

Em resposta declaro a Vm. que, não se harmonizando com semelhante praxe o regimen estabelecido no Regulamento vigente, o qual, no art. 39, permite a frequencia das aulas de sciencias e letras a qualquer pessoa não matriculada, está o Professor obrigado a leccionar sempre que tiver ouvintes, desde que na respectiva aula tenha havido matricula, embora de um só alumno.

Deus Guarde a Vm. — *J. F. Meira de Vasconcellos*. — Sr. Director da Escola Normal da Córte.

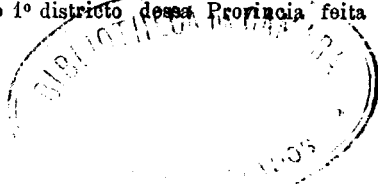


#### N. 31 — EM 27 DE MAIO DE 1885

A eleição a que se proceder em districto eleitoral por ter a Camara dos Deputados annullado a eleição alli feita anteriormente em virtude da dissolução da mesma Camara, podem concorrer votando em separado, os cidadãos incluídos no alistamento eleitoral, ou dell'e excluídos em revisão cujos trabalhos começaram antes do acto de dissolução e terminaram depois.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — O Dr. José Maria Metello, um dos candidatos votados na eleição do 1º districto dessa Provincia feita em



Dezembro ultimo e annullada pela Camara dos Deputados, consultou ao Governo: si são applicaveis á nova eleição a que se vai proceder naquella districto as disposições do art. 8.º § 10 da Lei n.º 3029 de 9 de Janeiro de 1881 e do art. 236 do respectivo Regulamento.

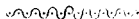
Esta consulta foi motivada pela seguinte duvida: si as alterações feitas no alistamento eleitoral pela revisão de 1884, e não attendidas na eleição geral de Deputados a que se procedeu em Dezembro ultimo em consequencia da dissolução da Camara dos Deputados, não devem tambem vigorar para a eleição que vai novamente fazer-se no referido districto, ficando assim privados de votar nessa eleição os eleitores reconhecidos naquella revisão, e podendo exercer esse direito os que foram, na mesma revisão, excluidos do alistamento.

Ouida sobre a consulta a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, foi ella de parecer que as citadas disposições não são applicaveis á futura eleição; mas que, á vista da gravidade da materia, convem que sejam tomados em separado os votos dos eleitores incluídos ou excluidos na revisão ultima, alvitre que, resalvando todos os direitos, permittirá que a duvida exposta receba sua decisão final do Poder competente, a Camara dos Deputados, que poderá levar em conta, ou não, esses votos, dando assim á lei, na parte citada, sua verdadeira intelligencia.

Entre outros fundamentos deste parecer, ponderou a referida Secção que na revisão do alistamento eleitoral, começada no 1.º districto dessa Provincia quando alli chegou a noticia da dissolução da Camara dos Deputados, não podia este acto ter influido, porque não era de prever que a actual Camara annullasse a eleição a seguir-se (a de Dezembro), e, pois, a revisão operou-se na convicção geral de que indifferentes seriam seus resultados para os primeiros comicios, o assim absolutamente extremo do defeito que a lei quiz evitar.

Com este parecer, exarado em Consulta de 27 do mez proximo passado, Houve Sua Magestade o Imperador por bem Conformar-se por Sua Immediata Resolução de 23 do corrente mez; o que declaro a V. Ex. para os devidos effeitos, observando que, para o cabal cumprimento desta imperial resolução, convem que essa Presidencia providencie no sentido de serem discriminados nas actas da nova eleição os votos dos eleitores incluídos e os dos excluidos em virtude da ultima revisão, afim de que a Camara dos Deputados fique plenamente habilitada a julgar do resultado da eleição, conforme a doutrina que prevalecer com relação ao ponto controvertido.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Florentino Meira de Vasconcellos*. — Sr. Presidente da Provincia de Matto Grosso.



## N. 32 — EM 3 DE JUNHO DE 1885

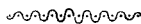
Fixa a intelligencia de uma das condições do contrato para o serviço de limpeza da cidade do Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 3 de Junho de 1885.

Inteirado do que V. S. expoz em officio de 29 do mez findo, respondendo ao Aviso deste Ministerio de 23 do dito mez, declaro a V. S. que Aleixo Gary & Comp. devem ser intimados a proceder de ora em diante á limpeza da rua do Retiro Saudoso, visto comprehender-se esta rua no perimetro do 3º districto da cidade, conforme a condição 1ª do termo de 28 de Junho de 1881.

Para reconhecer que é esta a verdadeira intelligencia da citada condição, basta considerar que o Decreto legislativo n. 3024 de 25 de Novembro de 1880, que approvou com algumas modificações o contrato para o referido serviço celebrado em 10 de Outubro de 1876 com Aleixo Gary, não alterou os districtos designados na condição 1ª desse contrato e dispoz unicamente que elles fossem disriminados pelas ruas que os limitam, fazendo-se menção destas. Ora, segundo o mencionado contrato, o 3º districto abrange o territorio da freguezia de S. Christovão, e neste territorio, marcado pelo Decreto n. 1853 de 17 de Dezembro de 1856, com a alteração posteriormente determinada pelo Decreto n. 5494 de 10 de Dezembro de 1873, que designou o territorio e limites da freguezia do Engenho Novo, se comprehendem todos os logradouros existentes nos bairros do Pedregulho e Bemfica, áquem das ruas de Bemfica e de S. Luiz Gonzaga, e no bairro da Ponta do Cajú e suas immediações, onde se acha a rua do Retiro Saudoso.

Deus Guarde a V. S. — *João Florentino Meira de Vasconcellos*.  
— Sr. Presidente da Junta Central de Hygiene Publica.



## N. 33 — EM 18 DE JUNHO DE 1885

Ao Vereador que é official da Guarda Nacional não se applica a disposição do art. 24 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881.

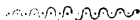
Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 18 de Junho de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n. 7 de 30 do mez proximo passado, communico a V. Ex. que mereceu a approvação do Governo a decisão pela qual, resolvendo uma consulta da

Camara Municipal do Santa Luzia, V. Ex. declarou-lhe que o Visconde do Rio das Velhas podia exercer cumulativamente os cargos de Vereador e de Commandante Superior da Guarda Nacional.

Esta decisão está de harmonia com a regra consagrada no art. 24 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, que tornou incompativeis as funções de Vereador com as de empregos publicos retribuidos, visto que entre estes empregos não se comprehendem os postos da Guarda Nacional.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Florentino Meira de Vasconcellos*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



N. 34 — EM 22 DE JUNHO DE 1885

Declara que os candidatos aos logares do magisterio das Faculdades de Direito devem ser arguidos nas respectivas theses por uma mesma turma de tres Lentes, cuja falta será suppleta por um Lente tambem eleito pela Congregação.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 22 de Junho de 1885.

Declaro a V. S., em solução do seu officio de 5 do corrente mez :

1.º Que, sempre que se apresentarem dous ou mais candidatos nos concursos ao provimento dos logares do magisterio, convem que sejam arguidos nas respectivas theses por uma mesma turma de tres Lentes, affin de que haja a maior igualdade possivel na arguição, devendo ser assim entendido o art. 148 dos novos Estatutos.

2.º Que, para supprir a falta de qualquer dos arguentes, pôde a Congregação, quando proceder á eleição dos tres Lentes, eloger mais um, *ad instar* do que se acha estatuido no art. 310 com relação ao sorteo dos arguentes das theses dos candidatos ao grau de Doutor ; não devendo, porém, o substituto tomar parte na arguição senão no caso de impedimento prolongado de qualquer dos effectivos.

Deus Guarde a V. S. — *J. F. Meira de Vasconcellos*. — Sr. Director interino da Faculade de Direito do Recife.



## N. 35 — EM 30 DE JUNHO DE 1885

Declara as disposições que regulam nas Faculdades de Direito o processo da prova oral de improviso.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 30 de Junho de 1885.

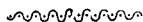
Em officio de 27 de Maio ultimo consulta V. S. si o art. 166 dos Estatutos annexos ao Decreto n. 9360 de 17 de Janeiro do corrente anno é applicavel á prova oral de improviso dos concursos ao provimento dos logares de magisterio para o fim de, em dias differentes, ser tirado o ponto e exhibida a prova pelas diversas turmas em que houverem sido divididos os candidatos, observados os arts. 162 e 163.

Das disposições dos arts. 164 e 165 applicaveis á prova de que se trata na conformidade do art. 171, decorre que, realizada a divisão em turmas, devem estas fazer a prelecção em dias successivos, tirando o ponto o primeiro dos candidatos da turma, segundo a ordem da inscripção, com antecedencia de tres quartos de hora, e tendo os demais delle conhecimento, com igual antecedencia, nos termos do art. 170.

Os arts. 162 e 163, concernentes á prova oral estudada, não podem ser observados na de improviso, cujo processo é regulado pelo que preceituam os arts. 167 a 170.

O que declaro a V. S. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S.— *J. F. Meira de Vasconcellos*.— Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.



## N. 36 — EM 30 DE JUNHO DE 1885

Manda organizar um programma especial para os exames escriptos de physica e chimica elementar do curso de odontologia das Faculdades de Medicina.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 30 de Junho de 1885.

Declaro a V. S., em resposta ao officio de 21 de Maio ultimo, que, attendendo ao que propoz a Congregação dessa Faculdade, relativamente aos exames escriptos de physica e chimica da 1ª serie do curso de odontologia, que, na conformidade do art. 8º dos Estatutos, devem versar sobre a physica elementar e a chimica elementar, resolvi autorizar que se organize um programma especial para os ditos exames.

Deus Guarde a V. S.— *J. F. Meira de Vasconcellos*.— Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



## N. 37 — EM 30 DE JUNHO DE 1885

Resolve duvidas relativas á accumulção, nas Faculdades de Medicina, de logares de Lente e adjunto ou de dous logares de adjunto.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2.<sup>a</sup> Directoria.— Rio de Janeiro em 30 de Junho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Do officio da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia de 11 de Outubro de 1884 e da representação da respectiva Contadoria, junta por cópia ao officio de 18 do citado mez, consta que ao adjunto da 1.<sup>a</sup> cadeira de clinica cirurgica da Faculdade de Medicina, Dr. Domingos Alves de Mello, designado afim de reger cumulativamente a de pathologia cirurgica, foi pago sómente o vencimento integral do Lente; bem assim que de igual modo se procedeu quanto ao Dr. Anisio Circundes de Carvalho, incumbido de accumular a regencia da 2.<sup>a</sup> cadeira de clinica medica, á qual é adjunto.

Por occasião de expor o occorrido a respeito do segundo dos referidos Doutores, consultou na mencionada representação a Contadoria da Thesouraria de Fazenda:

1.<sup>o</sup> Si o adjunto de clinica medica ou cirurgica, encarregado da regencia de uma das respectivas cadeiras, pôde exercer cumulativamente as funcções daquelle emprego, e, no caso affirmativo, si tem direito a vencimento pelo serviço de adjunto, além do que lhe compete pela indicada regencia;

2.<sup>o</sup> Si o adjunto de uma das cadeiras de clinica medica ou cirurgica pôde accumular com retribuição as funcções do outro adjunto da mesma cadeira;

3.<sup>o</sup> Si o adjunto de qualquer cadeira pôde exercer cumulativamente as funcções de adjunto de outra.

Resolvendo a consulta, declaro a V. Ex., afim de o fazer constar á Thesouraria:

1.<sup>o</sup> Que, conforme o disposto no art. 98 dos Estatutos annexos ao Decreto n. 9311 de 25 de Outubro de 1884, o adjunto designado para substituir o Lente impedido não fica isento de continuar a desempenhar as suas funcções ordinarias, salva a hypothese de impossibilidade ou inconveniencia, a juizo do Director da Faculdade.

Pela accumulção dos dous serviços cabe ao adjunto, além do seu vencimento, a gratificação do Lente, na conformidade do art. 99.

2.<sup>o</sup> Que, sendo communs as funcções dos dous adjuntos de cada uma das cadeiras de clinica medica e cirurgica, não é admissivel abonar-se a um dos mesmos adjuntos a gratificação descontada ao outro no caso de impellimento.

3.<sup>o</sup> Que o adjunto de uma cadeira não pôde ser incumbido de servir cumulativamente em outra, visto que as obrigações diarias que a esta classe de funcionarios cumpre desempenhar ficariam prejudicadas pela accumulção.

Finalmente declaro a V. Ex. que aos Drs. Domingos Alves de Mello e Anisio Circundes de Carvalho, os quaes accumularam os



dous exercicios anteriormente á publicação dos novos Estatutos, se deve pagar o vencimento integral dos respectivos empregos, além do de Lente, que já perceberam por estar vaga a cadeira de pathologia cirurgica, de que o primeiro tambem é adjunto, e achar-se o Lente da 2ª cadeira de clinica medica em commissão não retribuida pela verba destinada á Faculdade.

Deus Guarde a V. Ex.— *J. F. Meira de Vasconcellos*.— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.



N. 38 — EM O 1º DE JULHO DE 1885

Declara que o Vice-Director, no exercício interino do cargo de Director, não pôde fazer parte das commissões das Faculdades de Medicina.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em o 1º de Julho de 1885.

Em officio de 21 de Maio ultimo consulta essa Directoria si o Lente mais antigo, a quem compete a presidencia das commissões da Faculdade, deverá ceder a mesma presidencia ao Vice-Director quando este assumir o exercício do cargo de Director por occasião de achar-se em trabalhos de alguma das ditas commissões na qualidade de Lente.

Em resposta declaro a V. S. que na hypothese indicada o Vice-Director fica equiparado ao Director effectivo, e, portanto, não pôde continuar a fazer parte de qualquer das mencionadas commissões.

Deus Guarde a V. S.— *J. F. Meira de Vasconcellos*.— Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



N. 39 — EM 25 DE JULHO DE 1885

Declara que os estudantes approvados no antigo primeiro anno das Faculdades de Direito devem matricular-se nas segundas cadeiras das duas primeiras series, pagando uma só taxa.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 25 de Julho de 1885.

Em officio de 18 do corrente mez consulta V. S. que regra convem adoptar relativamente aos estudantes approvados no antigo 1º anno que pretenderem continuar seus estudos.

Em resposta declaro-lhe que taes estudantes devem matricular-se nas segundas cadeiras das duas primeiras series a que se refere o art. 392, § 1º, dos Estatutos de 17 de Janeiro findo, pagando, porém, uma só taxa, porquanto o ensino do direito ecclesiastico que actualmente faz parte da 1ª serie, vai ser ministrado na 2ª em substituição do direito romano, em que já foram approvados.

Deus Guarde a V. S.— *J. F. Meira de Vasconcellos*.— Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.



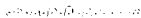
#### N. 40 — EM 30 DE JULHO DE 1885

Declara que a quinta-feira não é feriado nas aulas preparatorias.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 30 de Julho de 1885.

Em resposta ao officio de 16 do corrente mez declaro a V. S. que, tendo pelos novos Estatutos deixado a quinta-feira de ser feriado nas Faculdades de Direito, não póde aquelle dia continuar a ser considerado como tal nas aulas preparatorias, á vista do disposto no art. 17 da Portaria de 4 de Maio de 1856.

Deus Guarde a V. S.— *J. F. Meira de Vasconcellos*.— Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.



#### N. 41 — EM 30 DE JULHO DE 1885

Declara que as aulas da Faculdade de Direito de S. Paulo podem começar ás 8 horas da manhã; que não póde a Congregação suspender a execução da disposição dos Estatutos; que a publicação da « Revista » depende de votar-se a consignação respectiva; e que ao Director cabe propor os substitutos que accumulem logares de outras secções.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 30 de Julho de 1885.

Resolvendo a consulta feita por V. S. em officio de 18 do corrente mez, declaro-lhe:

1.º Que as aulas da Faculdade podem começar ás 8 horas da manhã, si a Congregação, a quem, na conformidade do art. 221 dos

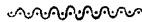
Estatutos, compete organizar o horario, entender que esta medida é exigida pela conveniencia do ensino e não prejudica os demais serviços do Estabelecimento;

2.º Que, não podendo a Congregação, cujas attribuições estão definidas nos Estatutos, suspender a execução do disposto no art. 42, devem os substitutos fazer os cursos complementares emquanto, pelos meios competentes, se não resolver o contrario;

3.º Que a publicação da « Revista de sciencias juridicas e sociaes » é indispensavel preceda a decretação dos fundos necessarios para occorrer á respectiva despesa;

4.º Que a V. S. cabe propor ao Governo o substituto que lhe parecer dever accumular o logar vago na 3ª secção, e convidar outro para servir no impedimento do Dr. Brazilio Augusto Machado de Oliveira, substituto da 6ª secção.

Deus Guarde a V. S.— *J. F. Meira de Vasconcellos*.— Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.



#### N. 42 — EM 31 DE JULHO DE 1885

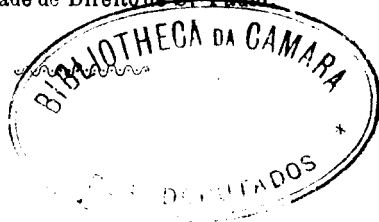
Declara que a Congregação é incompetente para suspender a execução de disposições dos Estatutos das Faculdades de Direito, e recommenda ao Director da de S. Paulo que em casos semelhantes proceda de accordo com o disposto na 2ª parte do § 6º do art. 13.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 31 de Julho de 1885.

Tenho presente o officio de 28 do mez que hoje finda, no qual V. S. me participa haver a Congregação dessa Faculdade votado que se suspendesse, até ulterior deliberação do Governo, o recebimento das propinas que, na conformidade dos arts. 256 e 299 dos Estatutos, devem pagar os candidatos admittidos a exame ou a defesa de theses fóra da época ordinaria.

Em resposta declaro a V. S. que a Congregação fallece competencia para suspender a execução de disposições de Estatutos mandadas observar por acto do Governo, e recommendo-lhe que, em casos semelhantes, proceda de accordo com o disposto na 2ª parte do § 6º do art. 13.

Deus Guarde a V. S.— *J. F. Meira de Vasconcellos*.— Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.



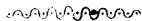
## N. 43 — EM 4 DE AGOSTO DE 1885

Declara que, achando-se Paulino Martins Pacheco provido no lugar de Professor de calligraphia e desenho linear da Escola Normal da Corte, não mais lhe aproveita o Aviso de 30 de Abril de 1880.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 4 de Agosto de 1885.

Declaro a Vm., para os fins convenientes e com referencia ao seu officio de 21 de Julho ultimo, que, não podendo os Professores do curso de artes ser designados para a commissão de que trata o § 6º do art. 77 do Regulamento annexo ao Decreto n. 8025 de 16 de Março de 1881, e que, conjunctamente com os Delegados de districto, têm de inspecção as escolas publicas da Corte e visitar as escolas ou collegios particulares, cumpre que Paulino Martins Pacheco, que se acha provido no lugar de Professor de calligraphia e desenho linear, seja substituido naquella commissão, visto que não mais lhe aproveita o Aviso deste Ministerio de 30 de Abril de 1880, pelo qual se resolveu que, enquanto elle estivesse com exercicio nessa Escola na qualidade de Professor vitalicio do extincto Instituto Commercial, daveria servir na mesma categoria que tinha neste Estabelecimento, e consequentemente lhe assistia o direito de fazer parte da Congregação.

Deus Guarde a Vm.— *J. P. Meira de Vasconcellos*.— Sr. Director da Escola Normal.



## N. 44 — EM 22 DE AGOSTO DE 1885

Sobre a designação de um official inferior do corpo de operarios militares para dirigir os exercicios militares dos menores do Asylo de Meninos Desvalidos.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 22 de Agosto de 1885.

Tendo sido reconhecida a vantagem que para os menores desse Asylo haverá em fazerem exercicios militares apropriados, solicitou-se em 18 do corrente mez ao Ministerio dos Negocios da Guerra a expedição de ordem afim de ser a direcção de taes exercicios confiada a um instructor militar, sem que d'ahi resulte despesa para o Ministerio do Imperio.

Havendo o primeiro dos ditos Ministerios, conforme communicou em Aviso da mesma data, ordenado que o Director do Arsenal de Guerra da Côrte designe para aquelle fim um official inferior do corpo de operarios militares, assim o declaro a Vm. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a Vm.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director do Asylo de Meninos Desvalidos.



N. 45 — EM 26 DE AGOSTO DE 1885

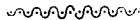
Declara em que condições se deverá proceder na Escola de minas a exames de preparatorios, e que o art. 91 do Regulamento de 27 de Junho findo não se refere aos alumnos do curso superior.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 26 de Agosto de 1885.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio de 13 do corrente mez, que, procedendo-se nessa capital a exames de preparatorios perante a Delegacia especial da Inspectoria Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte, não devem taes exames fazer-se tambem na Escola a seu cargo senão em circumstancias extraordinarias e por determinação do Governo, e consequentemente não ha por emquanto necessidade de expedir nenhuma providencia com referencia á disposição do art. 98 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9448 de 27 de Junho findo.

Declaro outrosim a V. S. que o art. 91 do citado regulamento especifica uma das condições que, para serem admittidos a exames finaes, têm de preencher os alumnos do 1º e 2º annos do curso geral, e não os do curso superior, dos quaes trata especialmente o art. 94.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Escola de minas.



## N. 46 — EM 29 DE AGOSTO DE 1885

Declara que os exames de physica e chimica do Imperial Collegio de Pedro II dispensam os do curso de odontologia das Faculdades de Medicina.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 29 de Agosto de 1885.

Em resposta ao officio dessa Directoria de 28 de Julho ultimo, declaro a V. S. que os exames de physica e chimica do Imperial Collegio de Pedro II devem ser accitos na Faculdade a seu cargo para o fim de dispensarem os das mesmas materias do curso de odontologia, visto ser o programma destes menos desenvolvido que os daquelles.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



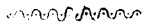
## N. 47 — EM 31 DE AGOSTO DE 1885

Declara que a inscripção dos concurrentes aos logares do magisterio da Escola de minas pôde ser feita por procurador, no caso de justo impedimento.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 31 de Agosto de 1885.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio de 22 do corrente mez, que, de accôrdo com o que se pratica nas Faculdades de Medicina e de Direito e na Escola Polytechnica, pôde a inscripção para os concursos aos logares do magisterio dessa Escola ser feita por procurador, si o candidato tiver justo impedimento.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Escola de minas.



## N. 48 — EM 31 DE AGOSTO DE 1885

Declara sujeitos a desconto de vencimento os Lentes das Faculdades de Medicina que faltarem aos actos extraordinarios de exames e defesas de theses.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 31 de Agosto de 1885.

Em resposta ao officio de V. S., de 22 de Julho ultimo, declaro-lhe que, constituindo um serviço creado pelos Estatutos de 25 de Outubro de 1884 os exames e defesas de theses a que se procede fóra das épocas marcadas nos arts. 390 e 455, os Lentes, designados para fazerem parte das respectivas commissões, que deixarem de comparecer, ficarão sujeitos, na conformidade do art. 60, ao desconto de vencimento de que trata o artigo antecedente.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



## N. 49 — EM O 1º DE SETEMBRO DE 1885

Dá as instrucções que devem ser observadas para que os alumnos dos antigos cursos da Escola de minas possam concluir seus estudos sob o regimen do Regulamento de 27 de Junho de 1885.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em o 1º de Setembro de 1885.

A vista do que propoz a Congregação dessa Escola, na conformidade do art. 116 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9448 de 27 de Junho proximo passado, declaro a V. S., com referencia aos seus officios de 19 e 24 de Agosto ultimo, que, afim de podorem os alumnos matriculados e approvados nos diferentes annos dos antigos cursos continuar e concluir seus estudos sob o regimen do mesmo regulamento, cumpre que se observem as seguintes instrucções:

1.ª O alumno approvado no 1º anno do antigo curso preparatorio deverá matricular-se no 2º anno do actual curso geral.

2.ª O alumno que, tendo o anno passado frequentado as aulas do 2º anno do curso preparatorio, se habilitou afim de ser admittido ao concurso exigido para a matricula no antigo curso superior, deverá fazer exame das materias daquelle 2º anno, e, no caso de obter approvação, matricular-se no 3º anno do

L.— Decisões de 1885 3



actual curso geral; sendo, porém, obrigado a frequentar a 3ª cadeira do anno anterior e a mostrar-se approved em exame final das materias que a constituem e de geometria analytica a tres dimensões antes de submeter-se ao concurso de que tratam o art. 75 e seguintes do vigente regulamento.

Aos alumnos nestas condições ficará dispensado o estudo da botânica, que fazia parte do antigo curso preparatorio.

3.ª O estudante já habilitado em concurso para a matricula do antigo curso superior, poderá matricular-se no 3º anno do actual curso geral, mediante as mesmas obrigações mencionadas no parapho antecedente.

4.ª O alumno approved no 1º anno do antigo curso superior deverá matricular-se no 1º anno do actual e estudar a chimica dos metaes e organica, de que prestará exame final, ficando dispensado do estudo da mineralogia, que fazia parte do dito 1º anno do antigo curso superior.

5.ª O alumno approved no 2º anno do antigo curso superior será matriculado no 2º do actual, ficando dispensado de estudar a geologia e lavra de minas que se comprehendiam no programma do referido 2º anno do antigo curso superior.

Será, porém, obrigado a estudar as materias da 3ª cadeira do 1º anno e a fazer exame final.

Declaro outrosim a V. S. que o alumno a quem faltar a habilitação em agrimensura e cosmographia, não poderá ser conferido o titulo a que se refere o art. 93.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Escola de minas.

*Assinatura do Sr. Director*

#### N. 50 — EM 11 DE SETEMBRO DE 1885

Declara que dous estudantes, matriculados na Faculdade de Direito do Recife, com exames de Historia prestados na Escola Militar da Corte, devem apresentar, se inscreverem-se para o exame da 1ª serie, certidão de approvação na dita disciplina válida para a matricula nos cursos superiores.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 11 de Setembro de 1885.

Tendo-se resolvido, por Aviso de 22 de Abril findo, que dos exames prestados na Escola Militar da Corte sejam válidos para a matricula nas Faculdades de Direito sómente os finais de portuguez, francez, inglez, geographia, arithmetica e geometria, não pôde ser accito para a dita matricula o exame



de historia que na citada Escola effectuaram os estudantes Luiz Furtado de Oliveira Cabral e Antonio Gomes Pereira Junior, os quaes, ao inscreverem-se para o exame da 1ª serie dessa Faculdade, devem apresentar certidão de approvação no exame da ultima disciplina realizado em alguma das Faculdades ou perante qualquer Delegacia do Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Côrte: o que declaro a V. S. para os fins convenientes e em resposta ao seu officio do 1º de Junho do corrente anno.

Por esta occasião devolvo a V. S. a certidão que acompanhou o mencionado officio.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director interno da Faculdade de Direito do Recife.

#### N. 51 — EM 12 DE SETEMBRO DE 1885

Resolve duvidas relativas á habilitação dos concorrentes ás cadeiras de instrução primaria, em musica, gymnastica, desenho e costura.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1885.

Em officio de 4 do corrente mez consulta Vm. sobre as seguintes duvidas que occorreram quanto á execução do Decreto n. 8085 de 11 de Agosto de 1883, que regula o provimento provisorio das cadeiras publicas de instrução primaria, do 1º grau, do municipio da Côrte:

1.ª Si o exame de desenho deve ser feito pela commissão julgadora e si os outros exames de artes devem ser julgados pela mesma commissão ou pelas pessoas a quem se refere o art. 7º do mencionado decreto;

2.ª Si os exames de musica, gymnastica, desenho e costura prestados na Escola Normal da Côrte podem ser admittidos para a classificação dos candidatos.

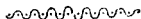
Resolvendo as referidas duvidas, declaro a Vm.:

1.º Que a habilitação em desenho deve regular-se pelo art. 7º, e que a commissão compete julgar as provas dos candidatos nessa e nas outras artes, providenciando para que sejam examinados na dita Escola de conformidade com as respectivas instrucções;

2.º Que não podem deixar de continuar a ser admittidos os exames prestados na Escola Normal, porquanto, impondo o citado decreto aos que forem nomeados Professores a obrigação de exhibirem, no prazo de quatro annos, diploma passado por

aquelle estabelecimento, a recusa de taes exames importaria em considerar inutil a habilitação de que aliás fica dependente a continuação dos nomeados no magisterio; ao que accresco não ter havido declaração em contrario ao annunciar-se a inscrição ou em outra qualquer occasião propria.

Deus Guarde a Vm.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Córte.



#### N. 52 — EM 12 DE SETEMBRO DE 1885

Declara como devem ser providos interinamente os logares de adjuntos das Faculdades de Medicina; bem assim que são incompativeis as funcções de adjuntos e preparadores.

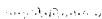
Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1885.

Em officio de 12 de Agosto ultimo consulta V. S. si, no caso de estar vago o logar de adjunto de alguma das cadeiras da Faculdade ou impedido o respectivo funcionario, deve essa Directoria proceder na conformidade do art. 129 dos Estatutos relativo ao provimento interino dos empregos de preparadores, e si estes podem servir de adjuntos quando da accumulção não resulte prejuizo para o ensino.

Em resposta declaro a V. S. que, nos termos do Aviso de 5 de Agosto do anno findo, os logares de adjuntos são preenchidos interinamente por pessoas designadas pelo Director da Faculdade, ou nomeadas por este Ministerio, sobre proposta do mesmo Director, no caso de vaga ou de impedimento por mais de 15 dias.

Declaro-lhe outrossim que a designação deverá recahir em pessoas estranhas ao Estabelecimento, attenta a incompatibilidade das funcções dos adjuntos e preparadores.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director interino da Faculdade de Medicina da Bahia.



## N. 53 — EM 15 DE SETEMBRO DE 1885

Na eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Camara Municipal, quando é feita em sessão posterior á de posse dos Vereadores effectivos, póde intervir o immediato chamado para perfazer a maioria.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 15 de Setembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— De uma representação, devidamente documentada, que dirigiram ao Governo quatro Vereadores da Camara Municipal da cidade de S. José de Mipibú, consta :

Que o antecessor de V. Ex. resolveu annullar a eleição do Presidente e do Vice-Presidente daquella Camara effectuada na sessão de 12 de Janeiro ultimo, por entender ter sido illegal a intervenção, nesse acto, de um immediato de Vereador ;

Que, por tal fundamento, foram na mesma occasião suspensos e mandados responsabilisar aquelles Vereadores ;

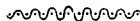
Que, no processo de responsabilidade instaurado, foi julgada improcedente a denuncia apresentada pelo Promotor Publico, por não descobrir o Juiz de Direito illegalidade no facto que motivára o acto de suspensão, sendo este despacho confirmado por acórdão da Relação do districto.

A' vista desta decisão, consultam os referidos Vereadores si deve subsistir a eleição feita, ou proceder-se a outra.

Resolvendo a consulta, cabe-me declarar a V. Ex., para o fazer constar á Camara Municipal de S. José de Mipibú, que deve subsistir a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da mesma Camara, realzada na sessão de 12 de Janeiro ultimo ; revogado pela improcedencia de seu fundamento o acto que a annullou.

Para a representação da maioria da Camara nessa sessão, era indispensavel a chamada de um immediato de Vereador, porque só haviam comparecido os quatro Vereadores consultantes, e a intervenção desse immediato na eleição do Presidente e do Vice-Presidente era providencia cabivel, desde que esta eleição não se effectuou na primeira sessão do quadriennio, ou de posse dos Vereadores effectivos, não se applicando a este caso a doutrina do Aviso n. 18 de 17 de Fevereiro de 1883, conforme, em relação a caso identico, foi declarado no Aviso n. 11 de 11 de Março de 1884.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.



## N. 54 — EM 18 DE SETEMBRO DE 1885

Declara como deve proceder a autoridade sanitaria em relação ás estalagens e outros predios semelhantes que estiverem em condições de ser demolidos.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1885.

Accuso recebido o officio de 2 do corrente mez, pelo qual V. S. informou que a comissão vaccinico-sanitaria da Gloria julga no caso de ser demolida a estalagem n. 55 da rua da Passagem.

Em resposta declaro a V. S. que a indicada demolição, e quaisquer outras que na actualidade sejam reclamadas, devem ficar dependentes da organização das empresas constructoras de edificios destinados á habitação de operarios e classes pobres, as quaes, segundo o disposto no art. 1º § 1º do Decreto legislativo n. 3151 de 9 de Dezembro de 1882, serão obrigadas ao pagamento das despesas com a demolição dos cortiços condemnados pela autoridade competente.

Cumpra, entretanto, que, de accôrdo com a disposição do art. 3º, ultima parte, do Decreto n. 9084 de 15 de Dezembro de 1883, se conservem fechados os predios nas condições de de que se trata.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Junta Central de Hygiene Publica.

## N. 55 — EM 23 DE SETEMBRO DE 1885

Não podem os membros em minoria da Junta apuradora lavrar protestos na acta da apuração, mas apenas appensar á cópia da mesma acta a exposição da razão de seus votos.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Rio de Janeiro em 23 de Setembro de 1885.

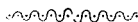
Ilm. e Exm. Sr. — Em officio n. 23 de 22 do mez findo submetteu essa Presidencia ao Governo a seguinte consulta do Juiz de Direito da comarca de Itaboraita, Bacharel Manoel Armindo Cordeiro Guaraná :

« Si podem os membros, em minoria, da Junta apuradora lavrar protestos na acta da apuração, ou si apenas lhes é facultado, como a qualquer cidadão elegivel, apresentar por escripto reclamações relativas á apuração geral, nos termos dos arts. 161 e 177 do Regulamento n. 8213 de 13 de Agosto de 1881. »

No officio daquelle Juiz, que acompanhou o dessa Presidencia, pondera elle que, tendo de manifestar perante a Junta apuradora do 2º districto eleitoral, na ultima apuração a que presidiu, o seu modo de entender sobre o assumpto, foi de opinião que, embora o Regulamento n. 8213 de 13 de Agosto de 1881 não tivesse cogitado especialmente deste caso, contudo, devendo-se guardar certa uniformidade nos actos publicos da mesma natureza e parecendo-lhe que a hypothese tinha inteira applicação o disposto no § 3º do art. 149 daquelle Regulamento, ao membro da Junta que não se conformasse com o resultado ou modo de fazer-se a apuração cabia simplesmente assignar-se vencido, *à instar* do que, de accôrdo com o referido paragrapho, se pratica quanto ás actas das mesas eleitoraes, podendo fazer por escripto as representações de que trata o art. 161, para se appensarem á acta da apuração.

O Governo conforma-se com essa parecer pelas razões em que se funda, ás quaes accreço a disposição, tambem applicavel ao caso, da parte final do art. 150 do citado Regulamento, que manda appensar á cópia da acta das mesas eleitoraes qualquer exposição de razão de voto ou declaração que algum dos membros da mesa apresentar: o que declaro a V. Ex. para o fazer constar ao referido magistrado.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.



#### N. 56 — EM 23 DE SETEMBRO DE 1885

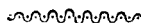
Declara que a Illma. Camara Municipal deve limitar-se a dar denominação ás novas ruas, travessas e praças da cidade.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 23 de Setembro de 1885.

Sua Magestade o Imperador Manda declarar á Illma. Camara Municipal, reiterando as recommendações constantes das Portarias de 20 de Setembro de 1875 e 22 de Março de 1879:

1.º Que, sendo sobremodo inconveniente, segundo a pratica tem mostrado, a mudança dos nomes das antigas ruas e praças da cidade, cumpre que a Illma. Camara se limite a dar denominação ás novas ruas, travessas e praças, nos termos do art. 4º § 5º do Decreto n. 152 de 16 de Abril de 1842;

2.º Que, ainda neste caso, deve sujeitar o seu acto á approvação do Governo, conforme preceitua a citada disposição.— *Barão de Mamoré*.



## N. 57 — EM 23 DE SETEMBRO DE 1885

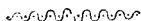
Determina sejam applicadas aos membros do magisterio do Imperial Collegio de Pedro II as penas em que incorrerem pela falta de participação do seu impedimento.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 23 de Setembro de 1885.

Accuso o recebimento do officio de 14 do corrente mez, em que Vm. me communica ter-se apresentado nesse dia, para dar aula, o Professor de portuguez e historia litteraria do Externato do Imperial Collegio de Pedro II Manoel Pacheco da Silva Junior, o qual por motivo de molestia, conforme só naquella data participou ao respectivo Reitor, doixára de comparecer desde 2 do mesmo mez.

Por esta occasião declaro a Vm., para os devidos effeitos, que, na conformidade do art. 51 do Decreto n. 2006 de 24 de Outubro de 1857, cumpre sejam applicadas aos membros do magisterio do dito Collegio as penas do art. 115 do Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854, em que incorrerem pela falta de participação do impedimento em que se achem.

Deus Guarde a Vm.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Côrte.



## N. 58 — EM 26 DE SETEMBRO DE 1885

Declara que, destinando-se o Imperial Collegio de Pedro II sómente ao ensino das pessoas do sexo masculino, não devem mais ser admitidas no Externato as do sexo feminino.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1885.

Tendo resolvido que, por não estar contemplada na Lei do orçamento, cesse immediatamente a despesa autorizada em 16 de Julho findo com uma inspectora de alumnas do Externato do Imperial Collegio de Pedro II, haja Vm. de recommendar ao Reitor providencie afim de que, de accôrdo com o que informou em officio de 30 de Maio do corrente anno, sejam as alumnas que actualmente frequentam as aulas encaminhadas para a Escola Normal da Côrte, para o Lyceu de Artes e Officios, ou para o curso nocturno estabelecido no edificio do Externato.

Destinando-se o Imperial Collegio de Pedro II sómente ao ensino das pessoas do sexo masculino, declaro por esta occasião a Vm. que não devem mais ser alli admittidas as do sexo feminino.

Deus Guarde a Vm.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Córte.



N. 59 — EM 26 DE SETEMBRO DE 1885

A escusa do cargo de Vereador só é permittida nos dous casos expressamente definidos no art. 19 da Lei do 1º de Outubro de 1828.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Tendo o Bacharel Augusto Carlos Vaz de Oliveira, Vereador da Camara Municipal da capital dessa Provincia, declarado que renunciava o cargo por haver reconhecido que, apesar de boa vontade, não podia prestar ao municipio os serviços que desejava, aceitou a Camara a renuncia, solicitando dessa Presidencia a providencia que fosse de lei para o preenchimento da vaga daquelle Bacharel.

Communicando esta occurrencia ao Governo, consultou um dos antecessores de V. Ex. : « si, á vista do acto da Camara, devia-se considerar vago o logar e proceder a nova eleição, nos termos do art. 22 § 3º da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, ou si ainda prevalecia o disposto no art. 19 da Lei do 1º de Outubro de 1828 ».

Resolvendo a consulta, cabe-me declarar a V. Ex. para os devidos effeitos :

Que, subsistindo a disposição do art. 19 da Lei do 1º de Outubro de 1828, visto que não o revogou a Lei n. 3029 de 1881, procedeu irregularmente a Camara Municipal da capital aceitando a renuncia do referido Bacharel ao cargo de Vereador. Esse artigo permite, não a renuncia, mas a escusa do cargo nos dous casos alli expressamente definidos, entre os quaes não se comprehende o motivo allegado pelo mesmo Bacharel, a quem cumpre, consequentemente, reassumir suas funcções na Camara.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



## N. 60 — EM 28 DE SETEMBRO DE 1885

Declara que não convem a nomeação de substitutos interinos para o Imperial Collegio de Pedro II e dá regras para a designação dos substitutos que rejam interinamente as cadeiras e sirvam de Professores supplementares.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 28 de Setembro de 1885.

Attendendo a que têm sido nomeados substitutos interinos para logares do Imperial Collegio de Pedro II providos effectivamente, e a que a conveniencia não só se reduzir quanto fôr possível as despesas publicas, como ainda da instrucção naquelle Estabelecimento aconselha não se mantenhem taes funcionarios interinos sómente para o fim de preparar as lições dos alumnos no Internato, resolvi que, a contar do 1º do mez proximo, se dispensem todos os que se acham nas condições alludidas.

Dando conhecimento desta resolução aos Reitores, para os devidos effectos, Vm. lhes recommendará que, no caso de não poder o substituto de alguma cadeira cujo proprietario estiver impedido, ser encarregado da respectiva regencia por se achar na de outra que lhe compita, deve commetter-se aquella regencia a algum dos demais substitutos effectivos, o que se comunicará logo a este Ministerio assim de que elle decida sobre a approvação.

Ilavenlo mandado suspender a despesa que se tem feito com Professores supplementares, visto não estar contemplada na Lei do orçamento, todavia determino, de accôrdo com o pensamento de se incumbirem aos substitutos, de preferencia ao do preparo das lições, os outros serviços lectivos, que, si a isso se prestarem sem remuneração adicional, continuem a reger as aulas subdivididas os substitutos effectivos a cujo cargo ellas se achavam, e sejam algumas das restantes, de cuja regencia devem ficar dispensados os interinos ou pessoas estranhas ao Imperial Collegio, confiadas a outros substitutos com as necessarias habilitações: o que tudo declaro a Vm. para a devida execução.

Deus Guarde a Vm. — *Barto de Mamoré*. — Sr. Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte.

*Barto de Mamoré*



## N. 61 — EM 2 DE OUTUBRO DE 1885

Os Presidentes de Provincia podem entrar *ex officio* no conhecimento da procedencia dos motivos que determinam a escusa de Vereador, quando recebem a communicação da vaga afim de designarem dia para a eleição do novo Vereador.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— O antecessor de V. Ex., José Antonio Alves de Brito, tendo recebido communicação da vaga do Vereador da Camara Municipal da cidade Viçosa, Antonio Olympio Moreira, por ter este cidadão obtido escusa do cargo, exigiu, antes de marcar dia para a eleição de quem o substituisse, que a Camara Municipal informasse qual fôra o motivo da escusa; e, informando a Camara que o referido cidadão fizera desistencia do cargo por não ter, conforme declarou, aptidão para exercel-o, deixou o mesmo antecessor de expedir ordem para a eleição, declarando á Camara que não se podia considerar vago o lugar, porque o pedido de escusa não fôra justificado nos termos do art. 19 da Lei do 1º de Outubro de 1828.

Em consequencia desta resolução, o referido cidadão officiou a essa Presidencia, insistindo no fundamento da escusa e pedindo que fosse mantido o acto da Camara.

Communicando estas occurrencias ao Governo em officio de 10 do mez proximo passado, pondera essa Presidencia:

Que a Lei do 1º de Outubro de 1828, facultando ás Camaras Municipaes no art. 20 a concessão de escusa do cargo de Vereador nos casos estabelecidos pelo art. 19, não fez depender a effectividade dessa concessão do assentimento ou approvação de qualquer outra autoridade superior, antes a considera acto perfeito e acabado, salvo o caso de interposição de recurso, segundo as normas da mesma lei;

Que esta doutrina, que parece incontestavel, não é, todavia, observada por alguns Presidentes de Provincia, que, como no caso acima exposto, entram *ex officio* no conhecimento da procedencia dos motivos da escusa quando recebem da Camara a communicação da vaga, afim de designarem dia para a eleição.

A' vista destas ponderações, pede essa Presidencia que o Governo indique a solução que se deverá dar á questão vertente.

Considerando:

Que a concessão de escusa do cargo de Vereador só se pôde realizar nos precisos termos dos arts. 19 e 20 da Lei do 1º de Outubro de 1828, o que não succedeu no caso de que se trata;

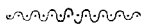
Que, em face do art. 22 § 3º da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, cessou o procedimento das Camaras Municipaes indicado no art. 20 da citada Lei de 1828, desde as palavras « e mandará no mesmo acto, etc. », ficando assim prejudicado o recurso a que se refere esta parte do artigo e privada a autoridade superior do meio de fiscalisar o acto da Camara, a não proceder *ex officio*;

Que ao Presidente da Provincia, como primeira autoridade incumbida de velar sobre a execução das leis na Provincia, não se pôde contestar o direito de apreciar *ex officio* a procedencia dos motivos allegados pelo Vereador escusado;

Que na attribuição, que aos Presidentes de Provincia conferiu o art. 206 do Regulamento n. 8213 de 13 de Agosto de 1881, de marcar dia para a nova eleição, está implicitamente comprehendida a de apreciar a existencia legal da vaga :

Cabe-me declarar a V. Ex., em resposta ao mencionado officio, que o seu dito antecessor procedeu regularmente deixando de considerar vago o lugar do Vereador Antonio Olympio Moreira, cuja escusa foi illegalmente aceita pela Camara Municipal da cidade Viçosa: o que V. Ex. fará constar a esta corporação para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



#### N. 62 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1885

Declara que as portarias de licença aos empregados civis dependentes do Ministerio do Imperio, embora mencionem a data em que se deverá contar o respectivo tempo, não podem produzir effeito sem que tenham sido apresentadas á autoridade superior.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Com referencia ao Aviso desse Ministerio de 15 de Junho do corrente anno, declaro a V. Ex. que, á vista do disposto no art. 12 do Decreto n. 8188 de 22 de Abril de 1882 e effectuando-se á vista da folha organisa-la pelos Chefes das Repartições o pagamento do vencimento dos empregados civis dependentes do Ministerio a meu cargo, não podem as portarias pelas quaes se concede licença a taes empregados produzir seus effeitos sem que tenham sido apresentadas á autoridade superior, e portanto não lhes é applicavel a doutrina do Aviso n. 372 de 8 de Agosto de 1862 e da Ordem n. 606 de 18 de Dezembro de 1869.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.



## N. 63 — EM 8 DE OUTUBRO DE 1885

Dá as instrucções que devem ser observadas, no Imperial Lyceu de Artes e Officios, nos concursós para a concessão da medalha de Merito.

Sua Magestade o Imperadór Ha por bem, á vista do que propoz a Congregação dos professores do Imperial Lyceu de Artes e Officios, que nos concursos para a concessão da medalha de Merito de que trata o Decreto n. 4701 de 25 de Fevereiro de 1871, se observe o seguinte Regulamento :

Art. 1.º Os concursos, a que serão admittidos sómente os alumnos que, tendo-se distinguido por seus talentos, applicação, aproveitamento e moralidade, houverem alcançado premios de medalha de prata, começarão no primeiro dia util do mez de Junho de cada anno.

Este anno as provas do concurso principiarão no corrente mez.

Art. 2.º Oito dias, pelo menos, antes de começarem as provas, serão publicados por editaes affixados na secretaria do Lyceu e nas aulas os nomes dos alumnos que reunirem os requisitos exigidos para a admissão ao concurso.

Art. 3.º Os concursos versarão sobre as materias que constituem a secção de artes do plano de ensino daquelle Estabelecimento, exceptuada a pintura.

Art. 4.º O prazo para a execução dos trabalhos, que se farão nos dias uteis em sessões de tres horas, não excederá a 60 dias.

Art. 5.º Ao professor da aula respectiva compete, de accôrdo com a directoria do Lyceu, a escolha das provas e a determinação prévia do numero de dias necessarios á sua execução.

Na aula de musica o concurso constará de duas provas : uma escripta e outra oral, as quaes versarão sobre pontos tirados á sorte com antecedencia de um quarto de hora, quanto á oral, e na occasião do acto, quanto á escripta.

Art. 6.º As provas graphicas de desenho e musica serão feitas em papel com o sello do Lyceu e rubricado pelo secretario. As provas de esculptura serão feitas em argilla.

Nas provas, as quaes não serão assignadas, escreverá o secretario, no acto da entrega, numeros de ordem, que reproduzirá na relação nominal dos concurrentes. Depois de sellada e lacrada, esta relação será aberta em sessão da directoria, concluido o julgamento dos trabalhos.

Art. 7.º Si, um quarto de hora depois da marcada para começar a prova, ainda não houverem comparecido todos os candidatos, principiarão os trabalhos dos que estiverem presentes, sendo admittidos os domais na ordem em que chegarem.

Art. 8.º No fim de cada uma das sessões e em presença dos concurrentes, serão os trabalhos reunidos e sellados por qualquer dos membros da directoria. No acto de começar diariamente a prova

e á proporção que chegarem os concorrentes, quebrar-se-hão os sellos.

Os concorrentes trabalharão sob a inspecção de um Professor, previamente designado pelo director. Qualquer eventualidade que se der durante a execução do trabalho será immediatamente levada ao conhecimento da directoria pelo professor.

Art. 9.º No primeiro dia útil que se seguir ao da terminação do concurso, a directoria elegorá quatro professores da respectiva secção para constituírem, como o professor da aula sobre que versar o trabalho, a commissão que julgará as provas e as classificará segundo o seu merecimento.

Não será julgada a prova que não estiver concluída, e excluir-se-ha do concurso a que por sua inferioridade não deva ser classificada.

Art. 10. Depois de julgados e classificados os trabalhos, o director, ou na sua ausencia, um dos membros da directoria por elle designado, indicará no proprio trabalho a data do julgamento e o lugar que lhe competir na classificação. Esta indicação será rubricada pela commissão e pelo director ou por quem o substituir.

Art. 11. No prazo de oito dias contados da data do julgamento, na sessão de que trata o art. 6.º deste Regulamento, a qual não se realizará, em primeira convocação, sem a presença da maioria da commissão, o presidente do Lyceu abrirá a relação nominal dos candidatos e fará organizar a dos classificados segundo o resultado do concurso.

Art. 12. No caso de empate no julgamento caberá o primeiro lugar ao alumno que houver obtido maior somma de approvações nas aulas oraes do Lyceu, e, si ainda continuar o mesmo empate, prevalecerá a circumstancia de ser o alumno mais moderno na aula da materia a que se referir o concurso e depois a de melhores approvações nas referidas aulas oraes.

Art. 13. Do processo dos concursos, assim como do respectivo julgamento, se lavrarão em livro especial actas, de que serão enviadas cópias á Congregação dos professores do Imperio Lyceu de Artes e Officios, afim de que, tendo em vista o disposto no art. 2.º do citado decreto, proponha ao Ministerio do Imperio os alumnos a quem no seu entender deva ser concedido o uso da medalha.

Art. 14. Em sessão solemne da Sociedade Propagadora das Bellas Artes serão entregues aos alumnos as medalhas de merito.

Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1885.— *Barão de Mamoré*.

## N. 64 — EM 9 DE OUTUBRO DE 1885

Declara que, no caso de impedimento prolongado de algum dos examinadores nos concursos do Imperial Collegio de Pedro II, deve-se proceder á nomeação de outro examinador, a qual poderá recahir em pessoa estranha ao corpo docente.

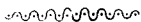
Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 9 de Outubro de 1885.

Em officio de 2 do corrente mez, communicou-me Vm. que, por haver o Professor do Imperial Collegio de Pedro II, Bacharel Luiz Pedro Drago, pedido dispensa de servir como examinador no concurso para provimento do lugar de Professor substituto de mathematicas do mes no Collegio, allegando molestia de caracter agudo que o impossibilitava de entregar-se por algum tempo a trabalhos intellectuaes, a respectiva Congregação, á qual foi sujeito o pedido, resolveu em attenção ao motivo allegado e á conveniencia de não nomear outro examinador, que por prazo não menor de vinte dias se aguardasse o restabelecimento do Bacharel Drago.

Constando entretanto do officio que a essa Inspectoria dirigiu o Reitor do Externato do referido Collegio, e por ella me foi transmittido em data de 5, que neste dia voltou o dito Professor ao exercicio de sua cadeira, convem que quanto antes se effectue o concurso, no qual elle deve servir como examinador, em cumprimento do Aviso de 4 de Agosto ultimo: o que declaro a Vm. para a devida execução.

Por esta occasião declaro outrossim a Vm. que, no caso de impedimento prolongado de algum dos examinadores nos concursos do Imperial Collegio, em vez de serem estes espaçados até que cesse o impedimento, deve-se proceder á nomeação de outro examinador, a qual poderá recahir em pessoa estranha ao corpo docente do Collegio, na conformidade do art. 13 do Regimento de 23 de Junho de 1882.

Deus Guardo a Vm. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Inspector geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Côrte.



## N. 65 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1885

Autoriza a Directoria da Faculdade de Direito do Recife a suspender a execução do art. 253 dos Estatutos de 17 de Janeiro de 1885.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1885.

Confirmando o meu telegramma desta data expedido em resposta ao de V. S. de 17 do corrente mez, declaro-lhe para os fins con-

venientes que, á vista do que expoz, autorizo-o a suspender nessa Faculdade, até ulterior deliberação, a execução do art. 253 dos estatutos annexos ao Decreto n. 9360 de 17 de Janeiro ultimo, na parte em que permite que os estudantes prestem no mesmo anno lectivo exame de mais de uma serie.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director interno da Faculdade de Direito do Recife.



#### N. 66 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1885

Resolve duvidas relativas ao exame de pharmacologia e ao pagamento de taxa para admissão ao dito exame e aos da 7ª e 8ª series das Faculdades de Medicina.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1885.

Em officio de 30 de Setembro consultou V. S. : si na proxima época dos exames o de pharmacologia deve ser prestado sómente perante a mesa da 5ª serie ou igualmente perante a da 6ª, visto que os alumnos desta, sob o regimen dos anteriores Estatutos, não tinham ainda estudado aquella materia ; si os estudantes, que requererem o dito exame e os da 6ª serie, devem pagar sómente a taxa correspondente a uma serie ; e no caso affirmativo, si esta vantagem cabe aos estudantes matriculados ou não, que na mesma época requererem exames da 6ª serie e de pharmacologia, embora tenham prestado fóra da época ordinaria os das outras materias da 5ª serie.

E com officio de 3 do corrente mez remetteu informado o requerimento em que os alumnos da 6ª serie reclamam contra a exigencia de pagamento da taxa de inscripção para os exames da 7ª serie.

Declaro a V. S. :

Quanto ao exame de pharmacologia — que deve ser prestado perante a mesa da 5ª e a da 6ª serie, sendo examinador nesta um substituto ou adjunto e naquella o lente de pharmacologia ; e que os estudantes, incluidos os de que trata a ultima parte do officio de 30 de Setembro, não devem pagar outra taxa de inscripção além da correspondente a uma serie.

Quanto á reclamação relativa aos exames da 7ª serie — que estes e os da 8ª, do mesmo modo que se acha estabelocido a respeito dos de theses, devem ser isentos da taxa de inscripção, porque esta é paga da 3ª á 6ª serie, nas quaes estão comprehendidas as clinicas ; o que se deduz do art. 302 dos Estatutos, onde só se exigem condições especiaes para admissão a exames até á 6ª serie.

Convem observar que esta pratica é applicavel aos medicos estrangeiros que, pretendendo o grau de Doutor por uma das nossas Faculdades, sujeitam-se a todos os exames; mas não aos que sómente prestam exames de sufficiencia para o exercicio da profissão, pois estes são obrigados a demonstrar que fóra d'aqui seguiram os cursos de clinica.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

—————

### N. 67 — EM 28 DE OUTUBRO DE 1885

As Repartições publicas devem dar certidões ao individuo que as requer a fim de provar o seu direito a ser reconhecido eleitor, embora a petição apresentada para este fim não esteja assignada pelo proprio requerente.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Rio de Janeiro em 28 de Outubro de 1885.

Illm. o Exm. Sr. — Em officio que dirigiu a este Ministerio, com a data de 7 do corrente mez, o Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia, ponderando que é voluntario o alistamento eleitoral e obrigatoria a circumstancia de saber ler e escrever para o individuo que pretende alistar-se, consulta ao Governo si deve aquella Repartição dar certidões destinadas a esse fim quando as petições em que são requeridas não estiverem assignadas pelo proprio individuo, contra a pratica mandada observar, no caso de transferencia do eleitor, pelo Aviso n. 27 de 11 de Outubro de 1884.

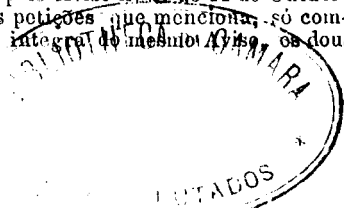
Resolvendo a consulta em sentido affirmativo, declaro a V. Ex., para o fazer constar ao referido funcionario:

Que na legislação eleitoral vigente não ha disposição alguma que imponha ao cidadão o dever de assignar as petições em que requer certidões que provem o seu direito a ser reconhecido eleitor;

Que do facto de ser voluntario o alistamento eleitoral e obrigatoria a condição de saber ler e escrever, não se deriva necessariamente o dever de assignar o proprio cidadão interessado as petições de que se trata, comquanto seja mais regular que assim proceda; accrescendo que ao Juiz de Direito da respectiva comarca, com recurso para a Relação do districto, compete exclusivamente conhecer daquella e das outras condições exigidas para o reconhecimento da capacidade eleitoral do cidadão;

Que a regra mandada observar pelo Aviso n. 27 de 11 de Outubro de 1884 quanto á assignatura das petições que menciona, só comprehendendo, como se evidencia da integral do mesmo Aviso, os dois

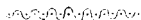
I. — Decisões de 1885 4



casos, nelle especificados, da transferencia do eleitor, ou de sua eliminação do alistamento, e não se applica ao do cidadão que pretende alistar-se, visto que neste caso convem facilitar os meios de prova dos requisitos legais.

Cumpro que V. Ex. faça constar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda que, conforme o disposto no art. 1º do Decreto n. 632 de 27 de Agosto de 1849, devia encaminhar sua consulta ao Governo por intermedio dessa Presidencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.



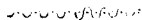
#### N. 68 — EM 12 DE NOVEMBRO DE 1885

A revisão do alistamento eleitoral, começada antes e terminada depois da dissolução da Camara dos Deputados, não deve ser attendida em eleição a que se proceder entre a data da dissolução e a da eleição da nova Camara.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Rio de Janeiro em 12 de Novembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Resolvendo a consulta do 1º Juiz de Paz da parochia da cidade de S. José d'El-Rei, submettida ao Governo com o officio dessa Presidencia n. 24, de 27 do mez proximo passado, declaro a V. Ex., para o fazer constar aquelle funcionario, que, devendo harmonisar-se a disposição da 2ª parte do art. 236 do Decreto n. 8213 de 13 de Agosto de 1881 com o art. 8º § 10 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro do mesmo anno, o qual dispõe que não se procederá á revisão do alistamento eleitoral no periodo que decorrer entre a data da dissolução da Camara dos Deputados e a da eleição que se fizer em consequencia della, é claro que os trabalhos da revisão do corrente anno, que, por terem começado antes da dissolução, proseguiram depois desta, em virtude da disposição citada do Decreto n. 8213, não devem ser attendidos em eleições que se effectuarem no referido periodo, e neste caso está a eleição dos membros da Assembléa Legislativa dessa Provincia, marcada para o dia 30 do corrente mez.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.





## N. 69 — EM 18 DE NOVEMBRO DE 1885

Declara que, encerradas as inscripções, não devem ser de novo abertas pelo facto de terem sido adiados os concursos; que a entrega das theses deve realizar-se oito dias antes do da arguição, e que os adjuntos não podem fazer parte das respectivas commissões examinadoras.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1885.

Em officio de 31 de Outubro ultimo, expondo os motivos que levaram a Congregação dessa Faculdade a propor o adiamento dos concursos a que se tinha de proceder neste mez, consultou V. S.:

1.º Si, no caso de adiamento, devem as inscripções, embora já encerradas, ser de novo abertas até Março, ou apenas ser prorogada a do concurso para a cadeira de clinica ophthalmologica, cujo prazo expirou no dia 15;

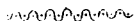
2.º Si os adjuntos podem, como os antigos oppositores, tomar parte nas arguições de theses dos doutorandos, formando em numero de dous a minoria de cada uma das commissões examinadoras, as quaes, de conformidade com o art. 464 dos Estatutos, devem ser compostas de cinco Lentes.

Em resposta, declaro a V. S.:

1.º Que, uma vez encerradas as inscripções, não devem ser de novo abertas, pois que só na hypothese do art. 212 dos Estatutos, isto é, de terminar o respectivo prazo nas ferias, é que se conservarão abertas nos tres primeiros dias que a estas se seguirem; não estando, portanto, em ferias, a Faculdade no dia 15 de Novembro corrente, em que terminou o prazo da inscripção para o concurso ao logar de Lente de clinica ophthalmologica, deve a mesma inscripção considerar-se encerrada; bem assim que a entrega das theses deve ser feita oito dias antes do marcado para a arguição, de accôrdo com o art. 223 dos Estatutos.

2.º Que os adjuntos não podem fazer parte das commissões examinadoras de que trata o art. 464 citado, as quaes, na fórma do mesmo artigo, devem ser compostas de cinco Lentes.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director int-rino da Faculdade de Medicina da Bahia.



## N. 70 — EM 19 DE NOVEMBRO DE 1885

Declara que os cargos de Presidente e Vice-Presidente de Província não se comprehendem na disposição do art. 24 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo o Tenente-Coronel Antonio Bazilio Ribeiro Dantas, que é 1.<sup>o</sup> Juiz de Paz da parochia de Sant'Anna e S. Joaquim, do municipio de S. José de Mipibú, assumido, na qualidade de 1.<sup>o</sup> Vice-Presidente dessa Província, a respectiva administração no dia 11 de Julho ultimo, deixando-a a 22 de Setembro por ter sido exonerado, entrou em duvida a Camara do referido municipio si, por este facto, perdera aquell. cidadão o cargo de Juiz de Paz, visto considerar que, percebendo vencimentos os Vice-Presidentes da Província, quando entram em exercicio, deve ser-lhes applicavel o art. 24 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, que tornou incompativeis as funcções de Juiz de Paz com as dos empregos publicos retribuidos.

Em officio n. 3 de 14 do mez proximo passado, sujeitando ao Governo esta questão, pede V. Ex. que este Ministerio a resolva.

Em resposta, cabe-me declarar a V. Ex., para os devidos effeitos, que o Tenente-Coronel Antonio Bazilio Ribeiro Dantas, pelo facto de haver assumido a administração dessa Província, não perdeu o cargo de Juiz de Paz.

A incompatibilidade estabelecida no art. 24 da citada Lei n. 3029 tem sido considerada até agora de natureza absoluta, mas sempre com referencia a cargos que exigem exercicio permanente e constituem, em geral, o meio de vida ou a profissão de quem os desempenha. (Avisos n. 11 de 11 de Fevereiro e n. 29 de 13 de Março de 1883, e n. 16 de 25 de Junho de 1884.)

Segundo a nossa jurisprudência administrativa, só a taes cargos se podem, com propriedade, applicar as palavras do referido art. 24 « empregos publicos retribuidos », e a elles deve unicamente referir-se a doutrina do Aviso n. 502 de 7 de Outubro de 1881, que parece ter motivado a duvida da Camara Municipal de S. José de Mipibú.

Os cargos de Presidente e Vice-Presidente de Província não constituem meio de vida ou profissão: são meras commissões de confiança, exercidas temporario ou eventualmente. E tanto isto é exacto que frequentemente o Governo incumba do desempenho destas commissões a empregados publicos, que conservam seus logares e a elles voltam logo que são dispensados da commissão ou deixam de exercel-a.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Província do Rio Grande do Norte.

*Antônio de Aguiar*

## N. 71 — EM 23 DE NOVEMBRO DE 1885

Declara ser obrigatorio, nas escolas publicas de instrucção primaria, o ensino do desenho linear, da musica e da gymnastica.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 23 de Novembro de 1885.

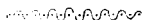
O art. 23 do Regulamento annexo ao Decreto n. 6479 do 18 de Janeiro de 1877 dispz que o ensino do desenho linear, da musica e da gymnastica nas escolas do 1º grau seria obrigatorio tres annos depois da promulgação do mesmo regulamento, bem assim que os Professores então em exercicio deveriam habilitar-se para aquelle ensino no referido prazo.

Havendo-se entendido que o citado regulamento, ao impor aquella obrigação, presuppunha a existencia das Escolas Normaes creadas pelo Decreto n. 6379 de 30 de Novembro de 1876, mas que não chegaram a ser inauguradas, não foi o mencionado artigo posto em execução.

Na actualidade, porém, está findo o prazo de que se trata, quer seja contado da promulgação do Decreto n. 7684 de 6 de Março de 1880 que creou no municipio da Córte uma Escola Normal primaria, quer de 16 de Março do anno seguinte, data da reorganização do dito Estabelecimento, e portanto, de accordo com o que essa Inspectoria informou em officios de 6 de Fevereiro de 1884 e 25 de Outubro ultimo, declaro a Vm. que se acham obrigados a ensinar as materias indicadas no art. 23 todos os Professores que estavam em exercicio em 1877, bem como os que, posteriormente nomeados, tiverem completado ou vierem a completar tres annos de serviço.

Para que a indicada obrigação se torne effectiva, Vm. expedirá as providencias que couberem em suas attribuições e proporá as que dependorem do Governo.

Deus Guarde a Vm.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Córte.



## N. 72 — EM 24 DE NOVEMBRO DE 1885

Declara que os bens municipaes e seus rendimentos não são passiveis de penhora.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1885.

Em officio de 20 do corrente mez communica-me V. S. que, tendo sido expedido pelo Juizo Commercial da 2ª vara desta Córte,

a requerimento de Pedro Leandro Lamberti, um mandado de penhora em rendimentos da Illma. Camara Municipal, declarará aos officiaes encarregados da diligencia não poder aceitar a intimação, visto que os bens municipaes ou os seus rendimentos não e tão sujeitos á penhora; e accrescentando que lhe consta ter a parte requerido que se proceda á penhora á revelia, consulta qual o meio de que deverá usar a Illma. Camara para resguardar os seus direitos, no caso de novo mandado nesse sentido.

Inteirado de sua communicação, declaro a V. S.:

Que os bens municipaes ou seus rendimentos não são passíveis de penhora:

1.º Porque os bens das Camaras Municipaes não podem ser alienados sem autorização do Governo, na Côrte, e das Assembléas Legislativas, nas Províncias (Lei do 1.º de Outubro de 1828, art. 42);

2.º Porque os rendimentos desses bens devem ser applicados pelas Camaras Municipaes de conformidade com o respectivo orçamento, approved pelo Governo ou pelas Assembléas Provincias (Acto Adicional, art. 10 § 5; Lei n. 108 de 26 de Maio de 1840, art. 23); e nos orçamentos municipaes, além das despesas relativas aos diversos serviços a cargo das Camaras, são indicadas as dividas passivas provenientes de exercicios anteriores, que têm de ser solvidas, com declaração da importancia e origem de cada uma (Decreto n. 4300 do 31 de Dezembro de 1868, art. 6º § 5);

3.º Porque a attribuição conferida ao Governo e ás Assembléas Provincias, de fixar, sobre proposta das Camaras, a receita e a despesa dos municipios, ficaria perturbada ou nulloficada em seus effeitos, si por meio de execuções judiciaes fossem distrahidos, para pagamento de dividas não especificadas no orçamento, os rendimentos destinados ao custeio dos serviços municipaes;

4.º Porque os bens municipaes, por sua natureza e pelas condições a que está subordinada a sua alienação, equiparam-se, sob este aspecto, aos bens nacionaes, que não podem ser penhorados, conforme terminantemente declarou o Aviso n. 109 de 22 de Fevereiro de 1836.

Por estes fundamentos foram expedidos os Avisos n. 120 de 24 de Março de 1853 e n. 238 de 31 de Julho de 1867, de accôrdo com as Imperiaes Resoluções de 12 e 24 dos mesmos mezes, tomadas sobre Consulta, a primeira da Secção dos Negocios do Imperio, e a segunda das Secções reunidas do Imperio e Justiça do Conselho de Estado, resoluções que, como bem pondera a Consulta de 13 de Março de 1856, têm força de decreto, e tornaram obrigatorio no fôro judiciario o principio de que os bens das Municipalidades e, consequentemente, tambem os seus rendimentos, não estão sujeitos a penhora.

Em face, pois, das disposições legais e decisões citadas, convem que a Illma. Camara Municipal, por seu Procurador ou algum dos seus Advogados, opponha ao mandado de que se trata embargos

de nullidade da execução por incompetencia do meio intentado, que não é applicavel á cobrança das dividas passivas das Camaras Municipaes.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Mamoré*.—Sr. Presidente interino da Illma. Camara Municipal.



N. 73 — EM 28 DE NOVEMBRO DE 1885

Declara a quem compete, nas Faculdades de Medicina, a nomeação de examinadores e de quem os substitua.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—2ª Directoria.—Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 1885.

Em officio de 9 do corrente mez consulta V. S.:

1.º Si a disposição da 1ª parte do Aviso de 21 de Outubro ultimo se refere sómente aos casos de que trata o art. 405 dos Estatutos das Faculdades de Medicina ou tambem aos do art. 404;

2.º Si a designação que compete á Congregação pelo art. 404, comprehende todos os examinadores das differentes series, ou limita-se aos das cadeiras vagas ou cujos proprietarios estiverem impedidos;

3.º Si o mesmo Lente pôde examinar mais de uma serie, ou si deve a Congregação, em caso de falta ou impedimento do cathedratico, nomear um adjunto ou substituto.

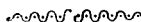
Declaro a V. S.:

1.º Que a disposição a que allude deve ser executada de harmonia com os Estatutos:—a designação dos examinadores pertence á Congregação (art. 404): o Director só pôde nomear examinador quando se der impedimento de algum daquelles (art. 405); portanto, depois de exercida pela Congregação a attribuição que lhe cabe.

2.º Que os termos do art. 404 importam a competencia da Congregação para designar todos os examinadores das differentes series; fica, porém, subentendido que preferirá os Lentes e os substitutos ou adjuntos que no decurso do anno tiverem regido as cadeiras.

3.º Que em caso de necessidade, por falta ou impedimento de algum Lente e não havendo incompatibilidade, pôde um Lente ser nomeado para examinar mais de uma serie. Semelhante expediente, por sua natureza, cabe particularmente á Directoria; entretanto a Congregação o poderá empregar provisoriamente em circumstancias extraordinarias.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Mamoré*.—Sr. Director interino da Faculdade de Medicina da Bahia.



## N. 74 — EM 14 DE DEZEMBRO DE 1885

Declara que os alumnos do Internato do Imperial Collegio de Pedro II são obrigados ao pagamento das pensões correspondentes aos trimestres em que não frequentaram as aulas sómente no caso de admissão a exame do anno.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 14 de Dezembro de 1885.

Declaro a Vm., em resposta ao seu officio de 16 de Novembro ultimo e para os fins convenientes, que mantenho a decisão proferida por Aviso de 29 de Fevereiro de 1884, por isso que a nova matricula, no mesmo anno do curso de estudos, dos alumnos que se retiraram do Collegio no anno anterior, não depende do pagamento das pensões correspondentes aos trimestres em que não frequentaram as aulas.

Conforme as disposições vigentes só devem ser obrigados a tal pagamento os alumnos que, achando-se nas indicadas circumstancias, pretendem, obtida a permissão de que tratam os arts. 24 do Regulamento do 1.<sup>o</sup> de Março de 1876 e 23 do do 24 do Março de 1881, fazer exame das materias do anno em que estavam matriculados, para serem admittidos no seguinte.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Reitor do Internato do Imperial Collegio de Pedro II.

—————

## N. 75 — EM 16 DE DEZEMBRO DE 1885

Determina as condições em que serão considerados válidos na Escola Polytechnica os exames prestados em qualquer das outras escolas superiores mantidas pelo Estado.

Sua Magestade o Imperador, á vista do que propoz a Directoria da Escola Polytechnica, depois de ouvida a Congregação, Ha por bem que na mesma Escola se observem as seguintes disposições:

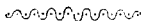
Art. 1.<sup>o</sup> Serão considerados válidos na Escola Polytechnica os exames prestados em qualquer das Escolas superiores mantidas pelo Estado, contanto que as materias, sobre que versarem esses exames, sejam professadas conforme programmas analogos aos da referida Escola e igualmente desenvolvidos.

Art. 2.<sup>o</sup> A Congregação designará quaes os exames prestados nas outras Escolas que satisfizem á condição estabelecida no art. 1.<sup>o</sup>

Essa designação será revista e convenientemente alterada sempre que forem modificados officialmente os programmas de ensino, tanto da Escola Polytechnica como de qualquer das Escolas superiores.

Art. 3.º A tabella dos exames que se organizar em conformidade do disposto no art. 2.º, será submettida á approvação do Governo.

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Dezembro de 1885. — *Barão de Mamoré*.



N. 76 — EM 16 DE DEZEMBRO DE 1885

Declara que o art. 3.º do Decreto n. 8785 de 30 de Novembro de 1882 deve ser entendido e executado de accordo com o Decreto Legislativo n. 2066 de 30 de Setembro de 1871 ; observadas as disposições dos arts. 2.º e 3.º da Portaria desta data.

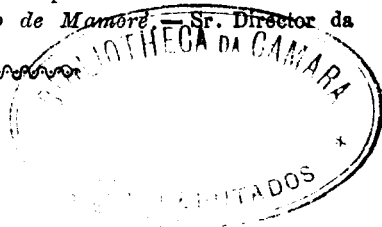
Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.ª Directoria. — Rio de Janeiro em 16 de Dezembro de 1885.

Tenho presente o officio de 14 de Outubro ultimo, em que V. S. explica os seguintes factos de que foi arguido em dous jornaes desta capital : 1.º, ter deixado ultimamente de considerar válidos para a matricula nessa Escola os exames de mathematicas elementares do curso preparatorio da Escola Militar ; 2.º, não ter até aquella data ouvido a Congregação, como pedira um candidato á matricula que havia feito taes exames.

Inteirado das razões do seu procedimento, e considerando o mais que V. S. expoz, quer no citado officio, quer no de 4 de Julho de 1884, quanto aos preparatorios a que se refere o art. 3.º do Decreto n. 8785 de 30 de Novembro de 1882, declaro que a disposição deste artigo deve ser entendida e executada de conformidade com o espirito do Decreto do Poder Legislativo sob n. 2066 de 30 de Setembro de 1871, que aliás se respeitava quando existia nessa Escola a aula preparatoria e não podia ser derogado por aquelle ; e assim os candidatos á matricula, que apresentarem certidões de approvação em exames de taes preparatorios, feitos em qualquer dos Estabelecimentos designados no alludido Decreto de 1871, e igualmente na Escola de minas, Imperial Collegio de Pedro II e perante as comissões examinadoras da Côte ou das Provincias, devem ser dispensados de novos exames, no todo ou em parte, segundo a doutrina que os respectivos programmas abrangerem.

Para este effeito a Congregação procederá nos termos dos arts. 2.º e 3.º da Portaria expedida na presente data.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré* — Sr. Director da Escola Polytechnica.



## N. 77 — EM 16 DE DEZEMBRO DE 1885

Declara que na Escola Polytechnica não deve ser concedida dispensa de exames complementares de actos feitos na Escola Militar, e que taes exames não dependem de pagamento de taxa.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2.<sup>a</sup> Directoria.— Rio de Janeiro em 16 de Dezembro de 1885.

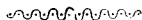
A' vista do que V. S. informou em officio de 7 de Novembro proximo findo sobre o requerimento em que Augusto Julio de Moraes Carneiro, ex-alumno da Escola Militar da Côrte, pediu ser dispensado do exame de optica e acustica ou do pagamento da taxa exigida na Escola Polytechnica, declaro :

1.<sup>o</sup> Que, como d'icida V. S., de accordo com o parecer da 1.<sup>a</sup> comissão de ensino, não pôde ser concedida ao supplicante dispensa do alludido exame, complementar do de physica, conforme o programma da respectiva cadeira nessa Escola.

2.<sup>o</sup> Que deve ce-sar a pratica, estabelecida pela Congregação, de conceder-se tal dispensa aos pretendentes que têm o curso de artilharia da Escola Militar, pois que, com relação á Polytechnica cujos estudos querem seguir, estão elles em condições identicas ás do supplicante e de outros approvados no curso de infantaria.

3.<sup>o</sup> Que, attenta a circumstancia de já em um curso superior terem tido matricula e alcançado approvação em materia da qual apenas um exame complementar se exige nessa Escola, devem ser o supplicante e quaesquer outros que em iguaes condições se apresentarem, admittidos áquelle exame independentemente de pagamento da taxa fixada no art. 47 dos Estatutos.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Escola Polytechnica.



## N. 78 — EM 24 DE DEZEMBRO DE 1885

Resolve duvidas sobre a eleição da Camara do novo municipio de Labrea, e o modo de empossal-a.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1.<sup>a</sup> Directoria.— Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— A Camara Municipal da capital dessa Provincia entrou em duvida si devia apurar os votos da eleição a que se procedeu na parochia de Labrea para Vereadores do respectivo municipio, recentemente creado com territorio desmembrado do



daquella cidade, e dar posse aos Vereadores eleitos, por entender que tal eleição não fôra feita de conformidade com a lei, e deliberou representar ao Governo sobre este assumpto, enviando para este fim a essa Presidencia cópia da acta da sessão em que fôra adoptada a deliberação.

A dita cópia, bem como as das actas da eleição, e outros documentos a ella referentes, foram submittidos a este Ministerio com o officio n. 40, de 29 de Dezembro de 1883, em que um dos antecessores de V. Ex. consultou ao Governo si devia mandar proceder a nova eleição, não obstante parecer-lhe o contrario, á vista das disposições legais que regulam a materia.

Solicitando V. Ex., em officio n. 19 de 14 do mez proximo passado, a solução desta questão, cabe-me declarar-lhe:

Que, tendo sido feita perante uma só mesa a eleição de que se trata, em razão de não haver no municipio mais do que uma parochia, com 10 eleitores apenas, devia a mesma mesa, como fez, concluida a eleição em cada escrutinio, expedir logo os diplomas aos Vereadores eleitos, e á Camara da capital nenhuma intervenção cabia na apuração de votos;

Que, não tendo sido apresentada ao Juiz de Direito da comarca, no prazo legal, reclamação alguma contra a eleição, considera-se esta subsistente, e a essa Presidencia só cumpre mandar empossar a Camara eleita;

Que, na formalidade da posse deve ser observada a regra 3<sup>a</sup> do Decreto de 13 de Novembro de 1832, e, no caso de reluctancia do Presidente da Camara da capital em comparecer para tal fim no logar da nova villa, deve essa Presidencia usar dos meios indicados no Aviso n. 127 de 20 de Março de 1860.

Realizada a posse da Camara e praticadas as demais formalidades exigidas no mesmo decreto (citada regra), considerar-se-ha instalada a nova villa de Labrea.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.



#### N. 79 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1885

Declara que estão sujeitas á inspecção de que trata o Regulamento de 17 de Fevereiro de 1851 as escolas municipaes, cuja frequencia convem que seja limitada na conformidade do disposto quanto ás escolas publicas.

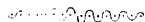
Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2<sup>a</sup> Directoria.— Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1885.

Com referencia ao officio de Vm. de 14 de Outubro ultimo, declaro-lhe que as escolas municipaes estão sujeitas á inspecção de que

trata o Regulamento annexo ao Decreto n. 1331 A, de 17 de Fevereiro de 1854, conforme se decidiu por Aviso de 27 de Agosto de 1872, e, á vista do que Vm. informou, de accôrdo com o Delegado interino dessa Inspectoria na freguezia de Sant'Anna, recommendo-lhe se entenda com a Illma. Camara Municipal sobre a conveniencia de fixar-se o maximo da matricula naquellas escolas, tendo-se em attenção o que para as de instrucção primaria dependentes do Ministerio a meu cargo preeitua o Regimento interno approvado por Aviso de 6 de Novembro de 1883.

Os alumnos que, preenchido o numero para a matricula, não forem admittidos nas escolas municipales, deverão ser encaminhados para as escolas publicas.

Deus Guarde a Vm.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte.



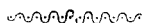
#### N. 80 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1885

Determina sejam postas em concurso as Igrejas parochiaes que estão vagas.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Circular. — Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1885.

Exm. e Revm. Sr.— Achan lo-se vagas muitas Igrejas parochiaes, algumas desde longa data, sem que se tenham posto em concurso, como determina o Alvará das Faculdades e tem sido recommendado pelo Governo, Sua Magestade o Imperador Manda suscitar a attenção de V. Ex. Revma. para o cumprimento da lei, a fim de se proverem regularmente aquellas Igrejas, como ha mister o serviço do culto.

Deus Guarde a V. Ex. Revma.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Bispo da Diocese de...



MINISTERIO DO IMPERIO

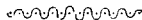
N. 81 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1885

Determina que nas provisões de Vigario encommendado se declare a naturalidade dos nomeados, sendo Brasileiros, e a naturalidade e nacionalidade, sendo estrangeiros ou naturalizados.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Circular.  
— Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1885.

Exm. e Revm. Sr. — Tendo-se dado o facto de requerer o pagamento da congrua de Vigario encommendado, como si fôra nacional, um sacerdote estrangeiro, em cuja provisão se não declarava sua nacionalidade, e convindo evitar os embaraços que a reproducção de semelhante falta pôde causar, recommendo a V. Ex. Revma. que providencie afim de que nas provisões se declare sempre expressamente a naturalidade dos nomeados, sendo Brasileiros, e a naturalidade e nacionalidade, sendo estrangeiros ou naturalizados.

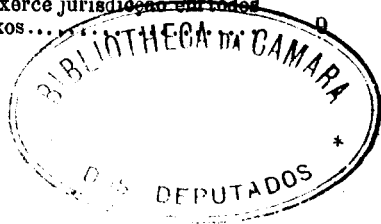
Deus Guarde a V. Ex. Revma. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Bispo da Diocese de...



# INDICE DAS DECISÕES

## MINISTERIO DA JUSTIÇA

	PAGS.
N. 1.— Em 9 de Janeiro de 1885.— Não ha lei que vede a reunião dos leiloeiros em um só ou mais compartimentos do mesmo edificio.....	5
N. 2.— Em 9 de Janeiro de 1885.— Não ha disposição legal que prescreva a formalidade do — Cumpra-se — do Juiz de Direito nas licenças concedidas aos Promotores Publicos.....	5
N. 3.— Em 31 de Janeiro de 1885.— Emolumentos aos Juizes de Direito por assistirem ás avaliações para prova da renda.....	6
N. 4.— Em 31 de Janeiro de 1885.— Cabe aos Secretarios das Relações escrever exclusivamente nos aggravos de petição e instrumento, e aos Escrivães dos Feitos da Fazenda funcionar privativamente nas causas desta em 1ª e 2ª instancia.....	6
N. 5.— Em 14 de Fevereiro de 1885.— A aceitação do cargo de supplente do Juiz Municipal não importa a perda do de Vereador — sendo porém vedado o exercicio simultaneo de ambos.....	7
N. 6.— Em 24 de Fevereiro de 1885.— Aos Juizes de Direito nas comarcas especiaes cabe exclusivamente a nomeação e juramento de tutores e curadores de menores e interdictos, e outros actos de jurisdicção plena.....	7
N. 7.— Em 4 de Março de 1885.— Podem ser dados á soldada os menores existentes na antiga colonia de Santa Leopoldina.....	8
N. 8.— Em 20 de Março de 1885.— O Vereador nomeado supplente do Juiz Municipal será demittido do emprego quando não faça opção por elle.....	8
N. 9.— Em 27 de Abril de 1885.— O Juiz Municipal nomeado para um termo exerce jurisdicção em todos os que a este forem annexos.....	9



	Pags.
N. 10.— Em 29 de Abril de 1885.— Restabelecida a nomeação de um supplente do Juiz Municipal, não ha necessidade de novo juramento si já o tiver prestado depois de pagos os respectivos direitos.....	10
N. 11.— Em 30 de Abril de 1885.— Os Chefes de Policia têm competencia para deferir juramento e posse aos seus subordinados.....	10
N. 12.— Em 4 de Maio de 1885.— Os alvarás, para mudança de inscripção e transferencia de apolices, devem contor os esclarecimentos exigidos pelo Regulamento n. 9370 de 14 de Fevereiro de 1885..	11
N. 13.— Em 18 de Maio de 1885.— O Despachante da Alfandega, que é supplente de Juiz Municipal, suspenso deste cargo, não pôde manter-se no exercicio daquello enquanto durarem os effeitos da pronuncia.....	11
N. 14.— Em 30 de Maio de 1885.— Modo de calcular as ajudas de custo.....	12
N. 15.— Em 5 de Junho de 1885.— Os serventuarios de Justiça devem limitar-se á serventia dos officios que lhes ficarem subsistindo em virtude de leis provinciaes.....	13
N. 16.— Em 8 de Junho de 1885.— Das decisões das Juntas Commerciaes sobre matricula de commerciantes não cabe recurso para o Conselho de Estado.....	13
N. 17.— Em 9 de Junho de 1885.— Não cabe recurso para o Conselho de Estado dos despachos das Juntas Commerciaes admittindo a registro contratos de sociedades commerciaes.....	14
N. 18.— Em 16 de Junho de 1885.— Dos despachos das Juntas Commerciaes admittindo a registro declarações da continuação de contratos sociaes, não cabe recurso para o Conselho de Estado.....	14
N. 19.— Em 26 de Junho de 1885.— Serviço a que é obrigada a Guard.ª Nacional das comarcas fronteiras.	15
N. 20.— Em 11 de Julho de 1885.— Competencia para tomar conhecimento do crime de vender ou passar bilhetes de loterias estrangeiras.....	15
N. 21.— Em 16 de Julho de 1885.— Não é caso de recurso para o Conselho de Estado o indeferimento pela Junta Commercial do requerimento em que se pede instauração de processo administrativo contra um agente de leilões.....	16
N. 22.— Em 20 de Julho de 1885.— Porcentagem aos Thesoureiros de cofres de orphãos.....	16

Pags.

N. 23.— Em 21 de Julho de 1885.— Não têm direito a vencimentos funcionarios interinos nomeados illegalmente.....	17
N. 24.— Em 30 de Julho de 1885. — Aos Juizes de Orphãos e Ausentes incumbe principalmente communicar aos Agentes Consulares o fallecimento dos subditos estrangeiros cujos bens tenham de ser arrecadados. ....	17
N. 25.— Em 17 de Agosto de 1885.— E' voluntario o recurso do despacho pelo qual o Juiz de Direito não aceita a queixa ou denuncia.....	18
N. 26.— Em 19 de Agosto de 1885.— A condemnação por sentença passada em julgado é a unica limitação imposta ao direito a recurso de graça.....	18
N. 27.— Em 6 de Outubro de 1885.— Penalidade applicavel ás praças do Corpo militar de Policia que commettem o crime de 2 <sup>a</sup> deserção.....	19
N. 28.— Em 28 de Outubro de 1885.— Penalidade a que está sujeito o official da Guarda Nacional por falta de cumprimento de deveres ou por desobediencia....	20
N. 29.— Em 29 de Outubro de 1885.— Concessão de licença a serventuarios de Justiça.....	20
N. 30.— Em 9 de Novembro de 1885.— O domicilio é uma das condições para o exercicio das funcções de leiloeiro.....	21
N. 31.— Em 10 de Novembro de 1885.— Aos Collectores não cabe porcentagem pelo trabalho e despesas do cofre de orphãos.....	22
N. 32.— Em 17 de Novembro de 1885.— Duvidas sobre o Regimento de custas.....	22
N. 33.— Em 20 de Novembro de 1885.— Exercicio dos Juizes de Paz.....	23
N. 34.— Em 3 de Dezembro de 1885.— O cargo de Subdelegado de Policia não é emprego publico retribuido.....	23
N. 35.— Em 14 de Dezembro de 1885.— Emolumentos dos Curadores geraes de orphãos.....	24
N. 36.— Em 21 de Dezembro de 1885.— Casos em que os supplentes dos Juizes Municipaes podem ser privados do cargo.....	24

## MINISTERIO DA JUSTIÇA

### N. 1 — EM 9 DE JANEIRO DE 1885

Não ha lei que vede a reunião dos leiloeiros em um só ou mais compartimentos do mesmo edificio.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 9 de Janeiro de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o requerimento do agente de leilões da praça de Belém, J. A. Almeida e Oliveira, contra a decisão pela qual a respectiva Junta Commercial prohibiu que em um escriptorio ou agencia funccionem separada ou conjunctamente diversos leiloeiros sob a responsabilidade individual de cada um.

E o mesmo Augusto Senhor Manda declarar a V. Ex., para o fazer constar á referida Junta, que procede a reclamação do peticionario, porquanto nenhuma lei veda a reunião dos leiloeiros em um só ou mais compartimentos do mesmo edificio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco Maria Sodré Pereira.* — Sr. Presidente da Provincia do Pará.



### N. 2 — EM 9 DE JANEIRO DE 1885

Não ha disposição legal que prescreva a formalidade do — Cumpra-se — do Juiz de Direito nas licenças concedidas aos Promotores Publicos.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 9 de Janeiro de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., para o fazer constar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda, em resposta ao seu officio n. 5 de 6 de Setembro do anno passado, que nenhuma disposição legal prescreve a formalidade do — Cumpra-se — do Juiz de Direito nas licenças concedidas aos Promotores Publicos, que todavia deverão, a bem da regularidade do serviço, communicar aquelles Magistrados a data em que começar o gozo de taes licenças.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco Maria Sodré Pereira.* — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.



## N. 3 — EM 31 DE JANEIRO DE 1885

Emolumentos aos Juizes de Direito por assistirem ás avaliações para prova da renda.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Com o officio do Presidente da Relação de 20 de Março ultimo, sob n. 79, e o parecer do respectivo Procurador da Corôa, foi-me presente o que dirigiu ao mesmo Presidente o Juiz de Direito da comarca de Igarapé-miry, consultando si aos Juizes de Direito, quando assistem ás avaliações para a prova de renda, na conformidade do art. 1º, § 4º, n. 1, do Decreto legislativo n. 3122 de 7 de Outubro de 1882, cabem os emolumentos taxados nos arts. 24 e 25 do Regimento de custas.

Em resposta declaro que o § 20 do citado art. 1º, remissivo ao art. 15 do Regulamento n. 8213 de 13 de Agosto de 1881, marcando emolumentos não só pelas certidões e outros documentos fornecidos por officiaes publicos para o alistamento de eleitores, mas tambem aos Escriptães pelos processos de recurso sobre o dito alistamento, não comprehende a especie de que trata a consulta, e que só pôde ser resolvida pelo Poder Legislativo, a cujo conhecimento este Ministerio a submeterá no seu proximo relatório.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco Maria Sodré Pereira*.— Sr. Presidente da Provincia do Pará.

*Francisco Maria Sodré Pereira*

## N. 4 — EM 31 DE JANEIRO DE 1885

Cabe aos Secretarios das Relações escrever exclusivamente nos agravos de petição o instrumento, e aos Escriptães dos Feitos da Fazenda funcionar privativamente nas causas desta em 1ª e 2ª instancia.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1885.

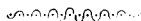
Illm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para o fazer constar ao Presidente da Relação da Fortaleza, em resposta ao officio de 5 de Setembro ultimo:

1.º Que pela terminante decisão dos Avisos ns. 430 e 445, de 8 e 20 de Outubro de 1875, e 894 de 13 de Dezembro de 1878, é fóra de duvida que nos Secretarios das Relações incumba exclusivamente escrever nos agravos de petição e instrumento, e cartas testemunhaves.



2.º Que ao Escrivão dos Feitos da Fazenda Geral, que também o é da Fazenda Provincial, cabe funcionar privativamente nas causas desta, tanto na 1ª como na 2ª instância, segundo a doutrina dos Avisos de 4 de Outubro de 1850, 322 de 4 de Julho de 1881, e Ordens ns. 78 de 3 de Agosto de 1846 e 338 de 30 de Agosto de 1866.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco Maria Sodré Pereira*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Ceará.



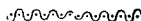
#### N. 5 — EM 14 DE FEVEREIRO DE 1885

A aceitação do cargo de supplente do Juiz Municipal não importa a perda do de Vereador — sendo porém vedado o exercício simultaneo de ambos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 14 de Fevereiro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Em solução á consulta constante do tele-gramma de 12 do corrente, declaro a V. Ex. que, de conformidade com os Avisos ns. 198, 235 e 385, de 5 e 26 de Julho e de 16 de Outubro de 1872, 379 e 380, de 17 de Setembro de 1877, 199, 454 e 455, de 4 de Abril e 24 de Julho de 1878, e outras disposições em vigor, o facto da aceitação do cargo de supplente do Juiz Municipal não importa a perda do de Vereador ; sendo, porém, vedado o exercício simultaneo de ambos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco Maria Sodré Pereira*.—  
Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



#### N. 6 — EM 24 DE FEVEREIRO DE 1885

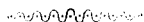
Aos Juizes de Direito nas comarcas especiaes cabe exclusivamente a nomeação e juramento de tutores e curadores de menores e interdictos, e outros actos de jurisdição plena.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 24 de Fevereiro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Communico a V. Ex., em resposta ao officio n. 163 de 8 de Outubro ultimo, que o Governo Imperial approva a decisão dessa Presidencia, declarando que aos Juizes de Direito nas comarcas especiaes cabe exclusivamente nomear tutores e curado-

res a menores e interdictos, e deferir-lhes juramento, assim como conceder, assignando os respectivos alvarás, licença para casamento, supprimento de consentimento paterno e outras autorizações, que, por serem actos de jurisdição plena, só podem exercel-os os substitutos na hypothese dos arts. 1º, § 2º, da Lei n. 2033 de 20 de Setembro, e 4º, § 2º, do Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco Maria Sodré Pereira*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Pará.



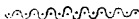
#### N. 7 — EM 4 DE MARÇO DE 1885

Podem ser dados á soldada os menores existentes na antiga colonia de Santa Leopoldina.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 4 de Março de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Com referencia ao officio n. 98 de 27 de Junho ultimo, approvo a decisão dessa Presidencia sobre a duvida proposta pelo Juiz Municipal do termo de Santa Cruz ; accrescentando que, além da nomeação de tutores, na forma da Ord. Liv. 4º Tit. 102, aos menores existentes na antiga colonia de Santa Leopoldina, podem elles ser dados á soldada, nos termos da Ord. Liv. 1º Tit. 88 § 18 e mais disposições em vigor.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco Maria Sodré Pereira*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.



#### N. 8 — EM 20 DE MARÇO DE 1885

O Vereador nomeado suplente do Juiz Municipal será demittido do emprego quando não faça opção por elle.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 20 de Março de 1885.

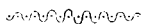
Illm. e Exm. Sr.— Pela Imperial Resolução exarada em Consulta da Secção do Imperio do Conselho de Estado, e por Avisos expedidos pelo Ministerio do Imperio em 27 de Março e 13 de Julho

de 1883, e 19 de Fevereiro de 1884, ficou estabelecido que a disposição do art. 24 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, sobre incompatibilidades, é applicavel aos funcionarios que percebem custas ou outra retribuição paga em virtude de lei pelas partes que se utilizam de seus trabalhos.

Porcebendo custas os supplentes dos Juizes Municipaes, embora não tenham vencimentos pelos cofres publicos, prevalece a seu respeito a incompatibilidade dos cargos e não simplesmente a impossibilidade do exercicio simultaneo, segundo o regimen anterior.

E, convindo manter a observancia uniforme na execução da lei vigente, declaro a V. Ex. que, na hypothese prevista pelo Aviso deste Ministerio de 14 de Fevereiro ultimo, que se fundou em outros por elle citados, o Vereador nomeado supplente de Juiz Municipal deve optar pelo emprego, e, neste caso, fica vago o seu lugar na Camara, e quando não faça opção será demittido do emprego, na conformidade do art. 6º, § 1º, do Decreto regulamentar n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco Maria Sodré Pereira*.—  
Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



#### N. 9 — EM 27 DE ABRIL DE 1885

O Juiz Municipal nomeado para um terço exerce jurisdicção em todos os que a este forem annexos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, em 27 de Abril de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Devolvendo o decreto de recondução do Bacharel Ignacio Lucas de Souza Rangel no lugar de Juiz Municipal e de Orphãos do termo de Pastos Bons, declaro a V. Ex., em resposta ao officio n. 34 de 21 do mez findo, e de accôrdo com a doutrina do Aviso de 12 de Junho de 1869, constante da cópia junta, que estando aquelle termo e o de Mirador reunidos debaixo de uma só jurisdicção, nenhuma duvida póde causar o titulo como foi lavrado.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco Maria Sodré Pereira*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

#### Aviso a que este se refere

Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio dessa Presidencia, de 13 de Maio ultimo, acompanhando o titulo de nomeação do Bacharel Francisco Xavier de Mattos Telles de Menezes para

Juiz Municipal e de Orphãos do termo de Maroim, devolvo a V. Ex. o mencionado titulo, declarando que, sendo aquelle termo annexo ao de Santo Amaro, pelo Decreto n. 1654 de 10 de Outubro de 1855, nenhuma duvida poderá causar o titulo como foi lavrado nesta Secretaria, por isso que estão ambos debaixo de uma só jurisdicção.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Martiniano de Alencar*.— Sr. Presidente da Provincia do Sergipo.

#### N. 10 — EM 29 DE ABRIL DE 1885

Restabelecida a nomeação de um supplente do Juiz Municipal, não ha necessidade de novo juramento si já o tiver prestado depois de pagos os respectivos direitos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 29 de Abril de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de 8 do corrente mez, relativamente ao acto dessa Presidencia restabelecendo a nomeação de um dos supplentes do Juiz Municipal do termo de Panellas, declaro a V. Ex. que não ha necessidade de novo juramento e deve ser mantido o anteriormente prestado, uma vez que verificou-se ter o nomeado satisfeito aquella formalidade depois de pagos os respectivos direitos dentro do prazo legal.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco Maria Sodré Pereira*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

#### N. 11 — EM 30 DE ABRIL DE 1885

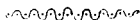
Os Chefes de Policia têm competencia para deferir juramento e posse aos seus subordinados.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 3ª Secção.— Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1885.

Illm. o Exm. Sr. — Consulta V. Ex. em officio de 6 do mez findo, sob n. 29, si, occorrendo necessidade de entrarem logo em exercicio as autoridades policiaes nomeadas para localidades onde não reside o Juiz Municipal, nem ha Camara ou não têm residencia os respectivos Vereadores, pôde o juramento ser deferido pelo Chefe de Policia, quando o nomeado esteja no lugar da residencia do mesmo Chefe.

Em resposta declaro que a competencia das Camaras e dos Juizes Municipaes para deferirem juramento e posse a todos os empregados com jurisdicção no municipio, na conformidade dos arts. 54 da Lei do 1º de Outubro de 1828 e 2º do Decreto n. 4302 de 23 de Dezembro de 1868, e Aviso n. 225 de 23 de Abril de 1879, não exclue igual competencia do Chefe de Policia, nos termos do Aviso n. 162 de 20 de Dezembro de 1848, porquanto as autoridades superiores são, em regra, competentes para deferir juramento aos seus subordinados.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco Maria Sodré Pereira*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Pará.



#### N. 12 — EM 4 DE MAIO DE 1885

Os alvarás, para mudança de inscripção e transferencia de apolices, devem conter os esclarecimentos exigidos pelo Regulamento n. 9370 de 14 de Fevereiro de 1883.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Circular.—  
Rio de Janeiro, 4 de Maio de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Para satisfazer ao que solicitou o Ministerio da Fazenda, declare V. Ex. com urgencia aos Juizes dessa Provincia que os alvarás expedidos com o intuito de obter-se a mudança de inscripção e a transferencia de apolices, devem conter os esclarecimentos exigidos nos arts. 52, 60, 63 e 71 do Regulamento que acompanhou o Decreto n. 9370 de 14 de Fevereiro ultimo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco Maria Sodré Pereira*.—  
Sr. Presidente da Provincia de...

Na mesma conformidade aos Juizes de Direito da Corte.

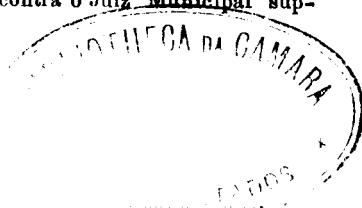


#### N. 13 — EM 18 DE MAIO DE 1885

O Despachante da Alfandega, que é supplente de Juiz Municipal, suspenso deste cargo, não pôde manter-se no exercicio daquello enquanto durarem os effeitos da pronuncia.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro,  
18 de Maio de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Consultou V. Ex., em telegramma de 16 do mez findo, si a pronuncia proferida contra o Juiz Municipal sup-



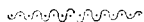
plente, que é Despachante da Alfandega, importa ao mesmo tempo suspensão do exercício d'esto ultimo logar.

Em resposta, cabe-me declarar que o logar de Despachante, creado pela legislação, está sujeito á nomeação do Ministerio da Fazenda e dos Inspectores de Thesourarias, com o pagamento do imposto de patente, havendo na Alfandega logar apropriado, com moveis e outros objectos, para a reunião e trabalho dos Despachantes, que não só devem ter escripturação em livros abertos por empregado da designação do Inspector e os apresentam a determinados funcionarios publicos, mas ainda estão sujeitos á suspensão, cassação do titulo e á prohibição de entrarem nas Repartições.

Assim, pois, o Despachante, pela natureza de sua nomeação e outras condições, não se pôde considerar um empregado de caracter simplesmente privado, porquanto, si suas funcções, dependentes de requisitos semelhantes aos que se exigem para o empregado publico, aproveitam ao commercio, tambem são de natureza publica pelas relações em que se acham com as estações fiscaes, e foram previstas nas disposições vigentes, que procuraram salvar, simultaneamente, os legitimos interesses do commercio e do fisco.

Nestas circumstancias, e não podendo pelo art. 649 do Decreto n. 2647 de 19 de Setembro de 1860, ser nomeado para o cargo de Despachante o individuo que não se mostra livre de pena, ou culpa, a qual se reconhece pela pronuncia que leva o pronunciao ao rol dos culpados e tem por effeito suspendel-o do exercicio das funcções publicas, ainda mesmo daquellas em que não foi commettido o abuso que deu origem ao processo, é evidente que o individuo suspenso do cargo de Juiz Municipal não pôde manter o exercicio de Despachante da Alfandega enquanto durarem os effeitos da pronuncia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Afonso Augusto Moreira Penna*. — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



#### N. 14 — EM 30 DE MAIO DE 1885

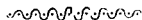
Modo de calcular as ajudas de custo.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 4ª Secção. — Rio de Janeiro, 30 de Maio de 1885.

Declaro a V. S., para os fins convenientes, que, no calculo das ajudas de custo aos Magistrados ou funcionarios sujeitos a esto Ministerio, se deve tomar por ponto de partida o logar em que o nomeado ou removido exercia outro emprego ou commissão, ao tempo da nomeação que deu direito á ajuda de custo. E quando o nomeado não seja funcionario publico, se contrará a viagem da lo-

calidade onde elle se achar, embora temporariamente, ao tempo da nomeação.

Deus Guarde a V. S. — *Affonso Augusto Moreira Penna.* — Sr. Conselheiro Director Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça.



N. 15 — EM 5 DE JUNHO DE 1885

Os serventuários de Justiça devem limitar-se á serventia dos officios que lhes ficaram subsistindo em virtude de leis provinciaes.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., em resposta ao officio n. 67 de 23 de Março ultimo, que não procede a reclamação de Antonio Severiano de Mello Falcão, para exercer as funções de Tabellião, não obstante ter sido provido privativa e vitaliciamente nesse officio, em virtude da Lei provincial n. 1630 de 29 de Abril de 1882, que restabeleceu a de n. 1244 de 7 de Junho de 1876, o serventuario Manoel Marques Galvão, que é mantido no mesmo officio, na conformidade do Aviso de 26 de Agosto de 1878, além de outras decisões, com as quaes se conforma o recente Decreto n. 9420 de 28 de Abril de 1885, art. 328; devendo, por tanto, o reclamante Mello Falcão limitar-se á serventia dos officios que lhe ficaram subsistindo depois das citadas leis provinciaes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Affonso Augusto Moreira Penna.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



N. 16 — EM 8 DE JUNHO DE 1885

Das decisões das Juntas Commerciaes sobre matricula de commerciantes não cabe recurso para o Cónselho de Estado.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 8 de Junho de 1885.

Devolvendo os autos do recurso que Manoel Xavier de Figueiredo interpoz para o Conselho de Estado, da decisão dessa Junta, que admittiu á matricula como commerciante Diogo da Fonseca Coelho,

tenho a declarar que o caso não é de recurso, á vista do Regulamento n. 124 de 5 de Fevereiro de 1842 e art. 8º do Decreto n. 1597 de 1 de Maio de 1855.

Deus Guarde a V. S.— *Afonso Augusto Moreira Penna*.— Sr. Presidente da Junta Commercial da Côrte.



#### N. 17 — EM 9 DE JUNHO DE 1885

Não cabe recurso para o Conselho de Estado dos despachos das Juntas Commerciaes admittindo a registro contratos de sociedades commerciaes.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 9 de Junho de 1885.

Devolvendo os autos de recurso que para o Conselho de Estado foi interposto por Gregorio Garat, do despacho pelo qual essa Junta Commercial admittiu a registro o contrato da sociedade commercial Garat & Comp., tenho a declarar que o caso não é de recurso, só admissivel quando ha prohibição ou annullação do registro, conforme a disposição do art. 8º, § 2º, do Decreto n. 1597 de 1 de Maio de 1855.

Deus Guarde a V. S.— *Afonso Augusto Moreira Penna*.— Sr. Presidente da Junta Commercial da Côrte.



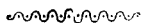
#### N. 18 — EM 16 DE JUNHO DE 1885

Dos despachos das Juntas Commerciaes admittindo a registro declarações da continuação de contratos sociaes, não cabe recurso para o Conselho de Estado.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1885.

Devolvendo o recurso que, para o Conselho de Estado, interpoz o Secretario dessa Junta do despacho que mandou admittir a registro a declaração de continuar em vigor por mais seis mezes o contrato social da firma José Corrêa de Oliveira & Comp., declaro que o caso não é de recurso, só admissivel quando ha prohibição ou annullação de registro, conforme a disposição do art. 8º, § 2º, do Decreto n. 1597 de 1 de Maio de 1855.

Deus Guarde a V. S.— *Afonso Augusto Moreira Penna*.— Sr. Presidente da Junta Commercial de Belém.





## N. 19 — EM 26 DE JUNHO DE 1885

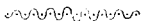
Serviço a que é obrigada a Guarda Nacional das comarcas fronteiras.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 3ª Secção.— Rio de Janeiro, 26 de Junho de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Por telegramma de 20 do corrente mez consultou V. Ex. si a Guarda Nacional das comarcas fronteiras, sujeita ao regimen especial do Decreto n. 2029 de 18 de Novembro de 1857, é obrigada ao serviço de conducção de presos.

Declaro a V. Ex., em resposta, que, conforme já foi resolvido por Aviso n. 149 de 28 de Março de 1831, a Guarda Nacional das fronteiras, mesmo fora dos casos do art. 26 do Decreto n. 5573 de 21 de Março de 1874, é obrigada a todo o serviço que pertence a essa milicia pela Lei n. 602 de 19 de Setembro de 1850 e mais disposições em vigor, visto que o decreto citado, art. 50, excluiu para a dita Guarda das fronteiras as disposições do art. 26 e outras co-relativas ao assumpto.

Deus Guarde a V. Ex.— *Affonso Augusto Moreira Penna.*  
— Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



## N. 20 — EM 11 DE JULHO DE 1885

Competencia para tomar conhecimento do crime de vender ou passar bilhetes de loterias estrangeiras.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Circular.  
— Rio de Janeiro, 11 de Julho de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Sua Magestade o Imperador, por Sua Imperial Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 16 de Maio ultimo, Houve por bem Declarar que, para tomar conhecimento do crime de vender ou passar bilhetes de loterias estrangeiras que a Lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1884 pune, no art. 14, além da pena de prisão, com as de contrabando, nos termos do art. 12 doCodigo Criminal, sem que todavia o qualifique como contrabando, nem lhe revista a natureza, ou com este se identifique, são exclusivamente competentes as justicas criminaes, qualquer que seja a autoridade que apprehenda os referidos bilhetes.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.— *Affonso Augusto Moreira Penna.*  
— Sr. Presidente da Provincia de.....

Na mesma conformidade aos Juizes de Direito dos districtos criminaes da Côte.



## N. 21 — EM 16 DE JULHO DE 1885

Não é caso de recurso para o Conselho de Estado o indeferimento pela Junta Commercial de requerimento em que se pede instauração do processo administrativo contra um agente de leilões.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 16 de Julho de 1885.

Devolvendo a petição de recurso interposto para o Conselho de Estado do despacho pelo qual essa Junta indeferiu o requerimento em que Serafim Ferreira de Oliveira & Comp. pediam a instauração do processo administrativo contra o agente de leilões Joaquim Ferreira da Silva, declaro que o caso não é de recurso, só admissivel quando apresentado pelos agentes punidos, na conformidade dos arts. 15 do Decreto n. 858 de 10 de Novembro de 1851 e 8º do Decreto n. 1597 do 1º de Maio de 1855.

Deus Guardo a V. S.— *Afonso Augusto Moreira Penna*.— Sr. Presidente da Junta Commercial de Belém.



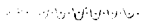
## N. 22 — EM 20 DE JULHO DE 1885

Porcentagem aos Thesoureiros dos cofres dos orphãos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 20 de Julho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução á duvida suscitada pelo Juiz de Direito da comarca de S. Matheus nos papeis juntos ao officio dessa Presidencia, n. 58 do 1º de Abril ultimo, declaro a V. Ex., de accôrdo com o Aviso n. 176 de 11 de Outubro de 1854, que aos Thesoureiros dos cofres de orphãos das Provincias não se pôde abonar mais de um oitavo por cento para remuneração do seu trabalho e despezas dos mesmos cofres.

Deus Guarde a V. Ex.— *Afonso Augusto Moreira Penna*.— Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.



## N. 23 — EM 21 DE JULHO DE 1885

Não têm direito a vencimentos funcionarios interinos nomeados illegalmente.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 4ª Secção.— Rio de Janeiro, 21 de Julho de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— A Sua Magestade o Imperador Foi presente o requerimento documentado, em que o Capitão João Ferreira Nobre pediu pagamento dos vencimentos, a que tivesse direito, por haver servido interinamente o cargo de Promotor Publico da comarca do Natal, na Provincia do Rio Grande do Norte, por nomeação de 10 de Outubro de 1883. E o mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua Immediata Resolução de 18 do corrente com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, em Consulta de 11 deste mez. Houve por bem Mandar declarar a V. Ex., em resposta ao officio de 19 de Setembro do anno findo, que, tendo sido illegal a mesma nomeação, em face do art. 14 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, por isso que quando foi nomeado era o reclamante membro da Assembléa Legislativa Provincial, nenhum direito tem aos vencimentos que pede, quer pelo tempo em que indebitamente exerceu aquellas funções no periodo decorrido de 1882 a 1883, quer durante o tempo em que serviu além do biennio legislativo, isto é, desde 1 de Janeiro a 22 de Março de 1884.

Deus Guarde a V. Ex.— *Afonso Augusto Moreira Penna.*— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.



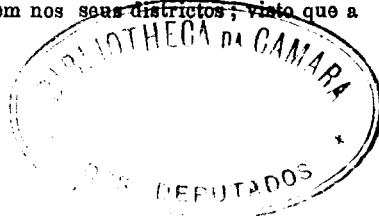
## N. 24 — EM 30 DE JULHO DE 1885

Aos Juizes de Orphãos e Ausentes incumbe principalmente communicar aos Agentes Consulares o fallecimento dos subditos estrangeiros cujos bens tenham de ser arrecadados.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 30 de Julho de 1885.

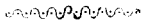
Declaro a V. S., em resposta ao officio de 20 deste mez e para os effeitos legais, que a obrigação imposta nas diversas convenções de communicar aos respectivos Agentes Consulares o fallecimento dos subditos estrangeiros cujos bens tenham de ser arrecadados, incumbe principalmente aos Juizes de Orphãos e Ausentes, aos quaes, de accordo com o art. 23 do Regulamento n. 2433 de 15 de Junho de 1859, devem as autoridades policiaes participar immediatamente o obito das pessoas que fallecerem nos seus districtos; visto que a

J.— Decisões de 1885 2



expressão — autoridades locais — empregada nas referidas convenções, comprehende todas as autoridades policiaes e judicarias da localidade.

Deus Guarde a V. S. — *Affonso Augusto Moreira Penna*. — Sr. Juiz de Direito da 1ª vara de orphãos e ausentes da Côrte.



#### N. 25 — EM 17 DE AGOSTO DE 1885

E' voluntario o recurso do despacho pelo qual o Juiz de Direito não aceita a queixa ou denuncia.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Com referencia aos officios de 23 de Junho, 2, 13 e 14 de Julho ultimos, declaro a V. Ex., de accôrdo com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, que, segundo o disposto no art. 17, § 2º, da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, é voluntario o recurso do despacho pelo qual o Juiz de Direito não aceita a queixa ou denuncia.

Não tendo sido, pois, interposto aquelle recurso, devem cessar os effeitos da suspensão administrativa imposta ao Juiz Municipal e de Orphãos do termo de S. Matheus, Bacharel Joaquim Vicente Lopes de Oliveira.

Deus Guarde a V. Ex. — *Affonso Augusto Moreira Penna*. — Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.



#### N. 26 — EM 19 DE AGOSTO DE 1885

A condemnação por sentença passada em julgado é a unica limitação imposta ao direito a recurso de graça.

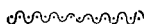
Ministerio dos Negocios da Justiça. — 3ª Secção. — Rio de Janeiro, 19 de Agosto de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio n. 63 de 7 de Julho do anno passado, consultou essa Presidencia si os réos, cujas sentenças condemnatorias não têm effeito suspensivo, podem, estando soltos, interpor o recurso de graça.

Sua Magestade o Imperador, Tendo ouvido a Secção de Justiça

do Conselho de Estado, Houve por bem Decidir, por Sua Imperial e Immediata Resolução de 8 do corrente, que, nos termos genericos do art. 101, § 8º, da Constituição do Imperio, a unica limitação imposta ao direito a recurso de graça é a de condemnação por sentença passada em julgado; não sendo, portanto, motivo para obstar a interposição e seguimento legal de tal recurso a falta de prisão do réo ou de começo de cumprimento da pena, o que, porém, não importa effeito suspensivo, que o recurso extraordinario ao Poder Moderador não tem fóra dos casos de condemnação á pena ultima, na fórma da Lei de 11 de Setembro de 1826.

Deus Guarde a V. Ex.— *Affonso Augusto Moreira Penna*.—  
Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.



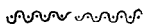
### N. 27 — EM 6 DE OUTUBRO DE 1885

Penalidade applicavel ás praças do Corpo militar de Policia que commettem o crime de 2ª deserção.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 3ª Secção.— Rio de Janeiro, 6 de Outubro de 1885.

Em officio n. 140 de 1 do corrente, consultou V. S. sobre o modo por que deverá proceder por occasião de acabar de cumprir a pena a praça que, tendo commettido o crime de 2ª deserção aggravada, se houver apresentado nos prazos marcados no art. 77 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 9395 de 7 de Março deste anno; declaro a V. S. que, sendo omisso, nesta parte, o referido regulamento, e só podendo ser imposta a pena complementar de expulsão ao réo de 2ª deserção, que tiver sido capturado, e depois de cumprir a sentença de 18 mezes de prisão, deverá o réo de 2ª deserção simples ou aggravada, e que se tiver apresentado, soffrer o respectivo castigo estabelecido no § 2º do art. 77 e continuar a servir no corpo, Caso, porém, commetta ainda outra deserção, ser-lhe-ha imposta, além da pena de 18 mezes de prisão, a de expulsão do corpo, quer se apresente voluntariamente, quer seja capturado.

Deus Guarde a V. S.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.—  
Sr. Coronel Commandante geral do Corpo militar de Policia da Corte.



## N. 28 — EM 28 DE OUTUBRO DE 1885

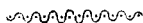
Penalidade a que está sujeito o official da Guarda Nacional por falta de cumprimento de deveres ou por desobediencia.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 28 de Outubro de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Com officio n. 100 de 14 de Julho ultimo, transmittiu o antecessor de V. Ex. uma cópia da consulta feita pelo Commandante Superior da Guarda Nacional da comarca do Cametá, sobre o modo pelo qual deve proceder, em face do art. 39 do Decreto n. 5573 de 21 de Março de 1871, relativamente á falta de respeito e de cumprimento de deveres por parte do Tenente Ajudante e Secretario do 21º batalhão da mesma Guarda.

Declaro a V. Ex., para que faça constar ao referido Commandante Superior, que o official de quem se trata deverá ser punido com as penas do art. 97 da Lei n. 602 de 19 de Setembro de 1850, visto estar comprehendido na disposição do § 1º do dito artigo; e que, no caso de reincidencia, se deverá proceder de conformidade com o que dispõe o art. 98 da lei citada, visto que se trata de transgressão de ordens superiores, falta de cumprimento de deveres inherentes ao posto e, portanto, de infracção das regras do serviço.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia do Pará.



## N. 29 — EM 29 DE OUTUBRO DE 1885

Concessão de licença a serventuários de Justiça.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Circular. — Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — São incontestaveis os inconvenientes resultantes das interinidades das funções publicas, tanto para os interesses das partes, como para a boa marcha e regularidade do serviço.

No intuito pois de remover taes inconvenientes, chamo a attenção de V. Ex. para a stricta e rigorosa observancia das disposições contidas na Lei n. 40 de 3 de Outubro de 1834 e Decretos ns. 247 de 15 de Novembro de 1842 e 6857 de 9 de Março de 1878, recommendando:

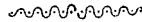
1.º Que aos funcionarios subordinados a este Ministerio não seja concedido — mais de tres mezes de licença, senão por meio de prorrogação e por igual tempo;

2.º Que a concessão de licença deve ser baseada em motivo de molestia provada e que iniba o empregado de exercer o cargo, ou em outra qual quer causa justa e attendivel ;

3.º Que só poderá ser concedida nova licença depois de decorrido um anno, a contar do dia em que tiver terminado a ultima, ou sua prorrogação.

Outrosim, convem que essa Presidencia faça intimar os serventuarios de officios de Justiça que se acharem no gozo de licença por mais de um anno, para, terminada esta, reassumirem o exercicio de suas funcções, e quando pela continuação dos seus impedimentos se verificarem os casos de incapacidade physica ou moral que impossibilite os mesmos serventuarios de servirem pessoalmente, providencie, suggerindo aos Juizes e ás autoridades, perante quem exercerem elles as respectivas serventias, que observem o preceito do Tit. 2º, Cap. 1º, Secção 3ª do Decreto n. 9420 de 28 de Abril do corrente anno.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.* — Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.



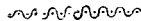
#### N. 30 — EM 9 DE NOVEMBRO DE 1885

O domicilio é uma das condições para o exercicio das funcções de leiloeiro.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 9 de Novembro de 1885.

Declaro a V. S., em resposta ao officio de 4 de Setembro ultimo, que, não cabendo ao Governo ampliar as disposições da lei, segundo a qual o domicilio é uma das condições para o exercicio das funcções dos agentes de leilões, bem procedeu a Junta decidindo que a nomeação de taes agentes deve limitar-se á praça ou logar de residencia do nomeado.

Deus Guarde a V. S. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.* — Sr. Presidente da Junta Commercial da Corte.



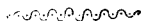
## N. 31 — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1885

Aos Collectores não cabe percentagem pelo trabalho e despesas do cofre de orphãos.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 4<sup>a</sup> Secção. — Rio de Janeiro, 10 de Novembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ao officio dessa Presidencia de 19 do mez proximo findo, com o requerimento, em que o Collector do termo de Sapucaia, Antonio Marianno Corrêa, pede pagamento de percentagem, a que se julga com direito, pelo trabalho e despesas do cofre de orphãos a seu cargo, cabe-me declarar que o Aviso de 20 de Julho ultimo, no qual se baseou o Collector reclamante, refere-se unicamente aos Thesoureiros dos cofres de orphãos, e não aos Administradores de Mesas de rendas, assim como Collectores, os quaes não porcebem percentagem, tendo sómente uma comissão de 1% pela remessa dos dinheiros de orphãos para as Thesourarias, na forma do art. 5.<sup>o</sup> das Instrucções que baixaram com o Aviso n. 51 de 12 de Maio de 1812, comissão, que pelo Aviso n. 99 de 12 de Março de 1851 foi dividida em 2/3 para o Collector e 1/3 para o Escrivão revertendo depois inteira para aquelle, pelo Aviso n. 109 de 8 de Março de 1875.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



## N. 32 — EM 17 DE NOVEMBRO DE 1885

Duvidas sobre o Regimento de custas.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2<sup>a</sup> Secção. — Rio de Janeiro, 17 de Novembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ás duvidas suscitadas pelo Juiz de Direito da comarca de Pacatuba, no officio junto ao dessa Presidencia n. 1321 de 6 de Abril ultimo, declaro a V. Ex.:

1.<sup>o</sup> Que, estando taxativamente marcados no Regimento de custas os emolumentos devidos aos Juizes de Direito, não lhes podem ser extensivos os dos arts. 88 e 95, que se referem a Solicitadores e Promotores Publicos ;

2.<sup>o</sup> Que, pelos documentos ou escriptos que transcreverem nas escripturas, não compete aos Tabelliães de notas o emolumento do n. 4 do art. 97 do citado regimento.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.





## N. 33 — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1885

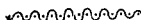
Exercício dos Juizes de Paz.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 20 de Novembro de 1885.

Consultou Vm. em officio de 17 de Setembro ultimo, si, na qualidade de 1º Juiz de Paz do 2º districto da freguezia de Sant'Anna, devia assumir o exercicio do 4º anno, visto ter o desse anno servido no 3º pela renuncia do Juiz respectivo que aceitou e exerceu emprego publico incompativel.

Em resposta declaro a Vm. que, estando a duvida resolvida pelos Avisos ns. 198 de 15 de Junho de 1858, 285 de 26 de Junho de 1863, 128 de 14 de Maio de 1870, 5 de 5 de Janeiro de 1871 e 353 de 8 de Outubro de 1874, á Illma. Camara Municipal compete providenciar sobre o caso, de accordo com as Instrucções annexas ao Decreto de 13 de Dezembro de 1832.

Deus Guarde a Vm.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Ao Sr. 1º Juiz de Paz do 2º districto da freguezia de Sant'Anna.



## N. 34 — EM 3 DE DEZEMBRO DE 1885

O cargo de Subdelegado de Policia não é emprego publico retribuido.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 3 de Dezembro de 1885.

Sua Magestade o Imperador, Conformando-se por Imperial Resolução de 28 do mez findo com o parecer das Secções reunidas de Justiça e Imperio do Conselho de Estado, em Consulta de 12 de Outubro anterior, Ha por bem Mandar declarar a V. S., em resposta ao officio n. 349 de 28 de Setembro ultimo, que o cargo de Subdelegado de Policia não é emprego publico retribuido, comprehendido na disposição do art. 24 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881.

Deus Guarde a V. S.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Desembargador Chefe de Policia da Côrte.



## N. 35 — EM 14 DE DEZEMBRO DE 1885

Emolumentos dos Curadores geraes de orphãos.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 14 de Dezembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução á consulta do Curador geral de orphãos da comarca de Campos, no requerimento que acompanhou o officio dessa Presidencia de 3 do corrente sob n. 2733, declaro a V. Ex., de accôrdo com a disposição do art. 91 do Regimento de custas approvado pelo Decreto n. 5737 de 2 de Setembro de 1874 e dos Avisos ns. 407 de 31 de Outubro de 1874, 536 de 10 de Maio de 1876, 453 de 24 de Setembro de 1880 e 84 de 17 de Fevereiro de 1881, que os Curadores geraes de orphãos só percebem emolumentos por assistirem ás inquirições do testemunhas e ás avaliações, quando estas diligencias se effectuam em acções ou demandas em que os menores ou pessoas miseraveis se am os vencedores, não podendo, porém, recusar-se a officiar em taes actos desde que entre os interessados haja orphãos ou pessoas a elles equiparadas.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

—————

## N. 36 — EM 21 DE DEZEMBRO DE 1885

Casos em que os supplentes dos Juizes Municipaes podem ser privados do cargo.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 21 de Dezembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Com referencia ao telegramma dessa Presidencia de 18 do corrente, declaro a V. Ex. que os supplentes de Juizes Municipaes, depois de terem prestado juramento e assumido o exercicio, só podem ser privados do cargo nos casos previstos no art. 6º, § 1º, do Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

—————

# INDICE DAS DECISÕES

## MINISTERIO DA MARINHA

N. 1 — Aviso de 11 de Fevereiro de 1885. — Providencia sobre a venda de objectos inuteis da Intendencia da Marinha.....	1
N. 2 — Aviso de 19 de Março de 1885. — Explica o modo por que devem ser carregados aos respectivos responsaveis o casco e machinas das lanchas dos navios da Armada.....	2
N. 3 — Aviso de 8 de Julho de 1885. — Declara que estão isentos do pagamento do sello os certificados passados pelas Capitancias de portos aos paquetes das companhias subvencionadas.....	2
N. 4 — Aviso de 19 de Setembro de 1885. — Declara que os arts. 70 e 71 do Regulamento de 19 de Maio de 1846 não foram derogados pelos arts. 460 a 465 do Codigo Commercial.....	3
N. 5 — Aviso de 30 de Setembro de 1885. — Providencia sobre a escripturação e guarda das madeiras do Almoxarifado.....	3
N. 6 — Aviso de 3 de Outubro de 1885. — Explica como deve ser feita a promoção na 1ª classe do Corpo de Fazenda.....	6
N. 7 — Aviso de 22 de Outubro de 1885. — Dá novo Regulamento para o serviço de costuras da Intendencia da Marinha.....	6
N. 8 — Aviso de 5 de Dezembro de 1885. — Declara que os menores remettidos para as escolas de aprendizes marinheiros pelos Juizes de Orphãos e outras autoridades não têm direito ao premio.....	17

	PAGS
N. 9 — Aviso de 12 de Dezembro de 1885.— Declara que devem ser remetidas aos corpos as praças de pret indultadas, antes de completarem o prazo de seis annos das penas impostas em virtude de quaesquer crimes.....	18
N. 10 — Aviso de 18 de Dezembro de 1885.— Declara que as praças inválidas que obtiveram licença para residir fóra do Asylo têm direito ao soldo e á importância das rações.....	18
N. 11 — Aviso de 22 de Dezembro de 1885.— Altera o art. 22 do Regulamento de 28 de Fevereiro de 1854 na parte concernente a vencimentos da praticagem.....	19



## MINISTERIO DA MARINHA

### N. 1 — AVISO DE 11 DE FEVEREIRO DE 1885

Providencia sobre a venda de objectos inuteis da Intendencia da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha.— 4.<sup>a</sup> Secção.— N. 216.—  
Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 1885.

Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer emitto pela Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado, em Consulta de 10 de Fevereiro do anno proximo passado, Houve por bem, por Immediata Resolução de 7 do corrente, Mandar declarar que para a venda do material inapplicavel de que trata o § 7.<sup>o</sup> do art. 5.<sup>o</sup> da Lei de 31 de Outubro de 1879 sejam observadas as seguintes providencias:

1.<sup>a</sup> Os objectos que se reconhecer não terem applicação alguma para o serviço da Armada e existentes, entretanto, sem destino nas arrecadações dessa Intendencia, serão entregues com as necessarias formalidades a um leiloeiro de competencia official para ahi mesmo promover e expôl-os á venda na presença de V. S., de accôrdo com as condições que por V. S. serão previamente estabelecidas.

2.<sup>a</sup> Entre as condições convem inserir que a publicação dos necessarios annuncios será feita por conta daquelle agente, o qual nada haverá dos cofres publicos e só dos arrematantes receberá a gratificação de praxe no commercio.

3.<sup>a</sup> Assistirá tambem ao acto de venda o Secretario da Intendencia para lavrar o termo que será remettido á Secretaria de Estado.

4.<sup>a</sup> Os objectos serão entregues ao arrematante depois de constar pela Contadoria estar realizado o pagamento na Pagadoria da Marinha da importancia em debito que constará da competente guia passada pela Intendencia.

Deus Guarde a V. S.— *Joaquim Raimundo de Lamare*.— Sr. Intendente da Marinha.



## N. 2 — AVISO DE 19 DE MARÇO DE 1885

Explica o modo por que devem ser carregados aos respectivos responsáveis o casco e as machinas das lanchas dos navios da Armada.

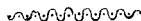
Ministerio dos Negocios da Marinha.— 4.<sup>a</sup> Secção.— N. 381.  
— Rio de Janeiro, 19 de Março de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— No intuito de solver as duvidas que se suscitam acerca do processo a seguir na substituição das grelhas de ferro da lancha a vapor *Madeira*, resolvi que, em additamento ao inventario do chefe das machinas do mesmo navio, sejam debitadas as machinas e accessorios da lancha, precedendo a formalidade da entrega desses objectos á officina de machinas pelo mestre, o qual virá, portanto, a ficar sómente com a carga do casco da lancha e suas pertenças, objectos proprios de sua especialidade.

Semelhante providencia, que está de accôrdo com a intelligencia dos arts. 157 e 159 do Regulamento de 30 de Junho de 1870 e art. 33 do Regulamento de 30 de Novembro de 1876, deverá ser observada em todos os casos identicos ao de que se trata.

O que a V. Ex. communico, para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Raimundo de Lamare*.— Sr. Conselheiro de Guerra Ajudante General da Armada.



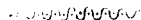
## N. 3 — AVISO DE 8 DE JULHO DE 1883

Declara que estão isentos do pagamento do sello os certificados passados pelas Capitancias de portos aos paquetes das companhias subvencionadas.

Ministerio dos Negocios da Marinha.— 3.<sup>a</sup> Secção.— N. 818.  
— Rio de Janeiro, 8 de Julho de 1885.

Declaro a V. S. para os fins convenientes e com relação ao seu officio n. 4 de 11 de Abril proximo findo, que os certificados passados pelas Capitancias dos portos aos paquetes das companhias subvencionadas, para saberem-se as datas das entradas e saídas dos portos de escala e effectuar-se o recebimento da competente indemnização, devem ser considerados como documentos de expediente de Repartição geral, e como taes estão isentos do pagamento do sello pelo art. 13, n. 31, do Regulamento de 19 de Maio de 1883.

Deus Guarde a V. S.— *Luiz Felipe de Souza Leão*.— Sr. Capitão do porto da Provincia do Paraná.



## N. 4 — AVISO DE 19 DE SETEMBRO DE 1885

Declara que os arts. 70 e 71 do Regulamento de 19 de Maio de 1846 não foram derogados pelos arts. 460 a 465 do Código Commercial.

Ministerio dos Negocios da Marinha. — 3ª Secção. — N. 1123.  
— Rio de Janeiro em 19 de Setembro de 1885.

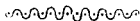
Em vista da duvida apresentada por V. S., em officio n. 40 de 15 do corrente, declaro-lhe para os devidos effeitos e de accôrdo com a Imperial Resolução de 21 de Agosto de 1881, tomada sobre o parecer da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado, emitto em Consulta de 22 de Junho do mesmo anno, que nenhuma contradicção ou repugnancia existe entre as disposições dos arts. 70 e 71 do Regulamento de 19 de Maio de 1846 e os arts. 460 a 464 da Lei n. 556 de 25 de Junho de 1850; porquanto o registro das embarcações, prescripto pelo Código Commercial, em termos e para fins diversos, não dispensa nem obsta ao arrolamento na Capitania do porto.

Não ha incompatibilidade de dous registros, como nas hypothecas commerciaes exige o art. 63 do Regulamento n. 738 de 25 de Novembro de 1850.

Demais, os Avisos do Ministerio da Justiça ns. 94 e 109, de 1 e 19 de Abril de 1852, e de accôrdo com elles a Ordem do Thesouro n. 123 de 7 de Maio do mesmo anno, longe de declararem abolido pelo Código do Commercio o arrolamento de taes embarcações nas Capitánias dos portos, mandam que aos Capitães de navios se deem *ex officio* certidões das arqueações feitas na conformidade do art. 70 do Regulamento de 19 de Maio de 1846 para serem apresentadas nas mesmas Capitánias.

Essas certidões são necessarias para o arrolamento de que trata o art. 70 e não para a matricula das equipagens de que tratam os arts. 59 e 60.

Deus Guarde a V. S. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*. —  
Sr. Capitão do Porto da Côte e provincia do Rio de Janeiro.



## N. 5 — AVISO DE 30 DE SETEMBRO DE 1885

Providencia sobre a oscripturação e guarda das madeiras do Almojarifado.

Ministerio dos Negocios da Marinha? — 4ª Secção. — N. 1120.  
— Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Convindo providenciar quanto á continuação do serviço das madeiras, que actualmente traz um dispendio que pouco interessa ao bom andamento dos trabalhos

do Arsenal e também sobre o modo pelo qual deve ser feita a respectiva escripturação, tenho resolvido que do mesmo serviço fique incumbida essa Intendencia no que diz respeito á escripturação e ao Arsenal no que referir-se á arrumação das madeiras.

A escripturação das madeiras continúa a ser feita separadamente da do Almoxarifado, conforme já determinou o Aviso de 19 de Abril de 1880, ficando a cargo de Rodrigo Borges de Castro Azevedo e Mello, sob a responsabilidade do Escrivão da 2ª Secção do Almoxarifado, e, por isso, fica considerado Ajudante deste, embora privativo para o serviço das madeiras.

A guarda das madeiras existentes na ilha do Bom Jesus continúa a cargo de Candido Rodrigues de Almeida, a quem cabe prestar todo o auxilio, por occasião da remoção de qualquer quantidade de madeira que fôr requisitada para os trabalhos das officinas do Arsenal, para o que terá a escripturação de todo o material existente, organizada segundo o modelo junto. Tanto quanto fôr possível se dará preferéncia para a sahida das madeiras, aquellas ainda não arroladas, para que nessa occasião se faça o competente inventario do Almoxarife.

O inventario até agora feito pelo Official de Fazenda Eliseo de Oliveira Borges, fica encerrado e annexado á conta do actual exercicio.

O que tiver logar pela providencia ora tomada, será visado por essa Intendencia no fim de cada mez, confrontadas as notas, modelo junto, que a Secção deve enviar ao guarda das madeiras, á proporção que se fizerem as entregas.

Para o serviço da remoção de madeiras, prestará o Arsenal o numero de serventes que fôr preciso — devendo o pessoal do Patrão-mór coadjuvar aquelles, quando houver urgencia das madeiras pedidas.

Com esta providencia ficam dispensados o 1º Tenente Francisco Alberto de Castro Menezes, o Official de Fazenda reformado Eliseo de Oliveira Borges, o Patrão e 10 marinheiros que actualmente se acham incumbidos do movimento das madeiras, do que resulta a economia de 510\$000.

O que a V. Ex. communico para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*  
— Sr. Conselheiro Intendente da Marinha.



**Modelo do livro de sahidas das madeiras do  
deposito estabelecido na Ilha do Bom Jesus**

N. 1

N. 1

Em cumprimen-  
to, etc.  
etc. etc.

**MINISTERIO DA MARINHA**

Em cumprimento á ordem n...., de ... do Sr. Almojarife da 2ª Secção do Almojarifado remetti para a serreria a vapor o seguinte :

QUALIDADES	QUANTIDADES	NUMERO DA SECÇÃO	NUMERO DO GUARDA
Paus curvos.... direitos....	2 3	1.334 2.524	4 8

Deposito das madeiras na Ilha do Bom Jesus em 28 de Setembro de 1885.

F.....

Guarda das madeiras.

Foi recebida a madeira constante desta nota.— 2ª Secção do Almojarifado da Marinha em 28 de Setembro de 1885.

O Almojarife

Pelo Escrivão

F....

F....

Esta guia na qual se declarará si as madeiras remettidas foram ou não já inventariadas, será presente ao Sr. Intendente quando tiver de visar mensalmente o inventario, como determina o Aviso n. 1420 de 30 de Setembro de 1885, ficando depois annexa aos documentos de despeza da conta de madeiras.



## N. 6 — AVISO DE 3 DE OUTUBRO DE 1885

Explica como deve ser feita a promoção na 1ª classe do Corpo de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Marinha.— 2ª Secção.— N. 1482.—  
Rio de Janeiro, 3 de Outubro de 1885.

Com referencia ao officio de V. S. n. 78 de 5 de Maio ultimo, resolvi, de accordo com o parecer do Conselho Naval exarado em Consulta n. 5351 de 8 de Junho proximo preterito, que as vagas na 1ª classe do Corpo de Fazenda sejam preenchidas metade por antiguidade e metade por merecimento, e na 2ª classe todas por merecimento.

Deus Guarde a V. S.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Charés*.—  
Sr. Chefe do Corpo de Fazenda da Armada.



## N. 7 — AVISO DE 22 DE OUTUBRO DE 1885

Dá novo Regulamento para o serviço de costuras da Intendencia da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Marinha.— 4ª Secção.— N. 1535.—  
Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1885.

Pelo exame a que procedi sobre o serviço de costuras, a cargo dessa Intendencia, reconheci que não correspondia elle aos fins que teve em vista o Governo quando o estabeleceu.

Na matricula das costureiras observei que se achavam inscriptas seiscentas vinte e nove, numero este de certo elevado, em relação á importancia das costuras, resultando deste facto que a distribuição não aproveitava, pelo menos de modo efficaz, a todas as costureiras matriculadas; motivo pelo qual appareceram reclamações que chegaram ao meu conhecimento.

E, examinando tambem a actual escripturação, vi que, sem prejuizo para a fiscalisação, e antes com vantagem e economia, podia ser a mesma alterada, simplificando-se o methodo até agora seguido.

Certifiquei-me mais de que as instrucções e modelos annexos ao Aviso n. 2759 de 14 de Dezembro de 1878, que regem presentemente este serviço, soffreram diversas modificações, occasionadas pela conveniencia do mesmo serviço sem comtudo methodizal-o.

Convencido, pois, da necessidade de substituir aquellas instrucções, mandei organizar as que se acham annexas e que devem ter immediata execução.

Por esta fórma harmonisam-se os interesses do Estado e das pessoas que procuram meios de subsistencia no serviço de que se trata.

Ficam assim substituidas ou alteradas as disposições do art. 6º, dos §§ 5º e 6º do art. 8º, do art. 14, do § 3º do art. 15 e dos arts. 18, 19 e 20 das referidas Instrucções de 14 de Dezembro de 1878.

Deus Guarde a V. S. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.* —  
Sr. Intendente da Marinha.

**Instrucções para o serviço de costuras da Intendencia da Marinha, a que se refere o Aviso n. 1535 desta data.**

Art. 1.º O fardamento e mais roupas, de qualquer denominação e emprego, de que se necessitar para o serviço do Ministério da Marinha, será promptificado e fornecido por intermedio da 1ª Secção do Almojarifado.

Art. 2.º Os supprimentos do material serão feitos préviamente na proporção das necessidades do serviço, guardadas as formalidades fiscaes do regulamento da Repartição.

Art. 3.º A 1ª Secção é obrigada a satisfazer com promptidão as requisições de fardamento ou de roupas, e deverá dar conta ao Intendente do estado do deposito, alim de que possa providenciar convenientemente.

Art. 4.º Quando fôr apresentada alguma requisição que não possa ser immediatamente satisfeita na sua totalidade, por não haver em deposito os artigos pedidos, a Secção exigirá do Official de Fazenda competente o encerramento da mesma requisição, passando o Official de Fazenda recibo do que lhe fôr entregue, e fazendo nova requisição, nos termos da lei, para completar a primitiva.

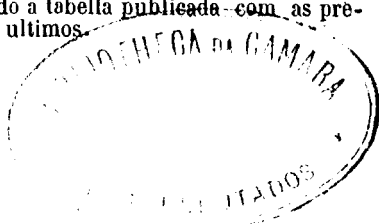
Art. 5.º Incorrem em responsabilidade tanto o Almojarife como o Escrivão, dado o caso de, por descuido ou negligencia, haver falta de material em deposito para o serviço de costuras de modo que, para supprir a mesma falta, se torne indispensavel fazer compras urgentes.

Art. 6.º Serão empregados no serviço das costuras :

Um mestre-alfaiate, officiaes de córte, ajustados e livremente despedidos pelo Intendente, e de um numero de costureiras que não excederá de 300.

O mestre-alfaiate perceberá o salario de 4\$000 por dia util, perdendo-o nos dias em que não comparecer, e bem assim naquelles em que entrar fóra das horas ou se retirar sem permissão.

O trabalho do mestre e dos officiaes de córte será pago na Pagadoria da Marinha, segundo a tabella publicada com as presentes instrucções, quanto aos ultimos.



Art. 7.º O serviço de costuras fica incluído entre os de arrecadação e fornecimento pertencentes á Intendencia, e sujeito, portanto, ao respectivo regulamento no que lhe fôr applicavel.

Art. 8.º Compete ao Intendente :

1.º Autorizar a despesa do material recebido e mandar lançar em receita ao Almoxarife o producto do mesmo material em fardamento e roupas, bem assim as sobras com especificação de preços, qualidade e peso. As sobras deverão ser aproveitadas ; mas si não tiverem emprego serão vendidas mediante concorrência.

2.º Despachar requerimentos para inscripção na lista das costureiras, tendo em vista as disposições do art. 14.

3.º Mandar annunciar, quando julgar necessario, a distribuição das costuras, chamando as costureiras pelo respectivo numero de ordem de inscripção.

4.º Mandar fazer a distribuição na sua presença ou na do Ajudante. Do mesmo modo assistir ao recebimento, estando tambem presente o mestre-alfaiate, afim de que nenhum fardamento ou roupa tenha entrada no Almoxarifado senão perfeitamente manufacturado e conforme o typo e modelo adoptados.

Art. 9.º O mestre-alfaiate e os officiaes de córte chamados a serviço devem comparecer no Almoxarifado todos os dias uteis, sujeitando-se ás disposições do Regulamento no que diz respeito ao tempo de trabalho e ao regimen disciplinar.

§ 1.º São responsaveis e sujeitos a indemnização pelos prejuizos que occasionarem, devidos a extravio, negligencia ou erro no desempenho de suas obrigações.

§ 2.º Darão fiança, si fôr exigida, na quantia arbitrada pelo Intendente.

Art. 10. Serão confiados á guarda e responsabilidade do mestre-alfaiate os moldes e modelos de diversas peças de fardamento, bem assim todo o material empregado no serviço da officina.

Parapho unico. Compete-lhe :

1.º Apresentar o orçamento do material necessario para a preparação dos fardamentos e roupas, segundo as ordens recebidas.

2.º Dirigir o trabalho da officina, dando aos officiaes de córte, e ás costureiras, explicações para a perfeita execução do serviço e aproveitamento do panno e mais artigos.

3.º Empregar-se no córte quando não estiver occupado em outro serviço de sua competencia.

4.º Arrecadar as peças cortadas e acondicionar-as de modo que não se deem extravios e possam ser prompta e facilmente distribuidas.

5.º Assistir á distribuição das costuras, que entregará alinhavadas, si assim julgar necessario.

6.º Examinar cuidadosamente e sob sua responsabilidade, na occasião da entrega, o trabalho feito.

7.º Auxiliar com suas informações o Escrivão do Almoxarifado

na escripturação que este deve fazer do recebimento e entrega do material e obra preparada.

Art. 11. O Almoxarife e o Ajudante do Intendente devem com frequencia inspecionar o procedimento do mestre-alfaiate e de seus auxiliares e representar ao Intendente contra as irregularidades que observarem e não puderem por si proprios corrigir.

Art. 12. Os officiaes de corte só comparecerão quando forem chamados a serviço, sendo substituídos si 48 horas depois de prevenidos não se tiverem apresentado na officina.

Paragrapho unico. Ficam immediatamente sujeitos ao mestre-alfaiate, a quem devem entregar, todos os dias, antes de retirar-se, os moldes, modelos e mais objectos recebidos para o desempenho do seu trabalho, bem assim o fardamento e roupas que houverem cortado, e finalmente todos os retalhos e sobras.

Art. 13. As costureiras, avisadas para receber costuras, deverão comparecer, o mais tardar, seis dias depois da primeira publicação no *Diario Official*.

Paragrapho unico. São responsaveis pelas costuras que receberem e por quaesquer prejuizos que occasionarem.

Art. 14. Para inscrever-se deve a costureira provar estado de pobreza, honestidade, viuvez ou orphandade, sendo preferidas na seguinte ordem:

1.<sup>a</sup> As viúvas ou orphãs dos officiaes da Armada e classes annexas, e bem assim as das praças de pret.

2.<sup>a</sup> As dos officiaes e praças de pret do Exercito.

3.<sup>a</sup> As dos empregados civis das Repartições publicas.

4.<sup>a</sup> As familias dos officiaes da Armada, classes annexas e empregados civis do Ministerio da Marinha.

Nas condições expostas, qualquer que seja o numero de pessoas de uma mesma familia, só duas poderão ser inscriptas para receber costuras.

Em casos urgentes, não comparecendo numero sufficiente de costureiras inscriptas na conformidade do presente artigo, se procederá como melhor convier para não demorar o serviço.

Art. 15. As costureiras prestarão fiança idonea a juizo do Intendente e receberão depois o titulo — de inscripção — modelo n. 3 — que devem apresentar na Contadoria para as competentes notas e quando receberem costuras, ficando neste caso archivado até a entrega das mesmas.

§ 1.<sup>o</sup> No acto da entrega das costuras se lhes dará guia extra-hida do livro de talão, da qual conste o numero e o prazo de tempo razoavel para sua restituição.

§ 2.<sup>o</sup> Na mesma guia se lhes passará recibo das costuras feitas e competentemente approvadas.

§ 3.<sup>o</sup> Este documento lhes dará direito ao pagamento que será effectuado na Pagadoria da Marinha, precedendo processo da Contadoria.

Art. 16. As machinas que servirem para as costuras serão as approvadas pelos Peritos e indicadas nas guias.

Paragrapho unico. As linhas e retroz serão de 1.<sup>a</sup> qualidade e fornecidos pelas costureiras.

Art. 17. O Intendente poderá impôr as seguintes multas pelas faltas commettidas pelas costureiras no desempenho de suas obrigações:

1.º De 10 % da importancia a receber quando as costuras forem apresentadas decorridos cinco dias do prazo determinado na guia.

2.º De 15 % dado o excesso de outros cinco dias, e assim progressivamente na mesma razão de cinco dias e cinco por cento de augmento até a perda total da importancia.

Neste ultimo caso o fiador entrará com o valor da multa, além do mais a que se houver comprometido, inclusive o valor do material entregue á fiançada, si esta o não houver restituído.

3.º De ordem e a juizo do Intendente será excluída da lista respectiva a costureira que não apresentar justificação plausível do erro ou falta no desempenho dos seus deveres.

Art. 18. A escripturação concernente ao serviço de costuras será feita pelo Escrivão ou pelo seu Ajudante, de conformidade com o Regulamento da Intendencia; observando-se, porém, o que o presente especialmente determina e se não acha naquelle comprehendido.

Paragrapho unico. Além dos livros da escripturação geral da responsabilidade do Almoxarife, haverá os seguintes, de pequeno formato e papel de preço modico:

1 Livro de inscripção, modelo n. 1.

1 dito de talão para guias de costuras, modelo n. 2.

Na Contadoria haverá um livro igual ao modelo n. 1.

Os livros terão termo de abertura e encerramento e serão numerados e rubricados pela autoridade competente ou pelo empregado da Repartição por esta devidamente autorizado.

Serão encerrados com os exercicios e archivados na Secretaria da Intendencia, os do Almoxarifado.

Art. 19. Para satisfazer os pedidos de fardamento proceder-se-ha do seguinte modo:

O Escrivão, á vista das requisições competentemente legalizadas e despachadas pelo Intendente, ou em virtude de portaria por este expedida, fará por intermedio do Almoxarife examinar si existe em arrecadação o fardamento pedido.

§ 1.º Si existir, será entregue com as formalidades e processos de escripturação estabelecidos para os casos geraes no Regulamento da Intendencia.

§ 2.º Não existindo, no todo ou em parte, o fardamento pedido, o Almoxarife mandará fazer pelo mestre-alfaiate o orçamento do material preciso para a sua manufactura ou roupas requisitadas, e transmittirá o mesmo orçamento ao Escrivão que, depois de minucioso exame, lançará o seu conforme.

§ 3.º O Escrivão fará depois o pedido para acquisição do material, segundo o modelo da escripturação do Almoxarifado (n. 7).

§ 4.º Achando-se na Secção o material, será elle entregue por conta e medida ao mestre-alfaiate pelo Almoxarife na presença do Ajudante do Intendente e do Escrivão.

§ 5.º O Almoxarife cobrará recibo do mestre-alfaiate do material entregue, passado no orçamento respectivo.

§ 6.º Este documento será examinado e rubricado pelo Ajudante do Intendente e servirá para se dar a despesa ao mesmo Almoxarife, mediante ordem do Intendente, como se pratica no serviço ordinario do Almoxarifado, depois de manufacturado o fardamento.

§ 7.º O fardamento manufacturado será carregado ao Almoxarife, precedendo a comunicação do mestre-alfaiate (modelo n. 5) e pedido do Escrivão (modelo n. 4).

Art. 20. Logo depois de cortadas todas as peças do fardamento requisitado, o Almoxarife pedirá ordem ao Intendente para a distribuição das costuras, segundo o modo que já ficou determinado.

§ 1.º A distribuição das costuras, bem assim o recebimento da obra preparada, serão feitos pelo mesmo Almoxarife, presentes o Ajudante do Intendente, o Escrivão e o mestre-alfaiate.

§ 2.º A proporção que se receberem as peças de fardamento e mais obras já preparadas serão convenientemente arrumadas por classes e mais especificações, de forma a facilitar a entrega.

§ 3.º Completo o recebimento das costuras distribuidas, o mestre-alfaiate, procedendo de accôrdo com o disposto no modelo n. 5, dará conta ao Escrivão do total das peças promptas, resultantes do córte, afim de ser pelo mesmo Escrivão promovida a competente carga ao Almoxarife.

§ 4.º O documento de que se trata, organizado pelo modelo n. 5, será levado á receita do livro de conta corrente, na data do despacho.

§ 5.º Depois do mesmo despacho a Secção cumprirá o exarado na requisição que tiver motivado o córte de costuras, cobrando o competente recibo, e fazendo todo o mais processo das escripta e fiscalisação que exige o Regulamento da Intendencia.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 22 de Outubro de 1883.— *Sabino Eloy Pessoa.*

**Tabella dos preços do óôrto e feitto das costuras**

DESIGNAÇÃO DAS PEÇAS		PREÇOS	
		PELO CÔRTE	PELO FEITTO
<i>Batalhão naval.....</i>	Blusas de brim.....	\$060	1\$000
	"    de panno.....	\$080	1\$600
	Calças de brim.....	\$030	\$360
	"    de panno.....	\$050	\$700
	Camisas de brim.....	\$030	\$400
	Sobrecasacas de panno.....	\$240	4\$000
<i>Corpo de imperiaes marinheiros.....</i>	Bonets de panno.....	\$020	\$280
	Capas de brim para bonet.....	\$010	\$120
	Calças de brim.....	\$030	\$360
	"    de flanela.....	\$040	\$540
	"    de panno.....	\$050	\$700
	Camisas de brim com gola azul.....	\$040	\$600
	"    de flanela.....	\$040	1\$000
	"    de morim.....	\$050	\$600
	Fardetas de panno.....	\$200	2\$400
	Paletots de flanela para inferiores.....	\$100	2\$000
	Divisas de 1º Sargento.....	\$	\$200
	"    de 2º ".....	\$	\$150
<i>Foguistas.....</i>	"    de Forriol.....	\$	\$100
	"    de Cabo.....	\$	\$080
<i>Foguistas.....</i>	Camisas de algodão mescla.....	\$040	\$360
	Calças de ".....	\$030	\$360
<i>Escolas de aprendizes.....</i>	Blusas de panno.....	\$050	1\$000
	Bonets de ".....	\$020	\$280
	Calças de algodão mescla.....	\$030	\$240
	"    de brim.....	\$030	\$240
	"    de panno.....	\$040	\$400
	Camisas de algodão mescla.....	\$040	\$400
<i>Escolas de aprendizes.....</i>	"    de brim com gola azul.....	\$040	\$400
	"    de flanela ou baeta.....	\$040	\$600
	Capas de brim para bonets.....	\$010	\$120
<i>Companhia de invalidos....</i>	Blusas de algodão azul.....	\$060	1\$000
	"    de brim pardo.....	\$060	1\$000
	"    de panno.....	\$080	1\$200
	Calças de algodão azul.....	\$030	\$360
	"    de baeta.....	\$040	\$540
	"    de brim.....	\$030	\$360
	"    de panno.....	\$050	\$700
	Colechas de chita.....	\$005	\$100
	Fronhas de algodão.....	\$003	\$080
	Japones de bastão.....	\$080	1\$000
	Lençoes de algodão.....	\$005	\$100
	Camisas de ".....	\$030	\$400
	"    de brim.....	\$030	\$400



DESIGNAÇÃO DAS PEÇAS		PREÇOS	
		PELO CÔRTE	PELO VENTILIO
<i>Enfermarias</i> .....	Calças de algodão.....	\$030	\$360
	" de baeta ou flanela .....	\$040	\$540
	" de brim.....	\$030	\$360
	Camisas de baeta ou flanela.....	\$040	\$600
	" de algodão.....	\$030	\$400
	Camisolas de brim ou roupões.....	\$020	\$460
	Coleças de chita.....	\$007	\$100
	Fronhas de algodão.....	\$007	\$080
	" de brim.....	\$005	\$080
	Lençóis de algodão.....	\$005	\$100
<i>Sentenciados</i> .....	" de brim .....	\$005	\$100
	{Blusas de duas côres.....	\$100	1\$400
	{Calças de " " .....	\$060	\$500

## OBSERVAÇÕES

As sobrecasacas e fardetas de panno serão manufacturadas pelas costureiras que para isso se acharem habilitadas.

Os bonets de panno para imperiaes e aprendizes marinheiros deixam de ser fornecidos como até aqui, ficando incluídos nos artigos a manufacturar.

O côrte das divisas será feito pelo mestre-alfaiate nas horas do expediente, sem outra retribuição além do seu jornal.

**MODELO N. 1**  
**LIVRO ALPHABETICO**

N. DA MATRICULA	NOMES DAS COSTUREIRAS	NORADIA	NOMES DOS FIADORES	NORADIA	OBSERVAÇÕES

MODELO N. 2

O Ajudante  
F...

Ministerio da Marinha  
18.. - 18..

GUIA N. ....

MATRICULA N....

A' Sra. D. .... moradora á rua d..... n. ... entregou-se  
para manufacturar no prazo de .... dias o seguinte:

BATALHÃO NAVAL

Camisas de brim: cincoenta..... 50

1ª Secção do Almoxarifado da Marinha em ... de .....  
de 18....

O Almoxarife,  
F...

O Escrivão,  
F...

Foram restituídas e julgadas bem manufacturadas.

1ª Secção do Almoxarifado da Marinha em .... de .....  
de 18....

O Almoxarife,  
F....

O Escrivão,  
F....

O Perito (mestre-alfaiate),  
E....  
N....

O Contador,  
F....

Ministerio da Marinha  
18.. - 18..

§ ..

FARDAMENTO

Rs. importa em.....

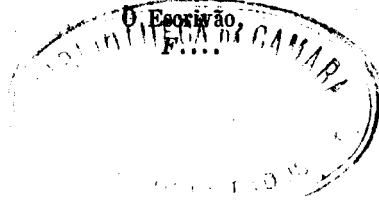
2ª Secção da Contadoria da Marinha em .... de .....  
de 18....

O Chefe de Secção,  
F....

O Escripturario,  
F....  
Examinei e está exacto.  
O Escripturario,  
F....

Certifico que foi paga á portadora desta guia sob n. ....  
a quantia de.....

Pagadoria da Marinha em .... de ..... de 18....



### MODELO N. 3

#### Intendencia da Marinha MATRICULA DE COSTUREIRA

N. ....

D. F.... moradora á rua de.... n.... affiançada por F.....,  
morador á rua de.... n....

Intendencia da Marinha em.... de..... de 18....

(Assignado) F....

Intendente

(Esta matricula será apresentada na Contadoria da Marinha  
para a inscripção no livro modelo n. 1.

Igualmente será apresentada para o recebimento de costuras e  
ficará archivada na Intendencia até se verificar a entrega das  
mesmas.)

### MODELO N. 4

Carregue-se em receita.

Intendencia da Marinha

em... de.... de 18....

(Rubrica do Intendente)

N....

18.. a 18..

Precisa-se de ordem de V. Ex. para carregar-se em receita  
ao Almojarife desta Secção o seguinte:

Sobrecasacas de panno azul: cem a.....	...§... ..§...
Calças de brim: cem a.....	...§... ..§...
Camisas de dito: duzentas a.....	...§... ..§...

Producto do material e artigos entregues ao mestre-alfaiate em  
virtude do despacho de.... (data), exarado no pedido de.....  
(data) sob n.... de que resultou a seguinte sobra:

Panno azul: dez metros a.....	...§... ..§...
Brim branco: vinte metros a.....	...§... ..§...

1ª Secção do Almojarifado da Marinha da Côte em... de...  
de 18....

O Almojarife,  
F....

O Escrivão,  
F....

Lançado em receita sob n.... a fls..... do livro de conta  
corrente, em.... de.... de 18....

(Rubrica do Escrivão)

## MODELO N. 5

## C o m m u n i c a ç ã o

Acha-se prompto e entregue ao Almoxarife, o seguinte:

Sobrecasacas de panno azul: cem.....	100
Calças de brim: cem.....	100
Camisas de dito: duzentas.....	200

Producto do material e artigos constantes do orçamento feito para satisfazer á requisição de.... (procedencia), sob n.... de (data)..... e de que ainda resultou a seguinte sobra:

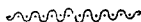
Panno azul: dez metros.

Brim branco : vinte metros.

2ª Secção do Almoxarifado da Marinha da Côrte em.... de... de 18....

O mestre-alfaiate.

F.....



## N. 8 — AVISO DE 5 DE DEZEMBRO DE 1885

Declara que os menores remettidos para as escolas de aprendizes marinheiros pelos Juizes de Orphãos e outras autoridades não têm direito ao premio.

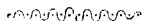
Ministerio dos Negocios da Marinha.— 2ª Secção.— N. 1902.— Rio de Janeiro, 5 de Dezembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Em officio n. 172 de 9 de Janeiro do corrente anno o Capitão do porto dessa Provincia participou que, por ordem do antecessor de V. Ex., foi alistado na Escola de aprendizes marinheiros um menor enviado pelo Juiz de Orphãos com a recommendação de abonar-se-lhe o premio de cem mil réis, na forma do Decreto n. 1591 de 14 de Abril de 1855 e do Aviso n. 427 de 28 de Novembro de 1867 ; e consulta si o dito Juiz, na sua qualidade de tutor nato dos orphãos e desvalidos, pôde ceder aquelle premio em beneficio dos que remetter para a mencionada escola.

De accordo com o parecer emittido pelo Conselho Naval, em Consulta n. 5437 de 18 do mez proximo preterito, declaro a V. Ex., para o fazer constar ao Capitão do porto e ao Juiz de Orphãos, que os menores remettidos para as Escolas de aprendizes marinheiros pelos Juizes de Orphãos e outras autoridades não têm direito ao premio de alistamento, sómente devido aos pais ou tu-

tores pela apresentação voluntaria dos referidos menores, em virtude do disposto no Regulamento vigente que revoga o Aviso n. 635 a essa Presidencia expedido em 6 de Março de 1876.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*  
— Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.



#### N. 9 — AVISO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1885

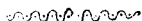
Declara que devem ser remettidas aos corpos as praças de pret indultadas, antes de completarem o prazo de seis annos das penas impostas em virtude de quaesquer crimes.

Ministerio dos Negocios da Marinha. — 2ª Secção. — N. 1936. — Rio de Janeiro, 12 de Dezembro de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, Conformando-se, por Immediata Resoluçao de 5 do presente mez, com o parecer pelo Conselho Supremo Militar emitto em 9 de Novembro ultimo, Houve por bem Mandar declarar que devem remetter aos corpos as praças de pret indultadas, antes de completarem o prazo de seis annos, das penas impostas em virtude de quaesquer crimes.

Neste sentido V. Ex. dará as necessarias providencias; ficando assim respondido o seu officio n. 292 de 16 de Abril do corrente anno.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*  
— Sr. Conselheiro de Guerra Ajudante General da Armada.



#### N. 10 — AVISO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1885

Declara que as praças invalidas que obtiverem licença para residir fóra do Asylo têm direito ao soldo ou á importancia das rações.

Ministerio dos Negocios da Marinha. — 2ª Secção. — N. 1972. — Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Respondendo ao officio n. 875 de 20 de Novembro ultimo, em que V. Ex. propoe — que não sejam concedidas licenças para residir fóra do Asylo ás praças invalidas, e que, no caso de serem essas licenças concedidas, supprima-se o abono do soldo ou o das rações; — declaro a V. Ex.

que não pôde ser aceita a sua proposta, em vista das seguintes considerações :

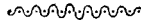
Com a licença para residir fóra do quartel os invalidos perceberão a diaria, apenas de quatrocentos réis em dinheiro, quantia inferior á de 550 réis consignada no orçamento para alimentação de cada praça de marinha, e que necessariamente lhes seria abonada no respectivo quartel.

A residencia fóra do quartel, além disso, poupa ao Estado diversas despezas, como sejam : fardamento, camas, bacias, lavatorios, lavagem e concertos de roupa, etc.

Aquellas gratificações, portanto, devem ser abonadas, sem excluir o soldo que está garantido pelas Leis ns. 281 e 342, de 6 de Maio de 1843 e 6 de Março de 1845.

Em vista do exposto, declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que as ex-praças do corpo de imperiaes marinheiros, Mauricio José dos Santos e João Vicente Soares, ás quaes V. Ex. refere-se no citado officio de 20 do mez ultimo, devem ser consideradas asyladas, tendo, porém, licença para residir : a 1<sup>a</sup> na Provincia de Sergipe e a 2<sup>a</sup> na de Pernambuco; percebendo pelas respectivas Thesourarias de Fazenda o soldo e a importancia das rações conforme requereram.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*  
— Sr. Ajudante General da Armada.



#### N. 11 — AVISO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1885

Altera o art. 22 do Regulamento de 28 de Fevereiro de 1854 na parte concernente a vencimentos da praticagom.

Ministerio dos Negocios da Marinha.— 3<sup>a</sup> Secção.—N. 1682.  
— Rio de Janeiro, 22 de Dezembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— De accôrdo com o parecer emittido pelo Conselho Naval em Consulta n. 5450 de 11 do corrente mez, o art. 22 do Regulamento de 28 de Fevereiro de 1854, pelo qual se rege o serviço de praticagem nessa Provincia, fica alterado, na parte concernente a vencimentos, nos termos abaixo expostos, attendendo-se deste modo, quanto possivel, ao requerimento dirigido ao Governo pelo Pratico-mór da barra e porto do Recife, em nome da Associação de Praticos.

Os vencimentos fixos para os seguintes empregos serão annualmente:

Pratico-mór.....	1:200\$000
Ajudante.....	900\$000

1 <sup>os</sup> Praticos cada um.....	720\$000
2 <sup>os</sup> » » » .....	540\$000
Praticantes » » .....	300\$000
Patrões » » .....	300\$000
Remadores » » .....	200\$000
Encarregado da escripturação (gratificação).....	1:200\$000

As demais disposições aqui não consideradas, do referido art. 22, ficam subsistindo, e sem effeito as expedidas no Aviso de 26 de Junho de 1882 que o presente substitue. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução e para o fazer constar aos interessados.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*  
— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.





# INDICE DAS DECISÕES

---

## MINISTERIO DA GUERRA.

	Pags.
N. 1 — Em 10 de Janeiro de 1885. — A' Intendencia. — Declara que o empregado que serve no Jury não é obrigado a comparecer á sua Repartição.....	1
N. 2 — Em 15 de Janeiro de 1885. — Aos Presidentes de Provincia. — Declara que, com excepção da polvora para funeraes e outros misteres, nenhum artigo deve ser fornecido sem ordem da Secretaria da Estado.....	1
N. 3 — Em 15 de Janeiro de 1885. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — Manda estabelecer a pharmacia militar de Sant'Anna do Livramento....	2
N. 4 — Em 29 de Janeiro de 1885. — Aos Presidentes do Provincia. — Declara que as licenças concedidas a praças do Exercito para usarem dos distinctivos de Cadetes caducam no fim de seis mezes.....	2
N. 5 — Em 5 de Fevereiro de 1885. — Ao Director do Laboratorio do Campinho. — Determina que a escripturação do Almojarifado do Laboratorio seja feita por exercicios, em dous livros, um de receita e outro de despeza.....	3

	Pags.
N. 6 — Em 10 de Fevereiro de 1885. — Aos Presidentes de Provincia. — Determina que os termos de inspecção de saude das praças que forem julgadas incapazes de serviço devem ser remetidos á Secretaria de Es- tado para ulterior deliberação.....	3
N. 7 — Em 14 de Fevereiro de 1885. — Ao Ajudante Gene- ral. — Resolve duvidas sobre a escripturação do rancho dos officiaes recolhidos ao Asylo dos Invali- dos da Patria.....	4
N. 8 — Em 21 de Fevereiro de 1885. — Ao Ajudante Gene- ral. — Declara que não é permanente a disposição do Aviso de 23 de Fevereiro de 1880 que mandou conservar os postos dos officiaes inferiores que têm licença para estudar.....	4
N. 9 — Em 25 de Fevereiro de 1885. — Ao Ajudante Ge- neral. — Declara que compete aos Commandantes de corpos mandar passar titulos de divida ás praças de seu Commando.....	5
N. 10 — Em 2 de Março de 1885. — Ao Ajudante General. — Declara que os officiaes casados, ou viuvos com filhos, recolhidos ao Asylo de Invalidos da Patria, devem perceber em dinheiro a respectiva etapa...	5
N. 11 — Em 11 de Março de 1885. — Ao Commando Geral de artilharia. — Declara que os instructores adjuntos da Escola de Tiro devem intervir nos concursos para o preenchimento das vagas que alli se dorem.	6
N. 12 — Em 13 de Março de 1885. — Ao Ajudante General. — Sobre o rancho dos officiaes recolhidos ao Asylo dos Invalidos da Patria.....	6
N. 13 — Em 23 do Março de 1885. — Ao Ministerio da Fa- zenda. — Declara que os membros do Conselho Su- premo Militar só percebem as respectivas gratifi- cações quando no exercicio effectivo de seus cargos.	7
N. 14 — Em 24 de Março de 1885. — A' Repartição de Aju- dante General. — Declara qual o fardamento que	

Pags.

deve ser abonado ás praças do Exército sentenciadas, que voltam ao Exército, e que as engajadas, bem como as que são desligadas das Escolas militares, não têm direito ao abono de camisolas de brim pardo.....	8
N. 15 — Em 26 de Março de 1885. — Ao Ajudante General. — Declara que aos officiaes e praças do Asylo se devem abonar, quando doentes, as dietas prescriptas pelo Medico.....	8
N. 16 — Em 26 de Março de 1885. — Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Declara onde devem ser archivados os livros das Juntas de alistamento militar e de sorteio, e por quem devem ser abertos, rubricados e encerrados os destinados ao processo do sorteio.....	9
N. 17 — Em 30 de Março de 1885. — Ao Ajudante General. — Declara que ao Commandante de corpo compete rubricar o mappa da carga da companhia quando o Commandante desta assume a fiscalisação do mesmo corpo.....	9
N. 18 — Em 7 de Abril de 1885. — Ao Quartel-Mestre General. — Manda fornecer aos presos sentenciados cobertores de lã encarnada em vez de mantas escuras.....	10
N. 19 — Em 7 de Abril de 1885. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara que as divisas dos officiaes inferiores fazem parte do fardamento e só devem ser com elle fornecidas.....	10
N. 20 — Em 10 de Abril de 1885. — Ao Ajudante General. — Declara que a fuga de uma praça presa á disposição da autoridade civil, embora em prisão militar, não constitue crime de deserção.....	11
N. 21 — Em 10 de Abril de 1885. — Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Declara que a despesa com os artigos de expediente dos Encarregados de	

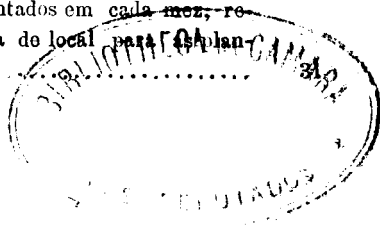
	Pags.
obras militares corre pela respectiva gratificação do exercício.....	12
N. 22 — Em 10 de Abril de 1885. — Ao Conselho Supremo Militar. — Declara que o abono da gratificação dos membros do Conselho Supremo Militar depende da apresentação de attestado de frequencia.....	12
N. 23 — Em 14 de Abril de 1885. — Ao Quartel-Mestre General. — Restabelece o uso das botas de montar, sómente para os officiaes da arma de cavallaria...	13
N. 24 — Em 16 de Abril de 1885. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — Declara que os colonos prisanos, estabelecidos nas colonias militares, têm direito a medicamentos por conta do Estado....	13
N. 25 — Em 18 de Abril de 1885. — A's Thesourarias de Fazenda. — Autoriza o abono da quantia de 100\$ para despezas de enterramento, quando o official tiver deixado vencimentos superiores a essa quantia.	14
N. 26 — Em 20 de Abril de 1885. — Aos Presidentes de Provincia. — Sobre inspecções de saude e concessão de licenças a officiaes para virem á Corte.....	14
N. 27 — Em 20 de Abril de 1885. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara que os Encarregulos dos depositos de polvora não têm direito a casa por conta do Estado.....	15
N. 28 — Em 25 de Abril de 1885. — Ao Ajudante General. — Manda annexar ao almanack militar a relação dos Cadetes e inferiores que têm o curso das respectivas armas.....	15
N. 29 — Em 28 de Abril de 1885. — Ao Ajudante General. — Altera as disposições do art. 34 do Regulamento n. 7685 de 6 de Março de 1880, relativamente ás etapas das praças desarranchadas e ao mappa — carga e descarga — das companhias.....	16
N. 30 — Em 27 de Maio de 1885. — Aos Presidentes de Provincia. — Determina que os pedidos para as	

	Pags.
pharmacias e enfermarias militares sejam acompanhados de um mappa de carga e descarga.....	16
N. 31 — Em 29 de Maio de 1885.— Ao Director do Arsenal de Guerra da Côrte.— Declara que a Imperial Resolução de 18 de Outubro de 1884 comprehende tanto os operarios transferidos para o Exercito como os que se conservam nas companhias respectivas..	18
N. 32 — Em 29 de Maio de 1885.— Ao Presidente de Sergipe.— Declara incompativeis os exercicios simultaneos de Cirurgião militar e lente do Atheneu Provincial.....	18
N. 33 — Em 3 de Junho de 1885.— Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.— Manda estabelecer a pharmacia militar da mesma Provincia.....	19
N. 34 — Em 5 de Junho de 1885.— Aos Presidentes de Provincia.— Declara que a despeza com o transporte de artigos fornecidos aos corpos pelos Arsenaes de Guerra, deve ser effectuada pelos mesmos Arsenaes.....	19
N. 35 — Em 6 de Junho de 1885.— A' Repartição de Ajudante General.— Declara que os officiaes dos corpos especiaes a quem se tiver de fornecer medicamentos, nada devem pagar pelo trabalho de manipulação.....	20
N. 36 — Em 9 de Junho de 1885.— Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.— A incompatibilidade dos exercicios de Cirurgião militar e lente dos estabelecimentos de instrucção nas Provincias, é extensiva ás nomeações interinas.....	20
N. 37 — Em 11 de Junho de 1885.— Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina.— Declara que o producto da venda da polvora nas Provincias deve ser escripturado como renda da Fabrica da Polvora.	20
N. 38 — Em 11 de Junho de 1885.— A' Repartição de Ajudante General.— Manda observar provisoriamente	

	Pags.
as instrucções sobre a formação de uma bateria em campanha, e modo de distribuir-se a munição....	21
N. 39 — Em 12 de Junho de 1885. — Ao Ajudante General. — Sobre a adição da prisão proveniente de multa á que é comminada na sentença, para o effeito da exclusão das flociras do Exército.....	23
N. 40 — Em 16 de Junho de 1885. — Aos Presidentes de Provincia. — Declara incompatíveis os exercicios simultaneos de Cirurgião militar e de qualquer emprego geral ou provincial estranho ao Ministerio da Guerra.....	25
N. 41 — Em 17 de Junho de 1885. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que os Cadetes, quando viajam nas estradas de ferro, têm direito ao transporte de bagagens pela fórma estipulada no Aviso de 20 de Dezembro de 1880.....	25
N. 42 — Em 17 de Junho de 1885. — Aos Presidentes de Provincia. — Declara que nenhum pedido de fardamento, feito por officiaes honorarios, deve ser enviado á estação competente sem que os mesmos officiaes tenham depositado nas Thesourarias de Fazenda a respectiva importancia.....	26
N. 43 — Em 20 de Junho de 1885. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — Recommenda a plantação de alfafa e milho, e determina que, dos corpos estacionados na Provincia, se habilitem algumas praças nos officios de — armeiro — e — ferrador — e no que fór concernente ao tratamento dos animaes.....	26
N. 44 — Em 22 de Junho de 1885. — Ao Conselho Supremo Militar. — Declara que a folha que tem de ser remetida ao Thesouro, deve ser assignada pelo Presidente que estiver em exercicio.....	27
N. 45 — Em 22 de Junho de 1885. — Ao Ajudante General. — Declara que aos Commandantes dos corpos com-	

Pags.

- pote apresentar os pedidos de dispensa dos officiaes do estado-maior e propor a nomeação dos substitutos, cabendo ao Governo resolver a respeito..... 27
- N. 46 — Em 23 de Junho de 1885. — Aos Presidentes de Provincia. — Dá modelo para os pedidos de medicamentos para as enfermarias e pharmacias militares. 28
- N. 47 — Em 2 de Julho de 1885. — Faz extensiva a todos os officiaes do Exercito a disposição que declara incompativeis os exercicios simultaneos de Cirurgião militar e de qualquer emprego geral ou provincial, estranho ao Ministerio da Guerra ; e manda suspender o pagamento de vencimentos provenientes de semelhantes accumulações..... 29
- N. 48 — Em 2 de Julho de 1885. — Declara que o facto de achar-se um Cirurgião militar inscripto em um concurso na Faculdade de Medicina da Bahia, não é motivo para que deixe elle de seguir para o destino que lhe foi determinado..... 29
- N. 49 — Em 3 de Julho de 1885. — Manda cessar a pratica seguida no 2º regimento de cavallaria de se pagar pequenas despezas do corpo com o producto da venda do couro e cabellos dos animaes mortos..... 30
- N. 50 — Em 3 de Julho de 1885. — Determina que os corpos das tres armas do Exercito façam amiadados exercicios de tiro, devendo os respectivos Commandantes enviar mensalmente os mappas de taes exercicios para serem remettidos á Commissão de melhoramentos do material de guerra..... 30
- N. 51 — Em 3 de Julho de 1885. — Exige informações dos Commandantes dos corpos montados existentes na Provincia do Rio Grande do Sul, a quantidade de cada forragem collida nos respectivos poteiros e numero de animaes sustentados em cada mez, recommendando-se a escolha de local para as habitações.....



	Pags.
N. 52 — Em 9 de Julho de 1885.— Recommenda a fiel observancia dos Avisos que prohibem publicações feitas por officiaes do Exercito e offensivas a seus camaradas.....	31
N. 53 — Em 11 de Julho de 1885.— Approva a suspensão do pagamento de vencimentos a um Pharmaceutico contratado, por ser incompativel esse exercicio com o de Lente da Escola Normal.....	32
N. 54 — Em 13 de Julho de 1885.— Declara que os cargos de Enfermeiros-móres das Enfermarias militares, na falta de pessoal idoneo nos corpos, devem ser exercidos por paisanos com as precisas habilitações, e que nas propostas de praças para estes cargos e para os de Enfermeiros o Ajudantes, deve haver mutuo accôrdo entre o Delegado do Cirurgião-mór do Exercito e o respectivo Commandante do corpo.	32
N. 55 — Em 13 de Julho de 1885.— Faz extensiva ao Arsenal de Guerra da Provincia da Bahia a disposição do Aviso que mandou ficar sem effeito, para o Arsenal da Côrte, a circular que ordenava fossem semestralmente recolhidos á Pagadoria das Tropas e ás Thesourarias de Fazenda os sellos existentes nos cofres das companhias de aprendizes artifices.	33
N. 56 — Em 18 de Julho de 1885.— Faz extensiva aos officiaes reformados, quando estiverem empregados pelo Ministerio da Guerra, a disposição que prohibe a accumulção do exercicio das funcções militares com as de qualquer emprego geral ou provincial, estranho ao mesmo Ministerio.....	34
N. 57 — Em 20 de Julho de 1885.— Declara que as disposições prohibindo que os officiaes do quadro effectivo do Exercito exerçam empregos geraes ou provinciaes, são extensivas aos empregos municipaes....	34
N. 58 — Em 20 de Julho de 1885.— As Thesourarias de Fazenda das Provincias em que ha Commandos de	



Armas.— Manda suspender o pagamento exigido dos Commandantes de Armas pelo aluguel da parte da casa occupada pelos respectivos Quarteis-Generaes.....	35
N. 59 — Em 24 de Julho de 1885.—Aos Presidentes de Provincia.— Autoriza a concessão de prazos de terras a ex-praças do Exercito nas colonias militares...	35
N. 60 — Em 3 de Agosto de 1885.—Veda a nomeação de officiaes do Exercito para cargos policiaes.....	36
N. 61 — Em 8 de Agosto de 1885.— Declara que os Pharmaceuticos contratados para o serviço do Exercito, estando sujeitos ao Regulamento de 7 de Março de 1857, acham-se, como os demais officiaes do Corpo de Saude, incompetibilisados para exercerem cargos em empregos geraes, provinciaes ou municipaes...	36
N. 62 — Em 8 de Agosto de 1885.— Dá o Ministerio da Guerra por inteirado de haver sido transferido o Presidio de Santo Antonio do lugar denominado — Amaro Leite — para a margem direita do rio Maranhão.....	37
N. 63 — Em 10 de Agosto de 1885.— Fixa em 25\$ mensaes a gratificação que deve perceber a Professora de primeiras lettras da escola da colonia militar de Pedro II.....	37
N. 64 — Em 17 de Agosto de 1885.— Fixa em 10 % a percentagem a adicionar nos receituarios e mais fornecimentos aos estabelecimentos estranhos ao Ministerio da Guerra.....	38
N. 65 — Em 18 de Agosto de 1885.— A's Presidencias das Provincias do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, e Intendencia da Guerra.— Declarando que no fornecimento de carvão mineral ás Repartições subordinadas ao Ministerio da Guerra, deve ser preferido, em igualdade de condições, o que fôr de procedencia nacional.....	38

	Pags.
N. 66. — Em 18 de Agosto de 1885. — Declara que os Cirurgiões militares em serviço nos corpos devem achar-se presentes nas occasiões de entradas de generos alimenticios para as respectivas arrecadações, sendo a sua unica missão examinar a qualidade desses generos, afim de verificar si estão em condições de ser distribuidos sem prejuizo para a saude das praças, competin lo aos demais funcionarios que devem assistir a taes entradas, verificar o seu peso e si estão nas condições estipuladas no contrato....	39
N. 67 — Em 24 de Agosto de 1885. — Aos Presidentes de Provincia. — Torna extensiva ás Provincias a disposição que fixa a despeza com o enterramento de Cadetes e soldados particulares nesta Córte.....	39
N. 68 — Em 28 de Agosto de 1885. — Declara que só ao Governo compete a suspensão ou trancamento da matricula dos alumnos da Escola Militar daquella Provincia, e quaes os casos em que se deve mandar proceder a conselho de disciplina.....	40
N. 69 — Em 31 de Agosto de 1885. — Declara que a incompatibilidade de que trata a Circular de 16 de Junho deste anno abrange a um 2º Cirurgião aggregado ao Corpo de Saude do Exercito.....	41
N. 70 — Em 5 de Setembro de 1885. — Declara que as cópias dos processos que não forem de deserção, e cujos traslados têm de ficar archivados nos corpos, sejam tiradas de accôrdo com o que determina a Provisão de 5 de Setembro de 1815.....	41
N. 71 — Em 11 de Setembro de 1885. — Manda abonar ao official que substituiu o Commandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul, durante o tempo em que este esteve no campo de manobras, em Saycan, a gratificação de Commando da mesma Escola.....	42
N. 72 — Em 12 de Setembro de 1885. — Declara que os Peritos nomeados para o exame prévio de qualquer	

Pags.

- invento se devem entender directamente com o inventor, quando carecerem de informações indispensaveis ao bom desempenho de suas commissões. 42
- N. 73 — Em 15 de Setembro de 1885. — Declara que o Delegado do Cirurgião-mór do Exercito precede aos demais membros das Juntas militares na assignatura das actas de inspecção de saude. . . . . 43
- N. 74 — Em 15 de Setembro de 1885. — Declara que o lançamento do livro de entradas e salidas das companhias da guarnição deve ser feito sómente nos mezes em que houver alteraço. . . . . 43
- N. 75 — Em 18 de Setembro de 1885. — A's Presidências de Provincias onde ha Arsenaes de Guerra. — Determina que os Arsenaes organizem annualmente e remetam á Secretaria de Estado uma tabella dos preços por que pôde ser fornecido o fardamento aos officiaes do Exercito durante o exercicio financeiro. . . . . 44
- N. 76 — Em 6 de Outubro de 1885. — Determina que es pedidos de medicamentos e mais artigos necessarios ás pharmacias militares, sejam enviados directamente ao Chefe do Corpo de Saude; e exige informações sobre a conveniencia de ser feito pela Côrte o fornecimento desses objectos, e sobre a qualidade dos que têm sido recebidos. . . . . 44
- N. 77 — Em 24 de Outubro de 1885. — Declara qual o tempo que a praça substituida é obrigada a servir quando se alistar de novo no Exercito. . . . . 45
- N. 78 — Em 30 de Outubro de 1885. — Manda recommendar ás commissões que examinarem objectos enviados pela Intendencia, Arsenaes de Guerra e Depósitos de artigos bellicos, o que devem mencionar nos respectivos termos. . . . . 46
- N. 79 — Em 9 de Novembro de 1885. — Declara que não é lícito aos Commandantes dos corpos pagar as pre-

	Pags.
estações dos prêmios de voluntarios e engajados de modo diverso ao que se acha estabelecido por lei.	46
N. 80 — Em 13 de Novembro de 1885.— Estabelece que os 2 <sup>as</sup> Sargentos mandadores de batalhão de Engenheiros tragam as respectivas divisas no ante-braço direito, como usam os 1 <sup>as</sup> Sargentos.....	47
N. 81 — Em 24 de Novembro de 1885.— Determina que um Pharmaceutico contratado no Exercito deixe a pharmacia que possue, si quizer conservar o contrato, de accordo com o art. 21 do Regulamento de 7 de Março de 1857.....	48
N. 82 — Em 3 de Dezembro de 1885.— Determina que sejam examinados no Arsenal de Guerra da Corte pelo Cirurgião, que estiver de dia á fortaleza de Santa Cruz, os gêneros destinados á dita fortaleza e á da Lage.....	48
N. 83 — Em 26 de Dezembro de 1885.— Declara que ao official ás ordens do Quartel-Mestre General competem unicamente os vencimentos de estado-maior de 1 <sup>a</sup> classe, que não dão quantitativo para a compra de cavalgadura.....	49
N. 84 — Em 31 de Dezembro de 1885.— Declara que nenhum serviço de que possam advir reclamações de gratificações extraordinarias se faça fóra das horas do expediente.....	50

## MINISTERIO DA GUERRA

---

### N. 1 — AVISO DE 10 DE JANEIRO DE 1885

A' Intendencia.— Declara que o empregado que serve no Jury não é obrigado a comparecer á sua Repartição.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., em resposta ao officio dessa Intendencia n. 206 de 20 de Dezembro ultimo, que, tendo sido revogadas a Circular n. 482 de 4 de Novembro de 1875 e a Portaria do Thesouro de 12 de Outubro de 1878 pelo Aviso n. 185 de 10 de Agosto de 1883, expedido pelo Ministerio da Fazenda, o empregado sorteado para servir no Jury não é obrigado a comparecer á Repartição, emquanto fizer parte desse Tribunal.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.  
— Sr. Intendente da Guerra.



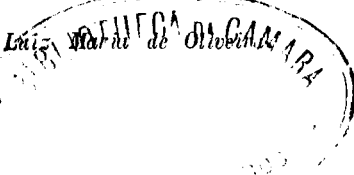
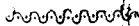
### N. 2 — CIRCULAR DE 15 DE JANEIRO DE 1885

Aos Presidentes de Provincia.— Declara que, com excepção da pólvora para funeraes e outros misteres, nenhum artigo deve ser fornecido sem ordem da Secretaria de Estado.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Não devendo ser fornecido artigo algum aos corpos do Exercito e estabelecimentos militares sem ordem previa deste Ministerio, recommendo a V. Ex. a fiel observancia do Aviso-Circular de 26 de Dezembro de 1877 e outras disposições a respeito de semelhante assumpto.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.  
— Sr. Presidente da Provincia de...



## N. 3 — AVISO DE 15 DE JANEIRO DE 1885

Ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul,— Manda estabelecer a  
pharmacia militar de Sant'Anna do Livramento.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para os fins convenientes e em solução ao seu officio n. 2252 de 31 de Julho proximo passado, que deve providenciar para que seja quanto antes estabelecida a pharmacia militar da cidade de Sant'Anna do Livramento, conforme já foi determinado em Aviso de 19 de Maio anterior; prevenindo a V. Ex. de que nesta data mando contratar uma pharmaceutico para encarregar-se da mesma pharmacia.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.—  
Sr. Presidente da Província do Rio Grande do Sul.

~~~~~

## N. 4 — CIRCULAR DE 29 DE JANEIRO DE 1885

Ao Presidente de Província.— Declaro que as licenças concedidas a praga do  
Exercito para licença dos alféetinos de cadetes, caducam no fim de seis  
mezes.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que as pragas do Exercito que obtiverem licença para gozar dos privilegios e isenções de Cadetes, sem estarem legalmente reconhecidas como taes, nem terem apresentado as provas de idoneidade, que devem servir de base aos respectivos processos de conselhos de direcção e de averiguação, fica marcado o prazo de seis mezes para exhibição de semelhantes provas, a contar da data da respectiva licença, findo o qual, si não se houverem habilitado, lhes será cassada a referida concessão.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.—  
— Sr. Presidente da Província de...

~~~~~

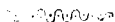
## N. 5 — AVISO DE 5 DE FEVEREIRO DE 1885

Ao Director do Laboratorio do Campinho.— Determina que a escripturação do Almoxarifado do Laboratorio seja feita por exercicios, em dous livros, um de receita e outro de despesa.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 5 de Fevereiro de 1885.

Em vista do que representou o Escrivão do Almoxarifado desse Laboratorio, no officio que acompanhou o seu n. 4318, de 26 de Janeiro ultimo, dirigido ao Conselheiro Director da Repartição Fiscal, declaro a Vm., para os fins convenientes, que, do 1º de Julho proximo futuro em diante, a escripturação do mesmo Almoxarifado deve ser feita por exercicios, em dous livros, um de receita e outro de despesa, observando-se para o exame a que tem de proceder a Repartição Fiscal, na forma das ordens em vigor, o que se achá estabelecido para a Intendencia da Guerra no art. 44 do Regulamento approved pelo Decreto n. 5118 de 19 de Outubro de 1872.

Deus Guarde a Vm.— *Candido Luiz Maria de Oliveira.*  
— Sr. Director do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho.



## N. 6 — CIRCULAR DE 10 DE FEVEREIRO DE 1885

Aos Presidentes da Provincia.— Determina que os termos de inspecção de saude das praças que forem julgadas incapazes de serviço devem ser remetidos á Secretaria do Estado para ulterior deliberação.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Recommendo a V. Ex. a fiel observancia do disposto na Circular deste Ministerio de 6 de Julho de 1866, declarando que, quando, em inspecção de saude, forem julgadas incapazes do serviço praças do Exército, devem os respectivos termos ser remetidos a esta Secretaria do Estado para se deliberar sobre o ulterior procedimento, porquanto as baixas não podem ser concedidas pelos Presidentes, salvo autorização especial.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira.*—  
Sr. Presidente da Provincia de...



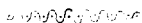
## N. 7 — AVISO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1885

Ao Ajudante General.— Resolve duvidas sobre a escripturação do rancho dos officiaes recolhidos ao Asylo dos Invalidos da Patria.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 14 do Fevereiro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Tendo V. Ex., com a informação da Repartição a seu cargo, n. 18 de 28 de Janeiro ultimo, submettido á consideração deste Ministerio o officio que lhe dirigiu o Commandante do Asylo dos Invalidos da Patria n. 5 de 3 do dito mez, consultando si a escripturação do rancho dos officiaes alli recolhidos tem de ser feita em livros especiaes ou nos que servem para o das praças de pret., declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que não ha necessidade de novos livros, embora o rancho não seja em commun, visto que os pedidos aos fornecedores e a arrecadação não variam, quer na qualidade, quer no preço dos generos, e sim na quantidade, e estas da mesma forma podem ser escripturadas nos respectivos livros de receita e despeza; convido, entretanto, que V. Ex. providencie para que no mappa que tem de ser remettido por aquelle Commando á Repartição Fiscal, para o competente exame, se mencione o numero de rações tiradas para os referidos officiaes.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira.*  
Sr. Conselheiro Ajudante General.



## N. 8 — AVISO DE 21 DE FEVEREIRO DE 1885

Ao Ajudante General.— Declara que não é permanente a disposição do Aviso do 23 do Fevereiro de 1881 que mandou conservar os postos dos officiaes inferiores que têm licença para estudar.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos e em additamento ao Aviso de 14 de Outubro do anno proximo passado, que, nos termos da Immediata e Imperial Resolução de 11 daquelle mez, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar de 6, não deve ser considerada permanente a disposição do Aviso de 23 de Fevereiro de 1880, determinando que de Julho desse anno em diante as praças desligadas dos differentes corpos do Exercito para formar as companhias de alumnos da Escola Militar da Corte e da Provincia do Rio Grande do Sul,



conservassem os postos que tinham nos mesmos corpos, por isso que o fim que se teve em vista foi respeitar os direitos adquiridos pelas ditas praças antes da promulgação do Decreto n. 7728 de 14 de Junho de 1880, creando o corpo de alumnos, e, portanto, só podem ser mantidas nos postos de officiaes inferiores as praças matriculadas e que venham a matricular-se, que ao 1.º de Julho do citado anno de 1880 já tinham aquelles postos nos respectivos corpos, caso não fossem delles privadas por outro motivo que não a matricula.

Dens Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.—  
Sr. Conselheiro Ajudante General.



#### N. 9 — AVISO DE 26 DE FEVEREIRO DE 1885

Ao Ajudante General.— Declara que compete aos Commandantes de corpos mandar passar titulos de divida ás praças de seu Commando.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Expeça V. Ex. suas ordens para que, em vista dos inclusos papeis, o Commandante do 7.º batalhão de infantaria passe, com as formalidades legais, ao ex-soldado Pedro de Lemos titulo de divida do fardamento que não recebeu como praça do contingente daquelle corpo, destacado na Provincia de Minas Geraes, e constante do titulo annexo, passado pelo Commandante do referido contingente, e que deverá ser trancado, por isso que tal attribuição pertence exclusivamente aos Commandantes dos corpos, na fórma das disposições em vigor.

Dens Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.—  
Sr. Conselheiro Ajudante General.



#### N. 10 — AVISO DE 2 DE MARÇO DE 1885

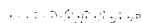
Ao Ajudante General.— Declara que os officiaes casados, ou viuvos com filhos, recolhidos ao Asylo de Invalidos da Patria, devem perceber em dinheiro a respectiva etapa.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 2 de Março de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para os fins convenientes e em solução á consulta feita pelo Commandante do Asylo dos

Invalidos da Patria e que acompanhou a informação da Repartição a seu cargo n. 13 de 24 de Janeiro ultimo, que os officiaes casados, ou viuvos com filhos, incluídos naquelle Estabelecimento, devem, conforme V. Ex. propõe, perceber em dinheiro a respectiva etapa, uma vez que residam no mesmo Asylo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.—  
Sr. Conselheiro Ajudante General.



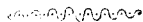
#### N. 11 — AVISO DE 11 DE MARÇO DE 1885

Ao Commando Geral de artilharia.— Declara que os instructores adjuntos da Escola de Tiro devem intervir nos concursos para o preenchimento das vagas que allí se derem.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 11 de Março de 1885.

Declaro a V. S., em solução á consulta constante do officio n. 64 de 27 de Fevereiro ultimo, do Commandante da Escola Geral de Tiro do Campo Grande, e que acompanhou o de V. S. n. 27 de 2 do corrente, que, á vista das disposições expressas dos arts. 85 e 87 § 7º do Regulamento approved pelo Decreto n. 9259 de 9 de Agosto do anno proximo passado, fazendo os instructores adjuntos da mesma Escola parte do respectivo conselho de instrucção, ao qual compete julgar e classificar os candidatos aos logares de instructor geral e instructor adjunto, não podem, salvo o caso de suspeição legitima, ser inhibidos de intervir nos concursos para preenchimento das vagas que allí se derem.

Deus Guarde a V. S.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.—  
Sr. Commandante Geral interino da arma de artilharia.



#### N. 12 — AVISO DE 13 DE MARÇO DE 1885

Ao Ajudante General.— Sobre o rancho dos officiaes recolhidos ao Asylo dos Invalidos da Patria.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 13 de Março de 1885.

Hlm. e Exm. Sr.— Em solução ao pedido do Commandante do Asylo dos Invalidos da Patria, constante do officio que

acompanhou a informação dessa Repartição n. 23 de 3 de Fevereiro proximo passado, remetto a V. Ex., para os fins convenientes, a inclusa tabella organizada pelo Brigadeiro Quartel-Mestre General e approvada por este Ministerio, para a distribuição diaria dos generos para o rancho dos officiaes recolhidos ao dito Estabelecimento, e que vigorará no actual semestre; cumprindo que o mencionado Commandante apresente o pedido da louça e utensilios necessarios para o referido rancho, que deverão ser da mesma qualidade dos das praças, e como está determinado na tabella publicada na Ordem do dia n. 1565 de 31 de Dezembro de 1880, sendo os pratos na razão de tres e os talheres na de dous para cada official.

Outrosim declaro a V. Ex., para fazer constar áquelle Commandante, que o fornecimento dos generos para o rancho dos officiaes deve ser feito pela mesma forma estabelecida para os corpos da guarnição da Corte.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.—  
Sr. Conselheiro Ajudante General.



#### N. 13 — AVISO DE 23 DE MARÇO DE 1885

Ao Ministerio da Fazenda.— Declara que os membros do Conselho Supremo Militar só percebem as respectivas gratificações quando no exercicio effectivo de seus cargos.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 23 de Março de 1885.

Hlm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., em solução á consulta constante do seu Aviso de 25 do mez proximo findo, que, sendo os Conselheiros de Guerra e Vogaes do Conselho Supremo Militar obrigados a apresentar no Thesouro Nacional attestados de frequencia, afim de receber as respectivas gratificações, como é expresso no Aviso desse Ministerio de 12 de Março de 1861, não se lhes deve abonar aquelle vencimento quando não estiverem em effectivo exercicio no dito Tribunal.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.—  
A S. Ex. o Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.



## N. 14 — PORTARIA DE 24 DE MARÇO DE 1885

A' Repartição de Ajudante General.— Declára qual o fardamento que deve ser abonado ás praças do Exército sentenciadas, que voltam ao Exército, e que as engajadas, bem como as que são desligadas das Escolas militares, não têm direito ao abono de camisolas de brim pardo.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 24 de Março de 1885.

Declare-se em ordem do dia dessa Repartição que ás praças do Exército sentenciadas e que voltam ao serviço deve ser abonado, além do fardamento de recruta prompto, de que trata a 4ª observação da respectiva tabella, o de recruta no ensino, com excepção das camisolas de brim pardo e do capote, e bem assim que as praças comprehendidas na Portaria de 6 de Fevereiro do anno passado, publicada na Ordem do dia n. 1803, não têm direito ao abono das ditas camisolas, conforme tudo propoz a Repartição de Quartel-Mestre General em 20 do corrente, em vista da representação do Commandante do 17º batalhão de infantaria.— *Candido Luiz Maria de Oliveira.*



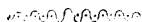
## N. 15 — AVISO DE 26 DE MARÇO DE 1885

Ao Ajudante General.— Declara que aos officiaes e praças do Asylo se devem abonar, quando doentes, as dietas prescriptas pelo Medico.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 26 de Março de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para que faça constar ao Commandante do Asylo de Invalidos da Patria, que aos officiaes e praças de pret existentes no dito Asylo, quando doentes, deve ser abonada a competente dieta, de conformidade com as prescripções do Facultativo alli em serviço.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira.*—  
Sr. Conselheiro Ajudante General.



## N. 16 — AVISO DE 26 DE MARÇO DE 1885

Ao Presidente da Província de Pernambuco.— Declara onde devem ser archivados os livros das Juntas de alistamento militar e de sorteio, e por quem devem ser abertos, rubricados e encerrados os destinados ao processo do sorteio.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 26 de Março de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução ao officio n. 17 de 30 de Janeiro ultimo, com que V. Ex. submittete á consideração deste Ministerio o que lhe dirigiu o Juiz de Direito presidente da Junta revisora do alistamento militar da comarca de Cimbres, nessa Província, consultando qual o lugar onde devem ser archivados os livros a cargo das Juntas parochiaes e os que tiverem de servir no processo do sorteio, bem assim por quem devem ser encerrados e rubricados os livros a que allude, destinados ao processo do sorteio, visto que nem o Regulamento de 27 de Fevereiro de 1875, nem os avisos expedidos para execução do mesmo regulamento cogitam da especie, declaro a V. Ex. para seu conhecimento e fins convenientes:

1.º Que taes livros devem ser archivados na Camara Municipal da cabeça da comarca, como já foi decidido com relação aos das Juntas revisoras pelos Avisos de 29 de Fevereiro e 6 de Abril de 1876, dirigidos á Presidencia da Província do Rio Grande do Sul, de 20 de Março do mesmo anno á do Ceará, e de 17 de Abril ao presidente da Junta revisora da Corte.

2.º Que os referidos livros devem ser rubricados pelos Juizes de Direito presidentes das Juntas revisoras e abertos pelos secretarios das Juntas parochiaes, conforme determina o Aviso de 12 de Junho de 1876 ao Presidente da Província do Espirito Santo.

3.º Finalmente, que o encerramento dos mesmos livros deve ser feito pelos alludidos Juizes de Direito.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.— Sr. Presidente da Província de Pernambuco.

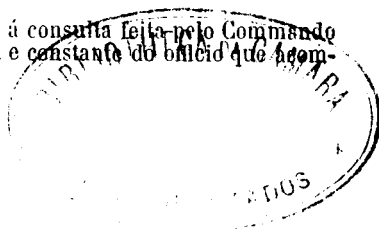
*Original do processo*

## N. 17 — AVISO DE 30 DE MARÇO DE 1885

Ao Ajudante General.— Declara que ao Commandante de corpo compete rubricar o mappa da carga da companhia quando o Commandante desta assumo a fiscalização do mesmo corpo.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 30 de Março de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. - Em solução á consulta feita pelo Commando das Armas da Província da Bahia e constante do officio que accom-



panhou o de V. Ex. n. 3004 de 27 do corrente, declaro que, quando o Commando de uma companhia tiver de ser transferido a outro official por haver o respectivo Commandante assumido as funcções de Fiscal, deve o mappa da carga ser rubricado pelo Commandante do corpo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.— Sr. Conselheiro Ajudante General.

*Antônio Augusto de Albuquerque*

#### N. 18 — AVISO DE 7 DE ABRIL DE 1885

Ao Quartel-Mestre General.— Manda fornecer aos presos sentenciados cobertores de lã encarnada em vez de mantas escuras.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 7 de Abril de 1885.

Declaro a V. S., em solução á consulta que lhe foi feita pelo Commandante do 1º batalhão de infantaria em officio n. 46 de 23 de Janeiro findo, que aos presos sentenciados devem, d'ora em diante, ser fornecidos cobertores de lã encarnada em vez de mantas escuras como estava determinado, visto haver nisso economia para os cofres publicos.

Deus Guarde a V. S.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.— Sr. Brigadeiro Quartel-Mestre General.

*Antônio Augusto de Albuquerque*

#### N. 19 — AVISO DE 7 DE ABRIL DE 1885

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.— Declara que as divisas dos officiaes inferiores fazem parte do fardamento e se devem ser com elle fornecidas.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 7 de Abril de 1885.

Hm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n. 29 de 18 de Fevereiro ultimo, com o qual submetteu á decisão deste Ministerio a consulta do Capitão do 5º batalhão de infantaria

Ignacio Francisco de Albuquerque Figueiredo, acompanhado de informação do Commandante daquelle corpo acerca do tempo de duração das divisas de panno abonadas ás praças graduadas do Exército, que, fazendo taes peças parte do fardamento das referidas praças, só devem ser abonadas quando o fôr o dito fardamento, conforme já foi resolvido por Aviso de 28 de Junho do anno proximo passado, expedido á Presidencia da Provincia do Paraná e publicado na Ordem do dia da Repartição de Ajudante General n. 4863, sendo portanto regular o procedimento que a semelhante respeito tem tido o indicado Commandante.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.— Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.



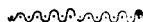
## N. 20 — AVISO DE 10 DE ABRIL DE 1885

Ao Ajudante General.— Declara que a fuga de uma praça presa á disposição da autoridade civil, embora em prisão militar, não constitue crime de desorção.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução ao officio n. 941 de 19 de Dezembro do anno passado, que acompanhou a informação da Repartição a seu cargo n. 251 de 18 de Março ultimo, e no qual o Commandante do 6º batalhão de infantaria consulta si deve ser considerado desertor o corneta do mesmo batalhão Irineu José Fernandes, que, achando-se preso á disposição do fôro civil, se evadira da prisão tres dias antes de ter o corpo conhecimento da sentença do Jury que o condemnou á pena de quatro annos e seis mezes de prisão com trabalho e multa correspondente á metade do tempo, declaro a V. Ex. que a referida praça não pôde ser considerada desertora, em vista da disposição expressa da Resolução de 4 de Dezembro de 1839 e Provisão do Conselho Supremo Militar e de Justiça de 3 de Janeiro de 1840, sendo que ás autoridades civis, e não militares, compete tomar conhecimento do facto da fuga.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.— Sr. Conselheiro Ajudante General.



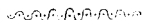
## N. 21 — AVISO DE 10 DE ABRIL DE 1885

Ao Presidente da Província de Pernambuco. — Declara que a despesa com os artigos do expediente dos Encarregados das obras militares corre pela respectiva gratificação de exercício.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ao pedido de artigos de expediente feito pelo Encarregado das obras militares dessa Província, e que acompanhou o seu officio n. 42 de 28 de Fevereiro ultimo, declaro a V. Ex. que não só não ha credito para occorrer a taes despezas, como nenhum direito ao fornecimento daquelles objectos assiste aos Encarregados de obras militares, para cuja compra é destinada a gratificação de exercício que percebem.

Deus Guarde a V. Ex. — *Candido Luiz Maria de Oliveira*. — Sr. Presidente da Província de Pernambuco.



## N. 22 — PORTARIA DE 10 DE ABRIL DE 1885 (\*)

Ao Conselho Supremo Militar. — Declara que o abono da gratificação dos membros do Conselho Supremo Militar depende da apresentação do attestado de frequencia.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1885.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, communicar ao Conselho Supremo Militar, para os fins convenientes, que em data de 23 de Março ultimo expediu-se Aviso ao Ministerio da Fazenda declarando que o abono das gratificações que percebem os membros do mesmo Conselho ficam dependentes da apresentação de attestados de frequencia; devendo para semelhante fim o Secretario de Guerra organizar uma folha especial por elle assignada e rubricada pelo Presidente que estiver então em exercício, comprehendendo todos os Conselheiros de Guerra, Vogaes e Juizes togados, e fazendo-se na casa das observações as notas necessarias. — *Candido Luiz Maria de Oliveira*.

---

(\*) Esta Portaria foi alterada pela de 22 de Junho que manda que a folha seja assignada pelo Presidente que estiver em exercício.



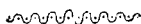
## N. 23 — AVISO DE 14 DE ABRIL DE 1885

Ao Quartel-Mestre General. — Restabelece o uso das botas de montar, sómente para os officiaes da arma de cavallaria.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 14 de Abril de 1885.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e devida execução, que fica restabelecido o uso de botas de montar, sómente para os officiaes da arma de cavallaria, derogado para esse fim o Aviso de 12 de Janeiro do anno proximo passado, publicado na Ordem do dia n. 4798.

Deus Guarde a V. S. — *Candido Luiz Maria de Oliveira*. — Sr. Brigadeiro Quartel-Mestre General.



## N. 24 — AVISO DE 16 DE ABRIL DE 1885

Ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul. — Declara que os colonos paisanos, estabelecidos nas colonias militares, têm direito a medicamentos por conta do Estado.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1885.

Ilhm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n. 764 de 10 de Março ultimo, declaro a V. Ex. que é approvada a deliberação que tomou mandando abonar medicamentos pela pharmacia da colonia militar do Alto Uruguay aos colonos paisanos alli estabelecidos, visto terem elles direito a semelhante abono segundo se infere do disposto dos §§ 2º e 8º do art. 26 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 2504 de 16 de Novembro de 1859, e pelo qual se rege a dita colonia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Candido Luiz Maria de Oliveira*. — Sr. Presidente da Província do Rio Grande do Sul.



## N. 25 — CIRCULAR DE 18 DE ABRIL DE 1885

A's Thesourarias de Fazenda.— Autoriza o abono da quantia de 100\$ para despezas de enterramento, quando o official tiver deixado vencimentos superiores a essa quantia.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 18 de Abril de 1885.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de . . . , para seu conhecimento e execucao, que, quando fallecer qualquer official do Exercito que seja credor da Fazenda Nacional de vencimentos superiores a quantia de 100\$, póde a mesma Thesouraria fazer aos herdeiros desse official o abono desta quantia para pagamento das despezas do enterramento, contanto que seja ella deduzida dos ditos vencimentos no acto do respectivo ajuste de contas.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.

Faz-se extensiva aos officiaes que fallecerem na Corte a disposicao desta Circular.— Aviso á Pagadoria das Tropas em 23 de Maio de 1885.

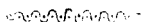
## N. 26 — CIRCULAR DE 20 DE ABRIL DE 1885

Aos Presidentes de Provincia.— Sobre inspecção de saúde e concessão de licenças a officiaes para virem á Corte.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1885.

Ilhm. e Exm. Sr.— Recommendo de novo a V. Ex. a expedicao de ordens, para que as Juntas de saude procedam com a maior severidade nas inspecções dos officiaes e praças submettidos ao seu exame, cumprindo que V. Ex., por sua parte, só á vista de prova robusta de doença e de declaracao de necessidade de mudanca de clima, expressa nos termos da inspecção para que se possa fazer effectiva a responsabilidade dos Cirurgões, conceda permissao para que venham a esta Corte officiaes e praças naquellas condicoes.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.— Sr. Presidente da Provincia de . . . .



## N. 27 — AVISO DE 20 DE ABRIL DE 1885

Ao Presidente da Provincia da Bahia.— Declara que os Encarregados dos depositos de polvora não têm direito a casa por conta do Estado.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio n. 26 de 19 de Março ultimo em que V. Ex. communica haver autorizado o Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia a alugar uma pequena casa nas immedições do deposito de Matatú, para nella residir o respectivo Encarregado, enquanto se remove para a que serve de quartel e morada do dito Encarregado a polvora existente no referido deposito, que vai entrar em concertos, declaro a V. Ex. que o aluguel da casa de que se trata deve ser pago por aquelle empregado, visto não lhe assistir direito a residencia por conta do Estado, como já foi declarado pela Circular de 19 de Fevereiro de 1876.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

## N. 28 — AVISO DE 25 DE ABRIL DE 1885

Ao Ajudante General.— Manda annexar ao almanack militar a relação dos Cadetes e inferiores que têm o curso das respectivas armas

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 25 de Abril de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.—Envio V. Ex. a esta Secretaria de Estado uma relação dos Cadetes e officiaes inferiores e praças que tiverem o curso das respectivas armas, providenciando para que, d'ora em diante, seja annexada ao almanack militar a relação dos Cadetes, inferiores e praças que estiverem naquellas condições.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.— Sr. Conselheiro Ajudante General.

## N. 29 — AVISO DE 28 DE ABRIL DE 1883

Ao Ajudante General.— Altera as disposições do art. 34 do Regulamento n. 7683 de 6 de Março de 1880, relativamente ás etapas das praças desarranchadas o ao mappa — carga e descarga — das companhias.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 28 de Abril de 1883.

Illm. e Exm. Sr.— Tendo em consideração o que expoz Sua Alteza o Sr. Marechal do Exercito Conde d'Eu, em officio de 9 de Março ultimo, acerca da necessidade de simplificar-se a escripturação dos corpos do Exercito, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e afin de que faça constar em ordem do dia dessa Repartição :

1.º Que em vez de se tirar em prel especial a importancia da etapa em dinheiro das praças desarranchadas, deve a mesma importancia ser mencionada nas relações de mostra, abrindo-se para isso casa especial e fazendo-se as declarações a que allude o art. 34 do Regulamento para o fornecimento de viveres e forragens, approvado pelo Decreto n. 7683 de 6 de Março de 1880.

2.º Que, quando nao houver alteração alguma a fazer no mappa — carga e descarga — das companhias, por occasião de passar o respectivo Commando de um a outro official, fica dispensado o lançamento do mesmo mappa, conforme exige a observação 2ª do modelo n. 17 de que trata o Aviso de 28 de Setembro de 1878 ; devendo, porém, o official que deixar o Commando fazer no referido mappa aquella declaração, por elle assignada, e pelo official que o substituir, é visada pelo Fiscal do corpo, que assistirá á entrega da companhia.

Deus Guarde a V. Ex.— *Candido Luiz Maria de Oliveira*.— Sr. Conselheiro Ajudante General.

*Impressão de 1883*

## N. 30 — CIRCULAR DE 27 DE MAIO DE 1883 (\*)

Aos Presidentes de Provincia.— Determina que os pedidos para as pharmacias e enfermarias militares sejam acompanhados de um mappa de carga e descarga.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 27 de Maio de 1883.

Illm. e Exm. Sr.— Expeça V. Ex. terminantes ordens para que nenhum pedido de medicamentos e outros artigos destinados ás pharmacias militares dessa Provincia, seja enviado á estação competente, sem que venha acompanhado de mappa da carga de taes artigos, segundo o modelo junto.

Deus Guarde a V. Ex. — *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia de....

(\*) V. Circular de 23 de Junho de 1883

**Relação dos medicamentos e drogas (ou utensis ou instrumentos cirurgicos) necessarios á pharmacia militar (ou enfermaria militar) da cidade de..... para o..... trimestre de 188...**

G.— Decisões de 1885 2

NOMENCLATURA	QUANTIDADES PEDIDAS	CARGA E DESCARGA				DATA DA ULTIMA ENTRADA	OBSERVAÇÕES
		EXISTIAM	ENTRARAM	CONSUMO	EXISTEM		
Acetato de ammonia.	quinhentas grammas	0k,100	0k,100	0k,450	0,50	10 de Março de 1885.	
Vinho de quinium...	vinte garrafas	5	10	15	0	5 de Dezembro de 1884.	
Malvas.....	dous kilos	0k,300	1k,000	1k,100	0k,200	27 de Janeiro de 1885.	Em mau estado.
Algalias sortidas.....	quatro	oito	quatro	quatro	oito	2 de Abril de 1883.	As quatro algalias foram dadas em consumo por seu mau estado.
Caixa completa para extracção de dentes.	uma caixa	.....	.....	.....	.....	.....	A enfermaria nunca teve.

## N. 31 — AVISO DE 29 DE MAIO DE 1885

Ao Director do Arsenal de Guerra da Côrte.— Declara que a Imperial Resolução de 18 de Outubro de 1884 comprehende tanto os operarios transferidos para o Exercito como os que se conservam nas companhias respectivas.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 29 de Maio de 1885.

Ilm. Sr.— Declaro a V. S., em resposta ao seu officio n. 103 de 27 do corrente, que deve mandar fazer effectiva a baixa concedida por Aviso de 2 de Março anterior ao Cabo de esquadra do corpo de operarios militares desse Arsenal Antonio Joaquim Dourado, visto que a Imperial Resolução de 18 de Outubro do anno proximo passado comprehende não só as praças daquelle corpo, que tenham sido transferidas para o Exercito, como aquellas que nelle se conservam e ahi completam o seu tempo de serviço.

Deus Guarde a V. S.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

~~~~~

## N. 32 — AVISO DE 29 DE MAIO DE 1885

Ao Presidente de Sergipe.— Declara incompativeis os exercicios simultaneos de Cirurgião militar e lente do Athenou Provincial.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 29 de Maio de 1885.

Ilm e Exm. Sr.— Em solução á sua consulta, e de accôrdo com os pareceres dos Conselheiros Ajudante General e Cirurgião-mór do Exercito, declaro a V. Ex., confirmando o telegramma que lhe dirigi, que são incompativeis os exercicios simultaneos de Cirurgião do Corpo de saude e de lente do Athenou Provincial.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

~~~~~

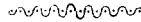
## N. 33 — AVISO DE 3 DE JUNHO DE 1885

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.— Manda restabelecer a pharmacia militar da mesma Provincia.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 3 de Junho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Dô V. Ex. as necessarias providencias afim de que seja restabelecida a pharmacia militar que existia na capital dessa Provincia e foi extincta, incumbindo desse serviço na parte que lhe competir o Encarregado da enfermaria militar, e sendo conservada para a dita pharmacia a armação da que se extinguiu e de que trata o seu officio n. 9 de 15 de Abril ultimo.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.



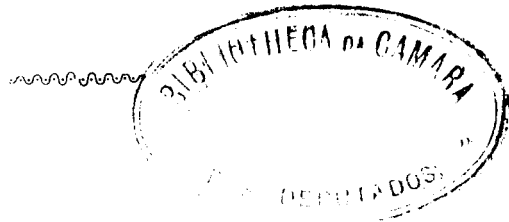
## N. 34 — CIRCULAR DE 5 DE JUNHO DE 1885

Aos Presidentes de Provincia.— Declara que a despesa com o transporte de artigos fornecidos aos corpos pelos Arsenaes de Guerra, deve ser effectuada pelos mesmos Arsenaes.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que a despesa com o transporte dos artigos destinados aos corpos do Exercito e que forem fornecidos pelos Arsenaes de Guerra, deve ser effectuada pelos mesmos Arsenaes.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia de...



## N. 35 — PORTARIA DE 6 DE JUNHO DE 1885

A' Repartição do Ajudante General.— Declara que os officiaes dos corpos es-  
peciaes a quem se tiver de fornecer medicamentos, nada devem pagar pelo  
trabalho de manipulação.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 6 de  
Junho de 1885.

Seja declarado em Ordem do dia que os officiaes dos corpos  
especiaes, a quem se tiver de fornecer medicamentos, nada  
devem pagar pelo trabalho de manipulação. — *A. E. de Ca-*  
*margo.*

## N. 36 — AVISO DE 9 DE JUNHO DE 1885

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.— A incompatibilidade dos exercicios  
de Cirurgião militar e lente dos estabelecimentos de instrucção nas Provincias,  
é extensiva ás nomeações interinas.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 9 de  
Junho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Confirmando o telegramma desta data,  
declaro a V. Ex. que a disposição do Aviso de 29 de Maio ultimo,  
considerando incompativeis os exercicios simultaneos de Cirur-  
gião do Corpo de Saude do Exercito e lente dos estabelecimentos  
de instrucção nas Provincias, comprehende tambem as nomeações  
interinas.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo.*— Sr. Presidente  
da Provincia do Espirito Santo.

## N. 37 — AVISO DE 11 DE JUNHO DE 1885

Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina.— Declara que o producto da  
venda da polvora nas Provincias deve ser escripturado como renda da Fabrica  
da Polvora.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro em 11 de  
Junho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento  
e em solução ao seu officio n. 36 de 23 de Abril findo, que é



approvedo o acto dessa Presidencia, de que trata no citado officio, mandando vender em hasta publica 900 kilogrammas de polvora grossa existente na fortaleza de Santa Cruz, nessa Provincia, visto achar-se deteriorada; ficando V. Ex. prevenido de que o producto de semelhante venda deve ser escripturado em receita do Estado, como renda da Fabrica de Polvora da Estrella.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

### N. 38 — PORTARIA DE 41 DE JUNHO DE 1885

A' Repartição de Ajudante General.— Manda observar provisoriamente as instrucções sobre a formação de uma bateria em campanha, e modo de distribuir-se a munição.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, 41 de Junho de 1885.

Sejam publicadas em Ordem do dia dessa Repartição as inclusas instrucções approvadas pela Commissão de Melhoramentos do Material de Guerra sobre a formação de uma bateria em campanha em ordem de combate e modo de distribuir-se a munição, afim de que sejam provisoriamente observadas no Exercito.— *A. E. de Camargo*.

### Instrucções a que se referê a Portaria supra

1.<sup>a</sup> Uma bateria de campanha divide-se no campo de batalha em dous grupos: um composto das seis bocas de fogo e de tres carros de munição, com os respectivos armões, pessoal e animaes estritamente necessarios para o seu serviço, e o outro constituido pelos carros restantes e outras viaturas da bateria com o competente pessoal e animaes, e mais as praças, cavallos e muares destinados a preencher os claros, que se derem.

2.<sup>a</sup> Cada carro de munição deve ter para o seu serviço, além dos conductores, tres praças, sendo uma dellas graduada e montada, esta será o chefe do carro.

3.<sup>a</sup> Uma bateria de campanha deve formar em ordem de combate do seguinte modo:— em uma linha as bocas de fogo com o intervallo de vinte metros;— na reataguarda das secções direitas e

á distancia de dez a quinze metros, tres carros de munição ; — vinte ou trinta metros á rectaguarda da primeira linha os armões das bocas de fogo ; — e a quatrocentos metros e convenientemente abrigados os carros restantes e as demais viaturas com o pessoal e animais de reserva. O intervallo entre as bocas de fogo poderá ser reduzido até dez metros, porém só em caso de absoluta necessidade por falta de espaço. Si houver abrigos á rectaguarda da primeira linha e nas proximidades della, os carros acolher-se-hão a elles, em vez de postarem-se á rectaguarda das secções directas, tendo-se em attenção que as praças encarregadas de municiar as bocas de fogo não devem ter grandes distancias a percorrer ; si não houver abrigos naturaes, será conveniente construil-os sempre que fôr possível. Si o terreno não offerrecer abrigo sufficiente para o segundo grupo, poderá ser este fraccionado em dous escalões, um formado pelos carros de munição, pessoal e animais de reserva, e o outro, que postar-se-ha mais á rectaguarda em lugar conveniente, composto das viaturas restantes.

4.<sup>a</sup> As lanças dos armões devem ficar voltadas para a rectaguarda no caso de estarem abrigadas naturalmente, ou por espaldões construidos na occasião.

5.<sup>a</sup> A munição deve ser fornecida ás bocas de fogo pelos carros pertencentes ao primeiro grupo da bateria, cada carro abastecerá uma divisão ; os armões das bocas de fogo devem conservar-se intactos, somente em casos extremos lançar-se-ha mão da respectiva carga ; os armões, que nesses casos tiverem de fornecer munição ás bocas de fogo, approximar-se-hão da primeira linha.

6.<sup>a</sup> O fornecimento da munição deve começar sempre pelo da do cofre trazeiro do carro ; somente depois de esgotado esse cofre, passar-se-ha a extrahir-a do cofre dianteiro, e finalmente do respectivo armão.

7.<sup>a</sup> Quando estiver para esgotar-se a carga do cofre dianteiro, o chefe do carro dará disso parte ao Commandante da bateria, que mandará ordem ao encarregado do segundo grupo para fazer avançar outro carro.

8.<sup>a</sup> Os carros, que se esvaziarem, devem ser logo apresentados ao official encarregado do segundo grupo, que requisitará por escripto á secção de munições mais proxima sua substituição por outros cheios ; a requisição deve conter o numero do regimento e o da bateria, e a quantidade de carros requisitados.

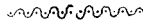
9.<sup>a</sup> Os carros da reserva, que passarem a fazer parte do primeiro grupo, postar-se-hão ao lado daquelles a que tenham de substituir, e logo que estes retirarem-se occuparão os logares designados no § 3.<sup>o</sup>

10.<sup>a</sup> Quando houver urgencia em romper fogo ou quando, por qualquer circumstancia, der-se alguma demora na substituição dos carros, lançar-se-ha mão da carga dos armões das bocas de fogo, começando no segundo caso pelos armões das secções directas, e havendo o cuidado, em qualquer dos casos, de completar os logo que se offereça opportunidade.

11.<sup>a</sup> Quando prolongar-se o combate e fôr grande o consumo de munições, o parque divisionario ou de corpo de Exército mandará alguns carros percorrer a linha das reservas, tomando assim a iniciativa no municionamento, que em todo o caso será feito por troca de viaturas.

12.<sup>a</sup> Terminado o combate, logo que seja possível desfar-se-ha a troca de carros de munição, que porventura tenha havido durante o combate.

Commando da Escola Geral de Tiro do Campo Grande, 12 de Novembro de 1884.— *Francisco Antonio de Moura*, Tenente-Coronel Commandante.



### N. 39 — AVISO DE 12 DE JUNHO DE 1885

Ao Ajudante General.— Sobre a addição da prisão proveniente de multa á que é comminada na sentença, para o effeito da exclusão das fileiras do Exército.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1885.

Hlm. e Exm. Sr.— Sua Magestade o Imperador, consultando as Secções reunidas de Guerra e Marinha e de Justiça do Conselho de Estado, si para a exclusão das fileiras do Exército, por effeito de sentença nos termos da Provisão de 29 de Fevereiro de 1844, deve a prisão, proveniente de multa, ser addicionada á da sentença: Houve por bem, Conformando-se com o parecer das mesmas Secções, exarado em Consulta de 4 de Dezembro do anno passado, Declarar, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 6 do corrente (\*), que semelhante assumpto já foi resolvido pelo

(\*) Senhor.— As Secções reunidas de Guerra e Marinha e de Justiça do Conselho de Estado tiveram Ordem de Vossa Magestade Imperial, exarada no Aviso do Ministerio da Guerra de 19 do mez passado, para consultar com seu parecer sobre — si para a exclusão das fileiras do Exército, por effeito de sentença, nos termos da Provisão de 29 de Fevereiro de 1844, deve a prisão proveniente de multa ser addicionada á da sentença.

Tendo attentamente examinado o assumpto, as Secções entendem que está elle resolvido com toda a clareza o acerto no Aviso n. 138 de 7 de Abril de 1863, expedido em virtude da Imperial Resolução de Consulta do Conselho Supremo Militar de 28 de Março do mesmo anno, que assim reza :

• 1.<sup>a</sup> Directoria Geral. — Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro em 7 de Abril de 1863.

• Hlm. e Exm. Sr.— Levei ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o officio n. 284 de 12 de Novembro ultimo, em que V. Ex. submette á decisão do Governo Imperial a solução que dera a um officio do Commandante do corpo de guarnição dessa Provincia, perguntando si devia considerar como pena de prisão effectiva a multa correspondente á metade do tempo de prisão imposta pelo Tribunal do Jury a uma praça daquella corpo ; o o mesmo Augusto Senhor, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 28 do mez proximo findo, tomada sobre consulta do Conselho Supremo Militar, Houve por bem Determinar que a referida praça só deverá ser

Aviso n. 138 de 7 de Abril de 1863 expedido em virtude da Imperial Resolução de 28 de Março anterior, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar, e á vista da qual ficaram firmados os seguintes pontos de doutrina:

1.º Que a imposição da pena de multa, além da de prisão por menos de seis annos a uma praça do Exército, não importa, *ipso facto*, a sua exclusão das fileiras.

2.º Que, porém, si a dita multa, por falta de pagamento, fôr commutada em prisão (Regulamento n. 595 de 18 de Março de 1849, arts. 12 e 13), o tempo da effectividade desta deverá accrescer ao da primitiva, de modo que, completos seis annos, e só então, dever-se-ha executar o que determina a supramencionada Provisão de 29 de Fevereiro de 1844.

O que declaro a V. Ex. para os fins convenientes e em solução á duvida suscitada com relação ao soldado do 5º batalhão de infantaria Candido José Clemente, do qual tratou em sua informação de 23 de Outubro, também do anno proximo passado.

Deus Guarde a V. Ex.— A. E. de Camargo.— Sr. Conselheiro Ajudante General.

excluida do Exército, na fórma da Provisão de 29 de Fevereiro de 1844, quando houver cumprido a sentença que lhe foi imposta na parte relativa á prisão sem pagar a multa que igualmente lhe foi imposta e se achar presa tanto tempo quanto fôr preciso para prefazer os seis annos do prisão marcados na citada provisão. O que declaro a V. Ex. para seu conhecimento e devida execução.

« Deus Guarde a V. Ex.— *Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão*.— Sr. Presidente da Provincia da Parahyba. »

Ficaram pois, firmado, desde aquelle acto do Governo, os seguintes pontos de doutrina :

1.º Que a imposição da pena de multa, além da de prisão por menos de seis annos, a uma praça do Exército, não importa *ipso facto* a sua exclusão das fileiras ;

2.º Que, porém, si a dita multa por falta de pagamento, fôr commutada em prisão (Regulamento n. 595 de 18 de Março de 1849, arts. 12 e 13), o tempo da effectividade desta deverá accrescer ao da primitiva, de modo que completos seis annos, e só então, dever-se-ha executar o que determina a mencionada Provisão de 29 de Fevereiro de 1844.

Esta doutrina é correctta, e si alguma duvida suscita nas Repartições auxiliares do Ministerio da Guerra, como se deprehende dos papeis presentes ás Secções, provém talvez do que, adstringindo-se á letra da provisão, pretendem distinguir entre a prisão immediatamente imposta pela sentença e a que resulta do não pagamento da multa.

Mas a distincção é inadmissivel : quer em um, quer em outro caso a prisão tem logar por virtude de sentença, por effeito do sua execução, de conformidade com as leis que a regulam (Codigo Criminal, art. 37, Codigo do Processo Criminal, art. 291), e desde que perdura por seis annos, pelo menos, dá-se, precisamente, o que dispõe a alludida provisão, segundo a qual não póde voltar ao quadro do Exército quem tiver soffrido semelhante penalidade.

As Secções reunidas, pois, respondem affirmativamente á consulta, e Vossa Magestade Imperial decidirá o que julgar em sua alta sabedoria.

Sala das conferencias das Secções reunidas de Guerra e Marinha e do Justica do Conselho de Estado em 4 de Dezembro de 1884.— *Alfonso Celso de Assis Figueiredo*.— *Visconde de Muritiba*.— *Visconde do Bom Retiro*.— *Visconde de Pirangaçu*.— *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*.

#### RESOLUÇÃO

Como parece.— Paço, 6 do Junho de 1885.

Com a rubrica do Sua Magestade o Imperador.— *Antonio Eleutherio de Camargo*.

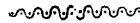
## N. 40 — CIRCULAR DE 16 DE JUNHO DE 1885

Aos Presidentes de Provincia.— Declara incompativeis os exercicios simultaneos de Cirurgião militar e de qualquer emprego geral ou provincial estranho ao Ministerio da Guerra.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que são incompativeis os exercicios simultaneos de Cirurgião militar e de qualquer emprego geral ou provincial estranho ao Ministerio da Guerra.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia de...



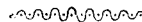
## N. 41 — AVISO DE 17 DE JUNHO DE 1885

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.— Declara que os Cadetes, quando viajam nas estradas do ferro, têm direito ao transporte de bagagens pela forma estipulada no Aviso de 20 de Dezembro de 1880.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 17 de Junho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n. 254 de 29 de Maio ultimo, que gozando os Cadetes, quando embarcados, das mesmas vantagens de que gozam os officiaes do Exercito, têm direito, quando viajam nas estradas de ferro, ao transporte de suas bagagens na razão de 90 kilos por pessoa de familia, sendo porem de 45 kilos para cada filho menor que pague passagem, na forma do disposto no Aviso de 20 de Dezembro de 1880; convindo entretanto que haja a maior fiscalisação no transporte de taes bagagens, afim de evitar-se despeza extraordinaria com o frete de objectos que não devam como tal ser classificados.

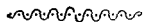
Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.





e no que fôr concernente ao tratamento dos animaes pertencentes ao Estado, sendo que quanto áquellas dever-se-ha proceder pela fórma indicada nos Avisos de 7 de Maio e 23 de Novembro também de 1880.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.



#### N. 44 — PORTARIA DE 22 DE JUNHO DE 1885

Ao Conselho Supremo Militar.— Declara que a folha que tem de ser remettida ao Thesouro, deve ser assignada pelo Presidente que estiver em exercicio.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1885.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Conselho Supremo Militar, que a folha especial que, na fórma da Portaria de 10 de Abril ultimo, tem de ser mensalmente remettida ao Thesouro, deve ser assignada pelo Presidente desse Tribunal, que estiver então em exercicio.

*A. E. de Camargo*.



#### N. 45 — AVISO DE 22 DE JUNHO DE 1885

Ao Ajudante General.— Declara que aos Commandantes dos corpos compete apresentar os pedidos de dispensa dos officiaes do estado-maior e propor a nomeação dos substitutos, cabendo ao Governo resolver a respeito.

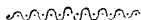
Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Tendo V. Ex., com a informação da Repartição a seu cargo, n. 110 de 16 do corrente, trazido ao conhecimento deste Ministerio o officio em que o Commandante das Armas da Provincia do Rio Grande do Sul communicou a V. Ex. haver o Commandante do 13º batalhão de infantaria lhe

participado ter nomeado o Alferes Francisco de Paula Rodrigues Barcellos Junior para o logar de Ajudante daquelle corpo, em substituição do Alferes João Baptista Pinto, que pedira demissão, declaro a V. Ex., para que o faça constar ao mesmo Commandante, que compete ao Governo Imperial resolver sobre as nomeações e dispensas dos officiaes do estado-maior dos corpos; cabendo unicamente aos respectivos Chefes transmittir a este Ministerio, pelos canaes competentes, os pedidos de taes dispensas e propor, d'entre os Alferes, aquelles que julgarem com mais aptidão para exercer essas commissões, sendo que não é regular qualquer procedimento em contrario.

Cumpre, portanto, que não só com relação á nomeação e exoneração de que se trata, como a outras semelhantes, sejam observadas as disposições em vigor.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Conselheiro Ajudante General.



#### N. 46 — CIRCULAR DE 23 DE JUNHO DE 1885

Aos Presidentes de Provincia.— Dá modelo para os pedidos de medicamentos para as enfermarias e pharmacias militares.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 23 de Junho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que o mappa que acompanhou o Aviso-Circular de 27 de Maio ultimo, publicado na Ordem do dia n. 1927, da Repartição de Ajudante General, deve servir de modelo para os pedidos de medicamentos que se tiverem de fazer para as pharmacias e enfermarias militares.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia de...





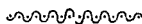
## N. 47 — CIRCULAR DE 2 DE JULHO DE 1885

Faz extensiva a todos os officiaes do Exército a disposição que declara incompatíveis os exercicios simultaneos do Cirurgião militar e de qualquer emprego geral ou provincial, estranho ao Ministerio da Guerra; e manda suspender o pagamento do vencimentos provenientes de semelhantes accumulações.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Circular.—Rio de Janeiro, 2 de Julho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.—Recommendo a V. Ex. a fiel observancia da Circular de 16 de Junho proximo passado, que declara incompatíveis os exercicios simultaneos de Cirurgião militar e de qualquer emprego geral ou provincial estranho ao Ministerio da Guerra, e cuja disposição fica extensiva a todos os demais officiaes do Exercito; convindo que V. Ex. providencie para que seja desde logo suspenso o pagamento de vencimentos, que porventura se effectue nessa Provincia, provenientes de semelhantes accumulações.

Deus Guarde a V. Ex.—*A. E. de Camargo*.—Sr. Presidente da Provincia de....



## N. 48 — AVISO DE 2 DE JULHO DE 1885

Declara que o facto de achar-se um Cirurgião militar inscripto em um concurso na Faculdade de Medicina da Bahia, não é motivo para que deixe elle de seguir para o destino que lhe foi determinado.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, 2 de Julho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.—Respondendo ao telegramma que V. Ex. me dirigiu com data de hontem, relativamente ao 2º Cirurgião do Corpo de Saude do Exercito Dr. Julio Cesar Palma, declaro a V. Ex. que o facto de haver o mesmo Cirurgião se inscripto para o concurso que deve effectuar-se na Faculdade de Medicina dessa Provincia, não é motivo para que deixe de ser cumprida a ordem do Governo Imperial; convem, portanto, que V. Ex. providencie para que siga elle quanto antes a seu destino.

Remetto, por cópia, a V. Ex. a informação prestada pelo Cirurgião-mór do Exercito a semelhante respeito.

Deus Guarde a V. Ex.—*A. E. de Camargo*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.



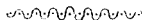
## N. 49 — AVISO DE 3 DE JULHO DE 1885

Manda cessar a pratica seguida no 2º regimento de cavallaria de se pagar pequenas despezas do corpo com o producto da venda do couro e cabellos dos animaes mortos.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 3 de Julho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Providencie V. Ex. para que cesse a pratica irregular seguida no 2º regimento de cavallaria, de pagar-se pequenas despezas do corpo com o producto da venda dos couros e cabellos dos animaes mortos.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.



## N. 50 — AVISO DE 3 DE JULHO DE 1885

Determina que os corpos das tres armas do Exercito façam amiudados exercicios de tiro, devendo os respectivos Commandantes enviar mensalmente os mappas de taes exercicios para serem remettidos á Commissão de melhoramentos do material do guerra.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 3 de Julho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Devendo os corpos das tres armas do Exercito fazer amiudadas vezes exercicios de tiro, assim como os de cavallaria, do manejo de lança e espada, convem que V. Ex. dê as necessarias ordens nesse sentido, recommendando aos respectivos Commandantes que remetam mensalmente pelos canaes competentes a esta Secretaria de Estado mappas dos exercicios de tiro para serem transmittidos á Commissão de melhoramentos do material de guerra, com indicação da distancia do alvo, das alças empregadas, do numero de tiros dados, etc., e conforme o modelo que lhes será opportunamente remettido.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Conselheiro Ajudante General.



## N. 51 — AVISO DE 3 DE JULHO DE 1885

Exige informações dos Commandantes dos corpos montados existentes na Provincia do Rio Grande do Sul, a quantidade de cada forragem colhida nos respectivos poteiros e numero de animaes sustentados em cada mez, recommendando-se a escolha de local para as plantações.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 3 de Julho de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Exija V. Ex. dos Commandantes dos corpos montados do Exercito, estacionados nessa Provincia, para serem transmittidas a esta Secretaria de Estado, informações mensaes sobre a quantidade de cada forragem colhida dos respectivos poteiros e numero de animaes sustentados em cada mez, recommendando aos mesmos Commandantes a escolha de terrenos apropriados para a plantação.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.



## N. 52 — AVISO DE 9 DE JULHO DE 1885

Recommenda a fiel observancia dos Avisos que prohibem publicações feitas por officiaes do Exercito e offensivas a seus camaradas.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 9 de Julho de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Continuando a apparecer na imprensa, contra a disposição do art. 5º do Regulamento disciplinar, publicações feitas por officiaes do Exercito e offensivas a seus camaradas, recommende V. Ex. em Ordem do dia dessa Repartição a fiel observancia dos Avisos deste Ministerio de 4 de Outubro de 1859, 9 de Outubro de 1882 e 26 de Dezembro do anno passado, que prohibem taes publicações, tomando V. Ex. as providencias necessarias para punição dos delinquentes.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Conselheiro Ajudante General.



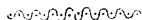
## N. 53 — PORTARIA DE 41 DE JULHO DE 1885

Approva a suspensão de pagamento de vencimentos a um Pharmaceutico contratado, por ser incompativel esse exercicio com o de Lente da Escola Normal.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 41 de Julho de 1885.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Sergipe, para seu conhecimento e fins convenientes, que bem procedeu a mesma Thesouraria suspendendo o pagamento de vencimentos ao Pharmaceutico contratado Joaquim do Prado de Araujo Leite, por ser incompativel esse exercicio com o de Lente da Escola Normal, de accôrdo com a Circular de 29 de Maio ultimo, cumprindo ao dito Pharmaceutico optar por um dos referidos cargos.

*A. E. de Camargo.*



## N. 54 — AVISO DE 13 DE JULHO DE 1885

Declara que os cargos de Enfermeiros-môres das Enfermarias militares, na falta de pessoal idoneo nos corpos, devem ser exercidos por paisanos com as precisas habilitações, o que nas propostas de praças para estos cargos e para os de Enfermeiros e Ajudantes, deve haver mutuo accôrdo entre o Delegado do Cirurgião-mór do Exercito e o respectivo Commandante do corpo.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 13 de Julho de 1885.

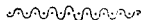
Ilm. e Exm. Sr.— Em officios de 15 e 17 de Novembro do anno passado, juntos por cópia ao de V. Ex. de 24 de Abril ultimo, sob n. 60, consultaram o Delegado do Cirurgião-mór do Exercito e o Major Commandante interino do 5º batalhão de infantaria si, á vista da Portaria de 3 de Julho daquelle anno, continuava ou não a existir o logar de Enfermeiro-mór nas Enfermarias militares, e no caso affirmativo, quem deve desempenhar esse cargo e qual a gratificação que lhe compete, e bem assim si aos Delegados do dito Cirurgião-mór, nas Provincias, é permitido propôr, para os logares de Enfermeiro-mór, Enfermeiros e Ajudantes praças de qualquer corpo sem previamente ouvir o respectivo Commandante acerca da capacidade e conducta das mesmas praças.

Em resposta, declaro a V. Ex.:

1.º Que pela citada portaria não foi abolido o cargo de Enfermeiro-mór nas Enfermarias militares, o qual deve ser exercido por paisano com as habilitações precisas e mediante os vencimentos marcados na tabella annexa ao Regulamento de 7 de Março de 1857, visto não haver pessoal idoneo nos corpos e não se achar ainda organizada a companhia de Enfermeiros.

2.º Que deve sempre haver mutuo accôrdo entre os Cominantes de corpos e companhias e os mencionados Delegados do Cirurgião-mór ou encarregados das enfermarias, acerca de taes nomeações.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.



#### N. 55 — AVISO DE 13 DE JULHO DE 1885

Faz extensiva ao Arsenal de Guerra da Provincia da Bahia a disposição do Aviso que mandou ficar sem effeito, para o Arsenal da Côrte, a circular que ordenava fossem semestralmente recolhidos á Pagadoria das Tropas e ás Thesourarias de Fazenda os saldos existentes nos cofres das companhias de aprendizes artífices.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 13 de Julho de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e em solução ao seu officio n. 81 de 8 de Junho findo, que é extensiva ao Arsenal de Guerra dessa Provincia a disposição do Aviso de 29 de Abril de 1880 que mandou ficar sem effeito, para o da Côrte, a Circular de 29 de Janeiro de 1878, ordenando que sejam recolhidos semestralmente á Pagadoria das Tropas e ás Thesourarias de Fazenda os saldos existentes nos cofres das companhias de aprendizes artífices.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.



## N. 56 — AVISO DE 18 DE JULHO DE 1885

Faz extensiva aos officiaes reformados, quando estiverem empregados pelo Ministerio da Guerra, a disposição que prohibe a accumulção do exercicio das funcções militares com as de qualquer emprego geral ou provincial, estranho ao mesmo Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Guerra — Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Confirmando o meu telegramma desta data, e em solução ao que V. Ex. me dirigiu em 15 do corrente, declaro a V. Ex. que o Aviso Circular de 2 deste mez prohibindo a accumulção do exercicio das funcções militares com as de qualquer emprego geral ou provincial estranho ao Ministerio da Guerra, comprehende os officiaes reformados quando estiverem empregados por este Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

*cc*

## N. 57 — CIRCULAR DE 20 DE JULHO DE 1885

Declara que as disposições prohibindo que os officiaes do quadro effectivo do Exército exerçam empregos geraes ou provinciaes, são extensivas aos empregos municipaes.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 20 de Julho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que as disposições dos Avisos de 4 de Julho de 1865, 26 de Julho de 1881 e 2 do corrente, e outras que prohibem que os officiaes do quadro effectivo do Exército exerçam ou occupem emprego geral ou provincial, são extensivas aos empregos municipaes, á vista do que mui terminantemente estatue o art. 2º do Decreto legislativo de 25 de Junho de 1831.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia de...

*cc*

## N. 58 — PORTARIA DE 20 DE JULHO DE 1885

A's Thesourarias de Fazenda das Proviñcias em que ha Commandos de Armas.—  
Manda suspender o pagamento exigido dos Commandantes de Armas pelo aluguel da parte da casa occupada pelos respectivos Quartéis-Generaes.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 20 de Julho de 1885.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de....., para seu conhecimento e execução, que deve ser suspenso desta data em diante o pagamento exigido dos Commandantes de Armas pelo aluguel da parte da casa occupada pelos respectivos Quartéis-Generaes, quando por ventura nella residam, não se attendendo, porém, a qualquer reclamação de descontos que anteriormente lhes tenham sido feitos em seus vencimentos para realização de tal pagamento.

*A E. de Camargo.*



## N. 59 — CIRCULAR DE 24 DE JULHO DE 1885 (\*)

Aos Presidentes de Provincia.— Autoriza a concessão de prazos de terras a ex-praças do Exército nas colonias militares.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 24 de Julho de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que fica essa Presidencia autorizada a conceder ás ex-praças do Exército, que tiverem servido como voluntarios, os prazos de terra a que tenham direito nas colonias militares, averbando-se semelhante concessão nas respectivas escusas originaes, no acto de fazer-se ella effectiva.

Por esta occasião declaro outrossim a V. Ex. que ora solicito do Ministerio da Agricultura expedição de ordem para que a essa Presidencia seja outorgada igual autorização, com relação ás colonias civis, sendo que quanto á demarcação dos lotes destas póde V. Ex. mandar fazer pelos officiaes de Engenheiros ahí empregados.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo.*— Sr. Presidente da Provincia de....

---

(\*) V. Circular de 19 de Setembro, do Ministerio da Agricultura, quanto ás colonias civis.



## N. 60 — CIRCULAR DE 3 DE AGOSTO DE 1885

Veda a nomeação de officiaes do Exercito para cargos policiaes.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Circular.—Rio de Janeiro, 3 de Agosto de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.—Não devendo os officiaes do Exercito ser nomeados para cargos policiaes, como por mais de uma vez tem sido recommendado por este Ministerio, assim o declaro a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*A. E. de Camargo*.—Sr. Presidente da Provincia de....

## N. 61 — AVISO DE 8 DE AGOSTO DE 1885

Declara que os Pharmaceuticos contratados para o serviço do Exercito, estando sujeitos ao Regulamento de 7 de Março de 1837, acham-se, como os demais officiaes do Corpo de Saude, incompatibilisados para exercerem cargos em empregos geraes, provincias ou municipaes.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, 8 de Agosto de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio n. 14 de 25 de Junho ultimo, no qual V. Ex. solicita providencias acerca da suspensão, effectuada pela Thesouraria de Fazenda, dos vencimentos do Pharmaceutico civil Joaquim do Prado Araujo Leite, que exerce o lugar de Lente da Escola Normal, acto que foi approvedo por este Ministerio em telegramma de 12 de Maio, declaro a V. Ex. que é mantido aquelle acto, por isso que os Pharmaceuticos que, em virtude de contrato se obrigam a servir no Exercito, cumprindo restrictamente as disposições constantes do Regulamento que baixou com o Decreto n. 1900 de 7 de Março de 1837 são considerados inseparaveis das respectivas pharmacias.

Deste principio procede a incompatibilidade do individuo para qualquer exercicio da mesma ou de diversa natureza, verificando-se a hypothese prevista na ultima parte do Aviso de 4 de Junho de 1847.

Poderá permittir-se a opção entre os logares de que se trata, porém não é admissivel a accumulção simultanea dos dous exercicios, pela razão acima exposta.

Deus Guarde a V. Ex.—*A. E. de Camargo*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.



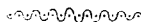
## N. 62 — AVISO DE 8 DE AGOSTO DE 1885

Dá o Ministerio da Guerra por inteirado de haver sido transferido o Presidio de Santo Antonio do logar denominadô — Amaro Leite — para a margem direita do rio Maranhão.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 8 de Agosto de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Accuso o recebimento do seu officio n. 10 de 7 de Julho ultimo e fico inteirado de haver sido transferido o Presidio de Santo Antonio, conforme determinára este Ministerio, do logar denominado — Amaro Leite — para a margem direita do rio Maranhão, abaixo da confluencia delle com o rio Bagagem, a 12 leguas da villa de S. José do Tocantins, que lhe fica ao Sul, e cerca de 14, da freguezia de S. Felix.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.



## N. 63 — AVISO DE 10 DE AGOSTO DE 1885

Fixa em 25\$ mensaes a gratificação que deve perceber a Professora do primeiras letras da escola da colonia militar de Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e em solução aos officios dessa Presidencia ns. 76 e 128 de 27 de Abril e 15 de Junho do corrente anno, que é fixada em 25\$ mensaes a gratificação que deve perceber a Professora de primeiras letras da escola da colonia militar de Pedro II, nessa Provincia, ficando incluída nessa gratificação a despeza do respectivo expediente; prevenindo, porém, a V. Ex. de que só deverá ella ser paga depois que o Poder Legislativo tiver concedido o necessario credito.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia do Pará.



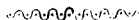
## N. 64 — AVISO DE 17 DE AGOSTO DE 1885

Fixa em 10 % a percentagem a adicionar nos receiptuarios e mais fornecimentos aos estabelecimentos estranhos ao Ministerio da Guerra.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 1885.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e fins convenientes, que a percentagem a adicionar nos receiptuarios e mais fornecimentos aos estabelecimentos estranhos ao Ministerio da Guerra, deve ser de dez por cento.

Deus Guarde a V. S.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Director do Hospital Militar da Córte.



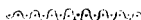
## N. 65 — CIRCULAR DE 18 DE AGOSTO DE 1885

A's Presidencias das Provincias do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Intendencia da Guerra, — Declarando que no fornecimento de carvão mineral ás Repartições subordinadas ao Ministerio da Guerra, deve ser preferido, em igualdade de condições, o que fôr de procedencia nacional.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que nas concorrências, que se realizarem para fornecimento de carvão mineral ás Repartições subordinadas a este Ministerio, deve ser preferido, em igualdade de condições, o que fôr de procedencia nacional, na forma estabelecida pelo Aviso Circular de 18 de Agosto de 1883.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia de...



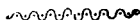
## N. 66 — AVISO DE 18 DE AGOSTO DE 1885

Declara que os Cirurgiões militares em serviço nos corpos devem achar-se presentes nas occasiões de entradas de generos alimenticios para as respectivas arrecadações, sendo a sua unica missão examinar a qualidade desses generos, afim de verificar si estão em condições de ser distribuidos sem prejuizo para a saude das praças, competindo aos demais funcionarios que devem assistir a taes entradas, verificar o seu peso e si estão nas condições estipuladas no contrato.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução á consulta que V. Ex. submetten á approvação deste Ministerio, com o seu officio n. 69 de 13 de Maio ultimo, e que faz o Commandante interino do 5º batalhão de infantaria, si os funcionarios, cuja presença é imprescindivel para o recebimento dos generos alimenticios nas arrecadações do rancho dos corpos, formam commissão com voto directo sobre o estado, peso e qualidade dos mesmos generos, e bem assim si o Medico de serviço ao batalhão póde intervir e tomar conhecimento das condições estipuladas no contrato feito com os fornecedores, declaro a V. Ex. que o Cirurgião militar, em virtude do art. 26 do Decreto n. 7685 de 6 de Março de 1880, deve achar-se presente nessas occasiões, sendo a sua unica missão examinar a qualidade dos generos fornecidos, afim de verificar si estão em condições de ser distribuidos ás praças, sem prejuizo para sua saude, competindo aos demais funcionarios indagar do peso e si se acham nas condições estipuladas no contrato.

Deus Guarde a V. Ex.— *A. E. de Camargo*.— Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.



## N. 67 — CIRCULAR DE 24 DE AGOSTO DE 1885

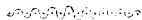
Aos Presidentes de Provincia.— Torna extensiva ás Provincias a disposição que fixa a despeza com o entorramento de Cadetes e soldados particulares nesta Côrte.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que fica extensiva a essa Provincia a disposição do Aviso deste

Ministerio de 30 de Setembro de 1878, dirigido ao Conselheiro Ajudante General, determinando qual a despesa que nesta Côrte se pôde fazer com o enterramento de Cadetes e soldados particulares.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira*. — Sr. Presidente da Província de...



#### N. 68 — AVISO DE 28 DE AGOSTO DE 1885

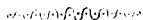
Declara que só ao Governo compete a suspensão ou trancamento da matricula dos alumnos da Escola Militar daquelle Província, e que nos casos em que se deve mandar proceder a conselho de disciplina.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Approvando a decisão do conselho de disciplina da Escola Militar dessa Província, de impôr aos alumnos Jayme Muniz Barreto, Nuno Cabral Godolphim, Arnaldo Muniz de Bittencourt, Francisco das Chagas Santos Roxo Filho e Antonio Joaquim Henriques a pena de exclusão da mesma Escola, aos tres primeiros por dous annos e aos ultimos por um anno, pelo facto constante do processo que acompanhou o officio de V. Ex. n. 1046 de 30 de Março ultimo, assim o declaro a V. Ex. em solução ao mesmo officio, prevenindo-o de que, na fórma do art. 35 do respectivo regulamento, só compete ao Governo a suspensão ou trancamento de matricula dos alumnos da mesma Escola.

Outrosim declaro a V. Ex. que só nos casos previstos no art. 17 §§ 1º e 2º do referido regulamento se deverá mandar proceder a conselho de disciplina, sendo que fóra daquelles casos cumpre á autoridade submeter os delinquentes a conselho de investigação e de guerra.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira*. — Sr. Presidente da Província do Rio Grande do Sul.



## N. 69 — PORTARIA DE 31 DE AGOSTO DE 1885

Declara que a incompatibilidade de que trata a Circular de 16 de Junho deste anno abrange a um 2º Cirurgião aggregado ao Corpo de Saude do Exercito.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 1885.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria do Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba, para seu conhecimento e em solução aos seus officios ns. 67 e 70 de 23 de Julho proximo findo e 11 do corrente, que bem procedeu a mesma Thesouraria suspendendo o pagamento dos vencimentos que percebia o 2º Cirurgião do Corpo de Saude do Exercito Dr. Abdon Felinto Milanez, como Inspector da Saude Publica, Commissario Vaccinador e Medico do porto na referida Provincia, porquanto achando-se este Cirurgião aggregado ao corpo, o que importa licença para tratamento de saude, e no gozo das vantagens militares inherentes ao seu posto, dá-se a seu respeito a incompatibilidade de que trata a Circular de 16 de Junho deste anno.

*João José de Oliveira Junqueira.*



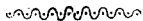
## N. 70 — AVISO DE 5 DE SETEMBRO DE 1885

Declara que as cópias dos processos que não forem de deserção, e cujos traslados têm de ficar archivados nos corpos, sejam tiradas de accordo com o que determina a Provisão de 5 de Setembro de 1815.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 5 de Setembro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Não convindo alterar-se a pratica estabelecida pela Provisão de 5 de Setembro de 1815, a qual determina que nos archivos dos corpos fiquem traslados dos processos que não forem de deserção, sendo as cópias tiradas pelos Secretarios, auxiliados pelos subalternos, conferidas e concertadas pelo Auditor, que as authenticará com a sua assignatura; assim o declaro a V. Ex. para seu conhecimento e em solução ao officio dessa Presidencia n. 24 de 27 de Fevereiro do corrente anno, no qual propôz que taes cópias fossem extrahidas nas Secretarias dos Commandos de Armas, onde ficariam archivadas as peças dos mesmos processos.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira.*— Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.



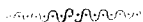
## N. 71 — AVISO DE 11 DE SETEMBRO DE 1885

Manda abonar ao official que substituiu o Commandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul, durante o tempo em que este esteve no campo de manobras, em Saycan, a gratificação de Commando da mesma Escola.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que ao Tenente-Coronel de Engenheiros João Luiz de Andrade Vasconcellos, Professor da Escola Militar dessa Provincia, deve ser abonada a gratificação de Commando da mesma Escola durante o tempo em que exerceu este logar no impedimento do Coronel José Simeão de Oliveira, que se achava no campo de manobras, em Saycan, conforme requereu e de accordo com o art. 130 do respectivo regulamento.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.



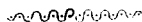
## N. 72 — AVISO DE 12 DE SETEMBRO DE 1885

Declaro que os peritos nomeados para o exame prévio de qualquer invento se devem entender directamente com o inventor, quando carecerem de informações indispensaveis ao bom desempenho de suas commissões.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 12 de Setembro de 1885.

Senhor.— Tenho a honra de comunicar a Vossa Alteza Real, para seu conhecimento e da Comissão de melhoramentos do material de guerra, que, segundo solicita o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em Aviso n. 4 de 29 de Agosto proximo passado, os Peritos nomeados para o exame prévio de qualquer invento se devem entender directamente com o inventor, por meio de convites publicados no *Diario Official* e nas gazetas de maior circulação, ou por outros meios, exigindo delles as informações indispensaveis ao bom exito de suas commissões, e apresentando opportunamente áquella Secretaria de Estado a conta das despesas feitas com taes publicações, a fim de serem satisfeitas.

Deus Guarde a Vossa Alteza Real.— A Sua Alteza Real o Senhor Marechal de Exército Conde d'Eu.— *João José de Oliveira Junqueira*.



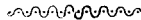
## N. 73 — AVISO DE 15 DE SETEMBRO DE 1885

Declara que o Delegado do Cirurgião-mór do Exorcito procede aos demais membros das Juntas militares na assignatura das actas de inspecção de saude.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Tendo sido ouvido o Conselho Supremo Militar, sobre a precedencia de assignatura nas actas de inspecção de saude, quando um dos membros da Junta fôr mais antigo do que o Delegado do Cirurgião-mór do Exorcito, assumpto este de que tratam os officios dessa Presidencia ns. 31 e 34, de 17 e 20 de Abril do corrente anno, communico a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que Sua Magestade o Imperador, Conformando-se, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 5 deste mez, com o parecer do referido Conselho, exarado em Consulta de 3 de Agosto proximo passado, Houve por bem Declarar que, segundo os preceitos geraes de disciplina, no caso de serviço propriamente militar, não pôde o official de maior patente ser subordinado ao menos graduado ou mais moderno, mas que estes preceitos deixam de prevalecer quando se trata de desempenho de autoridade, proveniente de cargos que conferem direitos definidos e marcados em lei, como por varias vezes se tem dado com os de Ajudante General e Commandantes de Armas, e está expressamente determinado para os officiaes do Corpo de Saude do Exorcito no art. 15 do Regulamento approved pelo Decreto n. 1900 de 7 de Março de 1857.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.— Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



## N. 74 — AVISO DE 15 DE SETEMBRO DE 1885

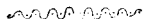
Declara que o lançamento do livro de entradas e sahidas das companhias da guarnição deve ser feito sómente nos mezes em que houver alteração.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução ao officio n. 78 de 9 de Julho do corrente anno, com o qual essa Presidencia submetteu á consideração deste Ministerio o do Commandante da companhia de infantaria dessa Provincia propondo que o lançamento do livro de entradas e sahidas das companhias da guarnição, que substitue

o do registro dos mappas, e carga e descarga das companhias ar-regimentadas, seja feito trimensalmente, o que importa economia de tempo e mesmo de despeza com a substituição do livro, declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que semelhante lançamento deve effectuar-se sómente nos mezes em que houver alteração, bastando que no caso contrario o respectivo Commandante lance no dito livro a nota de—*sem novidade*,—datando-a e assignando-a.

Dens Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.—  
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



#### N. 75 — CIRCULAR DE 18 DE SETEMBRO DE 1885

As Presidencias de Provincias onde ha Arsenal de Guerra.— Determina que os Arsenaes organizem annualmente e remettam á Secrettaria de Estado uma tabella dos preços por que pôde ser fornecido o fardamento aos officiaes do Exército durante o exercicio financeiro.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1885.

Hlm. e Exm. Sr.— Expeça V. Ex. as necessarias ordens para que o Arsenal de Guerra dessa Provincia organize, annualmente, uma tabella dos preços por que pôde ser fornecido o fardamento aos officiaes do Exército, durante o exercicio financeiro, devendo semelhante tabella ser remettida, com a devida antecedencia, a esta Secretaria de Estado, afim de ser approvada pelo Governo Imperial.

Dens Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.—  
Sr. Presidente da Provincia de...



#### N. 76 — CIRCULAR DE 6 DE OUTUBRO DE 1885

Determina que os pedidos de medicamentos e mais artigos necessarios ás pharmacias militares, sejam enviados directamente ao Chefe do Corpo de Saude; e exige informações sobre a conveniencia de ser feito pela Côrte o fornecimento desses objectos, e sobre a qualidade dos que têm sido recebidos.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 6 de Outubro de 1885.

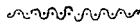
Hlm. e Exm. Sr.— Convindo regularizar melhor o fornecimento de medicamentos e mais artigos necessarios ás pharmacias militares, de modo que não haja demora em tal fornecimento,



declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que, d'ora em diante, devem os respectivos pedidos ser enviados directamente ao Chefe do Corpo de Saude do Exercito, providenciando outrosim V. Ex. para que taes pedidos, que por sua natureza são urgentes, tenham rapido andamento, de preferencia a quaesquer outros.

Por esta occasião declaro tambem a V. Ex. que deve informar a este Ministerio, si este systema de fornecimento pela Córte é o melhor no seu entender; bem como si os medicamentos e mais artigos têm sido de boa qualidade, e si ali chegam em perfeito estado.

Dens Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira.*— Sr. Presidente da Provincia de...



#### N. 77 — AVISO DE 24 DE OUTUBRO DE 1885

Declara qual o tempo que a praça substituida é obrigada a servir quando se alistar de novo no Exercito.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Sobre o requerimento do soldado do 7º batalhão de infantaria Manoel Elysio Jandyroba, por V. Ex. informado em 13 de Junho deste anno e no qual aquella praça pede contar para sua baixa não só o tempo de serviço que prestou, mas tambem o prestado pelo seu substituto, de 12 de Abril de 1880 a 28 de Maio de 1882, considerando-se a primeira prestação do premio de voluntario, que ora lhe foi abonada, como a terceira que o seu substituto receberia si não tivesse fallecido; Mandou Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, que o Conselho Supremo Militar consultasse com seu parecer a semelhante respeito, bem como acerca do seguinte ponto: si embora o substituido não seja obrigado a completar o tempo do substituto, no caso de fallecimento deste (Resolução de 24 de Março de 1882), deve ser a isso forçado, si por ventura se alista de novo no Exercito, como acontece com o substituto ou outro qualquer individuo que, sendo escuso do serviço por incapacidade physica, é posteriormente julgado apto e de novo verifica praça (Avisos de 29 de Novembro de 1882, 21 de Agosto de 1883, 4 de Julho e 31 de Dezembro de 1884), ou si, pelo facto do fallecimento, fica o contrato considerado definitivamente terminado e ainda si, nesta ultima hypothese, o segundo alistamento é considerado como engajamento.

E o mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua Immediata e Imperial Resolução de 10 do corrente, com os pareceres do referido Conselho, exarados em Consultas de 13 de Julho e 21

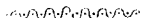
de Setembro ultimos, Houve por bem Indeferir a alludida pretensão e Declarar :

1.º Que, quando o substituido estiver isento da obrigação de completar o tempo do substituto, não deve ser a isso forçado, si porventura se alistar de novo ;

2.º Que, ficando definitivamente terminado o contrato do substituido, pelo fallecimento do seu substituto, não pôde ser considerado como engajamento o segundo alistamento, si o tempo daquelle contrato deixou de ser integralmente satisfeito.

O que tudo communico a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.—  
Sr. Conselheiro Ajudante General.



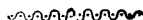
#### N. 78 — CIRCULAR DE 30 DE OUTUBRO DE 1885

Manda recomendar ás commissões que examinareem objectos enviados pela Intendencia, Arsenaes de Guerra e Depositos de artigos bellicos, o que devem mencionar nos respectivos termos.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Recomende V. Ex. ás commissões que examinareem objectos enviados pela Intendencia, Arsenaes de Guerra e Depositos de artigos bellicos, que mencionem nos termos, que lavrarem, o conteúdo de cada um dos volumes e sua numeração ; fazendo logo notar, á vista das respectivas guias, as faltas que porventura se derem em cada uma dellas.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.—  
Sr. Presidente da Provincia de...



#### N. 79— AVISO DE 9 DE NOVEMBRO DE 1885

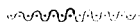
Declara que não é lícito aos Commandantes dos corpos pagar as prestações dos premios de voluntarios o engajados de modo diverso ao que se acha estabelecido por lei.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 9 de Novembro de 1885.

Ilm. e Exm.º Sr.— Em solução á consulta feita pelo Capitão do 2º batalhão de infantaria Joaquim Pedro do Rego Barros, que

V. Ex. submetteu á consideração deste Ministerio, com a sua informação de 25 de Setembro proximo passado, relativamente ao facto de haver o soldado Joaquim Faustino Vianna, o qual assentou praça voluntariamente naquelle batalhão em 21 de Novembro de 1882, recebido até 30 de Dezembro do mesmo anno unicamente 30\$ por conta da primeira prestação do respectivo premio, tendo deixado de lhe ser entregue o restante, pela circumstancia de haver elle desertado, declaro a V. Ex. que, de accôrdo com a sua alludida informação, deve a referida praça receber o que de direito lhe compete, porquanto até á data de sua deserção não pôde ella ser considerada em outra qualidade senão na de voluntario; cumprindo que V. Ex. mande declarar, em ordem do dia dessa Repartição, que não é licito aos Commandantes dos corpos pagar as prestações dos premios de voluntarios e engajados de modo diverso do que se acha estabelecido por lei.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira.*—  
Sr. Conselheiro Ajudante General.



#### N. 80 — AVISO DE 13 DE NOVEMBRO DE 1885

Estabelece que os 2<sup>os</sup> Sargentos mandadores do batalhão de Engenheiros tragam as respectivas divisas no ante-braco direito, como usam os 1<sup>os</sup> Sargentos.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 13 de Novembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução á consulta feita pelo General Inspector do batalhão de Engenheiros, em officio que dirigiu a V. Ex. sob n. 88 de 28 de Outubro proximo passado, e por V. Ex. submettido á consideração deste Ministerio com a informação da Repartição a seu cargo, n. 923 de 31 daquelle mez, relativamente ao modo por que usam as respectivas divisas os 2<sup>os</sup> Sargentos mandadores do mesmo batalhão, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que, de conformidade com o que se acha estabelecido na Ordem do dia n. 148 de 10 de Setembro de 1859 para os 1<sup>os</sup> Sargentos mandadores, devem aquelles trazer o referido distinctivo no ante-braco direito, como usam estes.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira.*  
— Sr. Conselheiro Ajudante General.



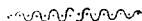
## N. 81 — AVISO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1885

Determina que um Pharmaceutico contratado no Exercito deixe a pharmacia que possui, si quizer conservar o contrato, de accordo com o art. 21 do Regulamento de 7 de Março de 1857.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 24 de Novembro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Tendo o Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia em officio n. 17 de 18 de Setembro proximo passado, participado a este Ministerio que, em virtude de ordem dessa Presidencia, mandou pagar ao Pharmaceutico contratado para o serviço da manipulação da Pharmacia Militar, Victor José de Medeiros, os respectivos vencimentos, que haviam sido suspensos á vista do disposto nas Circulares de 2 de Julho e 8 de Agosto do corrente anno, em consequencia de exercitar elle a sua profissão, tendo pharmacia propria; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que, sujeitando-se os Pharmaceuticos contratados a todas as leis e disciplinas do Exercito, não podem, como é expressamente prohibido aos Pharmaceuticos militares, pelo art. 21 do Regulamento de 7 de Março de 1857, ter pharmacia sua ou por sua conta, e consequentemente cumpre que o mencionado Pharmaceutico deixe a que possui, si quizer conservar o seu contrato.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira.*  
— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.



## N. 82 — AVISO DE 3 DE DEZEMBRO DE 1885

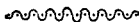
Determina que sejam examinados no Arsenal de Guerra da Côrte pelo Cirurgião que estiver de dia á fortaleza de Santa Cruz os generos destinados á dita fortaleza e á da Lage.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 3 de Dezembro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que, a exemplo do que se pratica com os generos que são fornecidos ao Asylo de Invalidos da Patria, devem os que se destinarem as fortalezas de Santa Cruz e Lage ser examinados no Arsenal de Guerra da Côrte pelo Cirurgião do Corpo de Saude escalado diariamente para fazer o serviço da primeira das referidas fortalezas, o qual fica autorizado a mandar substituir de

prompto os generos que forem rejeitados, por não serem de superior qualidade, dando parte do occorrido á Repartição Fiscal para os devidos effeitos, segundo as estipulações do contrato em vigor.

Deus Guarde a V. Ex.—*João José de Oliveira Junqueira.*  
— Sr. Conselheiro Ajudante General.



### N. 83 — AVISO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1885

Declara que ao official ás ordens do Quartel-Mestre General competem unicamente os vencimentos de estado-maior de 1ª classe, que não dão quantitativo para a compra de cavalgadura.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 26 de Dezembro de 1885.

Em solução ao officio de V. S. n. 599 de 19 de Novembro proximo passado, em que solicita providencias no sentido de ser abonado ao official que serve ás ordens de V. S. o quantitativo para compra de cavalgadura, e bem assim que lhe sejam marcados vencimentos de commissão activa de Engenheiros, por exercer as funcções de Secretario, declaro a V. S., para seu conhecimento, que, nos termos das disposições em vigor, sendo a commissão do official ás ordens do Quartel-Mestre General equiparada á de estado-maior de 1ª classe, competem-lhe unicamente os vencimentos desta, que não dão quantitativo para compra de cavalgadura, não podendo, portanto, ser attendida semelhante reclamação nesta parte, nem quanto á segunda, visto que, não existindo o logar de Secretario do Quartel-Mestre General, não é admissivel fazer valer serviços de logar que não está creado por lei.

Deus Guarde a V. S.—*João José de Oliveira Junqueira.*  
— Sr. Brigadeiro graduado Quartel-Mestre General interino.



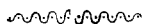
## N. 84 — CIRCULAR DE 31 DE DEZEMBRO DE 1885

Declara que nenhum serviço de que possam advir reclamações de gratificações extraordinárias se faça fóra das horas do expediente.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que nenhum serviço do qual possam advir reclamações de gratificações extraordinárias e que seja peculiar ás Repartições da Guerra, deverá ser feito fóra das horas do expediente sem autorização prévia deste Ministerio.

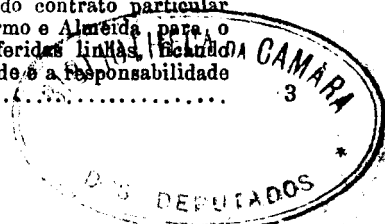
Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira.*  
— Sr. Presidente da Provincia de....



# INDICE DAS DECISÕES

## MINISTERIO DA AGRICULTURA

	PAGS.
N. 1 — Em 2 de Janeiro de 1885. — Determina que o Director da Estrada de Ferro D. Pedro II rubrique, abra e encerre os livros de conhecimentos ou recibos a cargo do respectivo Thesoureiro.....	1
N. 2 — Em 3 de Janeiro de 1885. — Dá provimento, em parte, ao recurso interposto pelo empreiteiro das obras do esgoto de aguas pluvias.....	1
N. 3 — Em 13 de Janeiro de 1885. — Approva a suppressão do logar de Porteiro do escriptorio do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia.....	2
N. 4 — Em 15 de Janeiro de 1885. — Declara rescindido o contrato de 20 de Dezembro de 1877 para fornecimento de material fixo e rodante á estrada de ferro de Porto Alegre á Uruguayana pela Companhia de Fives Lille.....	3
N. 5 — Em 17 de Janeiro de 1885. — Declara que o concessionario das linhas telephonicas na Provincia de Pernambuco não tem que regularisar na Directoria Geral dos Telegraphos a transferencia de sua concessão, por ter apenas havido contrato particular entre elle e Antonio do Carmo e Almeida para o custeio e exploração das referidas linhas, ficando a cargo daquelle a propriedade e a responsabilidade para com o Governo.....	3



	PAGS.
N. 6 — Em 17 de Janeiro de 1885. — Declara: 1º, que tanto as cannas como os cascos da fabrica central de Pojuca deverão gozar o abatimento de 50 % no respectivo frete; 2º, que a Companhia da estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco deverá ter, por sua conta, o numero de carros indispensavel ao seu trafego; 3º, que os desvios da estrada não podem ser considerados como propriedade da mesma fabrica.....	4
N. 7 — Em 19 de Janeiro de 1885. — Autoriza a construcção de uma estação para a Estrada de Ferro D. Pedro II no lugar denominado Boa-Vista.....	5
N. 8 — Em 22 de Janeiro de 1885. — Declara que aos encarregados de estações telegraphicas não compete julgar da urgencia de telegrammas sobre serviço publico.....	5
N. 9 — Em 23 de Janeiro de 1885. — Supprime diversos empregos do escriptorio central da estrada de ferro de Paulo Afonso e dá outras providencias.....	6
N. 10 — Em 28 de Janeiro de 1885. — Approva a redução da tarifa para o transporte do gado vaccum, lanigero e suino pela Estrada de Ferro D. Pedro II..	6
N. 11 — Em 28 de Janeiro de 1885. — Autoriza a redução da tarifa da Estrada de Ferro D. Pedro II, para o transporte de gado vaccum, lanigero e suino, e a propor modificações na referente a diversos cereacs.....	7
N. 12 — Em 28 de Janeiro de 1885. — Declara que os impostos a que se acham sujeitas as emprezas de viação ferrea não podem ser classificados entre as despezas de custeio.....	7
N. 13 — Em 29 de Janeiro de 1885. — Firma o principio de que recurso intentado para o Governo Imperial sómente póde ter logar por provocação regular da decisão recorrida; sendo que ao Governo Geral compete recusar provimento aos recursos interpostos de suas decisões.....	8
N. 14 — Em 29 de Janeiro de 1885. — Approva provisoriamente a modificação feita na tarifa para passageiros, em vigor no prolongamento da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco.....	10
N. 15 — Em 29 de Janeiro de 1885. — Declara achar-se feita a concessão de uma estrada de ferro entre o porto de Benevente, na Provincia do Espirito Santo, e a cidade de Santa Luzia do Carangola, na de Minas Geraes.....	12



- N. 16 — Em 30 de Janeiro de 1885 — Firma o principio de que uma vez aberta concurrencia publica para execução de obra retirada de empreitada, não deve annullar-se esse concurso sobre pretexto de serem baixos os preços offerecidos para executar-se por a administração por conta do respectivo empreiteiro..... 13
- N. 17 — Em 9 de Fevereiro de 1885. — Autoriza a concessão de passes gratuitos na Estrada de Ferro D. Pedro II, aos membros da directoria da Companhia da estrada de ferro Pirahyense..... 14
- N. 18 — Em 10 de Fevereiro de 1885. — Nega provimento a um recurso interposto de despacho da Presidencia da Provincia de S. Paulo em materia da exclusiva competencia do Governo Provincial..... 15
- N. 19 — Em 11 de Fevereiro de 1885. — Declara que continuam a gozar de isenção de direitos as locomotivas e outros objectos importados para as estradas de ferro, comprehendidos no art. 1066 da Tarifa das Alfandegas..... 15
- N. 20 — Em 11 de Fevereiro de 1885. — Declara que a clausula 5<sup>a</sup> do Decreto n. 5058 de 16 de Agosto de 1872, quer se considere isoladamente, quer de combinação com a 17<sup>a</sup>, só prohibe o lançamento de um cabo telegraphico que directamente vá do Brazil á Europa ou a qualquer possessão portugueza, e não o de alguns que, por exemplo, liguem a Serra Leoa ao Senegal, Marrocos, ou ás Ilhas Canarias.. 16
- N. 21 — Em 14 de Fevereiro de 1885. — Altera a classificação das estações intermediarias das abertas ao tráfego no prolongamento da estrada de ferro de Pernambuco e dá outras providencias..... 17
- N. 22 — Em 18 de Fevereiro de 1885. — Providencia sobre abusos commettidos pela Companhia Telephonica do Brazil..... 18
- N. 23 — Em 19 de Fevereiro de 1885. — Crêa o logar de Inspector de estações na Estrada de Ferro D. Pedro II. 18
- N. 24 — Em 19 de Fevereiro de 1885. — Determina o modo de regularisar o serviço do ramal da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro..... 19
- N. 25 — Em 19 de Fevereiro de 1885. — Declara que, conquanto não seja contestavel o direito que assistir ás Companhias *Brasilian Submarine Telegraph* e *Western and Brasilian Telegraph* para celebrarem um contrato ou junção das respectivas linhas, não lhes era licito estipular condições que tanto prejudicam a renda do Estado e illudam algumas

	Pags.
das dos decretos em virtude dos quaes gozam das concessões que estão explorando, especialmente a clausula 6ª do Decreto n. 5058 e 4ª do de n. 5270..	20
N. 26 — Em 20 de Fevereiro de 1885. — Autoriza o estabelecimento de um deposito para o carvão vegetal no barracão junto ao edificio da estação de S. Diogo, da Estrada de Ferro D. Pedro II, o a cobrança da taxa de 10 réis por dia e por sacco.....	21
N. 27 — Em 25 de Fevereiro de 1885. — Recommenda que aos pedidos de encomendas de materiaes acompanhem os desenhos, especificações e orçamentos sempre em duplicata.....	22
N. 28 — Em 26 de Fevereiro de 1885. — Fixa a condição de peso em substituição do exigido no art. 111 das instrucções regulamentares e tarifas da estrada de ferro de Sobral.....	22
N. 29 — Em 28 de Fevereiro de 1885. — Fixa regra para as substituições de empregados com accumulção de funcções na commissão de açudes, no Ceará, e para abono de diarias.....	22
N. 30 — Em 28 de Fevereiro de 1885. — Declara qual a intervenção da Thesouraria de Fazenda nos actos relativos ao accôrdo entre o Collector e o senhor de escravos.....	23
N. 31 — Em 6 de Março de 1885. — Dá instrucções á commissão liquidadora das contas da estrada de ferro D. Thereza Christina para exame das reclamações da mesma estrada.....	24
N. 32 — Em 6 de Março de 1885. — Declara que ao Chefe da commissão fiscal de estudos da estrada de ferro D. Pedro I e ao escripturario da mesma commissão é inteiramente applicavel a regra já estabelecida para a commissão de melhoramentos da barra do Rio Grande do Sul pelo Aviso n. 171 de 29 de Janeiro do corrente anno.....	26
N. 33 — Em 6 de Março de 1885. — Declara que o Fiscal da navegação na Provincia de Sergipe não perde a gratificação mensal a que tem direito pelo facto de não estar no porto o rebocador.....	27
N. 34 — Em 16 de Março de 1885. — Altera a 2ª parte da condição 3ª das Instrucções approvadas por Portaria de 31 de Outubro de 1884 para a commissão de construcção de açudes, no Ceará.....	27
N. 35 — Em 21 de Março de 1885. — Declara que devem reverter para o Estado, sem indemnização, as estações, edificios e material rodante da estrada de ferro	

	Pags.
Leopoldina, conforme estabelece o Decreto n. 8860 de 27 de Janeiro de 1883.....	28
N. 36 — Em 28 de Março de 1885. — Autoriza o estabelecimento de uma estação na Estrada de Ferro D. Pedro II, no lugar denominado « Ponte do Coelho »..	28
N. 37 — Em 31 de Março de 1885. — Declara que os preços das unidades que serviram de base ao orçamento das obras do porto da Fortaleza, dependem ainda de ajuste entre os concessionarios e o Governo.....	29
N. 38 — Em 8 de Abril de 1885. — Recommenda ao Agente deste Ministerio na Europa e Estados-Unidos que não satisfaça encomenda alguma que não fôr dirigida por este Ministerio.....	29
N. 39 — Em 8 de Abril de 1885. — As encomendas de materiaes devem ser acompanhadas dos respectivos desenhos e especificações e só podem ser feitas por intermedio do Ministerio.....	30
N. 40 — Em 9 de Abril de 1885. — Fixa a taxa a cobrar pelo deposito de carvão vegetal no barracão de S. Diogo, da Estrada de Ferro D. Pedro II.....	30
N. 41 — Em 10 de Abril de 1885. — Reduz a tarifa para o transporte da canna de asucar na Estrada de Ferro D. Pedro II.....	31
N. 42 — Em 10 de Abril de 1885. — Autoriza o estabelecimento de uma parada no lugar denominado « Cancellia do Sampaio », da Estrada de Ferro D. Pedro II.....	31
N. 43 — Em 10 de Abril de 1885. — Declara sem fundamento o protesto da Companhia da estrada de ferro de Santos a Jundiaby contra a autorização concedida á Provincia de S. Paulo para desapropriar a ponte de Santos.....	32
N. 44 — Em 13 de Abril de 1885. — Faz extensivo o prazo de 60 dias para os bilhetes de passagens á estação de Belem, da Estrada de Ferro D. Pedro II, e municipios adjacentes.....	32
N. 45 — Em 14 de Abril de 1885. — Declara rescindido o contrato com a Companhia de Fives Lille para fornecimento de material fixo e rodante ao prolongamento da estrada de ferro de Pernambuco....	33
N. 46 — Em 24 de Abril de 1885. — Determina que a escripturação dos livros de entrada e sahida do material sob a responsabilidade do Almoxarife do prolongamento da estrada de ferro da Bahia seja feita por exercicios financeiros e dá outras providencias.....	33

	PAGS.
N. 47 — Em 24 de Abril de 1885. — Trata sobre a representação do Brazil na Conferencia Internacional de Telegraphos.....	34
N. 48 — Em 29 de Abril de 1885. — Subordina ao art. 123 das tarifas da Estrada de Ferro D. Pedro II os aris. 86, 87, 88 § 2º e 89 das ditas tarifas para applicação ao transporte de animaes na mesma estrada.	35
N. 49 — Em 30 de Abril de 1885. — Manda observar provisoriamente as Instrucções approvadas para o serviço telegraphico das estradas de ferro.....	36
N. 50 — Em 1 de Maio de 1885. — Dá Instrucções quanto ao modo de fazer-se effectiva a garantia de juros concedida á empreza do melhoramento do porto da Fortaleza, na Provincia do Ceará.....	40
N. 51 — Em 13 de Maio de 1885. — Declara que ao Governo cabe fixar os limites do quadro do pessoal das estradas de ferro e dentro destes cabe ás respectivas companhias fazer a nomeação de seus empregados.....	41
N. 52 — Em 13 de Maio de 1885. — Sustenta a declaração feita ao Engenheiro fiscal da estrada de ferro D. Thereza Christina, pela Presidencia de Santa Catharina, de que só por ordem expressa do Governo Imperial ou da Presidencia da Provincia podem ter passagem por conta do Governo, na referida ferro-via, os colonos, immigrants e quaesquer passageiros; cabendo, porém, em diligencias policieas ou judiciais, ás competentes autoridades competencia para requisição das passagens necessarias.....	42
N. 53 — Em 15 de Maio de 1885. — Declara que todos os empregados eleitores têm direito ao abono dos seus vencimentos no dia de eleição.....	43
N. 54 — Em 18 de Maio de 1885. — Sobre o numero de dias em que deve ser considerado em serviço da commissão de tomada de contas da estrada Minas e Rio o empregado de Fazenda que della fizer parte.....	43
N. 55 — Em 21 de Maio de 1885. — Mantem a doutrina do Aviso de 5 de Fevereiro de 1879 que mandou ficar a cargo da Repartição dos Telegraphos a conservação das caixas de avisos de incendio e linhas que as ligam.....	44
N. 56 — Em 26 de Maio de 1885. — Dá Instrucções ao Engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis para desempenho da commissão de exame das obras do açudo de Quixadá.....	45

N. 57 — Em 31 de Maio de 1885. — Manda que seja levada á conta das despesas de custeio da estrada a importancia de 500\$ paga á Typographia Nacional pela impressão de suas tarifas.....	46
N. 58 — Em 2 de Junho de 1885. — Autoriza o transporte gratis para objectos de expediente e passagens para os diversos funcionarios das empresas que mantêm accôrdo de trafego mutuo com a Estrada de Ferro D. Pedro II.....	46
N. 59 — Em 2 de Junho de 1885. — Autoriza a molificação do art. 125 das condições regulamentares.	47
N. 60 — Em 5 de Junho de 1885. — Approva a classificação na 6ª e 7ª classes da tarifa n. 3 do transporte de feno, alfalfa e outras forragens.....	47
N. 61 — Em 10 de Junho de 1885. — Declara que o Governo só considera legalmente constituído o representante da companhia depois da apresentação de seu respectivo titulo.....	48
N. 62 — Em 10 de Junho de 1885. — Autoriza a emissão de passes na Estrada de Ferro D. Pedro II para os encarregados do serviço postal.....	48
N. 63 — Em 11 de Junho de 1885. — Approva provisoriamente as tarifas para o trafego da estrada de ferro do Recife a Caruarú.....	49
N. 64 — Em 10 de Junho de 1885. — Sobre a representação do Brazil na Conferencia internacional telegraphica em Vienna d'Austria.....	60
N. 65 — Em 17 de Junho de 1885. — Reduz a 500 rs. o transporte de ida e volta nos carros da Estrada de Ferro D. Pedro II, durante os dias de corridas no Derby e Jockey Clubs.....	60
N. 66 — Em 17 de Junho de 1885. — Providencia sobre o recebimento de notas dilaceradas ou das que, estando em substituição, forem apresentadas ás estações de arrecadação, até o dia em que terminar o prazo para o seu recolhimento sem desconto.....	61
N. 67 — Em 18 de Junho de 1885. — Estabelece os termos em que devem ser licenciados os empregados das companhias de estradas de ferro garantidas pelo Estado.....	61
N. 68 — Em 20 de Junho de 1885. — Approva a multa de 2:000\$ imposta á Companhia « Rio de Janeiro City Improvements » por infracção dos respectivos contratos.....	62
N. 69 — Em 22 de Junho de 1885. — Declara poderem accumular as funções de agentes do Correio os	

	PAGS.
estacionarios das estações no prolongamento da estrada de ferro da Bahia.....	62
N. 70 — Em 22 de Junho de 1885. — Providencia para que a Fazenda Nacional seja indemnizada do pagamento de juros garantidos indevidamente feito á empresa do melhoramento do porto da Fortaleza, no Ceará..	63
N. 71 — Em 30 de Junho de 1885. — Approva a solução dada pela Presidencia de Santa Catharina á consulta da Junta classificadora de escravos do municipio da Laguna.....	64
N. 72 — Em 3 de Julho de 1885. — Declara que, em relação ao padrão monetario a ser adoptado para pagamento dos empregados da companhia, a commissão liquidadora deverá guiar-se pelo estabelecido no quadro do respectivo pessoal.....	64
N. 73 — Em 6 de Julho de 1885. — Declara que das decisões das Presidencias sobre negocios de caracter provincial e local não ha recurso, nos termos do Regulamento de 5 de Fevereiro de 1842.....	65
N. 74 — Em 6 de Julho de 1885. — Solicita a expedição de ordens afim de serem applicadas as convenientes medidas policiaes no sentido de impedir que seja prejudicada a qualidade das aguas dos Tres Rios e damnificados os respectivos encanamentos.....	65
N. 75 — Em 6 de Julho de 1885. — Fixa a verdadeira intelligencia do modo de applicar os creditos abertos na Delegacia do Thesouro em Londres para compra de materiaes para os serviços deste Ministerio.....	66
N. 76 — Em 8 de Julho de 1885. — Manda subsistir e executar a declaração da Imperial Legação do Brazil em Londres quanto á data da contagem dos juros garantidos á empresa do melhoramento do porto da Fortaleza, no Ceará.....	66
N. 77 — Em 10 de Julho de 1885. — Approva as tabellas do novo horario para os trens de passageiros e mixtos da linha do centro e ramaes e dos suburbios da Estrada de Ferro D. Pedro II.....	67
N. 78 — Em 13 de Julho de 1885. — Dá instrucções acerca da despesa que, sob o titulo — diferenças de cambio, figuram nas contas das companhias de estradas de ferro, que gozam de fiança ou garantia de juros.....	67
N. 79 — Em 13 de Julho de 1885. — Declara que, nas contas do custeio da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro, não póde figurar a verba destinada á formação de fundo de reserva e manda examinar as contas	

	Pags.
dos semestres anteriores para verificar si dão logar a qualquer reposição ao Estado.....	68
N. 80 — Em 13 de Julho de 1885. — Declara que nas contas do custeio das estradas de ferro garantidas só podem ser incluídos os ordenados realmente pagos aos empregados da companhia, e não os fixados na respectiva tabella, quando estes não forem atingidos.	69
N. 81 — Em 18 de Julho de 1885. — Providencia para que os telegrammas destinados ao Brazil conttenham a declaração da via <i>por linha terrestre</i> .....	70
N. 82 — Em 27 de Julho de 1885. — Não é caso para arbitramento a reclamação da Companhia da estrada de ferro do Recife a S. Francisco sobre a decisão do Governo não permittindo incluir na conta do custeio da estrada a importancia dos impostos pagos pela companhia.....	70
N. 83 — Em 30 de Julho de 1885. — Havendo duvida sobre a existencia de ascendentes ou descendentes de um escravo classificado, a avaliação deste é provisoria.....	71
N. 84 — Em 31 de Julho de 1885. — Revoga a autorização dada a diversas Presidencias de Provincias, pela Circular de 24 de Março de 1859, para vender terras devolutas.....	72
N. 85 — Em 4 de Agosto de 1885. — Resolve diversas reclamações da Companhia da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, sobre classificação de despezas, e providencia para que em cada officio só se trate de uma questão.....	72
N. 86 — Em 4 de Agosto de 1885. — Sobre a interpretação a dar-se ao art. 2º da clausula 8ª do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, relativa ao transporte de militares por vias ferreas.....	73
N. 87 — Em 10 de Agosto de 1885. — Approva modificações feitas no horario de varios trens da Estrada de Ferro D. Pedro II.....	74
N. 88 — Em 11 de Agosto de 1885. — Decide a reclamação de Firmino Olympio Diniz Junqueira acerca de classificação de seus escravos fugidos.....	74
N. 89 — Em 12 de Agosto de 1885. — Manda incluir na classe 7ª da tarifa n. 3 o ferro velho fundido, para cobrança do frete na Estrada de Ferro D. Pedro II.	75
N. 90 — Em 17 de Agosto de 1885. — Faz extensivas a todas as estações da Estrada de Ferro D. Pedro II as disposições da tarifa especial n. 3 sobre assignaturas para o transporte de leite fresco.....	75

	Pags.
N. 91 — Em 18 de Agosto de 1885. — Recommenda que os pedidos de licenças de empregados venham com informação dos respectivos Chefes, em que manifestem claramente a opinião — si os julga ou não no caso de serem attendidos.....	75
N. 92 — Em 18 de Agosto de 1885. — Declara que as contas do material sahido do almoxarifado das estradas de ferro garantidas não estão sujeitas a sello, e que em relação á assignatura dos empregados nas folhas de pagamento devo-se adoptar a praxe seguida na Estrada do Ferro D. Pedro II.....	76
N. 93 — Em 31 de Agosto de 1885. — Declara que não podem ser incluídas nas contas de custeio das estradas de ferro garantidas as despesas com seguro contra incendio do seu material e edificios.....	77
N. 94 — Em 5 de Setembro de 1885. — Fixa a 5ª classe da tarifa n. 3 para cobrança na Estrada de Ferro D. Pedro II do frete das aguas mineraes nativas em territorio nacional.....	77
N. 95 — Em 12 de Setembro de 1885. — Declara que a redução da tarifa telegraphica internacional a que allude o Aviso de 24 de Agosto proximo passado depende, na parte relativa á taxa brasileira, de approvação do Corpo Legislativo.....	78
N. 96 — Em 15 de Setembro de 1885. — A Circular de 31 de Julho de 1885 não revogou a autorização dada ás Províncias de Mato Grosso e Amazonas para vender terras.....	78
N. 97 — Em 15 de Setembro de 1885. — Declara que as despesas com a medição de terras para voluntarios devem correr por conta do Ministerio da Guerra...	79
N. 98 — Em 18 de Setembro de 1885. — Providencia afim de que os proprietarios de theatros façam á sua custa a despesa com a collocação de linhas telephonicas entre cada theatro e o edificio do corpo de bombeiros	79
N. 99 — Em 19 de Setembro de 1885. — Autoriza a concessão de prazos de terras ás ex-praças do Exercito; de conformidade com o Decreto n. 3371 de 7 de Janeiro de 1865 e a Lein. 2991 de 21 de Setembro de 1889.....	80
N. 100 — Em 21 de Setembro de 1885. — Autoriza o estabelecimento de uma parada no lugar denominado «Cancellla do Santissimo» da Estrada de Ferro D. Pedro II.....	80
N. 101 — Em 23 de Setembro de 1885. — Revoga o Aviso de 2 de Maio deste anno, e autoriza a Companhia	



	Pags.
Macahé e Campos a transmittir pelo fio telegraphico entre Campos e S. Fidelis despachos particulares segundo as suas tarifas.....	81
N. 102 — Em 24 de Setembro de 1885. — Fixa a 5ª classe da tarifa n. 3 da Estrada de Ferro D. Pedro II para cobrança do frete de bi-sulphito de cal.....	81
N. 103 — Em 25 de Setembro de 1885. — Declara que sómente estão sujeitos ao sello de 2% os empregados da estrada de ferro do Paraná que tiverem titulo de nomeação effectiva e que servirem com caracter de permanencia, estando isentos de seu pagamento os que o forem n'outras condições.....	82
N. 104 — Em 1 de Outubro de 1885. — Continuam isentos do sello fixo os documentos e declarações apresentadas para registro de terras.....	82
N. 105 — Em 2 de Outubro de 1885. — Manda sustar a execução dos trabalhos da linha do Alto Muriahé, até que o respectivo traçado seja approved pelo Governo Geral, por atravessar a estrada territorio de duas Provincias.....	83
N. 106 — Em 8 de Outubro de 1885. — Regula o modo para pagamento de alforrias de escravos fugidos que sentarem praça no Exercito.....	83
N. 107 — Em 8 de Outubro de 1885. — Autoriza a inclusão na 6ª classe da tarifa n. 3 do frete do chumbo velho e inservivel, na Estrada de Ferro D. Pedro II.	84
N. 108 — Em 10 de Outubro de 1885. — Autoriza uma parada na cancella do Rocha, entre as estações de S. Francisco Xavier e Riachuelo, da Estrada de Ferro D. Pedro II.....	84
N. 109 — Em 12 de Outubro de 1885. — Declara que a disposição do § 7º do art. 3º da Lei n. 3270 de 28 de Setembro só terá execução, quanto á limitação do valor dos escravos, depois que começar a correr o prazo para a nova matricula.....	85
N. 110 — Em 20 de Outubro de 1885. — Ao Thesouro compete rubricar os livros de registro de baptismos e obitos de filhos livres de mulher escrava.....	85
N. 111 — Em 22 de Outubro de 1885. — Sujeita ás disposições dos arts. 146 a 148 das tarifas e condições regulamentares em vigor na Estrada de Ferro D. Pedro II os volumes apprehendidos pela Fazenda Nacional.....	86
N. 112 — Em 5 de Novembro de 1885. — Declara que o Fiel do deposito central da Inspectoria Geral das	

	Pags.
Obras Publicas pôde exercer o cargo de Avaliador commercial.....	86
N. 113 — Em 14 de Novembro de 1885. — Declara que o Governo não se responsabilisa por qualquer <i>deficit</i> que por ventura se verifique na liquidação das contas semestrais das estradas de ferro garantidas, embora tenha autorizado despesas nellas comprehendidas.....	87
N. 114 — Em 14 de Novembro de 1885. — Recommenda aos Engenheiros fiscaes das estradas de ferro que nas suas informações sobre os materiaes, que as companhias pretenderem importar livres de direitos, tenham em vista os contratos das mesmas companhias e as mais disposições legais que forem applicaveis.....	87
N. 115 — Em 16 de Novembro de 1885. — Declara que nas contas de custeio da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro não pôde ser incluída quantia alguma destinada á formação do fundo de reserva.....	88
N. 116 — Em 17 de Novembro de 1885. — Declara que a Companhia da estrada de ferro Minas e Rio não pôde incluir nas contas de custeio da estrada alguma quota destinada á formação do fundo de reserva, e que deve justificar as despesas feitas em Londres. Exige, outrossim, terceira via dos documentos relativos á tomada de contas.....	89
N. 117 — Em 18 de Novembro de 1885. — Autoriza a novação do contrato de arrendamento do terreno na estação de Belém, da Estrada de Ferro D. Pedro II, para continuação do serviço de bufete.....	90
N. 118 — Em 21 de Novembro de 1885. — Estabelece regras para o pagamento dos juros sobre o capital empregado nas obras de melhoramentos do porto do Ceará.....	91
N. 119 — Em 23 de Novembro de 1885. — Approva alterações propostas ás tarifas da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz e declara sem cabimento a autorização, ainda que provisoria, do Engenheiro fiscal para applicação das mesmas modificações....	92
N. 120 — Em 28 de Novembro de 1885. — Determina remessa mensal da synopse da receita e despesa da estrada de ferro de Paulo Afonso.....	92
N. 121 — Em 4 de Dezembro de 1885. — Autoriza a estabelecer bilhetes de 2ª classe de ida e volta sem abatimento nos trens de suburbios e assignaturas mensaes entre cada uma das estações e paradas dos mesmos suburbios.....	93

Pags.

N. 122 — Em 5 de Dezembro de 1885. — Sobre a inclusão nas contas do custeio da estrada de despesas provenientes de viagem de um empregado a Maracás, em propaganda das vantagens do transporte por ferro-via.....	93
N. 123 — Em 9 de Dezembro de 1885. — Permite que um trem de suburbios da Estrada de Ferro D. Pedro II pernoite no Realengo, em vez de ficar em Sapopemba.....	94
N. 124 — Em 14 de Dezembro de 1885. — Dá conhecimento do accôrdo celebrado entre as Companhias das estradas do ferro Carangola e Leopoldina quanto aos traçados das mesmas estradas.....	94
N. 125 — Em 16 de Dezembro de 1885. — Autoriza uma parada entre as estações da Piedade e Cascadura, junto á cancella n. 31 da Estrada de Ferro D. Pedro II.	96
N. 126 — Em 17 de Dezembro de 1885. — Declara que o Governo não se oppõe á approvação das tarifas propostas pela Companhia da estrada de ferro do Grão-Pará.....	97
N. 127 — Em 23 de Dezembro de 1885. — Dá Instrucções para execução da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885 e do respectivo Regulamento.....	97
N. 128 — Em 30 de Dezembro de 1885. — Autoriza a inauguração do trecho do prolongamento da estrada de ferro da Bahia, que vae da estação de Santa Luzia á de Queimados.....	100
N. 129 — Em 30 de Dezembro de 1885. — Estabelece que o deficit verificado na liquidação das contas de estradas de ferro garantidas correspondentes a um semestre não pôde ser considerado nas do semestre seguinte.....	100
N. 130 — Em 30 de Dezembro de 1885. — Manda que o Engenheiro fiscal da estrada de ferro Conde d'Eu restitua a quantia de 888\$886 que recebeu a titulo de vencimentos relativos ao tempo em que esteve privado do exercicio do seu cargo.....	101
N. 131 — Em 31 de Dezembro de 1885. — Concede o credito de 50:000\$ para a commissão incumbida da conservação e melhoramento do porto de Pernambuco e da ponte « Buarque de Macedo » e providencia sobre a redução das respectivas despesas.....	101
N. 132 — Em 31 de Dezembro de 1885. — Dá esclarecimentos acerca do regimen da concessão feita á Companhia da estrada de ferro de Quaramirim a Itaquí e a respeito da fiscalisação que deve caber ao seu Engenheiro fiscal.....	

DECRETOS



## MINISTERIO DA AGRICULTURA

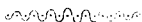
### N. 1 — EM 2 DE JANEIRO DE 1885

Determina que o Director da Estrada de Ferro D. Pedro II rubrique, abra e encerre os livros de conhecimentos ou recibos a cargo do respectivo Thesoureiro.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2.<sup>a</sup> Secção. — N. 2. — Rio de Janeiro em 2 de Janeiro de 1885.

Declarando-mo o Ministerio dos Negocios da Fazenda que no Thesouro Nacional por occasião de liquidarem-se as contas do ex-Thesoureiro dessa Estrada de Ferro, Manoel José de Oliveira Catta Preta, do exercicio de 1876-1877, ficou verificado que os livros d'onde se extrahiram os conhecimentos ou recibos não foram previamente rubricados, recommendo a Vm. que taes livros sejam abortos, rubricados e encerrados por Vm., visto ser essa formalidade indispensavel para a regular fiscalisação da receita.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



### N. 2 — EM 3 DE JANEIRO DE 1885

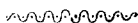
Em providimento, em parte, ao recurso interposto pelo empreiteiro das obras de esgoto de aguas pluvias.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 3.<sup>a</sup> Secção. — N. 1. — Rio de Janeiro em 3 de Janeiro de 1885.

Em solução ao recurso interposto pelo empreiteiro das obras de esgoto de aguas pluvias, Joseph Hancox, do despacho do Ministerio a meu cargo que indeferiu o seu pedido de indemnização dos prejuizos que allegou terem-lhe resultado da Ordem que em 3 de Abril de 1883 foi expedida em virtude de representação da Junta Central de Hygiene Publica para suspender os trabalhos, que estava executando e só proseguiram em 18 de Junho do mesmo anno,

communico a Vm., para os devidos effeitos, que por Imperial Resolução de 9 de Dezembro ultimo, tomada sobre Consulta de 28 de Julho, da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, teve provimento o alludido recurso tão sómente na parte concernente a despesas não compensadas que resultaram da suspensão dos trabalhos, quer com o pessoal engajado em paiz estrangeiro e que forçosamente tem de ficar sem emprego durante a interrupção das obras, quer com a conservação do material e com os mais serviços a que se refere a demonstração annexa ao officio dessa Inspectoria de 28 de Abril do anno proximo passado, segundo a qual todas as referidas despesas são computadas em 12:125\$316, não tendo sido julgada procedente a reclamação no tocante aos lucros incluídos na conta apresentada pelo recorrente e que apenas foram adiados, realizando-se depois nos serviços feitos. Nessa conformidade providencia-se quanto ao pagamento dos 12:125\$316 devidos ao dito empreiteiro.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Inspector Geral das Obras Publicas da Côrte.



### N. 3 — EM 13 DE JANEIRO DE 1885

Approva a supressão do logar do Porteiro do escriptorio do prolongamento da estrada de ferro da Bahia.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 1. — Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1885.

Declaro a Vm., para seu conhecimento e fins convenientes, que approvo a sua proposta feita em officio sob n. 252 de 27 de Dezembro ultimo, para a supressão do logar do Porteiro, ficando os lançamentos no livro da porta e a fiscalisação do serviço dos serventes a cargo do Continuo, que por isso perceberá mais a gratificação mensal de 20\$000.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Director Engenheiro Chefe do prolongamento da estrada de ferro da Bahia.



## N. 4 — EM 15 DE JANEIRO DE 1885

Declara rescindido o contrato de 20 de Dezembro de 1877 para fornecimento do material fixo e rodante á estrada de ferro de Porto Alegre á Uruguayana pela Companhia de Fives Lille.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 5. — Rio de Janeiro em 15 de Janeiro de 1885.

Achando-se concluidos os trabalhos da primeira secção da estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguayana, cujo material fixo e rodante essa companhia obrigou-se a fornecer, fica rescindido o respectivo contrato de 20 de Dezembro de 1877.

O que declaro a Vm. para os fins convenientes.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Representante da Companhia de Fives Lille.



## N. 5 — EM 17 DE JANEIRO DE 1885

Declara que o concessionario das linhas telephonicas na Provincia de Pernambuco não tem que regularisar na Directoria Geral dos Telegraphos a transferencia de sua concessão, por ter apenas havido contrato particular entre elle e Antonio do Carmo e Almeida para o custeio e exploração das referidas linhas, ficando a cargo daquelle a propriedade e a responsabilidade para com o Governo.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 3ª Secção. — N. 4. — Rio de Janeiro em 17 de Janeiro de 1885.

Declaro a V. S., para os devidos fins, que José Leopoldo Bourgard, concessionario de linhas telephonicas na Provincia de Pernambuco, não tem que regularisar nessa Repartição transferencia da sua concessão, visto que apenas houve contrato particular entre elle e Antonio do Carmo e Almeida, para o custeio e exploração das referidas linhas, ficando a cargo daquelle a propriedade da concessão e a responsabilidade para com o Governo, nos termos da Legislação vigente.

O Governo aguarla a sua informação para resolver sobre a petição do mesmo Bourgard, que allega já ter assentado mais de 150 linhas na capital daquelle Provincia e haver satisfeito o disposto nas clausulas 7ª e 13ª do Regulamento de 21 de Abril de 1883.

Deus Guarde a V. S. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Director Geral da Repartição dos Telegraphos.



## N. 6 — EM 17 DE JANEIRO DE 1885

Declara: 1.<sup>o</sup>, que tanto as cannas como os cascos da fabrica central de Pojuca deverão gozar o abatimento de 30 % no respectivo frete; 2.<sup>o</sup>, que a Companhia da estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco deverá ter, por sua conta, o numero de carros indispensavel ao seu trafego; 3.<sup>o</sup>, que os desvios da estrada não podem ser considerados como propriedade da mesma fabrica.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1.<sup>a</sup> Secção.— N. 1.— Rio de Janeiro em 17 do Janeiro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— A' vista do que informou o Engenheiro fiscal da estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco com relação á materia a que alludem os officios dessa Presidencia de 24 de Maio de 1882, n. 84, 16 de Março e 13 de Outubro de 1883, ns. 39 e 70, declaro a V. Ex., para os fins convenientes, em additamento ao meu Aviso de 23 de Outubro de 1884, sob n. 13:

1.<sup>o</sup> Que tanto as cannas como os cascos da fabrica central de Pojuca deverão gozar o abatimento de 50 % no respectivo frete, attenta a razão de que as primeiras transformadas em assucar, e os segundos cheios do mesmo genero, terão ainda de ser transportados pelos carros da referida estrada de ferro, pagando então novos fretes;

2.<sup>o</sup> Que a companhia da dita estrada deverá ter, por sua conta, o numero de carros indispensavel ao seu trafego, no qual está, incontestavelmente, comprehendido o transporte do genero produzido pela fabrica central de Pojuca;

3.<sup>o</sup> Que os desvios da estrada não podem ser considerados como propriedade da fabrica, porquanto, si a mão d'obra é paga por ella, o material pertence á companhia da estrada, sendo, neste ponto, aceitavel o alvitre suggerido por esta, isto é, não serem inutilizados os mencionados desvios sem previo aviso, com antecedencia de um anno.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

~\*~\*~\*~\*~



## N. 7 — EM 19 DE JANEIRO DE 1885

Autoriza a construção de uma estação para a Estrada de Ferro D. Pedro II no lugar denominado Boa-Vista.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 9. — Rio de Janeiro em 19 de Janeiro de 1885.

De accôrdo com a autorização dada a essa Directoria pelo Aviso n. 79 do 22 de Setembro ultimo, faça Vm. construir uma estação no lugar denominado « Boa Vista » com a quantia offerecida por diversos proprietarios e fazendeiros daquella localidade, uma vez que a doação da área do terreno, concessão da agua e uso dos armazens alli construidos pelos mesmos, se torne effectiva pelos meios legaes.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



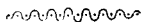
## N. 8 — EM 22 DE JANEIRO DE 1885

Declara que aos encarregados das estações telegraphicas não compete julgar da urgencia dos telegrammas sobre serviço publico.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 3ª Secção. — N. 6. — Rio de Janeiro em 22 de Janeiro de 1885.

Inteira-lo da occurrencia havida na cidade de S. Matheus, de que trata a sua informação de 5 do corrente mez, recommendo a V. S. que providencie no sentido de evitar no futuro que os encarregados das estações telegraphicas recusem passar telegrammas sobre serviço publico, não lhes cabendo competencia para julgar da urgencia da comunicação.

Deus Guarde a V. S. — *Antonio Carneiro da Rocha*. — Sr. Director Geral da Repartição dos Telegraphos.



## N. 9 — EM 23 DE JANEIRO DE 1885

Supprime diversos empregos do escriptorio central da estrada de ferro do Paulo Affonso e dá outras providencias.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 8.— Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1885.

Declaro a Vm., para os devidos effeitos, que, tendo approvado tudo quanto propoz em seus officios n. 13 de 10 de Outubro e 6 de Novembro ultimos, ficam supprimidos os logares de Chefe da locomoção, Engenheiro residente, Secretario, Thesoureiro, Fiel do Thesoureiro e 1º Escripturario; reduzidas provisoriamente as tarifas e de novo classifica-las as estações desta ferro-via; ficando suspensa a execução das taboellas que acompanham o Decreto n. 8482 de 15 de Abril de 1882, para serem observadas as que baixaram com o Decreto n. 9316 de 23 de Dezembro proximo findo; e sendo em virtude disso exonerados: o Engenheiro residente por Portaria de 23 de Novembro, e os demais empregados de nomeação do Governo por Portarias de 24 de Dezembro; cabendo a Vm. exonerar os outros de sua alçada.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha*. — Sr. Director da estrada de ferro de Paulo Affonso.

## N. 10 — EM 28 DE JANEIRO DE 1885

Approva a redução da tarifa para o transporte do gado vaccum, lanigero e suino pela Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 13 A. — Rio de Janeiro em 28 de Janeiro de 1885.

Em additamento ao meu Aviso datado de hoje, autorizo Vm. a pôr em execução a seguinte tarifa differencial para o transporte do gado, no minimo de 100 cabeças: por cabeça e por kilometro, até 100 kilometros, 20 réis; de 100 até 200 kilometros, 15 réis; ao excedente de 200 kilometros, 10 réis, conforme propõe em seu officio da mesma data.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha*. — Sr. Director da Estrada d Ferro D. Pedro II.

## N. 11 — EM 28 DE JANEIRO DE 1885

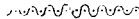
Autoriza a redução da tarifa da Estrada do Ferro D. Pedro II, para o transporte do gado vaccum, lanigero e suino, e a propor modificações na referente a diversos cereaes.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 13. — Rio de Janeiro em 28 de Janeiro de 1885.

Tendo autorizado reduções nas tarifas da estrada de ferro Minas e Rio quanto ao transporte do gado vaccum, lanigero e suino ; e convido uniformisar as tarifas dessa Estrada com as daquella, no tocante ás ditas mercadorias, e animar a industria pastoril, autorizo Vm. a fazer iguaes reduções.

Outrosim, verificando nas diversas viagens que tenho feito por essa Estrada, que ha grandes plantações de milho, arroz e outros cereaes, que não são exportados pela carestia dos preços de transporte, autorizo igualmente Vm. a propor modificações nas tarifas desses productos e o mais que entender conveniente para os mesmos fins.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 12 — EM 28 DE JANEIRO DE 1885

Declara que os impostos a que se acham sujeitas as empresas de viação ferrea não podem ser classificados entre as despezas do custeio.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 5. — Rio de Janeiro em 28 de Janeiro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio de 8 de Dezembro proximo findo submetten V. Ex. á consideração deste Ministerio cópia da carta dirigida a essa Legação, em data de 5 daquelle mez, por Lord Gort, presidente da Companhia da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco.

Declaro a V. Ex., para os fins convenientes, em resposta ao citado officio, que os impostos a que se acham sujeitas as empresas de viação ferrea incidem sobre os immoveis a ellas pertencentes e ás vantagens de sua industria, não podendo de nenhum modo ser classificados na ordem dos gravames que sobre elles pesam, cujas despezas, sendo consideradas de custeio, são contempladas como

saldo a seu favor na conta corrente da garantia de juros concedida pelo Estado.

Não havendo, portanto, fundamento algum na reclamação constante da alludida carta de Lord Gort, quer perante as disposições legais, quer á vista das diversas clausulas do contrato celebrado pela mencionada companhia só o Poder Legislativo poderá attender a semelhante reclamação.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brazil em Londres.



### N. 13 — EM 29 DE JANEIRO DE 1885

Firma o principio de que recurso intentado para o Governo Imperial sómente pôde ter logar por provocação regular da decisão recorrida; sendo que ao Governo Geral compete recusar provimento aos recursos interpostos de suas decisões.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 12. — Rio de Janeiro em 29 de Janeiro de 1885.

Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador o recurso interposto em data de 30 de Setembro do anno proximo passado pelos empreiteiros do prolongamento da estrada de ferro da Bahia dos despachos do Ministerio a meu cargo, de 15 de Fevereiro e 7 de Março, indeferindo o recurso intentado contra o de 5 de Fevereiro do mesmo anno, pelo qual o referido Ministerio resolveu não tomar conhecimento do que aquelles empreiteiros interpuzeram da decisão de Vm., negando-lhes indemnização dos prejuizos resultantes dos estragos causados pelas chuvas do mez de Novembro de 1882, em obras que achavam-se em construcção e ainda não tinham sido entregues, por não ter sido o dito recurso interposto dentro do prazo marcado na clausula 72ª do contrato de 9 de Março de 1876, foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o direito que porventura pudessem ter os referidos empreiteiros, para, na hypothese mencionada recorrerem ainda para o Governo Imperial, e bem assim, si estava ou não na alçada do Ministerio recusar, como recusou, o provimento solicitado.

E o mesmo Augusto Senhor, Conformando-se pela Sua Imperial Resolução de 3 do corrente mez com o parecer da dita Secção, exarado em Consulta de 15 de Dezembro ultimo, Houve por bem Decidir, quanto ao primeiro ponto, que aos empreiteiros não assistia o direito de interpor o recurso intentado, não só porque unicamente poderiam fazel-o de decisão do Ministerio da Agricultura *regularmente* provocada, que não houve, senão tambem porque a questão era finda, tinha tido decisão inappellavel na esphera administrativa.

Com effeito, distinguindo as questões que pudessem suscitar-se na sua execução e o Engenheiro em chefe tivesse de resolver, em duas classes — questões technicas relativas á parte material da construcção da estrada, e de interpretação de suas clausulas — o alludido contrato deu aos empreiteiros a faculdade de recorrerem das decisões que julgassem offensivas de seus direitos ou interesses, nos primeiros, do Engenheiro em chefe para o Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, nos segundos, do mesmo Engenheiro para o referido Ministro e deste para o Governo Imperial, ouvira a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho do Estado.

Esse direito, porém, ficou subordinado a uma condição de prazo improrrogavel, fatal, e a outra de fórma, tambem imprescindivel.

O prazo é de 30 dias, contados da data da decisão do Engenheiro em chefe, que de molo algum podem ser excedidos, pois diz a clausula — « *só dentro destes será recebido* » — ; a fórma é a intervenção do mesmo Engenheiro, por cujo intermedio deverá ser remettido.

Tendo os empreiteiros deixado correr o prazo e não se conformando com a formalidade prescripta, caducou o direito que porventura tivessem do recurso e consequentemente não podia este ser provido e nem sequer recebido ; a questão ficou definitivamente decidida e passou em julgado logo na primeira instancia, nos termos do contrato.

E' certo que o Aviso regulamentar n. 21 de 14 de Janeiro de 1860, que estatuiu sobre os recursos das decisões do Tribunal do Thesouro nas tomadas de contas, marcou prazos, conforme as distancias, em que se acharem os interessados, e, comquanto os declarasse *fatal* no art. 2º, todavia no art. 3º dispõe que: — da decisão que denegar recurso por excesso de prazo legal, poderá a parte interpor o recurso no termo improrogavel de cinco dias.

Mas esta doutrina, estatuida para a especialidade da tomada de contas fiscaes, não pôde prevalecer em opposição do que, para outro caso tambem especial, foi estipulado em convenção solemne.

Só no silencio dessa convenção seria licito aos empreiteiros recorrerem-se della, sob o fundamento da analogia da razão.

O contrato, porém, é expresso e terminante, não admittindo recurso fóra do prazo fixado, e estabelecendo gradações e formalidades que não podem ser preteridas.

Quanto ao segundo ponto, Sua Magestade o Imperador Houve igualmente por bem Declarar, nos termos do alludido parecer, que perfeitamente liquida era a competencia do Ministro para recusar o provimento solicitado, e que outra não devera ser a sua deliberação, á vista do que tão positivamente prescreve o contrato, que ao Governo muito importa religiosamente respeitar. O que tudo communico a Vm. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha*. — Sr. Director Engenheiro Chefe do prolongamento da estrada de ferro da Bahia.











construcção de uma estrada de ferro entre o porto de Benevente na Provincia do Espirito Santo e o valle do Manhuassú na de Minas Geraes, passando pelas cabeceiras do rio Carangola, apesar de terem sido favoraveis as informações prestadas pela Presidencia da primeira das referidas Provincias, deixou, contudo, de fazer semelhante concessão, á vista do que contra a mesma expoz um dos antecessores de V. Ex., conforme foi declarado em despacho do Ministerio a meu cargo.

Em virtude desta decisão o projecto primitivo foi modificado de modo a evitar completamente os inconvenientes allegados, supprimindo-se a parte que poderia affectar as concessões provinciaes, a que V. Ex. se refere, e nessas condições não havia motivo para que o Governo Imperial deixasse de promover, na alçada das suas attribuições, tão importante melhoramento de interesse geral, que, si chegar a ser realizado, não aproveitará sómente ao Estado e a uma consideravel zona da Provincia do Espirito Santo, mas tambem á Provincia que V. Ex. dirige, sem por fórma alguma prejudicar as concessões feitas pelo respectivo Governo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio Carneiro da Rocha*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



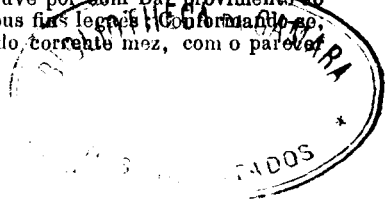
#### N. 16 — EM 30 DE JANEIRO DE 1885

Firma o principio de que uma vez aberta concorrência publica para execução de obra retirada de empreitada, não deve annullar-se esse concurso sobre pretexto de serem baixos os preços offercidos para executar-se por administração por conta do respectivo empreiteiro.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 11. — Rio de Janeiro em 30 de Janeiro de 1885.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o recurso interposto por Francisco Justiniano de Castro Rebello, empreiteiro do prolongamento da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco, do despacho do Ministerio a meu cargo, que negou provimento ao que o dito empreiteiro interpoz do acto pelo qual um dos antecessores de Vm. retirou-lhe, em 1 de Outubro de 1883, o assentamento da via permanente em um trecho além da estação da Jaqueira, mandando concluir por administração o serviço já começado e em andamento, e abrindo concorrência, que posteriormente tornou-se de nenhum effeito, para o assentamento da via em 17 kilometros.

E o mesmo Augusto Senhor Houve por bom dar provimento ao dito recurso para que produza os seus fins legais, conformando-se, por Sua Imperial Resolução de 3 do corrente mez, com o parecer



da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 4 de Novembro ultimo, que considerou infringente do disposto na clausula 38<sup>a</sup> do contrato de 19 de Junho de 1876, o facto de ter o Engenheiro Chefe rejeitado as propostas apresentadas na concorrência ab rta, allegando serem baixos os preços offercidos, e mandando executar o serviço por administração por conta do empreiteiro, tornando-se assim a concorrência sem effeito, e arriscando o recorrente a graves prejuizos: pelo que entendeu que devem ser-lhe restituídos os serviços retirados, si houver ainda tempo para isso: correndo, no caso contrario, por conta do Estado os prejuizos causados.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha*. — Sr. Director Engenheiro Chefe do prolongamento da estrada de ferro de Pirambuco.

*Ex. Mo. Sr. Ministro*

#### N. 17 — EM 9 DE FEVEREIRO DE 1885

Autoriza a concessão de passes gratuitos na Estrada de Ferro D. Pedro II aos membros da directoria da Companhia da estrada de ferro Piratyense.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2<sup>a</sup> Secção. — N. 18. — Rio de Janeiro em 9 de Fevereiro de 1885.

Sendo procedentes as razões expostas em seu officio n. 52 de 24 de Janeiro proximo findo, com referencia ao pedido da Companhia da estrada de ferro Piratyense para que os membros da sua directoria gozem de passes gratuitos nessa Estrada; fica Vm. autorizado a estender esse favor á referida directoria nas mesmas condições com que é feito ás demais directorias, gerencias e representantes de companhias de estradas de ferro que mantêm accôrdo de trafego mutuo com essa.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.

*Ex. Mo. Sr. Ministro*

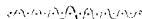
## N. 18 — EM 10 DE FEVEREIRO DE 1885

Nega provimento a um recurso interposto do despacho da Presidencia da Provincia de S. Paulo em materia da exclusiva competencia do Governo Provincial.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 4.— Rio de Janeiro em 10 de Fevereiro de 1885.

Illm. o Exm. Sr.— Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, sobre a petição de D. Francisca Amalia de Oliveira Camargo, recorrendo contra os despachos dessa Presidencia, que autorizou a Companhia Ituana de estrada de ferro a abrir uma estrada de rodagem pelas matas e cafeaes da supplicante: Houve por bem Sua Magestade o Imperador, pela Imperial Resolução de 17 de Janeiro proximo passado, Conformar-se com a opinião da mesma Secção que entende não poder ser tomado em consideração o referido recurso, cumprindo á parte, que se diz prejudicada, recorrer aos meios judiciais, visto como no terreno administrativo decidiu já, afinal, quem tinha autoridade para fazel-o; o que communico a V. Ex. para os devidos fins.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



## N. 19 — EM 11 DE FEVEREIRO DE 1885

Declara que continuam a gozar de isenção de direitos as locomotivas e outros objectos importados para as estradas de ferro, comprehendidos no art. 1066 da Tarifa das Alfandegas.

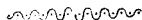
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 21.— Rio de Janeiro em 11 de Fevereiro de 1885.

O Ministerio dos Negocios da Fazenda acaba de declarar, em solução á materia de que trata o telegramma que Vm. me dirigiu a 29 do Novembro proximo findo, que, não obstante a Circular n. 44 de 8 do dito mez, expedida pelo mesmo Ministerio, no intuito de facilitar a execução do art. 16 da Lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1884, continuam a gozar de isenção de direitos as locomotivas e outros objectos importados para as estradas de ferro, comprehendidos no art. 1066 da Tarifa das Alfandegas, porquanto aquella circular não se refere a esses objectos, mas aos materiaes que

forem importados para uso das companhias e empresas que têm contratos synallagmaticos e não gozam de isenção de direitos pela tarifa.

O que communico a Vm. para sua intelligencia e fins convenientes.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro de Quarahim a Itaquí.



## N. 20 — EM 11 DE FEVEREIRO DE 1835

Declara que a clausula 5.<sup>a</sup> do Decreto n. 3033 de 16 de Agosto de 1872, quer se considere isoladamente, quer de combinação com a 17.<sup>a</sup>, só prohibe o lançamento de um cabo telegraphico que directamente vá do Brazil á Europa ou a qualquer possessão portugueza, e não o de alguns que, por exemplo, liguem a Serra Leôa ao Senegal, Marrocos, ou ás Ilhas Canarias.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3.<sup>a</sup> Secção.— N. 9.— Rio de Janeiro em 11 de Fevereiro de 1835.

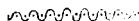
Em officio de 14 de Abril do anno proximo passado solicitou V. S. esclarecimentos sobre a genuína intelligencia da clausula 5.<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 3033 de 16 de Agosto de 1872 que concedeu privilegio (hoje pertencente á *Brasilian Submarine Telegraph Company*) para o estabelecimento de um cabo telegraphico entre o Brazil e a Europa e as possessões portuguezas, entendendo V. S. que a mencionada clausula só prohibe o lançamento de um cabo que directamente vá do Brazil á Europa ou a qualquer possessão portugueza, e não o de alguns que, por exemplo, liguem a Serra Leôa ao Senegal, Marrocos ou ás Ilhas Canarias, tanto mais quanto a clausula 17.<sup>a</sup>, admittindo a possibilidade de outras linhas telegraphicas, cogiton de concorrência á empresa privilegiada.

Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o alludido officio, tendo-se conformado por Sua Imperial Resolução de 24 de Janeiro ultimo com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 26 de Setembro anterior, manda declarar a V. S., em solução á sua consulta, que a referida clausula 5.<sup>a</sup> do Decreto n. 3033, quer se considere isoladamente, quer de combinação com a 17.<sup>a</sup>, como judiciosamente V. S. observou, quer ainda em face dos precedentes examinados no parecer da Secção, só é susceptivel da intelligencia que V. S. lhe dá, a saber, o privilegio primitivamente outorgado por esse decreto a Mauá & Comp., e mais tarde transferido á empresa que actualmente o explora, nos termos do Decreto n. 5312 de 18 de Julho

de 1873, não é exclusivo de quaesquer communicações telegraphicas, que se possam estabelecer entre o Imperio e a Europa, mas tão somente dos que ou directamente o liguem áquelle continente, ou indirectamente por via das possessões portuguezas.

Desde que taes communicações sejam possiveis por meio de ligações ou escala em outros pontos do globo fóra da jurisdicção de Portugal, em seu direito pleno estará o Governo autorizando-as, si o julgar conveniente. O que V. S. fará constar ao representante da *Brasilian Telegraph Company* no Imperio e á sua directoria, na Europa, sciificando-lhes que, consequentemente, o protesto apresentado pela referida companhia em 10 de Junho de 1884 contra qualquer concessão de uma nova linha entre o Brazil e a Africa não assenta em base juridica, e que o Governo Imperial reserva-se o uso do direito de conceder novas linhas telegraphicas indirectas para o continente da Europa, como julgar mais acertado.

Deus Guarde a V. S. — *Antonio Carneiro da Rocha*. — Sr. Director Geral dos Telegraphos.



#### N. 21 — EM 14 DE FEVEREIRO DE 1885

Altera a classificação das estações intermediarias das abertas ao trafego no prolongamento da estrada do ferro de Pernambuco e dá outras providencias.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 17. — Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885.

Fica approvedo o acto pelo qual Vm. rebaixou de classe as cinco estações intermediarias das abertas ao trafego nesse prolongamento; e bem assim o abono da quantia de 25\$000 mensaes para aluguel de casa a cada um dos agentes daquellas estações, emquanto não ficarem concluidos os commodos que se acham em construcção para residencia desses empregados; tudo de accôrdo com a proposta constante de seu officio n. 80 de 24 de Janeiro proximo findo.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha*. — Sr. Director Engenheiro Chefe do prolongamento da estrada de ferro de Pernambuco.



## N. 22 — EM 18 DE FEVEREIRO DE 1885

Providencia sobre abusos commettidos pela Companhia Telephonica do Brazil.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 10.— Rio de Janeiro em 18 de Fevereiro de 1885.

Em solução ao officio dessa Directoria de 7 de Janeiro proximo passado, tratando dos abusos commettidos pela Companhia Telephonica do Brazil, declaro a V. S. que deve ser intimada a alludida companhia para sómente assentar linhas de accôrdo com o Regulamento de 24 de Dezembro de 1881, e, no caso de infracção ao disposto na Legislação vigente, deve essa Directoria recorrer ás multas estabelecidas no art. 14 do Regulamento de 21 de Abril de 1883.

Deus Guarde a V. S.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Director Geral da Repartição dos Telegraphos.



## N. 23 — EM 19 DE FEVEREIRO DE 1885

Crêa o logar de Inspector de estações na Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 22.— Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1885.

Fica autorizada a criação do logar de Inspector de estações com os mesmos vencimentos que competem ao Ajudante do Chefe do trafego, e mais a diaria de 4\$000 quando o serviço effectuar-se fóra desta Côrte ; passando a exercer o supramencionado logar o actual Ajudante Antonio Pereira da Rocha e sendo este substituido no que ora desempenha, pelo Engenheiro Marciano de Aguiar Moreira ; tudo como propoz Vm. em officio de 11 do corrente mez, porém com caracter provisorio, até que se organize definitivamente o serviço dessa Estrada.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 24 — EM 19 DE FEVEREIRO DE 1885

Determina o modo de regularisar o serviço do ramal da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 24.— Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1885.

Tendo examinado a materia a que allude o seu officio de 3 de Dezembro proximo passado n. 648, á vista do que estabelece a clausula 34ª das que baixaram com o Decreto n. 8822 de 30 de Dezembro de 1882, declaro a Vm., para os fins convenientes, que a proposta feita em requerimento de 1 de Agosto de 1884 pela *Great Western of Brasil Railway Company, limited*, não é admissivel, por ser prejudicial aos interesses do Estado.

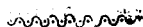
Sendo, porém, necessario regularisar esse serviço, recomendo a Vm. que procure chegar com a companhia a um accôrdo de modo que, ou se estabeleça a separação dos serviços do ramal e do respectivo prolongamento, si fôr isso possivel sem prejuizo dos interesses ligados á estrada, ou se adopte para a renda liquida do prolongamento o producto da renda liquida kilometrica de todas as linhas da companhia, ou sómente o da do ramal multiplicado pelo numero de kilometros do mesmo prolongamento.

Em qualquer destes casos, da renda liquida total da estrada será deduzida a do prolongamento para os effeitos da garantia do Estado, visto a companhia não gozar desse favor em relação ao prolongamento de que se trata.

Não sendo provavel que sem grandes inconvenientes possa estabelecer-se completa discriminação entre as contas do ramal e as do prolongamento, desde já chamo a sua attenção para a conveniencia de, no accôrdo que sobre qualquer das mais bases indicadas fôr por ventura celebrado, ficar explicito que o direito de fiscalisação por parte do Governo quanto ao prolongamento será identico ao que lhe assiste em relação ás linhas garantidas.

Finalmente, os termos do art. 1º da proposta devem ser modificados, tendo-se em vista que todas as linhas ferreas a que alli se allude pertencem á companhia.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro.



## N. 25 — EM 19 DE FEVEREIRO DE 1885

Declara que, comquanto não seja contestavel o direito que assistir ás Companhias *Brasilian Submarine Telegraph* e *Western and Brasilian Telegraph* para celebrarem um contrato ou junção das respectivas linhas, não lhes era licito estipular condições que tanto prejudicam a renda do Estado e illudem algumas das dos decretos em virtude dos quaes gozam das concessões que estão explorando, especialmente a clausula 6.<sup>a</sup> do Decreto n. 3958 e 4.<sup>a</sup> do de n. 5276.

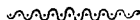
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3.<sup>a</sup> Secção.— N. 11.  
— Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1885.

Em os seus officios ns. 105 e 114, de 13 de Maio e 3 de Junho do anno proximo findo, expoz V. S. a este Ministerio que, tendo transmittido aos superintendentes das Companhias *Brasilian Submarine Telegraph* e *Western and Brasilian Telegraph* a ordem do mesmo Ministerio que prohibe a transmissão de telegrammas officiaes pelos cabos das ditas companhias, entre pontos servidos pelas linhas do Estado, quando não requisitada pela Repartição a cargo de V. S., limitou-se o primeiro dos mencionados superintendentes a responder que sobre o assumpto consultaria a directoria em Londres, e que eram transmittidos pela linha terrestre todos os telegrammas trazendo a declaração de officiaes; e que, instando V. S. por uma resposta definitiva, fôra-lhe declarado pelo representante da mesma companhia que, em virtude de um contrato que esta celebrára em 30 de Junho de 1873 com a *Western*, não podia entregar ás linhas do Estado senão os telegrammas que contivessem a declaração de serviço do Estado ou a de deverem ser transmittidos por aquellas linhas. Entendendo V. S. pelas considerações que exponeu baseadas nas clausulas das concessões de que gozam aquellas companhias, que não podia ter sido celebrado semelhante contrato que, além de prejudicial aos interesses do Estado e do publico, não foi communicado ao Governo ou por este autorizado, solicitou, todavia, para seu governo uma decisão deste Ministerio, attenta a gravidade da materia. Em resposta, declaro a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos, que Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente a sua alludida representação, Houve por bem, Conformando-se pela Imperial Resolução de 14 de Janeiro proximo passado com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, oxarado em Consulta de 26 de Setembro ultimo, Decidir que, comquanto não seja contestavel o direito que assistia ás mencionadas companhias para celebrarem um contrato de junção das respectivas linhas, e para isso não precisassem de autorização prévia do Governo Imperial, á vista da clausula 3.<sup>a</sup> do contrato de 10 de Maio de 1873, não lhes era licito, entretanto, estipular condições que tanto prejudicam a renda do Estado e illudem algumas das dos decretos em virtude dos quaes gozam das conces-



sões que estão explorando, especialmente a clausula 6<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 5058 de 16 de Agosto de 1872 e a 4<sup>a</sup> do Decreto n. 5270 de 26 de Abril de 1873, aggravando este procedimento indebito a circumstancia de não terem logo trazido ao conhecimento do Governo a existencia de tal contrato, que não podia occultar-lhe, sujeitas como se acham á sua fiscalisação. Cumpro, pois, de accôrdo com a referida Resolução Imperial e no intuito de chamar aquellas companhias ao cumprimento de seu dever e impedir que o Thesouro Publico continue a ser lesado, que V. S. faça-lhes sentir a nullidade da clausula do mencionado contrato, que desvia das linhas do Estado os telegrammas que por ellas devem ser transmittidos e proponham, outrossim, a este Ministerio o que convier para fazer-se effectiva a disposição do art. 17 da recente Lei n. 3229 de 3 de Setembro ultimo. Si taes medidas não forem sufficientes, o que será facil á Repartição a seu cargo verificar, adoptada esta ultima providencia, deverá V. S. informal-o opportunamente a este Ministerio, afim de serem as companhias compellidas judicialmente a indemnizarem o Estado dos prejuizos que houverem causado, e em seu direito estará o Governo Imperial declarando sem effeito as concessões de que abusam violando os termos restrictos em que foram conferidas.

Deus Guarde a V. S.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Director Geral dos Telegraphos.



## N. 26 — EM 20 DE FEVEREIRO DE 1885

Autoriza o estabelecimento de um deposito para o carvão vegetal no barracão junto ao edificio da estação de S. Diogo, da Estrada de Ferro D. Pedro II, e a cobrança da taxa de 40 réis por dia e por sacco.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2<sup>a</sup> Secção.— N. 24.— Rio de Janeiro em 20 de Fevereiro de 1885.

De accôrdo com a proposta constante de seu officio n. 89, datado de hoje, fica Vm. autorizado a estabelecer, no barracão existente junto ao edificio da estação de S. Diogo, um deposito de carvão vegetal que vem do interior por essa Estrada, cobrando-se a taxa de 10 réis por dia e por sacco.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 27 — EM 25 DE FEVEREIRO DE 1885

Recomenda que aos pedidos de encomendas de materiaes acompanhem os desenhos, especificações e orçamentos sempre em duplicata.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— Circular n. 24.— Rio de Janeiro em 25 de Fevereiro de 1885.

Tenha V... por muito recommendado que aos pedidos de encomendas de materiaes acompanhem os desenhos, especificações e orçamentos sempre em duplicata.

Deus Guarde a V... — *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Director da estrada de ferro de....



## N. 28 — EM 26 DE FEVEREIRO DE 1885

Fixa a condição do peso em substituição do exigido no art. 111 das instrucções regulamentares e tarifas da estrada do ferro de Sobral.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 21.— Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1885.

Fica approvada a condição de peso de um kilogramma por seis decimetros cubicos, em substituição ao peso minimo relativo exigido no art. 111 das instrucções regulamentares e tarifas dessa estrada, conforme propoz Vm. em seu officio n. 3 de 13 de Janeiro proximo findo.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Director da estrada de ferro de Sobral.



## N. 29 — EM 28 DE FEVEREIRO DE 1885

Fixa regra para as substituições de empregados com accumulção de funções na commissão de agudes, no Ceará, e para abono de diarias.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 30.— Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1885.

Em solução ao seu officio de 31 de Janeiro proximo findo, em que Vm. consulta: 1º, si deve arbitrar diaria ao empregado da commissão que, na falta ou impedimento do effectivo, tiver de

substitui-o com accumulacão de funcções ; 2º, si pôde mandar abonar uma diaria addicional de 5\$000 ao secretario por augmento do serviço ; declaro a Vm. para sua intelligencia :

Quanto ao 1º ponto, que deverá regular-se nas substituições com accumulacão de funcções pelo que preceitua o Aviso-Circular n. 21 de 20 de Agosto ultimo, constante do incluso exemplar impresso.

Quanto, porém, ao 2º ponto, deve Vm. cumprir as Instrucções approvadas por Portaria de 31 de Outubro do anno proximo findo, fazendo abonar diarias sómente aos empregados alli indicados.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Chefe da commissão de açudes no Ceará.



### N. 30 — EM 28 DE FEVEREIRO DE 1885

Declara qual a intervenção da Thesouraria da Fazenda nos actos relativos ao accôrdo entre o Collector e o senhor do escravos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 9.— Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Com o officio dessa Presidencia de 17 de Setembro do anno findo, recebeu este Ministerio as informações relativas aos factos occorridos no municipio de S. Paulo de Muriahé, por occasião de serem applicadas as quatro primeiras quotas do fundo de emancipação.

Declaro a V. Ex., para que o faça constar á Thesouraria da Fazenda, que a intervenção dessa Repartição nos actos relativos ao accôrdo entre o Collector e o senhor do escravo, para os fins do art. 37 do Regulamento de 13 de Novembro de 1872, no sentido de ordenar que, apezar do accôrdo, proceda o Collector a arbitramento judicial do preço do escravo, não é admissivel, nem se funda em disposiçào alguma do dito regulamento ; cabendo tão sómente, nos casos em que o agente-fiscal não tenha defendido os interesses da Fazenda, usar da providencia constante do Aviso de 23 de Janeiro de 1883 á Presidencia de S. Paulo, com o fim de punir o referido agente.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 31 — EM 6 DE MARÇO DE 1885

Dá instruções á comissão liquidadora das contas da estrada de ferro D. Thoreza Christina para exame das reclamações da mesma estrada.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 29.— Rio de Janeiro em 6 de Março de 1885.

Por Aviso de 28 de Julho do anno proximo passado resolveu este Ministerio incumbir a uma comissão composta de Vm. e do Engenheiro Dr. Ezequiel Corrêa dos Santos Junior o exame das obras da estrada de ferro de D. Thoreza Christina e a liquidação das respectivas despesas na parte em que os projectos primitivos foram alterados, afim de poder deliberar acerca do augmento de capital garantido, que a companhia reclamava por ter construido, em virtude do ordem do Governo, o vão movel da ponte da Cabeçuda e, com autorização sua, um tunnel destinado a evitar a accumulação do areias no leito da estrada, obras não previstas nos referidos projectos, e bem assim para cumprir-se o disposto no § 2º da clausula 1ª do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878.

O augmento de despesas motivado pelas alludidas construcções importou, segundo a companhia, em 211:40\$120.

Do resultado dessa comissão o Engenheiro Ezequiel deu conta no relatório que apresentou-me em data de 15 de Outubro ultimo, acompanhado de um requerimento em que a companhia, por intermedio da mesma comissão, elevou a quantia acima indicada á de 603:712\$119, que allegava ter despendido com a construcção da estrada, além do orçamento approved, para attender aos melhoramentos a que se referiam as suas reclamações anteriores e a outros que disse ter realizado no interesse da futura conservação e do tráfego da estrada.

Bem procederam Vms. declarando, para salvaguardar os direitos do Estado, que, á vista das suas instruções, recebiam tal documento apenas como objecto de exame e das informações que tinham de prestar ao Governo, sem resultar compromisso algum por parte deste.

Esta circumstancia modificou, entretanto, as que determinaram a nomeação da comissão, accrescendo que as bases por ella adoptadas não permittem considerar-se como definitiva a liquidação, a que se procedeu, para que o Governo possa attender, de accordo com o contrato da companhia, ás reclamações apresentadas.

Resolveu, portanto, este Ministerio submeter essas reclamações ao exame da comissão liquidadora das contas da estrada, da qual Vm. é o presidente, devendo guiar-se pelas instruções que passo a expôr.

As reclamações versam : 1º, sobre a importancia do vão movel da ponte da Cabeçuda, construida por ordem expressa do Governo ; 2º, sobre a do tunnel que o Governo apenas autorizou ; e 3º, sobre

o excesso de despesas que a companhia allega ter resultado de diversas outras alterações e obras de reconhecida conveniencia realisadas na construcção da estrada, prefazendo todas essas parcelas a mencionada somma de 603.712\$120.

A commissão no parecer que emittiu, guiando-se apenas pelas allegações da companhia e pelas notas, por esta fornecidas, que encontrou no archivo da Repartição fiscal, comparou os resultados com o orçamento primitivo, sem tomar em consideração o custo real ou effectivo da estrada.

Cumpre que Vm. tenha em vista que o regimen da concessão de garantia de juros, de que goza a companhia, é o do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, a saber: a do capital fixo e invariavel, nos termos da Consulta de 17 de Outubro de 1882 da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, a que se refere o Aviso de 15 de Dezembro desse anno expedido ao Engenheiro fiscal da estrada de ferro Central das Alagoas.

O principio geral da irreductibilidade do capital garantido fica sempre sujeito, entretanto, ao exacto cumprimento do contrato, como ponderou a referida Secção, de modo a não verificar-se alguma das hypotheses previstas no final do § 1.<sup>o</sup> e no § 2.<sup>o</sup> da clausula 1.<sup>a</sup> do citado decreto.

Neste ultimo caso dever-se-ha proceder conforme preceitua o Aviso de 17 de Agosto de 1881 expedido ao seu antecessor.

Neste regimen, si os planos primitivos forem alterados com ou sem o consentimento do Governo ou dos seus agentes, o capital garantido só é susceptivel de redução.

Consequentemente em relação ás obras que estiverem nessas condições o resultado da liquidação, a que se proceder nos termos do aviso mencionado, de nenhuma sorte justificaria qualquer augmento de capital garantido, devendo Vm. ficar na intelligencia de que o Governo, autorizando por Aviso de 3 de Março de 1883 a construcção do tunnel, e declarando pelo de 22 de Fevereiro do mesmo anno que poderia ser attendido na liquidação final das contas da estrada qualquer excesso que a companhia allegasse ter despendido no estabelecimento da mesma estrada além das verbas do orçamento, permittiu apenas que na liquidação final que deveria versar exclusivamente sobre as obras alteradas, se considerasse tambem a importancia do referido tunnel e a das mais despesas devidamente provadas e não previstas no orçamento.

A' vista do exposto o capital garantido a esta companhia só poderá ser augmentado e isso em virtude das decisões do Ministerio a meu cargo, da importancia correspondente ás despesas exigidas pela construcção do vão movel da ponte da Cabeçuda, que não foi sómente autorizada, mas expressamente ordenada pelo Governo, si verificar-se não ter resultado economia da construcção dos projectos alterados, inclusive o da propria ponte e das obras autorizadas pelo Governo ou seus agentes.

Este calculo deverá ser feito comparando-se o custo real da obra alterada com a importancia da mesma obra segundo o orçamento, sendo a despesa effectivamente feita comprovada pela companhia por meio dos documentos que forem necessarios, exame dos seus

livros, e quaesquer esclarecimentos que a commissão julgar imprescindiveis para o conhecimento da verdade.

A commissão não poderá, nas reuniões para que ora é convocada tomar conhecimento de materia estranha ao fim exposto.

Espera este Ministerio que por esta fórma ficará habilitado para proferir uma decisão definitiva de accôrdo com o contrato da companhia e com os actos do Governo em que ella baseia a sua reclamação.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro D. Thereza Christina.



### N. 32 — EM 6 DE MARÇO DE 1885

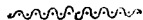
Declara que ao Chefo da commissão fiscal de estudos da estrada de ferro D. Pedro I e ao escriptuario da mesma commissão é inteiramente applicavel a regra já estabelecida para a commissão de melhoramentos da barra do Rio Grande do Sul pelo Aviso n. 171 de 29 de Janeiro do corrente anno.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 47. — Rio de Janeiro em 6 de Março de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Em Aviso de 11 de Fevereiro proximo passado consultou V. Ex. si o Chefe da commissão fiscal de estudos da estrada de ferro D. Pedro I, Engenheiro Firmo José de Mello, o o escriptuario da mesma commissão, Augusto José da Silva Ramos, devem receber em quanto estiverem na Côrte a diaria marcada no art. 5º das Instrucções que baixaram com a Portaria de 21 de Dezembro de 1883.

Tenho a honra de declarar a V. Ex., em resposta ao citado aviso, que aos ditos empregados, no caso de que se trata, é inteiramente applicavel a regra já estabelecida para a commissão de melhoramento da barra do Rio Grande do Sul pelo Aviso n. 171 de 29 de Janeiro do corrente anno, visto como ás referidas diarias só tem direito o pessoal de uma como de outra commissão quando empregado em serviços de campo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— A S. Ex. o Sr. Conselheiro Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.



## N. 33 — EM 6 DE MARÇO DE 1885

Declara que o Fiscal da navegação na Provincia de Sergipe não perde a gratificação mensal a que tem direito pelo facto de não estar no porto o rebocador.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 1.  
— Rio de Janeiro em 6 de Março de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para os devidos fins, que o Fiscal da navegação nessa Provincia não perde a gratificação mensal a que tem direito pelo simples facto de não estar no porto o rebocador. Aquella gratificação é pelo exercicio do cargo e o serventuario a deve perceber enquanto não fór exonerado ou não deixar o exercicio por algum impedimento, caso em que competirá ao seu substituto. Neste sentido, pois, V. Ex. expedirá as suas ordens á Thesouraria de Fazenda.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.



## N. 34 — EM 16 DE MARÇO DE 1885

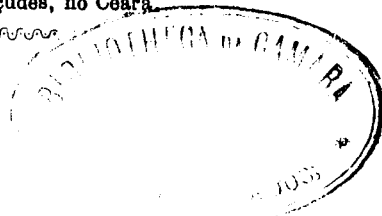
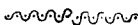
Altera a 2ª parte da condição 3ª das Instrucções approvadas por Portaria de 31 de Outubro de 1884 para a commissão de construcção de açudes, no Ceará.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 45.  
— Rio de Janeiro em 16 de Março de 1885.

Alterando as Instrucções approvadas por Portaria de 31 de Outubro de 1884, na 2ª parte da condição 3ª, para que o fornecimento do cimento de Portland necessario ás obras da commissão a seu cargo seja feito directamente da Europa, por intermedio do Agente deste Ministerio, Engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro, cumpre que Vm. formule e remetta o pedido deste material com todas as especificações para se fazer a respectiva encomenda áquelle Agente.

Quando, porém, assim não fosse, a aquisição de similhante material teria de fazer-se mediante concorrência publica, na fórma do citado artigo daquellas instrucções e nunca por meio de uma ordem a uma firma, por melhor que seja a sua reputação, como consta do orçamento apresentado com o seu officio de 10 de FEVEREIRO ultimo.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Chefe da commissão de construcção de açudes, no Ceará.



## N. 35 — EM 21 DE MARÇO DE 1885

Declara que devem reverter para o Estado, sem indemnização, as estações, edificios e material rodante da estrada de ferro Leopoldina, conforme estabelece o Decreto n. 8860 de 27 de Janeiro de 1883.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 3.— Rio de Janeiro em 21 de Março de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— A' vista do que expoz V. Ex. em officio de 8 de Novembro proximo passado, relativamente ao contracto effectuado a 12 de Agosto de 1884 entre a Presidencia dessa Provincia e a Companhia da estrada de ferro Leopoldina, para o prolongamento de S. Geraldo a Itabira do Matto Dentro, contrato no qual se procurou fixar o direito de reversão para a Provincia findo o prazo de 50 annos, declaro a Vm., para os fins convenientes, que tendo aquella companhia firmado anteriormente com o Governo Imperial o contrato de 9 de Abril de 1883, para igual prolongamento, em virtude do Decreto n. 8860 de 27 de Janeiro desse anno que estatuiu na clausula 30ª que findos os 70 annos do privilegio geral reverteriam para o Estado, sem indemnização alguma, as obras, estações e edificios, o material fixo e rodante e accessorios do referido prolongamento, prevalece a reversão do citado Decreto n. 8860 por constituir direito do Estado que o acto posterior do Governo Provincial não pôde annullar.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio Carneiro da Rocha.*— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



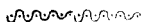
## N. 36 — EM 28 DE MARÇO DE 1885

Autoriza o estabelecimento de uma estação na Estrada de Ferro D. Pedro II, no lugar denominado « Ponte do Coelho ».

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 34.— Rio de Janeiro em 28 de Março de 1885.

A' vista do que informa Vm. em officio n. 137 de 20 do corrente mez, fica autorizado o estabelecimento de uma estação no lugar denominado « Ponte do Coelho », mediante as cautelas necessarias para a effectividade dos donativos offerecidos para semelhante fim pelos interessados naquella construcção, e a que se refere o mencionado officio.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio Carneiro da Rocha.*— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.





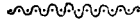
## N. 37 — EM 31 DE MARÇO DE 1885

Declara que os preços das unidades que serviram de base ao orçamento das obras do porto da Fortaleza, dependem ainda de ajuste entre os concessionarios e o Governo.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 3ª Secção. — N. 10. — Rio de Janeiro em 31 de Março de 1885.

Confirmando o meu telegramma de hoje, declaro a Vm. para os devidos fins e em resposta ao seu officio de 28 de Fevereiro proximo passado, que os preços das unidades de obras de que trata aquelle seu officio devem ainda ser modificados e ajustados entre Vm. e a companhia, sendo depois sujeitos á approvação deste Ministerio juntamente com o resultado da revisão dos estudos, visto que a serie de preços apresentada pelos concessionarios ao Governo foi, na opinião do Dr. Honorio Bicalho, julgada cheia de lacunas e incorrecções.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Engenheiro fiscal das obras do porto da Fortaleza.



## N. 38 — EM 8 DE ABRIL DE 1885

Recommenda ao Agente deste Ministerio na Europa e Estados-Unidos que não satisfaça encomenda alguma que não fôr dirigida por este Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 61. — Rio de Janeiro em 8 de Abril de 1885.

Constando de seu officio n. 1375 de 21 de Fevereiro proximo findo que o Director Engenheiro Chefe do prolongamento da estrada de ferro de Pernambuco fizera directamente a Vm. encomenda de material para aquella estrada, recomendo a Vm. que d'ora em diante não satisfaça encomenda alguma que não lhe fôr dirigida por este Ministerio.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Antonio Augusto Fernandes Pinheiro.



## N. 39 — EM 8 DE ABRIL DE 1885

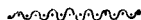
As encomendas de materiaes devem ser acompanhadas dos respectivos desenhos e especificações o só podem ser feitas por intermedio do Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— Circular n. 60.— Rio de Janeiro em 8 de Abril de 1885.

Tenha V... por muito recommendado que aos pedidos de materiaes devem acompanhar os respectivos desenhos e especificações, ainda mesmo que se refiram a artigos que já houverem sido fornecidos por quaesquer fabricas estrangeiras.

Outrosim, cumpre que V... sómente faça encomenda de material ao commissario do Governo na Europa por intermedio deste Ministerio.

Deus Guarde a V...— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Aos Chefes de serviços.



## N. 40 — EM 9 DE ABRIL DE 1885

Fixa a taxa a cobrar pelo deposito de carvão vegetal no barracão de S. Diogo, da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 39.— Rio de Janeiro em 9 de Abril de 1885.

Fica autorizada a cobrança da taxa de 100 réis por 1.000 kilogrammas e por dia de demora do carvão vegetal no barracão de S. Diogo, como propoz Vm. em officio n. 134 de 19 de Março ultimo, no qual informa sobre o requerimento de diversos commissarios daquelle combustivel, pedindo a redução da taxa estabelecida por Aviso n. 24 de 20 de Fevereiro do corrente anno.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



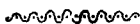
## N. 41 — EM 10 DE ABRIL DE 1885

Reduz a tarifa para o transporte da canna de assucar na Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 40. — Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1885.

Convindo por todos os meios animar a lavoura da canna de assucar, autorizo Vm. a abater 10 réis no preço da tarifa especial n. 5 para esta mercadoria; passando assim a vigorar o frete de 20 réis por tonelada e por 100 kilometros, conforme solicitou a Companhia — União Agricola engenho central de Porto Real.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 42 — EM 10 DE ABRIL DE 1885

Autoriza o estabelecimento de uma parada no lugar denominado « Cancellia do Sampaio », da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 41. — Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1885.

Fica Vm. autorizado a estabelecer uma parada para os trens dos suburbios no lugar denominado « Cancellia do Sampaio » entre a estação do Engenho Novo e a parada do Riachuelo, de accôrdo com a proposta constante de seu officio n. 152 de 2 do corrente.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 43 — EM 10 DE ABRIL DE 1885

Declara sem fundamento o protesto da Companhia da estrada de ferro de Santos a Jundiáhy contra a autorização concedida á Provincia de S. Paulo para desapropriar a ponte de Santos.

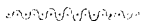
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1.<sup>a</sup> Secção. — N. 7. — Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Com o officio dessa Presidencia de 18 de Abril de 1883, n. 570, foi presente a Sua Magestade o Imperador o protesto feito a 3 daquelle mez pela Companhia da estrada de ferro de Santos a Jundiáhy contra o disposto na clausula 20.<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 8803 de 16 de Dezembro de 1882 que concedeu á Provincia de S. Paulo o direito de desapropriar a ponte de ferro da mesma companhia na cidade de Santos.

E o mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua Immediata e Imperial Resolução de 28 de Março proximo passado, tomada sobre Consulta da Secção dos Negocios da Fazenda do Conselho de Estado, de 3 de Setembro de 1884: Houve por bem Declarar que a citada clausula 20.<sup>a</sup> não infringe o § 22 do art. 179 da Constituição do Imperio nem as disposições da Lei n. 353 de 12 de Julho de 1845, e que, portanto, o referido protesto é destituido de fundamento, não havendo motivo legal para a derogação da alludida clausula.

O que declaro a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



## N. 44 — EM 13 DE ABRIL DE 1885

Faz extensivo o prazo de 60 dias para os bilhetes de passagens á estação de Belem, da Estrada de Ferro D. Pedro II, e municípios adjacentes.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2.<sup>a</sup> Secção. — N. 42. — Rio de Janeiro em 13 de Abril de 1885.

Approvo a melida proposta em officio n. 149 de 31 de Março proximo findo para que o prazo de 60 dias, fixado no art. 16 das tarifas e condições regulamentares dessa estrada para os

bilhetes de passagens de ida e volta ás estações de Oriente até Sant'Anna, seja extensivo aos da de Belem e municípios adjacentes.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



N. 45 — EM 14 DE ABRIL DE 1885

Declara rescindido o contrato com a Companhia de Fives Lille para fornecimento de material fixo e rodante ao prolongamento da estrada de ferro de Pernambuco.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 63.— Rio de Janeiro em 14 de Abril de 1885.

Tendo findado o prazo estabelecido no contrato de 27 de Junho de 1876 para o fornecimento de material fixo e rodante ao prolongamento da estrada de ferro de Pernambuco, fica rescindido o referido contrato.

O que declaro a Vm. para os fins convenientes.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Representante da Companhia de Fives Lille.



N. 46 — EM 24 DE ABRIL DE 1885

Determina que a escripturação dos livros de entrada e sahida do material sob a responsabilidade do Almoxarife do prolongamento da estrada de ferro da Bahia seja feita por exercicios financeiros e dá outras providencias.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 36.— Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1885.

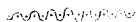
Havendo sido requisitado pelo Ministerio da Fazenda que os livros de entrada e sahida do material sob a responsabilidade do Almoxarife desse prolongamento fossem escripturados por exercicios financeiros, como convem á tomada das respectivas contas, e remettidos opportunamente á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, para execução das disposições do Decreto

A.— Decisões de 1885 3

n. 2548 de 10 de Março de 1860 : cumpre que Vm. providencie naquelle sentido, sem embargo, quanto á 2ª parte, de similhante requisição, do estatuido no art. 2º do Regulamento approved por Decreto n. 7892 de 9 de Novembro de 1880, visto a fiscalisação, que ao Director Engenheiro Chefe incumbe exercer sobre o conveniente destino do sobredito material, não excluir a que compete ao Tribunal do Thesouro Nacional por força do primeiro dos mencionados decretos, e que, no caso de que se trata, deve effectuar-se por intermedio da supramencionada Thesouraria.

O que lhe communico, em solução ao que sobre este assumpto informou em officio n. 36 de 10 de Março ultimo.

Deus Guarde a Vm.—*Antonio Carneiro da Rocha*.—Sr. Director Engenheiro Chefe do prolongamento da estrada de ferro da Bahia.



#### N. 47 — EM 21 DE ABRIL DE 1885

Trata sobre a representação do Brazil na Conferencia Internacional de Telegraphos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N.14.— Rio de Janeiro em 21 de Abril de 1885.

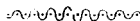
Declaro a Vm., em resposta ao seu officio de 23 de Fevereiro proximo passado, que o Governo quando incumbiu a V. Ex. de representar o Brazil na « Conferencia Internacional de Telegraphos » e não o Director Geral dos Telegraphos, fundou-se nas seguintes considerações :

1.ª A questão principal, de que tem de se occupar a conferencia, refere-se a propostas concernentes a tarifas apresentadas pelos Governos dos Imperios da Allemanha e da Austria-Hungria. Nesta questão o Brazil por emquanto não pôde tomar parte, por não estar preparado, não lhe sendo possivel admittir tarifa uniforme para linhas com 8.000 kilometros de extensão, visto ser injusto que estações pouco afastadas uma da outra carreguem com uma taxa que compense a redução concedida ás mais afastadas. Por ensaios feitos quasi diariamente com o mais feliz exito tem-se verificado que podem os telegrammas ser transmittidos a quasi 7.000 kilometros com rapidez de 15 até 20 palavras por minuto. O serviço relativo a tal distancia, porém, só terá de ser organizado depois do estabelecido o cabo americano, e então será opportuno discutir tarifas; 2.ª Não existe convenção telegraphica sul-americana pela qual se estabeleça um accôrdo a respeito do serviço e tarifas entre os diversos Estados telegraphicamente ligados ao Brazil; 3.ª Esse accôrdo não pôde por emquanto ser celebrado,

por haver ainda na rede telegraphica do Rio da Prata solução de continuidade, que desaparecerá logo que funcionarem as linhas que o Governo Argentino está fazendo construir para esse fim com direcção á cidade de Uruguayana; 4.<sup>a</sup> O Director dos Correios e Telegraphos Argentinos suggeriu ao Director dos Telegraphos Brasileiros a idéa de partir do Governo Imperial a iniciativa da convocação de uma conferencia internacional para o fim exposto, logo que se effectue a proxima junção das linhas dos dous paizes; 5.<sup>a</sup> E' inutil o Brazil aceitar qualquer compromisso com os Estados Europeus, visto as emprezas dos cabos actuaes não estarem sujeitas ás disposições das convenções internacionaes. Na concessão feita para o estabelecimento do cabo americano incluia-se uma clausula tornando essa sujeição obrigatoria. O Governo Imperial está resolvido a não fazer novas concessões de cabos transatlanticos sem apresentar primeiro á Conferencia telegraphica sul-americana os resultados da experiencia adquirida, afim de celebrar-se um accôrdo, que garanta os interesses, quer publicos, quer particulares. Não podendo, pois, o Brazil tomar compromissos, nem fazer propostas que interessem aos outros Estados, sem ser de combinação com os mesmos, pouco serviço prestaria o Director Geral na actual conferencia de Berlim, sendo, entretanto, sua presença necessaria aqui para activar a conclusão das linhas do Norte, a que está o Governo compromettido, para organizar o serviço logo que as linhas brasileiras estejam ligadas ás argentinas e por intermedio destas ás das Republicas do Pacifico, e finalmente para auxiliar na elaboração do projecto da Convenção telegraphica americana.

A' vista do exposto, não é certo que este funcionario compareça á Conferencia de Berlim. Póde, porém, V. Ex. requisitar-lhe directamente desde já todos os esclarecimentos de que precisar para o bom desempenho de sua incumbencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brazil na Allemanha.

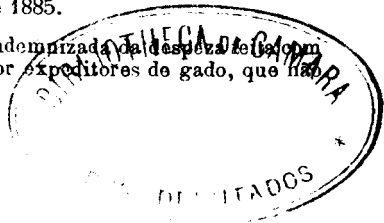


#### N. 48 — EM 29 DE ABRIL DE 1885

Subordina ao art. 123 das tarifas da Estrada de Ferro D. Pedro II os arts. 86, 87, 88 § 2º e 89 das ditas tarifas para applicação ao transporte de animaes na mesma estrada.

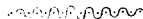
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2.<sup>a</sup> Secção. — N. 46. — Rio de Janeiro em 29 de Abril de 1885.

Convindo que essa Estrada seja indemnizada da despesa de locomoção a remessa de vagões solicitados por exportadores de gado, que não



se utilizam de taes vehiculos, fica approvedo o additamento proposto por Vm. ao art. 123 das tarifas da mesma Estrada, e que torna applicaveis ao transporte de animaes as disposições dos arts. 86, 87, 88 § 2º e 89 daquellas tarifas. O que lhe communico em solução ao officio n. 175 de 18 do corrente mez.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 49 — EM 30 DE ABRIL DE 1885

Manda observar provisoriamente as Instrucções approvedas para o serviço telegraphico das estradas de ferro.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 71.— Circular.— Rio de Janeiro em 30 de Abril de 1885.

Convindo desde já pôr em execução as instrucções organizadas para o serviço telegraphico das estradas de ferro, remetto a Vm. uma cópia das mesmas instrucções, afim de que sejam provisoriamente observadas, notando-se as alterações que convenha fazer para então serem approvedas definitivamente.

Do resultado deste estudo pratico dará Vm. conta a este Ministerio para os devidos fins.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio Carneiro da Rocha*.— Aos Directores das estradas de ferro do Estado, aos Engenheiros fiscaes das de companhias particulares e á Directoria Geral dos Telegraphos.

#### **Instrucções para o serviço telegraphico das estradas de ferro, a que se refere o Aviso-Circular desta data.**

Attendendo ás disposições do art. 2º § 2º e arts. 4º e 8º do Regulamento de 24 de Dezembro de 1881, approvedo pelo Decreto n. 8354, passa a ser feito o serviço telegraphico das estradas de ferro, quer do Estado, quer particulares, pelo seguinte modo :

#### I

As administrações das estradas de ferro requisitarão da Directoria Geral dos Telegraphos :

1.º O pessoal habilitado para assentamento de linhas telegraphicas, e deapparelhos nas estações onde fôr necessario, quando houver construção.



2.º Requisitarão nota do material que fôr preciso para fazer sua aquisição, remettendo relação do que possuem, e seja aproveitavel.

3.º A' Directoria Geral dos Telegraphos serão fornecidos os trabalhadores necessarios para assentamento das linhas, bem como todos os meios de transporte indispensaveis.

4.º Onde já existem linhas a Directoria dos Telegraphos procederá a seu exame, verificação do estado em que se acham, e de suas condições electricas exigidas para bom funcçãoamento, e requisitará ás administrações das estradas os meios de remover quaesquer defeitos que encontrar.

5.º Para conservação das linhas haverá empregados da Repartição dos Telegraphos, por conta desta, onde se verificar a cessão do fio a que se refere o art. 8º, e no caso de eventualidade de qualquer substituição ou concerto as estradas prestarão o pessoal de suas turmas de conservação.

## II

As novas estações serão montadas por pessoal da Repartição, o qual se incumbem de manter osapparelhos em boa ordem, fazendo todos os concertos, que serão indemnizados pelas administrações das estradas.

## III

Nas estações haverá o numero de apparelhos sufficiente para promptamente satisfazer a todas as condições do serviço, com os fios indispensaveis.

## IV

Os empregados das estações devem estar nas condições do art. 15 § 2º do Regulamento de 24 de Dezembro de 1881, sendo todos os telegraphistas habilitados pela Repartição Geral dos Telegraphos ou approvados por ella, podendo ser contempladas, segundo o art. 27, as mulheres.

Paragrapho unico. A Directoria dos Telegraphos procurará habilitar as actuaes telegraphistas afim de poderem obter diploma, sem prejuizo do serviço que já prestam.

## V

Os telegraphistas das estradas de ferro, comquanto habilitados pela Directoria dos Telegraphos, que deverá verificar pelos seus empregados como fazem o serviço, zelam os apparelhos e todo o material, não entram todavia nos quadros da Repartição, ficando a sua nomeação a cargo das administrações das estradas que tambem livremente os demittem.

## VI

Quando os empregados da fiscalização encontrarem manipulação viciada, descuido no uso e conservação de aparelho, ou qualquer prova de relaxação em relação ao serviço telegraphico, levarão o facto ao conhecimento do Director da estrada, para que este imponha as penas que o caso exigir.

## VII

Nas localidades mais importantes haverá telegraphistas da Repartição Geral dos Telegraphos comapparelhos e fios especiaes para serviço do publico. dentro ou fóra das estações, mediante accôrdo com o Director ou o Engonheiro Chefo da estrada.

## VIII

Fica entendido que esses fios especiaes, no caso de emergencia de interrupção dos do serviço exclusivo da estrada, passarão a ser applicados a este, ainda em prejuizo do publico, como dispõe o art. 1º § 2º do Regulamento internacional; devendo sempre ter preferencia o serviço da estrada, sem excepção.

## IX

A Directoria dos Telegraphos deve satisfazer sem demora as requisições que lhe forem feitas pelas administrações das estradas de ferro em relação ao serviço telegraphico para o trafego.

## X

As estações secundarias das estradas de ferro podem receber e transmittir telegrammas do publico, ficando para a estrada a importancia da taxa que fôr cobrada nas referidas estações, e que corresponde á extensão da linha da estrada, sendo entregue á Directoria dos Telegraphos todo o excedente da taxa que competir a outras linhas.

## XI

A tarifa e todas as mais disposições para transmissão dos telegrammas que não sejam das estradas, serão as designadas pelas disposições do Regulamento da Repartição dos Telegraphos.

## XII

A Directoria dos Telegraphos poderá igualmente propor ás administrações das estradas de ferro todos os melhoramentos que possam contribuir para aperfeiçoar o serviço telegraphico e facilitar o trafego, dentro dos limites do credito votado.

## XIII

E' livre o transito pelas estradas de ferro a todos os empregados da Repartição Geral dos Telegraphos, que viajarem em serviço da mesma Repartição, sendo elles obrigados a apresentar nas respectivas estações o documento com o qual provem o serviço em que se acham; e aos Inspectores, Feitores e Guardas de linha poderão as administrações, á requisição dos encarregados de districtos, fornecer passes geraes que serão revalidados de tres em tres mezes.

## XIV

Aos empregados do telegrapho cabe toda ingerencia no que tem relação a este serviço, porém nem uma no que é concernente a quaesquer outros ramos de serviço.

## XV

Ficam sujeitos ás disposições dos arts. 84 e seguintes do Regulamento de 24 de Dezembro de 1881, todos os empregados das estradas de ferro que por negligencia ou quaesquer outros motivos causarem damno aos fios que prejudique a transmissão de telegraphmas.

O Director dos Telegraphos, ou o Chefe do telegrapho da estrada em trafego, levará o facto ao conhecimento dos Directores das estradas de ferro que imporão a pena.

## XVI

As duas Directorias procurarão sempre manter o mais perfeito accôrdo.

Directoria das Obras Publicas em 30 de Abril de 1885.— *J. F. Parreiras Horta*, Director interino.



## N. 50. — EM 1 DE MAIO DE 1885

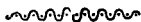
Dá Instruções quanto ao modo de fazer-se effectiva a garantia de juros concedida á empresa do melhoramento do porto da Fortaleza, na Provincia do Ceará.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 81.— Rio de Janeiro em 1 de Maio de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— A Legação Imperial do Brazil em Londres, communicando a este Ministerio por officio n. 44 de 15 de Novembro ultimo as condições com que foi lançada naquella praça no dia 8 do referido mez uma empresa alli organizada para levar a effecto o melhoramento do porto da Fortaleza (Ceará), de que são concessionarios pelo Decreto n. 8943 A, de 12 de Maio de 1883, Tobias Lauriano Figueira de Mello e Ricardo Lange, expoz que, além de attestar na fórma do costume a authenticidade dos decretos que regulam essa concessão, declarára em carta que achase annexa ao prospecto da sobredita empresa e á vista de um telegramma que lhe fôra expedido pelo Ministerio a cargo de V. Ex. em data de 25 de Outubro, terem sido os concessionarios autorizados a levantar a quantia de 1.500:000\$000.— Verifica-se, entretanto, pelo exame do prospecto que aquella Legação não limitou-se a fazer a declaração que menciona, pois accrescentou que semestralmente seriam pagos em Londres os juros de 6 % sobre a referida quantia a contar da data dos depositos effectuados nas casas bancarias que a companhia designasse para esse fim, devendo os respectivos certificados ser entregues na Delegacia do Thesouro. Semelhante declaração, não estando de accôrdo com a ultima parte do meu Aviso n. 1731 de 11 de Outubro do anno passado, no qual, depois de haver dado conhecimento a V. Ex. da autorização concedida para o levantamento dos 1.500:000\$000, a que se refere a Legação, tornei explicito que só seriam pagos os juros do capital effectivamente empregado, conforme estabeleceu-se na clausula 6ª do contrato approved pelo citado Decreto n. 8943 A, rogo a V. Ex. se digne expedir as necessarias ordens afim de que, fazendo-se nesse sentido conveniente rectificação, não possam os interessados allegar mais tarde a circumstancia exposta para pretenderem exigir do Estado sacrificios, a que este não pôde ficar sujeito. E convindo evitar que a deficiencia, que se nota no contrato quanto ao modo de fazer-se effectiva a garantia de juros concedida, dê logar a que se suscitem duvidas a esse respeito, julgo opportuno declarar a V. Ex. que para o cumprimento da clausula 6ª do mesmo contrato resolvi nomear desde já uma commissão presidida pelo Engenheiro fiscal e composta deste, de um empregado de Fazenda e de um agente que a companhia designar, a qual reunindo-se logo depois de terminado cada semestre, procederá á liquidação do que a empresa houver despendido de conformidade com o seu contrato e organizará a conta dos juros a pagar correspondentes ao semestre de que se

tratar, á vista do mesmo contrato e do resultado do exame feito, devendo apresentar em duplicata os seguintes documentos: acta das reuniões que celebrar, em que se mencionem as duvidas agittadas, reclamações feitas e o mais que houver occorrido; balanços e respectivas demonstrações desenvolvidas das despesas realizadas e de quaesquer rendas, eventuaes ou ordinarias, que deverem ser consideradas, e finalmente o calculo dos juros a pagar sobre o capital effectivamente empregado nas obras, que em tempo algum poderá exceder do que constar do orçamento que até o maximo de 2.500:000\$ fôr definitivamente approved, juntamente com os planos de revisão dos estudos a que se refere o Decreto n. 9279 de 23 de Setembro do anno findo. Consequentemente não serão consideradas as despesas senão nos limites do alludido orçamento, sem que, entretanto, a empreza fique por isso eximida de concluir todas as obras, a que se obrigou, visto ter-lhe sido concedido com tal condição o auxilio do Estado. Ao Presidente da Provincia a commissão entregará uma cópia dos documentos acima especificados para sem demora ser transmittida ao Engenheiro encarregado na Europa dos negocios deste Ministerio. Para o fim exposto rogo ainda a V. Ex. se digne designar o empregado de Fazenda que tem de fazer parte da commissão, e a quem poderá ser abonada por esse serviço especial a gratificação mensal de 30\$000 por conta do credito da Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882, art. 7º, § 1º, n. 4, incluido na tabella B da vigente Lei de orçamento.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — A S. Ex. o Sr. Conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas.



#### N. 51 — EM 13 DE MAIO DE 1885

Declara que ao Governo cabo fixar os limites do quadro do pessoal das estradas de ferro e dentro destes cabo ás respectivas companhias fazer a nomeação de seus empregados.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 51. — Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1885.

Em officio de 2 de Abril proximo passado consultou Vm. si as companhias de estradas de ferro podem nomear agentes de estações, conductores de trem e outros empregados independente de consulta ao Engenheiro fiscal do Governo.

Declaro, para os fins convenientes, que ao Governo incumbe, na fórma das disposições em vigor, fixar os limites do quadro do pessoal das ditas estradas.

Estabelecidos esses limites, as nomeações de que se trata são livremente feitas pelas companhias sem a intervenção do Governo, visto caber-lhes a inteira responsabilidade pela administração e regularidade dos serviços a seu cargo.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro Central das Alagoas.



N. 52 — EM 13 DE MAIO DE 1885

Sustenta a declaração feita ao Engenheiro fiscal da estrada de ferro D. Thereza Christina, pela Presidência da Santa Catharina, de que só por ordem expressa do Governo Imperial ou da Presidência da Provincia podem ter passagem por conta do Governo, na referida ferro-via, os colonos, imigrantes e quaesquer passageiros; cabendo, porém, em diligencias policiaes ou judiciais, ás competentes autoridades competencia para requisição das passagens necessarias.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 4. — Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Em officio de 16 de Fevereiro proximo passado n. 21 participa V. Ex. que, em solução á consulta feita pelo Engenheiro fiscal da estrada de ferro D. Thereza Christina, relativamente a passagens na mesma estrada, declarou ao dito Engenheiro, que só mediante ordem expressa do Governo Imperial ou da Presidencia da Provincia tinham direito a transportes por conta do Governo, naquella estrada, tanto os colonos e imigrantes, com suas bagagens, como os demais passageiros a que alludia a clausula 8ª das que baixaram com o Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878.

Declarou, outrossim, V. Ex. que, tratando-se de diligencias policiaes ou judiciais, eram competentes para requisitar as necessarias passagens as autoridades que ordenarem taes diligencias, as quaes tinham igualmente direito ao referido transporte, nos termos da clausula já citada.

Approvando as decisões proferidas por V. Ex., lh'o communico para seu conhecimento e fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio Carneiro da Rocha*. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



## N. 53 — EM 15 DE MAIO DE 1885

Declara que todos os empregados electores têm direito ao abono dos seus vencimentos no dia de eleição.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 39. — Rio de Janeiro em 15 de Maio de 1885.

Em solução á consulta que fez em seu officio n. 266 de 7 de Abril ultimo, declaro a Vm. que todos os empregados electores têm direito ao abono dos seus vencimentos sempre que faltarem ao serviço no dia de eleição, por ser este acto considerado como serviço publico.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Director Engenheiro Chefe da estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguayana.



## N. 54 — EM 18 DE MAIO DE 1885

Sobre o numero de dias em que deve ser considerado em serviço da commissão de tomada de contas da estrada Minas e Rio o empregado de Fazenda que della fizer parte.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 11. — Rio de Janeiro em 18 de Maio de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Em officio de 23 de Março proximo passado submetten V. Ex. á consideração deste Ministerio a consulta feita pela Thesouraria de Fazenda dessa Provincia sobre o numero de dias em que, mensalmente, deverá ser considerado em serviço da commissão de tomada de contas da estrada de ferro Minas e Rio o empregado de Fazenda Manoel Pedro da Cunha, designado para fazer parte da mencionada commissão.

Declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que não é dado precisar o numero de dias a que allude a Thesouraria de Fazenda.

A commissão liquidadora deverá funcçãoar pelo tempo que o serviço da tomada de contas da referida estrada o exigir. O dia em que começarem os trabalhos e o em que terminarem deverão constar das respectivas actas, servindo isto de base para as notas da Repartição a que pertencer o dito empregado.

Cumpre, entretanto, observar que não é necessaria a reunião mensal da commissão de que se trata. Basta que aquella reunião

tenha lugar semestralmente no intuito de proceder-se á liquidação exigida no contrato da companhia, ficando a cargo do Engenheiro fiscal e do representante da mesma companhia o exame mensal que convem fazer para facilitar a referida liquidação.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



N. 55 — EM 24 DE MAIO DE 1885

Mantem a doutrina do Aviso de 5 de Fevereiro de 1879 que mandou ficar a cargo da Repartição dos Telegraphos a conservação das caixas de avisos de incendio e linhas que as ligam.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 3ª Secção. — N. 24. — Rio de Janeiro em 24 de Maio de 1885.

Tendo o Tenente-Coronel Director Geral do Corpo de Bombeiros remittido a este Ministerio a conta na importancia de 8\$000 proveniente de concertos effectuados nas caixas de aviso de incendio pela Repartição a seu cargo; declaro a V. S., para os devidos effectos, que aquella quantia deve ser levada á conta das officinas dessa Repartição, de accordo com a doutrina do Aviso n. 2 de 5 de Fevereiro de 1879, que mandou ficar a cargo da Repartição dos Telegraphos não só a conservação dos referidosapparelhos, mas tambem a das linhas que os ligam.

Por esta occasião recomendo a V. S. haja de providenciar para que estejam sempre em perfeito estado de conservação as linhas e apparelhos electricos destinados ao serviço de extincção de incendios nesta capital, conforme dispõe a segunda parte do § 2º art. 50 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8337 de 17 de Dezembro de 1881.

Deus Guarde a V. S. — *Antonio Carneiro da Rocha.* — Sr. Director da Repartição Geral dos Telegraphos.





## N. 56 — EM 26 DE MAIO DE 1885

Dá Instruções ao Engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis para desempenho da comissão de exame das obras do açude de Quixadá.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 88. — Rio de Janeiro em 26 de Maio de 1885.

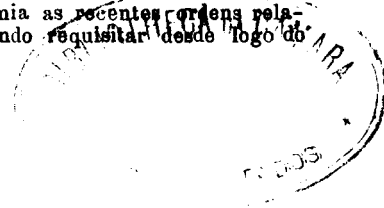
Apenas restando do credito concedido no actual exercicio para as obras de construcção do açude de Quixadá, na Provincia do Ceará, o saldo de 310:000\$, subordinado em parte a despezas autorizadas, e tendo occorrido, por outro lado, desaccôrdo profundo entre o Chefe da comissão incumbida daquellas obras e varios Engenheiros, deliberei mandar sobrestar na referida construcção, limitando os serviços aos strictamente necessarios á conservação e boa guarda do material, bem como fazer syndicar das arguições reciprocamente dirigidas pelo Chefe aos alludidos Engenheiros e vice-versa, e do estado dos trabalhos, applicação dos dinheiros publicos, modo pelo qual têm sido cumpridas as instruções dadas á comissão e todas as mais circumstancias que importa ao Governo conhecer, mediante minuciosa indagação, para que possa reconstituir a comissão, dado que o Poder Legislativo decreta os meios precisos á continuação das obras.

Para este effeito fica incumbido Vm. de dirigir-se sem perda de tempo a Quixadá, onde procederá a todas as indagações que julgar necessarias áquelle fim. Nesta comissão será auxiliado pelo 3º Escriptuario do Thesouro Nacional Frederico Augusto de Souza Nogueira, e poderá requisitar do Director da ferro-via de Baturité ou do da ferro-via de Sobral, um Engenheiro que o auxilie nas medições ou em outros trabalhos de campo, que forem julgados convenientes á avaliação das obras executadas.

Ser-lhe-hão entregues todos os papeis relativos á sobredita comissão de açudes, bem como cópias de todos os avisos expedidos acerca da mesma comissão, afim de que possa Vm. indicar as alterações que convierem ao regimen do serviço. Quanto á escripturação das despezas e relações da comissão com a Thesouraria de Fazenda da Provincia do Ceará, deverá Vm. examinar todos os processos, mencionando as irregularidades que acaso se notem nos mesmos processos, e suggerindo as providencias que couberem a bem da fiscalisação.

O Chefe da comissão de açudes e a Thesouraria de Fazenda prestar-lhe-hão todos os esclarecimentos, facultando-lhe o exame dos livros e papeis.

Deverá, outrossim, Vm. examinar a necessidade e o valor de quaesquer obras preliminares que tenham sido effectuadas, assim para facilitar o transporte de material, como para abrigo do pessoal e deposito de machinas, ferramentas e materiaes. Verificará tambem si estão sendo cumpridas com economia as recentes ordens relativas á suspensão dos trabalhos, podendo requisitar desde logo do

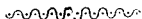


Chefe da comissão a redução do pessoal ou dos salarios, e, no caso de não ser promptamente attellido, solicitar deste Ministerio, por telegramma, as ordens e providencias que quadrarem ás circumstancias.

O que tudo confio do seu criterio e zelo pelo serviço publico.

Deus Guarde a Vm. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis.

— Transmittiu-se cópia ao Ministerio dos Negocios da Fazenda, solicitando a expedição das suas ordens á Thesouraria de Fazenda do Ceará, bem como á Presidencia da Provincia, e ao Engenheiro Jules Jean Revy, Chefe da comissão de açudes.



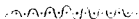
#### N. 57 — EM 31 DE MAIO DE 1885

Manda que seja levada á conta das despesas de custeio da estrada a importancia de 500\$ paga á Typographia Nacional pela impressão de suas tarifas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 60. — Rio de Janeiro em 31 de Maio de 1885.

Em resposta á consulta feita por Vm. a 15 de Março proximo passado, sobre a inclusão da quantia de 500\$, paga á Typographia Nacional pela impressão de tarifas dessa ferro-via, nas despesas de custeio da mesma estrada, declaro que deve ser levada á conta do custeio a referida importancia por constituir despesas das de que trata a clausula 10ª das que baixaram com o Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878.

Deus Guarde a Vm. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Engenheiro fiscal da *Alagoas Railway*.



#### N. 58 — EM 2 DE JUNHO DE 1885

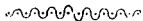
Autoriza o transporte gratis para objectos de expediente e passagens para os diversos funcionarios das empresas que mantêm accôrdo de trafego mutuo com a Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 50. — Rio de Janeiro em 2 de Junho de 1885.

Fica autorizado Vm. a conceder ás empresas que mantiverem accôrdo com essa estrada para o trafego mutuo, transporte gratuito

para o respectivo expediente e passagem para os seus diversos funcionarios, quando houverem de transitar pela referida estrada em objecto de serviço mixto; tudo como propoz em seu officio n. 195 de 16 de Maio ultimo.

Deus Guarde a Vm. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 59 — EM 2 DE JUNHO DE 1885

Autoriza a modificação do art. 125 das condições regulamentares.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 51. — Rio de Janeiro em 2 de Junho de 1885.

Autorizo a modificação proposta por Vm. ao art. 125 das condições regulamentares dessa Estrada, no sentido de serem os animaes remettidos para a cocheira mais proxima e ali tratados por conta e risco dos respectivos donos, quando o deposito publico distar da estação mais de dous kilometros. O que lhe communico em solução ao officio n. 183 de 30 de Abril ultimo.

Deus Guarde a Vm. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 60 — EM 5 DE JUNHO DE 1885

Approva a classificação na 6ª e 7ª classes da tarifa n. 3 do transporte do feno, alfalfa e outras forragens.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 53. — Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1885.

Em solução ao seu officio n. 216 de 30 de Maio ultimo, declaro a Vm. que approvo a sua proposta incluindo na 6ª e 7ª classes da tarifa n. 3 o transporte do feno, da alfalfa e de outras forragens; facilitando-se assim o desenvolvimento da pequena lavoura.

Deus Guarde a Vm. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 61 — EM 10 DE JUNHO DE 1885

Declara que o Governo só considera legalmente constituído o representante da companhia depois da apresentação de seu respectivo título.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 66.— Rio de Janeiro em 10 de Junho de 1885.

Em resposta ao officio de Vm. datado de 14 de Abril proximo passado, em que consulta si uma carta dirigida ao Director interino dessa ferro-via pôde produzir os effeitos de constituil-o representante da companhia, declaro que o Governo só pôde consideral-o tal, depois da apresentação de titulo legal.

Deus Guarde a Vm.— *João Ferreira de Moura*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraná.



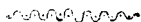
## N. 62 — EM 10 DE JUNHO DE 1885

Autoriza a emissão de passes na Estrada de Ferro D. Pedro II para os encarregados do serviço postal.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 55.— Rio de Janeiro em 10 de Junho de 1885.

Autorizo a emissão de passes para os encarregados do serviço postal, que transitarem nos carros do correio ambulante, como propoz Vm. em officio n. 153 de 4 de Abril ultimo, devendo, porém, em casos de urgencia daquelle serviço ser mantida a regularidade do dessa Estrada, independentemente das formalidades exigidas em condições ordinarias.

Deus Guarde a Vm.— *João Ferreira de Moura*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 63 — EM 11 DE JUNHO DE 1885

Approva provisoriamente as tarifas para o trafego da estrada de ferro do Recife a Caruarú.

Sua Magestade o Imperador Hã por bem Approvar provisoriamente as tarifas para o trafego da estrada de ferro do Recife a Caruarú, que baixam com este acto, assignadas pelo Director Engenheiro Chefe da mesma estrada.

Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1885. — *João Ferreira de Moura.*

## ESTRADA DE FERRO DO RECIFE A CARUARÚ

Distancias entre as estações em kilometros

ESTAÇÕES	TEGIPÓ	JABOATÃO	MORENOS	TAPERA	VICTORIA	POMBOS
Recife....	8,794	16,426	27,353	38,263	50,955	64,075
Tegipió....	7,632	18,559	29,471	42,161	55,281	
Jaboatão....		10,927	21,839	34,529	47,649	
Morenos.....			10,912	23,617	36,737	
Tapera.....				12,705	25,825	
Victoria.....					13,130	

## Estrada de ferro do Recife a Caruarú

## Tarifa n. 1 — Passageiros — 1ª classe

	TEGIPIÓ		JABOATÃO		MORENOS		TAPERA		VICTORIA		POMBOS	
	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA
Recife....	5500	5760	5800	45200	45900	25900	25700	45400	35600	55400	45200	65300
Tegipió.....			5500	5760	45400	25100	25000	35000	25900	45400	35800	55700
			Jaboatão.....		5500	45200	45500	25300	25500	35800	35400	55100
					Morenos.....		5800	45200	45700	25600	25600	35900
							Tapera.....		5900	45400	45800	25700
									Victoria.....		5900	45400
											Pombos	

Nota — Os menores de 6 annos pagam meia passagem. As crianças de collo têm passagem gratis.

# Estrada de ferro do Recife a Caruarú

## Tarifa n. 1 — Passageiros — 2ª classe

	TEGIPIÓ		JABOATÃO		MORENOS		TAPERA		VICTORIA		POMBOS	
	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA
Recife.....	5300	5460	5500	5760	45400	25700	45900	25900	25500	35800	25900	45400
Tegipió.....			5300	5460	45000	15500	45500	25300	25100	35200	25700	45400
			Jaboatão....		5600	5900	45400	45700	45800	25700	25400	35600
					Morenos....		5600	5900	45200	45800	45900	25900
							Tapera.....		5700	45400	45300	25000
									Victoria ....		5700	45400
											Pombos	

**Nota** — Os menores de 6 annos pagam moia passagem. As crianças de collo têm passagem gratis.

# Estrada de ferro do Recife a Caruarú

## Tarifa n. 1 — Passageiros — 3ª classe

	TEGIPIÓ		JABOATÃO		MORENOS		TAPERA		VICTORIA		POMBOS	
	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA	IDA	IDA E VOLTA
Recife.....	5200	5300	5300	5400	5800	5900	45400	25700	45600	255400	45700	25600
Tegipió.....			5200	5300	5600	5800	5900	45400	45300	25000	45500	25400
Jaboatão ...					5300	5500	5700	45400	45400	45700	45400	45400
Morenos....							5300	5500	5700	45400	45100	45700
Tapera.....									5400	5600	5800	45200
Victoria....											5400	5600
Pombos												

Nota — Os menores de 6 annos pagam meia passagem. As crianças do collo têm passagem gratis.



## Estrada de ferro do Recife a Caruarú

Tarifa especial para frutas, verduras, leite, ovos, aves domesticas e similares, por volumes até 20 kilogrammas, independente de inscripção.

ESTAÇÕES	TEGIPIÓ	JABOATÃO	MORENOS	TAPERA	VICTORIA	POMBOS
Recife.....	\$100	\$200	\$300	\$400	\$600	\$700
Tegipió...	\$100	\$200	\$300	\$500		\$600
Jaboatão...		\$200	\$300	\$400		\$500
Morenos....			\$200	\$300		\$400
Tapera.....				\$200		\$300
Victoria....						\$200

## Estrada de ferro do Recife a Caruarú

Tarifa n. 2 — Mercadorias — 1ª classe. Por 10 kilogrammas

ESTAÇÕES	TEGIPIÓ	JABOATÃO	MORENOS	TAPERA	VICTORIA	POMBOS
Recife.....	\$060	\$096	\$162	\$228	\$304	\$356
Tegipió...	\$060	\$114	\$174	\$252		\$320
Jaboatão...		\$066	\$132	\$210		\$288
Morenos....			\$066	\$144		\$222
Tapera....				\$078		\$156
Victoria...						\$078

### Estrada de ferro do Recife a Caruarú

Tarifa n. 2 — Mercadorias — 2<sup>a</sup> classe. Por 10 kilogrammas

ESTAÇÕES	TEGIPÓ	JABOATÃO	MORENOS	TAPERA	VICTORIA	POPOS
Recife.....	§042	§037	§143	§160	§238	§249
Tegipió.....	§042	§080	§122	§176	§224	
Jaboatão ...		§046	§092	§147	§202	
Morenos....			§046	§101	§155	
Tapera.....				§055	§109	
Victoria....					§055	

### Estrada de ferro do Recife a Caruarú

Tarifa n. 2 — Mercadorias — 3<sup>a</sup> classe. Por 10 kilogrammas

ESTAÇÕES	TEGIPÓ	JABOATÃO	MORENOS	TAPERA	VICTORIA	POPOS
Recife.....	§018	§029	§049	§068	§091	§107
Tegipió.....	§018	§034	§053	§076	§096	
Jaboatão ...		§120	§040	§063	§086	
Morenos....			§021	§043	§067	
Tapera.....				§023	§047	
Victoria....					§023	

## Estrada de ferro do Recife a Caruarú

Tarifa n. 2 — Mercadorias — 4ª classe. Por 10 kilogrammas

ESTAÇÕES	TEGIPÓ	JABOATÃO	MORENOS	TAPERA	VICTORIA	POMBOS
Recife...	§012	§019	§032	§046	§068	§071
Tegipió...	§012	§023	§035	§050	§064	
Jaboatão...		§013	§026	§042	§058	
Morenos...			§013	§023	§044	
Tapera...				§016	§031	
Victoria...					§016	

## Estrada de ferro do Recife a Caruarú

Tarifa n. 2 — Mercadorias — 5ª classe. Despachos por toneladas

ESTAÇÕES	TEGIPÓ	JABOATÃO	MORENOS	TAPERA	VICTORIA	POMBOS
Recife...	§601	§961	1§620	2§280	3§040	3§560
Tegipió...	§600	1§140	1§740	2§520	3§200	
Jaboatão...		1§660	1§320	2§100	2§880	
Morenos...			§661	1§440	2§220	
Tapera...				§780	1§560	
Victoria...					§780	



## Estrada de ferro do Recife a Caruarú

**Tarifa n. 2 — Mercadorias — 6ª classe. Despachos por toneladas**

ESTAÇÕES	TEGIPÓ	JABOATÃO	MORENOS	TAPERA	VICTORIA	POMBOS
Recife...	§120	§670	1§130	1§600	2§380	2§490
Tegipió...	§120	§800	1§320	1§760	2§240	
Jaboatão...		§460	§920	1§470	2§020	
Morenos...			§460	1§040	1§550	
Tapera...				§350	1§090	
Victoria...					§350	

## Estrada de ferro do Recife a Caruarú

**Tarifa n. 3 — Animaes — 1ª classe. Animaes de montaria por cabeça**

ESTAÇÕES	TEGIPÓ	JABOATÃO	MORENOS	TAPERA	VICTORIA	POMBOS
Recife...	§800	1§300	2§200	3§000	4§000	4§400
Tegipió...	§800	1§500	2§300	3§400	4§200	
Jaboatão...		§900	1§800	2§800	3§880	
Morenos...			§900	1§900	3§000	
Tapera...				1§000	2§100	
Victoria...					1§000	

## Estrada de ferro do Recife a Caruarú

Tarifa n. 3 — Animaes — 2ª classe. Por cabeça

ESTAÇÕES	TEGIPIÓ	JABOATÃO	MORENOS	TAPERA	VICTORIA	POMBOS
Recife...	\$50)	\$80)	1\$300	1\$80)	2\$400	2\$600
Tegipió...	\$50)	\$900	1\$40)	2\$000	2\$500	
Jaboatão...		\$500	1\$050	1\$700	2\$300	
Morenos...			\$50)	1\$150	1\$800	
Tapera...				\$600	1\$250	
Victoria...					\$600	

## Estrada de ferro do Recife a Caruarú

Tarifa n. 3 — Animaes — 3ª classe. Por cabeça

ESTAÇÕES	TEGIPIÓ	JABOATÃO	MORENOS	TAPERA	VICTORIA	POMBOS
Recife...	\$160	\$260	\$440	\$620	\$820	\$900
Tegipió...	\$160	\$320	\$480	\$680	\$840	
Jaboatão...		\$180	\$360	\$560	\$780	
Moreno...			\$180	\$400	\$600	
Tapera...				\$320	\$420	
Victoria...					\$220	

# Estrada de ferro do Recife a Caruarú

58

Horario dos trens nos dias uteis

**M. 1**

**DE MANHÃ**

**P. 2**

ESTAÇÕES	CHEGADA	PARTIDA	ESTAÇÕES	CHEGADA	PARTIDA
Recife.....	—	6 — 45	Jaboatão.....	—	8 —
Tegipió.....	7 — 5	7 — 9	Tegipió.....	8 — 16	8 — 18
Jaboatão.....	7 — 25	—	Recife.....	3 — 38	—
<b>P. 1</b>			<b>DE TARDE</b>		
Recife.....	—	5 —	Jaboatão.....	—	6 — 40
Tegipió.....	5 — 20	5 — 22	Tegipió.....	6 — 26	6 — 30
Jaboatão.....	5 — 34	—	Recife.....	6 — 50	—

DECISÕES DO GOVERNO

# Estrada de ferro do Recife a Caruarú

Tabella para os trens nos dias santificados

ESTAÇÕES	CHEGADA	PARTIDA	ESTAÇÕES	CHEGADA	PARTIDA
<b>P. 1</b>			<b>DE MANHÃ</b>		
Recife.....		8	Jaboatão.....		10
Tegipió.....	8,20	8,22	Tegipió.....	10,16	10,18
Jaboatão.....	8,38		Recife.....	10,38	
<b>P. 3</b>			<b>DE TARDE</b>		
Recife.....		2	Jaboatão.....		3
Tegipió.....	2,20	2,22	Tegipió.....	3,16	3,18
Jaboatão.....	2,33		Recife.....	3,38	
<b>P. 5</b>			<b>P. 6</b>		
Recife.....		5	Jaboatão.....		7
Tegipió.....	5,20	5,22	Tegipió.....	7,16	7,18
Jaboatão.....	5,38		Recife.....	7,38	

Escritorio do trafego. Recife, 11 de Maio de 1885.— *Aristides Galvão de Queiroz.*

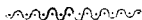
## N. 64 — EM 10 DE JUNHO DE 1885

Sobre a representação do Brazil na Conferencia internacional telegraphica em Vienna d'Austria.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 3.<sup>a</sup> Secção. — N. 17. — Rio de Janeiro em 10 de Junho de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Resolvendo o Governo Imperial fazer-se representar na Conferencia internacional de telegraphia, que deve realizar-se nessa capital em Agosto proximo futuro, como já se declarou a V. Ex. em Aviso deste Ministerio de 24 de Abril ultimo e ten lo cessado as causas que motivaram a não designação do Director Geral da Repartição dos Telegraphos deste Imperio, Conselheiro Barao de Capanema, para aquelle cargo, o Governo Imperial, tomando em consideração o que V. Ex. ponderou em officio de 23 de Fevereiro do corrente anno, nomeou nesta data o referido funcionario para substituir a V. Ex. na commissão que lhe foi confiada pelo supracitado aviso e espera do seu reconhecido zelo e patriotismo que V. Ex. prestará ao nomeado os auxilios de que carecer para o bom desempenho da commissão.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brazil em Berlim.



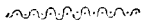
## N. 65 — EM 17 DE JUNHO DE 1885

Reduz a 500 rs. o transporte de ida e volta nos carros da Estrada de Ferro D. Pedro II. durante os dias de corridas no Derby e Jockey Clubs.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2.<sup>a</sup> Secção. — N. 56. — Rio de Janeiro em 17 de Junho de 1885.

De accôrdo com a proposta constante de seu officio n. 224 de 11 do corrente, fica Vm. autorizado a reduzir a 500 rs. o transporte de ida e volta nos carros dessa Estrada durante os dias de corridas no Derby e Jockey Clubs.

Deus Guarde a Vm. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.





## N. 66 — EM 17 DE JUNHO DE 1885

Providencia sobre o recebimento de notas dilaceradas ou das que, estando em substituição, forem apresentadas ás estações de arrecadação, até o dia em que terminar o prazo para o seu recolhimento, sem desconto.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 96.— Rio de Janeiro em 17 de Junho de 1885.

Haja Vm. de observar os seguintes artigos do Decreto n. 3970 de 14 de Fevereiro ultimo: « Artigo 128. As estações de arrecadação não poderão recusar o recebimento de notas dilaceradas, ou das que, estando em substituição, lhes forem apresentadas até o dia em que terminar o prazo para o seu recolhimento sem desconto, contanto que taes notas sejam verdadeiras, achem-se completas e não tenham carimbo ou marca que dificulte-lhes o exame ou as inutilise (Ords. ns. 454 de 26 de Novembro de 1874 e 416 de 26 de Setembro de 1875, e Circular n. 104 de 8 de Março de 1876).— Artigo 129. As Repartições pagadoras não deverão lançar em circulação cédulas que estiverem dilaceradas ou em substituição.— Artigo 130. As notas dilaceradas e em substituição recebidas ou existentes nas Repartições de que tratam os artigos antecedentes, serão apresentadas em maços separados á Caixa de Amortização, e ás Thesourarias de Fazenda para que procedam ao troco e substituição.»

Deus Guarde a Vm.— *João Ferreira de Moura*.— Sr. Director das obras do novo abastecimento d'agua á cidade do Rio de Janeiro.

Identico ao Director da Repartição Geral dos Telegraphos.



## N. 67 — EM 18 DE JUNHO DE 1885

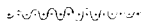
Estabelece os termos em que devem ser licenciados os empregados das companhias de estradas de ferro garantidas pelo Estado.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 14.— Rio de Janeiro em 18 de Junho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Tendo sido indeferida a petição da Companhia da estrada de ferro de Santos a Jundiaby reclamando contra a doutrina do Aviso deste Ministerio n. 147 de 31 de Dezem-

bro ultimo, o qual estabelece os termos em que devem ser licenciados os empregados das companhias de estradas de ferro garantidas pelo Estado, declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que não se tratando de funcionarios publicos, mas de empregados de companhias apenas auxiliadas pelo Governo, a concessão de taes licenças, nos termos do Aviso de 9 de Novembro de 1883, não deve depender da exhibição da prova da molestia allegada, incumbindo ao Fiscal do Governo junto ás mesmas companhias proceder de modo a evitar quaesquer abusos na pratica da faculdade conferida pelo referido aviso.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Presidente da Provincia do S. Paulo.



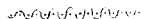
#### N. 68 — EM 20 DE JUNHO DE 1885

Approva a multa de 2:000\$ imposta á Companhia « Rio de Janeiro City Improvements » por infracção dos respectivos contratos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 4. — Rio de Janeiro em 20 de Junho de 1885.

De accôrdo com a proposta constante de seu officio n. 179 de 13 do corrente, declaro a V. S. que approvo a multa de 2:000\$ que impoz á companhia sob sua fiscalisação, por ter durante a ultima chuva do dia 10 para 11 lançado directamente ao mar os despejos da casa de machinas do 1º districto.

Deus Guarde a V. S. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Engenheiro fiscal do Governo junto á Companhia *Rio de Janeiro City Improvements*.



#### N. 69 — EM 22 DE JUNHO DE 1885

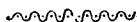
Declara poderem accumular as funcções de agentes do Correio os estacionarios das estações no prolongamento da estrada de ferro da Bahia.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 47. — Rio de Janeiro em 22 de Junho de 1885.

Em solução á consulta constante de seu officio n. 89 de 25 de Maio proximo findo, declaro a Vm. que podem os respectivos esta-

cionarios accumular as funções de agente do Correio com prévia nomeação interina da autoridade competente, considerando-se essa interinidade por tempo indefinido, até 2ª ordem; devendo, não obstante, prevalecer taes designações sómente nas estações pouco populosas, onde não seja facil encontrar-se pessoal idoneo que possa exercer esses logares como effectivo.

Deus Guarde a Vm. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Director Engenheiro Chefe do prolongamento da estrada de ferro da Bahia.



N. 70 — EM 22 DE JUNHO DE 1885

Providencia para que a Fazenda Nacional seja indemnizada do pagamento de juros garantidos indevidamente feito á empreza do melhoramento do porto da Fortaleza, no Ceará.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Obras Publicas. — 3ª Secção. — N. 108. — Rio de Janeiro em 22 de Junho de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo-se pago na Delegacia do Thesouro Nacional em Londres á empreza dos melhoramentos do porto do Ceará os juros de 1.500:000\$000, levantados naquelle paiz para as obras a cargo da dita empreza; e como tal pagamento seja contrario ao que dispõe a clausula 6ª do contrato approved pelo Decreto n. 8143 A, de 12 de Maio de 1883, que estatuiu o pagamento de juros sómente do capital effectivamente empregado nas alludidas obras; tenho a honra de informar a V. Ex. do occorrido e pedir a sua esclarecida attenção para o Aviso deste Ministerio de 1 de Maio proximo passado sob n. 81, afim de que a Fazenda Nacional seja indemnizada do excesso indevidamente pago e cumpridas as determinações constantes do indicado aviso.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Ferreira de Moura*. — A S. Ex. o Sr. Senador José Antonio Saraiva.



## N. 71 — EM 30 DE JUNHO DE 1885

Approva a solução dada pela Presidência de Santa Catharina á consulta da Junta classificadora de escravos do município da Laguna.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 5.— Rio de Janeiro, em 30 de Junho de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., em resposta ao officio dessa Presidencia de 12 de Março ultimo, que este Ministerio approva a solução dada á consulta da Junta classificadora de escravos do município da Laguna, mandando:

1.º Que a classificação abranja as duas quotas por applicar, e admitta as alterações occorridas até a data da reunião da Junta;

2.º Que uma escrava de 21 annos passe para a ordem do individuos;

3.º Que o Aviso de 20 de Junho de 1883 teve por fim obstar que os trabalhos das Juntas fossem alterados, em consequencia de casamentos feitos para o fim de obter preferencia, mas nunca preterir o direito de escravos; cabendo á Junta a obrigação de, conhecidas as faltas da matricula, exigir os esclarecimentos necessarios;

4.º Que o Promotor Publico, em relação aos escravos do seu constituinte, não pôde ter voto na Junta.

Deus Guarde a V. Ex.— *João Ferreira de Moura*.— Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

*~\*~\*~\*~\*~*

## N. 72 — EM 3 DE JULHO DE 1885

Declara que, em relação ao padrão monetario a ser adoptado para pagamento dos empregados da companhia, a comissão liquidadora deverá guiar-se pelo estabelecido no quadro do respectivo pessoal.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 86.— Rio de Janeiro em 3 de Julho de 1885.

Em resposta ao seu officio n. 69 de 26 de Maio proximo findo, e para os fins convenientes, declaro-lhe que, em relação ao pessoal da companhia, a comissão liquidadora deverá guiar-se, nas contas do respectivo pagamento, pelo quadro approved, do qual deverá constar, relativamente a cada vencimento, si será pago em libras esterlinas ou em moeda nacional; si fôr omisso, convem que a companhia proponha e justifique as rectificações necessarias.

Deus Guarde a Vm.— *João Ferreira de Moura*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro de Santos a Jundiaby.

*~\*~\*~\*~\*~*

## N. 73 — EM 6 DE JULHO DE 1885

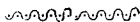
Declara que das decisões das Presidências sobre negocios de character provincial e local não ha recurso, nos termos do Regulamento de 5 de Fevereiro de 1842.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 2.  
— Rio de Janeiro em 6 de Julho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— A companhia urbana da estrada do ferro Paraense solicitou, em petição de 2 de Agosto do anno proximo passado, o deferimento de outra que apresentou para que fosse admittido e processado o recurso por ella interposto, em referencia ao acto administrativo que manteve a resolução pela qual a maioria da Camara Municipal de Belém concedera, ao seu secretario Felippe José de Lima, uma linha de carris de ferro.

A este respeito, communico a V. Ex. para os fins convenientes, que mantenho o despacho de 18 de Agosto de 1883, que é do theor seguinte: « Não é caso de recurso. O art. 45 do Reulg. n. 124 de 5 de Fevereiro de 1842 não abrange os casos de decisão da Presidencia sobre negocios de character puramente provincial e local. »

Deus Guarde a V. Ex.— *João Ferreira de Moura*.— Sr. Presidente da Provincia do Pará.



## N. 74 — EM 6 DE JULHO DE 1885

Solicita a expedição de ordens afim de serem applicadas as convenientes medidas policiaes no sentido de impedir que seja prejudicada a qualidade das aguas dos Tres Rios o damnificados os respectivos encanamentos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 5.  
— Rio de Janeiro em 6 de Julho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Não sendo possível á Inspectoria das Obras Publicas da Corte evitar que João Figueira d'Ornellas e Antonio Joaquim de Abreu prejudiquem a qualidade das aguas dos Tres-Rios destinadas ao consumo publico e damnifiquem os respectivos encanamentos, na parte comprehendida nos seus terrenos situados na freguezia de Jacarépaguá, com o fim de tornarem imprescindivel a desapropriação dos mesmos terrenos, solicito de V. Ex. as providencias precisas para que sejam applicadas as convenientes medidas policiaes no sentido de se impedir a continuação daquelles factos.

Deus Guarde a V. Ex.— *João Ferreira de Moura*.— A S. Ex. o Sr. Ministro da Justiça.



## N. 75 — EM 6 DE JULHO DE 1885

Fixa a verdadeira intelligencia do modo de applicar os creditos abertos na Delegacia do Thesouro em Londres para compra de materias para os serviços deste Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 104.— Rio de Janeiro em 6 de Julho de 1885.

Resolvendo o assumpto de que trata seu officio n. 1404 de 27 de Fevereiro ultimo, declaro a Vm. para sua intelligencia que, tendo ouvido previamente a respeito o Ministerio dos Negocios da Fazenda, em face do parecer junto por cópia da Directoria Geral da Contabilidade do Thesouro Nacional, com o qual concorda aquelle Ministerio, não pôde ser approvada a pratica proposta por Vm. no citado officio, para applicar as sobras de uns creditos abertos na Delegacia do Thesouro em Londres, á sua disposição, para aquisição de material por conta deste Ministerio, á satisfação de outras encomendas, embora da mesma Repartição, visto semelhante pratica ir de encontro com o preceito da legislação de Fazenda.

Deus Guarde a Vm.— *João Ferreira de Moura*.— Sr. Engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro.



## N. 76 — EM 8 DE JULHO DE 1885

Manda subsistir e executar a declaração da Imperial Legação do Brazil em Londres quanto á data da contagem dos juros garantidos á empreza do melhoramento do porto da Fortaleza, no Ceará.

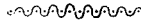
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 8.— Rio de Janeiro em 8 de Julho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Tendo a Legação Imperial do Brazil em Londres exposto em telegramma as graves difficuldades, que ao credito do Brazil poderia acarretar a retractação da segurança dada pela mesma Legação aos incorporadores da companhia, que se propõe realizar as obras do melhoramento do porto da Fortaleza, nessa Provincia, quanto á data da contagem do juro de 6 % sobre o capital de 1.500:000\$000, que os concessionarios daquelle melhoramento foram autorizados a levantar por conta do capital para esse fim garantido, resolveu este Ministerio, attendendo a tal reclamação, mandar subsistir e executar o que a semelhante res-

peito foi pela dita Legação declarado e consta do Aviso n. 81 do 1º de Maio ultimo, expedido ao Ministerio da Fazenda pelo meu digno antecessor e do qual enviou-se cópia a essa Presidencia com o Aviso n. 4 da mesma data ; devendo, portanto, fazer-se effectiva a garantia de juros, de que trata, na conformidade das clausulas do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, que forem applicaveis a esta empreza, visto ser nesta parte omisso o contrato approvedo pelo Decreto n. 8943 A, de 12 de Maio de 1883.

Nesse sentido providencio na presente data para que sejam expedidas as necessarias ordens pelo Ministerio da Fazenda, adiando-se para occasião opportuna a nomeação da commissão liquidadora a que se refere o mencionado aviso. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effectos, convido fazel-o constar tambem ao respectivo Engenheiro fiscal.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.



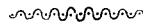
#### N. 77 — EM 10 DE JULHO DE 1885

Approva as tabellas do novo horario para os trens de passageiros e mixtos da linha do centro e ramaes e dos suburbios da Estrada do Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 61. — Rio de Janeiro em 10 de Julho de 1885.

Sendo procedentes os motivos expostos por Vm. em officio n. 242 de 3 do corrente, ficam approvadas as tabellas do novo horario para os trens de passageiros e mixtos da linha do centro e ramaes e dos suburbios, que acompanharam aquelle officio.

Deus Guarde a Vm. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 78 — EM 13 DE JULHO DE 1885

Dá Instrucções acerca da despesa que, sob o titulo — differenças de cambio, figuram nas contas das companhias de estradas de ferro, que gozam de fiança ou garantia de juros.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 108. — Rio de Janeiro em 13 de Julho de 1885.

Avultando consideravelmente a importancia das despesas, que sob o titulo « differenças de cambio » figuram nas contas das com-

panhias emprezarias de estradas de ferro, que gozam de fiança ou garantia de juros do Estado, chamo a sua attenção para taes despesas, que, como quaesquer outras que sejam levadas á conta do custeio, estão sujeitas ao exame e fiscalisação dos agentes do Governo, conforme já foi declarado por Aviso de 22 de Julho de 1869 expedido á Presidencia da Provincia de Pernambuco.

A importância do prejuizo ou lucro proveniente da differença de cambio pela passagem de fundos do Imperio para o paiz onde estiver a séde das companhias, só poderá ser incluída nas contas de despesa e receita das mesmas companhias em quanto fôr isso justificado pelo motivo exposto no Aviso de 30 de Janeiro daquelle anno expedido igualmente á referida Presidencia, a saber, para que o juro garantido seja pago na mesma moeda do capital empregado na empresa.

As remessas devem, pois, limitar-se ás quantias indispensaveis para os pagamentos de despesas consideradas de custeio ou devidamente autorizadas, que tiverem de ser effectuadas fóra do Imperio e mais a que corresponder á renda líquida semestral verificada, cumprindo á companhia communicar-as opportunamente a Vm., e expôr os motivos que as justifiquem para que possam ser tomadas em consideração pela commissão liquidadora, a qual nada terá que ver com as remessas que não forem feitas nessas condições e consequentemente eliminará das contas do semestre as respectivas despesas, si nellas figurarem.

Deus Guarde a Vm. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro.

.....

#### N. 79 — EM 13 DE JULHO DE 1885

Declara que, nas contas do custeio da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro, não pôde figurar a verba destinada á formação de fundo de reserva e manda examinar as contas dos semestres anteriores para verificar si dão logar a qualquer reposição ao Estado.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 92. — Rio de Janeiro em 13 de Julho de 1885.

Chamo a sua attenção para a circumstancia de sob o titulo « fundo de reserva » haver sido incluída no quadro demonstrativo das despesas da estrada de ferro sob sua fiscalisação no anno proximo passado, a quantia de 12:500\$, com manifesto prejuizo da renda líquida da mesma estrada, que interessa, como Vm. sabe, á garantia de juros do Estado.

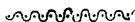


Em virtude da clausula 16<sup>a</sup> do Decreto n. 6746 de 17 de Novembro de 1877 o fundo da reserva será formado de todo o excedente dos dividendos de 7 até 7  $\frac{1}{2}$  %, e em quanto não fôr attingido este limite a despesa proveniente do dito fundo será levada á conta do custeio da estrada em quotas correspondentes a 1/4 % do capital.

Tendo o Governo permitido por equidade que a importancia do capital de 160:000\$, que a companhia foi autorizada a empregar no augmento do seu material rodante, figurasse nas contas semestraes em quotas de 40:000\$, não póde absolutamente tolerar que, além de semelhante favor, a companhia pretenda ainda formar o seu fundo de reserva á custa do Estado, pois em tanto importa a circumstancia acima notada.

Cumpra, portanto, que Vm. providencie para que nas condições expostas não mais figure nas contas do custeio verba destinada á formação do fundo de reserva, que deverá ser constituido pelo meio indicado, e examine, outrossim, si as rectificações a fazer nas contas dos semestres passados dão logar a qualquer reposição ao Estado.

Deus guarde a Vm.— *João Ferreira de Moura*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro.



#### N. 80 — EM 13 DE JULHO DE 1885

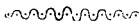
Declara que nas contas do custeio das estradas de ferro garantidas só podem ser incluídos os ordenados realmente pagos aos empregados da companhia, e não os fixados na respectiva tabella, quando estes não forem attingidos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1<sup>a</sup> Secção.— N. 91.— Rio de Janeiro em 13 de Julho de 1885.

Havendo o representante da companhia dessa estrada de ferro interpretado a tabella dos vencimentos do pessoal como um maximo a que julga-se livre de não attingir, conforme consta da acta da 31<sup>a</sup> reunião da commissão liquidadora, em 25 de Abril ultimo, declaro-lhe, para os fins convenientes, que, nas contas de custeio só poderão ser incluídas as quantias effectivamente despendidas. Devem, pois, ser tomados em consideração os ordenados realmente pagos e não os marcados na tabella, sempre que estes não forem attingidos. Declaro-lhe tambem que não podem entrar nas contas do custeio as despesas com assignaturas de jornaes, de accordo com a decisão deste Ministerio, constante do Aviso n. 28 de 29 de Agosto de 1883.

Deve, portanto, Vm. nas futuras contas mensaes ou semestraes, corrigir as faltas commettidas até hoje, com referencia a esses assumptos.

Deus Guarde a Vm.— *João Ferreira de Moura*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraná.



## N. 81 — EM 18 DE JULHO DE 1885

Providência para que os telegrammas destinados ao Brazil conttenham a declaração da via *por linha terrestre*.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 8.— Rio de Janeiro em 18 de Julho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Convindo acautelar a renda dos telegraphos do Estado, que em grande parte está sendo desfalcada em consequencia da entrega de telegrammas officiaes remettidos da Europa e Estados-Unidos ás autoridades neste Imperio, pela *Brazilian Submarine Telegraph Company* à *Western and Brazilian Telegraph Company*, que tem com aquella um contrato não approved pelo Governo: rogo a V. Ex. se digne ordenar aos Agentes Diplomaticos e Consulares que lancem nos seus telegrammas destinados ao Brazil a declaração da via *por linha terrestre*. Estas palavras, em virtude da disposição expressa na Convenção telegraphica internacional, não são contadas para pagamento da taxa e evitam que ao chegar ao Recife sejam os ditos telegrammas entregues à *Western* para os passar por seus cabos.

Deus Guarde a V. Ex.— *João Ferreira de Moura*.— A S. Ex. o Sr. Ministro de Estrangeiros.

*em resposta ao oficio de 18 de Junho de 1885*

## N. 82 — EM 27 DE JULHO DE 1885

Não é caso para arbitramento a reclamação da Companhia da estrada de ferro do Recife a S. Francisco sobre a decisão do Governo não permitindo incluir na conta do custeio da estrada a importancia dos impostos pagos pela companhia.

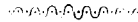
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— N. 6.— Rio de Janeiro em 27 de Julho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio dessa Presidencia de 3 de Junho ultimo, que acompanhou o do superintendente da estrada de ferro do Recife a S. Francisco de 6 de Maio do corrente anno, e em que dá V. Ex. conta da resolução da respectiva companhia de recorrer ao arbitramento estabelecido pelo Decreto de 13 de Outubro de 1853, para decidir sobre a exclusão das despesas com pagamento de impostos das de custeio da estrada, declaro, para os fins convenientes, que no presente caso não póde

ter logar o referido arbitramento, porquanto, sómente o Poder Legislativo tem competencia para conceder a isenção do pagamento de impostos de que ella pretende gozar.

Outrosim declaro que approvo o acto de V. Ex. autorizando a companhia a contratar os serviços de um advogado para a causa a que refere-se seu já citado officio, nos termos dos Avisos de 12 de Maio de 1882 e 21 de Maio de 1883.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Ferreira de Moura*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



N. 83 — EM 30 DE JULHO DE 1885

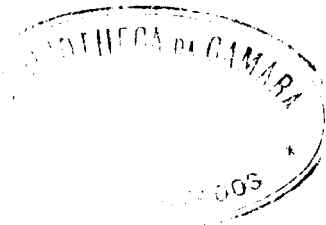
Havendo duvida sobre a existencia de ascendentes ou descendentes de um escravo classificado, a avaliação deste é provisoria.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Agricultura. — 2ª Secção. — N. 17. — Rio de Janeiro em 30 de Julho de 1885.

Pelo officio de V. S. de 31 de Março ultimo, ficou este Ministerio inteirado das diligencias empregadas por V. S. no sentido de realisar a avaliação dos escravos que têm de ser libertados por conta da 5ª quota do fundo de emancipação distribuida ao municipio da Côte.

Sobre a avaliação dos escravos Faustino, Luzia e Sabino, que V. S. entra em duvida si deve considerar provisoria e caducar no caso de estarem os filhos ou mães manumittidos ou terem fallecido antes da classificação, declaro a V. S. que tal avaliação é com effeito provisoria, não perdendo os individuos de que se trata o seu direito á alforria, para o caso de ser verificada a existencia do ascendente ou descendente.

Deus Guarde a V. S.—*João Ferreira de Moura*.— Sr. Procurador dos Feitos da Fazenda.



## N. 84 — EM 31 DE JULHO DE 1885

Revoga a autorização dada a diversas Presidencias de Provincias, pela Circular de 24 de Março de 1859, para vender terras devolutas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— Circular.— N. 4.— Rio de Janeiro em 31 de Julho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Fica revogada a autorização dada a essa e ás Presidencias das Provincias do Amazonas, S. Paulo, Espirito Santo, Santa Catharina e Mato Grosso, pela Circular de 24 de Março de 1859, para vender terras devolutas.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 85 — EM 4 DE AGOSTO DE 1885

Resolve diversas reclamações da Companhia da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, sobre classificação de despesas, e providencia para que em cada officio só se trate de uma questão.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 99.— Rio de Janeiro em 4 de Agosto de 1885.

No officio n. 40 do 8 de Abril proximo passado informa Vm. sobre os quatro requerimentos da superintendencia dessa ferrovia datados de 11 de Novembro, 4 e 31 de Dezembro do anno findo e 6 de Março do corrente anno, nos quaes pede-se a aceitação de certas verbas glosadas das contas de Setembro, Outubro e Dezembro ultimos.

Em resposta, declaro-lhe, para os fins convenientes:

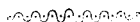
As despesas de viagem do superintendente a esta Corte e a sua estadia nella, não podem ser aceitas, conforme o Aviso n. 117 de 25 de Outubro de 1884.

Ficam approvados os vencimentos do chefe do trafego e do caixa da companhia, em virtude das informações prestadas por Vm.; devendo, porém, regular-se, nos casos posteriores ao Aviso n. 147 de 31 de Dezembro ultimo, pelas disposições do mesmo aviso. Quanto aos 33\$000 diarios de jornaleiros, nomeação de bagageiro e telegraphista e ordenados de dous chefes de trens e um ajudante, já o Aviso n. 147 de 31 de Dezembro ultimo resolveu, mandando aceitar-os. No que refere-se aos impostos municipaes, ou quaesquer outros, a sua não aceitação nas contas de

custeio é assumpto já resolvido, especialmente pelo Aviso Circular n. 14 de 3 de Agosto de 1883. Mantenho tambem a glosa de 30\$000 relativa á indemnização por avarias, de accôrdo com as suas informações; visto como não podem correr por conta do custeio despesas que resultarem da negligencia dos empregados da estrada.

Observe-lhe, finalmente, que deve Vm. informar os requerimentos, cada um isoladamente e não englobando-os, como agora fez.

Deus Guarde a Vm.— *João Ferreira de Moura*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro de Santos a Jundiaby.



#### N. 86 — EM 4 DE AGOSTO DE 1885

Sobre a interpretação a dar-se ao art. 2º da clausula 8ª do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, relativa ao transporte de militares por vias ferreas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 98. — Rio de Janeiro em 4 de Agosto de 1885.

No officio n. 948 de 20 de Junho ultimo consulta Vm. sobre a interpretação a dar ao art. 2º da 8ª clausula do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878.

Em resposta declaro-lhe, para os fins convenientes, que a citada disposição refere-se a qualquer numero de soldados, independentemente da presença de officiaes que os commandarem. Não comprehendendo, porém, os soldados que obtiverem baixa, nem as familias dos militares, ainda quando estes viajarem em serviço do Governo.

No ultimo caso, o abatimento será de 15 % em virtude do n. 5 da mesma clausula, si o Governo conceder-lhes transporte.

Deus Guarde a Vm.— *João Ferreira de Moura*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraná.



## N. 87 — EM 10 DE AGOSTO DE 1885

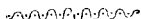
Approva modificações feitas no horario de varios trens da Estrada do Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 72.— Rio de Janeiro em 10 de Agosto de 1885.

Ficam approvadas as modificações feitas no horario de varios trens dessa estrada, constantes da tabella que acompanhou o officio n. 263 de 26 de Julho ultimo.

O que lhe communico para os fins convenientes.

Deus Guarde a Vm.— *João Ferreira de Moura*.— Sr. Director da Estrada do Ferro D. Pedro II.



## N. 88 — EM 11 DE AGOSTO DE 1885

Decide a reclamação de Firmino Olympio Diniz Junqueira acerca da classificação de seus escravos fugidos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 13.— Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Com o officio de V. Ex. de 17 do mez findo, recebi os papeis relativos á classificação de escravos no municipio do Ribeirão Preto, e á reclamação de Firmino Olympio Diniz Junqueira contra a classificação dos escravos Torquato, Felisbino, Bento e Barbosa, que declara terem estado fugidos, accrescentando que um delles, classificado como de seu sogro, Antonio Fernandes Nogueira, desde Novembro do anno findo que lhe portence por escripto particular.

E porquanto das informações presentes a este Ministerio consta que os referidos escravos vieram um dia á villa, onde se apresentaram ao Delegado de Policia, queixando-se de máos tratos que recebiam, foram por estes mandados recolher á prisão, e dias depois entregues ao senhor, não tem este acto os caracteristicos da fuga, e consequentemente não póde aproveitar ao reclamante; assim como não lhe aproveita a circumstancia de ter sido classificado como de seu sogro um daquelles escravos. O que tudo declaro a V. Ex. para os devidos effectos.

Deus Guarde a V. Ex.— *João Ferreira de Moura*.— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



## N. 89 — EM 12 DE AGOSTO DE 1885

Manda incluir na classe 7<sup>a</sup> da tarifa n. 3 o ferro velho fundido, para cobrança do frete na Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2<sup>a</sup> Secção. — N. 73. — Rio de Janeiro em 12 de Agosto de 1885.

Fica approvada a medida proposta por essa Directoria em officio n. 258 de 20 de Julho proximo findo, para que o pagamento do frete, na Estrada de Ferro D. Pedro II, do ferro velho fundido, seja incluido na classe 7<sup>a</sup> da tarifa n. 3.

Deus Guarde a Vm. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



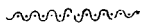
## N. 90 — EM 17 DE AGOSTO DE 1885

Faz extensivas a todas as estações da Estrada de Ferro D. Pedro II as disposições da tarifa especial n. 3 sobre assignaturas para o transporte de leite fresco.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2<sup>a</sup> Secção. — N. 74. — Rio de Janeiro em 17 de Agosto de 1885.

A' vista do que Vm. pondera em officio n. 273 de 8 do corrente mez, ficam extensivas a todas as estações dessa Estrada, onde possam ser utilizados os trens expressos na falta de outros, as disposições da tarifa especial n. 3 sobre assignaturas para o transporte de leite fresco.

Deus Guarde a Vm. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 91 — EM 18 DE AGOSTO DE 1885

Recommenda que os pedidos de licenças de empregados venham com informação dos respectivos Chefes, em que manifestem claramente a opinião — si os julga ou não no caso de serem attendidos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2<sup>a</sup> Secção. — Circular n. 122. — Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1885.

Tenha V... por muito conveniente a stricta observancia das ordens anteriormente expeditas por este Ministerio, para que os

pedidos de licenças dos empregados da Repartição a seu cargo não venham com simples informação, reportando-se exclusivamente aos attestados de Medicos com que são instruidos; mas sim manifeste V... claramente a sua opinião — si os julga ou não merecedores de favoravel deferimento e os motivos em que o basêa.

Deus Guarde a V... — *João Ferreira de Moura*. — Aos Chefes de serviços.



N. 92 — EM 18 DE AGOSTO DE 1885

Declara que as contas do material sahido do almoxarifado das estradas de ferro garantidas não estão sujeitas a sello, o que em relação á assignatura dos empregados nas folhas de pagamento deve-se adoptar a praxe seguida na Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 6. — Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1885.

Ilm. o Exm. Sr. — Em officio sob o n. 72, de 13 de Abril do corrente anno, submetteu essa Presidencia á consideração do Governo o despacho que dera á consulta da commissão liquidadora da estrada de ferro D. Thereza Christina, concernente ao pagamento de sello para as contas do material sahido do almoxarifado da mesma estrada, e á dispensa de assignaturas a rogo nas folhas de pagamento.

Declarou V. Ex. que as referidas contas não estão sujeitas a sello e mandou que se observasse a praxe adoptada pela Estrada de Ferro D. Pedro II, conforme o Aviso deste Ministerio, n. 358 de 22 de Junho de 1876.

Em resposta, e para os devidos effeitos, communico a V. Ex. que fica approvado o acto dessa Presidencia, e incluso remetto-lhe, por cópia, o Aviso do Ministerio da Fazenda de 3 do corrente mez, relativo aos mesmos assumptos.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Ferreira de Moura*. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.





## N. 93 — EM 31 DE AGOSTO DE 1885

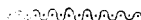
Declara que não podem ser incluídas nas contas de custeio das estradas de ferro garantidas as despesas com seguro contra incendio do seu material e edificios.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 110. — Rio de Janeiro em 31 de Agosto de 1885.

No seu officio de 23 de Julho ultimo, consulta Vm. si as despesas com o seguro contra incendio, a favor do material e edificios da estrada, podem ser incluídas nas contas de custeio; si na hypothese contraria, devem ser impugnadas no ajuste de contas para pagamento dos juros garantidos, quaesquer despesas extraordinarias exigidas pelas reparações de estragos causados por accidentes casuaes, por mais momentosas que sejam taes despesas, e uma vez que não tenham sido autorizadas pelo Governo.

Em resposta declaro-lhe, para os devidos effeitos, que as despesas com o seguro não podem ser incluídas no custeio; e, quanto ás despesas extraordinarias a que allude, deve Vm. observar o que dispõem a respeito as clausulas 8ª e 9ª do Decreto n. 6912 de 1º de Maio de 1875.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraná.



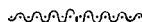
## N. 94 — EM 5 DE SETEMBRO DE 1885

Fixa a 5ª classe da tarifa n. 3 para cobrança na Estrada de Ferro D. Pedro II do frete das aguas mineraes nativas em territorio nacional.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 78. — Rio de Janeiro em 5 de Setembro de 1885.

De accôrdo com a proposta constante do seu officio n. 288 de 21 de Agosto proximo findo, approvo a alteração da classificação das aguas mineraes nativas em territorio nacional para, em vez da cobrança do frete de transporte na Estrada de Ferro D. Pedro II ser feita pela 3ª classe da tarifa n. 3, passar para a 5ª classe da mesma tarifa.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 95 — EM 12 DE SETEMBRO DE 1885

Declara que a redução da tarifa telegraphica internacional a que allude o Aviso de 24 de Agosto proximo passado depende, na parte relativa á taxa brasileira, de approvação do Corpo Legislativo.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 3ª Secção. — N. 391. — Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1885.

Em additamento ao meu Aviso de 24 de Agosto proximo passado n. 35, declaro a Vm. para o fazer constar, por telegramma, ao Barão de Capanema, que a redução da tarifa internacional a que allude o mesmo aviso depende, na parte relativa á taxa brasileira, da necessaria approvação do Corpo Legislativo.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Ao Director Geral dos Telegraphos.



## N. 96 — EM 15 DE SETEMBRO DE 1885

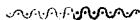
A Circular de 31 de Julho de 1883 não revogou a autorização dada ás Provincias de Mato Grosso e Amazonas para vender terras.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Agricultura. — 2ª Secção. — N. 16. — Rio de Janeiro em 15 de Setembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Fica entendido que a Circular deste Ministerio de 31 de Julho ultimo, revogou tão sómente a autorização dada a algumas Provincias pela Circular de 24 de Março de 1859, para vender terras devolutas, não se comprehendendo na revogação essa Provincia, que a tem pelo Decreto n. 5655 de 3 de Junho de 1874.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

Identico á Presidencia da Provincia do Amazonas.



## N. 97 — EM 15 DE SETEMBRO DE 1885

Declara que as despesas com a medição de terras para voluntarios devem correr por conta do Ministerio da Guerra.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 6.— Rio de Janeiro em 15 de Setembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Inteirado da materia do Aviso desse Ministerio de 8 de Julho ultimo, relativo aos emolumentos devidos ao Juiz commissario Paulo Schwarzer pela medição de um lote de terras entregue ao ex-voluntario da patria Augusto Pereira Liberatoro, cabe-me declarar a V. Ex. que, tratando-se de premio concedido por lei especial a serviços militares, compete o pagamento em questão ao Ministerio da Guerra e não ao da Agricultura.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— A S. Ex. o Sr. Conselheiro Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra.



## N. 98 — EM 18 DE SETEMBRO DE 1885

Providencia afim de que os proprietarios do theatros façam á sua custa a despesa com a collocação de linhas telephonicas entre cada theatro e o edificio do corpo de bombeiros.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 8.— Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— A vista do que expõe o Director Geral do corpo de bombeiros no officio constante da cópia inclusa, tenho a honra de pedir a V. Ex. sirva-se providenciar afim de que por intermedio do Chefe de Policia se procure obter que os proprietarios de theatros existentes nesta cidade façam á sua custa a despesa necessaria com a collocação de linhas telephonicas que liguem cada theatro ao edificio do corpo de bombeiros, evitando-se assim, no caso de incendio, a demora na transmissão dos competentes avisos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— A S. Ex. o Sr. Conselheiro Ministro e secretario de Estado dos Negocios da Justiça.



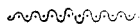
## N. 99 — EM 19 DE SETEMBRO DE 1885

Autoriza a concessão de prazos de terras ás ex-praças do Exército, de conformidade com o Decreto n. 3371 de 7 de Janeiro de 1865 e a Lei n. 2991 de 21 de Setembro de 1880.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— Circular.— N. 5.— Rio de Janeiro em 19 de Setembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Fica essa Presidencia autorizada a conceder ás ex-praças do Exército, que a isso tiverem direito, nos termos do Decreto n. 3371 de 7 de Janeiro de 1865 e do § 2º art. 2º da Lei n. 2991 de 21 de Setembro de 1880, os prazos de terras promettidos pelo Estado, averbando-se a concessão feita nas respectivas excusas originaes e correndo as despesas por conta do Ministerio da Guerra.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia de...



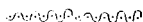
## N. 100 — EM 21 DE SETEMBRO DE 1885

Autoriza o estabelecimento de uma parada no lugar denominado « Cancellia do Santissimo » da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 82.— Rio de Janeiro em 21 de Setembro de 1885.

De accôrdo com a informação constante de seu officio n. 299 de 5 do corrente mez, autorizo Vm. a estabelecer uma parada no lugar denominado « Cancellia do Santissimo » entre as estações do Realengo e Campo Grande, no ramal de Santa Cruz, da Estrada de Ferro D. Pedro II; correndo por conta dos interessados todas as despesas de construcção da dita parada.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 101 — EM 23 DE SETEMBRO DE 1885

Revoga o Aviso de 2 de Maio deste anno, e autoriza a Companhia Macahé e Campos a transmittir pelo fio telegraphico entre Campos e S. Fidelis despachos particulares segundo as suas tarifas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 22.— Rio de Janeiro em 23 de Setembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Considerando este Ministerio que a linha telegraphica entre as estações de Campos e S. Fidelis, da estrada de ferro de Macahé a Campos, foi estabelecida com auxilio desta companhia; considerando que o Estado não estabeleceu entre essas estações uma linha propria á qual possa aquella fazer concorrência; considerando mais que nestas circumstancias não é justo privar o publico do gozo da referida linha, pelo menos até que o Estado possa collocar um novo fio entre as referidas estações: Resolvo revogar o Aviso de 2 de Maio do corrente anno, dirigido a essa Presidência, em virtude do qual o fio telegraphico collocado entre as sobreditas estações, só pôde ser destinado ao uso exclusivo do serviço da mesma estrada. Póde portanto V. Ex. autorizar a Companhia Macahé e Campos a transmittir pelo fio telegraphico entre as estações de Campos e S. Fidelis despachos particulares segundo as suas tarifas.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



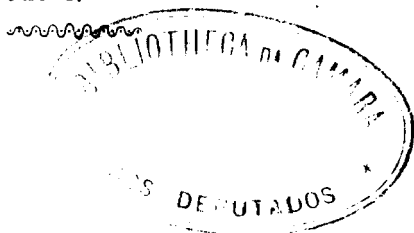
## N. 102 — EM 24 DE SETEMBRO DE 1885

Fixa a 5ª classe da tarifa n. 3 da Estrada de Ferro D. Pedro II para cobrança do frete do bi-sulphito de cal.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 84.— Rio de Janeiro em 24 de Setembro de 1885.

Fica Vm. autorizado a transferir da classe 2ª da tarifa n. 3 para a 5ª classe da mesma tarifa a classificação do bi-sulphito de cal para cobrança do respectivo frete, conforme propoz em officio n. 305 de 9 do corrente mez.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



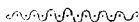
## N. 103 — EM 25 DE SETEMBRO DE 1885

Declara que sómente estão sujeitos ao sello de 2 % os empregados da estrada do ferro do Paraná que tiverem titulo de nomeação effectiva e que servirem com caracter de permanencia, estando isentos de seu pagamento os que o forem n'outras condições.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 117. — Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1885.

Tendo Vm. em seu officio de 4 de Agosto ultimo consultado si os empregados dessa ferro-via que percebem da respectiva companhia vencimentos superiores a 200\$ annuaes estão ou não sujeitos ao pagamento do sello de 2 %, a que refere-se o § 5º, n. 10, da tabella A, annexa ao Regulamento que baixou com o Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883, em resposta e para os fins convenientes declaro que, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Fazenda de 12 de Setembro andante, por cópia incluso, sómente estão sujeitos ao referido sello, nos termos da citada tabella e regulamento, os empregados dessa ferro-via que tiverem titulo de nomeação effectiva e que servirem com caracter de permanencia, estando isentos de seu pagamento os que o forem n'outras condições, quaesquer que sejam os seus vencimentos percebidos.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraná.



## N. 104 — EM 1 DE OUTUBRO DE 1885

Continuam isentos de sello fixo os documentos e declarações apresentadas para registro de terras.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Agricultura. — 2ª Secção. — N. 10. — Rio de Janeiro em 1 de Outubro de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio de 6 de Julho ultimo, que continuam isentos de sello fixo os documentos e declarações apresentadas pelos possuidores de terras para o registro destas, continuando em vigor os Avisos do Ministerio do Imperio de 17 de Janeiro de 1855 e a Ordem do Thesouro n. 86 de 10 de Março de 1857.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia do Pará.



## N. 105 — EM 2 DE OUTUBRO DE 1885

Manda sustar a execução dos trabalhos da linha do Alto Muriahé, até que o respectivo traçado seja approved pelo Governo Geral, por atravessar a estrada territorio de duas Provincias.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 119.— Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1885.

Não tendo as Administrações Provinciaes competencia para fazer concessões de estradas de ferro que transponham os seus respectivos limites territoriaes, uma vez autorizada a companhia da estrada de ferro sob sua fiscalisação a atravessar o territorio da Provincia do Rio de Janeiro com sua linha do Alto Muriahé, não pôde mais caber ao Governo Provincial a approvação dos competentes estudos e orçamentos, os quaes dependem de exame e approvação do Governo Geral; pelo que, determine Vm: á directoria da estrada de ferro Leopoldina que suste a execução dos trabalhos de construção da linha referida até que seu traçado seja submettido á approvação do Governo Geral, como se faz necessario, e é tambem declarado por telegramma expedido hoje a Vm.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro Leopoldina.



## N. 106 — EM 8 DE OUTUBRO DE 1885

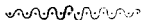
Regula o modo para pagamento de alforrias de escravos fugidos que sentarem praça no Exercito.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 12.— Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Sobre a materia do Aviso deste Ministerio n. 7 de 8 de Julho ultimo, cabe-me declarar a V. Ex. que tenho resolvido adoptar, no pagamento das alforrias de escravos fugidos e alistados no Exercito, o modo suggerido pelo Ministerio a cargo de V. Ex. no Aviso de 4 de Maio do corrente anno, ao qual aquelle respondeu. E assim expeço nesta data ao Ministerio da Fazenda e ás Presidencias de Provincia as recommendações necessarias para que no acto do pagamento aos ex-senhores sejam por estes apresentadas as respectivas cartas de alforria, que serão remettidas a

este Ministerio e opportunamente transmittidas ao de V. Ex., afim de que, nos termos do citado Aviso de 4 de Maio, sejam averbadas nos competentes assentamentos e entregues ás praças.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— A S. Ex. o Sr. Conselheiro João José de Oliveira Junqueira.



#### N. 107 — EM 8 DE OUTUBRO DE 1885

Autoriza a inclusão na 6ª classe da tarifa n. 3 do frete do chumbo velho e inservivel, na Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 88.— Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1885.

Do accôrdo com a informação a que se refere o seu officio n. 321 de 1 do corrente mez, fica Vm. autorizado a incluir na 6ª classe da tarifa n. 3 o frete do chumbo velho e inservivel.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director interino da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 108 — EM 10 DE OUTUBRO DE 1885

Autoriza uma parada na cancella do Rocha, entre as estações de S. Francisco Xavier e Riachuelo, da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 91.— Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1885.

Deferindo a reclamação feita por diversos proprietarios e moradores nas ruas 24 de Maio e D. Anna Nery e outras pertencentes ao bairro de S. Francisco Xavier, freguezia do Engenho Novo, para o estabelecimento de uma parada para os trens de suburbios da Estrada de Ferro D. Pedro II, na cancella do Rocha, situada entre as estações de S. Francisco Xavier e Riachuelo; fica Vm. autorizado a fazer effectiva essa parada, limitando-se sómente a construir alli uma pequena coberta para o bilheteiro, até que opportunamente se possa providenciar sobre o que convier fazer.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director interino da Estrada de Ferro D. Pedro II.





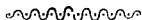
## N. 109 — EM 12 DE OUTUBRO DE 1885

Declara que a disposição do § 7º do art. 3º da Lei n. 3270 de 28 de Setembro só terá execução, quanto á limitação do valor dos escravos, depois que começar a correr o prazo para a nova matricula.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 20.— Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1885.

Tenho presente o officio de 6 do corrente, em que Vm. traz ao conhecimento deste Ministerio a reclamação feita pelo senhor de duas escravas que têm de ser libertadas por conta da 6ª quota do fundo de emancipação distribuida ao municipio da Côrte, para o fim de ser ajustado o prego das ditas escravas pela tabella constante do art. 1º § 3º da Lei n. 3270 de 28 de Setembro do corrente anno. E por quanto a disposição do § 7º do art. 3º da dita lei só terá execução, quanto á limitação do valor dos escravos á citada tabella, depois que começar a correr o prazo para a nova matricula, declaro a Vm. que, no caso de que se trata, está em vigor o processo de avaliação estabelecido pelo Regulamento de 13 de Novembro de 1872.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Procurador dos Feitos da Fazenda.



## N. 110 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1885

Ao Thesouro compete rubricar os livros de registro de baptismos e obitos de filhos livres de mulher escrava.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 31.— Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Sobre a materia do Aviso de V. Ex. de 11 do mez findo, com que respondeu ao de n. 24 de 14 de Agosto deste Ministerio, tenho a honra de declarar a V. Ex. que ao Thesouro compete rubricar os livros de registro de baptismos e obitos de filhos livres de mulher escrava, nos termos da Circular n. 2 de 30 de Setembro de 1871.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.



## N. 111 — EM 22 DE OUTUBRO DE 1885

Sujeita ás disposições dos arts. 146 a 148 das tarifas e condições regulamentares em vigor na Estrada de Ferro D. Pedro II os volumes apprehendidos pela Fazenda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 93.— Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1885.

Em solução á consulta feita por Vm. em officio n. 249 de 12 de Julho ultimo, si os volumes apprehendidos pela Fazenda Nacional e que ficam sendo de propriedade da mesma, podem permanecer depositados na Estrada de Ferro D. Pedro II isentos ou não de taxa de armazenagem, até que sejam retirados; lhe declaro, para os devidos effeitos, que taes volumes devem ficar sujeitos nestes casos ás disposições dos arts. 146 a 148 das tarifas e condições regulamentares em vigor na dita Estrada.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director interino da Estrada de Ferro D. Pedro II.

—————

## N. 112 — EM 5 DE NOVEMBRO DE 1885

Declara que o Fiel do deposito central da Inspectoria Geral das Obras Publicas pôde exercer o cargo de Avaliador commercial.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 33.— Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1885.

De conformidade com o que requereu o Fiel do deposito central dessa Repartição, Carlos da Costa Nova, concedo-lhe permissão para exercer o cargo de Avaliador commercial, visto que pôde desempenhar as funções daquella logar sem prejuizo do serviço publico, segundo declarou essa Inspectoria em sua informação constante do officio n. 476 de 24 de Outubro proximo passado.

O que lhe communico para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. S.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Inspector das Obras Publicas da Corte.

—————

## N. 113.— EM 14 DE NOVEMBRO DE 1885

Declara que o Governo não se responsabilisa por qualquer *deficit* que por ventura se verifique na liquidação das contas semestraes das estradas de ferro garantidas, embora tenha autorizado despesas nellas comprehendidas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 154.— Rio de Janeiro em 14 de Novembro de 1885.

Em resposta ao seu officio de 27 de Julho proximo passado que acompanha a carta de Vm. dirigida pela Companhia da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro, concernente á indemnização do *deficit* havido no 1º semestre do corrente anno, declaro a Vm. para os fins convenientes, que á vista dos termos em que foi concedida á referida companhia a garantia de juros, de que ella goza, não póde o Governo responsabilisar-se por qualquer *deficit* que por ventura se verifique nas contas semestraes da estrada, ainda que para esse resultado concorra em parte a inclusão nas contas do custeio de despesas autorizadas pelo mesmo Governo.

Juntamente com este remetto-lhe cópia dos Avisos n. 52 de 5 de Junho de 1884 e n. 92 de 13 de Julho ultimo, dirigidos ao Engenheiro fiscal dessa estrada, concernentes ao augmento do material rodante e á formação do fundo de reserva, para que fique Vm. inteirado do pensamento do Governo acerca de taes assumptos.

Dous Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro.

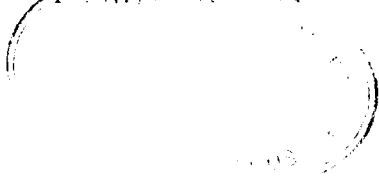


## N. 114 — EM 14 DE NOVEMBRO DE 1885

Recommenda aos Engenheiros fiscaes das estradas de ferro que nas suas informações sobre os materiaes, que as companhias pretenderem importar livres de direitos, tenham em vista os contratos das mesmas companhias e as mais disposições legais que forem applicáveis.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 155. Circular.— Rio de Janeiro em 14 de Novembro de 1885.

A este Ministerio communicou o da Fazenda em data de 1º de Outubro que as informações que os Engenheiros fiscaes do Governo prestam acerca das relações de materiaes que as respectivas companhias pretendem importar livres de direitos em virtude dos seus contratos, acham-se frequentemente em contra-



decisão com taes contratos e com as disposições legais, em que, noutretanto, deveriam basear-se, de modo que, longe de esclarecerem ao Governo, tornam-se antes motivo de duvidas para as estações fiscaes.

Para evitar o facto a que se refere o aviso supra, cumpre que Vm. nas informações que tiver de prestar acerca das relações dos materiaes que as companhias pretendem importar livres de direitos, tenha muito em vista, não só os contratos das companhias como as disposições legais, e outrosim nos casos de isenção de direitos para objectos destinados ao custeio sejam excluidos das relações quaesquer artigos de consumo geral absolutamente estranhos ao custeio especial das estradas de ferro.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro de...



#### N. 115 — EM 16 DE NOVEMBRO DE 1885

Declara que nas contas de custeio da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro não póde ser incluída quantia alguma destinada á formação do fundo de reserva.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 137. — Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1885.

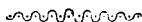
Declaro a Vm. para os devidos effeitos e em solução a uma reclamação da Companhia *Great Western of Brasil Railway Company, limited*, que este Ministerio mantem a decisão constante do Aviso de 13 de Julho do corrente anno não admitindo, á vista da clausula 16ª das que baixaram com o Decreto n. 6746 de 17 de Novembro de 1877, que seja incluída nas respectivas contas do custeio quantia alguma destinada á formação do fundo de reserva.

A referida clausula, rectificando os terminos da clausula 4ª do Decreto n. 6015 de 30 de Outubro de 1875 e restabelecendo com modificação o disposto na de n. 7 da concessão primitiva feita pelo Decreto n. 5704 de 5 de Agosto de 1874, permittiu á companhia levar á conta de custeio da estrada em quotas correspondentes a 1/4 % do capital garantido, em quanto não houver fundo de reserva, a importancia das despesas que menciona e que deveriam correr por conta do dito fundo si existisse, subentendendo-se em qualquer hypothese a autorização do Governo perante o qual taes despesas têm de ser previamente justificadas.

Não obstante esta vantagem especial, de que goza a companhia, e tratar-se de estrada de ferro recentemente inaugurada, foi-lhe concedido incluir nas contas de custeio em quotas superiores ás que se acham assim fixadas no contrato, a despesa exigida pela necessidade de augmentar o seu material rodante.

Ella, entretanto, além de utilizar-se desta concessão, levou também á conta das despezas do anno proximo passado, sob o titulo do fundo de reserva, a quantia de 12:500\$, a que se refere o citado Aviso de 13 de Julho e que ora verifica-se ter sido quasi totalmente applicada a despezas não autorizadas pelo Ministerio a meu cargo, sendo apenas de 1:992\$360 a importancia realmente destinada á formação daquelle fundo; o que de nenhuma sorte foi regular.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro.



#### N. 116 — EM 17 DE NOVEMBRO DE 1885

Declara que a Companhia da estrada de ferro Minas e Rio não pôde incluir nas contas de custeio da estrada alguma quota destinada á formação do fundo de reserva, e que deve justificar as despezas feitas em Londres. Exige outrossim, terceira via dos documentos relativos á tomada de contas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 138. — Rio de Janeiro em 17 de Novembro de 1885.

Pelo seu officio n. 134 de 21 de Julho do corrente anno e documentos que o acompanharam, teve este Ministerio conhecimento de haver a Companhia da estrada de ferro Minas e Rio incluído nas contas das despezas do 2º semestre do anno proximo passado, de accôrdo com o empregado de Fazenda que fez parte da respectiva commissão liquidadora, a quantia de dezenove contos trezentos sessenta e nove mil e setenta réis (19:369\$070) a titulo de fundo de reserva, allegando ter assim procedido em virtude da disposição da clausula 3ª das que baixaram com o Decreto n. 6091 de 8 de Janeiro de 1875; e, outrossim, de não ter podido a maioria da dita commissão pronunciar-se definitivamente a respeito da importancia de vinte e tres contos quinhentos cincoenta e cinco mil quinhentos e oitenta réis (23:555\$580) que o representante da companhia declarou ter sido despendida naquelle semestre com a administração em Londres.

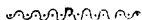
Em resposta a estas communicações declaro a Vm. para os devidos effeitos, que a disposição citada do Decreto n. 6091 não autorizara a inclusão nas contas do custeio da estrada de alguma quota destinada á formação do fundo de reserva, conforme foi exposto, tratando-se da estrada de ferro do Limoeiro, no Aviso n. 92 de 13 de Julho ultimo; acresce, porém, em relação á Companhia Minas e Rio que a clausula 5ª do Decreto n. 7734 de 21 de Junho de 1880 restabeleceu o disposto em igual clausula do Decreto n. 5952 de 23 de Junho

de 1875, estipulando apenas uma restricção que mostra quanto esteve sempre longe do pensamento do Governo tolerar que empresas de estradas de ferro garantidas levassem ao custeio das mesmas estradas qualquer quantia destinada a fundo de reserva, porquanto sendo essa companhia obrigada a formar semelhante fundo por meio de quotas deduzidas dos seus dividendos, ficou estabelecido que, quando estes forem constituídos com a renda liquida da estrada, nenhuma redução deverá soffrer a parte da dita renda que por ventura couber ao Governo, *ex vi* da clausula 3ª § 9º do Decreto n. 5952.

Relativamente á importancia das despesas de administração que o representante da companhia allegou terem sido feitas em Londres, bem procedeu a maioria da commissão liquidadora não tomando-a em consideração, por falta de documentos justificativos, que cumpria á companhia apresentar e serão opportunamente exigidos pelos competentes agentes do Governo na Europa.

Os documentos concernentes á liquidação semestral das contas da estrada devem ser remettidos em triplicata a este Ministerio; pelo que, convem que Vm. remetta a 3ª via das que acompanharam o seu alludido officio.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro Minas e Rio.



#### N. 117 — EM 18 DE NOVEMBRO DE 1885

Autoriza a novação do contrato de arrendamento do terreno na estação de Belem, da Estrada de Ferro D. Pedro II, para continuação do serviço de bufete.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directorio das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 99. — Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1885.

Fica Vm. autorizado a tornar effectiva a novação do contrato de arrendamento do terreno na estação de Belem, da Estrada de Ferro D. Pedro II, para continuação do serviço de bufete junto á plataforma da mesma estação, com o actual arrendatario, Antonio da Costa Ferreira Mondego, sob as bases constantes do seu officio n. 318 de 26 de Outubro proximo fim lo, com alteração, porém, da clausula 1ª, para que o tempo de duração seja sómente até o fim do corrente exercicio, e exclusão da 7ª, para ficar livre o pequeno commercio volante naquella paragem; cumprindo-lhe remetter cópia authentica do contrato, logo que seja assignado, para o archivo desta Secretaria de Estado.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Director interino da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 118 — EM 21 DE NOVEMBRO DE 1885

Estabelece regras para o pagamento dos juros sobre o capital empregado nas obras de melhoramentos do porto do Ceará.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 3ª Secção. — N. 209. — Rio de Janeiro em 21 de Novembro de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Por Aviso n. 1731 de 11 de Outubro do anno proximo passado, o Ministerio a meu cargo communicou ao que acha-se a cargo de V. Ex. ter autorizado o levantamento de 1.500:000\$ por conta do capital garantido para melhoramento do porto da Fortaleza, com a condição, porém, de só serem pagos os juros do que fosse effectivamente empregado. Baseado nesse aviso aquelle Ministerio expediu á Imperial Legação em Londres o telegramma de 25 do dito mez, transmittindo-lhe a noticia da autorização concedida, mas omitindo a condição exposta; o que deu logar a que a Legação por sua vez attestasse officialmente não só o que constava dos termos do telegramma alludido, mas tambem que os juros do capital, que fosse levantado e depositado até o limite indicado, correriam da data dos respectivos depositos. Destas circumstancias, o Ministerio a cargo de V. Ex. teve conhecimento pelo Aviso n. 81 do 1º de Maio proximo passado, em que foram pedidas providencias no sentido de regularisar-se, nos termos do contrato, o pagamento dos juros garantidos, fazendo-se em Londres a necessaria rectificação. Posteriormente, o meu antecessor, tendo sido informado de que aos empregarios, de que se trata, fôra feito na Delegacia do Thesouro em Londres pagamento de juros garantidos, sem attender-se ás ordens expedidas, providenciou pelo Aviso n. 108 de 22 de Junho para que taes ordens tivessem cumprimento e a Fazenda Nacional fosse indemnizada de qualquer pagamento indevidamente effectuado. Considerações de outra ordem levaram, entretanto, o mesmo Ministerio a mandar pelo Aviso n. 8 de 8 de Julho subsistir e executar o que fôra pela Imperial Legação attestado quanto ao pagamento dos juros garantidos, conforme ella o reclamou, ponderando em telegramma expedido ao antecessor de V. Ex. as graves difficuldades que ao credito do Brazil poderia acarretar a retractação da segurança que a este respeito dera aos incorporadores da companhia; e, á vista da deficiencia das clausulas do contrato approved pelo Decreto n. 8943 A, de 12 de Maio de 1883, foi resolvido que se observariam, no que fosse applicavel a esta empresa, as clausulas do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, que regulam a concessão de garantia de juros para construcção de estradas de ferro. E, devendo, em virtude da disposição do § 1º da segunda das referidas clausulas, cessar os juros da importancia dos chamados autorizados, decorrido que seja o primeiro anno da respectiva entrada até a conclusão das obras que deixarem de ser executadas nesse anno, só continuando

o pagamento depois que ellas acharem-se construidas, tenho a honra de chamar a esclarecida attenção de V. Ex. para a conveniencia de serem expedidas ordens nesse sentido á Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, provenindo-a de que até a presente data a companhia não construiu qualquer parte das obras de melhoramento do porto de que é emprezaria.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — A S. Ex. o Sr. Francisco Belisario Soares de Souza.



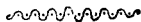
#### N. 119 — EM 23 DE NOVEMBRO DE 1885

Approva alterações propostas ás tarifas da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz e declara sem cabimento a autorização, ainda que provisoria, do Engenheiro fiscal para applicação das mesmas modificações.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 110. — Rio de Janeiro em 23 de Novembro de 1885.

Em resposta ao officio de 12 de Outubro ultimo, em que Vm. submetto á approvação deste Ministerio as modificações das tarifas vigentes dessa estrada cuja execução provisoria autorizou á respectiva companhia, declaro que approvo, nos termos do citado officio, as alterações propostas, observando a Vm., para que não fique estabelecido tão irregular precedente, que exorbitou de suas attribuições autorizando a companhia da estrada sob sua fiscalisação a executar, ainda que provisoriamente, as referidas modificações de suas tarifas.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz.



#### N. 120 — EM 28 DE NOVEMBRO DE 1885

Determina remessa mensal da synopse da receita e despesa da estrada de ferro do Paulo Afonso.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 61. — Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 1885.

Haja Vm. de mandar mensalmente a este Ministerio uma synopse da receita e despesa dessa estrada; convido que essas remessas comecem a contar-se do mez de Setembro ultimo.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Director da estrada de ferro do Paulo Afonso.





## N. 121 — EM 4 DE DEZEMBRO DE 1885

Autoriza a estabelecer bilhetes de 2ª classe do ida e volta sem abatimento nos trens do subúrbios e assignaturas mensaes entre cada uma das estações e paradas dos mesmos subúrbios.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 102.— Rio de Janeiro em 4 de Dezembro de 1885.

Em solução á proposta constante do seu officio n. 371 de 19 de Novembro ultimo, fica Vm. autorizado a estabelecer as seguintes medidas:

Bilhetes do ida e volta de 2ª classe nos trens de subúrbios, sem abatimento, como se pratica com os de 1ª classe;

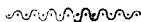
Assignaturas mensaes entre cada uma das estações e paradas dos subúrbios e a da Côrte, dando direito a uma viagem por dia em cada direcção, aos preços de 10\$ na 1ª classe e 5\$ na 2ª para as assignaturas entre a Côrte e cada uma das estações e paradas até Engenho Novo inclusive;

13\$ na 1ª e 8\$ na 2ª para as assignaturas entre a Côrte e parada além do Engenho Novo até Cascadura inclusive;

20\$ na 1ª classe e 12\$ na 2ª para as assignaturas entre a estação da Côrte e a de Sapopemba.

Essas assignaturas ficarão peremptas no fim do mez a que se referirem, não tendo o assignante direito algum a indemnização por não se ter dellas utilizado, no todo ou em parte, embora allegue para isso caso de força maior.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 122 — EM 5 DE DEZEMBRO DE 1885

Sobre a inclusão nas contas do custeio da estrada de despezas provenientes da viagem de um empregado a Maracás, em propaganda das vantagens do transporte por ferro-via.

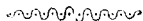
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 144.— Rio de Janeiro em 5 de Dezembro de 1885.

Em resposta ao officio de 16 de Novembro ultimo, em que Vm. consulta-me sobre a inclusão, no custeio dessa estrada, de despezas extraordinarias provenientes da viagem de um empregado a



Maracás, com o fim de esclarecer os criadores deste logar das vantagens do transporte por via ferrea, declaro a Vm., para os fins convenientes, que as disposições legais concernentes ao assumpto se oppoem a que taes despesas sejam contempladas nas contas das despesas do custeio da estrada sob sua fiscalização.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada do ferro Central da Bahia.



#### N. 123 — EM 9 DE DEZEMBRO DE 1885

Permitte que um trem de suburbios da Estrada de Ferro D. Pedro II pernoite no Realengo, em vez de ficar em Sapopemba.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 104. — Rio de Janeiro em 9 de Dezembro de 1885.

Fica Vm. autorizado a fazer com que o trem de suburbios que pernoita actualmente em Sapopemba o faça no Realengo, para de lá partir no dia seguinte pela manhã, afim de transportar os productos da pequena lavoura daquella localidade para o mercado desta Côte; vigorando para este fim o horario proposto em seu officio n. 381 de 30 de Novembro ultimo.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Director interino da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 124 — EM 14 DE DEZEMBRO DE 1885

Dá conhecimento do accôrdo celebrado entre as Companhias das estradas de ferro Carangola e Leopoldina quanto aos traçados das mesmas estradas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — N. 26. — Rio de Janeiro em 14 de Dezembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Remetto a V. Ex., para os fins convenientes, o incluso exemplar do accôrdo celebrado perante este Ministerio, pelas Companhias das estradas de ferro Leopoldina e Carangola,

no sentido de porem termo ás questões suscitadas sobre os traçados das referidas ferro-vias.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

— Communicou-se tambem á Presidencia da Provincia de Minas Geraes e aos Engenheiros fiscaes das estradas Carangola e Leopoldina.

**Termo de accôrdo entre as Companhias de estradas de ferro Carangola e Leopoldina acerca das questões suscitadas com relação aos traçados das referidas estradas.**

Aos vinte dias do mez de Outubro de mil oitocentos oitenta e cinco, achando-se representados nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas : primeiro, o Governo Imperial, pelo Excellentissimo Sr. Conselheiro Antonio da Silva Prado, Ministro e Secretario de Estado da Repartição ; segundo, a Companhia da estrada de ferro do Carangola, pelo Dr. Antonio Francisco Ribeiro, Director da mesma companhia ; terceiro, a Companhia da estrada de ferro Leopoldina, pelos Drs. Antonio Paulo de Mello Barreto, presidente da directoria, e José Arthur de Murinelly, director ; e presentes os Engenheiros Alfredo Nabuco de Araujo Freitas e Feliciano Mendes Mesquita Barros, fiscaes do Governo, aquelle junto da primeira, e este junto da segunda das ditas companhias, foi dito pelos mencionados representantes das Companhias Carangola e Leopoldina que em nome dessas companhias e por parte dellas aceitavam e se obrigavam a cumprir as seguintes condições do accôrdo a que chegaram, após a discussão havida, com o fim de terminarem-se as questões ultimamente suscitadas entre as mesmas companhias acerca dos traçados das respectivas estradas de ferro :

I

A Companhia estrada de ferro Carangola obriga-se a fazer ponto terminal na povoação de Santo Antonio do Carangola.

II

A Companhia estrada de ferro Leopoldina indemnizará a Companhia estrada de ferro do Carangola as despesas feitas com os estudos e obras executadas na parte entre Santo Antonio e Tombos, e mais as despesas judiciaes feitas com o embargo e outras diligencias motivadas pela questão levantada entre as duas companhias a proposito de traçado.

## III

A referida Companhia estrada de ferro Leopoldina obriga-se a não estabelecer estações em todo o percurso da variante do seu traçado, que fôr approved pelo Governo Geral, e a não receber ou desembarcar cargas e passageiros na extensão da mesma variante que tem de submeter á approvação do Governo Geral.

E tendo o Exm. Sr. Ministro declarado por parte do Governo Imperial que approvava o accôrdo feito nestas condições para o fim exposto, lavrou-se para constar o presente termo no livro 6º dos termos de contratos, o qual, depois de lido pelos interessados, não havendo duvida e estando todos perfeitamente accordes, foi assignado pelos sobreditos Exm. Sr. Conselheiro Antonio da Silva Prado, Dr. Antonio Francisco Ribeiro, Dr. Antonio Paulo de Mello Barreto, Dr. José Arthur de Murinelly, Engenheiros Alfredo Nabuco de Araujo Freitas e Feliciano Mendes Mosquita Barros, perante as testemunhas Bernardo José de Castro e Dr. Thomaz Wallace da Gama Cochrane, o por mim Virgilio Gomes da Silva Neto, 2º Official da mesma Secretaria do Estado, que o escrevi.— *Antonio da Silva Prado.*—*Antonio Francisco Ribeiro.*—*Antonio Paulo de Mello Barreto.*—*José Arthur de Murinelly.*—*Bacharel Alfredo José Nabuco de Araujo Freitas.*—*Feliciano Mendes Mosquita Barros.*—*Virgilio Gomes da Silva Neto.*

Como testemunhas — *Bernardo José de Castro.*—*Thomaz Wallace da Gama Cochrane.*

( Estavam devidamente inutilisadas duas estampilhas, sendo uma no valor de 1\$ e outra no de 200 réis. )

~~~~~

## N. 125.— EM 16 DE DEZEMBRO DE 1885

Autoriza uma parada entre as estações da Piedade e Cascadura, junto á cancella n. 31 da Estrada do Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 108. — Rio de Janeiro em 16 do Dezembro de 1885.

De accôrdo com sua informação constante do officio n. 376 de 24 de Novembro ultimo, autorizo Vm. a estabelecer uma parada entre as estações da Piedade e Cascadura, junto á cancella n. 31; comtanto que as respectivas despezas de estabelecimento corram por conta dos interessados e que façam effectiva a offerta do terreno necessario para esse fim.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado.*— Sr. Director interino da Estrada de Ferro D. Pedro II.

~~~~~

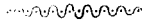
## N. 126 — EM 17 DE DEZEMBRO DE 1885

Declara que o Governo não se oppõe á approvação das tarifas propostas pela Companhia da estrada de ferro do Grão-Pará.

Ministerio dos Negocios d' Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 27.— Rio de Janeiro em 17 de Dezembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio dessa Presidencia de 23 de Outubro ultimo, que acompanhou o projecto de instrucções regulamentares e tarifas da estrada de ferro do Grão-Pará, declaro a V. Ex. que, apesar do trafego dessa estrada, com as tarifas propostas, vir a produzir algum desfalque na renda da Estrada de Ferro D. Pedro II, todavia o Governo não se julga autorizado, nem considera conveniente aos altos interesses do Estado, embaraçar o trafego dessa e de outras linhas que possam ser construidas em zonas productivas, ainda não providas desse aperfeiçoado meio de transporte; pelo que nada tem que oppor á approvação das referidas tarifas.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



## N. 127 — EM 23 DE DEZEMBRO DE 1885

Dá Instrucções para execução da Lei n. 3270 de 23 de Setembro de 1885 e do respectivo Regulamento.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Gabinete.— Circular.— Rio de Janeiro em 23 de Dezembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Já por Aviso-Circular n. 4 de 27 de Novembro ultimo recommendei a V. Ex. expuzesse ás Collectorias, e outras Repartições incumbidas da matricula de escravos, as disposições regulamentares approvadas pelo Decreto n. 9517 de 14 do mesmo mez, providenciando como lhe parecesse acertado para o bom desempenho dos serviços a que são applicaveis aquellas disposições.

Certo de que essa Presidencia não poupará diligencia nem esforço para que as leis e os regulamentos relativos ao estado servil sejam executados nessa Provincia com o maior zelo, qual convem a objecto de tanta importancia, confia igualmente o Governo Imperial, não só no concurso das autoridades que, em razão dos seus cargos, tiverem de intervir na execução de taes leis e regulamentos, mas tambem na cooperação de todos os cidadãos cuja boa vontade muito póde contribuir para facilitar a observancia escrupulosa daquellas disposições.

A.— Decisões de 1885 7



De accôrdo com este pensamento e pondo o maior empenho na regularidade deste ramo da administração, não se demorará o Governo Imperial a resolver quaesquer duvidas que vierem a occorrer na pratica, cumprindo que essa Presidencia, pela sua parte e quanto couber nas suas attribuições, dê solução immediata ás mesmas duvidas, sujeitando as decisões ao conhecimento do Ministerio a meu cargo.

Para execução do art. 4º da Lei n. 3270 de 28 de Setembro deste anno fixará o Governo Imperial os direitos e obrigações dos libertos e dos seus ex-senhores, bem como regulará a intervenção muito recommendavel dos curadores geraes e das demais autoridades, ás quaes se refere aquelle artigo, nos casos de prestação de serviços, de maneira que não se torne illusoria esta clausula nem sejam expostos os libertos a trabalho incompativel á idade ou por maior prazo do que estatue a lei.

O Regulamento approved pelo Decreto n. 9517 de 14 de Novembro ultimo estabeleceu as formalidades que, para garantia dos libertos em razão da idade, devem ser observadas com intervenção dos Juizes de Orphãos, no fim de cada trimestre, a contar da data do encerramento da nova matricula. A fixação deste prazo foi determinada pela necessidade de aguardar que constem da mesma matricula quaes os escravos existentes, porque serão livres os não inscriptos, sem dependencia de qualquer titulo ou formalidade, do mesmo modo que os não incluídos no especial arrolamento dos libertos de 60 a 65 annos ficarão isentos da obrigação de serviços, entrando *ipso facto* no gozo de inteira liberdade.

Embora sejam muito claras as disposições da recente Lei de 28 de Setembro, relativas aos escravos que houverem attingido ou forem attingindo a idade de 60 annos, convem todavia acutelar, e para este ponto chamo especialmente a attenção de V. Ex., que possam considerar-se subordinados a qualquer condição de tempo, ou a formalidades de qualquer natureza, os direitos estabelecidos por aquelle acto legislativo a favor dos antigos escravos de 60 annos, ou maiores desta idade, bem como dos que forem attingindo áquella idade. Nenhuma cautela sendo demasiada ou superflua para assegurar o gozo pacifico e incontestado da liberdade, com todos os seus consecutarios moraes e juridicos, tenho por muito recommendado a V. Ex. de a maior publicidade ás seguintes declarações, tornan lo-as conhecidas de todas as autoridades que por qualquer modo tiverem de intervir na execução das leis e dos regulamentos referentes ao estado servil :

I — Os escravos de 60 a 65 annos e os que forem completando a idade de 60 annos são libertos desde logo, para todos os effeitos, sem dependencia de nenhum titulo ou formalidade, com a clausula unica de prestarem serviços aos ex-senhores pelo prazo de tres annos, e não sendo exigida a prestação de taes serviços além da idade de 65 annos.

II — Os escravos de 65 annos ou maiores desta idade, e os que a forem completando, são libertos desde logo para todos os effeitos, sem nenhuma clausula ou obrigação de serviços, nem dependencia

de titulo ou formalidade, devendo taes libertos permanecer em companhia dos ex-senhores, salvo si preferirem adquirir por outro modo meios de subsistencia e para isto forem julgados aptos pelos Juizes de Orphãos.

No primeiro caso deverão os ex-senhores alimentar, vestir e tratar os mesmos libertos nas suas enfermidades, usufruindo os serviços que estes puderem prestar, compatíveis á idade e aptidão physica.

III— O estado de liberdade, assim adquirido por força de disposição legislativa, independente de qualquer averbação ou registro, bem como de qualquer acto ou declaração do ex-senhor, resultando *ipso facto* da idade, a qual será computada pela que constar da matricula actual com addição do tempo decorrido, sendo que, si a idade houver sido declarada por annos, será adicionado como anno completo o em que tiver sido effectuada a matricula.

A respeito dos escravos que, organizada a nova matricula ou posteriormente, aquirem estado de liberdade em razão da idade, providenciou o Regulamento de 14 de Novembro ultimo pelo modo estabelecido no art. 11. Quanto áquelles que por idéntico motivo já tiverem adquirido ou vierem a adquirir semelhante estado até o encerramento da inscripção, convem tomar providencia que lhes assegure o direito, e para este effeito ordenará V. Ex. que os encarregados da matricula actual, revendo-a cuidadosamente, relacionem todos os matriculados que houverem attingido a idade de 60 e 65 annos e remettam taes relações aos Juizes de Orphãos.

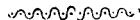
De posse de taes relações, os Juizes de Orphãos mandarão intimar os ex-senhores pelo modo estabelecido no § 3º do supracitado art. 11, para que fiquem inteirados do novo estado dos antigos escravos, sendo que a falta de intimação nenhum damno poderá acarretar para os libertos, que o são e ficam sendo, para todos os effeitos legais, não subordinados a formalidades de nenhum genero.

Remettida a primeira relação de todos os libertos em razão da idade, os encarregados da matricula actual farão trimensalmente remessa da relação de escravos que houverem attingido, no decurso do trimestre, a idade de 60 annos, devendo os Juizes de Orphãos proceder a respeito destas relações do mesmo modo que a respeito da primeira. Esta pratica subsistirá até que, encerrada a nova matricula, se faça applicavel a formalidade estabelecida pelos §§ 1º a 4º do art. 11 do supracitado regulamento.

Providenciará outrossim V. Ex. para que relações identicas me sejam enviadas com toda a regularidade, por intermedio dessa Presidencia, devendo as mesmas relações conter todas as especificações constantes da matricula.

O que tudo tenho por muito recommendado e confio do zelo de V. Ex. como objecto digno de particular solicitude e esmerada vigilancia.

Deus Guarde a V. Ex.— Antonio da Silva Prado.— Sr. Presidente da Provincia de...



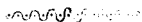
## N. 128 — EM 30 DE DEZEMBRO DE 1885

Autoriza a inauguração do trecho do prolongamento da estrada de ferro da Bahia: que vae da estação de Santa Luzia á de Queimados.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 72.— Rio de Janeiro em 30 de Dezembro de 1885.

Em solução ao seu officio n. 198 de 12 do corrente, fica Vm. autorizado a abrir ao transitto publico o trecho dessa estrada que vae da estação de Santa Luzia á de Queimados.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director Engenheiro Chefo do prolongamento da estrada de ferro da Bahia.



## N. 129 — EM 30 DE DEZEMBRO DE 1885

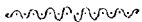
Estabelece que o *deficit* verificado na liquidação das contas de estradas de ferro garantidas correspondentes a um semestre não pôde ser considerado nas do semestre seguinte.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 169.— Rio de Janeiro em 30 de Dezembro de 1885.

Em officio de 2 de Outubro ultimo consulta Vm. a este Ministerio, si o *deficit* resultante da receita e despesa do custeio da estrada de ferro do Rio Grande a Bagé, no primeiro semestre do corrente anno, deve ser coberto pelo saldo verificado no semestre anterior.

Em resposta declaro a Vm., para seu conhecimento e devidos effeitos, que, estabelecendo a clausula 2ª das que baixaram com o Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, a que a respectiva companhia está sujeita em virtude do Decreto n. 7056 de 26 de Outubro de 1878, que a garantia de juros se fará effectiva em semestres vencidos a 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada anno, não pôde o *deficit* que se verificar n'um semestre ser considerado na liquidação do seguinte.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro.





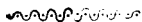
## N. 130 — EM 30 DE DEZEMBRO DE 1885

Manda que o Engenheiro fiscal da estrada de ferro Conde d'Eu restitua a quantia de 888\$886 que recebeu a titulo de vencimentos relativos ao tempo em que esteve privado do exercicio do seu cargo.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 147.— Rio de Janeiro em 30 de Dezembro de 1885.

Por aviso do Ministerio da Fazenda, de 10 de Dezembro corrente, tive conhecimento de haver a Thesouraria de Fazenda dessa Provincia feito a Vm. pagamento da somma de 888\$886, a titulo de vencimentos relativos ao tempo em que esteve privado do exercicio de seu cargo; e não tendo Vm. direito a taes vencimentos, como se reconhece do exposto no mencionado aviso, cumpre que restitua á mesma Repartição aquella quantia indevidamente paga.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro Conde d'Eu.



## N. 131 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1885

Concedo o credito de 50:000\$ para a commissão incumbida da conservação e melhoramento do porto de Pernambuco e da ponte « Buarque de Macedo » o providencia sobre a redução das respectivas despesas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Tendo por Aviso n. 2234 solicitado a V. Ex. em data de hontem a expedição de ordens por telegramma afim de ser augmentado com 50:000\$ o credito de 183:000\$ aberto na Thesouraria de Fazenda de Pernambuco para o pagamento no actual exercicio financeiro das despesas da commissão incumbida da conservação e melhoramento do porto daquela Provincia e construcção da ponte « Buarque de Macedo », julgo conveniente expor a V. Ex. os motivos que levaram-me a assim proceder. Do Aviso de 6 de Novembro do anno proximo passado, expedido ao Ministerio a cargo de V. Ex., publicado no relatorio apresentado pelo meu digno antecessor ao Corpo Legislativo, consta o que occorreu em relação aos creditos da verba — Obras Publicas — votados na Lei n. 3230 de 3 de Setembro do mesmo anno para as despesas da referida commissão, a saber : tendo-se verificado na respectiva tabella demon-

strativa um erro de somma na importancia de 107:000\$, reluziu-se de igual quantia o credito que, segundo as parcelas da dita tabella, destinava-se a taes despezas, afim de evitar demora na distribuição geral que se tinha de fazer em conformidade com a lei.

Posteriormente o Governo, reconhecendo os inconvenientes de semelhante redução, resolveu autorizar o dispêndio da consignação de 200:000\$ constante das referidas parcelas, entendendo obedecer por essa fórma a pensamento claramente manifestado pelo Poder Legislativo, ao qual opportunamente sujeitou a deliberação tomada. Informado destas circumstancias resolvei manter no vigente exercicio o credito de 183:000\$, que convenientemente applicado pareceu-me sufficiente para occorrer ás despezas imprescindiveis e no-se sentido providencieis já solicitando a V. Ex. o expediente dependente do Ministerio a meu cargo, já expedindo ordens terminantes ao Engenheiro Chefe da commissão para reduzir correspondentemente as despezas.

A Presidencia da Provincia, porém, communicou-me por telegramma que as ordens alludidas não chegaram a tempo de poderem ter execução, porquanto em data de 16 do corrente mez estava quasi esgotado o credito de 183:000\$, restando apenas o saldo de 2:746:337, com o qual impossivel seria proseguir no serviço, ainda nas condições as mais modestas.

Com o intuito de evitar a completa desorganização dos trabalhos, que não deixaria de acarretar grave prejuizo ao Estado, entendi dever autorizar, á vista do exposto, o dispêndio de mais 50:000\$ além dos 183:000\$, do credito primitivo, e recommendar, como faço nesta data, a redução de despezas compativel com este pensamento, até que o Corpo Legislativo delibere na sua proxima reunião acerca dos meios necessarios para o regular andamento das obras.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — A S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda.

#### N. 132 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1885

Dá esclarecimentos acerca do regimen da concessão feita á Companhia da estrada de ferro do Quarahim a Itaqui e a respeito da fiscalização que deve caber ao seu Engenheiro fiscal.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 148. — Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1885.

Por officio n. 32 de 9 de Setembro do anno proximo findo, o Engenheiro fiscal interino da estrada de ferro de Quarahim a Itaqui solicitou ao Ministerio que se acha a meu cargo esclareci-

mentos acerca do regimen da concessão de garantia de juros de que goza a companhia emprezaria da mesma estrada, e a respeito da fiscalisação que lhe cumpria exercer.

Em resposta declaro a Vm., para sua intelligencia e execução, e de accôrdo com a Consulta de 20 de Agosto ultimo da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, que o regimen da concessão feita pelo Decreto n. 8312 de 19 de Novembro de 1881, é o que foi estabelecido pelo Decreto n. 7960 de 29 de Dezembro de 1880, nos termos expostos no Aviso n. 93 expedido ao Engenheiro fiscal da estrada de ferro de Cacequy a Uruguayana em 7 de Agosto de 1883 e junto por cópia, de sorte que o capital garantido só poderá ser fixado de modo invariavel á vista do resultado da liquidação, a que se terá de proceder depois de construida a estrada, para cumprimento das clausulas 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> do referido Decreto n. 8312, ficando bem entendido que, no caso de se verificar augmento de despesas, poderá ser concedido ou recusado o que porventura depender do Poder Legislativo, não tendo o Governo assumido nessa hypothese senão a responsabilidade de recomendar a concessão da nova garantia ao dito Poder.

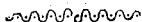
Consequentemente durante a construcção da estrada regulam os preços estabelecidos no orçamento approved pelo Governo; mas devendo a liquidação final basear-se no custo real ou effectivo da estrada, augmentado da importancia correspondente ás porcentagens que o referido orçamento houver estabelecido a titulo de beneficio da empreza ou outro equivalente, cumpre ao Engenheiro fiscal colher nesse periodo os esclarecimentos indispensaveis para aquelle exame, tendo em vista os seguintes principios que se deduzirem do regimen da concessão:

I. Quando as obras forem executadas directamente pela companhia, o custo real será o que ella tiver despendido com as ditas obras, e se verificará pela escripturação dos seus livros ou por documentos que comprovem a despesa;

II. As clausulas da concessão não impedem a companhia de contratar com empreiteiros a execução de certas obras ou o fornecimento de materiaes, uma vez que taes contratos não obstem a que se possa conhecer o custo real das obras ou materiaes a que se referirem e os preços estipulados estejam dentro dos limites do orçamento approved;

III. Em relação ás obras assim contratadas prevalecerão na liquidação final os preços dos respectivos contratos, devendo, portanto, a fiscalisação por parte do Governo limitar-se a verificar a quantidade e a qualidade das que forem executadas.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro de Quarahim a Itaquí.



# INDICE DAS DECISÕES

## MINISTERIO DA FAZENDA

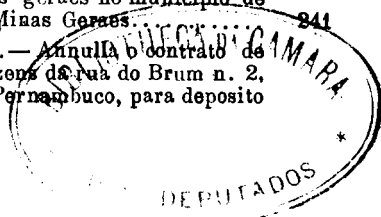
	PAGS.
N. 1 — Em 8 de Janeiro de 1885. — Aos Juizes de Direito e não aos Juizes Municipaes, compete o julgamento dos processos por crime de contrabando fóra de flagrante delicto.....	1
N. 2 — Em 10 de Janeiro de 1885. — Dá novo modelo para as contas correntes de bens de defuntos e ausentes..	2
N. 3 — Em 12 de Janeiro de 1885. — Responsabilisa a Administração dos Correios de Minas pela falta de tres notas de 10\$ verificada em uma remessa feita pela Thesouraria da mesma Provincia.....	6
N. 4 — Em 13 de Janeiro de 1885. — As loterias concedidas pelas Assembléas Provinciaes em favor e para as obras das Igrejas não estão sujeitas ao imposto de 15 % e sómente ao do sello.....	6
N. 5 — Em 14 de Janeiro de 1885. — Provimto de um recurso sobre restituição de direitos pagos por uma caixa contendo espoletas, que deixou de ser desembarcada por ter sido lançada ao mar.....	7
N. 6 — Em 16 de Janeiro de 1885. — Os capitães e mestres de embarcações devem apresentar aos Guardas-móres das Alfandegas, no acto da visita, o competente passaporte, manifesto e mais papeis de bordo, ainda que as embarcações venham em lastro ou fazendo escalas pelos portos do Imperio.....	8
N. 7 — Em 22 de Janeiro de 1885. — Proroga os prazos para a suspensão dos despachos livres de direitos e para a verificação do accôrdo, de que trata o art. 16 da Lei de 3 de Setembro do anno passado.....	8
N. 8 — Em 22 de Janeiro de 1885. — Provimto de um recurso da Veneravel Ordem 3ª da Penitencia sobre restituição de imposto predial de mais pago..	9
N. 9 — Em 22 de Janeiro de 1885. — Approva o restabelecimento da Collectoria do municipio de S. Francisco, Provincia de Minas Geraes.....	10

	Pags.
N. 10 — Em 24 de Janeiro de 1885. — Declara que os terrenos da Lagôa de Rodrigo de Freitas são do dominio do Estado.....	11
N. 11 — Em 5 de Fevereiro de 1885. — O inventariante não é responsavel pela taxa dos escravos pertencentes ao espolio.....	12
N. 12 — Em 5 de Fevereiro de 1885. — A contribuição de caridade recahe sobre a equipagem e casco das embarcações .....	13
N. 13 — Em 10 de Fevereiro de 1885. — Por simples reclamações dos responsaveis não podem ser interrompidas as execuções que contra elles se moverem.	13
N. 14 — Em 10 de Fevereiro de 1885. — Provimto de um recurso relativo á entrega de uma quantia depositada, á requisição do Juiz de Orphãos á Collectoria da Vargem Grande, Provincia do Maranhão.	14
N. 15 — Em 13 de Fevereiro de 1885. — Concede isenção de quaesquer direitos aos objectos destinados á Exposição universal de Antuerpia, bem como aos que, depois de encerrada ella, forem reimportados.....	15
N. 16 — Em 18 de Fevereiro de 1885. — Quando, pela primeira vez, se apresentarem os tutores ou curadores para receber os juros das apolices de seus tutelados, deve-se exigir a apresentação do alvará do Juizo competente.....	15
N. 17 — Em 19 de Fevereiro de 1885. — Substituição dos Collectores nos actos em que jurem suspeição.....	16
N. 18 — Em 19 de Fevereiro de 1885. — Os passes concedidos pelas Alfandegas e Mesas de rendas ás embarcações de coberta, que navegam entre os portos da Provincia, estão sujeitos ao sello do § 4º, n. 2, da tabella B do Reg. de 19 de Maio de 1883.....	16
N. 19 — Em 23 de Fevereiro de 1885. — Approva a criação de uma Collectoria no municipio da cidade de Lima Duarte, Provincia de Minas Geraes.....	17
N. 20 — Em 24 de Fevereiro de 1885. — Approva a nomeação de um Collector interino, por ter obtido exoneração o effectivo, enquanto não se affiançar o Escrivão nomeado.....	17
N. 21 — Em 3 de Março de 1885. — Provimto de um recurso sobre restituição de direitos pagos por mercadorias lançadas ao mar.....	18
N. 22 — Em 3 de Março de 1885. — Sobre despacho de inflamavois.....	19

	Pags.
N. 23 — Em 3 de Março de 1885.— Declara que a <i>Great Western of Brasil Railway, limited</i> está sujeita ao pagamento dos impostos de industrias e profissões, e predial.....	19
N. 24 — Em 4 de Março de 1885.— Declara que a multa por falta de apresentação de manifesto é de 10\$ a 500\$, e não 500 réis por tonelada de arqueação.....	20
N. 25 — Em 6 de Março de 1885.— Declara que as gratificações pelo serviço de engajamento de voluntarios para o Exercito estão isentas do sello proporcional, e sujeitas unicamente ao de 200 réis as respectivas quitações ou recibos.....	21
N. 26 — Em 6 de Março de 1885.— Compete á Directoria Geral dos Correios conhecer dos recursos contra multas, impostas aos respectivos empregados, por faltas commettidas no exercicio de seus logares....	21
N. 27 — Em 9 de Março de 1885.— Provimto de um recurso sobre multa de direitos em dobro por uma differença de direitos que não attingiu a 50\$, sujeitando, porém, os recorrentes á multa de 1/2 % pela inexactidão da nota.....	22
N. 28 — Em 9 de Março de 1885.— Defere um recurso contra a multa de direitos em dobro por differença para mais, sujeitando o recorrente á multa de 1/2 % pela inexactidão da nota.....	23
N. 29 — Em 10 de Março de 1885.— A polvora e munições de guerra importadas para o Estado estão isentas do imposto de 10 réis por libra.....	23
N. 30 — Em 11 de Março de 1885.— Substituição dos Collectores nos processos de avaliação de escravos que tenham de ser manumittidos pelo fundo de emancipação .....	24
N. 31 — Em 12 de Março de 1885.— Trata do levantamento de quantias pertencentes a escravos, expolios e menores, depositadas nas Caixas Economicas.....	24
N. 32 — Em 13 de Março de 1885.— Provimto de um recurso contra a exigencia de direitos de latas de kerosene, que se verificou estarem vazias.....	25
N. 33 — Em 14 de Março de 1885.— Declara que, excedendo de 600\$ a renda das Agencias dos Correios, estão os respectivos Agentes sujeitos á prestação de fiança.....	26
N. 34 — Em 14 de Março de 1885.— Approva a decisão da Recebedoria do Rio de Janeiro que sujeitou ao imposto de industrias e profissões um bote que, além	

	Pags.
do de verduras, se emprega no commercio de comidas e frutas.....	26
N. 35 — Em 14 de Março de 1885. — Provimento de um recurso sobre restituição de direitos de mais pagos por um despacho do mercadoria sujeita a duas conferencias e não ter-se verificado a interna, nos termos do art. 606 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.....	27
N. 36 — Em 16 de Março de 1885. — Declara que os pombos estão isentos de direitos.....	28
N. 37 — Em 16 de Março de 1885. — Classificação de cobertores ordinarios, claros ou listrados.....	28
N. 38 — Em 16 de Março de 1885. — Indeferimento de um recurso contra a decisão da Theouraria de Pernambuco, confirmando a da Alfandega, que mandou lançar ao mar 108 barricas com bacalhão deteriorado.....	29
N. 39 — Em 23 de Março de 1885. — Declara que o pagamento do pessoal das Administrações do Correio deve ser effectuado nas mesmas Administrações....	30
N. 40 — Em 23 de Março de 1885. — Approva o restabelecimento da Collectoria do Rio Bonito, Provincia de Goyaz.....	30
N. 41 — Em 26 de Março de 1885. — Equipara á de — mercadores de frutas — a industria de vender leite, e á de — emprezarios de casas de espectaculos — a de — salão de tiro ao alvo.....	31
N. 42 — Em 28 de Março de 1885. — Indefere um recurso contra a decisão da Alfandega do Rio de Janeiro que exigiu a differença de direitos pagos de menos na Alfandega do Porto Alegre por uma caixa, contendo rendas de seda e filó, para alli reexportada..	31
N. 43 — Em 28 de Março de 1885. — Declara que os procuradores das sociedades anonymas, perante o Governo ou seus accionistas e interessados, estão sujeitos ao imposto de industrias e profissões da tabella D do Regulamento de 20 de Julho de 1878.	32
N. 44 — Em 30 de Março de 1885. — Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes na villa da Gloria de Goitá, Provincia de Pernambuco.....	33
N. 45 — Em 1 de Abril de 1885. — Manda escripturar desde logo os descontos feitos nos vencimentos dos empregados activos e inactivos, e pensionistas ou quaesquer outros, para caução ou indemnização da Fazenda Nacional.....	34
N. 46 — Em 10 de Abril de 1885. — Provimento de um recurso contra a exigencia de direitos por 10 caixas	

	com vinho de <i>Champagne</i> , reexportadas para Liverpool.....	Pags. 35
N. 47	— Em 11 de Abril de 1885.— Os embargos á penhora para pagamento de alcances, não embaraçam a liquidação das respectivas contas; não se devendo porém promover cobranças taes sem estarem definitivamente julgadas as contas e ter expirado o prazo marcado ao responsavel para indemnizar o alcance.....	35
N. 48	— Em 11 de Abril de 1885.— E' restituivel o sello pago pelas escripturas de hypotheca, quando estas não se realizarem, devendo-se entretanto descontar a importancia da porcentagem que competir aos empregados da Repartição Fiscal.....	36
N. 49	— Em 18 de Abril de 1885.— No computo das fianças fiscaes comprehendem-se os juros, multas e custas, e nessa conformidade devem-se lavrar os respectivos termos.....	37
N. 50	— Em 20 de Abril de 1885.— O archivamento dos estatutos e suas alterações e das dissoluções de companhias ou sociedades anonymas estão sujeitos ao sello de 5\$ por estampilha.....	37
N. 51	— Em 20 de Abril de 1885.— Approva a decisão da Recebedoria do Rio de Janeiro, mandando deduzir 2 % do producto de 200 lettras da Companhia União dos Lavradores, vendidas em hasta publica, e que se achavam recolhidas ao cofre de depositos.....	38
N. 52	— Em 21 de Abril de 1885.— As restituições do sello de mais cobrado pelas patentes de officiaes de Marinha devem ser feitas pelo respectivo Ministerio..	39
N. 53	— Em 22 de Abril de 1885.— As Thesourarias de Fazenda devem solicitar préviamente os creditos precisos para pagamento das dividas de exercicios findos.....	39
N. 54	— Em 24 de Abril de 1885.— Manda executar a Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de rendas.	40
N. 55	— Em 25 de Abril de 1885.— As notas dilaceradas e substituidas devem ser remettidas directamente á Caixa da Amortização pelas Thesourarias de Fazenda.....	241
N. 56	— Em 28 de Abril de 1885.— Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio de Bambuihy, Provincia de Minas Geraes.....	241
N. 57	— Em 29 de Abril de 1885.— Annulla o contrato de arrendamento dos armazens da rua do Brum n. 2, feito pela Alfandega de Pernambuco, para deposito	





	Pags.
de inflammaveis, e manda pôr em pratica a providencia do art. 450, § 2º, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.....	242
N. 58 — Em 30 de Abril de 1885 — A importancia dos impostos das loterias em beneficio dos estabelecimentos pios e de instrucção primaria deve reverter integralmente em proveito de taes estabelecimentos, e não pôde ser applicada aos premios das loterias provinciaes.....	242
N. 59 — Em 1 de Maio de 1885. — O imposto predial deve ser calculado sobre o valor locativo dos predios, e quando o de pennad'agua estiver a cargo do inquilino não deve ser adicionado áquelle para o respectivo calculo.....	243
N. 60 — Em 1 de Maio de 1885. — Os Capitães de navios estrangeiros, o não os respectivos Consules, são os competentes para reclamarem contra as multas que lhes forem impostas.....	244
N. 61 — Em 4 de Maio de 1885. — Recommenda a fiel execução da Circular n. 49 de 10 de Dezembro de 1884.....	244
N. 62 — Em 4 de Maio de 1885. — Modo de calcular-se a porcentagem dos Collectores e Escrivães, no caso de haver restituição.....	245
N. 63 — Em 9 de Maio de 1885. — Sobre recebimento de notas dilaceradas e das que se estiverem substituindo.....	245
N. 64 — Em 13 de Maio de 1885. — Os titulos de nomeação de Guardas-Marinha pagam o sello do § 5º, n. 5, da tabella A do Decreto de 19 de Maio de 1883.....	246
N. 65 — Em 13 de Maio de 1885. — Os Officiaes de descarga estão comprehendidos no § 2º do art. 57 do Decreto de 20 de Novembro de 1850, para o beneficio da aposentadoria.....	246
N. 66 — Em 16 de Maio de 1885. — A Fazenda Geral não é obrigada ao pagamento de impostos provinciaes ou municipaes.....	247
N. 67 — Em 21 de Maio de 1885. — Releva um Capitão de navio da multa de 500 réis por tonelada de arqueação imposta pela Alfandega de Pernambuco por falta de manifesto de um carregamento de banha recebido em porto de escala, para impôr-lhe a de 10\$ a 500\$, em que incorreu o dito Capitão.....	247
N. 68 — Em 22 de Maio de 1885. — Recommenda o cumprimento das ordens do Thesouro determinando a remessa de informações semestraes sobre o pessoal e o resumo das rendas arrecadadas.....	248

Pags.

N. 69 — Em 22 de Maio de 1885. — Das decisões sobre a eliminação de escravos da respectiva matricula devem as Thesourarias dar conhecimento ao The-souro pelas relações semestraes.....	249
N. 70 — Em 22 de Maio de 1885. — Exige informações sobre exactores da Fazenda Nacional.....	249
N. 71 — Em 22 de Maio de 1885. — Approva o acto da The-souraria de Fazenda da Bahia de restabelecer a Collectoria da villa de S. Gonçalo dos Campos.....	250
N. 72 — Em 23 de Maio de 1885. — Recommenda o cum-primento da Circular n. 34 de 6 de Junho de 1883, relativa á liquidação e cobrança da divida activa proveniente de impostos lançados.....	250
N. 73 — Em 23 de Maio de 1885. — O abono do meio sollo ás viúvas e filhas dos militares conta-se da data do julgamento da respectiva habilitação.....	251
N. 74 — Em 23 de Maio de 1885. — A restituição de di-reitos relativos á differença de preço da pauta, só tem lugar si a parte a requerer antes do embarque da mercadoria.....	251
N. 75 — Em 26 de Maio de 1885. — E' da exclusiva compe-tencia das Justiças criminaes o conhecimento do crime de vender e passar bilhetes de loterias es-trangeiras.....	252
N. 76 — Em 2 de Junho de 1885. — Sobre a consulta: — si a pronuncia do Juiz Municipal supplente que ac-cumula as funcções de Despachante da Alfandega importa a suspensão deste segundo cargo.....	252
N. 77 — Em 2 de Junho de 1885. — Autoriza a continuação, no futuro exercicio de 1885-1886, da Ordem de dis-tribuição de creditos de 16 de Outubro de 1884....	253
N. 78 — Em 10 de Junho de 1885. — As familias das praças de pret não têm direito ao abono do meio soldo....	253
N. 79 — Em 11 de Junho de 1885. — Declara incompativel o exercicio de Escrivão de Collectoria de rendas geraes com o de Escrivão interino do Jury.....	254
N. 80 — Em 11 de Junho de 1885. — Recommenda o cum-primento de disposições relativas ao arbitramento para a indemnização de escravos, para alforria pelo fundo de emancipação.....	254
N. 81 — Em 12 de Junho de 1885. — Resolve sobre a resti-tuição da differença de sello pago pela nomeação de um Promotor Publico posteriormente nomeado Juiz substituto. ....	255
N. 82 — Em 13 de Junho de 1885. — Sobre a inutilisação	

	Pags.
do sello dos requerimentos e dos documentos que os acompanharem.....	256
N. 83 — Em 15 de Junho de 1885. — Provimto de um recurso concernente á restituição de direito pagos por tijolos e canos importados para um engenho central.....	256
N. 84 — Em 15 de Junho de 1885. — Defere um recurso relativo ao abatimento de 10 % em um despacho de tecido mixto.....	257
N. 85 — Em 17 de Junho de 1885. — São sujeitos ao sello fixo de 200 rs. os documentos passados pelas companhias de estradas de ferro, para prova do pagamento de frete de mercadorias.....	257
N. 86 — Em 23 de Junho de 1885. — Sobre um recurso concernente á multa de direitos dobrados, por differença de qualidade da mercadoria, em um despacho de reexportação.....	258
N. 87 — Em 27 de Junho de 1885. — Os certificados passados pelas Capitánias dos portos aos paquetes das companhias subvencionadas, relativos á entrada e sahida dos portos de escala, são isentos do sello.....	259
N. 88 — Em 1 de Julho de 1885. — Concorrendo mais de um candidato ao cargo de Deputado por um só districto, a nenhum se abonará ajuda de custo....	259
N. 89 — Em 3 de Julho de 1885. — As sommas e objectos arrecadados como bens de defuntos e ausentes devem ser entregues ao representante legitimo, logo que o requisito o Juizo competente.....	260
N. 90 — Em 4 de Julho de 1885. — Indefere um recurso sobre classificação de moveis, observando, porém, que não cabia a multa de direitos em dobro quanto a algumas das addições do respectivo despacho, e sim a de expediente.....	261
N. 91 — Em 7 de Julho de 1885. — Determina que a mercadoria denominada « Amer Picon » seja comprehendida na 1ª parte do art. 354 da Tarifa para pagar a taxa de 200 rs. por kilogramma.....	261
N. 92 — Em 8 de Julho de 1885. — Só em casos que reclamem decisão prompta deverão as Thesourarias e Repartições que lhes são subordinadas dirigir telegrammas a este Ministerio.....	262
N. 93 — Em 9 de Julho de 1885. — Indefere o recurso da Companhia <i>Great Western of Brasil Railway limited</i> , da decisão que a sujeitou ao imposto de industrias e profissões.....	262

	Pags.
N. 94 — Em 9 de Julho de 1885.— Autoriza o Banco do Maranhão para substituir as suas notas que ainda se conservam em circulação, por outras mais bem fabricadas.....	263
N. 95 — Em 10 de Julho de 1885.— Indefere a pretensão do ex-Administrador da Mesa de rendas de Antonina, addido á Alfandega de Paranaguá, ao abono de percentagem superior á que lhe foi marcada...	264
N. 96 — Em 14 de Julho de 1885.— Depois do pagamento dos direitos de mercadorias submettidas a despacho, não são admissiveis reclamações por engano sobre a qualidade dellas.....	265
N. 97 — Em 15 de Julho de 1885.— Provimento de um recurso contra decisão que sujeitou os recorrentes ao imposto de industrias e profissões como — mercadores de ferragem em grosso — e ao mesmo tempo — a retalho.....	265
N. 98 — Em 15 de Julho de 1885.— Approva o acto da Thesouraria do Rio Grande do Norte que desannexou da Mesa de rendas do Macão a Collectoria de Angicos.....	266
N. 99 — Em 16 de Julho de 1885.— As reclamações de salvados devem ser intentadas perante a Alfandega arrecadadora .....	267
N. 100 — Em 20 de Julho de 1885.— Declara que os recibos ou quitações passados pela Companhia de estrada de ferro Leopoldina estão sujeitos ao imposto do sello.....	267
N. 101 — Em 20 de Julho de 1885.— Provimento de um recurso sobre classificação de manequins.....	268
N. 102 — Em 21 de Julho de 1885.— Declara que o apprehendedor tem direito á multa.....	269
N. 103 — Em 22 de Julho de 1885.— Os predios situados nas Provincias, pertencentes a corporações de mão morta, sociedades anonymas, etc. pagam o imposto predial na razão de 10 %.....	269
N. 104 — Em 24 de Julho de 1885.— Não ha incompatibilidade em servirem na mesma Alfandega um Escriptuario e um Despachante parentes no 2º grau.....	270
N. 105 — Em 27 de Julho de 1885.— Emissão de novas estampilhas de 200, 400 e 2\$000.....	271
N. 106 — Em 27 de Julho de 1885.— Não sendo o Despachante mais que um preposto para agenciar os despachos nas Alfandegas, não pódo ser considerado	

	Pags.
<i>parte com a obrigação de pagar as diferenças encontradas nos mesmos despachos.....</i>	272
N. 107 — Em 27 de Julho de 1885.— Indeferê uma reclamação contra o imposto de loterias.....	273
N. 108 — Em 29 de Julho de 1885.— Declara que a Circular de 12 de Junho de 1883 não revogou o 1º membro da 1ª parte do art. 582 da Tarifa.....	273
N. 109 — Em 29 de Julho de 1885.— Na isenção de direitos concedida á Real Companhia de Southampton para o carvão de pedra, comprehendem-se tambem os de expediente.....	274
N. 110 — Em 30 de Julho de 1885.— Os estaleiros para construcção de embarcações de qualquer natureza estão isentos do imposto de industrias e profissões..	275
N. 111 — Em 31 de Julho de 1885.— Provimento de um recurso sobre indemnização de um volume vendido em leilão na Alfandega de Pernambuco.....	276
N. 112 — Em 5 de Agosto de 1885.— Declara que não ha incompatibilidade em servir de Despachante o cunhado de um 2º Escripturario.....	277
N. 113 — Em 5 de Agosto de 1885.— Provimento de um recurso sobre multa de direitos em dobro por diferença de quantidade verificada n'um despacho, cuja nota referia-se a liquidos e outras mercadorias.....	278
N. 114 — Em 5 de Agosto de 1885.— Provimento de um recurso sobre multa de direitos em dobro n'um despacho de cabeçadas de couro com rodeas, visto ser a diferença encontrada de qualidade e não de quantidade.....	279
N. 115 — Em 6 de Agosto de 1885.— A faculdade de annullar dividas de taxas de escravos, no caso de morte ou manumissão, refere-se a qualquer mez do exercicio em que occorrer algum destes factos..	280
N. 116 — Em 7 de Agosto de 1885.— Provimento de um recurso contra o aforamento do um terreno de marinha na capital do Pará.....	280
N. 117 — Em 7 de Agosto de 1885.— O termo de apprehensão de contrabando deve ser lavrado em seguida a ella, bem como os interrogatorios.....	281
N. 118 — Em 8 de Agosto de 1885.— Approva a designação de um empregado da Thesouraria de Goyaz para servir o logar de gerente e guarda-livros da Caixa Economica, por não haver quem o queira exercer.....	282

	PAGS.
N. 119 — Em 13 de Agosto de 1885.— Autoriza a criação de uma Mesa de rendas na villa de Cananéa, Provincia de S. Paulo.....	282
N. 120 — Em 14 de Agosto de 1885.— Declara que os termos de responsabilidade que os agentes das companhias de paquetes das linhas regulares assignam, na fórma dos arts. 479 do Regulamento de 1860 e 9º do Decreto de 4 de Maio de 1872, devem ser lavrados todas as vezes que tiverem de ser desembarçados os ditos paquetes.....	282
N. 121 — Em 14 de Agosto de 1885.— Prohibe a impressão de obras particulares na Imprensa Nacional por conta do Estado.....	283
N. 122 — Em 17 de Agosto de 1885.— Os engenhos centraes ficam equiparados ás fabricas de distillação, para pagamento do respectivo imposto.....	284
N. 123 — Em 1 de Setembro de 1885.— Declara que os logares de Administrador e Escrivão da Mesa de rendas de Antonina devem ser exercidos por empregados da Alfandega do Paranaguá.....	285
N. 124 — Em 10 de Setembro de 1885.— Declara quaes os documentos que devem ter as embarcações mercantes brasileiras, quando despachadas para portos estrangeiros.....	286
N. 125 — Em 12 de Setembro de 1885.— Sobre o sello a que estão sujeitos os vencimentos dos empregados de estradas de ferro e de nomeação da respectiva companhia.....	286
N. 126 — Em 14 de Setembro de 1885.— Provimento de recurso sobre multa de direitos em dobro pelas differenças de quantidade encontradas em um despacho.....	287
N. 127 — Em 15 de Setembro de 1885.— Sobre a penhora mandada effectuar pelo Juizo da 2ª Vara Cível e arrombamento do proprio nacional da rua do Curvello.....	288
N. 128 — Em 15 de Setembro de 1885.— Declara que não devem ser recusados os manifestos originaes dos navios, quando estiverem escriptos com tinta violeta, mas exigir-se que as respectivas traducções o sejam com tinta preta indelevel.....	289
N. 129 — Em 16 de Setembro de 1885.— Provimento de um recurso sobre classificação de meias em que o Tribunal do Thesouro mandou restituir a importancia dos direitos de mais pagos.....	289
N. 130 — Em 17 de Setembro de 1885.— Approva com clausulas novas a prorrogação de prazo do arrenda-	



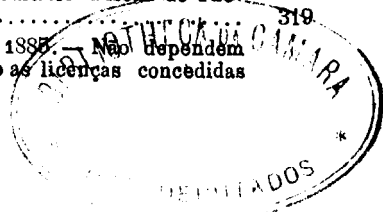
	Pags.
mento do terreno em que esteve o extinto Arsenal de Marinha da cidade de Santos.....	290
N. 131 — Em 17 de Setembro de 1885. — Indefere um recurso de revista relativo á imposição da multa de 30 % sobre o valor de diversas mercadorias encontradas no acto da revista fiscal da descarga de um navio.....	291
N. 132 — Em 19 de Setembro de 1885. — Indefere um recurso sobre classificação de tanques, tubos e cimento de ferro que se pretendia despachar livres de direitos.....	291
N. 133 — Em 21 de Setembro de 1885. — Communica que as declarações e documentos exhibidos pelos possuidores de terras só estão isentos do imposto do sello quando apresentados para o registro obrigatorio.....	292
N. 134 — Em 23 de Setembro de 1885. — Ordena que se remettam ao Ministerio da Marinha invariavelmente em Novembro de cada anno, a lista de navios e mais esclarecimentos exigidos pela Circular n. 51 de 15 de Dezembro de 1881.....	293
N. 135 — Em 23 de Setembro de 1885. — Indefere um recurso relativo á entrega do producto liquido da venda em leilão, para consumo, de 500 barricas de farinha de trigo.....	293
N. 136 — Em 24 de Setembro de 1885. — Equipara a industria de mercador de manequins á do mercador de fôrmas, para pagamento do respectivo imposto....	294
N. 137 — Em 25 de Setembro de 1885. — Recommenda ás Thesourarias que restrinjam as despesas das Repartições a seu cargo aos creditos distribuidos para cada uma das respectivas verbas.....	294
N. 138 — Em 25 de Setembro de 1885. — Resolve uma consulta sobre o prazo concedido para apresentação dos volumes declarados no manifesto, e não descarregados por engano.....	295
N. 139 — Em 30 de Setembro de 1885. — Indefere um recurso relativo á contribuição para casas de caridade, devida pelos paquetes da Companhia <i>Messageries Maritimes</i> .....	295
N. 140 — Em 30 de Setembro de 1885. — Indefere um recurso relativo á restituição de direitos de consumo e addicionaes, de diversas obras de ferro batido, simples, por não serem julgados accessorios de trilhos.....	296
N. 141 — Em 1 de Outubro de 1885. — Provimento de um	

	Pags.
recurso sobre restituição de direitos de exportação, indevidamente cobrados pelo despacho de 200 saccos com milho nacional.....	297
N. 142 — Em 5 de Outubro de 1885. — Ordena a remessa ao <i>Diario Official</i> de demonstrações das rendas geraes arrecadadas nas Provincias.....	298
N. 143 — Em 5 de Outubro de 1885. — As embarcações que entram nos portos de Mossoró e Macão estão sujeitas ao imposto de pharões, bem como ao sello dos respectivos <i>pases</i> .....	298
N. 144 — Em 5 de Outubro de 1885. — Deferimento da reclamação dos negociantes S. Dias & C. <sup>a</sup> , do Maranhão, contra o acto da Inspectoria da Alfandega da mesma Provincia, que lhes prohibiu a entrada na mesma Repartição e suas dependencias.....	299
N. 145 — Em 10 de Outubro de 1885. — Indeferimento de um recurso contra a exigencia de direitos de tanques de ferro batido galvanizado.....	299
N. 146 — Em 12 de Outubro de 1885. — Indeferimento de um recurso interposto da decisão que obrigou ao pagamento da differença de direitos entre a pauta que vigorava na época do inicio do despacho e a do embarque da mercadoria.....	300
N. 147 — Em 15 de Outubro de 1885. — Recommenda o cumprimento da Circular n. 144 de 4 de Junho de 1870 no pedido de notas de pequenos valores.....	301
N. 148 — Em 16 de Outubro de 1885. — Recommenda a emissão de moedas de nickel.....	301
N. 149 — Em 16 de Outubro de 1885. — Nega isenção de direitos aos materiaes destinados á <i>Imperial Brazilian Natal &amp; Nova Cruz Railway Company limited</i> .....	302
N. 150 — Em 16 de Outubro de 1885. — Nega isenção de direitos a materiaes destinados á Santa Casa de Misericórdia da Bahia.....	302
N. 151 — Em 17 de Outubro de 1885. — Recommenda o cumprimento da Circular de 17 de Setembro de 1878, por occasião dos pedidos de fornecimento de fundos.....	303
N. 152 — Em 17 de Outubro de 1885. — Providencia sobre a liberdade de escravos fugidos que se alistarem no Exército.....	303
N. 153 — Em 17 de Outubro de 1885. — As loterias concedidas pelas Assembléas Provinciaes para augmento do fundo de emancipação estão sujeitas ao imposto de 15 %.....	304



	Pag.
N. 154 — Em 19 de Outubro de 1885.— Prohibe que se continuem a trocar meias notas.....	305
N. 155 — Em 19 de Outubro de 1885.— O empregado demittido, que fôr novamente nomeado, não tem direito a ajuda de custo.....	305
N. 156 — Em 20 de Outubro de 1885.— Recommenda a prompta substituição das notas completamente estragadas pelo uso.....	306
N. 157 — Em 21 de Outubro de 1885.— Só estão isentos do pagamento do imposto de industrias e profissões os officiaes que trabalharem em loja ou officina propria, sem operários ou aprendizes.....	306
N. 158 — Em 22 de Outubro de 1885.— Não se passam certidões de documentos que envolvam materia de segredo ou compromettimento alheio.....	307
N. 159 — Em 26 de Outubro de 1885.— Os signatarios de termos de responsabilidade estão apenas sujeitos ao pagamento dos direitos das respectivas mercadorias, no caso de falta de prova da descarga das mesmas..	308
N. 160 — Em 27 de Outubro de 1885.— Sobre o serviço de arrecadação dos bens de defuntos e ausentes.....	308
N. 161 — Em 27 de Outubro de 1885.— Provimento de um recurso contra a decisão que negou restituição do sello proporcional pago por um contrato, que se rescindiu antes de ser executado.....	309
N. 162 — Em 29 de Outubro de 1885.— Depois da sahida das mercadorias, são inadmissiveis as reclamações das partes por engano ou erro, relativas a differenças de quantidade das mesmas.....	309
N. 163 — Em 30 de Outubro de 1885.— Nega isenção de direitos a varios objectos destinados á Casa de Caridade do Bom Conselho, em Pernambuco.....	310
N. 164 — Em 31 de Outubro de 1885.— Os vagões destinados ás estradas de ferro, e os carros para passageiros, pagam direitos de 10 % <i>ad valorem</i> .....	311
N. 165 — Em 31 de Outubro de 1885.— Recommenda a imposição de multas por falta de communicação de obitos, manumissões, mudança de residencia e transferencia de dominio de escravos.....	311
N. 166 — Em 4 de Novembro de 1885.— Sobre o sello a que está sujeita a nomeação de um individuo para servir do Tabellião por um anno.....	312
N. 167 — Em 5 de Novembro de 1885.— Declara que pela posse de uma embarcação, mandada fazer por conta propria, não é devido o imposto de transmissão de propriedade.....	312

	Paga.
N. 168 — Em 10 de Novembro de 1885. — Declara que a Companhia da estrada de ferro Conde d'Eu não goza de isenção do imposto de transmissão pelos terrenos que adquirir para o seu serviço.....	313
N. 169 — Em 10 de Novembro de 1835. — Provimento de um recurso de revista sobre restituição de direitos de mais cobrados pela Alfandega de Pernambuco por 120 duzias de pares de meias de algodão compridas, não especificadas.....	314
N. 170 — Em 11 de Novembro de 1885. — Recommenda a fiel observancia do disposto nos arts. 131 e 132 do Regulamento n. 9370 de 14 de Fevereiro de 1885, sobre troco de notas dilaceradas.....	314
N. 171 — Em 12 de Novembro de 1885. — Revoga a Circular de 1 de Setembro de 1870 sobre fornecimento de objectos para o expediente das Repartições de Fazenda.....	315
N. 172 — Em 12 de Novembro de 1835. — Provimento de um recurso sobre sello de mais exigido pela nomeação de um Engenheiro para logar de vencimento superior ao que exercia.....	315
N. 173 — Em 14 de Novembro de 1885. — O imposto de 15 % sobre loterias deve ser recolhido aos cofres das Thesourarias de Fazenda no dia antecedente ao da extracção das mesmas loterias.....	316
N. 174 — Em 14 de Novembro de 1885. — E' livre ás partes satisfazerem os direitos pelo peso liquido real das mercadorias taxadas a peso liquido legal, salvas quaesquer disposições especiaes da Tarifa.....	317
N. 175 — Em 14 de Novembro de 1885. — A importancia dos impostos cuja isenção foi concedida em beneficio de casas de caridade e estabelecimentos pios, deve reverter em proveito desses estabelecimentos.....	317
N. 176 — Em 16 de Novembro de 1885. — Indeferimento de um recurso sobre multa imposta ao Commandante do vapor inglez <i>Portuense</i> por falta de apresentação do manifesto de carga recebida em porto de escala.....	318
N. 177 — Em 17 de Novembro de 1885. — O sello das certidões deve ser inutilizado pelo Tabellião, Escrivão ou funcionario que primeiro subscrever.....	318
N. 178 — Em 19 de Novembro de 1835. — Não ha incompatibilidade no exercicio cumulativo dos logares de Professor do Lyceu e Procurador Fiscal de Thesouraria.....	319
N. 179 — Em 20 de Novembro de 1885. — Não dependem de approvação do Thesouro as licenças concedidas	



	Pags.
pelas Thesourarias a particulares para a venda de estampilhas do sello adhesivo.....	319
N. 180 — Em 21 de Novembro de 1885.— Deferimento de um recurso sobre restituição de sello cobrado sobre a melhoria de vencimentos provenientes de uma substituição.....	320
N. 181 — Em 24 de Novembro de 1885.— Declara extensiva a todas as Estações fiscaes a disposição do art. 33 do Decreto de 24 de Março de 1883.....	321
N. 182 — Em 26 de Novembro de 1885.— Uma vez expedida a portaria de licença, é devido o respectivo sello.....	321
N. 183 — Em 26 de Novembro de 1885.— Provimto de um recurso da <i>Compagnie Générale de Chemins de fer Brésiliens</i> sobre isenção de direitos de materiaes para a mesma.....	322
N. 184 — Em 27 de Novembro de 1885.— Equipara á de mercador de chapéos, para pagamento do respectivo imposto, a industria de vender artigos para a fabricação dos mesmos.....	322
N. 185 — Em 30 de Novembro de 1885.— Sobre a lotação de um officio exercido por Francisco Xavier de Oliveira Camara, durante a vida do serventuario vitalicio.....	323
N. 186 — Em 7 de Dezembro de 1885.— Indefero um recurso concernente á averbação de um terreno de marinha em nome da Santa Casa de Misericórdia da Provincia do Espirito Santo.....	323
N. 187 — Em 11 de Dezembro de 1885.— Não cabe á Alfandega em que a mercadoria é despachada para o exterior sem declaração do destino, e em transito para outro porto do Imperio, arrecadar os direitos devidos.....	324
N. 188 — Em 12 de Dezembro de 1885.— Dá provimento a um recurso de deisção que negou á parte o despacho de tres barricas contendo obras de ferro, por estar terminado o prazo para a venda dellas em leilão mercantil e vencido o tempo da respectiva estadia.....	325
N. 189 — Em 15 de Dezembro de 1885.— Recommenda o disposto no art. 23 do Regulamento n. 5690 de 15 de Julho de 1874, nos casos de recurso sobre arbitramento do valor locativo de predios, para o lançamento do imposto de industrias e profissões..	326
N. 190 — Em 18 de Dezembro de 1885.— Revoga a Ordem n. 52 de 22 de Novembro de 1885, que mandou	

	Pags.
cessar a permissão concedida aos navios do commercio de carregarem no porto de Garapes.....	326
N. 191 — Em 22 de Dezembro de 1885.— Como devem as Thesourarias de Fazenda escripturar o producto da taxa de 1 % calculada sobre os saldos dos depositos das Caixas Economicas.....	327
N. 192 — Em 23 de Dezembro de 1885.— Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio da Regeneração, Provincia do Piahy.....	328
N. 193 — Em 26 de Dezembro de 1885.— Provimento de um recurso sobre exigencia do imposto de transmissão de propriedade <i>causa mortis</i> .....	328
N. 194 — Em 30 de Dezembro de 1885.— Provimento de um recurso sobre classificação de nozes de galha...	329
N. 195 — Em 31 de Dezembro de 1885.— Não estão sujeitas á contribuição de caridade as pequenas embarcações que se empregam exclusivamente no abastecimento diario de generos de primeira necessidade aos mercados.....	330

## MINISTERIO DA FAZENDA

---

N. 1 — EM 8 DE JANEIRO DE 1885

Aos Juizes de Direito, e não aos Juizes Municipaes, compete o julgamento dos processos por crime de contrabando fóra do flagrante delicto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 8 de Janeiro de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, que não pôde ser approvada a decisão pela qual confirmou o acto da Alfandega de Corumbá, requirando do Juizo Municipal a instauração do processo crime contra Basilio Barbosa de Carvalho, pela introdução, na Provincia, de dezeseis mil charutos fabricados na Republica do Paraguay; não só, por não competir aos Juizes Municipaes o julgamento dos processos por crime de contrabando fóra de flagrante delicto, mas aos Juizes de Direito, na fórma do art. 7º, § 1º, da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1881, e art. 14, § 1º, do Regulamento annexo ao Decreto n. 4824 de 22 de Novembro, como tambem por estar a mercadoria de que se trata isenta do pagamento de direitos, á vista do art. 4º, § 28, das Disposições preliminares da Tarifa em vigor, salvo si se provar que não é procedente de paiz limítrophe, ou que foi fraudulentamente introduzida como tal na Provincia.

Quanto ás providencias tomadas relativamente aos quatro saccoes com cebolas desembarcados do vapor argentino *Alto Paraguay*, sem o pagamento dos respectivos direitos, nada ha a resolver pelo Thesouro; visto ser o assumpto da competencia da Alfandega e da dita Thesouraria.

*M. P. de Souza Dantas.*



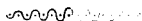
## N. 2 — EM 10 DE JANEIRO DE 1885

Dá novo modelo para as contas correntes de bens de defuntos e ausentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Janeiro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Reconhecendo a necessidade de alterar-se o modelo das contas correntes de bens de defuntos e ausentes, anexo á Circular n. 322 de 27 de Outubro de 1859, afim de que o Thesouro Nacional possa verificar si é cumprida a disposição do § 6º do art. 79 do Regulamento de 15 de Junho daquelle anno, rogo a V. Ex. se digne expedir ordem aos Juizes de ausentes da Corte e das Provincias, para que d'ora em diante as guias dos saldos das heranças que arrecadarem, e que forem recolhidas aos cofres publicos, na forma do art. 44 do dito regulamento, sejam acompanhadas de uma conta corrente organizada segundo o modelo junto; ficando assim alterada a ultima parte da referida circular.

Deus Guarde a V. Ex. — *M. P. de Souza Dantas*. — A S. Ex. o Sr. Francisco Maria Sodré Pereira.



MODELO

**O curador da herança de José de Sá, cuja arre-****DEVE**

1884		
Janeiro...	10 Dinheiro encontrado no acto da arrecadação.....	5:000\$000
"	" Valor de objectos preciosos.....	1:750\$000
"	" Idem nominal de 45 apolices da divida publica.....	45:000\$000
"	" Idem idem de 10 accões do Banco do Brazil.....	2:000 000
"	" Idem de diversos titulos de divida na importancia de..	1:250\$000
"	22 Productos liquido da venda dos moveis.....	100\$000
Fevereiro	47 Idem da casa n. 9 da rua Direita, vendida na forma do art. 43 por ameaçar ruina.....	5:200\$000
"	" Valor dado ao predio n. 7 da mesma rua.....	42:000\$000
Março....	24 Rendimento dos d tos predios desde..... até.....	1:200\$000
"	" Productos liquido de diversos bens arrecadados por deprecada do Juizo.....	633\$800
		39:633\$800

N. B.— Em virtude do art. 30 expediu-se deprecada ao Juizo de ausentes alli possuia; não consta, porém, que tenha sido cumprida.  
Município de ..... , em 1.<sup>a</sup> de Agosto de 1884.



cadação teve começo em 10 de Junho de 1884

HAVER

1884

Janeiro...	41 Objectos preciosos recolhidos ao cofre em virtude do art. 38.....	1:730,000	
"	" Valor nominal de 43 apolices entregues em virtude do mesmo artigo.....	15:000,000	
"	" Idem de 10 acções do Banco do Brazil idem idem.....	2:000,000	
Fevereiro.	48 Dinheiro recolhido nesta data pelo curador.....	4:000,000	
"	26 Pelo valor do predio da rua Direita n. 7, reservado em virtude da disposição do art. 42.....	12:000,000	
Março....	46 Importancia Jo dividas cobradas que o curador recolheu nesta data.....	600,000	
"	22 Dita dos titulos que recolheu por incobraceis.....	650,000	
Abril....	2 Dita de diversos pagamentos autorizados pelo Juiz a favor de credores.....	1:243,870	
"	" Custas do processo da arrecadação.....	325,000	
	Despeza com o custeio da mesma.....	278,800	
	Porcentagem aos empregados do Juizo....	458,497	
			1:063,597
"	3 Saldo desta herança recolhido em dinheiro, nesta data, pelo curador.....	1:347,333	
			39:653,800

do municipio de G..... para effectuar-se a arrecadação dos bens que o fallecido

F., Juiz de orphãos e ausentes.

F., Escrivão.

F., Curador.



## N. 3 — EM 12 DE JANEIRO DE 1885

Responsabilisa a Administração dos Correios de Minas pela falta de tres notas de 10\$ verificada em uma remessa feita pela Thesouraria da mesma Provincia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Janeiro de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes que exija da Administração dos Correios da mesma Provincia a indemnização da quantia de 30\$, proveniente de tres notas do valor de 10\$, de menos encontradas em um maço contendo 24:000\$, em notas substituidas, remettido pela dita Thesouraria em 22 de Janeiro de 1884; visto ser responsavel aquella Administração pelo extravio das mencionadas notas, por não ter cumprido o disposto no art. 85 das Instruções do 1º de Dezembro de 1866, conforme consta das informações remettidas, por cópia, pelo Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas com Aviso de 9 de Dezembro daquelle anno.

*M. P. de Souza Dantas.*

## N. 4 — EM 13 DE JANEIRO DE 1885

As loterias concedidas pelas Assembléas Provinciaes em favor e para as obras das Igrejas não estão sujeitas ao imposto de 15 % e sómente ao do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, sendo informado que pela Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia fôra mandado cobrar o imposto de 15 % sobre o capital das loterias concedidas pela Assembléa Legislativa da mesma Provincia em beneficio das obras da Igreja matriz de Itapicurú de Cima, na villa da Missão da Saude; declara ao Sr. Inspector da referida Thesouraria, para sua intelligencia e devidos effeitos, que, aproveitando ás loterias concedidas pelas Assembléas Provinciaes em favor e para as obras das Igrejas, a excepção do art. 18, § 3º, n. 7, da Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879, segundo a explicação constante da Ordem n. 104 de 17 de Fevereiro de 1880, cumpre que o mesmo Sr. Inspector pro-

videncie para que seja restituída a importancia do mencionado imposto e cobrado apenas o do sello ; visto que a alludida excepção teve por fim augmentar o beneficio de taes loterias, como tambem fez certo o Aviso de 22 de Janeiro do anno proximo passado, dirigido á Presidencia da Provincia do Rio de Janeiro, e junto por cópia.

*M. P. de Souza Dantas.*



N. 5 — EM 14 DE JANEIRO DE 1885

Provimto de um recurso sobre restituição de direitos pagos por uma caixa contendo espoletas, que deixou de ser desembarcada por ter sido lançada ao mar.

Ministerio dos Negócios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 14 de Janeiro de 1885.

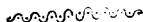
Manceo Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso transmittido com o seu officio n. 152 de 2 de Outubro de 1884, interposto por Joaquim Nunes da Silva Motta & Comp. da decisão da Alfandega da dita provincia, que negou-lhes a restituição da quantia de 233\$900, Proveniente de direitos que pagaram por uma caixa com espoletas simples para arma de fogo, que deixou de ser desembarcada do vapor inglez *Pactra*, procedente de Hamburgo, em razão de ter sido lançada ao mar, por causa do mau tempo.

Considerando que, no caso de ter sido verificada na conferencia do manifesto a falta de descarga do volume em questão, devia ser imposta ao capitão daquelle navio a multa indicada no regulamento em vigor, da qual, entretanto, não é passivel, por ter feito a competente declaração ;

Considerando que foram indevidamente cobrados direitos de mercaderia contida na mencionada caixa, por não ter sido importada ;

Resolveu o referido Tribunal dar provimento ao recurso de que se trata, afim de ser restituída aos recorrentes a importancia de taes direitos ; com deducção, porém, da porcentagem abonada aos empregados da Alfandega, na fórma das Decisões ns. 151 de 22 de Julho de 1869 e 161 de 15 de Maio de 1871.

*M. P. de Souza Dantas.*



## N. 6 — EM 16 DE JANEIRO DE 1885

Os capitães e mestres de embarcações devem apresentar aos Guardas-móres das Alfandegas, no acto da visita, o competente passaporte, manifesto e mais papeis de bordo, ainda que as embarcações venham em lastro ou fazendo escalas pelos portos do Imperio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1885 (\*).

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que aos capitães e mestres das embarcações que no acto da visita deixarem de apresentar aos Guardas-móres das respectivas Alfandegas o competente passaporte, manifesto e mais papeis de bordo, na forma do art. 371, combinado com os arts. 39 e 409 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, deverá ser imposta a multa de 10\$ até 500\$, estabelecida no art. 398, ainda quando, na forma do art. 403, essas embarcações venham em lastro, ou, fazem escalas pelos portos do Imperio, nelles terem apenas entrada por tranquia, como já foi explicado pela Ordem n. 161 de 21 de Abril de 1883.

Estão, porém, isentos desta regra e sujeitos á do art. 4º do Decreto n. 4953 de 4 de Maio de 1872 os paquetes e vapores das linhas regulares de navegação transatlantica, quando nos portos intermediarios estrangeiros se demorarem pouco tempo e recebam alguns volumes, encomendas, etc.

*M. P. de Souza Dantas.*

*Assinado pelo Sr. Ministro.*

## N. 7 — EM 22 DE JANEIRO DE 1885

Proroga os prazos para a suspensão dos despachos livres de direitos e para a verificação do accôrdo, de que trata o art. 46 da Lei de 3 de Setembro do anno passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 22 de Janeiro de 1885.

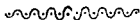
Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effeitos, que ficam prorogados

---

(\*) Neste sentido efficion-se ao Ministerio de Estrangeiros.

até segunda ordem os prazos marcados na Circular n. 44 de 8 de Novembro do anno passado, não só para a suspensão dos despachos livres de direitos de consumo, mas também para a verificação do accôrdo com as companhias, empresas ou particulares, a que se refere o art. 16 da Lei n. 3229 de 3 de Setembro do mesmo anno.

M. P. de Souza Dantas.



### N. 8 — EM 22 DE JANEIRO DE 1885

Provimto de um recurso da Veneravel Ordem 3<sup>a</sup> da Penitencia sobre restituição do imposto predial de mais pago.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 22 de Janeiro de 1885.

A Sua Magestade o Imperador foi presente o recurso da Veneravel Ordem 3<sup>a</sup> da Penitencia, interposto da decisão, pela qual V. S. negou-lhe a restituição de 2 % que de mais pagou de imposto predial relativo ao 1<sup>o</sup> semestre de 1882-1883.

E o mesmo Augusto Senhor, Tendo em vista a decisão do Tribunal do Thesouro, que reformou em parte o despacho recorrido, deferindo a reclamação quanto á restituição do 2 %, correspondente aos mezes de Novembro e Dezembro do referido semestre; e

Considerando que a Lei de orçamento n. 3110 de 30 de Outubro de 1882, para os exercicios de 1882-1883 e 1883-1884, estabeleceu no art. 12, n. 2, que as corporações de mão-morta ficariam sujeitas a pagar o imposto predial dobrado e os 2 % destinados ao serviço da *City Improvements*, isto é, 22 % e não 24 % como anteriormente pagavam ;

Considerando que até 30 de Outubro, o 1<sup>o</sup> exercicio da citada lei foi regido pelas Leis ns 3017 e 3018 de 5 de Novembro de 1880, por virtude do Decreto legislativo n. 3178 de 22 de Junho de 1882, que determinou que estas leis vigorassem nos quatro primeiros mezes do exercicio de 1882-1883, enquanto não fossem promulgadas as leis que deveriam reger esse exercicio ;

Considerando que a prorogativa é uma lei provisoria, que só produz effeito enquanto não é promulgada a lei do exercicio, e, portanto, só cahem sobre a acção da lei prorogada e só são por ella regidos os factos orçamentarios que nascem e se consumam sob o respectivo regimen ;

Considerando que o imposto predial é pago em duas prestações semestraes, e que cada prestação se vence e só é exigivel no fim

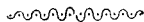
de cada semestre ; e, portanto, o dito imposto, embora corra por dias e mezes, só é arrecadado por prazos ;

Considerando, finalmente, que no caso vertente o imposto só se venceu depois de se achar em execução a citada Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, e por consequencia deve ser regido por suas disposições :

Houve por bem, por Sua Imperial Resolução de 17 do corrente sobre Consulta da Secção dos Negocios da Fazenda do Conselho de Estado, Declarar que deve ter provimento o recurso da Veneravel Ordem 3<sup>a</sup> da Penitencia, afim de que lhe sejam restituídos os 2 % que de mais pagou do imposto predial correspondente a todo o primeiro semestre do exercicio de 1882-1883.

O que communico a V. S. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. S.— *M. P. de Souza Dantas*.— Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.



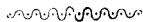
#### N. 9 — EM 22 DE JANEIRO DE 1885

Approva o restabelecimento da Collectoria do municipio de S. Francisco, Pro. Incia do Minas Geraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 22 de Janeiro de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes que fica approvada a deliberação que tomou em sessão da Junta, segundo deu conta em officio n. 101 de 21 de Novembro de 1884, de restabelecer a Collectoria de rendas geraes do municipio de S. Francisco ; assim como de fixar em 30 % a porcentagem que compete ao Collector e ao Escrivão para ella nomeados, sendo 18 % para o primeiro e 12 % para o segundo.

*M. P. de Souza Dantas*.



## N. 10. — EM 24 DE JANEIRO DE 1885

Declara que os terrenos da Lagôa de Rodrigo de Freitas são do dominio do Estado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 24 de Janeiro de 1885.

Em resposta ao officio n. 944 da Ilma. Camara Municipal da Côrte de 13 de Novembro ultimo, relativo ao aforamento dos terrenos que marginam a Lagôa de Rodrigo de Freitas, declaro á mesma Ilma. Camara:

1.º Que não é exacto tenha essa Corporação o dominio util ou o usufructo de terrenos de marinhãs do municipio neutro, visto que a Lei de 3 de Outubro de 1834, art. 37, § 2º, apenas cedeu a essa Corporação, afim de auxiliar-a nas despezas, o producto dos fóros e laudemios de taes terrenos ;

2.º Que o Governo, quando comprou á Ilma. Camara Municipal por 50 apolices o dominio directo dos terrenos da Lagôa de Rodrigo de Freitas, comprehendidos na área da sesmaria, concedida á mesma Ilma. Camara logo depois da fundação da cidade do Rio de Janeiro, consolidou o dominio sobre os referidos terrenos de que ficou o Estado pleno e allodial proprietario ; pois já em virtude do Decreto de 13 de Janeiro de 1808 fora incorporado aos proprios nacionaes o dominio util do engenho e terras da Lagôa, para alli se erigir uma fabrica de polvora e outra de fundição, perfuração e torneação de peças de artilharia ; sendo que, por adjudicação julgada por sentença em 30 de Janeiro de 1840, foi paga a indemnização de 42:193\$430 ao procurador do foreiro Ayres de Freitas, seguindo-se destes factos o corollario que o Governo a nada é obrigado para com a Ilma. Camara a titulo de *canon* ou fóro por essa parte de seu patrimonio, de que foi devidamente desapropriada, isto ainda na hypothese de que houvessem marinhãs em taes terrenos e lhe fossem ellas expressamente concedidas, nos termos dos Avisos de 21 de Setembro de 1835, de 13 de Maio de 1836 e 10 de Julho de 1837 ;

3.º Finalmente, que ao Poder publico e á Alta administração do Estado, representantes e depositarios da Soberania, é que compete a attribuição de regular o dominio nacional, de que fazem parte os terrenos de marinhãs definindo-os e marcando-lhes os caracteristicos que os distinguem, e administrando-os conforme as suggestões do bem geral, sendo certo que o interesse da communhão, a vantagem da collectividade, a utilidade publica, preferem sempre ao interesse, vantagem e utilidade individual ou de uma parcella da sociedade ; provindo d'ahi que se concedam para estabelecimentos publicos terrenos de marinha, a que os particulares teriam preferencia a não apparecer a exigencia do bem geral.

Desde, pois, que o Governo, unico para isso competente, de-

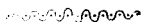
clarou que não havia marinhas na Lagôa de Rodrigo de Freitas, a Ilma. Camara não podia protestar contra essa decisão, invocando para isso um intitulado e imaginario direito ao dominio util ou usufructo, que pretende derivar da Lei de 1831, que apenas lhe concedeu os foros e laudemios de certas marinhas da Corte, no intuito tutelar de lhe prestar um subsidio permanente para augmentar os renditos da Municipalidade, escassos para acudir ás despesas que oneram os respectivos orçamentos.

Ainda mesmo que a decisão do Governo fosse injusta, que não é, ainda mesmo que a Administração houvesse aberto mão das marinhas, que por ventura houvesse na Lagôa, seria o seu procedimento sujeito nesse caso á approvação do Poder Legislativo, justificado por um principio de conveniencia publica, qual a necessidade de fazer cessar a incerteza, em que viviam os proprietarios das chacaras sitas naquella bairra, que não remiam os terrenos porque o Governo não lhes assegurava o dominio tranquillo e definido das comprehensões arrendadas, servindo esse facto de obstaculo ás edificações naquella localidade e ao progressivo desenvolvimento de um arrabalde importantissimo, que ha de fornecer em proximo futuro consideravel contingente á renda publica.

Dado esse caso, perderia a Ilma. Camara os foros e laudemios, e nada poderia reclamar, como não o pôde em todas as hypothèses semelhantes, em que ao interesse individual de um grupo ou de uma corporação se antepõe o interesse de todos.

E', portanto, descabido e menos curial o protesto dessa Ilma. Camara.

*M. P. de Souza Dantas.*

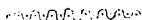


#### N. 11 — EM 5 DE FEVEREIRO DE 1885

O inventariante não é responsavel pela taxa dos escravos pertencentes ao espolio.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 306 de 23 de Dezembro de 1884, interposto por Luiz Alves Paderne da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Recbedoria, que exigiu-lhe o pagamento da taxa, relativa ao exercicio de 1879-1880, dos escravos Fabio e Fausto, pertencentes ao ca al de Maristina Maria do Carmo, de quem o recorrente foi inventariante ; — porquanto, na forma do disposto no art. 17 do Regulamento annexo ao Decreto n. 7536 de 15 de Novembro de 1879, a contribuinte do imposto de que se trata é a dona da escrava sómente.

*M. P. de Souza Dantas.*





## N. 12 — EM 5 DE FEVEREIRO DE 1885

A contribuição de caridade recae sobre a equipagem e casco das embarcações.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Fevereiro de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio n. 169 de 3 de Agosto do anno passado, que o mesmo Tribunal resolveu interpor o recurso interposto por Wilson Sons & Comp., limited, da decisão que sujeitou ao pagamento da contribuição de caridade os vapores *Olympian*, *Munkan*, *Galicia* e *Turim*, visto como não lhes aproveita a disposição invocada do art. 340 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, que apenas declara que, durante o tempo da franquia o *carreamento* ficará isento de quaesquer direitos ou taxas, como si estivesse fóra do territorio do Imperio ; sendo certo que a contribuição de caridade recae sobre a equipagem e casco das embarcações, e entre os favores mencionados no Decreto n. 4955 de 4 de Maio de 1872, que compillou todos os que eram concedidos aos paquetes e vapores de linhas regulares, não está comprehendido o de que se trata.

M. P. de Souza Dantas.



## N. 13 — EM 10 DE FEVEREIRO DE 1885

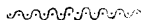
Por simples reclamações dos responsaveis não podem ser interrompidas as execuções que contra ellas se moverem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 10 de Fevereiro de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes, em resposta ao seu officio n. 100 de 31 de Dezembro de 1883, que, á vista das ordens em vigor, não podem ser interrompidas as execuções promovidas

contra o Dr. Joaquim Eduardo Leito Brandão e outros responsáveis, pelo simples motivo de terem reclamado contra ellas; vindo, portanto, que continue com os respectivos processos, emquanto não receber ordem contraria.

*M. P. de Souza Dantas.*



#### N. 14 — EM 10 DE FEVEREIRO DE 1885

Provimto de um recurso relativo á entrega de uma quantia depositada, á requisição do Juiz de Orphãos, á Collectoria da Vargem Grande, Provincia do Maranhão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Fevereiro de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 109 de 4 de Julho de 1884, interposto por José Rodrigues Nunes de Albuquerque e Geminiano Pereira de Magalhães, da decisão da dita Thesouraria que negou-lhes a entrega da quantia de 2.122\$987 recolhida á Collectoria das rendas geraes da Vargem Grande, á requisição do Juiz de Orphãos do respectivo termo, e pertencente á mulher do primeiro e ao segundo dos recorrentes; fundando-se a decisão de que se trata em não ter sido a mencionada quantia recolhida á Thesouraria, e estar o conhecimento da entrada della indevidamente assignado pelo filho do ex-Collector Antonio Felipe Leitão, de nome Symphronio Emiliano Leitão, que não era empregado da Collectoria; — resolveu dar-lhe provimento, afim de se effectuar a entrega da quantia reclamada.

Cumpra, porém, que se proceda á tomada das contas do referido ex Collector, nos termos do art. 7º § 5º do Regulamento de 10 de Março de 1860, não obstante terem desaparecido os livros da Collectoria, segundo consta das informações que vieram annexas ao citado officio; e se promova, si for necessario, a execução contra os herdeiros do dito seu filho, no caso de ter este herdado bens de seu pai, por serem responsáveis *in solidum*, até ás forças da herança, á satisfação do direito fiscal, na forma da Ord. L. 2º Tit. 52, § 5º, do Regimento da Fazenda, Cap. 156, e Regimento dos Contos, Cap. 83.

*M. P. de Souza Dantas.*



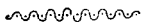
## N. 15 — EM 13 DE FEVEREIRO DE 1885

Concede isenção de quaesquer direitos aos objectos destinados á Exposição universal de Antuerpia, bem como aos que, depois de encerrada ella, forem reimportados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 13 de Fevereiro de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso n. 156 do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 26 de Janeiro ultimo, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que providenciem para que pelas Repartições fiscaes seja concedido livre transito aos productos de qualquer ponto do Imperio que tiverem de ser exportados com destino á Exposição universal de Antuerpia, bem como aos que tiverem de ser reimportados, encerrada que seja aquella exposição, na qual será organizada pelo Centro da Lavoura e do Commercio, com apoio do Governo, uma secção destinada aos productos do Brazil.

*M. P. de Souza Dantas.*



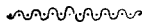
## N. 16 — EM 18 DE FEVEREIRO DE 1885

Quando, pela primeira vez, se apresentarem os tutores ou curadores para receber os juros das apolices de seus tutelados, deve-se exigir a apresentação do alvará do Juiz o competente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 18 de Fevereiro de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n. 54 de 5 de Março de 1884, que, quando pela primeira vez se apresentarem os tutores ou curadores para receber os juros das apolices pertencentes aos respectivos tutelados ou curatelados, deve ser exigido o alvará do Juizo competente ; podendo, porém, para os subseqüentes pagamentos, ser dispensado qualquer outro documento, e, no caso de duvida, exigir-se apenas o officio requisitorio, com o qual ficará provada não só a existencia do tutor ou curador, como tambem a circumstancia de continuar a ser o mesmo a quem se tenha referido o dito alvará.

*M. P. de Souza Dantas.*



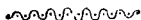
## N. 17 — EM 18 DE FEVEREIRO DE 1885

Substituição dos Collectores nos actos em que jurem suspeição.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 18 de Fevereiro de 1885.

Em resposta aos officios do Collector das rendas geraes do municipio de Valença de 26 de Dezembro e 16 de Janeiro ultimos, em que dá-se por suspeito para avaliar os escravos, que devem ser libertados pela 6.<sup>a</sup> quota do fundo de emancipação, distribuida a esse municipio, pertencentes aos seus parentes Commendador Pedro Rodrigues Horta e outros, e pede para ser nomeado um Collector *ad hoc* para proceder á referida avaliação ; sirva-se V. S. declarar áquelle Collector que compete aos seus substitutos legaes, o Agente ou o Escrivão, funcionar em seu lugar no respectivo processo.

Deus Guarde a V. S. — *M. P. de Souza Dantas.* — Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.



## N. 18 — EM 19 DE FEVEREIRO DE 1885

Os passes concedidos pelas Alfandegas e Mesas de rendas ás embarrações de coberta, que navegam entre os portos da Provincia, estão sujeitos ao sello do § 4.<sup>o</sup>, n. 2, da tabella B do Reg. de 19 de Maio de 1883.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina que regularmente procedeu não approvando, segundo deu conta em officio n. 145 de 21 de Dezembro de 1884, o acto do da Alfandega da cidade do Desterro isentando do pagamento do sello os « passes » concedidos ás pequenas embarcações de coberta, de 6, 10, 12 até 40 toneladas empregadas no trafego, entre o porto da dita cidade e o de Tijucas Grandes, situados dentro da respectiva barra ; — porquanto, estando sujeitas ao sello do § 4.<sup>o</sup>, n. 2, da tabella B do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883, os passes concedidos pelas Alfandegas e Mesas de rendas ás embar-

cações de coberta, que navegam entre os portos da Provincia, acham-se comprehendidos no numero de taes portos os situados dentro da mesma barra, e, por consequente, sujeitos á taxa de que trata o citado n. 2 os passes das embarcações que navegam entre elles.

*M. P. de Souza Dantas.*



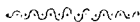
N. 19 — EM 23 DE FEVEREIRO DE 1885

Approva a creação de uma Collectoria no município da cidade de Lima Duarte, Provincia de Minas Geraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Fevereiro de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes, em resposta ao seu officio n. 5 de 31 de Janeiro ultimo, que fica approvada, não só a deliberação que tomou, de crear uma Collectoria no município da cidade de Lima Duarte, a lotação de seus rendimentos e a porcentagem e comissão para os respectivos empregados, mas também a nomeação de Francisco Manoel Duque para o logar de Collector; cumprindo, porém, que o mesmo Sr. Inspector preste as demais informações exigidas pela Circular de 16 de Junho de 1873.

*M. P. de Souza Dantas.*



N. 20 — EM 24 DE FEVEREIRO DE 1885

Approva a nomeação de um Collector interino, por ter obtido exoneração o effectivo, enquanto não se affiançar o Escrivão nomeado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Fevereiro de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas que fica approvado o seu

F. — Decisões de 1885 2



acto designando, segundo dá conta em officio n. 25 de 24 de Janeiro proximo passado, o Praticante da mesma Thesouraria Ernesto Eduardo da Costa Palmeira para servir interinamente o logar de Collector das rendas geraes de S. José da Laga; visto ter obtido demissão o effectivo, e não estar devidamente afiançado o Escrivão.

Recommenda-lhe, porém, que activo a prestação da fiança do Collector nomeado, afim de entrar quanto antes em exercicio.

*M. P. de Souza Dantas.*

~~~~~

### N. 21 — EM 3 DE MARÇO DE 1885

Provimto de um recurso sobre restituição de direitos pagos por mercadorias lançadas ao mar (\*).

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 3 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará que o mesmo Tribunal resolveu dar provimto ao recurso, transmittido com o seu officio n. 193 de 15 de Dezembro de 1884, interposto por Ferro, Carvalho Silva, successores de Mourão, Ferro & C<sup>a</sup>, do acto do Inspector da Alfandega da dita Provincia que mandou-os intimar afim de recolherem a quantia de 362\$924, que lhes fôra restituída, e proveniente de direitos pagos por duas caixas, marca M. F. & C. P, ns. 588 e 591, contendo espoletas simples para arma de fogo, as quaes, tendo sido submettidas a despacho pela nota n. 2314 de 26 de Janeiro daquelle anno, verificou-se terem deixado de ser descarregadas, por haverem sido lançadas ao mar, no trajecto de Hamburgo para Antuerpia, conforme declarou o Commandante do navio que as transportava; ficando, porém, os recorrentes sujeitos, na fórma das Ordens n. 157 de 22 de Julho de 1839 e n. 161 de 15 de Maio de 1871, ao desconto da importancia da porcentagem abonada aos empregados da Alfandega, de accordo com o que já foi decidido pela Ordem n. 43 de 14 de Janeiro proximo passado, sobre identico recurso de Joaquim Nunes da Silva Motta & C.<sup>a</sup>

*M. P. de Souza Dantas.*

---

(\*) Hantica decisão tomou-se sobre o recurso do Coimbra, Pego & C.<sup>a</sup>, transmittido por essa Thesouraria com o officio n. 184 de 28 de Novembro de 1884.

~~~~~

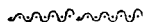
## N. 22 — EM 3 DE MARÇO DE 1885

Sobre despacho de inflammaveis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 3 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio de 3 de Janeiro proximo passado, interposto por Fernandes & Irmãos e outros, do acto da Inspectoria da Alfandega da dita Provincia que mandou descarregar em um ponto por ella designado as mercadorias inflammaveis, especialmente kerosene, recibidas pelos recorrentes, e despachadas, sobre agua, para consumo; visto estar o acto de que se trata de conformidade com o que se acha decidido pelas Ordens n. 151 de 4 de Outubro e n. 187 de 17 de Novembro de 1884.

M. P. de Souza Dantas.



## N. 23 — EM 3 DE MARÇO DE 1885

Declara que a *Great Western of Brazil Railway, limited* está sujeita ao pagamento dos impostos de industrias e profissões, e predial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 3 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso transmittido com o seu officio n. 233 de 22 de Outubro de 1884, interposto pela *Great Western of Brazil Railway, limited*, cessionaria da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro, da decisão da dita Thesouraria sustentando o acto da Collectoria das rendas geraes da cidade de Nazareth que a incluiu no lançamento dos impostos de industrias e profissões, e predial; visto estar a decisão recorrida de conformidade com o Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 2 de Janeiro de 1875 e com a Ordem n. 125 de 22 de Agosto daquelle anno.

M. P. de Souza Dantas.



## N. 21 — EM 4 DE MARÇO DE 1885

Declara que a multa por falta de apresentação de manifesto é de 10\$ a 500\$, e não 500 réis por tonelada de arqueação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Março de 1885.

Manceo Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso, transmittido com o seu officio n. 192 de 15 de Dezembro de 1884, interposto pelo Commandante do vapor inglez *Brasil*, Henry Thompson, representado por seu procurador Henry Aulic, da decisão da Alfandega da dita Provincia, que impoz-lhe a multa da quantia de 533\$500 ou 500 réis por tonelada de arqueação, por não ter apresentado os manifestos exigidos pelos arts. 399 e 402 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, da carga recebida no porto da procedencia — Liverpool, — nem tambem nos de escala, Pará e Ceará, ou os certificados de não ter recebido carga alguma em taes portos.

Considerando que a simples allegação do recorrente, de ser Hamburgo, e não Liverpool, o porto da procedencia do navio sob seu commando, não faz prova para a relevação da multa que lhe foi imposta pela falta do manifesto relativo ao ultimo desses portos ;

Considerando que, á vista dessa allegação, cumpria á Alfandega exigir do recorrente, na forma do art. 499 do supracitado regulamento, os papeis de bordo e por elles verificar a exactidão della ;

Considerando que a multa por falta de apresentação do manifesto não é de 500 réis por tonelada de arqueação, e sim de 10\$ a 500\$, de conformidade com o art. 398 daquelle regulamento, como já foi decidido pelas Ordens n. 161 de 21 de Abril de 1863, de 14 de Dezembro de 1866 e n. 1 de 2 de Janeiro de 1874 ; e

Considerando que, embora esteja annexa á petição de recurso sómente a certidão da Alfandega do Ceará, e não a do Pará, se reconhece que ambas foram presentes á Alfandega do Maranhão, não só pelas allegações do recorrente, como tambem pela informação da mesma Alfandega, constante do officio n. 6 de 25 de Novembro do anno proximo passado :

Resolveu dar-lhe provimento, afim de ser o recorrente alliviado da multa relativa aos portos de escala, e impor-se-lhe, em lugar da de 500 réis por tonelada de arqueação, pela falta de apresentação do manifesto de Liverpool, a de 10\$, de accôrdo com o citado art. 398 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

M. P. de Souza Dantas.





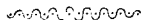
## N 25. — EM 6 DE MARÇO DE 1885

Declara que as gratificações pelo serviço de engajamento de voluntarios para o Exercito estão isentas do sello proporcional, e sujeitas unicamente ao de 200 réis as respectivas quitações ou recibos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 6 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em deferimento á petição transmitida pelo Ministerio dos Negocios da Guerra com Aviso de 12 de Dezembro de 1884, em que o Alferes da Guarda Nacional Lindolpho Daniel de Carvalho pede a restituição da importancia do sello de 5 % que lhe foi cobrado pela Thesouraria da Fazenda da Provincia da Parahyba sobre a gratificação que, por diversas vezes, lhe foi abonada pelo agenciamento de voluntarios para o serviço do Exercito, no periodo decorrido de Outubro de 1883 a Abril daquelle anno, autoriza o Sr. Inspector da mesma Thesouraria para effectuar a restituição pedida pelo reclamante, visto estar a gratificação de que se trata isenta do sello proporcional, de conformidade com a Decisão n. 402 de 24 de Outubro de 1872, e não ter applicação ao caso a de n. 586 de 30 de Dezembro de 1880, nem o § 5º, n. 7, da tabella A do Regulamento annexo ao Decreto n. 846 de 19 de Maio de 1883, em que se fundou o acto da Thesouraria; devendo-se, portanto, cobrar do reclamante somente o sello fixo de duzentos réis a que estão sujeitas as quitações das quantias por elle recebidas.

*M. P. de Souza Dantas.*

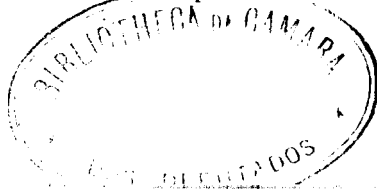


## N. 26 — EM 6 DE MARÇO DE 1885

Compete á Directoria Geral dos Correios conhecer dos recursos contra multas, impostas aos respectivos empregados, por faltas commettidas no exercicio de seus logares.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 6 de Março de 1885.

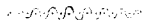
Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o Aviso do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 18 de Dezembro de 1884, e cópia a elle annexa, declara ao Sr. Inspector da The-



souraria de Fazenda da Provincia do Piauhý, em resposta ao seu officio n. 53 de 13 de Agosto do dito anno, que não foi regular o seu procedimento dando provimento ao recurso interposto pelo Agente do Correio da cidade de Amarante do acto da Administração do mesmo Correio, que impoz-lhe a multa de 20\$, em que incorrera, por falta commettida no exercicio de suas funcções: visto competir á Directoria Geral dos Correios, e não a essa Thesouraria, tomar conhecimento do recurso de que se trata, na fórma do disposto no art. 254 do Regulamento approved pelo Decreto n. 399 de 21 de Dezembro de 1844.

Fica, portanto, sem effeito a decisão tomada pela mesma Thesouraria e salvo ao referido Agente interpor o seu recurso para a autoridade competente.

*M. P. de Souza Dantas.*



#### N. 27 — EM 9 DE MARÇO DE 1885

Provimento de um recurso sobre multa de direitos em dobro por uma differença de direitos que não attingiu a 50\$, sujeitando, porém, os recorrentes á multa de 1  $\frac{1}{2}$  % pela inexactidão da nota.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 9 de Março de 1885.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso que Cardozo & C.<sup>a</sup> interpozeram da decisão dessa Inspectoria que os obrigou a pagar direitos em dobro pelo accrescimo verificado em duas caixas com instrumentos de metal, vindas do Havre no vapor francez *Scully*, e submettidas a despacho pela nota n. 6999 de 29 de Setembro ultimo, — o mesmo Tribunal, attendendo a que os direitos da differença de 4 kilos e 5 decimos de mais verificada na conferencia das ditas caixas, são inferiores á importancia de 50\$ de que tratam o art. 553 do Regulamento de 19 de Setembro de 1840 e art. 19 do Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, resolveu dar provimento ao recurso, e mandar alliviar os recorrentes do pagamento da mencionada multa, impondo-se-lhes a de 1  $\frac{1}{2}$  % pela inexactidão da nota.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S. — *M. P. de Souza Dantas.* — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.



## N. 28 — EM 9 DE MARÇO DE 1885

Defere um recurso contra a multa de direitos em dobro por diferença para mais, sujeitando o recorrente á multa de 1 ½ % pela inexactidão da nota. *mt*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 9 de Março de 1885.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Noel Decap, da decisão dessa Inspectoria, que mandou cobrar direitos dobrados por 19 kilogrammas de tecido de seda e algodão para uais encontrados na conferencia interna de uma caixa vinda de Bordeaux no vapor francez *Amazona*, e submettida a despacho pela nota n. 2102 de 15 de Fevereiro do anno passado, e o mesmo Tribunal :

Considerando que, no caso de que se trata, devia ser imposta a multa estabelecida no art. 545, § 2º. do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e não a de direitos em dobro ;

Considerando que, tendo havido inexactidão nas declarações da nota para o despacho, e não se verificando a hypothese do art. 18 do Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870 a que se refere o art. 2º do Decreto n. 8549 de 27 de Maio de 1882, por não serem differentes todas as mercadorias declaradas na nota, e não se ter dado acrescimo de direitos :

Resolveu tomar conhecimento do recurso, como de revista, e relevar os recorrentes da multa de direitos em dobro, impondo-lhes a de 1 ½ % pelas declarações inexactas da referida nota, na forma da Ordem. n. 517 de 27 de Novembro de 1866. O que communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S. — *M. P. de Souza Dantas*. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

## N. 29 — EM 10 DE MARÇO DE 1885

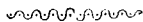
A polvora e munições de guerra importadas para o Estado estão isentas do imposto de 10 réis por libra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Março de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 5 de Dezembro ultimo, que as duvidas suscitadas entre a Alfandega da Provincia da Bahia e a Repartição da Policia,

acerca do despacho de pólvora sobre água, já foram resolvidas pelo Aviso expedido á Presidencia da dita Provincia em 6 de Setembro do anno passado, pelo qual a pólvora e munições de guerra com destino ao Estado são isentas do pagamento de 10 réis por libra, de que tratam as Instruções desse Ministerio de 13 de Março de 1877; estando a pólvora pertencente a particulares sujeita a esse pagamento, pela arrumação, acondicionamento e serviço da sabida da mesma pólvora.

Deus Guarde a V. Ex. — *M. P. de Souza Dantas.* — A S. Ex. o Sr. Conselheiro Candido Luiz Maria de Oliveira.



### N. 30 — EM 11 DE MARÇO DE 1885

Substituição dos Collectores nos processos de avaliação de escravos que tenham de ser manumittidos pelo fundo de emancipação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, á vista do Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 23 de Fevereiro proximo passado, que no caso de dar-se por suspeito qualquer Collector de rendas geraes para avaliar escravos, que tenham de ser libertados pelo fundo de emancipação, deve ser nomeado para substituí-lo o respectivo Agente ou Escrivão da Collectoria, pois são estes os seus substitutos legaes.

*M. P. de Souza Dantas.*



### N. 31 — EM 12 DE MARÇO DE 1885

Trata do levantamento de quantias pertencentes a escravos, espolios e menores, depositadas nas Caixas Economicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de

Fazenda da Provincia do Pará, para o fazer constar ao Conselho Fiscal da Caixa Economica e Monte de Soccorro da mesma Provincia, em resposta a consulta por elle feita no officio que veio anexo ao da dita Thesouraria, n. 2 de 5 de Janeiro proximo passado: 1.º, que a retirada de quantias depositadas na referida Caixa e pertencentes ao peculio de escravos, pôde ser effectuada por simples officio do Juizo competente; 2.º, que no caso de fazer parte de algum espolio a quantia depositada, pôde ser realizada a respectiva entrega á vista do termo de inventariante; e 3.º, que, para a retirada das quantias pertencentes a menores, é indispensavel, á vista do Aviso de 23 de Abril de 1879, e no caso de não intervir o pai do menor, a apresentação do termo de tutela ou a autorização do Juizo de Orphãos concedida por qualquer fórma, até por simples despacho lançado no requerimento da parte interessada.

*M. P. de Souza Dantas.*

*Provincia do Pará*

#### N. 32 — EM 13 DE MARÇO DE 1885

Provincia do Pará, em resposta a consulta do Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia do Pernambuco, sobre a exigencia de direitos de latas de kerosene, que se verificou estarem vazias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Março de 1885.

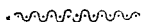
Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio n. 170 de 23 de Julho de 1883, que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, interposto por Fonseca Irmãos & C.<sup>ª</sup> da decisão que mandou cobrar os direitos de 244 latas de kerosene, como cheias, e que pelo attesto e soldamento a que se procedeu no dia 18 de Maio do dito anno, e em presença de um empregado da Alfandega e do pessoal do trapiche em que estavam ellas depositadas, ficaram completamente vazias.

Considerando que, mesmo dado o caso do art. 252 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, não podia o Inspector da Alfandega deixar de mandar proceder ao exame do art. 290 combinado com os arts. 291 e 293 do dito regulamento; porquanto, a disposição de de n. 291 é geral e applicavel a todos os casos em que se verifica o danno das mercadorias; e

Considerando que dessa falta resultou preterição de formalidade essencial no processo do recurso:

Resolven tomar conhecimento delle como de revista, e dar-lhe provimento, para o fim de serem taes latas sujeitas ao pagamento de direitos como cascos ou outros envoltorios, nos termos do art. 41 das Disposições preliminares da Tarifa.

*M. P. de Souza Dantas.*



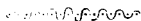
### N. 33 — EM 14 DE MARÇO DE 1885

Declara que, excellento de 600\$ a renda das Agencias dos Correios, estão os respectivos Agentes sujeitos á prestação de fiança.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, com nuncia ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina, em resposta ao seu officio n. 15 de 30 de Janeiro ultimo, que fica approvada a deliberação que tomou, em sessão da Junta, de sujeitar os Agentes do Correio de Joinville, Laguna e Blumenau a prestarem fiança desses cargos, visto exceder de 600\$ a renda annual dos respectivos Agentes.

*M. P. de Souza Dantas.*



### N. 34 — EM 14 DE MARÇO DE 1885

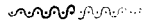
Approva a decisão da Recebedoria do Rio de Janeiro que sujeitou ao imposto de industrias e profissões um bote que, além de verduras, se emprega no commercio de comidas e frutas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Março de 1885.

Communico a V. S., para os devidos effeitos, que foi indeferido pelo Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Manoel José Pereira Salgado da sua decisão que o obrigou a pagar desde o exercicio de 1881-1882, além da multa relativa a um

semestre, na fôrma do art. 22, § 2º, do Regulamento vigente, o imposto de indústrias e profissões de um bote, visto entender que essa embarcação, empregada no commercio do mar, não vende exclusivamente verduras, mas tambem comidas e frutas.

Deus Guarde a V. S. — *M. P. de Souza Dantas*. — Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.



### N. 35 — EM 14 DE MARÇO DE 1885

Provimto de um recurso sobre restituição de direitos de mais pagos por um despacho de mercadoria sujeita a duas conferencias e não ter-se verificado a interna, nos termos do art. 606 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Março de 1885.

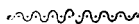
Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thezouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso transmittido com o seu officio n. 14 de 16 de Janeiro proximo passado, interposto por H. Nuesck & C.ª da decisão da Alfandega da dita Provincia que negou-lhes a restituição da differença dos direitos que pagaram por 63 ¼ kilogrammas, peso liquido, de alcatifa submettida a despacho pela nota n. 32 de 23 de Outubro de 1884, como de « lã com trama de algodão, não especificada », da taxa de 15390 o kilogramma, com o abatimento de 10 % e que verificou se na conferencia da sahida ser de « linho, com trama de algodão », sujeita á taxa de 600 réis, na fôrma do art. 477 da Tarifa em vigor.

Considerando que, embora a nota para o despacho tivesse sido distribuida a duas conferencias, não se procedeu entretanto á primeira, como d'clarou o proprio Conferente, S. A. de Almeida Freitas, em sua informação de 5 de Novembro daquelle anno ;

Considerando que, á vista do que fica exposto, tem cabimento a reclamação de que trata a segunda parte do art. 606 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, conforme já foi decidido e consta do Aviso n. 5086 de 14 de Dezembro de 1861 ;

Resolveu o referido Tribunal dar-lhe provimento, assim de se effectuar a restituição pedida pelos recorrentes, e impor-se-lhes sómente a multa de 1 ½ a 5 %, na fôrma do art. 18 do Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870.

*M. P. de Souza Dantas.*



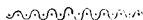
## N. 36 — EM 16 DE MARÇO DE 1885

Declara que os pombos estão isentos de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 302 de 15 de Dezembro de 1884, interposto por João Otto Rode da decisão da Inspectoria da Alfandega da dita Provincia, que classificou na primeira parte do art. 2º da Tarifa em vigor, para pagar a taxa de 600 réis cada um, 45 pombos vindos no vapor allemão *Santos*; — visto estarem taes pombos isentos de direitos, por se acharem comprehendidos na segunda parte do citado artigo.

*M. P. de Souza Dantas.*



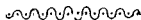
## N. 37 — EM 16 DE MARÇO DE 1885

Classificação de cobertores ordinarios, claros ou listrados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para o fazerem constar ás respectivas Alfandegas, que os cobertores, constantes da amostra junta, e outros que se lhes assemelhem, seja qual fôr a sua côr, devem ser classificados na 1ª parte do art. 561 da Tarifa em vigor, além de pagarem direitos na razão de 320 réis por kilogramma, visto haver o mesmo Tribunal verificado que ao tempo em que foi organizada a Tarifa não era conhecida tal mercadoria, que por isso não foi definida nem qualificada, e que, embora esses cobertores não sejam escuros, não podem, pela sua inferior qualidade, supportar a elevada taxa da 2ª parte do mencionado artigo.

*M. P. de Souza Dantas.*





## N. 38 — EM 16 DE MARÇO DE 1885

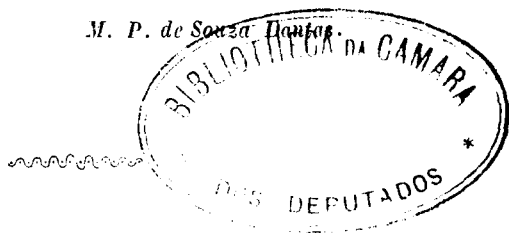
Indeferimento de um recurso contra a decisão da Thesouraria de Pernambuco, confirmando a da Alfandega, que mandou lançar ao mar 108 barricas com bacalhão deteriorado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 60 de 12 de Março de 1884, interposto por Browns & C.<sup>a</sup> da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Inspectoria da Alfandega que mandou lançar ao mar 108 barricas com bacalhão, submittido a despacho pela nota n. 787 de 8 de Janeiro daquelle anno, e que se verificou no exame a que se procedeu achar-se em estado de putrefacção, visto estar a decisão recorrida de conformidade com os arts. 516, 517 e 537 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e não ser attendivel a allegação dos recorrentes de que sómente parte do genero contido nas mencionadas barricas estava deteriorado, por ser tardio o exame que requereram nos cascos, e delle não se poder colher dados que orientassem o referido Tribunal para firmar convicção favoravel á intenção dos recorrentes.

Declara porém ao Sr. Inspector, para seu conhecimento e o fazer constar áquella Alfandega, que descoberta a avaria na fórma dos supracitados artigos, só pôde ser negado o despacho dos generos a que elles se referem, e inutilizados taes generos, depois que, por pessoas idoneas nomeadas para procederem como peritos ao respectivo exame, que será feito em presença dos interessados, sempre que puderem ser promptamente intimados, se verificar que da determinação resulta damno á saúde publica; devendo, no caso de não estar parte delles deteriorada, ser separada essa parte para o despacho, na fórma do art. 530 das Disposições preliminares da Tarifa em vigor.

M. P. de Souza Dantas.



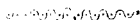
## N. 39 — EM 23 DE MARÇO DE 1885

Declara que o pagamento do pessoal das Administrações do Correio deve ser effectuado nas mesmas Administrações.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso n. 5 do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 6 do corrente mez, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que o pagamento do pessoal das Administrações do Correio deve ser effectuado nas mesmas Administrações, como se pratica na Directoria Geral dos Correios, visto suscitarem-se duvidas acerca da intelligencia da palavra — assalariado — empregada no Aviso n. 59 do dito Ministerio, de 28 de Dezembro de 1882.

*M. P. de Souza Dantas.*



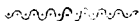
## N. 40 — EM 23 DE MARÇO DE 1885

Approva o restabelecimento da Collectoria do Rio Bonito, Provincia de Goyaz.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Goyaz que, á vista do que informa em seu officio n. 14 de 20 de Fevereiro proximo passado, fica approvada a deliberação que tomou, em sessão da Junta, de restaurar a Collectoria das rendas geraes do municipio do Rio Bonito; cumprindo, porém, que preste os esclarecimentos exigidos pela Circular n. 217 de 16 de Junho de 1873.

*M. P. de Souza Dantas.*



## N. 41 — EM 26 DE MARÇO DE 1885

Equipara á de — mercadores de frutas — a industria de vender leite,  
e á de — empregarios de casas de espectaculos — a de — salão de tiro  
ao alvo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em  
26 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do The-  
souro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de  
Fazenda, para os devidos effeitos, que a industria de vender leite  
foi assemelhada á de mercadores de frutas, para pagar a taxa da  
tabella D 3ª classe; e a de empregario de salão de tiro ao alvo á de  
directores ou empregarios de casas de espectaculos, sujeita á taxa  
da tabella A. 3ª classe, do Regulamento n. 6980 de 20 de  
Julho de 1878.

*M. P. de Souza Dantas.*



## N. 42 — EM 28 DE MARÇO DE 1885

Indefere um recurso contra a decisão da Alfandega do Rio de Janeiro  
que exigiu a differença de direitos pagos de menos na Alfandega de  
Porto Alegre por uma caixa, contendo rendas de seda e filó, para  
allí reexportada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de  
Março de 1885.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o recurso do J. J.  
Pereira de Moraes & Cª., interposto da decisão do Tribunal  
do Thesouro que confirmou a dessa Inspectoria, exigindo o paga-  
mento da differença dos impostos pagos de menos na Alfandega  
de Porto Alegre por uma caixa contendo rendas de seda e filó  
ponto de malha, que reexportaram para aquella Alfandega, alle-  
gando os recorrentes que a Alfandega reexportadora não tem  
competencia para exigir direitos de mercadorias, que não forem  
nellas despachadas, mas em Alfandega diversa, e onde pagaram  
os direitos de consumo.

E o mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido a Secção de Fazenda  
de Conselho de Estado; e

Considerando que, havendo os recorrentes manifestado na  
Alfandega do Rio de Janeiro a referida caixa, foram os respe-

ctivos direitos calculados na quantia de 744\$800, e sendo depois reexportada para Porto Alegre ali pagaram de direitos a quantia de 263\$400, dando-se, portanto, a differença para menos da quantia de 480\$425;

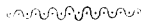
Considerando que a Alfandega competente para o caso não pôde deixar de ser a que deu despacho para a reexportação, porquanto é ella que tem os esclarecimentos necessários para verificar as differenças, e possui além disso a caução que responde pelos desvios;

Considerando que, sendo a Alfandega reexportadora competente para arrecadar a importância caucionada quando não é apresentada a certidão do despacho de consumo no prazo marcado, isto é, quando ha subtracção total dos direitos, fôra extraordinario e incomprehensivel que ella não tivesse competencia para o menos, qual é a arrecadação de parte dos direitos correspondentes ás differenças descobertas, caso em que só ha desvio parcial;

Resolveu, por Sua Imperial Resolução de 21 do corrente, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Indeferir o referido recurso.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S. — *M. P. de Souza Dantas*. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.



#### N. 43 — EM 28 DE MARÇO DE 1885

Declara que os procuradores das sociedades anonymas, perante o Governo ou seus accionistas e interessados, estão sujeitos ao imposto de industrias e profissões da tabella 2<sup>a</sup> do Regulamento de 29 de Julho de 1878.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Março de 1885.

A Sua Magestade o Imperador foi presente o recurso interposto pelo Bacharel Ignacio Wallace da Gama Cockrane da decisão do Tribunal do Thesouro Nacional que confirmou o despacho, pelo qual V. S. o sujeitou ao imposto de industrias e profissões como agente, nesta cidade, da Companhia da estrada de ferro — S. Paulo e Rio de Janeiro —, allegando que não exerce elle nesta cidade as funções de administrador ou gestor da companhia, representando-a aqui apenas como simples procurador nos negocios de character meramente administrativo nas relações da mesma companhia com o Governo e com os seus accionistas, interessados e dependentes.

E o mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, e

Considerando que agente de negocios, no sentido juridico, é o que faz profissão de tratar, mediante salario, negocios alheios, como é o que por conta de terceiros se encarrega de cobrar e collocar capitães, de receber juros de apolices, de comprar e vender fundos publicos, de traduzir documentos escriptos em lingua estrangeira, de redigir escripturas e instrumentos, de apurar e liquidar massas fallidas;

Considerando que estes agentes pertencem, sem duvida, á classe dos commerciantes e são sujeitos ao Direito Mercantil, e podem as sociedades anonymas empregal-os em seus negocios;

Considerando que as sociedades anonymas podem ter agentes que não entram na definição de agentes mercantis: taes são os agentes que auxiliam na gestão diaria os administradores de sociedades anonymas puramente civis, os agentes das sociedades anonymas, ainda mercantis, que são incumbidos de tratar de uma certa ordem de negocios e questões por sua natureza civis, como por exemplo de represental-as nas suas dependências do Poder Publico, e nas suas relações com particulares, derivadas de actos e contratos regulados pelo Direito Civil;

Considerando que a tabella D do Decreto n. 6980 de 20 de Julho de 1878 não faz distincão entre agentes commerciaes e agentes que o não são; e desde que os agentes o são de sociedades anonymas e a tabella comprehende uns e outros, commerciantes e não commerciantes, não importando para a questão indagar si o recorrente é agente mercantil ou simplesmente civil da companhia:

Houve por bem, por Sua Imperial Resolução de 21 do corrente, de conformidade com o parecer da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Indeferir o referido recurso.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S. — *M. P. de Souza Dantas*. — Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.



#### N. 44 — EM 30 DE MARÇO DE 1885

Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes na villa da Gloria de Goitá, Provincia de Pernambuco.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Março de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria d

Fazenda da Província de Pernambuco, em resposta ao seu officio n. 25 de 20 de Fevereiro ultimo, que fica approvada a deliberação, que tomou em sessão da Junta, de crear uma Collectoria de rendas geraes na villa da Gloria de Goitá, bem assim a renda lotada para a dita Collectoria, as porcentagens e fianças arbitradas aos respectivos empregados, e as nomeações de Antonio Floriano Pereira Lemos e João Adclino de Mello Verçosa para os logares de Collector e Escrivão.

*M. P. de Souza Dantas.*



**N. 45 — EM 1 DE ABRIL DE 1885**

Manda escripturar desde logo os descontos feitos nos vencimentos dos empregados activos e inactivos, e pensionistas ou quaesquer outros, para caução ou indemnização da Fazenda Nacional.

**Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 1 de Abril de 1885.**

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, attendendo á conveniencia de tornar-se extensiva a Circular n. 268 de 31 de Dezembro de 1883 a outros casos nella não comprehendidos, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que os descontos que se fazem nos vencimentos dos empregados activos e inactivos, e pensionistas ou quaesquer outros, para caução ou indemnização da Fazenda Nacional, deverão ser escripturados desde logo em receita, sob o titulo a que pertencerem, com as necessarias explicações, imputando-se á despeza da verba propria a importancia integral a que o credor tiver direito.

*M. P. de Souza Dantas.*



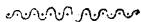
## N. 46 — EM 10 DE ABRIL DE 1885

Provimto de um recurso contra a exigencia de direitos por 10 caixas  
com vinho de *Champagne*; reexportadas para Liverpool.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 10 de  
Abril de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do  
Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria  
de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal,  
tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 26 de  
20 de Fevereiro proximo passado, interposto por H. Nuesck & C.<sup>a</sup>  
do despacho da Alfandega, que sujeitou-os ao pagamento dos  
direitos de consumo de 10 caixas marca R T & S, ns. 12.450 a  
12.459, contendo vinho de *Champagne*, que reexportaram para  
Liverpool mediante termo de responsabilidade assignado em 24  
de Fevereiro de 1882, e cujo certificado de descarga no porto do  
destino, tendo sido apresentado dentro do prazo de seis mezes que  
lhes fôra marcado, deixou de ser aceito pela dita Alfandega por  
não se achar legalisado pelo Consulado Brasileiro em Liverpool,  
sendo novamente exhibido depois de findo o mencionado prazo;  
— resolveu dar-lhe provimento afim de ser aceito o referido certi-  
ficado para ficarem os recorrentes exonerados da responsabilidade  
que contrahiram com a assignatura do termo de que se trata;  
visto estar provado que o excesso do prazo marcado foi devido a  
ter sido o dito documento devolvido para Liverpool afim de ser  
preenchida a formalidade exigida pela Alfandega.

M. P. de Souza Dantas.



## N. 47 — EM 11 DE ABRIL DE 1885

Os embargos á penhora para pagamento de alcances, não embaraçam a  
liquidação das respectivas contas; não se devendo porém promover  
cobranças taes sem estarem definitivamente julgadas as contas e ter  
expirado o prazo marcado ao responsável para indemnizar o alcance.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 11 de  
Abril de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do The-  
souro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de  
Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal re-

solveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 238 de 25 de Outubro de 1884, interposto por José Moreira da Silva do despacho da dita Thesouraria indeferindo o requerimento em que pedira-lhe mandasse sustar o andamento do processo da liquidação das contas, relativas ao periodo decorrido do 1º de Julho de 1883 a 10 de Janeiro do anno seguinte, do finado Thesoureiro da Administração dos Correios da referida Provincia, Antonio José da Silva do Brazil, de quem o recorrente é fiador; allegando achar-se já executado em vista de uma certidão remetida ao Juizo dos Feitos da Fazenda, e pender de decisão do mesmo Juizo os embargos que oppoz á penhora que lhe fôra feita para a cobrança do saldo de 10:824\$553 e respectivos juros, verificado no balanço a que se procedeu por occasião do fallecimento daquelle Thesoureiro; visto não poderem taes embargos embaraçar o andamento do processo da liquidação das contas de que se trata.

Declara, outrosim, ao Sr. Inspector que não devera ter mandado proceder á cobrança executiva do alcance de 10:924\$780 verificado na liquidação das contas, antes de serem julgadas definitivamente, e de estar findo o prazo marcado ao devedor para realizar a indemnização do alcance, de conformidade com o art. 25 do Decreto n. 2548 de 10 de Março de 1860.

*M. P. de Souza Dantas.*

*Antônio José da Silva*

#### N. 48 — EM 11 DE ABRIL DE 1885

E' restituivel o sello pago pelas escripturas de hypotheca, quando estas não se realizarem, devendo-se entretanto descontar a importancia da porcentagem que competir aos empregados da Repartição Fiscal.

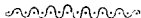
Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 11 de Abril de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 14 de 7 de Março proximo passado, interposto por J. Pennaforte da decisão da dita Thesouraria que reformou o despacho pelo qual a Collectoria das rendas geraes da cidade da Leopoldina mandára restituir-lhe a quantia de 37\$, proveniente do sello proporcional pago pela transferencia de uma escriptura de hypotheca, que não se realizou; visto ter direito



o recorrente á restituição que reclama, á vista do disposto no art. 54, n. 3, do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883 ; devendo-se, porém, deduzir da mencionada quantia a porcentagem que coube ao Collector e ao Escrivão daquelle Collectoria, e cobrar o sello do conhecimento que se acha junto á petição dirigida á Thesouraria, conforme exige o art. 14 do citado regulamento.

*M. P. de Souza Dantas.*



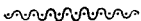
N. 49 — EM 18 DE ABRIL DE 1883

No computo das fianças fiscaes comprehendem-se os juros, multas e custas, e nessa conformidade devem-se lavrar os respectivos termos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 18 de Abril de 1883.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia de Pernambuco, em confirmação do telegramma que nesta data lhe dirige, que no computo da fiança de Thesoureiro da mesma Thesouraria se devem comprehender os juros, multas e custas, sendo nesta conformidade lavrado o termo respectivo ; pois que de outra fórma perderiam as fianças fiscaes o seu caracter de limitadas.

*M. P. de Souza Dantas.*

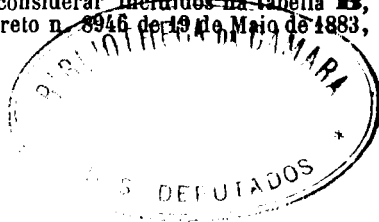


N. 50 — EM 20 DE ABRIL DE 1883

O archivamento dos estatutos e/ suas alterações e das dissoluções de companhias ou sociedades anonyms estão sujeitos ao sello de 5\$ por estampilha.

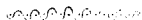
Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 20 de Abril de 1883.

Communico a V. S., em resposta ao seu officio de 25 de Fevereiro ultimo, que devem-se considerar ~~incluidos na tabella B,~~ 2ª classe, § 5º, n. 20, do Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883,



quer os estatutos e suas alterações, quer as dissoluções de companhias ou sociedades anonymas, para sujeitar-se o respectivo archivamento á taxa de 5\$, pago por estampilha na certidão dada á parte.

Deus Guarde a V. S.—*M. P. de Souza Dantas*.—Sr. Presidente da Junta Commercial desta Côrte.



N. 51 — EM 20 DE ABRIL DE 1885

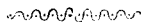
Approva a decisão da Recebedoria do Rio de Janeiro, mandando deduzir 2 % do producto de 200 lettras da Companhia União dos Lavradores, vendidas em hasta publica, e que se achavam recolhidas ao cofre de depositos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Abril de 1885.

Em officio de 19 de Dezembro ultimo, communicou V. S. que, achando-se em deposito no cofre dessa Repartição 200 lettras da Companhia União dos Lavradores, do valor de 100\$ cada uma, as quaes foram arrematadas em hasta publica, e substituidas pelo dinheiro que ellas produziram, e com que entrou o arrematante por ordem do respectivo Juizo, somma esta que ficou substituindo aquelle primitivo deposito, resolveu mandar deduzir o premio de 2 %, de que trata o art. 12 das Instrucções de 1 de Dezembro de 1845, do valor da dita somma, ao levantar-se esta, e não dos titulos primitivos por ser a somma em dinheiro o verdadeiro valor que em praça aquellas lettras haviam produzido.

Em resposta ao referido officio declaro a V. S., para os fins convenientes, que approvo a mencionada resolução.

Deus Guarde a V. S.—*M. P. de Souza Dantas*.—Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.



## N. 52 — EM 21 DE ABRIL DE 1885

As restituições do sello de mais cobrado pelas patentes de officiaes de Marinha devem ser feitas pelo respectivo Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 21 de Abril de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso n. 514 de 28 de Março ultimo, que estando verificado ter-se cobrado o imposto de 12%, de que trata o § 5º, n. 1, tabella A, annexa ao Regulamento do sello, e não de 7% do § 5º, n. 5, da mesma tabella, pela promoção de Rodolpho Ramos de Freitas a Guarda-Marinha, deverá a restituição dos 5% de mais cobrados ser effectuada pelo Ministerio a cargo de V. Ex., e não pelo Thesouro Nacional, conforme se solicitou no mencionado aviso.

Deus Guarde a V. Ex.— *M. P. de Souza Dantas*. — A S. Ex. o Sr. Joaquim Raymundo de Lamare.



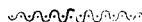
## N. 53 — EM 22 DE ABRIL DE 1885

As Thesourarias de Fazenda devem solicitar previamente os creditos precisos para pagamento das dividas de exercicios findos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, á vista do disposto no art. 18 da Lei n. 3018 de 5 de Novembro de 1880, e no art. 11 da de n. 3230 de 3 de Setembro de 1884, que tornaram o pagamento das dividas de exercicios findos dependente da existencia de saldo sufficiente nas verbas a que pertenciam as despezas, quando correntes, deverão solicitar previamente do Thesouro o necessario credito, antes de ordenarem o pagamento de quaesquer dividas dessa natureza.

*M. P. de Souza Dantas*.



## N. 54 — EM 24 DE ABRIL DE 1885

Manda executar a Consolidação das leis das Alfandegas e Mesas de rendas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, os exemplares juntos da Consolidação das disposições concernentes ás Alfandegas e Mesas de rendas.

*M. P. de Souza Dantas.*

## Consolidação das leis das Alfandegas e Mesas de rendas do Imperio

### TITULO I

**Da organização e administração das Alfandegas,  
e suas attribuições**

### CAPITULO I

#### DO SERVIÇO INTERNO DAS ALFANDEGAS

Art. 1.º As Alfandegas actualmente existentes, exceptuada a do Rio de Janeiro, são divididas em quatro ordens, e classificadas na fórma da tabella A. (Reg. de 1876, art. 1.º)

Art. 2.º O Governo poderá, em qualquer tempo :

1.º Supprimir, ou reduzir a Mesas de rendas, as Alfandegas cuja receita de importação e exportação fôr diminuta, e crear outras nos portos onde os interesses do fisco ou os do commercio as reclamarem, dando conta de tudo á Assembléa Geral, na sua primeira reunião.

2.º Crear registro, guardas e postos encarregados da policia fiscal nos logares em que forem necessarios, sujeitando-os á jurisdicção de qualquer Alfandega ou Mesa de rendas, como parecer mais conveniente.

3.º Sujeitar, provisoria ou definitivamente, á jurisdicção de uma Alfandega, as Alfandegas, Mesas de rendas ou outras Estações fiscaes mais proximas, marcando neste caso as attribuições dos respectivos Chefes, e estabelecendo a fórma do processo administrativo até decisão final, de conformidade com a legislação vigente. (Reg. de 1876, art. 2.º)

Art. 3.º O numero e classes dos empregados das Alfandegas serão os constantes da mencionada tabella A, que nessa parte, e na que respeita aos ordenados nella fixados, não poderá ser alterada sem autorização do Poder Legislativo. (Reg. de 1876, art. 3.º)

Art. 4.º Sómente nas Alfandegas do Rio de Janeiro e de 1ª e 2ª ordem haverá uma classe especial de empregados, com a denominação de — Conferentes —, para os serviços do exame, qualificação, despacho e sahida de mercadorias. Nas demais Alfandegas serão estes serviços commettidos pelos Inspectores aos Escripturarios mais idoneos para os desempenharem, á medida que se apresentarem mercadorias a despacho; de modo que, na falta destas, possam os ditos empregados occupar-se de outros trabalhos. (Reg. de 1876, art. 4.º)

Art. 5.º Nas Alfandegas do Rio de Janeiro e de 1ª e 2ª ordem poderá o Inspector, quando fôr preciso, commetter aos Escripturarios os serviços de que trata o artigo precedente, e vice-versa; fazer revesar por Escripturarios habilitados os Ajudantes do Guarda-mór, e transferir, com autorização do Ministro da Fazenda na Côrte, e dos Presidentes nas Provincias, os Chefes de Secção de umas para outras Secções. (Reg. de 1876, art. 5º, e Decisão n. 308 de 17 de Maio de 1878.)

Art. 6.º Não é permitido o augmento do pessoal das Alfandegas por meio de supranumerarios ou collaboradores.

Havendo falta de Officiaes de Descarga, poderão substituil-os os Guardas e, si em alguma das outras classes o pessoal tornar-se insufficiente para o serviço, e este cahir em atrazo, os Inspectores prorogaráo diariamente as horas do expediente pelo tempo que fôr necessario para pô-lo em dia; e, quando esta medida não seja bastante, justificarão perante o Ministro da Fazenda, na Côrte, e os Inspectores das Thesourarias, nas Provincias, a necessidade do augmento de pessoal, para lhes ser prestado o auxilio de empregados de outras Repartições, ou, na falta destes, providenciar-se como o caso exigir. (Reg. de 1876, art. 6.º)

Art. 7.º As Alfandegas farão o serviço do lançamento e arrecadação dos impostos e rendas a cargo das Recebedorias nos logares onde não houver Estações especiaes para isso; podendo os Presidentes de Provincia, sobre proposta das Thesourarias de Fazenda, nomear para as ditas Alfandegas Cobradores, sujeitos a fiança e com direito a uma porcentagem do que arrecadarem, de conformidade com o que a esse respeito prescreve o Regulamento das Recebedorias. (Reg. de 1876, art. 11 )

Art. 8.º O serviço interno será distribuido, nas Alfandegas do Rio de Janeiro e de 1ª ordem, por tres Secções, e nas de 2ª ordem, por duas. Nas Alfandegas de 3ª e 4ª ordem, ficará debaixo da im-

mediata direcção dos Inspectores, que o distribuirão pelos respectivos empregados, como fôr mais conforme com o systema estabelecido nos regulamentos. (Reg. de 1876, art. 12.)

Art. 9.º Nas Alfândegas do Rio de Janeiro e de 1ª ordem compete :

§ 1.º A 1ª Secção :

1.º A fiscalisação da entrada e saída das mercadorias nos armazens internos e externos da Alfândega, entrepostos, trapiches alfandegados e quaesquer depositos de mercadorias sujeitas a direitos.

2.º O processo dos despachos de re-exportação, baldeação e transito.

3.º O despacho marítimo.

4.º O balanço dos armazens internos e externos, entrepostos, trapiches alfandegados, e a liquidação da responsabilidade dos encarregados delles.

5.º A superintendencia de todo o serviço denominado das Capatazias.

6.º Nas Alfândegas de 1ª e 2ª ordem, o lançamento, escripturação, cobrança e fiscalisação dos impostos e rendas a cargo das Recebedorias, onde as não houver.

§ 2.º A 2ª Secção, á qual é subordinada a Thesouraria da Alfândega :

1.º O calculo dos documentos de receita e despesa que tenham de ser effectuadas na Alfândega, excepto o que competir a outros empregados ou Secções ; e bem assim o exame e informação dos requerimentos relativos a restituições, e de quaesquer papeis daquelle natureza, que devam ser processados na Alfândega para subir ás Repartições superiores.

2.º A escripturação da receita e despesa da Alfândega, e a organização não só dos balanços e balancetes, na fórma dos modelos e ordens em vigor, mas também das tabellas que devem ser enviadas ao Thesouro Nacional ou ás Thesourarias do Fazenda para o Orçamento do Imperio.

3.º O lançamento, em carga ao Thesoureiro, de todos os valores de qualquer origem que elle receber.

4.º A numeração dos despachos e dos documentos de receita e despesa.

5.º A verificação da legitimidade e authenticidade das ordens, despachos e documentos, examinando si estes papeis estão revestidos das formalidades exigidas pela Legislação fiscal, e si o exercicio a que pertence a despesa está ou não findo.

6.º O assentamento do pessoal da Repartição.

7.º O recebimento e guarda do producto de quaesquer direitos, rondas, ou valores, na fórma da Legislação e ordens em vigor.

8.º A remessa ás Repartições competentes, nas épocas precisas, dos dinheiros e valores recebidos.

9.º O pagamento ou entrega dos dinheiros e valores recebidos, á vista dos despachos de pagamento e documentos de despesa regularmente processados, verificando préviamente a legitimidade e

identidade da pessoa a quem vai pagar, e, sendo procurador, si está competentemente autorizado.

10. Nas Alfandegas de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> ordem, a organização do ponto dos empregados, e da folha dos vencimentos quando o respectivo pagamento competir à Alfandega.

§ 3.<sup>o</sup> A 3.<sup>a</sup> Secção :

1.<sup>o</sup> A revisão de todos os despachos e documentos de receita.

2.<sup>o</sup> A organização da estatística commercial e da navegação.

3.<sup>o</sup> A direcção do archivo da Alfandega.

4.<sup>o</sup> O inventario de todos os bens, utensilios e mais objectos do serviço.

5.<sup>o</sup> O preparo dos processos e negocios relativos ao contencioso administrativo.

6.<sup>o</sup> A escripturação dos termos de responsabilidade, fianças, contratos e outras obrigações, e bem assim o expediente do Inspector, onde não houver Ajudante deste. (Reg. de 1876, art. 13.)

Art. 10. Nas Alfandegas de 2.<sup>a</sup> ordem compete :

§ 1.<sup>o</sup> A 1.<sup>a</sup> Secção, o serviço de que se acha encarregada a 1.<sup>a</sup> Secção nas Alfandegas de 1.<sup>a</sup> ordem.

§ 2.<sup>o</sup> A 2.<sup>a</sup> Secção, o serviço incumbido às 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Secções naquellas Alfandegas. (Reg. de 1876, art. 14.)

Art. 11. Em todas as Alfandegas os trabalhos serão distribuidos por diferentes mesas, conforme a natureza delles.

Os empregados de cada Secção ou mesa nella trabalharão cumulativamente. (Reg. de 1876, art. 15.)

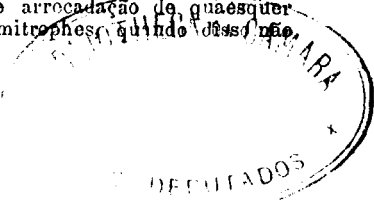
Art. 12. Os Officiaes de Descarga e os Guardas, sulva, quanto a estes, a disposição da segunda parte do art. 6.<sup>o</sup>, não poderão ser distrahi dos das funções proprias de seus logares, excepto si acharem-se em disponibilidade por falta de serviço, ou como adidos ou avulsos. Os Inspectores, todavia, nos casos de grande affluencia de serviço, os poderão encarregar de dar sahida a mercadorias não sujeitas a direitos, ou de pouco valor, e de assistir às baldeações, reembarkes e consumo de generos deteriorados. (Reg. de 1876, art. 16 e Decisão n. 124 de 19 de Maio de 1883.)

Art. 13. O exame e a revisão das notas de despachos concluidos deverão andar sempre em dia, de modo que a organização dos mappas estatísticos possa realizar-se dentro dos prazos marcados pelo Thesouro. Si qualquer destes trabalhos cahir em atraso, os Inspectores lançarão mão das providencias recommendadas no art. 6.<sup>o</sup> (Reg. de 1876, art. 17.)

Art. 14. As Alfandegas situadas fóra da séde das Thesourarias de Fazenda poderão ser encarregadas do serviço das Pagadorias, observando na sua execução os regulamentos que lhes disserem respeito. (Reg. de 1876, art. 18.)

Art. 15. As Alfandegas desempenharão as funções de Conservatorias do Commercio nas Provincias que não tiverem Tribunaes do Commercio, e farão a matricula da gente do mar nos portos onde não houver Capitania do Porto.

Poder-lhes-hão tambem ser incumbidas, precedendo accordo com o Ministro da Fazenda, a fiscalisação e arrecadação de quaesquer rendas provinciaes ou dos Estados limitrophes, quando essas não



resultar inconveniente para o serviço a seu cargo, e mediante uma razoavel porcentagem para os empregados, observa a regra do art. 64. (Reg. de 1876, art. 22, e Decisão n. 775 de 4 de Novembro de 1878.)

## CAPITULO II

### DO SERVIÇO EXTERNO DAS ALFANDEGAS

Art. 16. O serviço externo das Alfandegas comprehende :

§ 1.º A policia fiscal dos mares territoriaes, costas, enseadas, rios, lagoas e aguas interiores do Imperio, bem como das suas fronteiras terrestres.

§ 2.º A guarda e defesa dos edificios que estiverem sob a administração, inspecção e fiscalisação das Alfandegas.

§ 3.º A policia dos ancoradouros, portos, eies, docas, praias e dos logares proximos aos edificios das Alfandegas.

§ 4.º A inspecção e fiscalisação do serviço do desembarque e embarque das mercadorias importadas, exportadas, baldeadas, reexportadas e em transitio.

§ 5.º A prevenção e repressão do contrabando.

§ 6.º O exame e pesquisa das pessoas suspeitas de fraude ou contrabando.

§ 7.º A indagação de quaesquer factos de fraude ou contrabando, que forem denunciados, ou de que houver conhecimento por qualquer outra fórma.

§ 8.º A apprehensão dos impressos, a que se refere o paragrapho unico do art. 1.º do Decreto n. 2491 de 30 de Setembro de 1859, bem como a de quaesquer generos e mercaderias sujeitas a direitos, que ainda não tiverem sido despachadas, ou que não forem acompanhadas de guia da Alfandega, no acto de seu embarque ou desembarque nos portos, costas, praias, fronteiras e logares não permittidos, ou que se acharem em saveiros, botes, lanchas, canoas e em quaesquer outras embarcações que sahirem, ou estiverem fóra dos ancoradouros respectivos, e forem suspeitas de contrabando.

§ 9.º A visita, detenção, busca, captura ou apprehensão das embarcações e vehiculos de conducção, que forem encontrados em contravenção da Legislação fiscal.

§ 10. O emprego de força, nos casos necessarios para a execução das Leis e Regulamentos fiscaes.

§ 11. A guarnição dos postos, registros e Estações fiscaes, es-colta e guarda das embarcações ou mercadorias.

§ 12. O soccorro, nos casos de incendio, a bordo dos navios, ou em edificios da Alfandega, depositos, trapiches ou outras edificações a elles contiguas, empregando-se todos os meios para a sua extinção, e salvagão das pessoas ou objectos.

§ 13. A detenção dos infractores dos Regulamentos fiscaes, nos casos nelles marcados. (Reg. de 1876, art. 23.)



**Art. 17.** Aos empregados, Officiaes e Commandantes dos Registros das Alfandegas incumbem:

§ 1.º Exigir a entrega das malas, ou cartas avulsas, vindas a bordo, e remettel-as ou entregal-as immediatamente ao empregado ou Repartição competente.

§ 2.º Dar busca nas embarcações, quando houver suspeita de que se occultaram, ou não se manifestaram cartas ou papeis sujeitos ao porte do Correio.

§ 3.º Prender os individuos que forem encontrados em flagrante delicto, em fuga, perseguidos pelo clamor publico, ou em contravenção ao Regimento do porto, e em virtude de requisição da autoridade competente.

§ 4.º Velar na exacta observancia dos Regulamentos da Policia sanitaria e da Capitania do Porto, autoando e detendo os infractores, e dando immediatamente parte ás respectivas autoridades, para procelerem na fôrma da lei.

§ 5.º Velar na conservação das obras ou edificios publicos, que estiverem no mar, e do telegrapho electrico, nos logares em que houver; dando parte de qualquer occorrença á Repartição respectiva.

§ 6.º Pôr incommunicaveis os navios suspeitos de trazer infecção contagiosa, seja pelo porto de sua procedencia, seja por motivo de morte acontecida a bordo; fazem lo immediatamente signal, ou dando parte á autoridade competente para providenciar.

§ 7.º Servir, nos logares ou portos que o Governo determinar, de Agentes do Correio, no mar, e da Policia sanitaria, administrativa ou judiciaria. (Reg. de 1876, art. 24.)

**Art. 18.** O serviço externo será desempenhado, na fôrma dos Regulamentos e Instrucções vigentes, sob a direcção ou inspecção do Chef. da Alfandega:

1.º Pelo Guarda-mór e seus Ajudantes nas Alfandegas em que os houver, e, na sua falta, pelos empregados que o Inspector designar.

2.º Pelos Officiaes de Descarga.

3.º Pela força dos Guardas.

4.º Pelos Vigias, onde os houver.

5.º Pelo pessoal das embarcações do serviço maritimo das mesmas Repartições.

Paragrapho unico. Além do pessoal de que trata este artigo, o Inspector poderá designar um ou mais empregados para auxiliarem o expediente a cargo do Guarda-mór, si assim julgar necessario. (Reg. de 1876, art. 25.)

**Art. 19.** A força dos Guardas será organizada de conformidade com a tabella C, e, em cada Alfandega, immediatamente subordinada a um Commandante, que conheça praticamente o serviço militar. Esta tabella não poderá ser alterada sem prévia autorização do Poder Legislativo. (Reg. de 1876, art. 26, e Decisões ns. 382 de 8 de Agosto de 1881 e 35 de 7 de Março de 1882.)

**Art. 20.** A força dos Guardas terá quartel, e no seu serviço, economia e disciplina observar-se-hão as Instrucções em vigor, constantes da Decisão n. 534 de 29 de Novembro de 1860, e as que o

Ministro da Fazenda e o Inspector da Alfandega expedirem ; podendo ser dissolvida quando o bom do serviço o exigir. (Reg. de 1876, art. 27.)

Art. 21. Os individuos, que fizerem parte da força dos Guardas, são obrigados a trazer sempre uniforme simples e apropriado, conforme o modelo approved pelo Ministro da Fazenda. (Reg. de 1876, art. 28, e Decisão n. 20 de 15 de Janeiro de 1877.)

Art. 22. Os objectos de equipamento, armamento e correame, serão fornecidos á custa dos cofres publicos, continuando a ser o seu valor e tempo de duração regulados pela Tabella n. 2, annexa á Ordem n. 21 de 11 de Janeiro de 1861.

Paragrapho unico. As peças que forem extraviadas ou deterioradas, por incuria ou dolo, a juizo do Commandante, serão substituidas ou concertadas á custa das respectivas praças. (Reg. de 1876, art. 29, e Decisão n. 745 de 25 de Outubro de 1878.)

Art. 23. Para ser admittido no logar de Guarda é mister :

1.º Ter de 18 a 40 annos de idade.

2.º Saber ler e escrever.

3.º Ter bom comportamento, e não haver commettido crime pelo qual tenha soffrido pena infamante.

4.º Não soffrer molestias, o ter a robustez necessaria para o serviço.

5.º Assignar termo, que lhe servirá de titulo, em que se sujeite a todas as obrigações, deveres e penas impostas neste Regulamento.

Paragrapho unico. Em igualdade de circumstancias, serão preferidos os individuos que tiverem servido na Marinha ou no Exército. (Reg. de 1876, art. 30, e Decisão n. 310 de 18 de Maio de 1878.)

Art. 24. Além dos empregados e Guardas de que tratam as Tabellas A e C, poderá haver, nos logares onde o Ministro da Fazenda julgar necessario. Vigias encarregados da prevenção ou repressão do contrabando, com a organização que fôr mais conveniente.

§ 1.º O seu numero será marcado pelo mesmo Ministro, na Côrte, e pelos Inspectores das Thesourarias, nas Provincias, sobre proposta dos das Alfandegas, e com approvação do Thesouro.

§ 2.º Para ser Vigia são necessarias as mesmas condições exigidas para a admissão aos logares de Guarda, a cuja força poderão ser incorporados, quando convier. (Reg. de 1876, art. 31, e Decisões ns. 584 de 4 de Setembro de 1878 e 603 de 13 de Novembro de 1879.)

Art. 25. Os Commandantes, Sargentos e praças da força dos Guardas, e bem assim os Vigias, responderão não só por quaesquer faltas ou descaminhos das mercadorias e objectos sob sua guarda ou vigilancia, como pelos damnos que causarem na forma do art. 139, ficando sujeitos a todas as penas civis e criminaes pelas mesmas faltas, descaminhos e damnos, e por quaesquer abusos, extorsões e delictos que commetterem no serviço em que estiverem empregados. (Reg. de 1876, art. 32.)

Art. 26. As faltas, omissões e delictos dos Sargentos, Guardas e

Vigias, bem como dos Commandantes nas Alfandegas de 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> ordem, serão punidos com as seguintes penas disciplinares pelo Inspector, além das mais em que os infractores possam incorrer na forma da lei:

- 1.<sup>a</sup> Reprehensão.
  - 2.<sup>a</sup> Serviço dobrado até 20 dias.
  - 3.<sup>a</sup> Suspensão até um mez, com perda dos vencimentos.
  - 4.<sup>a</sup> Prisão até 15 dias.
  - 5.<sup>a</sup> Demissão ou rebaixamento do posto. (Reg. de 1876, art. 33.)
- Art. 27. Os Guardas-môres poderão também impor aos Sargentos, Guardas e aos Vigias, quando incorporados áquelles, as seguintes penas nas primeiras faltas, omissões e quebras de disciplina:

- 1.<sup>a</sup> Reprehensão.
  - 2.<sup>a</sup> Serviço dobrado até 10 dias.
  - 3.<sup>a</sup> Suspensão até seis dias, com perda dos vencimentos.
- Neste ultimo caso será o facto communicado ao Inspector. (Reg. de 1876, art. 34.)

Art. 28. Os Commandantes da força dos Guardas poderão impor a seus subordinados e aos Vigias, nos casos do artigo antecedente, as seguintes penas:

- 1.<sup>a</sup> Reprehensão.
  - 2.<sup>a</sup> Serviço dobrado até quatro dias. (Reg. de 1876, art. 35.)
- Art. 29. Os Commandantes, nas Alfandegas de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> ordem, ficam sujeitos ás mesmas disposições penaes estabelecidas para os empregados das Alfandegas, além das mais em que incorrerem em virtude da Legislação penal do Imperio. (Reg. de 1876, art. 36.)

Art. 30. Os Guardas-môres distribuirão por escala o serviço das rondas nocturnas pelos seus Ajudantes, ou empregados que os auxiliarem, e pelos Commandantes da força dos Guardas, reservando para si a visita dos postos e registros em horas incertas. (Reg. de 1876, art. 37.)

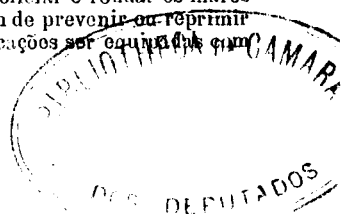
Art. 31. Os empregados incumbidos de visitar os navios e os Officiaes de Descarga usarão do uniformes simples, conforme o modelo approvado pelo Ministro da Fazenda.

Paragrapho unico. Os Vigias não terão uniforme, mas deverão usar algum distinctivo particular para serem reconhecidos, quando convier. (Reg. de 1876, art. 38, e Decisões de 11 de Novembro de 1876 e n. 357 de 23 de Julho de 1880.)

### CAPITULO III

#### DAS EMBARCAÇÕES DAS ALFANDEGAS E DAS BARCAS DE VIGIA

Art. 32. Nos portos e rios em que o Governo julgar conveniente haverá as embarcações necessarias para policiar e rondar os mares territoriaes, costas, ensadas e bahias, afim de prevenir ou reprimir o contrabando; devendo as mesmas embarcações ser equipadas com



o armamento e numero de praças que fôr fixado pelos Inspectores, ouvindo os Guardas-móres, onde os houver. (Reg. de 1876, art. 39.)

Art. 33. Os Commandantes das embarcações das Alfandegas são autorizados para chamar á falla as embarcações mercantes, fazel-as visitar e exigir os manifestos, passaportes e outros papiis de bordo; dar busca, deter, escoltar as que avistarem nos rios, bahias e costas do Imperio, ou forem suspeitas de tentar fazer o contrabando, ou de o haver já effectuado, e para apprehender-as nos casos permittidos pela Legislação fiscal; contanto que estejam dentro de tres milhas das costas, si forem embarcações estrangeiras, e de doze si for m nacionaes.

Paraphrpho unico. Quando não forem obedecidos pelas embarcações que chamarem á falla, quizerem visitar ou deter, poderão atirar sobre ellas, primeiro com polvora socca, e depois com bala; e nem o Commandante, nem outra pessoa do bordo será responsavel pelos danos causados. Neste caso lavrar-se-ha a bordo termo circunstanciado de todo o occorrido. (Reg. de 1876, art. 40.)

Art. 34. Havendo simples suspeita de tentativa de contrabando, os Commandantes das embarcações fiscaes visitarão que as mercantes sigam seu destino, alongan-lo-se das costas do Imperio, ou entrando nos portos a que se dirigirem; e, no caso de contrabando effectuado, procurarão descobrir as mercadorias extraviadas, entendendo-se com as autoridades locais, para lhes prestarem todos os precisos auxilios, e conduzindo ou remettendo com segurança ao Inspector da Alfandega do districto a embarcação ou embarcações que apprehenderem. (Reg. de 1876, art. 41.)

Art. 35. As embarcações das Alfandegas, além da bandeira nacional e flamaula, quando o Commandante fôr Official de Marinha, usarão, como distinctivo, de bandeira azul quadrada, a qual terá no centro uma estrella branca, cujos raios tocarão nas linhas extremas do seu quadro; e a tracção igual, ou não, conforme parecer mais conveniente ao serviço ou diligencia em que forem empregadas. Quando, porém, tiverem de dar caça e de approximar-se a qualquer embarcação, com o fim de visital-a, ou exercer nella algum acto de autoridade, ficarão primeiro sua bandeira e distinctivo, firmando-os com um tiro de peça, si fôr estrangeira a embarcação á vista. No caso de resistencia, ou de desobediencia, poderão os Commandantes empregar a força para execução do disposto nos arts. 33 e 34. (Reg. de 1876, arts. 42 e 43.)

Art. 36. Os Commandantes das barcas de vigia e mais pessoas de sua tripulação responderão pelos abusos, omissões e excessos que commetterem no exercicio de seus deveres e serão julgados militarmente, segundo a gravidade do caso, ficando neste ponto assemelhadas as ditas barcas aos navios de guerra, e sujeitos os seus Commandantes, officiaes e pessoas de sua tripulação á mesma disciplina. (Reg. de 1876, art. 44.)

Art. 37. Na lotação das embarcações fiscaes, seu armamento, economia e disciplina, e no alistamento ou contrato de suas praças ou equipagem, se observarão as Leis e Regulamentos da Marinha de Guerra. (Reg. de 1876, art. 45.)

Art. 38. O uniforme dos Commandantes e officiaes das embarcações das Alfandegas será o mesmo de que usarem os da força dos Guardas. O da equipagem será o que fôr marcado pelo Inspector da Alfandega. (Reg. de 1876, art. 46.)

## CAPITULO IV

### DAS NOMEAÇÕES

Art. 39. Serão nomeados por Decreto Imperial: os Inspectores, Aju. ante deste, Chefes de Secção, Guardas-móres e seus Ajudantes, Thesoureiros, Conferentes e Escripturarios que não forem de 1.<sup>a</sup> ou 2.<sup>a</sup> entrancia.

§ 1.<sup>o</sup> As nomeações definitivas para logares de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> entrancia dependem de Titulo do Ministro da Fazenda.

§ 2.<sup>o</sup> Pelo mesmo Ministro serão tambem nomeados: o Administrador das Capatazias e seus Ajudantes, Fieis de armazem, Porteiro e seu Ajudante, e Commandantes dos Guardas, na Alfandega do Rio de Janeiro.

§ 3.<sup>o</sup> Nas Provincias são da competencia dos respectivos Presidentes, sobre proposta dos Inspectores das Alfandegas e informação das Thesourarias de Fazenda, as nomeações para os logares mencionados no paragrapho antecedente, menos as de Commandantes dos Guardas, nas Alfandegas de 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> ordem. Estas nomeações não dependem da approvação do Thesouro.

§ 4.<sup>o</sup> Aos mesmos Presidentes competem igualmente as nomeações provisórias, sobre proposta das Thesourarias, dos candidatos approvados e julga los mais idoneos em concurso para os logares de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> entrancia; devendo taes nomeações ser feitas unicamente em acto consecutivo aos concursos, e podendo os individuos assim nomeados entrar logo em exercicio e principiar a receber os respectivos vencimentos, até que pela Secretaria da Fazenda lhes sejam expedidos os titulos, si forem confirmadas as nomeações pelo Ministro.

Para as nomeações de que tratam este paragrapho e o antecedente não são os Presidentes obrigados a aceitar as propostas.

§ 5.<sup>o</sup> Os Fieis dos Thesoureiros são da escolha e servirão sob a responsabilidade dos mesmos Thesoureiros, com approvação, na Côrte, do Ministro da Fazenda, e nas Provincias, das respectivas Presidencias, mediante informação dos Chefes das Repartições fiscaes competentes.

§ 6.<sup>o</sup> Aos Inspectores das Alfandegas compete a nomeação dos Contínuos, dos Guardas, sobre proposta do Guarda-mór, onde o houver, dos Vigias, observada a disposição do art. 24, § 2.<sup>o</sup>, do pessoal das embarcações fiscaes, inclusive os Commandantes, e dos Commandantes dos Guardas nas Alfandegas de 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> ordem; communicando-as logo ao Thesouro, na Côrte, e ás Thesourarias de Fazenda, nas Provincias. (Reg. de 1876, art. 47, Decisões de

1º de Março de 1878, ns. 696 de 10 de Outubro de 1878, 238 de 20 de Maio de 1879, 30 de 16 de Janeiro, 179 de 30 de Março e 438 de 14 de Setembro de 1880.)

Art. 40. As nomeações de Fieis e seus Ajudantes para armazens externos serão consideradas provisórias, e durarão enquanto taes armazens forem necessários. No mesmo caso estão as que se fizerem para armazens internos, que não tenham caracter de permanencia.

Si, porém, fechar-se algum armazem externo, ou interno provisório, cujo Fiel tenha servido por mais de dez annos em Repartições de Fazenda, ficará elle addido á Alfandega, e ahí occupado em quaesquer serviços: até que possa ter outro armazem. (Reg. de 1876, art. 48.)

Art. 41. Os titulos dos empregados de nomeação ou approvação dos Presidentes de Provincia, serão passados pelas respectivas Thesourarias de Fazenda, e por ellas expedidos depois de assignados pelos mesmos Presidentes. (Reg. de 1876, art. 49, e Decisão de 23 de Março de 1879.)

Art. 42. São logares de 1ª entrancia:

1.º Os de Praticantes e os da ultima classe de Escripturarios nas Alfandegas onde não houver Praticantes.

2.º Os de official de Descarga. (Reg. de 1876, art. 50.)

Art. 43. São logares de 2ª entrancia:

1.º Os da ultima classe de Escripturarios nas Alfandegas onde houver Praticantes.

2.º Os da penultima classe de Escripturarios nas Alfandegas onde não houver Praticantes. (Reg. de 1876, art. 51.)

Art. 44. São logares de 3ª entrancia todos aquellos que deverem ser providos por accesso na forma do art. 46. (Reg. de 1876, art. 52.)

Art. 45. O provimento dos empregos de 1ª e 2ª entrancia só poderá ter lugar mediante concurso e exame das materias exigidas para iguaes empregos do Thesouro e Thesourarias de Fazenda. Os candidatos, que aspirarem á preferencia nos accessos, poderão, nos concursos para 2ª entrancia, requerer que sejam tambem admittidos a prestar prova de que sabem:

§ 1.º Traduzir o fallar correctamente pelo menos as linguas franceza e ingloza.

§ 2.º Stereometria, areometria, theoria e pratica dos methodos e uso dos instrumentos modernos de arqueação de navios.

§ 3.º Do exame serão isentos unicamente os individuos que occuparem em outras Repartições de Fazenda empregos de igual categoriá. (Reg. de 1876, art. 53, e Decisões ns. 737 de 23 de Outubro de 1878, 182 de 29 de Março, 258 e 277 de 7 e 14 de Maio de 1879.)

Art. 46. O provimento dos empregos de Inspector, nas Alfandegas de 2ª, 3ª e 4ª ordem, Guarda-mór e seus Ajudantes, Chefes de Secção, Conferentes e Escripturarios, que não forem de 1ª e 2ª entrancia, terá lugar por meio de nomeação, accesso ou remoção dos empregados devidamente habilitados na forma deste Regulamento; podendo as nomeações para Inspector ser feitas definitivamente ou em commissão.

§ 1.º E' condição indispensavel para o accesso aos logares de Conferentes, que os nomeados, além das habilitações exigidas para os logares de 2ª entrancia, tenham tambem as do § 2º do art. 45, ou provem com attestados do Chefe de sua Repartição que durante tres annos, pelo menos, desempenharam satisfactoriamente o serviço das conferencias, arqueação, areometria e stereometria.

§ 2.º E' condição indispensavel para o accesso aos logares de Guarda-mór e seus Ajudantes, que os nomeados, além das habilitações exigidas para os logares de 2ª entrancia, tenham tambem as do § 1º do sobredito art. 45.

§ 3.º Não havendo empregados nas condições dos paragraphos antecedentes, que possam ser promovidos, as vagas serão postas em concurso, e preenchidas com os candidatos que se mostrarem mais habilitados nas materias exigidas. (Reg. de 1876, art. 54, e Decisões de 31 de Maio de 1878 e n. 583 de 30 de Outubro de 1879.)

Art. 47. Só poderão ser promovidos, independentemente das regras estabelecidas no artigo antecedente, os empregados das Alfandegas que já serviam na data da publicação do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e o merecerem por sua aptidão, honestidade e exacção no cumprimento de seus deveres; exigindo-se, todavia, quanto aos logares de Guarda-mór e seus Ajudantes, prova de habilitação nas materias do § 1º do art. 45. (Reg. de 1876, art. 55.)

Art. 48. São de livre escolha as nomeações para os logares de Inspector e seu Ajudante, na Alfandega do Rio de Janeiro, de Inspectores nas Alfandegas de 1ª ordem, de Thesoureiros e seus Fieis, Administradores das Capatazias e seus Ajudantes, Fieis de armazem e seus Ajudantes, Porteiros e seu Ajudante, Continuos, Commandantes das forças dos Guardas e das embarcações fiscaes. (Reg. de 1876, art. 56.)

Art. 49. Para o accesso, em geral, serão sempre preferidos os empregados de quaesquer Repartições de Fazenda que, além de reconhecida aptidão e probidade, e da approvação nas materias mencionadas no art. 45, contarem serviços de comissões e outros extraordinarios, prestados naquellas Repartições.

§ 1.º A antiguidade dará preferencia sómente em igualdade de circumstancias.

§ 2.º Serão reputados empregos de classes inferiores os que tiverem ordenalo menor do que o do logar vago. (Reg. de 1876, art. 57.)

Art. 50. Os empregados das Alfandegas podem ter accesso ou ser transferidos de umas para outras Alfandegas ou Repartições de Fazenda, e os destas para as Alfandegas, observando-se as regras para isto estabelecidas nos respectivos Regulamentos. (Reg. de 1876, art. 58.)

Art. 51. Não poderão ser nomeados para empregos ou comissões das Alfandegas os empregados jubilados, reformados ou aposentados. (Reg. de 1876, art. 59, e Decisões ns. 239 de 20 de Abril de 1878 e 67 de 10 de Fevereiro de 1879.)

Art. 52. No processo dos concursos e exames para provimento

dos logares de Alfandega observar-se-hão os Regulamentos e Instrucções em vigor no Thesouro e Thesourarias de Fazenda. (Reg. de 1876, art. 60.)

Art. 53. Quando em alguma Provincia houver escassez de pessoal idoneo para os exames, ou sentir-se falta de pessoas habilitadas para o concurso, e sempre que o serviço publico o exigir, poderá o Ministro da Fazenda mandar abrir concurso na Côte ou em qualquer Provincia, precedendo os competentes annuncios com a necessari antecedencia, de modo que os candidatos possam fazer exame de todas as materias exigidas, não sendo permittidas as dispensas de que trata o art. 23 do Decreto n. 2549 de 14 de Março de 1860. (Reg. de 1876, art. 61.)

Art. 54. O concurso para os logares de 2ª entrancia só poderá ter logar entre os Praticantes, Escripturarios e mais empregados de 1ª entrancia de qualquer Repartição de Fazenda, salvo o caso previsto no artigo seguinte. (Reg. de 1876, art. 62, e Decisão n. 197 de 5 de Abril de 1879.)

Art. 55. Não havendo concurrentes em numero excedente ao dos logares de 2ª entrancia em concurso, ou si por ausencia dos inscriptos, não se reunir aquelle numero, serão admittidos quaesquer individuos que tenham os requisitos exigidos para os concursos de 1ª entrancia. (Reg. de 1876, art. 63, e Decisões de 17 de Maio de 1878 e n. 583 de 30 de Outubro de 1879.)

Art. 56. Para a inscripção em concurso de 1ª entrancia é o candidato obrigado a provar:

- 1.º Que já completou a idade de 18 annos.
- 2.º Que tem bom procedimento.

Para inscripção no concurso de 2ª entrancia é mister que o candidato, empregado publico, prove:

- 1.º Que exerce logar de 1ª entrancia em alguma Repartição de Fazenda.
- 2.º Que tem pelo menos um anno de exercicio no seu emprego, salvo o caso do artigo antecedente, no qual poderão ser admittidos os que tiverem qualquer tempo de serviço. (Reg. de 1876, art. 64.)

Art. 57. A inscripção do empregado no concurso para 2ª entrancia é obrigatoria, excepto: 1º, em caso de molestia, provada a juizo do Ministro da Fazenda, na Côte, e dos Inspectores das Thesourarias, nas Provincias; 2º, para os empregados que não tiverem um anno de pratica pelo menos; 3º, para os Officiaes de Descarga que não aspirarem a accesso.

§ 1.º Fôra destes casos, a falta de inscripção, o abandono ou ausencia, depois da inscripção, ou a reprovação em dous concursos, importarão necessariamente demissão.

§ 2.º Os Inspectores das Alfandegas, em suas informações semestraes, darão conta dos empregados que se acharem nas condições do parographo antecedente. (Reg. de 1876, art. 65.)

Art. 58. Os empregados de Alfandega que forem nomeados para servir em commissão em quaesquer Repartições de Fazenda, conservarão seu ultimo logar e o direito ao accesso que lhes competir. (Reg. de 1876, art. 66.)



Art. 59. Os empregados extinctos ou avulsos, que estiverem addidos, serão de preferencia nomeados para os empregos que vagarem nas respectivas Repartições, e que não puderem ser supprimidos sem inconveniente, e, enquanto não forem contemplados no quadro, poderá o Ministro da Fazenda nomeal-os, com os mesmos vencimentos, para empregos de categoria inferior, uma vez que possam elles desempenhar as respectivas funções. (Reg. de 1876, art. 68, e Leis ns. 3018 de 5 de Novembro de 1880, art. 21, e 3229 de 3 de Setembro de 1884, art. 19.)

## CAPITULO V

### DOS VENCIMENTOS

Art. 60. Os vencimentos dos empregados das Alfandegas serão os mencionados nas tabellas **A** e **B** annexas a este Regulamento. A tabella **B**, que estipula as porcentagens, deverá ser revista, sempre que fôr necessario, para se corrigir o excesso ou diminuição que provier do augmento ou diminuição da renda.

Os vencimentos dos Commandantes, Sargentos e praças da força dos Guardas serão os constantes da tabella **C**.

Os dos Vigias consistirão em uma gratificação correspondente ao soldo e etapa dos Guardas.

Os do pessoal das embarcações fiscaes e os dos serventes e operarios das Capatazias serão marcados sobre informação dos Inspectores das Alfandegas, na Côrte, pelo Ministro da Fazenda, e, nas Provincias, pelos Inspectores das Thesourarias, com approvação do mesmo Ministro. (Reg. de 1876, arts. 69 e 70, Reg. de 1860, art. 186, e Decisões de 11 de Novembro de 1876, ns. 683 de Novembro de 1876, 487 de 20 de Novembro de 1877, 357 de 23 de Julho de 1880 e 319 e 320 de 4 de Julho de 1881.)

Art. 61. Os vencimentos dos Fieis de armazem, que, na forma do art. 192, accrescerem ao numero mencionado na tabella **A**, serão pagos pela renda da Alfandega respectiva. (Reg. de 1876, art. 71.)

Art. 62. As porcentagens e gratificações são devidas unicamente pelo effectivo exercicio dos empregados, salvos os casos de impedimento por serviço gratuito, a que os mesmos sejam obrigados em virtude de lei ou ordem superior. (Reg. de 1876, art. 72.)

Art. 63. A porcentagem será calculada á vista do producto da renda arrecadada, deduzida a importancia das seguintes verbas :

1.ª Restituições de direitos cobrados em qualquer época, effectuadas no tempo correspondente aos vencimentos.

2.ª Receita extraordinaria, e o producto de qualquer imposto ou rendimento pertencente a outras Repartições geraes.

3.ª Depósitos e cauções, comprehendidos os prescriptos ou vencidos.

4.ª Multas de qualquer origem.

5.ª Indemnizações e reposições.



6.<sup>a</sup> Contribuição das casas de caridade.

7.<sup>a</sup> Qualquer imposto ou contribuição para as Camaras Municipaes.

8.<sup>a</sup> Imposto de 2 % sobre vencimentos. (Reg. de 1876, art. 73, e Decreto n. 7514 de 22 de Novembro de 1879, art. 16.)

Art. 64. A despesa com a arrecadação dos impostos de que trata o art. 63, n. 7, será indemnizada à Fazenda Nacional em proporção da que esta fizer com a Alfandega respectiva, e deduzida do rendimento do imposto ou contribuição do mez seguinte, ou do ultimo mez do anno, como fôr mais conveniente ao serviço. (Reg. de 1876, art. 74.)

Art. 65. Os empregados despachados ou removidos de umas para outras Alfandegas ou Repartições de Fazenda, ou mandados em comissão, perceberão uma ajuda de custo, calculada de conformidade com as Instruções e tabellas que vigorarem para os empregados do Thesouro e Thesourarias de Fazenda.

Paragrapho unico. Os empregados despachados ou removidos a seu pedido não terão direito à ajuda de custo. (Reg. de 1876, art. 75, e Decisões ns. 694 de 20 de Dezembro de 1879 e 82 de 18 de Fevereiro de 1881.)

Art. 66. Os empregados nomeados para as Alfandegas só têm direito à percepção dos vencimentos depois que, tendo prestado juramento e tomado posse, entrarem no effectivo exercicio de seus cargos.

Paragrapho unico. Os empregados sujeitos a fiança só poderão entrar em exercicio depois de haverem prestado a competente caução. (Reg. de 1876, art. 76, e Decisão n. 6 de 7 de Janeiro de 1881.)

Art. 67. Os empregados, promovidos ou removidos para Repartições existentes nos logares onde elles se acharem na occasião do despacho, prestarão juramento, tomarão posse e entrarão em exercicio no prazo de oito dias, contados da data em que fôr publicada a promoção ou remoção; e os que residirem em logar differente, no prazo de 60 dias, ou no que fôr fixado, na Côte pelo Ministro da Fazenda, e nas Provincias pelos Presidentes. A falta de cumprimento deste preceito importará renuncia do emprego.

Em nenhum caso, porém, será incluído nos respectivos prazos o tempo de molestia devidamente justificada. (Reg. de 1876, art. 77.)

Art. 68. Os empregados promovidos ou removidos, que não puderem por si prestar juramento e tomar posse dos seus novos empregos, por se acharem em comissão do Governo, ou por outro motivo que os detenha, deverão fazel-o por seus procuradores nos prazos marcados no artigo antecedente, e sob a mesma condição ahí imposta.

Paragrapho unico. A procuração para esse fim não fica a arbitrio dos nomeados, deven lo ser aceita unicamente no caso de impossibilidade reconhecida pelo Chefe, perante quem tiverem elles de prestar o juramento. (Reg. de 1876, art. 78, e Decisão n. 565 de 23 de Setembro de 1876.)

Art. 69. Contar-se-ha a antiguidade dos empregados promovidos nas proprias Alfandegas, ou removidos para outras, da data

dos despachos, si tomarem posse e entrarem em exercicio nos prazos marcados, e aos que o não fizerem, unicamente da data da posse e exercicio. (Reg. de 1876, art. 79, e Decisão n. 107 de 25 de Fevereiro de 1878.)

Art. 70. Os empregados que forem nomeados para empregos de comissão, continuarão a perceber os vencimentos dos logares que temporariamente deixarem, até que entrem no exercicio dos que forem servir, e desde que cessar este exercicio até voltarem a seus logares, contanto que o façam nos prazos marcados pelo Governo.

§ 1.º Os empregados de que trata este artigo têm direito de optar, no todo ou em parte, os vencimentos do logar que servirem em comissão, ou conservar os que perceberem, podendo o Governo, neste ultimo caso, conforme a natureza ou sacrificios da comissão, mandar abonar-lhes uma gratificação adicional.

§ 2.º Ao empregado que se achar em comissão percebendo os vencimentos do seu proprio logar, e fôr promovido, se abonarão os vencimentos do novo logar desde a data em que prestar juramento e tomar posse, por si ou por procurador, embora continue na comissão.

§ 3.º No caso do paragrapho antecedente o tempo da comissão se considerará como de effectividade de exercicio no logar cujo vencimento é abonado. (Reg. de 1876, art. 80, e Decisão n. 214 de 9 de Junho de 1877.)

Art. 71. Os empregados que forem mandados addir a qualquer Repartição têm direito a todos os vencimentos dos seus respectivos logares. Os que forem mandados addir, como medida correccional, perceberão unicamente o ordenado que lhes competir, enquanto se acharem fóra dos seus logares.

Os que como extinctos, ou por excederem o numero marcado nos quadros, forem designados para servir em quaesquer classes, ou acharem-se simplesmente addidos, continuarão a perceber o ordenado do seu emprego, fixado na tabella por que estiverem sendo pagos, e uma gratificação arbitrada pelo Ministro da Fazenda, até que entrem para o quadro ou tenham outro destino.

Paragrapho unico. Exceptuam-se desta disposição os Agentes fiscaes do trapiche, extinctos, que não tiverem sido comprehendidos no quadro dos empregados, os quaes continuarão como addidos, percebendo os vencimentos marcados aos Officiaes de Descarga na tabella A, afim de serem occupados pelo Inspector nos serviços para que forem aptos. (Reg. de 1876, arts. 81 e 10, Decisões ns. 412 de 15 de Julho de 1876, 13 de 11 de Janeiro de 1877 e de 13 de Outubro de 1884, á Thesouraria da Bahia.)

Art. 72. Os pensionistas do Estado, nomeados para qualquer emprego ou comissão nas Alfandegas, não perdem o direito ao abono da pensão. (Reg. de 1876, art. 82.)

Art. 73. Os empregados das Alfandegas, encarregados de comissões alheias ao Ministerio da Fazenda, perderão o direito aos vencimentos do seu emprego enquanto estiverem no exercicio dellas, salvo si forem chamados a desempenhar funções gratuitas, ou tiverem opção em virtude de lei. (Reg. de 1876, art. 83, Decisões ns. 424 de 15 de Julho, 863 de 4 de Dezembro de 1878, 303 de

29 de Maio de 1879, 420 de 31 de Agosto, 467 de 27 de Setembro de 1880 e 87 de 22 de Fevereiro de 1881.)

Art. 74. Os vencimentos dos empregados das Alfandegas, nos casos de substituição ou exercício interino, serão regulados pela Legislação que vigorar no Thesouro Nacional e Thesourarias de Fazenda. (Reg. de 1876, art. 84.)

Art. 75. Os empregados das Alfandegas, qualquer que seja a sua classe, os Commandantes, Guardas, Vigias, e pessoal de equipagem das embarcações fiscaes, além dos vencimentos marcados nos artigos antecedentes, terão direito : 1º, ao producto das apprehensões que fizerem ; 2º, á metade das multas impostas em virtude da participação ou diligencia sua, depois que estas se tornarem irrevogaveis, e forem liquidadas e cobradas, salvo nos casos em que por disposição expressa dos regulamentos se deva proceder de outro modo ; 3º, ás ajudas de custo e gratificações autorizadas nos mesmos regulamentos.

§ 1.º Não se comprehendem nas multas, de que trata o artigo antecedente, as que forem impostas a quaesquer empregados, Guardas e Vigias.

§ 2.º Os Chefes das Repartições fiscaes não têm direito, em caso algum, ao producto das apprehensões e multas, ainda que se verifiquem por diligencia sua. (Reg. de 1876, art. 83, e Decisões ns. 124 de 4 de Março de 1879 e 465 de 24 de Setembro de 1880.)

## CAPITULO VI

### DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 76. Nos impedimentos ou faltas repentinas dos empregados das Alfandegas, serão substituidos:

§ 1.º Os Inspectores, por seu Ajudante, onde o houver, e, na falta deste, pelo Chefe de Secção mais antigo, nas Alfandegas que os tiverem, e nas outras, pelo Conferente ou 1º Escripturario mais antigo, que estiver presente. Si a substituição, porém, exceder de oito dias, o Ministro da Fazenda, na Corte, e os Presidentes nas Provincias, poderão designar um substituto ; sendo esta designação immediatamente submettida á approvação do referido Ministro.

Nas Alfandegas de 2ª, 3ª e 4ª ordem, o substituto deverá ser empregado da Fazenda, de categoria pelo menos equivalente á dos empregados mais graduados da Repartição que fór dirigir.

§ 2.º O Ajudante do Inspector, pelo Chefe de Secção que o mesmo Inspector designar, nos casos repentinos, e nos duradouros, pelo empregado que o Ministro determinar.

§ 3.º Os Chefes de Secção, pelos Conferentes ou 1ºs Escripturarios, segundo a designação do Inspector.

§ 4.º Os Guardas-móres, por seus Ajudantes, conforme a ordem em que forem designados pelo Inspector, havendo mais de um, e, na falta de Ajudantes, ou quando estes estejam occupados em

outro serviço, pelo Conferente ou Escriptuario que o mesmo Inspector determinar.

§ 5.º Os Thesoureiros, por seus Fieis, na ordem indica la por elles e approvada pelo Inspector, si houver mais de um Fiel. Na falta simultanea de Thesoureiro e Fiel, deve o Inspector, no caso de impedimento não prolongado, designar um empregado de sua confiança para servir de Thesoureiro, submettendo o seu acto á approvação da Presidencia da Provincia; mas, si o impedimento fór prolongado, deverá esta nomear quem sirva interinamente aquelle logar, podendo a nomeação, que será sujeita á approvação do Ministro da Fazenda, recahir sobre algum empregado, si não houver quem preste a necessaria fiança ou caução, a qual só será dispensada no caso de urgencia e por breve prazo.

§ 6.º Os Administradores das Capatazias, pelos seus Ajudantes, segundo a ordem em que os tiverem proposto, havendo mais de um, e, na falta de Ajudante, por quem elles propuzerem, sob sua responsabilidade, e com approvação do Inspector.

§ 7.º Os Fieis de armazem, pelos seus Ajudantes, sob sua responsabilidade, e onde não houver Ajudantes, por qualquer pessoa por elles proposta, e approvada pelo Inspector, para servir sob responsabilidade dos mesmos Fieis.

§ 8.º O Porteiro, pelo seu Ajudante, nos casos repentinos, e nos duradouros, ou onde não houver o logar de Ajudante, pelo empregado que o Inspector designar.

§ 9.º Os Praticantes não podem ser substitutos. (Reg. de 1876, art. 87, Decisões ns. 258 de 16 de Maio, 611 de 10 de Outubro de 1876, 704 de 12 de Outubro de 1878, 458 de 23 de Setembro de 1880, 161 de 12 de Julho e 214 de 24 de Setembro de 1883.)

## CAPITULO VII

### DAS LICENÇAS

Art. 77. São applicaveis aos empregados das Alfandegas tolas as disposições vigentes no Thesouro e Thesourarias de Fazenda, relativas á concessão de licenças.

As dos Guardas, até 30 dias, poderão ser concedidas pelos Inspectores, ouvido o Guarda-mór, e, em sua falta, o respectivo Commandante.

Os empregados das Alfandegas, nas Provincias, não podem entrar no gozo das que lhes forem concedidas sem o — cumpre-se — dos Presidentes e das respectivas Thesourarias de Fazenda, salvo quando as mesmas Repartições forem situadas em logares distantes das sedes das Thesourarias, podendo neste caso o Inspector da Alfandega mandar cumprir as portarias de licença que lhe forem apresentadas, remetendo-as depois ás Thesourarias, para os devidos assentamentos. (Reg. de 1876, art. 88, e Decisões ns. 155 de 8 de Março de 1880 e 106 de 26 de Abril de 1883.)

Art. 78. O tempo das licenças concedidas pelo Ministro da Fazenda ou pelos Presidentes dentro de um anno, contado do dia em que houver terminado a ultima, tenha esta sido dada por aquellas autoridades, ou em virtude da autorização do Poder Legislativo, será junto ao das antecedentes para sujeitar-se a nova concessão no desconto que os regulamentos prescreverem. (Reg. de 1876, art. 89.)

Art. 79. As licenças concedidas pelos Presidentes de Provincia só poderão ser gozadas nas mesmas Provincias em que os empregados servirem, salvo em casos extraordinarios, procedendo autorização do Ministro da Fazenda.

Perderão o direito ao ordenado que lhes competir, correspondente a todo o prazo da licença, os empregados que, sob qualquer pretexto, transgredirem o disposto neste artigo. (Reg. de 1876, art. 90, e Decisões ns. 613 de 18 de Novembro de 1879 e 12 de 10 de Janeiro de 1880.)

## CAPITULO VIII

### DAS APOSENTADORIAS E REFORMAS

Art. 80. São applicaveis aos empregados das Alfandegas todas as disposições pelas quaes no Thesouro e Thesourarias de Fazenda se regula a aposentadoria dos respectivos empregados.

A's regras estabelecidas nas ditas disposições estão sujeitos os empregados que serviam antes da publicação do Regulamento de 1.º de Setembro de 1850, e em caso algum, tendo o aposentado direito aos ordenados fixados no mesmo regulamento ou outros posteriores, será tomada para base da liquidação do vencimento de inactividade o tempo maximo de 25 annos estabelecido na legislação anterior. (Reg. de 1876, art. 91.)

Art. 81. Sómente os empregados que tiverem sido aposentados antes da publicação do Regulamento de 1876, e os que o forem, estando addidos com os vencimentos das tabellas anteriores, poderão, si o merecerem, ter augmento de ordenado permittido pelo art. 95 do citado Regulamento de 1850.

Os que forem aposentados com os ordenados fixados nas tabellas annexas a este Regulamento não gozarão daquelle beneficio. (Reg. de 1876, art. 92.)

Art. 82. Os Commandantes, Sargentos e praças da força dos Guardas, e o pessoal das embarcações do serviço das Alfandegas, poderão ser reformados, unicamente nos seguintes casos:

1.º Tendo 30 annos completos de effectivo serviço, liquidado na forma das leis da Fazenda, com ordenado ou soldo por inteiro.

2.º Em qualquer tempo, tambem com o ordenado ou soldo por inteiro, no caso de inutilizarem-se em consequencia de mutilação ou lesão adquirida no serviço.

Paraphrasso unico. A disposiçào do n. 2 deste artigo é extensiva aos Vigias, os quaes poderão ser igualmente reformados com o vencimento de Guarda. (Reg. de 1876, art. 93, e Decisões de 21 de Janeiro de 1881 e ns. 205 de 30 de Abril de 1881, 35 de 7 de Março e 179 de 7 de Outubro de 1882.)

## CAPITULO IX

### DAS SUSPENSÕES E DEMISSÕES

Art. 83. Nas suspensões e demissões dos empregados das Alfandegas observar-se-hão as mesmas regras estabelecidas nos Regulamentos do Thesouro e Thesourarias de Fazenda.

A suspensão nos casos previstos na legislação importa a perda de todos os vencimentos, excepto no de pronuncia em crime de responsabilidade, e no de ser necessaria como medida preventiva ou de segurança.

§ 1.º No de pronuncia em crime de responsabilidade são effeitos da suspensão: 1º, a perda da porcentagem; 2º, a privação de metade do ordenado até ser o empregado afinal condemnado ou absolvido, nos termos dos arts. 165, § 4º, e 174 do Codigo do Processo Criminal; restituindo-se a outra metade, dada a absolvição.

§ 2.º O effeito da suspensão como medida preventiva ou de segurança é unicamente a perda da porcentagem.

§ 3.º Annullada a suspensão administrativa tem o empregado seu proprio direito unicamente ao ordenado. (Reg. de 1876, art. 94, e Decisões ns. 496 e 500, de 18 e 19 de Setembro de 1879, 190 de 7 de Abril de 1880 e 163 de 15 de Setembro de 1882.)

## CAPITULO X

### DOS EMPREGOS CUJO EXERCICIO DEPENDE DE FIANÇA OU CAUÇÃO

Art. 84. Não poderão entrar no exercicio de suas funções sem prestar fiança:

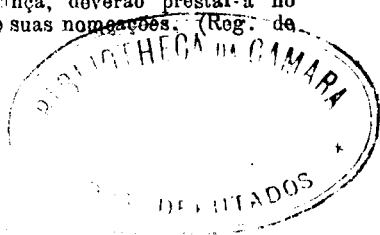
1.º O Thesoureiro.

2.º O Administrador das Capatazias e seus Ajudantes.

3.º Os Administradores e Fieis de armazens, depositos e trapiches alfandegados.

§ 1.º Os Fieis dos Thesoueiros prestarão fiança aos respectivos Thesoueiros, si estes exigirem para sua segurança; e esta regra é applicavel aos Ajudantes dos Fieis de armazem e aos individuos que forem nomeados pelo Administrador das Capatazias para os trabalhos braçoes das Alfandegas.

§ 2.º Os empregados sujeitos a fiança, deverão prestar-a no prazo de 60 dias, contados da data de suas nomeações. (Reg. de



1876, art. 95, e Decisões n. 733 de 22 de Outubro de 1878, 148 de 14 de Março de 1879 e 163 de 13 de Março de 1880.)

Art. 85. O valor das fianças dos Thesoureiros, Administradores das Capatazias, seus Ajudantes e Fieis de armazem, será arbitrado, na Côrte, pelo Ministro da Fazenda, e nas Províncias pelas Thesourarias, ouvidos os Inspectores das respectivas Alfandegas. (Reg. de 1876, art. 96.)

Art. 86. A prestação de qualquer fiança procederá habilitação do fiador ou fiadores, na conformidade das leis d' Fazenda.

§ 1.º As fianças arbitradas serão tomadas por termo, no Thesouro ou nas Thesourarias de Fazenda, salvo as dos Administradores dos trapiches alfandegados, que o serão na Alfandega respectiva. No referido termo se declarará expressamente que os fiadores e responsáveis se obrigam também pelos actos dos Ajudantes, Agentes ou Fieis dos mesmos responsáveis, quando os substituírem.

§ 2.º Em lugar de fiadores poderão os responsáveis fazer hypotheca especial de bens de raiz, livres e desembaraçados, ou deposito em dinheiro ou apolices da dívida publica, observadas as disposições legais. (Reg. de 1876, art. 97, e Decisões de 3 de Março de 1879 e n. 422 de 30 de Agosto de 1881.)

## CAPITULO XI

### DO PONTO

Art. 87. Nas Alfandegas durará o trabalho seis horas diariamente, excepto nos domingos, dias santos de guarda ou feriados, de que trata o Decreto n. 501 de 19 de Agosto de 1848, podendo, nos casos urgentes e extraordinarios, os respectivos Inspectores prolongar, geral ou parcialmente, o serviço, ou determinar que elle se faça em qualquer dia.

§ 1.º O serviço das Capatazias e o das pontes, descarga e embarque principiarão das 5 ás 7 horas da manhã, e acabarão das 5 para as 6 horas da tarde, conforme a estação e a affluencia dos trabalhos; podendo dar-se aos operarios, por turnas, o tempo necessario para refeição e repouso. Nos portos, onde, por circumstancias locais, o embarque ou desembarque não puder ser feito senão por marés, os trabalhos da carga e descarga terão lugar nas horas do dia compatíveis com este serviço, e estarão para esse fim abertos o edificio da Repartição, seus armazens e trapiches alfandegados.

§ 2.º O serviço das visitas dos portos e ancoradouros principiará ao romper do dia, seja ou não domingo, dia santo de guarda ou feriado, e continuará até ao cair da noite.

§ 3.º Si o dia de chegada ou sahida dos paquetes a vapor de linhas regulares for domingo, santificado ou feriado, os serviços de que tratam os §§ 1º e 2º se limitarão á carga ou descarga, e desembarque dos mesmos paquetes. (Reg. de 1876, art. 98, e Decisões ns. 619 de 13 de Outubro de 1876 e 217 de 10 de Novembro de 1882.)



Art. 88. O serviço das descargas na Alfandega do Rio de Janeiro durará, em todos os dias uteis, das 8 horas da manhã ás 3 da tarde. Si as partes o quizerem de sol a sol, o requisitarão ao Administrador das Canoatzias, pagando a embarcação em descarga, diariamente 20\$, si fôr saveiro ou embarcação de igual tamanho, e 30\$ si fôr maior. A estas taxas não ficarão sujeitas as embarcações que, tendo começado a descarga antes das 3 horas da tarde, não a puderem concluir até essa hora. (Reg. de 1876, art. 99.)

Art. 89. Haverá em cada Alfandega um livro do — ponto — no qual os empregados assignarão seus nomes ás horas marcadas para começar e findar o trabalho, sendo encerrado e guardado pelo Inspector ou quem suas vezes fizer, um quarto de hora depois da fixada para começo do expediente. (Reg. de 1876, art. 100.)

Art. 90. Na Alfandega do Rio de Janeiro, cada Secção e Estação fiscal externa terá ponto especial para seus empregados, o qual será encerrado pelo respectivo Chefe immediato ás mesmas horas marcadas no artigo antecedente para o ponto dos demais empregados.

Paragrapho unico. Esta disposição poderá ser extensiva ás Alfandegas em que houver mais de duas Secções, ou onde as conveniencias do serviço o aconselhar em. (Reg. de 1876, art. 101.)

Art. 91. O ponto dos Guardas e Vigias consistirá na chamada, a que diariamente se procederá de conformidade com os estylos e usos militares. (Reg. de 1876, art. 102.)

Art. 92. O empregado que faltar ao serviço soffrerá perda total de seus vencimentos ou desconto, conforme as regras seguintes:

1.<sup>a</sup> O que faltar sem causa justificada perderá todo o vencimento.

2.<sup>a</sup> O que faltar por motivo justificado perderá sómente a porcentagem ou gratificação.

§ 1.<sup>o</sup> São motivos justificativos: 1.<sup>o</sup>, molestia do empregado; 2.<sup>o</sup>, nojo; 3.<sup>o</sup>, gala de casamento.

§ 2.<sup>o</sup> Serão provadas com attestado de Medico as faltas por molestia, quando excederem a tres em cada mez.

§ 3.<sup>o</sup> Não serão consideradas justificadas as faltas provenientes do desempenho de serviços não obrigatorios.

§ 4.<sup>o</sup> Ao empregado que comparecer depois de encerrado o ponto, mas dentro da hora que se seguir á fixada para o principio dos trabalhos, justificando a demora, ou retirar-se com 'permissão do Inspector uma hora antes de findo o expediente, se descontará sómente metade da porcentagem.

§ 5.<sup>o</sup> O que comparecer mais tarde, embora justifique a demora, ou retirar-se mais cedo, perderá toda a porcentagem.

§ 6.<sup>o</sup> O comparecimento depois de encerrado o ponto, sem motivo justificado, e a sahida sem permissão, antes de findar o expediente, importarão a perda de todo o vencimento.

§ 7.<sup>o</sup> O desconto por faltas interpoladas recahirá sómente nos dias em que estas se derem; mas, si as faltas forem successivas, o desconto se estenderá tambem aos dias que, não sendo de serviço, ficarem comprehendidos no periodo das faltas.

§ 8.<sup>o</sup> Quando o empregado perceber gratificação, proceder-se-ha

a respeito desta de conformidade com o que fica disposto acerca da percentagem.

§ 9.º Nenhum desconto, porém, se fará ao empregado que não comparecer á hora marcada, ou não assignar o ponto:

1.º Enquanto estiver em serviço da Repartição, fóra della.

2.º Quando fôr sorteado jurado, durante o tempo em que fizer parte do Tribunal do Jury.

3.º Nos dias em que tiver de votar, si fôr eleitor.

§ 10. Em todos os casos de que trata o paragrapho antecedente, se deverá fazer a devida annotação no livro competente.

§ 11. Aos Commandantes, Sargentos e Guardas, quando justificarem as faltas, nenhum desconto se fará na respectiva etapa, que só deixará de ser abonada no caso de licença.

§ 12. Das decisões do Inspector da Alfandega, a quem compete resolver sobre a procedencia das faltas, ha recurso para as Thesourarias e destas para o Thesouro. (Reg. de 1876, art. 103, Decisões ns. 32 de 29 de Janeiro e 498 de 8 de Julho de 1878, 419 de 30 de Agosto de 1880, 132 de 18 de Março, 503 e 545, de 8 e 29 de Outubro de 1881, e 185 de 10 de Agosto de 1883.)

Art. 93. Em tudo mais quanto disser respeito a vencimentos, ponto, descontos, licenças, concurso, nomeações, incompatibilidades, penas, antiguidades, accessos, aposentadorias, posse e gratificações dos empregados das Alfandegas, observar-se-hão as regras estabelecidas na legislação do Thesouro Nacional e Thesourarias de Fazenda, que não forem contrarias ás do presente Regulamento. (Reg. de 1876, art. 104.)

## CAPITULO XII

### DAS ATTRIBUIÇÕES E DEVERES DOS EMPREGADOS

#### *Do Inspector*

Art. 94. O Inspector é o Chefe superior da Alfandega.

Incumbe-lhe especialmente:

§ 1.º Deferir juramento aos empregados seus subordinados, e a quaesquer outras pessoas, nos casos e pela forma prescripta na Legislação.

§ 2.º Nomear e demittir os empregados nos casos de sua competencia, declarados no presente Regulamento.

§ 3.º Punir as faltas de seus subordinados, e promover a responsabilidade criminal delles; ficando obrigado pelos damnos resultantes da falta de providencias que de sua parte dever dar.

§ 4.º Mandar autoar, com cortidão lo Continuo, nos casos de desobediencia ou resistencia ás suas ordens, ou de qualquer outro delicto, os empregados, despachantes e mais pessoas que dolinquirem dentro do edificio da Alfandega e das Estações della depen-

dentes; remettendo ao Juiz Criminal competente o auto, com todos os documentos e informações necessarias, para este lhes formar culpa na forma da lei, e dando de tudo conta ao Thesouro, na Côrte, e ás Thesourarias de Fazenda, nas Provincias.

Nos casos de delictos commettidos fóra da Alfandega, mas em logares sujeitos á sua autoridade ou jurisdicção, o auto será lavrado pelo empregado mais graduado, que estiver presente, e assignado pelas testemunhas presenciasaes do facto, sendo depois remettido ao Inspector para ulterior procedimento, na forma acima determinada.

§ 5.º Distribuir os empregados pelas Secções e serviços, conforme a idoneidade de cada um e as disposições do presente Regulamento.

§ 6.º Designar os empregados para a conferencia e despacho das mercadorias.

§ 7.º Velar na conservação da ordem e policia da Repartição, fazendo que os empregados se mantenham na orbita de suas obrigações, respeitem-se mutuamente e prestem obediencia aos seus superiores.

§ 8.º Participar sem demora ao Ministro da Fazenda a existencia das vagas que se derem na Repartição e informar quaes os empregados que estejam em condições de preencher-as.

§ 9.º Encerrar diariamente o ponto dos empregados, e remetter o attestado de exercicio, com os necessarios esclarecimentos, na Côrte, á Directoria Geral de Contabilidade, e nas Provincias, ás Thesourarias de Fazenda, no principio de cada mez, para o processo da folha de pagamento dos vencimentos.

§ 10.º Dirigir ao Ministro da Fazenda, ordinariamente no principio de cada semestre e extraordinariamente quando elle o determinar, informação reservada sobre o procedimento civil e moral de seus subordinados, sua intelligencia, capacidade profissional, assiduidade, applicação e zelo pelos interesses da Fazenda, mencionando quaes os empregados que têm as habilitações ou se acham nas condições prescriptas nos arts. 45, 46 §§ 1º e 2º, 47 e 49 deste Regulamento.

§ 11.º Conceder licença aos guardas, na forma do art. 77.

§ 12.º Suspender temporariamente o Administrador de qualquer entreposto, deposito, armazem e trapiche alfandegado, ou cassar-lhe provisoriamente a autorização, nos casos marcados pelo Regulamento, e sempre que os achar em faltas nocivas á fiscalisação.

§ 13.º Dirigir, inspecionar e fiscalisar todos os serviços da Repartição.

§ 14.º Promover e fiscalisar a arrecadação das rendas a cargo da Alfandega, de modo que sejam devida e integralmente satisfeitas, e sua importancia recolhida aos cofres publicos.

§ 15.º Visitar a miúdo os armazens, depositos, trapiches alfandegados, mesas, estações, ancoradouros, registros, portos, docas, pontes e caes sujeitos á sua direcção ou inspecção.

§ 16.º Assistir, sempre que fór possível e em hora não esperada, ás descargas, exames, vistorias, pesos, medição, despacho, conferencia, embarque e sahida das mercadorias, e aos serviços de

escripturação e contabilidade ; mandando corrigir o que não estiver nos devidos termos, o e proceder aos exames e conferencias que julgar convenientes.

§ 17. Nomear os empregados que devem proceder ao balanço nos armazens, depósitos e trapiches alfandegados, sempre que a fiscalização das rendas publicas o exigir.

§ 18. Dirigir e fiscalisar por si, seu Ajudante ou Guarda-mór, onde os houver, o serviço e policia do porto, ancoradouros e docas, promovendo o exacto cumprimento dos regulamentos representando ou officiante sobre seu melhoramento e execução, na parte que não fôr de sua competencia.

§ 19. Dirigir e fiscalisar, na conformidade do paragrapho antecedente, o serviço dos Guardas e Vigias, e velar sobre a ordem, economia e disciplina dessa força e das embarcações e gente do mar.

§ 20. Tomar conhecimento semanalmente do estado dos cofres, e fazer effectivas as ordens sobre a remessa dos dinheiros, que nelles existirem, á Repartição competente.

§ 21. Fazer sobre os mappas estatísticos, quando os tiver de remetter ao Thesouro ou ás Thesourarias, as observações que lhe suggerirem os interesses do Estado, do commercio e da industria nacional.

§ 22. Dar immediatamente parte ao Ministro da Fazenda, na Côrte, e ás Thesourarias, nas Provincias, de quaesquer occorrenças extraordinarias que interessem ao serviço da Repartição.

§ 23. Examinar si os manifestos e mais documentos, que os Commandantes das embarcações ou vehiculos de condução devem apresentar, estão ou não em ordem, lançando o seu — Visto — nos passaportes, que na forma da lei o deverem ter, e participando á Directoria Geral das Rendas Publicas quaes os Consules ou empregados que deixarem de cumprir os deveres que os regulamentos lhes impõem, quando nos mesmos documentos encontrar alguma irregularidade.

§ 24. Conceder prerogação de franquia pelo modo marcado neste Regulamento.

§ 25. Conhecer e julgar os casos de desaminho, contrabando e apprehensões, de sua competencia administrativa, podendo nas Alfandegas em que houver Ajudante do Inspector ou Chefe de Secção, commetter a qualquer delles o trabalho de preparar os processos ; mas reservando para si a sentença final e sua execução, na forma das leis.

§ 26. Impôr multas aos infractores das Leis e Regulamentos fiscaes, e promover sua liquidação e cobrança ; podendo, nos casos que estiverem dentro do sua alçada, dispensar o pagamento de taes multas, si os que nellas incorrerem produzirem razões attendiveis, dentro do prazo de 30 dias.

§ 27. Distribuir, nas Alfandegas onde não houver Chefe de Secção, o serviço das conferencias dos manifestos.

§ 28. Mandar fazer, em casos urgentes ou extraordinarios, os pequenos concertos e reparos que exigirem as pontes e armazens pertencentes á Alfandega, ou sob sua administração ; dando logo conta da importância da despesa á Repartição superior.

§ 29. Remetter ao Thesouro e Thesourarias de Fazenda os balanços, tabellas do orçamento e mappas nas épocas marcadas, segundo as ordens e modelos que lhe forem transmittidos.

§ 30. Enviar ás mesmas Repartições, no principio de cada semestre, um relatório, do qual conste : o estado da Alfandega, o valor da importação, exportação e reexportação, e da renda arrecadada no semestre anterior, com observações acerca das causas que influíram para o maior ou menor rendimento e despezas, e a respeito de tudo quanto interesse á execução da Tarifa e dos Regulamentos.

§ 31. Conceder, nos termos do presente Regulamento, licenças para a ir a bordo das embarcações que permanecerem nas docas ou ancoradouros, ou sujeitas á jurisdição fiscal, e para visita ou entrada nos armazens, depositos e trapiches alfandegados.

§ 32. Mandar fechar as escotilhas das embarcações, quando julgar conveniente.

§ 33. Propôr ao Ministro da Fazenda, de accôrdo com o Capitão do Porto, onde o houver, a reforma ou alteração do Regulamento do porto, sempre que a experiencia o aconselhar.

§ 34. Conceder licença para descarga, podendo dispensar algumas formalidades e a apresentação do manifesto, ás embarcações que transportarem colonos, tropa, presos, animaes vivos e frutas, e ás que, em casos urgentes, e nos termos dos Regulamentos sanitarios, forem indicadas pelas autoridades competentes.

§ 35. Permittir, nos casos em que a saude publica o exigir, e á requisição das autoridades competentes, que as embarcações ancorrem e permaneçam fóra do ancoradouro, em logar escolhido para este fim, com as necessarias cautelas fiscaes.

§ 36. Julgar, á vista dos documentos exhibidos, a perda das cauções, sua restituição, cobrança ou annullação dos termos respectivos, nos casos em que pelos Regulamentos fiscaes deverem as ditas cauções ser prestadas.

§ 37. Mandar annunciar por editaes publicos o consumo das mercadorias e generos abandonados, ou demorados nos armazens e depositos da Alfandega, e nos depositos e trapiches alfandegados, além dos prazos fixados no presente Regulamento.

§ 38. Promover a arrecadação e o aproveitamento dos salvados.

§ 39. Decidir as queixas dos empregados e partes, e as questões administrativas que se suscitarem : 1º, no processo dos despachos, conferencia do mercadorias, sua classificação, assemelhação e qualificação ; 2º, sobre a intelligencia e applicação das leis fiscaes e outras que lhes digam respeito ; 3º, sobre reclamações de direitos pagos indevidamente ; 4º, sobre damnos e avarias ; 5º, sobre a effectividade das responsabilidades a que se houverem sujeito os importadores, exportadores, consignatarios de navios, agentes de companhias de navegação, e em geral todos os que contratarem com a Alfandega como principaes obrigados, ou seus fiadores.

§ 40. Determinar, onde não houver Guarda-mór, o serviço das barcas de vigia, dando aos seus Commandantes as precisas instrucções para o bom desempenho de seus deveres.

§ 41. Mandar cumprir as cartas precatorias rogatorias, expedi-

das com as formalidades legais por quaesquer autoridades, nos casos em que este procedimento seja necessario.

§ 42. Prender e fazer prender os individuos contra quem os Regulamentos o autorizarem para assim proceder.

§ 43. Permittir, mediante as cautelas que julgar necessarias, a descarga ou embarque de mercadorias de facil exame e fiscalisação, fóra do respectivo ancoradouro, em qualquer ponte ou logar proprio para isso, mas sempre ao alcance da fiscalisação da Alfandega; e dar licença para a entrada de navios em portos do interior não alfandegados, nos casos especiaes prescriptos no presente Regulamento.

§ 44. Regular o modo da descarga, exame, deposito e conferencia da bagagem dos passageiros.

§ 45. Mandar despachar livres de direitos os objectos destinados aos membros do Corpo Diplomatico, e os que forem isentos de direitos em virtude da Tarifa, ou de Lei especial; e conceder isenção do imposto de pharóes e outros, para que esteja autorizado.

§ 46. Desempenhar as funções de Conservador do Commercio nos casos do art. 45.

§ 47. Promover a repressão do contrabando no Juizo competente, quando não lhe competir o julgamento; podendo autorizar os empregados apprehensores ou interessados para assistir aos termos do processo.

§ 48. Mandar fazer e approvar a pauta dos preços dos generos de exportação, e conhecer das reclamações sobre os mesmos preços.

§ 49. Authentificar com sua rubrica os manifestos, documentos de despeza, e em geral todos os papeis que carecerem dessa formalidade por parte do Inspector.

§ 50. Ordenar a matricula das embarcações e da gente do mar nos portos em que não houver Capitão do Porto ou seu Delegado.

§ 51. Expedir os passaportes das embarcações.

§ 52. Promover e activar o lançamento e arrecalação das rendas internas, que estiverem a cargo da Alfandega, nos termos do Regulamento respectivo.

§ 53. Presidir aos leilões, ou delegar esta attribuição a empregado de confiança, quando o não puder fazer por si mesmo.

§ 54. Mandar comprar pelo Porteiro, á vista dos pedidos das Secções ou Mesas, e do Administrador das Capatazias, os objectos precisos para o serviço e expediente.

§ 55. Propôr ao Ministro da Fazenda as alterações da Legislação fiscal, que a pratica ou as circumstancias locais aconselharem.

§ 56. Desempenhar quaesquer outras attribuições e obrigações impostas pelos Regulamentos e ordens superiores. (Reg. de 1876, art. 105, Imperial Resolução de Consulta de 3 de Setembro de 1881, Decisões na. 611 de 10 de Outubro de 1876, 218 de 13 de Junho de 1877, 896 de 13 de Novembro de 1878 e 232 de 31 de Outubro de 1883.)

Art. 95. O Inspector, quando julgar conveniente, poderá delegar algumas das funções enumeradas no artigo antecedente ao seu Ajudante, onde o houver, e na falta deste, ou quando o bem

do serviço o exigir, aos Chefes de Secção ou a qualquer outro empregado de sua confiança. (Reg. de 1876, art. 106.)

Art. 96. Não podem ser delegadas as attribuições ou obrigações que importarem ordenação de despeza, isenção de direitos, imposição de multas ou outras penas, applicação da Tarifa, julgamento definitivo de processos, nem a assignatura da correspondencia official com as autoridades superiores, ou com os Chefes de outras Repartições de categoria superior ou igual. (Reg. de 1876, art. 107.)

Art. 97. O Inspector, no uso da attribuição de punir as faltas de seus subordinados, e no desempenho da obrigação de velar pela ordem e policia da Repartição, póde applicar as seguintes penas, além do disposto no art. 26 :

1.<sup>a</sup> Reprehensão verbal, ou por escripto, particular ou publicamente.

2.<sup>a</sup> Multa aos empregados, desde a importancia de um até trinta dias de vencimento, e aos despachantes, seus ajudantes, caixeiros despachantes, corretores, capitães e consignatarios de navios, e agentes de companhias de navegação, de 10\$ até 200\$, nos casos de infracção para a qual o Regulamento actual não tenha determinado pena.

3.<sup>a</sup> Suspensão, nos casos e pelo tempo previstos na legislação de que trata o art. 83.

4.<sup>a</sup> Demissão, quando o serventuario fôr de nomeação da Inspectoria. (Reg. de 1876, art. 108.)

#### *Do Ajudante do Inspector*

Art. 98. Ao Ajudante do Inspector, nas Alfandegas onde o houver, incumbe :

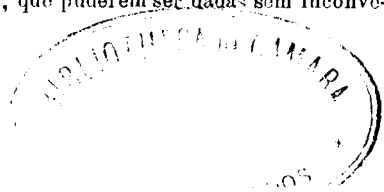
§ 1.<sup>o</sup> Substituir o Inspector, de conformidade com o presente Regulamento, e desempenhar as funcções que lhe forem por elle delegadas.

§ 2.<sup>o</sup> Fiscalisar, de accôrdo com as ordens e instrucções que receber do Inspector, o expediente e escripturação da Alfandega e suas dependencias ; assistir, quando lhe fôr determinado pelo mesmo Inspector, á descarga, peso, medição, despacho, conferencia, embarque e sahida de mercadorias, bem como aos exames e vistorias a que administrativa ou judicialmente se proceder nas mercadorias em descarga, bulleção ou deposito, na Alfandega ou fóra della, mandando lavrar, quando taes diligencias forem administrativas, os competentes termos, que serão por elle rubricados.

§ 3.<sup>o</sup> Dar parecer sobre arbitramento e aceitação de fianças.

§ 4.<sup>o</sup> Representar ou proôr ao Inspector o que lhe parecer acertado para o bom andamento dos negocios concernentes á Alfandega, sua escripturação e serviço.

§ 5.<sup>o</sup> Assignar, depois do — Visto — do Chefe de Secção competente, as certidões pedidas, que puderem ser dadas sem inconveniente.



§ 6.º Advertir os empregados seus subordinados, e dar conta de suas faltas ao Inspector.

§ 7.º Trazer em dia e em ordem a correspondencia do Inspector, a collecção das respectivas minutas, e, em geral, todo o expediente da Inspectoria.

§ 8.º Guardar os papeis de natureza confidencial ou reservada, sua escripturação e expediente.

§ 9.º Tomar o ponto dos empregados e organizar a relação mensal das faltas, para ser presente ao Inspector.

§ 10. Designar o empregado que deve servir de Escrivão dos processos administrativos e dos Leilões, e inspecionar e fiscalisar estes serviços e sua escripturação, promovendo o seu prompto andamento.

§ 11. Representar sobre tudo quanto interessar á exacta fiscalisação das rendas publicas e á boa marcha do serviço, ou tender á extirpação de abusos que se tenham nelle introduzido.

§ 12. Observar e fazer observar os Regulamentos, Instrucções e Ordens relativas ao serviço a seu cargo.

§ 13. Colligir e mandar encadernar annualmente, em separado, as Leis, Decretos, Regulamentos, Instrucções, Ordens e Decisões concernentes ás Alfandegas e Mesas de rendas. (Reg. de 1876. art. 109.)

#### *Dos Chefes de Secção*

Art. 99. Aos Chefes de Secção compete em geral :

§ 1.º Dirigir na conformidade dos Regulamentos e das ordens do Inspector, esob a immediata inspecção e fiscalisação do Ajudante, onde o houver, o serviço da Secção respectiva.

§ 2.º Activar o expediente a cargo da Secção, e velar sobre a boa marcha o ordem do serviço.

§ 3.º Distribuir o serviço pelos empregados da Secção e vigiar que estes não se distraiam de seus trabalhos, e os desempenhem com perfeição.

§ 4.º Advertir e reprehender os seus subordinados nas faltas leves que commetterem, e dar parte ao Inspector das que possam prejudicar o serviço, ou forem contrarias á disciplina e policia da Repartição.

§ 5.º Convocar extraordinariamente os empregados da Secção para qualquer serviço urgente, precedendo autorização do Inspector.

§ 6.º Propôr e representar o que convier á exacta fiscalisação das rendas publicas e boa marcha do serviço ou tender á extirpação de abusos.

§ 7.º Desempenhar conjunctamente com os Escripturarios os trabalhos de sua Secção.

§ 8.º Fiscalisar a cobrança do imposto do sello e de quaesquer taxas, a que estiverem sujeitos os papeis e negocios que correrem pela Repartição.

§ 9.º Dar parecer sobre arbitramento o acaiação de fianças.



§ 10. Substituir o Inspector nos termos do art. 76, § 1.º

§ 11. Assignar, nas Alfandegas em que não houver Ajudante do Inspector, as certidões que se passarem em suas Secções. (Reg. de 1876, art. 110.)

*Do Chefe da 1ª Secção*

Art. 100. Ao Chefe da 1ª Secção, além das obrigações comuns, compete especialmente :

§ 1.º Distribuir os manifestos pelos empregados da Secção, fiscalisar sua escripturação e activar sua conferencia com as folhas de descarga, ouvindo os commandantes, consignatarios ou seus representantes, sempre que fôr preciso, para apresentar ao Inspector o relatório das diferenças encontradas e das infracções pelas quaes estiver obrigado o mesmo commandante ; sendo para isso averbados nos termos de entrada os documentos relativos a quaesquer multas, a que sejam sujeitos os navios.

§ 2.º Expedir as folhas de descarga e fiscalisar sua organização, nos termos da legislação vigente.

§ 3.º Fazer tomar com a possível clareza e individuação, nas conferencias das descargas e embarque, os numeros, marcas, contramarcas e especies dos volumes, quantidade e natureza das mercadorias nelles contidas, ou vindas a granel, mandando lançar em cada volume a data da entrada para o armazem a que fôr destinado, com o numero da ordem da entrada das embarcações que os tiverem transportado.

§ 4.º Conceder deposito, em armazens ou trapiches alfandegados, de conformidade com os Regulamentos e com as instrucções do Inspector, e expedir as guias respectivas.

§ 5.º Inspeccionar e fiscalisar o serviço das Capatazias e dos armazens, promovendo a boa guarda, arrumação e conservação das mercadorias, e activando o Administrador, seus Ajudantes, Fieis e mais empregados e operarios no desempenho de suas obrigações.

§ 6.º Dirigir e fiscalisar a escripturação dos armazens internos e externos da Alfandega, entrepostos e trapiches alfandegados, podendo dar commissão a empregados seus subordinados para os depositos externos e distantes do centro da Repartição.

§ 7.º Conceder o desembaraço provisório dos navios, nos termos dos Regulamentos.

§ 8.º Mandar lavrar elitaes, nos casos de descarga de volumes com indícios de avaria ou arrombamento, ou intimar os donos ou consignatarios das mercadorias, como fôr mais facil e seguro para sciencia destes.

§ 9.º Dar parecer sobre as questões de propriedade das mercadorias manifestadas, e sobre as cartas precatorias que digam respeito ás mesmas mercadorias, ou a diligencias a que as autoridades precisem proceder na Alfandega e suas dependencias.

§ 10. Dirigir e fiscalisar o expediente relativo ao despacho ma-

ritimo, dando as competentes notas para pagamento dos direitos e contribuições que forem devidas.

§ 11. Expelir os officios com as cópias dos despachos de cabotagem, e os manifestos dos navios para fóra do Imperio, quando forem requeridos, sendo estes rubricados e aquelles assignados pelo Inspector.

§ 12. Presidir, nas Alfandegas em que não houver Ajudante do Inspector, a todos os exames e vistorias, a que administrativa ou judicialmente se proceder nas mercadorias em descarga, baldeação, ou em deposito na Alfandega, ou fóra della, mandando lavrar, quando taes diligencias forem administrativas, os competentes termos, que serão por elle rubricados.

§ 13. Dirigir o processo dos despachos de reexportação, baldeação e transito, fazendo lavrar em livro especial os termos de responsabilidade, com fiador, quando os re-exportadores não forem residentes no logar, e commerciantes ali estabelecidos.

§ 14. Dar, com os empregados que forem designados, balanço nos armazens internos e externos da Alfandega, entrepostos e tapiches alfandegados, e em quaesquer depositos de mercadorias sujeitas a direitos, quando lhe fór ordenado; liquidar a responsabilidade dos encarregados de taes depositos, e apresentar ao Inspector um relatório de todos os trabalhos, notando as faltas e irregularidades que houver encontrado.

§ 15. Dirigir e fiscalisar o expediente relativo ao lançamento, escripturação e fiscalisação dos impostos e rendas internas, na fórma da legislação respectiva. (Reg. de 1876, art. 111.)

#### *Do Chefe da 2ª Secção*

Art. 101. Ao Chefe da 2ª Secção, além das obrigações communs, compete especialmente:

§ 1.º Calcular, ou mandar calcular os documentos e despachos de que trata o art. 9º, § 2º, n. 1.

§ 2.º Dirigir e fiscalisar a escripturação a cargo de sua Secção, para que ande sempre em dia, e se faça com asseio e conforme os modelos approvados.

§ 3.º Propôr as modificações convenientes nos modelos dados para os livros de escripturação, quando a creação de receitas ou outras causas as tornarem necessarias.

§ 4.º Apromptar, nas épocas marcadas, os balanços, balançetes e tabellas do orçamento da receita e despesa da Repartição.

§ 5.º Fiscalisar o serviço da Thesouraria: 1º, verificando diariamente, no fim do expediente, si os saldos existentes correspondem á escripturação da receita e despesa; 2º, assistindo, como claviculário, á abertura e fechamento das casas fortes e dos cofres da Repartição; 3º, expedindo as guias para entrega da renda no Thesouro ou Thesouraria de Fazenda, nos dias marcados, ou quando fór ordenado.

§ 6.º Informar, por si proprio, todos os pedidos de pagamento e os requerimentos de restituição, examinando: 1º, a veracidade

ou authenticidade das ordens, despachos, documentos e papeis respectivos ; 2.<sup>o</sup>, si os mesmos papeis se acham revestidos das formalidades exigidas pela Legislação fiscal ; 3.<sup>o</sup>, se o exercicio a que pertence a despesa está ou não findo.

§ 7.<sup>o</sup> Rever, ou mandar rever as contas de fornecimentos, as folhas de pagamento das Capatazias, marinhagem, Guardas e Vigias, e férias dos trabalhadores e serventes.

§ 8.<sup>o</sup> Dirigir a escripturação de quaesquer valores dados em caução, ou por outra razão depositados, fazendo delles carga ao Thesoureiro.

§ 9.<sup>o</sup> Escripturar por si proprio as contas de impugnação.

§ 10. Inquirir e dar parte ao Inspector do estado de solvabilidade dos responsaveis da Alfandega e seus fiadores.

§ 11. Mandar fazer o assentamento dos empregados da Repartição, o ponto, nas Alfandegas onde não houver Ajudante do Inspector, e bem assim as folhas dos vencimentos, quando o pagamento competir à Alfandega. (Reg. de 1876, art. 112.)

### *Do Chefe da 3.<sup>a</sup> Secção*

Art. 102. Ao Chefe da 3.<sup>a</sup> Secção, além das obrigações comuns, compete especialmente :

§ 1.<sup>o</sup> Rever e fazer rever todos os despachos e guias de receita immediatamente depois que lhe forem entregues, instituindo minucioso exame não só em relação às operações arithmeticas, e que contiverem redução de pesos ou medidas, deducção ou abatimento, mas tambem no tocante à veracidade das assignaturas e ao preenchimento das formalidades exigidas pelos Regulamentos ; participando ao Inspector quaesquer faltas que encontrar, afim de ser indemnizada a Fazenda Publica.

§ 2.<sup>o</sup> Organizar a estatistica commercial, na forma dos modelos, de modo que no principio de cada mez se possa conhecer o movimento da Alfandega no mez anterior, em relação : 1.<sup>o</sup>, á entrada e sahida das embarcações ; 2.<sup>o</sup>, á importancia ou valor das mercadorias despachadas para consumo, exportação, reexportação, e por baldeação ou transito, com distincção de sua procedencia ou destino.

§ 3.<sup>o</sup> Trazer em dia : 1.<sup>o</sup>, o inventario de todos os bens e do material da Alfandega ; 2.<sup>o</sup>, a escripturação dos contratos, dos termos de responsabilidade, das obrigações, cauções, depositos e quaesquer outros termos ou actos, em que intervier o Inspector, com excepção dos termos que devem ser lavrados na Guarda-moria, e dos termos de responsabilidade a cargo da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Secções.

§ 4.<sup>o</sup> Dirigir e fiscalisar o archivo.

§ 5.<sup>o</sup> Fazer colligir e encadernar em separado as Leis, Decretos, Regulamentos, Instrucções e Decisões relativos às Alfandegas, pertencentes a cada anno, nas Alfandegas onde não houver Ajudante do Inspector.

§ 6.<sup>o</sup> Promover e fazer preparar todos os processos administrativos, tanto de simples infracção dos Regulamentos fiscaes, como dos consumos e leilões.

§ 7.º A correspondencia do Inspector, a expedição de ordens e instrucções e seu registro, nas Alfandegas onde não houver Ajudante do Inspector.

§ 8.º A guarda de todos os papeis de natureza confidencial ou reservada, sua escripturação e expediente, nas Alfandegas de que trata o paragraho antecedente. (Reg. de 1876, art. 113.)

#### *Do Thesoureiro*

Art. 103. Ao Thesoureiro compete :

§ 1.º A nomeação de seus Fieis, na fórma do art. 39 § 5.º

§ 2.º O recebimento e guarda de todas as quantias ou valores pertencentes á Fazenda Publica, ou depositados nos cofres a seu cargo, na fórma dos Regulamentos.

§ 3.º A entrega de quaesquer quantias, em virtude de ordem da respectiva autoridade, e na fórma do art. 9.º, § 2.º, n. 9.

§ 4.º A remessa, no fim de cada semana, ou quando lhe fór determinado, dos dinheiros arrecadados, na Côte ao Thesouro Nacional, e nas Provincias ás Thesourarias de Fazenda, achando-se estas situadas no mesmo lugar em que estiver a Alfandega, ou, no caso contrario, á Repartição que o mesmo Thesouro designar. (Reg. de 1876, art. 114.)

Art. 104. O Thesoureiro é solidariamente responsavel pelos actos de seus Fieis ou prepostos. (Reg. de 1876, art. 115, e Decisão n. 298 de 17 de Junho de 1881.)

#### *Dos Fieis do Thesoureiro*

Art. 105. Aos Fieis do Thesoureiro compete :

§ 1.º Substituir o Thesoureiro nos seus impedimentos e faltas, na fórma do art. 76, § 5.º

§ 2.º Coadjuval-o em todos os trabalhos a seu cargo.

§ 3.º Desempenhar as obrigações que o Thesoureiro lhes delegar. (Reg. de 1876, art. 116.)

#### *Dos Escripturarios*

Art. 106. Os Escripturarios formam uma só classe, á qual incumbem :

§ 1.º Desempenhar com zelo, diligencia, e exactidão, asseio e perfeição os trabalhos de escripturação e contabilidade, que lhes forem distribuidos ou ordenados pelo Inspector, ou por quem suas vezes fizer, pelo respectivo Ajudante, e pelo Chefe da Secção a que pertencerem ; e satisfazer ás requisições dos demais empregados, que versarem sobre serviço da Repartição.

§ 2.º Verificar si os papeis sujeitos a seu exame, ou que correm por suas mãos, acham-se em ordem, e revestidos das formalidades exigidas pela Legislação vigente.

§ 3.º Preencher com zelo, inteireza e diligencia as commissões extraordinarias para que forem designados.

§ 4.º Velar na guarda dos livros e papeis a seu cargo, e responder por elles durante o tempo em que estiverem sujeitos a seu exame.

§ 5.º Servir de Conferentes nas Alfandegas onde não houver esta classe de empregados, ou quando isso lhes fôr ordenado pelo Inspector. ( Reg. de 1876, art. 117. )

#### *Dos Praticantes*

Art. 107. Aos Praticantes cumpre :

§ 1.º Coadjuvar os Escripturarios na execução dos trabalhos a seu cargo.

§ 2.º Desempenhar com zelo, diligencia e inteireza as obrigações que lhes forem impostas, e os serviços do que se acharem incumbidos. ( Reg. de 1876, art. 118. )

#### *Dos Conferentes*

Art. 108. Aos Conferentes, além das obrigações que lhes são impostas pelo Regulamento, incumbe :

§ 1.º Fazer a pauta dos preços dos generos de producção e manufactura nacional, para cobrança dos direitos de exportação.

§ 2.º Verificar si as notas de despacho, que lhes são distribuidas, contêm todas as declarações exigidas pelo Regulamento e mais disposições legais, para que possam ser processadas; fazendo-as voltar ao Inspector, com declaração por escripto das faltas que nas mesmas encontrarem, quando as partes não puderem, ou não as quizerem corrigir, afim de lhes impôr a multa em que incorrerem.

§ 3.º Fazer abrir os volumes submittidos a despacho; conferir os numeros, marcas e contramarcas dos mesmos; contar, qualificar e classificar as mercadorias nelles contidas; verificar a sua quantidade, medida, peso e taras; e applicar-lhes as taxas a que forem sujeitas.

§ 4.º Calcular e lançar nas primeiras vias das notas para despacho a importancia dos direitos e mais taxas a que as mercadorias estejam sujeitas pela legislação em vigor; podendo os Inspectores permitir, nas Alfandegas de grande expediente, que este trabalho seja executado pelos Despachantes, comtanto que o Conferente reveja e recapitule as diversas addições da nota, sob sua assignatura e responsabilidade.

§ 5.º Servir de peritos nos exames e vistorias a que na fórma dos Regulamentos se houver de proceder.

§ 6.º Representar sobre a necessidade de quaesquer medidas tendentes á fiscalisação das rendas, ao melhoramento do processo dos despachos e serviço da Alfandega, e á extirpação dos abusos que se houverem introduzido no mesmo serviço.

§ 7.º Propôr as alterações de que a Tarifa carecer, indicando : 1º, os artigos cuja avaliação fôr inexacta, ou prejudicial á Fazenda Nacional ou ao commercio ; 2º, as mercadorias que devem ser tarifadas com taxa fixa ; 3º, os vícios da tabella das taras, e das disposições relativas aos abatimentos de qualquer natureza.

§ 8.º Dar os preços que julgarem razoaveis ás mercadorias sujeitas a direitos *ad valorem*, quando não se conformarem com os declarados nas notas.

§ 9.º Indicar os artigos a que devem ser assemelhadas as mercadorias não contempladas na Tarifa.

§ 10. Dar seu parecer sobre as materias a respeito das quaes forem ouvidos.

§ 11. Verificar e determinar : 1º, a capacidade dos cascos e vazilhame de qualquer qualidade ; 2º, a quantidade dos liquidos que ellos contém ; 3º, o grau de densidade dos liquidos alcoolicos.

§ 12. Verificar quaesquer medidas de extensão ou profundidade, conforme lhos fôr ordenado.

§ 13. Fazer a arqueação dos navios, quando lhes fôr ordenada.

§ 14. Verificar as circumstancias necessarias para a matricula das embarcações.

§ 15. Desempenhar quaesquer outros serviços e comissões de que sejam encarregados pelo Inspector. (Reg. de 1876, art. 119.)

#### *Das Fiscaes dos entrepostos, armazens e trapiches alfandegados*

Art. 109. Os empregados, que servirem de Fiscaes dos entrepostos, armazens, depositos e trapiches alfandegados, fiscalisarão as entradas e sahidas das mercadorias sujeitas a quaesquer direitos ou contribuições ; observando as Instruções e Ordens relativas a este serviço.

Paragrapho unico. Além da escripturação propria do trapiche, que lhes cumpre fiscalisar, deverão tomar um apontamento dos volumes ou mercadorias que entrarem e sahirem, para as averiguações que forem necessarias. (Reg. de 1876, art. 120.)

#### *Do Administrador das Capatazias*

Art. 110. Ao Administrador das Capatazias, a quem é immediatamente subordinado todo o pessoal occupado neste serviço, sob a inspecção do Chefe da respectiva Secção, compete :

§ 1.º Dirigir o serviço das Capatazias, vigiar e fiscalisar o comportamento de seus subordinados, despedindo os de sua nomeação, logo que se tornarem suspeitos ou pouco diligentes, e, no caso de faltas mais graves, dando parte ao seu Chefe, para que este os faça punir, como fôr de direito.

§ 2.º Dirigir e fiscalisar o serviço da descarga, incumbido aos operarios e serventes, e cuidar na conservação e segurança dos guindastes, armazens, telhados, canos e pavimentos do edificio da

Alfandega e seus armazens, dando immediatamente parte ao seu Chefe do que encontrar em mau estado, e pedindo os concertos e reparos que forem necessarios, afim de evitar sinistros e avarias nas mercadorias depositadas.

§ 3.º Conservar sempre limpos os armazens, coxias, casas do expediente, pateos e dependencias do edificio da Repartição.

§ 4.º Receber os volumes que forem descarregados nas pontes e cães, fazer tomar em rol sua quantidade, especies, marcas, contramarcas e numeração, para serem confrontadas com as listas da descarga e facilitar a organização das folhas respectivas, quando fôr preciso; designando, de accôrdo com o Chefe da Secção competente, o armazem onde os volumes devem ser depositados.

§ 5.º Fazer conduzir e arrumar os volumes, de modo que a entrada de uns não embarace a prompta sahida de outros.

§ 6.º Admittir os operarios que forem necessarios para o recebimento, arrumação, conducção e abertura dos volumes, até o numero fixado pelo Ministro da Fazenda, na Côrte, e pelas Thesourarias de Fazenda, nas Provincias; podendo exigir delles as fianças que julgar necessarias para a sua segurança, e despedir os que lhe não merecerem confiança, ou se mostrarem remissos no serviço.

§ 7.º Comparecer com os operarios e serventes á hora em que se deve abrir a porta da Repartição para principiar logo o trabalho, e distribui-lo de modo que sejam recolhidos aos respectivos armazens todos os volumes que se tiverem descarregado durante o dia, sob pena de pagar a multa de 1\$ de cada um que fôr encontrado nos cães ou pontes, depois de findar o expediente.

§ 8.º Fechar com o Porteiro as portas do edificio na hora competente, depois de dar busca e reconhecer que dentro d'elle não ficou pessoa alguma.

§ 9.º Proceder á chamada dos operarios e serventes, antes e depois de findar o trabalho, ou quando fôr conveniente, fazendo-os revistar na sua entrada e sahida, e sempre que o julgar necessario.

§ 10. Inspeccionar os armazens, e marcar o numero dos operarios para o serviço de cada um delles; competindo, porém, aos Fieis a escolha desse pessoal.

§ 11. Não consentir que nas portas de sahida se accumule numero excessivo de volumes, mas tão sómente aquelle que, de accôrdo com os Conferentes, puder ser examinado diariamente.

§ 12. Desempenhar as funções de Fiel nas Alfandegas em que o não houver. (Reg. de 1876, arts. 121 e 21.)

Art. 111. O Administrador das Capatazias, por si e seus ajudantes, não permitirá que dentro da Alfandega penetrem quaesquer individuos com o fim de abrir ou carregar volumes para despacho, ou já despachados. Estes serviços serão feitos exclusivamente pelo pessoal das Capatazias, do qual o dito Administrador designará o que fôr necessario e mais adestrado para a abertura e fechamento dos volumes. (Reg. de 1876, art. 122.)

*Dos Ajudantes do Administrador das Capatazias*

Art. 112. Os Ajudantes coadjuvarão o Administrador em tudo que fôr de sua competencia e obrigação, segundo as instrucções e ordens que delle receberem, verbaes ou escriptas. (Reg. de 1876, art. 123.)

*Dos Fieis de armazem*

Art. 113. Os Fieis de armazem são obrigados:

§ 1.º A receber os volumes que pelo Administrador das Capatazias forem mandados para os armazens sob sua guarda, pizando o competente recibo.

§ 2.º A lançar diariamente em seus livros, com promptidão e clareza, os numeros, marcas, contramarcas e especies dos volumes, com declaração do dia, mez o anno, numero da lista da descarga, nome do navio que os conduziu, e porto de sua procedencia, de conformidade com os modelos em vigor.

§ 3.º A participar ao Administrador das Capatazias quaes os volumes destinados ao seu armazem, que não tiverem sido recibidos dentro de 24 hora depois da sua descarga, sob pena de responder por elles, si, passado aquelle prazo, não se acharem recolhidos ao mesmo armazem.

§ 4.º A fazer arrumar os volumes em boa ordem, com separação dos que tiverem a mesma marca, e destes os que pertencerem a cada navio, com os numeros e marcas para fóra, de modo que se possa vel-os com facilidade; observando as disposições vigentes relativas aos armazens, sua policia, arrumação, guarda, beneficio e conservação dos objectos depositados.

§ 5.º A cuidar na conservação das mercadorias depositadas, para que não soffram avaria, avisando immediatamente ao Administrador das Capatazias de qualquer principio de ruina do armazem, afim de que seja sem demora reparada.

§ 6.º A recusar o recebimento dos volumes arrombados, com signaes de o haverem sido, ou de avaria, quando não se tenha procedido ao competente exame, ou vistoria; notando no seu livro, e ao lado do assento do volume, esta circumstancia, sob pena de responder por quaesquer faltas ou avarias que se verificarem.

§ 7.º A declarar nas notas de despacho a data da entrada das mercadorias no armazem, e entregar com presteza, á vista da ordem legitima, os volumes que se pretenderem despachar, cobrando recibo de quem de direito fôr.

Toda a demora não justificada, a juizo do Chefe da Repartição, na entrega dos volumes ou mercadorias, por mais de 24 horas, sujeitará os Fieis, além da reparação dos prejuizos que desse facto provierem, á multa de 2\$ até 5\$ por volume.

§ 8.º A apresentar ao Chefe da Repartição, quando este o exigir, um balanço extrahido do livro de seu armazem, d'onde



constem a quantidade, especies, marcas e contramarcas dos volumes nelle existentes, data da descarga, nome do navio e do porto de sua procedencia.

§ 9.º A entregar mensalmente ao Administrador das Capatazias, para os devidos effeitos, uma relação circumstanciada dos volumes que, tendo vencido o tempo da armazenagem, estiverem no caso de ser arrumados para consumo.

§ 10. A escolher os operarios para o serviço do armazem a seu cargo.

§ 11. A propor ao Chefe da Repartição as pessoas que os devem substituir em seus impellimentos, sob sua responsabilidade, quando não tiverem Ajudantes, na fórma do art. 76, § 7.º (Reg. de 1876, art. 124.)

#### *Dos ajudantes dos Fieis de Armazem*

Art. 114. Os Ajudantes dos Fieis os coadjuvarão em tudo o que for de sua competencia e obrigação, e os substituirão nos termos do presente Regulamento (Reg. de 1876, art. 125.)

#### *Do Guarda-mór*

Art. 115. O Guarda-mór é o chefe do serviço externo; competindo-lhe especialmente, por si e seus Ajudantes, empregados, Guardas e subordinados:

§ 1.º Dirigir, activar e fiscalisar o mesmo serviço, na conformidade dos Regulamentos, e das ordens que lhe transmittir o Inspector.

§ 2.º Inspeccionar o serviço da descarga ou desembarque, carga ou embarque de mercadorias, verificando: 1º, si houve permissão ou ordem por escripto; 2º, si o serviço é feito na devida ordem; 3º, si se observam as disposições dos Regulamentos e Instrucções vigentes.

§ 4.º Dirigir, fiscalisar e assistir a miudo, em hora inesperada, ao serviço da carga, descarga, recebimento, embarque ou desembarque de mercadorias nas docas, cães e pontes.

§ 5.º Fazer escoltar as embarcações miudas, que se empregarem na descarga ou carga, até ao logar do seu destino, e velar sobre a guarda e segurança das mercadorias nellas transportadas.

§ 6.º Vigiar que os cães e pontes estejam sempre desembarçados para o serviço da descarga dos navios.

§ 7.º Propór o alistamento ou engajamento de gente para o serviço do mar e para a força dos Guardas e Vigias, sobre a indicação do respectivo Commandante; ficando os contratos e a admissão dos alistados dependentes da approvação do Inspector.

§ 8.º Dar emprego á força maritima e aos Guardas e Vigias, conforme as ordens que receber do Chefe da Repartição, e velar sobre sua economia, disciplina e moralidade.

§ 9.º Prover as embarcações fiscaes do material necessario, e velar sobre seu serviço, conservação, emprego ou applicação.

§ 10. Prestar força para execução das leis e ordens superiores, e requisital-a a quaesquer autoridades, quando as circumstancias assim o exigirem.

§ 11. Guarnecer as embarcações sujeitas á fiscalisação, mandar pregar e sellar suas escotilhas e quaesquer repartimentos ou aberturas, em todos os casos em que o prescreverem os Regulamentos, os interesses da Fazenda o exigirem, ou o Chefe da Repartição o ordenar.

§ 12. Policiar os portos e ancoradouros, cumprindo e fazendo cumprir os Regulamentos, Instrucções e Ordens concernentes a este ramo do serviço.

§ 13. Fazer guardar as costas, praias, enseadas e mares territoriaes, afim de prevenir a carga ou descarga de mercadorias sem ordem ou autorização, e prover por todos os meios a seu alcance sobre a repressão do contrabando, na fórmula da Lei.

§ 14. Promover a defesa, guarda e segurança dos edificios a cargo da Administração da Alfandega e dos armazens, depósitos e trapiches alfandegados.

§ 15. Fazer examinar si os volumes conduzidos para embarque são identicos aos mencionados na guia ou despacho, e si estes documentos se acham revestidos das formalidades legais, e especialmente si as mercadorias foram confididas.

§ 16. Visitar as embarcações entradas, logo que estiverem desembarcadas pela autoridade encarregada da policia sanitaria.

§ 17. Exigir, no acto da visita da entrada, dos Commandantes ou Mestres das embarcações, os manifestos e papeis que elles são obrigados a exhibir, aceitar as declarações que tiverem de fazer, e exigir a entrega das amostras e pequenos volumes de facil desaminho.

§ 18. Visitar a miudo as embarcações que entrarem, e dar busca nas que se acharem em franquia, em descarga ou em carga, sempre que julgar conveniente, ou houver suspeita de fraude ou contrabando.

§ 19. Obrigar as embarcações a tomarem o ancoradouro que lhes competir, ou a atracarem á ponte ou cães, para sua descarga.

§ 20. Acudir aos naufragios, afim de arrecadar e fazer conduzir para a Alfandega as mercadorias sujeitas a direitos, tendo em vista a legislação respectiva.

§ 21. Exigir das embarcações que entrarem a entrega das malas do Correio, por ellas conduzidas; e dos seus passageiros e pessoas da equipagem, a das cartas avulsas que trouxerem, para serem immediatamente remettidas á Repartição competente, ou entregues ao empregado respectivo, apprehendendo as que encontrar occultas.

§ 22. Proceder á visita de descarga, na fórmula estabelecida.

§ 23. Vigiar que seus subordinados se conservem em seus postos, applicados ao serviço de que forem incumbidos, e que d'elle se não distraiam.

§ 24. Servir de interprete, quando fôr necessario, por conveniencia do serviço da Repartição, ou outra causa.

§ 25. Observar e fazer observar os Regulamentos, Instrucções e Ordens relativos ao serviço a seu cargo. (Reg. de 1876, art. 126.)

#### *Dos Ajudantes do Guarda-mór*

Art. 116. Aos Ajudantes do Guarda-mór compete:

§ 1.º Substituir o Guarda-mór na forma do art. 76, §4º, do presente Regulamento.

§ 2.º Auxiliar-o em todos os trabalhos a seu cargo.

§ 3.º Desempenhar os serviços que o Guarda-mór lhes commetter. (Reg. de 1876, art. 127.)

#### *Dos Officiaes de Descarga*

Art. 117. Os Officiaes de Descarga têm por obrigação:

§ 1.º Assistir á descarga, embarque e conducção das mercadorias, nas horas marcadas pelo Regulamento, e de conformidade com as instrucções e ordens que lhes forem dadas pelo Inspector, ou pelo Chefe sob quem immediatamente servirem.

§ 2.º Tomar nota dos volumes, a cuja descarga assistirem, mencionando sua quantidade, especies, marcas, contramarcas e numeros, para organização das folhas respectivas logo que os mesmos volumes cheguem ás pontes, câos ou armazens.

§ 3.º Participar quaes os volumes que estiverem arrombados, com indicios de terem sido abertos, ou se acharem em máo estado, e de quaesquer occurrencias que puderem interessar á fiscalisação.

§ 4.º Responder pelas mercadorias que conduzirem.

§ 5.º Indemnizar as perdas que as Capatazias ou os cofres da Alfandega soffrerem, por falta de participação das avarias, ou ruina dos volumes e mercadorias, ou por quaesquer outras omissões nas conferencias da descarga.

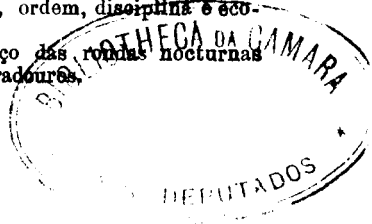
§ 6.º Desempenhar cumulativamente com os guardas, os serviços de que trata o § 3º do art. 16, e quaesquer outros que, na forma dos Regulamentos, lhes forem commettidos pelo Inspector. (Reg. de 1876, art. 128, e Decisões de 22 de Agosto e 9 de Setembro de 1882.)

#### *Dos Commandantes e Sargentos da força dos Guardas*

Art. 118. Compete ao Commandante da força dos Guardas:

§ 1.º Observar e fazer observar os Regulamentos fiscaes e as praticas do serviço militar sobre a escala, ordem, disciplina e economia da força de seu commando.

§ 2.º Auxiliar o Guarda-mór no serviço das rondas nocturnas e nas visitas aos registros, postos e ancoradouros.



§ 3.º Dar execução ás ordens que receber sobre o emprego da força de seu commando.

§ 4.º Fiscalisar o emprego e uso do material a seu cargo, e prover sobre a sua conservação e melhoramento.

§ 5.º Punir os seus subordinados na fórma estabelecida no art. 28.

§ 6.º Desempenhar todas as obrigações communs aos empregados das Alfandegas e compatíveis com o seu logar. (Reg. de 1876, art. 129.)

Art. 119. Ao 2º Commandante, na Alfandega do Rio de Janeiro, compete :

Substituir o 1º Commandante em suas faltas e impedimentos, auxiliar-o e ao Guarda-mór nos serviços a seu cargo, e cumprir as ordens que lhe forem dadas por seus superiores. (Reg. de 1876, art. 130.)

Art. 120. Aos Sargentos compete :

§ 1.º Cumprir as ordens que lhes forem transmittidas por seus Commandantes.

§ 2.º Desempenhar, quando commandarem qualquer força, tudo quanto, na fórma dos Regulamentos, fór da sua obrigação, pelo que toca á disciplina da mesma força e emprego desta nas diligencias, commandos de postos, registros e destacamentos; e em outra condição, os deveres que, na fórma das leis e estylos militares, são inherentes á sua praça. (Reg. de 1876, art. 131.)

#### *Do Porteiro e seu Ajudante*

Art. 121. Ao Porteiro compete:

§ 1.º Abrir, com o Administrador das Capatazias, as portas do edificio da Repartição meia hora antes de principiar o expediente, e fechá-las quando este findar.

§ 2.º Assistir na principal porta de entrada e sahida, e prestar toda attenção ás pessoas que por ella passarem, dando logo parte ao Inspector das que forem suspeitas.

§ 3.º Não deixar sahir pela mesma porta mercadorias que não estejam despachadas e conferidas, e nas circumstancias exigidas pelos Regulamentos.

§ 4.º Verificar, quando lhe competir, a identidade dos volumes despachados, para que possam ter sahida; communicando immediatamente ao Inspector o que souber ou verificar, para se providenciar na fórma da Lei.

§ 5.º Não fechar as portas sem que estejam recolhidos á Alfandega todos os volumes que se acharem fóra della, nas pontes e caes.

§ 6.º Cuidar do asseio da casa, e responder pelos moveis e utensilios della, os quaes receberá por inventario, assignando diste carga em livro proprio.

§ 7.º Comprar, conforme as ordens do Inspector, os objectos necessarios para o expediente, e serviço das Capatazias; legalizando as despesas com recibo, excepto as de importancia menor de 1\$,

que todavia ficarão dependentes da approvação do Chefe da Repartição.

§ 8.º Prover as mesas de trabalho de todos os objectos precisos para o expediente.

§ 9.º Distribuir o serviço aos Continuos, e inspecional-os, para que cumpram seus deveres, representando contra elles em caso de omissão ou desobediencia.

§ 10. Manter a ordem e o respeito entre as pessoas que se acharem nas portas, pateos e coxias, ou dentro da Repartição, e representar ao Inspector contra os que se portarem inconvenientemente.

§ 11. Cumprir as ordens e satisfazer as requisições, que receber sobre objectos do serviço a seu cargo.

§ 12. Ter sob sua guarda, fechada, a caixa onde as partes devem lançar os requerimentos, e dar destino aos papeis que nella achar.

§ 13. Prender as pessoas que forem encontradas dentro da Alfandega, ou nas portas commettendo algum delicto ou fraude, ou que, perseguidas pelo clamor publico, pretenderem entrar no edificio da Repartição; e bem assim as que andarem nella armadas, ou forem suspeitas de fraude, remetendo-as logo ao Inspector.

§ 14. Accumular as funcções de Administrador das Capatazias e de Fiel de armazem, nas Alfandegas em que os não houver. (Reg. de 1876, arts. 132, 19 § 2º, e 21.)

Art. 122. Nas Alfandegas em que não houver Conferentes, e fór muito limitado o numero de Escripturarios, o Porteiro, conforme a sua idoneidade, a juizo do Inspector, poderá servir, nas portas em que estiver collocado, de Conferente das mercadorias ou volumes despachados, das amostras e da bagagem dos passageiros. (Reg. de 1876, art. 133.)

Art. 123. Ao Ajudante do Porteiro incumbe:

§ 1.º Substituir o Porteiro em seus impedimentos e faltas repentinas, ou emquanto de outro modo o Inspector não providenciar.

§ 2.º Exercer, cumulativamente com o Porteiro e sob suas ordens, as funcções que a este competem. (Reg. de 1876, art. 134.)

### *Dos Continuos*

Art. 124. Os Continuos, além do serviço que lhes é proprio, devem:

§ 1.º Fazer as notificações, intimações e diligencias que lhes forem ordenadas pelo Porteiro, passando as certidões precisas, para o que terão fé publica, debaixo de juramento do seu cargo.

§ 2.º Executar as decisões do Inspector, e as ordens que lhes forem dadas.

§ 3.º Coadjuvar o Porteiro em seu serviço.

§ 4.º Substituir o Ajudante do Porteiro, nas Repartições onde houver este emprego.

§ 5.º Cumprir as ordens que lhes forem transmittidas directamente pelo Inspector, seu Ajudante e Chefes de Secção, ou por intermedio do Porteiro.

§ 6.º Levar a seu destino a correspondência que fôr dirigida às autoridades e pessoas residentes no logar da sede da Repartição.

§ 7.º Desempenhar as funções de agentes dos leilões da Repartição, todas as vezes que isso lhes fôr ordenado.

§ 8.º Comparecer meia hora antes da que fôr marcada para o começo dos trabalhos do dia, ou mais cedo, em casos extraordinários, quando o Porteiro o determinar. (Reg. de 1876, art. 135.)

*Das obrigações communs aos empregados das Alfandegas*

Art. 125. São communs a todos os empregados das Alfandegas as seguintes obrigações:

§ 1.º Zelar e promover os interesses da Fazenda Nacional na exacta arrecadação das rendas.

§ 2.º Representar ao seu Chefe immediato sobre todos os abusos e desvios de que tiverem noticia, ou às autoridades superiores, quando o mesmo Chefe não tome em consideração suas representações.

§ 3.º Tratar com urbanidade as partes, aviando-as com promptidão e sem dependencia ou predilecções odiosas.

A parte maltratada, ou que se julgar aggravada, ou preterida no seu direito, poderá queixar-se verbalmente ao Inspector, o qual, ouvindo o empregado arguido, o reconhecida a justiça da queixa, dará a devida satisfação, advertindo, reprehendendo, ou suspendendo o empregado, conforme o caso pedir. Quando, porém, a queixa fôr contra o Chefe da Repartição, as partes recorrerão por escripto, na Côte ao Ministro da Fazenda, e nas Provincias aos Inspectores das Thesourarias, para providenciarem como fôr de justiça.

§ 4.º Desempenhar com zelo e inteireza os trabalhos de que forem incumbidos.

§ 5.º Promover e servir de parte, com autorização do Inspector, em qualquer Juizo, nos processos de contrabando.

§ 6.º Expôr a seus Chefes todas as duvidas que offercerem os negocios, documentos e papeis a seu cargo, quaesquer vicios que nestes encontrarem, e os abusos contrarios á regularidade do serviço, de que tiverem conhecimento.

§ 7.º Guardar inviolavel segredo não só sobre todos os negocios reservados de que se tratar na Repartição, ainda quando não estejam delles incumbidos, como de tudo que nella constar sobre qualquer assumpto que por sua natureza o exigir, ou sobre quaesquer despachos, decisões ou providencias, enquanto não forem expedidos ou publicados, assim dentro como fóra da Repartição.

§ 8.º Comparecer na Repartição ás horas do expediente, e, extraordinariamente, quando convocados, e nella permanecer applicados ao trabalho que lhes fôr distribuido.

§ 9.º Apprehender quaesquer mercadorias ou embarcações encontradas em contravenção ás leis fiscaes. (Reg. de 1876, art. 136.)

Art. 126. É prohibido a todo o empregado: 1º, tirar ou levar consigo qualquer papel pertencente ao archivo, ou em exame nas

Secções ou mesas; 2º, entreter-se em conversação durante o expediente com outro empregado, com as partes ou pessoas estranhas, sobre negocio que não seja relativo ao mesmo expediente, ou ao trabalho de que estiver incumbido; 3º, altercar com as partes. (Reg. de 1876, art. 137.)

Art. 127. E' igualmente prohibido aos empregados das Alfandegas, sob pena de demissão, além de outras em que possam incorrer, na fórma da Legislação penal:

§ 1.º Receber emolumentos, braçagens, esportula de qualquer natureza, ou outro vencimento não autorizado.

§ 2.º Aceitar de despachante, ou pessoa que tenha negocio nas Alfandegas, dadia ou offerta de dinheiro, de objectos de valor ou que estejam sujeitos á fiscalisação.

§ 3.º Receber ou pedir por empréstimo dinheiro e quaesquer valores ás referidas pessoas ou despachantes.

§ 4.º Commercial em grosso ou a retalho, clandestinamente ou ás claras, por si ou por pessoa de sua familia, que lhes seja sujeita, ou empregar-se em serviço commercial.

§ 5.º Ter parte em sociedades commerciaes, excepto como accionista nas companhias ou sociedades anonymas ou socio commanditario nas sociedades em commandita. (Reg. de 1876, art. 138, e Decisões ns. 453 de 28 de Agosto de 1879 e 236 de 7 de Novembro de 1883.)

Art. 128. Nenhum empregado poderá:

1.º Averbar-se de suspeito nas questões que se suscitarem, salvo unicamente quando se tratar de negocio seu ou de seus consanguíneos ou affins até ao 2º grau.

2.º Ser procurador de partes em negocios que, directa ou indirecta, activa ou passivamente, pertençam ou digam respeito á Fazenda Nacional; sendo-lhe, porém, licito subestabelecer a procuração. Da prohibição da procuradoria exceptuam-se os negocios de interesse dos ascendentes ou descendentes, irmãos ou cunhados dos empregados, que não tenham de ser por estes despachados ou expedidos. (Reg. de 1876, art. 139, e Decisão n. 41 de 14 de Março de 1882.)

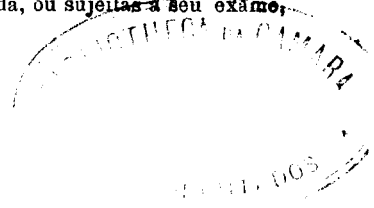
Art. 129. Todos os actos, papeis, calculos e quaesquer escriptos, feitos pelos empregados das Alfandegas, serão por elles assignados; ou rubricados, afim de se tornar effectiva a responsabilidade em que possam incorrer. (Reg. de 1876, art. 140.)

Art. 130. Os empregados das Alfandegas são responsaveis:

1.º Por todos os damnos ou prejuizos que directa ou indirectamente causarem á Fazenda Nacional, por fraude, incuria, deleixo, ignorancia ou culpa, ainda que leve seja;

2.º Pelos que, podendo prevenir, deixarem acontecer, e pelo descaaminho das rendas, para que concorrerem de qualquer modo, prestando serviços ou consentimento, ou deixando de participar á autoridade competente o que presenciarem, ou chegar ao seu conhecimento;

3.º Pelas faltas, damnos, avarias e quaesquer prejuizos que soffrerem as mercadorias sob sua guarda, ou sujeitas a seu exame.



provando-se que foram occasionaes por culpa ou negligencia sua, ou por causa que poderiam ter evitado ;

4.º Pela falta de fiel entrega, ou por não darem conta, no tempo e prazo devidos, dos valores e objectos a seu cargo, ou sob sua guarda ;

5.º Por qualquer erro de calculo ou redução contra a Fazenda Nacional ; ficando subrogados no direito desta contra a parte que recusar satisfazer o prejuizo resultante do erro. (Reg. de 1876, art. 141, e Decisões ns. 814 de 13 de Novembro de 1878, 206 de 15 de Abril de 1880 e 245 de 24 de Novembro de 1883.)

Art. 131. Os empregados das Alfandegas, qualquer que seja a sua classe, os officiaes e praças da força dos Guardas e Vigias, e os officiaes e pessoas da equipagem das embarcações, não podem ser distrahiridos do serviço por qualquer autoridade, sem permissão do respectivo Chefe, a quem se fará a requisição nos termos do Decreto n. 512 de 16 de Abril de 1877.

Paragrapho unico. Nesta disposição não se comprehendem os casos :

1.º De sorteio para servirem no Tribunal do Jury.

2.º De serviço da Guarda Nacional, quando necessario.

3.º De serviço gratuito a que sejam obrigados por lei ou acto do Governo. (Reg. de 1876, art. 142, e Decisões ns. 504 de 23 de Setembro de 1879 e 100 de 12 de Fevereiro de 1880.)

## TITULO II

### Das Mesas de rendas

Art. 132. Nos portos maritimos e nos fluviaes, que não tiverem Alfandegas, e onde as conveniencias do commercio ou da fiscalisação o exigirem, haverá Mesas de rendas, ou Agencias destas, conforme a situação e a importancia commercial do logar ; podendo o Governo creal-as, suppriril-as, transferil-as, ampliar ou restringir suas attribuições, como convier aos interesses da fiscalisação. (Decreto n. 8912 de 24 de Março de 1883, art. 1.º)

Art. 133. As Mesas de rendas existentes serão consideradas de 1.ª, 2.ª e 3.ª ordem, conforme a Tabella 1D, e a porcentagem aos Administradores e Escrivães será lotada segundo a mesma Tabella, que servirá tambem de base para o pagamento do sello das respectivas nomeações. (Decreto n. 8812, citado, art. 2.º)

Art. 134. A's Mesas de rendas compete em geral :

1.º O lançamento e cobrança dos impostos directos e mais contribuições, que são arrecadados pelas Recebedorias e Collectorias, em municipios, cidades ou villas em que as ditas Mesas de rendas foram estabelecidas, segundo a circumscripção territorial fixada pelo Thesouro ou pelas Thesourarias de Fazenda ;

2.º O despacho de cabotagem, isto é, de importação e exportação de generos de produção e manufactura nacional, e dos estrangeiros



que já tenham pigo direitos de consumo, e navegarem de uns para outros portos do Imperio. (Decreto n. 8912, art. 3.º)

Art. 135. As Mesas de rendas situadas nas fronteiras, ou perto dellas, as que se acharem proximas ás colonias fundadas no Imperio, e distantes de Alfandegas, ou em logares onde haja ou convenha desenvolver o commercio directo com os portos estrangeiros, ficam habilitadas para fazer tambem os seguintes despachos, mediante as cautelas fiscaes que o Governo julgar necessarias:

1.º De transitio, a saber: das mercadorias de producção e manufactura dos Estados limitrophes, que entrarem pelas fronteiras terrestres do Imperio, ou pelos rios que o communicam com os mesmos Estados, e de quaesquer mercadorias estrangeiras que tenham sido despachadas por transitio em alguma das Alfandegas do Imperio, tudo na conformidade dos Regulamentos, Tratados e Convenções em vigor;

2.º De exportação dos generos de producção e manufactura nacional para fóra do Imperio, organizando as pautas semanaes de accordo com a Alfandega que lhes ficar mais proxima, sempre que fór possivel;

3.º De reexportação e retorno para outros portos ou logares, onde houver Alfandega ou Mesa de rendas, de mercadorias estrangeiras para o despacho das quaes estiverem expressamente autorizadas, mediante as cautelas e restricções que o Governo estabelecer;

4.º Dos navios que trouxerem colonos, suas bagagens, utensilios de uso domestico, instrumentos de seus officios, sementes e animais destinados á lavoura e trabalho das colonias, mantimentos para seu sustento e mais objectos necessarios á fundação das mesmas colonias;

5.º Dos navios que vierem carregados de sal, carvão de qualquer especie, bem como das machinas, instrumentos e mais generos isentos de direitos de consumo pela Tarifa ou por Ordens do Thesouro;

6.º De importação de carnes de qualquer qualidade, verde ou fr-sea por frigorificação ou outro processo, secca (xarque), em salmoura ou fumada, herva mate e mais generos de producção e manufactura dos Estados limitrophes que forem importados pelas fronteiras terrestres do Imperio, ou pelos rios que o communicam com aquelles Estados, observando-se as disposições que vigorarem a respeito deste commercio;

7.º De importação de generos alimenticios, dos que puderem ser considerados materia prima para fabricas, e dos que tiverem uma só taxa na Tarifa, e portanto não dependerem de qualificação nas Alfandegas, os quaes vão enumerados na Tabella F, annexa a este Regulamento. (Decreto n. 8912, art. 4º, e Decisão n. 175 de 21 de Julho de 1883.)

Art. 136. Serão consideradas:

De 1ª ordem as Mesas de rendas que tiverem as attribuições conferidas nos arts. 134 e 135.

De 2ª ordem as que tiverem as attribuições conferidas no art. 134 e além disso forem habilitadas, sómente para os despachos de exportação, na forma do n. 2 do art. 135.

De 3ª ordem as que tiverem apenas as incumbencias do art. 134. (Decreto n. 8912, art. 5.º)

Art. 137. As Mesas de rendas são immediatamente subordinadas ao Thesouro Nacional ou ás Thesourarias da Fazenda, segundo os logares em que se acharem collocadas, enquanto o Governo não julgar necessario lançar mão da providencia de que trata o art. 2.º n. 3 deste Regulamento. (Decreto n. 8912, art. 6.º)

Art. 138. O serviço a cargo das Mesas de rendas será desempenhado por um Administrador, como Chefe da estação, o qual accumulará as funções de Thesoureiro, e um Escrivão; podendo estes logares ser servidos por empregados effectivos, ou de Fazenda, em comissão, como fór mais conveniente á fiscalisação.

§ 1.º O Administrador e o Escrivão terão tantos Agentes e Ajudantes quantos forem necessarios para o expediente a seu cargo, e para reprimirem o contrabando nos portos sujeitos á sua jurisdicção, fóra da séda da Mesa de rendas.

§ 2.º Os Agentes do Administrador e os Ajudantes do Escrivão servirão sob responsabilidade desses empregados. (Decreto n. 8912, art. 7.º)

Art. 139. Aos empregados de Fazenda que servirem em commissão nas Mesas de rendas é applicavel a disposição do art. 70 § 1.º deste Regulamento. (Decreto n. 8912, art. 8.º)

Art. 140. Os Agentes e os Ajudantes, quando não forem empregados de Fazenda que estejam servindo em commissão, serão pagos pelo Administrador ou Escrivão que os nomearem. (Decreto n. 8912, art. 9.º)

Art. 141. Nas Mesas de rendas de 1ª e 2ª ordem, cujo expediente fór avultado, haverá o numero de Guardas marcado na Tabella E, para auxiliarem a fiscalisação externa, precedendo autorização da competente Repartição superior, os quaes perceberão os vencimentos marcados na mesma Tabella, assim como o numero de vigias, para coadjuvarem o serviço quando se tornarem precisos, sob proposta dos Inspectores das Thesourarias, sujeita á approvação do Ministro da Fazenda. (Decreto n. 8912, art. 10.)

Art. 142. Os Administradores e Escrivões das Mesas de rendas, não sendo considerados empregados publicos, não têm direito a ajudas de custo, quando removidos, e nem á aposentadoria.

Paragrapho unico. Aos Guardas das ditas estações, porém, é applicavel o disposto no art. 82 deste Regulamento. (Decisões de 21 de Janeiro de 1876, ns. 128 de 6 de Setembro de 1880, 263 de 30 de Maio de 1881 e 163 de 10 de Julho de 1883.)

Art. 143. As Mesas de rendas e seus empregados, no exercicio de suas funções e nos limites das attribuições que lhes competem, têm a mesma autoridade, obrigações e responsabilidade das Alfandegas e seus empregados

No serviço a cargo dessas Repartições e no regimen fiscal dos rios, mares, lagões e aguas interiores do Imperio, observarão as disposições da legislação vigente que lhes disser respeito; e bem assim as dos regulamentos e ordens que vigorarem nas Alfandegas, Recebedorias e Collectorias, em tudo quanto lhes fór applicavel. (Decreto n. 8912, arts. 11 e 12.)

Art. 144. As Mesas de rendas de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> ordem, quando a fiscalização o exigir, poderão ter um ou mais escaleres e barcas ou postos de vigia, com o pessoal preciso, conforme o movimento do porto ou a necessidade destes auxiliares, precedendo autorização do Thesouro.

Parapho unico Quando não baste para o serviço destas estações o pessoal que lhes fôr fixado, o respectivo Administrador representará ao Thesouro, na Provincia do Rio de Janeiro, e ás Thesourarias de Fazenda, nas outras Provincias, para providenciarem como convier. (Decreto n. 8912, art. 13.)

Art. 145. Compete ao Administrador, como Chefe da Mesa de rendas, a direcção, inspecção e fiscalização do serviço e o conhecimento e decisão dos negocios que por ella correrem; e ao Escrivão, os trabalhos de escripturação e contabilidade, sendo-lhes applicaveis as penas que os regulamentos fiscaes têm estabelecido, para punição das faltas dos responsaveis da Fazenda Nacional. (Decreto n. 8912, art. 14.)

Art. 146. A Mesa de rendas de Antonina, na Provincia do Paraná, e a de S. José do Norte, na de S. Pedro do Rio Grande do Sul, são consideradas estações dependentes, aquella da Alfandega de Paranaguá e esta da do Rio Grande, emquanto convier aos interesses da fiscalização das rendas a seu cargo, sendo seus empregados immediatamente subordinados aos respectivos Inspectores das mesmas Alfandegas. (Decretos ns. 7063 de 31 de Outubro de 1878, art. 1.<sup>o</sup>, e 8912, art. 15, e Decisão n. 88 de 23 de Abril de 1884.)

Art. 147. Os logares de Administrador e Escrivão da Mesa de rendas de Antonina devem ser preenchidos por empregados da Alfandega de Paranaguá, escolhidos por seu Inspector, com approvação da Thesouraria de Fazenda, os quaes perceberão, além do vencimento do emprego que tiverem, o Administrador a gratificação mensal de 100\$ e o Escrivão a de 50\$: sendo semestralmente substituidos nessa commissão, para a qual serão preferidos os que tiverem mais pratica do serviço e com especialidade de de Conferente, e abonando-se-lhes a quantia precisa para seus transportes.

Parapho unico. O Administrador e o Escrivão, que serviam nesta Mesa de rendas, ao tempo da promulgação do Decreto n. 7063 de 1878, continuarão como addidos á Alfandega de Paranaguá, revendo no serviço com os demais empregados, e percebendo os vencimentos que lhes foram marcados. (Decreto n. 7063 de 31 de Outubro de 1878, arts. 6.<sup>o</sup> e 12, Decisões n. 85 de 18 de Fevereiro de 1879, e de 31 de Janeiro de 1883, á Thesouraria do Paraná.)

Art. 148. Na Mesa de rendas de Antonina, cujo porto é habilitado para o commercio directo por embarcações nacionaes e estrangeiras, serão processados os despachos de mercadorias estrangeiras sujeitas a direitos de consumo, sendo-lhe porém vedados os despachos de baldeação e reexportação para outros portos da mesma ou differente provincia. (Decreto n. 7063 de 31 de Outubro de 1878, arts. 2.<sup>o</sup> e 9.<sup>o</sup>)

Art. 149. A escripturação das referidas Mesas de rendas, na parte relativa aos despachos de exportação e de consumo e outros

serviços próprios das Alfandegas e Mesas de rendas, será feita em livros especiaes, que depois de encerrados no fim de cada semestre serão remettidos ás Alfandegas de Paranaguá e do Rio Grande com os despachos, manifestos, guias, documentos de receita e despeza, balanços e mais papeis, para alli se proceder ao competente exame sobre sua moralidade e exactidão antes de serem pelas ditas Alfandegas enviados ás Thesourarias do Fazenda, para que estas procedam em tempo á tomada de contas dos responsaveis pela arrecadação.

Paragrapho unico. A arrecadação feita pela Mesa de rendas de Antonina será reunida á da Alfandega de Paranaguá para, sobre o total, ser calculada a porcentagem que competir aos empregados, na fórma das Tabellas **A** e **B** annexas a este Regulamento. (Decretos ns. 7063 de 1878, arts. 3º e 5º, e 8912, art. 16.)

Art. 150. Os Inspectores das Alfandegas de Paranaguá e do Rio Grande, além das attribuições que lhes competem, na fórma do art. 94 deste Regulamento e mais legislação em vigor, inspecionarão a miúdo por si ou por empregado de sua confiança, as referidas Mesas de Rendas, designando, sempre que entenderem conveniente, um ou mais empregados para coadjuvar o trabalho.

Para a classificação e qualificação das mercadorias postas a despacho de consumo na Mesa de rendas de S. José do Norte, serão designados empregados da Alfandega do Rio Grande, pelo seu respectivo Inspector, sempre que elle julgar necessario. (Decretos ns. 7063 de 31 de Outubro de 1878, paragrapho unico do art. 6º e art. 7º, e 8912, art. 17.)

Art. 151. As decisões que profirirem os Administradores das Mesas de rendas de Antonina e S. José do Norte, nas duvidas e questões suscitadas sobre materia especial ás Alfandegas, ficarão dependentes da approvação dos Inspectores das Alfandegas de Paranaguá e do Rio Grande; cabendo sómente das que forem dadas por estes Inspectores os recursos estabelecidos na legislação em vigor para o Thesouro e Thesourarias de Fazenda.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os processos administrativos de contrabando ou apprehensão feita nos limites da jurisdicção das referidas Mesas de rendas, os quaes serão nellas preparados até a decisão final, exclusive, ficando esta competindo aos Inspectores daquellas Alfandegas com recurso á alçada superior. (Decretos ns. 7063 de 31 de Outubro de 1878, art. 8º, e 8912, art. 18.)

Art. 152. As mercadorias descarregadas para os depositos a cargo da Mesa de rendas de S. José do Norte poderão ser ahi despachadas ou removidas para a Alfandega do Rio Grande, si assim convier ao dono ou consignatario, mediante autorização do Inspector da mesma Alfandega; procedendo-se semelhantemente a respeito das mercadorias ou generos destinados á exportação. (Decreto n. 8912, art. 30.)

Art. 153. Para os logares das Mesas de rendas serão preferidos, sempre que fór possível, os individuos com a idoneidade precisa para bem exercel-os, e que tiverem pratica do serviço das Alfandegas e conhecimento da legislação respectiva. (Decreto n. 8912, art. 31.)

Art. 154. Serão nomeados:

Os Administradores e os Escrivães pelo Ministro da Fazenda, na Provincia do Rio de Janeiro; e pelos Presidentes, sobre proposta das Thesourarias de Fazenda, nas outras Provincias, os das Mesas de rendas de 1ª e 2ª ordem, salvo o disposto no art. 147, e pelos Inspectores das mesmas Thesourarias os das Mesas de rendas de 3ª ordem.

Os Agentes do Administrador, nos portos sujeitos á sua jurisdicção, os Guardas, os Patrões e marinheiros dos escaleres e os Vigias, pelo mesmo Administrador; ficando as nomeações dos Agentes do Administrador dependentes da approvação do Ministro da Fazenda, na Provincia do Rio de Janeiro, e dos Inspectores das Thesourarias de Fazenda, nas outras Provincias.

Os Ajudantes do Escrivão, por este empregado, com approvação daquellas autoridades. (Decreto n. 8912, art. 32.)

Art. 155. O Administrador e o Escrivão, quando licenciados ou ausentes temporariamente por motivo justificavel, serão substituidos por seus Agentes e Ajudantes, na ordem em que os propuzerem, tendo mais de um; quando, porém, se derem as hypothèses de abandono do emprego, morte, demissão ou suspensão do Administrador, é o Escrivão seu legitimo substituto; e quando se realizarem as mesmas hypothèses com referencia ao Escrivão, o Administrador nomeará desde logo pessoa habilitada para exercer o logar interinamente, submettendo o seu acto á approvação da Repartição superior, até que seja definitivamente provido o mesmo logar. (Decreto n. 8912, art. 33.)

Art. 156. O Administrador e o Escrivão, antes de entrar em exercicio, prestarão fiança idonea, para o que lhes fica marcado o prazo de 60 dias, contados da data da nomeação, na conformidade da Decisão n. 922 de 26 de Dezembro de 1878, devendo-se no respectivo termo fazer expressa declaração de que os fiadores se obrigam tambem pelos actos dos Agentes e Ajudantes. (Decreto n. 8912, art. 34.)

Art. 157. A percentagem será deduzida do total da arrecadação liquida, comprehendido o producto da venda das estampilhas, excluidas as verbas de que trata o art. 63, e na conformidade da Tabella D, a qual será revista, sempre que fór necessario, nos termos do art. 60 deste Regulamento. (Decreto n. 8912, art. 35.)

Art. 158. Os Administradores das Mesas de rendas terão pelo encargo de promover as execuções para a cobrança da divida activa 1 % das sommas arrecadadas, percebendo tambem 2/3 %, pela guarda e remessa das referidas sommas, e os Escrivães 1/3 % pela escripturação.

Pela remessa de quantias iguaes ou superiores a 8:000\$, pertencentes ao empréstimo do cofre dos orphãos, effectuada antes dos prazos marcados para a entrega da renda, continuará a ser deduzida para o Administrador a commissão de 1 %, e pela escripturação e remessa dos dinheiros de bens de defuntos e ausentes será distribuida a mesma taxa na razão de dous terços para o Administrador e um terço para o Escrivão.

Pela escripturação e remessa da renda do Correio Geral recolhida

às Mesas de rendas continuar-se-ha a abonar a comissão de 2 %, competindo aos Administradores tres quintos e aos Escrivães dons quintos. (Decreto n. 8912, art. 36, e Circular de 4 de Junho de 1834, às Thesourarias.)

Art. 159. A despesa do expediente, inclusive o aluguel das casas onde funcionarem as Mesas de rendas, si não forem proprios nacionaes, para esse fim cedidos pelo Ministerio da Fazenda, correrá por conta dos Administradores e Escrivães, salvo quando taes cargos forem desempenhados por empregados de Fazenda, que tenham optado pelo vencimento de seus proprios logares, como faculta o art. 159 deste Regulamento.

Os salarios da tripolação dos escaleres e vigias serão fixados previamente pela Repartição superior competente, e pigos por conta dos cofres publicos.

Paragrapho unico. Si a estação não tiver receita sufficiente para estas despesas, e convier conserval-a a bem da fiscalisação, o Governo as mandará pagar pela verba competente, arbitrando nesse caso um vencimento aos empregados, sobre proposta das Thesourarias de Fazenda. (Reg. de 1876, art. 165 paragrapho unico, e Decreto n. 8912, art. 37.)

Art. 160. A alçada das Mesas de rendas é de 300\$ para as de 1.<sup>a</sup> ordem, de 200\$ para as de 2.<sup>a</sup> e de 100\$ para as de 3.<sup>a</sup>

Das decisões dos Administradores haverá recurso para a Repartição superior em todos os casos, e pela forma em que é permissito nas Alfandegas e Recebedorias. (Decreto n. 8912, art. 39.)

## TITULO III

### Dos Despachantes e seus Ajudantes

Art. 161. Nas Alfandegas e Mesas de rendas só poderão agenciari negocios por conta de outrem:

§ 1.<sup>o</sup> Os Corretores de navios, legitimamente provisionados, no que fôr concorrente ao desembarço e despacho das embarcações e às funções marcadas pelo art. 28, §§ 1.<sup>o</sup> e 5.<sup>o</sup>, do Regulamento n. 806 de 26 de Julho de 1851.

§ 2.<sup>o</sup> Os caixeiros de casas commerciaes, nomeados na forma do art. 74 doCodigo do Commercio; contanto que tenham registrado o titulo de sua nomeação, sejam afiançados pela casa commercial a que pertencerem, e se circumscrevam aos negocios especiaes da mesma casa, mencionados no termo da fiança e seu titulo.

§ 3.<sup>o</sup> Os Despachantes providos e afiançados, na forma do presente Regulamento, qualquer que seja a natureza do negocio.

§ 4.<sup>o</sup> Os Ajudantes dos Despachantes, devidamente afiançados por estes, em todo o qual fôr serviço para que forem especialmente autorizados no termo da fiança, excepto assignatura de notas, recibos ou quitações. (Reg. de 1876, art. 169, e Decisões ns. 312 de 2 de Junho de 1876, 72 de 28 de Fevereiro e 156 de 27 de Abril de 1877.)

Art. 162. Niguem poderá ser nomeado Despachante sem que prove:

- 1.º Ser cidadão brasileiro.
- 2.º Ter mais de 21 annos de idade.
- 3.º Estar livre de pena e culpa.
- 4.º Ter fiador idoneo.

5.º Não estar comprehendido em algum dos casos do art. 165, e nem haver incompatibilidade que o impossibilite de exercer o cargo na fórma da Legislação em vigor. (Reg. de 1876, art. 170, e Decisões ns. 358 de 25 de Julho de 1881 e 33 de 4 de Fevereiro de 1884.)

Art. 163. Os Despachantes e seus Ajudantes serão nomeados pelos Chefes das Repartições em que servirem, os quaes são tambem competentes para demittir-os. (Reg. de 1876, art. 171.)

Art. 164. O numero dos Despachantes será fixado pelo Ministro da Fazenda, sobre proposta dos respectivos Inspectores ou Administradores, tendo em vista a importancia e as necessidades do expediente de cada Repartição. (Reg. de 1876, art. 172, e Decisões ns. 71 de 12 de Fevereiro de 1879, 15 de 13 de Janeiro de 1880 e 77 de 19 de Maio de 1882.)

Art. 165. Não serão admittidos a agenciar negocios nas Alfandegas e Mesas de rendas, sob qualquer pretexto, ainda a titulo de caixeiro de casa commercial:

§ 1.º Os fallidos, cuja fallencia tiver sido qualificada de fraudulenta.

§ 2.º Os que, em qualquer tempo, tiverem sido convencidos em crime de contrabando, roubo, furto, estellionato ou moeda falsa.

§ 3.º Os que por fraude tiverem sido despedidos da Alfandega ou Mesa de rendas, ou a quem fôr prohibida a entrada nos respectivos edificios, durante o tempo da interdicção. (Reg. de 1876, art. 173.)

Art. 166. O titulo de Ajudante de Despachante será conferido a requerimento do Despachante, provando este que o individuo, cuja nomeação solicita, é cidadão brasileiro, está livre de pena e culpa, e não se acha incurso na prohibição do artigo antecedente.

Paragrapho unico. Cada Despachante não poderá ter mais de dous ajudantes. (Reg. de 1876, art. 174.)

Art. 167. O titulo de caixeiro despachante será conferido a requerimento da casa commercial que o solicitar, independentemente de quaesquer outras formalidades ou condições, que não sejam as prescriptas nos arts. 161 § 2º, 162 n. 3, e 165. (Reg. de 1876, art. 175.)

Art. 168. Os fiadores dos Despachantes, nos termos que assignarem nas Alfandegas e Mesas de rendas, se obrigarão a responder tambem pelos actos que os Ajudantes daquelles praticarem no exercicio de suas funcções, em virtude da autorização conferida na fórma do art. 161, § 4.º

Paragrapho unico. O titulo de Ajudante de Despachante não será concedido pelo Chefe da Repartição, sem que o fiador do Despachante assigne tambem o requerimento de que trata o art. 166. (Reg. de 1876, art. 176.)

Art. 169. As fianças a que se referem os artigos antecedentes

serão prestadas perante o Inspector da Alfandega, ou Administrador da Mesa de rendas, em livro proprio, e renovadas anualmente.

Nos termos se obrigarão os amos ou fiadores a responder pelos actos de seus caixeiros ou afiançados, praticados no exercicio de suas funcções, ou dentro da Alfandega, Mesa de rendas, ou logares sujeitos á sua fiscalisação, e por quaesquer prejuizos ou damnos por elles causados á Fazenda Nacional ou a terceiro; sujeitando-se tambem a todas as disposições das Loes fiscaes relativas ás fianças.

Na ausencia dos fiadores, a renovação das fianças depende de poderes especiaes. (Reg. de 1876, art. 177.)

Art. 170. Os Despachantes terão escripturação regular e limpa dos negocios a seu cargo, em livros sellados e proprios, que serão abertos e rubricados pelo empregado que o Inspector ou Administrador designar, os quaes serão apresentados de seis em seis mezes, ou quando o Chefe da Repartição exigir, para os exames necessarios.

Paragrapho unico. Na escripturação, de que trata este artigo, os Despachantes mencionarão as marcas, numeros e quantidade dos volumes, que despacharem, o objecto despachado, nome e procedencia do navio, data de sua entrada, numero, mez e anno do despacho, e a importancia dos direitos pagos, abrindo para cada casa commercial conta especial, sem confundir os despachos, segundo o modelo que lhes fôr dado pela Repartição. (Reg. de 1876, art. 178.)

Art. 171. Os Inspectores e Administradores designarão um logar apropriado para a reunião e trabalho dos Despachantes, no edificio da Repartição, e providenciarão sobre a respectiva policia; sendo fornecido pelos mesmos Despachantes os moveis e mais objectos necessarios á sua accomodação e trabalho. (Reg. de 1876, art. 179.)

Art. 172. Aos Despachantes, caixeiros despachantes e Ajudantes daquelles poderão os Inspectores e Administradores suspender temporariamente do exercicio de suas funcções; ou cassar definitivamente o titulo, e prohibir a entrada na Repartição, nos casos de fraude ou quando fôr conveniente á ordem e policia da mesma Repartição.

Paragrapho unico. As penas deste artigo serão applicadas aos Despachantes que deixarem de apresentar seus livros nos termos do art. 170, ou que os apresentarem irregulares ou viciados, sem prejuizo de qualquer outro procedimento que no caso couber. (Reg. de 1876, art. 180.)

Art. 173. As pessoas que se apresentarem a despachar ou a agenciar nas Alfandegas ou Mesas de rendas negocios alheios, sem titulo ou licença concedida na fórma deste Regulamento, pagarão, pela primeira vez, de multa uma quantia equivalente á metade dos direitos do titulo de Despachante; pela segunda, o dobro dos mesmos direitos; pela terceira, o triplo, e assim progressivamente, podendo ser-lhes vedada a entrada na Repartição e logares sujeitos á sua fiscalisação.



Nas mesmas penas incorrerão os caixeiros despachantes e Ajudantes dos Despachantes que ultrapassarem suas attribuições. (Reg. de 1876, art. 181.)

Art. 174. Os caixeiros despachantes ou Ajudantes dos Despachantes, que, para ilharem as disposições dos artigos antecedentes, se apresentarem munidos de conhecimentos de carga, que lhes tenha sido transferida, verificada sua má fé, serão multados na forma do artigo anterior. (Reg. de 1876, art. 182.)

Art. 175. No caso de verificar-se que um Ajudante de Despachante, com assignatura e autorização do Despachante, agencia por sua conta e responsabilidade negocios de outrem, lhe será imposta a mesma multa, e outra igual ao Despachante que houver dado seu assentimento ou autorização. (Reg. de 1876, art. 183.)

Art. 176. O Despachante, Ajudante ou caixeiro, a quem se cassar o titulo, ou fôr prohibida a entrada em qualquer Alfandega ou Mesa de rendas, não poderá agenciar negocios, nem entrar em outra Alfandega ou Mesa de rendas; devendo o Chefe da Repartição, que tiver applicado a pena, fazer para esse fim as precisas communicações a quem convier. (Reg. de 1876, art. 181.)

## TITULO IV

**Das Leis que regulam o serviço e negocios que correm pelas Alfandegas e Mesas de rendas, sua publicação e execução.**

Art. 177. No regimen e serviço das Alfandegas e Mesas de rendas do Imperio observar-se-hão as disposições do presente Regulamento; e no que fôr relativo ás Alfandegas e mais estações das fronteiras, e ao regimen fiscal dos rios, mares, lagóas e aguas interiores do Imperio, os Regulamentos especiaes expedidos pelo Governo, os quaes poderão ser reformados, ou alterados sempre que a experiencia o aconselhar. (Reg. de 1860, art. 164.)

Art. 178. A percepção dos direitos, ou impostos, a cargo das Alfandegas e Mesas de rendas, se regulará pela Tarifa e mais Regulamentos em vigor, na parte em que não forem alterados pelas Leis annuas do Orçamento. (Reg. de 1860, art. 165.)

Art. 179. A Tarifa das Alfandegas só poderá ser alterada em alguma de suas partes por Lei, ou em virtude de autorização legislativa; mas será revista sempre que se tenha:

§ 1.º De addicionar os artigos, ou mercadorias: 1º, que forem assemelhados; 2º, os omissos, ou novos que tiverem valor mais ou menos fixo; 3º, os sujeitos a direitos *ad valorem*, que pelo decurso do tempo se acharem nas circumstancias mencionadas no numero antece lente.

§ 2.º De alterar as taras legais, si a necessidade da sua reforma fôr indicada pela experiencia.

§ 3.º As addições, e alterações de que tratam os paragraphos antecedentes serão reunidas, e publicadas em supplementos á Tarifa.

§ 4.º As alterações parciaes da Tarifa comprehenderão unicamente artigos especiaes, conforme sua numeração; não devendo-se jámais entender que interessem, ou regulem outro qualquer que expressamente não tiver sido mencionalo. (Reg. de 1860, art. 106.)

Art. 180. Na applicação da Tarifa e na cobrança dos direitos proceder-se-ha de accôrdo com o art. 462. (Reg. de 1860, art. 168, e Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1831, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 11.)

Art. 181. As Leis e Regulamentos relativos ás Alfandegas e Mesas de rendas o as alterações da Tarifa, das Tabellas dos preços de armazenagem, das taras o de quaesquer impostos principiarão a vigorar nos prazos marcados pelo Governo, salvo quando trouxerem fixado o tempo de sua execução; devendo as Repartições préviamente annunciar nas folhas de maior circulação, ou por editaes nos logares em que as não houver.

§ 1.º As mercadorias descarregadas ou existentes em quaesquer armazens, ou depositos, estão sujeitas ao pagamento dos direitos que vigorarem ao tempo em que forem postas em despacho; considerando-se taes desde que fôr distribuída a respectiva nota pelo Inspector da Alfandega, ou Administrador da Mesa de rendas.

§ 2.º As que estiverem em despacho no momento da execução do qualquer Lei ou Regulamento estão sujeitas aos direitos que se cobravam na data em que tiver principialo o processo do mesmo despacho pela distribuição da respectiva nota. (Reg. de 1860, arts. 169 e 782, Imperiaes Resoluções de Consulta de 4 de Dezembro de 1875 e 22 de Dezembro de 1883, e Decisões ns. 169 de 23 de Abril de 1862, 19 de 14 de Janeiro de 1863, 134 de 24 de Maio de 1864, 401 de 14 de Novembro de 1867, 551 de 25 de Novembro de 1869, 400 (do Ministerio da Justiça) de 31 de Outubro de 1873, 84 de 17 de Fevereiro de 1875, 465 de 12 de Novembro de 1877, 61 e 63 de 15 e 17 de Março de 1883 e 171 de 19 de Setembro de 1884.)

Art. 182. Nos casos de modificações de taxas, taras ou armazenagem as horas do expediente serão prorogadas, sempre que a affluencia do serviço o exigir, e o trabalho proseguirá sem interrupção todos os dias, ainda que santos ou feriados sejam, para se receberem o se distribuirem as notas de despacho, desde a data da publicação até o dia da execução das referidas alterações.

Paragrapho unico. Não serão aceitas reclamações ou declarações anticipadas dos donos, ou consignatarios, a respeito de mercadorias que não possam ser postas logo em despacho, para o fim de que trata o presente artigo. (Reg. de 1860, art. 170.)

Art. 183. As disposições dos arts. 181 e 182 são applicaveis ás mercadorias depositadas nos entrepostos, ficando sujeitas aos direitos da Tarifa em vigor ao tempo em que se effectuar o despacho de consumo, ou a venda em leilão, nos casos em que esta deva ter lugar. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 10, e Decisões ns. 87 e 262, de 14 de Abril e 12 de Dezembro de 1883.)

Art. 184. Todas as Leis, Regulamentos, Instrucções, Ordens e Decisões relativas ao serviço e regimen fiscal das Alfandegas e Mesas de rendas serão logo publicadas e communicadas ás Repartições fiscaes, e anualmente colleccionadas para ser distribuidas pelas mesmas estações. (Reg. de 1860, art. 171.)

Art. 185. Nas disposições do presente Regulamento, relativas á organização e serviço das Alfandegas, serão unicamente consideradas materias legislativas as que são especiaes:

1.º A taxa dos direitos de consumo, e exportação; de expediente, e outros impostos internos, e aos preços de armazenagem.

2.º Aos quaíros dos empregados, suas nomeações, accessos, vencimentos, aposentadorias e penas.

Todas as outras disposições poderão ser alteradas por Decreto. (Reg. de 1860, art. 172.)

Art. 186. A leitura e consulta da Legislação das Alfandegas e das Mesas de rendas será franqueada nas Repartições competentes a todos os Capitães ou Mestres de navios, seus consignatarios, ou donos das mercadorias, quando o exigirem. (Reg. de 1860, art. 173.)

## TITULO V

**Do regimen economico, o pollicia interna das Alfandegas e Mesas de rendas, e seus armazens, e dos entrepostos, depositos, e trapiches alfandegados.**

### CAPITULO I

#### **DO EDIFICIO E ARMAZENS INTERNOS DAS ALFANDEGAS, E DAS MESAS DE RENDAS**

Art. 187. As Alfandegas e as Mesas de rendas devem ser collocadas em logares de desembarque os mais proximos do centro do commercio, em edificios independentes e seguros, e sem contacto com qualquer outro particular, ou communicação para fóra, senão pelas portas e pontes, os quaes terão as salas e accommodações convenientes para os trabalhos do expediente, e os armazens e depositos internos que forem necessarios, bem como as pontes, dócas, guindastes, machinismos, trilhos de ferro e vehiculos, indispensaveis para que se façam a descarga e embarque das mercadorias, sua conducção, arrumação ou acondicionamento, e beneficios que necessitarem, com segurança e promptidão. (Reg. de 1860, art. 174.)

Art. 188. Os armazens internos serão construidos de modo que sejam claros e arejados, e cada um delles possa conter um numero tal de volumes, que baste um só Fiel para o seu expediente. (Reg. de 1860, art. 175.)

Art. 189. Cada uma das portas externas da Alfandega terá duas chaves desencontradas, uma das quaes ficará a cargo do Administrador das Capatazias, ou do respectivo arrematante, e a outra a cargo do Porteiro. As portas dos armazens terão igualmente duas chaves desencontradas, das quaes uma pertencerá ao referido Administrador, e a outra ao respectivo Fiel, que a depositará em mão do Porteiro na hora da saída e encerramento dos trabalhos, depois de fechado o seu armazem. (Reg. de 1860, art. 176.)

Art. 190. Acabado o expediente do dia, e fechadas as portas, não se abrirão estas senão no dia seguinte, na hora competente, salvo ordem, ou em presença do respectivo Chefe da Repartição, ou de quem suas vezes fizer; mas nos casos extraordinarios de incendio, inundação, desmoronamento ou roubo, si a autoridade policial competente julgar necessaria a sua abertura, não comparecendo logo o referido Chefe, o Administrador das Capatazias, ou o Porteiro, mandará pratical-a pelo modo que fôr mais conveniente, tomando primeiro as cautelas e medidas que forem necessarias para segurança das mercadorias e valores depositados. (Reg. de 1860, art. 177.)

## CAPITULO II

DO REGIMEN ECONOMICO E POLICIA INTERNA DAS ALFANDEGAS, MESAS DE RENDAS, E ESTAÇÕES QUE LHE SÃO DEPENDENTES.

### SECÇÃO I

#### *Das Capatazias*

Art. 191. O serviço das Capatazias será feito por administração, ou por arrematação. No primeiro caso, ficará a cargo de um Administrador e seus Ajudantes, onde os houver, dos Fieis de armazem e operarios que forem precisos para bem desempenhal-o.

Este serviço consistirá:

1.º Na descarga, recebimento, condução, segurança, deposito, fiel guarda, acondicionamento, beneficio, aproveitamento e entrega de todas as mercadorias e valores a cargo da Alfandega, ou da Mesa de rendas.

2.º Em todo o serviço e trabalho braçal que demandar a remoção e movimento dos volumes ou mercadorias, para seu despacho, exame e quaesquer outros fins, na forma da Legislação fiscal, desde a sua descarga até a sua saída.

Paraphrasis unico. Nas Alfandegas onde não houver Administrador de Capatazias, o Porteiro accumulará as funções desse logar. (Reg. de 1860, art. 178, e Reg. de 1876, art. 19.)

Art. 192. Os Fieis de armazem serão tantos quantos forem os armazens internos e externos das Alfandegas, e terão, na do Rio de

Janeiro, para auxilia-los e substitui-los, em suas faltas, ou impedimentos, sob sua responsabilidade, um Ajudante de sua escolha, approvado pelo Ministro da Fazenda, o qual perceberá pela folha das Capatazias o vencimento que lhe fôr fixado pelo mesmo Ministro.

Paraphrasso unico. Nas Alfândegas em que não houver Fiel de armazem, serão as obrigações respectivas desempenhadas pelo Administrador das Capatazias, ou pelo Porteiro, quando accumular as funções deste ultimo lugar; podendo em tal caso o Administrador, ou o Porteiro, si o Inspector julgar necessario, ter tambem um Ajudante, nos termos do presente artigo. (Reg. de 1876, arts. 20 e 21.)

Art. 193. O serviço por administração será feito de conformidade com o Regulamento em vigor. O numero, classificação e salario dos operarios e serventes serão designados pelo Ministro da Fazenda, na Corte, e pelas Thesourarias, nas Provincias, com approvação do Thesouro.

§ 1.º Não serão admittidos escravos como operarios ou serventes.

§ 2.º Só poderão ser admittidos estrangeiros na falta absoluta de nacionaes. (Reg. de 1860, arts. 186 e 205, Reg. de 1876, art. 121 § 6º, Decisões ns. 131 de 11 de Março de 1878, 174 de 26 de Março e 158 de 30 de Agosto de 1879 e de 9 de Janeiro de 1884, á Thesouraria da Bahia.)

Art. 194. No caso de ordenar-se que o serviço seja feito por arrematação, terá esta lugar mediante concurso, na fórma da Legislação em vigor. (Reg. de 1860, art. 179.)

Art. 195. Adjudicado o serviço, e prestada pelo arrematante fiança idonea a todas as obrigações a que por si e pelos seus prepostos ficar sujeito, tomará o mesmo arrematante conta, por inventario, de todas as mercadorias e valores depositados, e bem assim de todo o material pertencente ao mesmo serviço. (Reg. de 1860, art. 180.)

Art. 196. O preço da arrematação ou contrato poderá consistir em quantia fixa, ou em uma certa percentagem calculada sobre o rendimento mensal, que servir de base para o calculo da percentagem que competir aos empregados. (Reg. de 1860, art. 181.)

Art. 197. Por conta, e á custa do arrematante, correrão :

§ 1.º O fornecimento de todo o material preciso para o serviço a seu cargo.

§ 2.º A substituição de todo o material que se inutilisar, ou que receber inutilizado, ou em estado que demande concerto, inclusive os guindastes, carros, trilhos de ferro, correntes, e mais objectos necessarios para a descarga e transporte das mercadorias, sua arrumação, acondicionamento, guarda e segurança.

§ 3.º Os concertos que o tecto, telhado, canos e pavimento do edificio demandarem; e as obras necessarias para o bom acondicionamento, arrumação e guarda das mercadorias.

§ 4.º Toda a despesa que requerer : 1º, o pessoal a seu cargo ; 2º, a limpeza e asseio da casa da Alfândega, ou Mesa de rendas, seus depositos, armazens, pateos, coxias, e suas dependencias o fronte. (Reg. de 1860, art. 182.)

Art. 198. O arrematante terá o direito de admitir os operarios e serventes que julgar necessarios e de despedil-os, precedendo o devido accôrdo com o respectivo Chefe da Repartição ; e será obrigado a satisfazer quaesquer exigencias que este fizer para a despedida delles, a bom da fiscalisação da renda, ou da moralidade, ordem e respeito, que cumpre guardar e manter em qualquer Repartição, ou no serviço publico. (Reg. de 1860, art. 183.)

Art. 199. Nos contratos respectivos se estabelecerão as condições necessarias, de accôrdo com as presentes disposições, e quaesquer outras que se julgar convenientes para o bom desempenho do serviço, e segurança da Fazenda Nacional ; marcando-se penas pecuniarias pela falta de exacção dos deveres, além das em que incorrer pela infracção do presente Regulamento, na parte que lhe competir. (Reg. de 1860, art. 184.)

Art. 200. São responsaveis :

§ 1.º O arrematante do serviço das Capatazias : pelas faltas, extravios, avarias, damnos, e quaesquer prejuizos que soffrerem as mercadorias, desde o seu desembarque nas pontes, ou câes da Alfandega, até a entrada no armazem a que forem destinadas ; e desde a sua sahida do armazem até a sua entrega, ou sahida da Alfandega ; provando-se que a falta, avaria, etc. fôra occasionada por culpa, ou negligencia sua, ou de seus prepostos, ou por causa que elle poderia ter evitado.

§ 2.º O Administrador das Capatazias : quando o serviço das mesmas Capatazias fôr feito por administração, pelo mesmo modo do paragrapho antecedente.

§ 3.º Os Fieis : pelo mesmo modo dos paragraphos antecedentes, desde que as mercadorias entrarem até que sahirem de seus respectivos armazens. (Reg. de 1860, art. 192.)

Art. 201. A reparação, ou indemnização dos damnos, ou extravios, será feita pelo causador e responsavel, na fôrma do Cap. 4º do presente Título. (Reg. de 1860, art. 193.)

Art. 202. Os damnos e extravios, por que forem responsaveis os operarios e serventes, de nomeação do Administrador das Capatazias, não oximem a este, nem aos seus Ajudantes e Fieis, si occorridos nos limites da sua responsabilidade, segundo o disposto no art. 200 ; ficando-lhes, porém, salvo o direito de requerer ao Chefe da Repartição a retenção dos vencimentos do causador do damno, ou do responsavel pelas faltas encontradas, para seu pagamento, e de usar dos meios que a Lei lhes concede para haver a sua indemnização.

Paragrapho unico. Fôra dos casos previstos no art. 200, os empregados das Capatazias não são obrigados a outras indemnizações. (Reg. de 1860, arts. 194 e 195.)

## SECÇÃO II

*Da policia interna*

Art. 203. A policia interna do edificio das Alfândegas e Mesas de rendas será exercida pelo Chefe respectivo e seu Ajudante, onde o houver, ou Escrivão, por meio do Porteiro, do Administrador das Capatazias, dos Fieis de armazem, dos Continuos e da força dos Guardas e Vigias.

Parapho unico. A dos armazens, entrepostos, depositos e trapiches alfandegados, sol-o-ha pelo mesmo Chefe, por meio do Fiscal competente e do respectivo Administrador e seus prepostos; e, em casos extraordinarios, por outros quaesquer empregados para esse fim designados e pela força dos Guardas e Vigias que fôr destacada. (Reg. de 1860, art. 197, Reg. de 1876, art. 9.º)

Art. 204. A visita ou entrada no edificio das Alfandegas ou Mesas de rendas, seus armazens e depositos só será permittida, independente de licença:

1.º Aos donos, ou consignatarios das mercadorias, e aos seus caixeiros competentemente habilitados na fórma do Titulo 3º deste Regulamento;

2.º Aos passageiros, durante o tempo necessario para o desembarço e sahida de sua bagagem;

3.º Aos Corretores;

4.º Aos Capitães ou Mestres de navios;

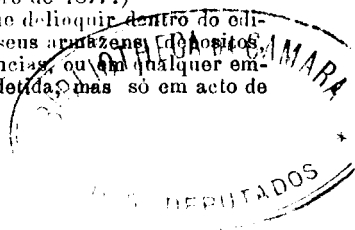
5.º Aos Despachantes, seus Ajudantes, e Caixeiros despachantes. (Reg. de 1860, art. 198, e Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 15.)

Art. 205. A entrada na Alfândega ou Mesa de rendas, seus armazens e depositos e quaesquer outras dependencias poderá ser prohibida pelo Inspector ou Administrador a qualquer individuo, Corretor, Despachante, seu Ajudante, ou Caixeiro despachante, que fôr encontrado commettendo fraude, ou fôr disso convencido, que se tornar suspeito, pelo seu comportamento, aos interesses da Fazenda Publica, ou prejudicial á ordem e disciplina da Repartição.

§ 1.º A prohibição pôde ser pelo Inspector ou Administrador limitada pelo tempo que convier, bem como relevada.

§ 2.º Da prohibição não ha recurso, por não ser acto de natureza contenciosa; poderá, porém, o paciente apresentar a sua reclamação, que será encaminhada ao Ministerio da Fazenda, com informação da Alfândega, por intermedio das Thesourarias. (Reg. de 1860, arts. 199 e 309, Reg. de 1876, art. 180, Imperial Resolução de Consulta de 31 de Janeiro de 1880 e Decisões ns. 210 de 27 de Agosto de 1849, 251 de 31 de Julho de 1871, 340 de 1º de Outubro de 1874 e 485 de 20 de Novembro de 1877.)

Art. 206. Toda e qualquer pessoa que deliquir dentro do edificio da Alfândega ou Mesa de rendas, seus armazens, depositos, trapiches alfandegados e outras dependencias, ou em qualquer embarcação sujeita á fiscalisação, será devida, mas só em acto de



flagrante delicto, por qualquer empregado fiscal, devendo o respectivo Inspector ou Administrador remetter o auto circunstanciado do occorrido, o qual será por elle assignado com as testemunhas presenciasaes, ao Juiz Criminal competente, para que este proceda na fôrma da Lei, e dar de tudo conta ao Thesouro, na Côrte, ou às Thesourarias de Fazenda, nas Províncias. (Reg. de 1860, art. 200, Reg. de 1876, arts. 24 e 105 § 4.º, e Decisão n.º 896 de 13 de Dezembro de 1878.)

Art. 207. Haverá em cada Alfandega : 1.º, os pesos e medidas nacionaes, e balanças que forem necessarias, aferidas gratuitamente pela Casa da Moeda na Côrte, e pela autoridade competente nos demais logares ; 2.º, o numero preciso de conta-fios, alcoómetros, thermómetros, instrumentos spherometricos e areometricos, e quaesquer outros proprios para as respectivas conferencias, medições, e arqueação. Além disto haverá todo o material de carga, descarga, condução e arrumação das mercadorias, e o que for necessario para evitar ou apagar incendios e salvar os naufragos. (Reg. de 1860, art. 203.)

§ Art. 208. Nos armazens e depositos das Alfandegas e das Mesas de rondas não poderão ser recebidos, ou conservarem-se, os generos inflammaveis enumerados na Tabella G, ou outros semelhantes.

§ 1.º Ao capitão do navio, dono ou consignatario das mercadorias cumpre fazer a declaração da existencia de generos inflammaveis, e, si não obstante essa declaração, fôr a mercadoria descarregada e tiver entrada na Alfandega, entreposto ou trapiche alfandegado, far-se-hão effectivas as penas do § 3.º ao empregado, por cuja omissão semelhante falta se der.

§ 2.º Quando semelhantes mercadorias vierem manifestadas com direcção á ordem, e até o momento da respectiva descarga se não tiver apresentado na Repartição pessoa competente para seu despacho ou deposito em trapiche, ou entreposto especial, o respectivo Inspector, ou Administrador, as mandará arrematar em praça como abandonadas, procedendo editaes de tres dias, publicados pelo menos em uma das folhas de maior circulação, ou afixados nos logares onde as não houver ; e, de lizidos os direitos e mais rendimentos devidos, o liquido será levado a deposito, para ser entregue a quem de direito fôr.

§ 3.º Verificada a existencia nos armazens e depositos fiscaes de qualquer volume de taes generos, ou semelhantes, será intimado o dono, ou consignatario, si fôr conhecido, para dentro de 24 horas despachalo, ou retiralo para deposito especial, na fôrma dos arts. 232, paragrapho unico, e 233 ; e, não o fazendo ou não sendo conhecido o dono, ou consignatario, proceder-se-ha dentro das 24 horas seguintes, á sua venda em hasta publica, na conformidade do § 2.º, sendo além disso multado de 20\$ até 100\$ por cada volume, ou de 10 até 50 % do valor dos referidos generos a arbitrio do respectivo Inspector ou Administrador, além da indemnização do damno que desse facto resultar a outras mercadorias, ou ao edificio em que estiverem depositados, e armazenagem em dobro desde o dia da sua entrada, ainda que a não deya.



§ 1.º Nas mesmas penas incorrerá o dono, ou consignatario, si o manifesto contiver a declaração de que os volumes encerram outras mercadorias, e antes, ou na occasião da descarga, não tiver feito declaração por escripto de sua existencia. (Reg. de 1860, art. 201.)

Art. 209. Nenhuma autoridade, de qualquer ordem que seja, poderá entrar nos edificios das Alfandegas, e Mesas de Rendas, seus armazens, depositos, postos, registros e outras dependencias, ou nos entrepostos e trapiches alfandogados, ou ainda nas embarcações que estiverem em carga, em descarga, ou franquia, ou sujeitas á fiscalisação, por si, ou por seus delegados, ou officiaes, para exercer actos de jurisdicção, sem licença do respectivo Inspector, ou Administrador, e precedencia de pedido de dia e hora para esse fim; ao que se prostará o referido Inspector, ou Administrador, nos termos do Decreto n. 512 de 16 de Abril de 1847.

§ 1.º No caso de captura de delinquentes, ou de individuos, contra quem se tenha ordenado, ou decretado prisão, só poderá esta ter logar mediante precatoria, ou requisição da autoridade competente.

§ 2.º No caso de flagrante delicto, em que o delinquente, perseguido pelo clamor publico, se introduzir por qualquer modo em algum edificio sujeito á fiscalisação da Alfandega, ou Mesa de rendas, ou em seus armazens, entrepostos, depositos e trapiches alfandogados, será preso por qualquer empregado fiscal, e pelo Inspector ou Administrador remettido á autoridade competente. (Reg. de 1860, art. 207, Reg. de 1876, art. 21 § 3º e, Decisão n. 212 de 15 de Novembro de 1884.)

Art. 210. As mercadorias existentes nas Alfandegas ou Mesas de rendas, ou em seus armazens, entrepostos e trapiches alfandogados ou nas embarcações sujeitas á fiscalisação, poderão ser embargadas, arrestadas, penhoradas judicialmente e sujeitas a quaesquer exames, emquanto nelles permanecerem, em todos os casos admittidos em Direito, si fôr legalmente expedida ao Inspector ou Administrador por autoridade competente carta precatoria rogatoria; observadas as regras do artigo seguinte. (Reg. de 1860, art. 208 e Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 27.)

Art. 211. A carta precatoria rogatoria deverá conter: 1º, no caso de embargo, o theor do despacho, ou sentença que a elle tiver mandado proceder, e, no caso de penhora, o theor da sentença proferida contra o executado, legitimamente passada em julgado; 2º, em qualquer dos casos mencionados, a importancia da divida para cuja segurança, ou pagamento se tem de fazer o embargo ou penhora; 3º, especificação das mercadorias, ou volumes que se houver de embargar, ou penhorar.

§ 1.º Mandata cumprir pelo respectivo Inspector, ou Administrador a precatoria, se procederá a exame, conferencia e avaliação das mercadorias, pela mesma forma que se procede para pagamento dos direitos; e logo se fará o embargo, ou penhora, lavrando-se o auto na forma do art. 511 e observadas as disposições dos arts. 327, 328, 512 e 513 do Decreto n. 737 de 25 de Novembro de 1850.

§ 2.º Este auto será assignado pelo empregado a cujo cargo estiver a guarda das mercadorias, a quem os Officiaes de Justiça darão a contra-fó do mesmo auto, para se averbar, tanto na precatoria, como á margem do livro das entradas das mercadorias, o embargo, ou penhora que nellas se tiver feito.

§ 3.º Effectuado o embargo, ou penhora, ficará suspenso o despacho das mercadorias embargadas, ou penhoradas até final decisão; mas si esta se demorar, de sorte que passe o tempo por que podem ser guardadas nos armazens e depositos fiscaes, se observarão a respeito de taes mercadorias as disposições deste Regulamento relativas ao consumo; declarando-se nos editaes esta circumstancia, para que os interessados requeram o que julguem a bem do seu direito; havendo-se por transferido o embargo ou penhora, para a somma que ficar liquida, averbando-se na precatoria, e no livro das entradas, na fórma do paragrapho antecedente, e communicando-se ao Juiz competente o occorrido.

§ 4.º Quando se tiver de embargar ou penhorar algum navio, ou mercadorias existentes a bordo de alguma embarcação sujeita á fiscalisação da Alfandega, ou Mesa de rendas, se apresentará a carta precatoria ao respectivo Chefe com as formalidades prescriptas nos paragraphos antecedentes; indicando-se, quanto ao navio, o seu nome e o do Capitão; e dado o despacho para seu cumprimento, se procederá na fórma do § 1.º, devendo ser as mercadorias immediatamente descarregadas, e o navio entregue ao Depositario Judicial, depois de desembarcado e corrente.

§ 5.º A entrega das mercadorias, dinheiros, ou navios embargados, ou penhorados, não se effectuará sem que seja exigida por nova carta precatoria rogatoria do Juizo competente e sem que a Fazenda Nacional seja satisfeita de quanto lhe fór devido. No caso dos §§ 3.º e 4.º, com precatoria do Juizo competente, pagos os devidos direitos, armazenagem, ou taxas a que estiverem sujeitas, podem as mercadorias ser removidas para deposito judicial.

§ 6.º O embargo, ou penhora, que se fizer na fórma do § 4.º, não impedirá a descarga das mercadorias embargadas, ou penhoradas, para os armazens ou depositos das Alfandegas, nem obstará a apprehensão, que se deya fazer das mercadorias, ou dos navios que se tiver embargado, ou penhorado, nos casos e pelo modo decretado nos respectivos regulamentos, seu processo, julgamento e plena execução, ainda que d'ahi resulte inutilisar-se o embargo, ou penhora, no todo, ou em parte. (Reg. de 1860, art. 209, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 27.)

### CAPITULO III

#### DOS ENTREPOSTOS, ARMAZENS E TRAPICHES ALFANDEGADOS

Art. 212. Haverá entrepostos nos seguintes portos: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Manaus e Rio Grande do Sul. (Reg. de 1860, art. 320, Reg. de 1876, art. 151,

Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 1.º, 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 6.º, e 8912 de 24 de Março de 1883, art. 41.)

Art. 213. Os entrepostos são publicos ou particulares.

§ 1.º Os entrepostos publicos são armazens internos, ou externos da Alfandega, mantidos e custeados pela Fazenda Publica, sujeitos á sua directa e immediata administração e fiscalisação, e exclusivamente applicados á guarda e deposito de mercadorias destinadas a entreposto.

§ 2.º Os entrepostos particulares são armazens, ou trapiches, estabelecidos com licença e approvação do Ministro da Fazenda, administrados, mantidos e custeados por conta de particulares, ou de associações, sob a fiscalisação do Inspector da respectiva Alfandega, e applicados ao mesmo fim que os entrepostos publicos. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 2.º)

Art. 214. O entreposto, quanto á percepção dos direitos de consumo das mercadorias importadas em virtude desta faculdade, é assemelhado a territorio estrangeiro. (Reg. de 1860, art. 215, paragrapho unico, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 3.º, e 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 6.º § 1.º)

Art. 215. A entrada das mercadorias no entreposto poderá ter lugar nos seguintes casos:

1.º De importação directa por mar, ou pelos rios e aguas interiores das Provincias do Amazonas e do Pará, na fórma dos tratados e convenções, e dos regulamentos fiscaes expedidos de conformidade com o art. 177.

2.º De transferencia de um entreposto para outro.

Paragrapho unico. Nos entrepostos do Pará e Manáos poderão ter entrada os generos nacionaes, despachados para fóra do Imperio em qualquer das respectivas Alfandegas ou Mesas de rendas fluvines, habilitadas para tal fim. (Reg. de 1860, art. 216, Decretos ns. 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 6.º, e 8912 de 24 de Março de 1883, art. 4.º n. 2.)

Art. 216. Para qualquer mercadoria ser admittida a deposito no entreposto, é mister o manifesto da embarcação, ou que o dono ou consignatario da mercadoria declare que a destina a entreposto.

§ 1.º A declaração do dono ou consignatario da mercadoria será feita dentro do prazo de 12 dias, contados da data da entrada da embarcação, mencionando-se tudo quanto se exige para os despachos de consumo.

§ 2.º O dono ou consignatario da mercadoria, ou do navio, assignará o competente termo de deposito, no qual se obrigará a satisfazer todas as despesas de armazenagem, embarque, desembarque, deposito, locação, guarda, condução, arrumação e beneficio que receber a mercadoria durante a sua estada, e direitos respectivos, no caso de ser vendida para consumo logo que se vencer o termo do deposito, quando o seu producto não cubra a importancia de taes direitos e despesas.

§ 3.º Embora a mercadoria tenha sido submettida a despacho de consumo, póde ser recolhida ao entreposto, desde que o seu dono ou consignatario o requeira, no prazo marcado no § 1.º (Reg. de 1860, art. 229 §§ 2.º e 3.º, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de

1863, art. 4.º §§ 1.º e 2.º, 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 6.º §§ 1.º e 6.º, e Decisões ns. 241 de 21 de Junho de 1871, 70 de 26 do Fevereiro de 1873, 715 de 17 de Outubro de 1878 e 111 de 30 de Abril de 1883).

Art. 217. O prazo do entreposto, que começará a correr da data da entrada das mercadorias nos respectivos armazens, será:

1.º De seis mezes para as mercadorias susceptíveis de corrupção ;

2.º De tres annos para as demais, podendo os Inspectores das Alfandegas conceder prorrogações successivas até mais tres annos, si o estado das mercadorias garantir o pagamento integral dos direitos e despezas, de que trata o § 2.º do artigo antecedente.

§ 1.º Vencido o prazo, o dono ou consignatario das mercadorias fica obrigado a reexportal-as ou despachal-as para consumo, dentro de trinta dias, findos os quaes, si o não tiver feito, serão as mercadorias reputadas abandonadas, e vendidas em leilão, nos termos do Cap. 6.º do presente Titulo.

§ 2.º Feita a arrematação, deduzir-se-hão do producto das mercadorias os direitos que deverem pagar, segundo a Tarifa que estiver então em vigor, as multas, armazenagem, despezas e expediente de 3 % ; sendo o restante depositado para ser entregue a quem de direito fôr, à vista do titulo legitimo. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 6.º §§ 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, e arts. 7.º e 10, Decisões ns. 201 de 17 de Junho de 1871 e 262 de 12 de Dezembro de 1883.)

Art. 218. As mercadorias depositadas no entreposto, mediante as formalidades estabelecidas no art. 216, poderão, durante os prazos marcados, ser livremente, no todo ou em parte:

1.º Reexportadas por mar ou em transitó, ou transportadas para outro entreposto ou porto nacional, sem pagar direitos ;

2.º Despachal-as para consumo, pagando os respectivos direitos. (Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 3.º §§ 1.º e 2.º, e 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 6.º § 1.º n. 1.)

Art. 219. A concessão dos entrepostos particulares é meramente pessoal, não podendo ser transferida sem autorização do Ministro da Fazenda ; e ce-sará nos casos de ausencia, fuga, fallencia, pronuncia por crime contra a propriedade, o por qualquer facto, ou accidente, em virtude do qual o concessionario fique por direito privado da administração de sua pessoa e bens, ou por deliberação do Governo. (Reg. de 1860, art. 218, e Decisões ns. 24 de 17 de Janeiro de 1877, 26 de 3 de Fevereiro de 1883 e de 7 de Outubro de 1884, á Thesouraria de Pernambuco.)

Art. 220. A concessão de entreposto particular deve preceder:

1.º Pedido por escripto do dono do edificio destinado para esse fim, ou do seu locatario, ou usufructuario, instruido com documentos que provem a propriedade, ou o uso e gozo do mesmo edificio ;

2.º Exama do edificio sobre sua capacidade e segurança, feito por peritos da nomeação do Inspector da Alfandega ;

3.º Plano, ou planta do edificio em geral, e especial do seu interior, e de suas pontes de descarga ;

4.º Habilitação do impetrante, por que consta que é pessoa abo-

nada; podendo este requisito supprir-se com fiança idonea, ou caução, cuja importancia será arbitrada na conformidade das Leis de Fazenda;

5.º Documentos que provem que o impetrante se acha livre de pena, ou culpa, e no gozo e livre administração de sua pessoa e bens;

6.º Titulo de fiel depositario passado pelo Tribunal do Commercio, e declaração dos generos que pretende depositar.

Paragrapho unico. O Inspector da Alfandega, ouvida a commissão da Praça do Commercio, onde a houver, e a Camara Municipal do lugar, informará sobre o requerimento, declarando expressamente quaes as mercadorias que convém ser admittidas ao deposito, devendo as Thesourarias encaminhar, com a sua informação, todos os documentos ao Thesouro. (Reg. de 1860, art. 219, Decisão n. 13 de 17 de Junho de 1863, 511 de 31 de Janeiro de 1865, 1 de 2 de Janeiro de 1867, 307 de 31 de Outubro de 1870, 104 de 3 de Março de 1876, 368 de 21 de Junho de 1878 e de 10 de Junho de 1884, á Alfandega da Côrte.)

Art. 221. Na carta de concessão se mencionará: 1º, o numero dos armazens, coxias, ou repartimentos de que se compuzer o entreposto particular, e sua capacidade; 2º, o numero das portas, janellas, oculos e aberturas de qualquer especie; 3º, a qualidade das mercadorias que exclusivamente podem ser nelle depositadas e a quantidade dos volumes, ou dos generos e objectos a granel que pôde receber. (Reg. de 1860, art. 220.)

Art. 222. Os donos ou possuidores de edificios, trapiches ou armazens, ainda que tenham obtido concessão de alfandegamento, si pretendem destinal-os a entrepostos, deverão requerer a concessão nos termos do art. 219 e seguintes. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 14, e Decisão n. 93 de 15 de Março de 1877.)

Art. 223. Os entrepostos particulares terão o menor numero possível de portas, ou sahidas para a terra, ou para o mar; conservando-se abertas as que forem designadas pelo respectivo Inspector da Alfandega, unicamente pelo tempo que durar o expediente diario de entrada, sahida, conferencia ou beneficio das mercadorias. Cada uma das portas de sahida, ou entrada, terá duas chaves desconstradas, que serão confiadas, uma ao competente Fiscal, que a entregará no fim do expediente ao Porteiro da Alfandega, ou a depositará no lugar que o Inspector designar, e a outra ao dono, ou Administrador do entreposto; e sómente com o concurso de ambos poderão ser, ou conservar-se, abertas as mesmas portas.

Paragrapho unico. As chaves das demais portas, janellas, ou aberturas, que não forem de uso habitual, serão guardadas com as devidas cautelas. (Reg. de 1860, art. 221.)

Art. 224. Nos entrepostos, bem como nos trapiches ou armazens alfandegados, que receberem generos estrangeiros que ainda não tenham pago direitos, haverá Fiscaes por parte da Fazenda Nacional, os quaes alli permanecerão enquanto durar o expediente diario.

§ 1.º As funções de Fiscal de entreposto, trapiche ou armazem alfandegado, só poderão ser exercidas por Conferentes, ou empregados que tenham a pratica do serviço das conferencias.

§ 2.º O Fiscal poderá ter a seu cargo um ou mais entrepostos, armazens, depositos, ou trapiches alfandegados, conforme sua situação; e, no caso de affluencia de serviço ao mesmo tempo em diversos, poderá ser coadjuvado por empregados da escolha do respectivo Chefe.

§ 3.º O empregado que fôr designado para esta comissão deverá ser revezado sempre que o Inspector julgar conveniente; não permanecendo, porém, nella por mais de seis mezes, salvo falta de pessoal, ou motivo de interesse da fiscalisação.

§ 4.º Os empregados designados para estas comissões não têm direito a gratificações especiaes por este serviço. (Reg. de 1876, arts. 8º e 9º, e Decisão n. 673 de 18 de Novembro de 1876.)

Art. 225. O Administrador do entreposto publico será escolhido pelo Ministro da Fazenda d'entre os empregados mais idoneos da Alfandega, ou de qualquer outra Repartição de Fazenda: todo o mais pessoal será tirado da Alfandega pelo seu respectivo Chefe. (Reg. de 1860, art. 224.)

Art. 226. A escolha de todo o pessoal dos entrepostos particulares, inclusive do Administrador, quando este não fôr o proprio concessionario, fica dependente da approvação do respectivo Inspector da Alfandega. (Reg. de 1860, art. 223.)

Art. 227. Nenhuma pessoa poderá, sob qualquer pretexto, ter entrada nos entrepostos sem licença do Inspector da Alfandega, a qual pôde ser geral e sem limitação de vezes, ou especial para algumas vezes em cada mez, ou para uma só vez, ou para certo dia, ou hora, ás seguintes classes de pessoas: 1º, donos, ou consignatarios de mercadorias em deposito, e seus caixeiros competentemente habilitados na fórma do Titulo 3º do presente Regulamento; 2º, Corretores e Despachantes; 3º, compradores; 4º, Capitães dos navios, que nellos tiverem depositado parte, ou todo o seu carregamento; 5º, em geral, pessoas que inspirem confiança, para simples visita.

Paragrapho unico. Exceptuam-se desta prohibição os empregados das Alfandegas e as autoridades judicias, ou administrativas, quando forem em serviço de seus empregos, ou cargos, prevenindo o respectivo Inspector da Alfandega. (Reg. de 1860, art. 225.)

Art. 228. Em nenhum entreposto se poderá entrar de noite, seja qual fôr o pretexto, salvo o caso de que trata o art. 190, procedendo-se na fórma do mesmo artigo. (Reg. de 1860, art. 228.)

Art. 229. É absolutamente prohibida a morada ou residencia de qualquer pessoa dentro do entreposto particular.

Paragrapho unico. Exceptuam-se a do Administrador, e do Fiscal do entreposto, e a dos Guardas ou Vigias, para sua segurança, que deverá ter logar em repartimentos especiaes, separados, e sem communicação com os armazens, coxias, ou logares de deposito e guarda de mercadorias. (Reg. de 1860, art. 222.)

Art. 230. Os entrepostos não poderão servir para embarques,

desembarques e passagem de mercadorias que não sejam destinadas a seu depósito, ou não estiverem nelles depositadas.

Paragrapho unico. Pelos depositos e trapiches alfandegados, em casos extraordinarios, pôde ser autorizado pelo Thesouro, na Côrte, e pelas Thesourarias, nas Provincias, o embarque de generos nacionaes. (Reg. de 1860, art. 226, e Decisão n. 142 de 26 de Março de 1881.)

Art. 231. Serão excluidos do entreposto:

- 1.º As mercadorias arruinadas, ou avariadas;
- 2.º Os animais vivos;
- 3.º As armas e munições de guerra;
- 4.º As mercadorias de diminuto valor, ou quantidade;
- 5.º As joias de ouro e prata, e as pedras preciosas em bruto, lavradas, ou em obras;
- 6.º A bagagem dos passageiros;
- 7.º Os generos inflammaveis e semelhantes. (Reg. de 1860, art. 230.)

Art. 232. Nos entrepostos particulares podem ser unicamente depositados: 1º, as mercadorias estrangeiras constantes da Tabella II; 2º, a aguardente ou outro qual quer liquido alcoolico acondicionado em cascos, qualquer que seja a sua origem, procedencia, ou destino; 3º, os productos dos Estados limitrophes, que tiverem convenções especiaes com o Imperio, e que, em embarcações nacionaes, ou dos mesmos Estados, sejam transportados pelos rios e aguas interiores das Provincias do Amazonas e Pará, destinados aos entrepostos das respectivas capitães, provada a sua origem por documento authenticado por Agente Consular do Imperio ou por qualquer autoridade local, na forma do art. 369.

Paragrapho unico. Para a polvora, munições e armamento de guerra, haverá entreposto publico, para este fim especialmente destinado, ou algum edificio, fortaleza ou armazem a cargo do Ministerio da Guerra, ou da Marinha. (Reg. de 1860, art. 231, e Decreto n. 3920 de 31 de Julho de 1867.)

Art. 233. As mercadorias inflammaveis e semelhantes, que não podem ser recebidas nos armazens das Alfandegas ou não forem despachadas a bordo ou sobre agua, será facultado o deposito sómente em entreposto especial, publico ou particular, si o houver, no qual se não poderá admittir outra qualquer mercadoria.

Nos demais entrepostos observar-se-hão as disposições do art. 208, a respeito do recebimento dos generos inflammaveis e semelhantes. (Reg. de 1860, art. 232, e Decisão n. 236 de 7 de Novembro de 1883.)

Art. 234. Podem ser admittidos em qualquer entreposto:

- 1.º As provisões e sobresalentes dos navios, que não forem necessarios para o consumo da tripolação durante sua estada no porto;
- 2.º Os objectos salvados dos navios naufragados;
- 3.º O carregamento total, ou parcial dos navios arribados. (Reg. de 1860, art. 233.)

Art. 235. A designação do entreposto para deposito de mercadorias é da exclusiva competencia do Inspector da Alfandega, que

deverá ter em attenção o pedido e indicação do depositante, sempre que fôr isso possível e não offender os interesses da fiscalisação.

Paragrapho unico. Do deposito nos entrepostos particulares: poderá o Inspector da Alfandega excluir, quando entender conveniente, algumas das mercadorias constantes da Tabella II, attendendo, porém, a esses estabelecimentos tanto quanto fôr possível, sem prejuizo dos interesses do Estado. (Reg. de 1860, art. 234, Imperial Resolução de Consulta de 6 de Setembro de 1878, Decisões ns. 105 de 21 de Março de 1871, 132 de 10 de Abril de 1877, 368, 395 e 613 de 21 de Junho, 3 de Julho e 14 de Setembro de 1878.)

Art. 236. O Inspector da Alfandega poderá cancelar transferencia de deposito de uns para outros entrepostos particulares ou publicos, situados no mesmo porto. (Reg. de 1860, art. 236.)

Art. 237. Nenhuma mercadoria poderá ser recebida em um entreposto senão á vista da guia da Repartição competente, e sem que seja confiriada e verificada pelo empregado que servir de Fiscal; devendo os volumes ser repregados e sellados de modo que a todo o tempo se possa reconhecer sua abertura clandestina.

Paragrapho unico. Na conferencia de que trata este artigo poderá dispensar-se uma verificação rigorosa, conforme as circunstancias. (Reg. de 1860, art. 237, Reg. de 1876, art. 9.º, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 8.º)

Art. 238. Em livros especiaes na Alfandega se abrirão contas correntes com cada um entreposto e depositante pelas mercadorias depositadas e sahidas; e nos entrepostos haverá uma escripturação especial de entrada e sahida das mercadorias, e volumes depositados, com referencia ao numero e data das guias de entrada, e ás ordens de sahida.

Paragrapho unico. Cada entrada ou deposito fará o objecto de uma conta corrente em separado; não devendo confundir-se em uma só conta as inscripções relativas a mais de um deposito concedido ao mesmo depositante. (Reg. de 1860, art. 238.)

Art. 239. Na guia de que trata o artigo antecedente se mencionará o teor das declarações relativas á mercadoria, nome da embarcação que a houver transportado, e o do seu depositante, data do termo de deposito, numero do livro, e da folha em que este termo fôr lavrado e assignado. (Reg. de 1860, art. 239.)

Art. 240. O Administrador do entreposto é obrigado a remetter ao Inspector da Alfandega, no proprio dia em que se verificar, ou o mais tardar no seguinte, não sendo feriado, conhecimento, extrahido do livro de talão, das mercadorias que receber, o qual conterá:

1.º Todas as declarações constantes da guia de que trata o artigo antecedente;

2.º A data da entrada, e declaração de se acharem em bom estado, ou sem avaria;

3.º A verba da conferencia das mercadorias, lançada pelo empregado que a fizer.

Paragrapho unico. Por este conhecimento se formará carga ao entreposto no competente livro. (Reg. de 1860, art. 240.)



Art. 241. Os volumes depositados terão um rotulo em que se declare o seu numero, marca, contramarca, embarcação a que pertencem e numero da guia da entrada, e quaesquer outras circumstancias que facilitem a procura e inspecção dos mesmos volumes.

§ 1.º As mercadorias a granel serão separadas por meio de paredes de taboas, na frente das quaes se collocará o rotulo.

§ 2.º O Administrador, o Fiscal, e os encarregados da guarda e vigilancia do entreposto velarão na conservação dos referidos rotulos. (Reg. de 1860, art. 241.)

Art. 242. As mercadorias ou volumes serão arrumados de modo que tornem á primeira vista facil a sua inspecção, exame e separação; devendo ser encanteirados em logar secco e separados das paredes de alvenaria, afim de evitar que se avariem; e não poderão ser transferidos, mudados, ou removidos de uns para outros logares do entreposto sem sciencia do depositante, e licença da Alfandega. (Reg. de 1860, art. 242.)

Art. 243. As mercadorias a granel poderão ser enfiadas, ou acondicionadas em envoltorios de qualquer especie, á custa do depositante, ou dono da mercadoria, com licença da Alfandega, ou Mesa de rendas, mediante as cautelas e conferencias necessarias e assistencia do Fiscal competente; fazendo-se os respectivos assentos em que se devem notar: a quantidade da mercadoria que contiver cada volume, sua qualidade, marcas, contramarcas, e numeros que se lhes tiver dado, lavrando-se de tudo termo em livro especial.

§ 1.º Os volumes poderão ser divididos em dois, ou mais, compostos, ou de qualquer fórma transformados, com as mesmas cautelas e declarações acima exigidas, quando tenham de ser retirados do entreposto para seguirem para portos estrangeiros.

§ 2.º As mercadorias poderão ser trafegadas, beneficiadas e mudar de envoltorios, mediante as mesmas cautelas acima exigidas.

§ 3.º As operações permittidas pelo presente artigo serão feitas á custa do depositante, ou dono das mercadorias ou volumes.

§ 4.º As marcas, contramarcas e numeros primitivos serão transportados para os novos envoltorios nos casos dos §§ 1º e 2º deste artigo. (Reg. de 1860, art. 243.)

Art. 244. Aos donos das mercadorias será permittido tirar amostras, com licença do Inspector da Alfandega, e na presença do Fiscal respectivo; correndo por conta daquelles tolas as despesas de abertura dos volumes, sua arrumação, e outras semelhantes. (Reg. de 1860, art. 244.)

Art. 245. O deposito em entreposto cessará ou deixará de produzir effeito, em virtude de renuncia feita em qualquer época pelo depositante; ficando as mercadorias sujeitas, em consequencia desta renuncia, e desde a data de sua entrada em deposito, si este se houver verificado, aos direitos de consumo, á armazenagem, e a quaesquer outros onus a que estiverem obrigadas as importadas para o consumo do paiz. (Reg. de 1860, art. 245.)

Art. 246. O Administrador do entreposto publico responde pelas mercadorias que receber em sua guarda, em numero, quantidade,

peso, medida e qualidade, e pelo conteúdo dos volumes que forem encontrados com indícios de abertura, ou arrombamento; devendo para este fim na ocasião do seu recebimento acondicional-os, re-pregal-os e sellal-os, de modo que previna a apparição de taes indícios. (Reg. de 1860, art. 249.)

Art. 247. O dono ou possuidor do entreposto particular presume-se de pleno direito em relação à Alfandega, ser proprietario das mercadorias para tudo o que diz respeito ao entreposto, direitos, multas e despezas, enquanto as mercadorias não sahirem do entreposto.

Paragrapho unico. A responsabilidade do referido dono ou possuidor, em relação ao dono ou consignatario das mercadorias, regular-se-ha pelas disposições do Cap. 5º, Titulo 3º, Parte 1ª doCodigo do Commercio. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 12.)

Art. 248. Nos casos de damno ou extravio nos entrepostos particulares, verificado e reconhecido nos termos dos arts. 273 a 275, o respectivo dono, ou possuidor, como responsavel, será obrigado á reparação e indemnização ao dono ou consignatario das mercadorias.

§ 1.º A referida indemnização será feita no prazo de 24 horas marcado pelo Inspector da Alfandega, que na falta imporá ao responsavel a pena de privação temporaria da faculdade de receber generos, e, na ruineidencia, as do art. 270, paragrapho unico, tudo sem prejuizo das penas da primeira parte do citado artigo.

§ 2.º A importancia dos direitos e multas devidas á Fazenda Publica será exigida do dono ou possuidor do entreposto particular, na conformidade do artigo antecedente, e mais disposições em vigor. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 13 e §§ 1º e 2.º)

Art. 249. Para a sahida, retirada, ou mudança de mercadorias do entreposto é mister ordem da Alfandega.

Esta ordem deve conter:

1.º Todos os requisitos exigidos pelo art. 239 para as guias de entrada;

2.º O numero e data do despacho de consumo, si as mercadorias tiverem esse destino, ou de transito, si seguirem por mar ou por terra para porto ou territorio estrangeiro.

Paragrapho unico. Neste ultimo caso, serão as mercadorias, depois do devidamente conferidas, acompanhadas até seu embarque, como dispõ o presente Regulamento a respeito dos despachos de reexportação. (Reg. de 1860, art. 251, e Instruções de 24 de Maio de 1870, art. 3.º)

Art. 250. Os depositantes são obrigados a velar na conservação das mercadorias, e, no caso de omissão de sua parte, o Administrador do entreposto os convidará por escripto para fazel-o, e, si não fór attendido, participará ao Chefe da Repartição que lhes marcará um prazo razoavel para que prestom ás suas mercadorias os cuidados necessarios.

Paragrapho unico. Esgotado esse prazo serão as mercadorias consideradas como abandonadas, e vendidas em leilão por consumo, na fórma do Cap. 5º do presente Titulo. (Reg. de 1860, art. 252.)

Art. 251. Verificado o dominio da mercadoria depositada em en-

treposto, ou havendo autorização para dispôr della, as Alfandegas entregarão ao respectivo depositante, si o requerer, um titulo ou bilhete de deposito, extrahido de livro de talão, que conterà o seguinte :

1.º A data, logar do entreposto, ou deposito, e nome do seu dono, Administrador, ou responsavel ;

2.º As declarações de que trata o art. 216, § 1.º, e quaesquer outras que possam distinguir a mercadoria ;

3.º A clausula expressa da entrega da mercadoria ao seu dono ou depositante, ou á sua ordem, mediante as formalidades exigidas pela Legislação Fiscal ;

4.º O valor da mercadoria ;

5.º Si a mercadoria está isenta de arresto, embargo ou penhora até a data do mesmo titulo. (Reg. de 1860, arts. 261 e 262, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, arts. 4.º e 5.º)

Art. 252. Os titulos ou bilhetes de deposito não serão passados sem que o dono, ou o depositante da mercadoria tenha provado :

1.º Que se acha na livre posse e administração de seus bens, e que não está fallido ;

2.º Que a mercadoria é do seu livre dominio, para o que exhibirá conhecimento de carga, ou qualquer outro titulo, ou documento que prove a propriedade ;

3.º Qual o valor da mercadoria, á vista da factura ;

4.º Que o frete se acha pago, ou não é devido.

§ 1.º Os conhecimentos de carga, facturas, e outros documentos de que trata o n. 2 deste artigo, ficarão depositados na Alfandega até serem resgatados pelo titulo ou bilhete na occasião da entrega da mercadoria.

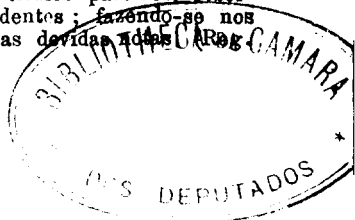
§ 2.º Não se entregará o titulo, ou bilhete de deposito, ao fallido, ou á pessoa que por qualquer motivo legal fôr privada da livre administração de seus bens ; e em qualquer destas hypothesees será passado ao administrador da massa fallida, ou com autorização do Juizo competente, ao curador da pessoa e bens do depositante, ou áquelle que legitimamente o representar.

§ 3.º Os depositantes passarão recibo do titulo no talão respectivo. (Reg. de 1860, art. 263, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 4.º § 2.º)

Art. 253. O titulo, de que trata o artigo antecedente, poderá comprehender os volumes depositados, ou mencionados nos conhecimentos de carga, parcial ou integralmente ; fazendo-se as precisas averbações nos referidos conhecimentos e livro de deposito, e no talão ; mas nunca parte de um volume, ou algumas mercadorias pertencentes a um, ou outro envoltorio.

§ 1.º Dos volumes depositados, ou constantes de um conhecimento, guardada a regra da ultima parte deste artigo, poderá a Alfandega dar um ou mais titulos.

§ 2.º O primeiro titulo, depois de annullado, poderá ser substituido, a pedido do depositante, por outros titulos parciaes, observadas as disposições dos artigos antecedentes ; fazendo-se nos respectivos conhecimentos e documentos as devidas adições. (Reg. de 1860, art. 264.)



Art. 254. Os depositantes, seus successores ou representantes legalmente habilitados, poderão fazer verificar á sua custa a quantidade e qualidade da mercadoria constante de seus titulos, nos quaes se fará especial menção do facto, tola a vez que isso se realisar. (Reg. de 1860, art. 265.)

Art. 255. Depois da expedição dos bilhetes de deposito, de que tratam os artigos antecedentes, não se poderá proceder á mudança de envoltorios, transferencia de deposito, despacho, sahida, arresto, embargo, penhora ou qualquer outro acto aleatorio senão á vista do respectivo titulo.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os seguintes casos: 1.<sup>o</sup>, do substituição de envoltorios em beneficio das mercadorias, sendo necessaria, passando-o para os novos as marcas, contramarcas, numeros e rotulos dos antigos; 2.<sup>o</sup>, de consumo, ou abandono, vencido o tempo marcado; 3.<sup>o</sup>, de incendio, e outros de força maior; 4.<sup>o</sup>, de extinção, ou suspensão do entreposto; 5.<sup>o</sup>, de ruina ou concerto do edificio. (Reg. de 1860, art. 266.)

Art. 256. A transferencia de propriedade das mercadorias depositadas se opera, na fórma da Legislação em vigor, por força do endosso dos bilhetes de deposito, os quaes s ão equiparados, na conformidade do art. 587 doCodigo Commercial, aos conhecimentos de carga.

§ 1.<sup>o</sup> A transferencia deverá ser averbada nos assentos respectivos.

§ 2.<sup>o</sup> A averbação, de que trata o paragrapho antecedente, assignada pelo cessionario, ou seus prepostos, extingue a responsabilidade do cedente para com a Alfandega, a qual passará para o cessionario com o preenchimento desta formalidade. (Reg. de 1860, art. 267, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1883, art. 9.<sup>o</sup>)

Art. 257. No caso de perda do titulo, ou bilhete de deposito, não poderá ser fornecido outro, e nem entregue a mercadoria senão um mez depois de annunciada a referida perda nas folhas de maior circulação, e por editaes affixos na Praça do Commercio, ou nos logares mais publicos, não tendo comparecido alguém a reclamar o seu direito.

§ 1.<sup>o</sup> A entrega da mercadoria, depois de preenchidas as formalidades, e decorrido o prazo deste artigo, desonera o depositario de toda a responsabilidade, salvo á parte o recurso legal contra a pessoa que a tiver recebido, ou quem do direito fór.

§ 2.<sup>o</sup> As despesas dos annuncios e diligencias correrão por conta do depositante. (Reg. de 1860, art. 268.)

Art. 258. O balanço dos entrepostos terá logar ao menos uma vez por anno; excep'o o dos que forem destinados aos liquidos sujeitos a direitos, o qual terá logar no fim de cada semestre, o mais tardar.

O Inspector da Alfandega designará para esse fim dous, ou mais empregados idoneos, dando-lhes as instrucções que forem necessarias para o desempenho de sua commissão.

Paragrapho unico. Independente das referidas épocas, poderá o Inspector da Alfandega mandar proceder a balanço nos entrepostos, sempre que a fiscalisação das rendas publicas o exigir. (Reg. de 1860, art. 269, e Reg. de 1876, art. 105 § 17.)

Art. 259. Os empregados encarregados do balanço, que se verificará á vista da escripturação e documentos da Alfandega, do entreposto, e do inventário a que immediatamente deverão proceder, apresentarão o seu relatório ao Inspector da Alfandega, que deverá ouvir o Administrador e empregados do entreposto sobre a existencia de quaesquer abusos e faltas. (Reg. de 1860, arts. 270 e 272.)

Art. 260. Si pelo resultado do balanço se verificarem differenças, observar-se-hão as seguintes regras:

1.<sup>a</sup> Nas contas se debitarão os excedentes verificados ;

2.<sup>a</sup> Serão immediatamente liquidadas as faltas que se encontrarem, nos entrepostos publicos, na forma do Cap. 4.<sup>o</sup> deste Titulo, e nos particulares, nos termos do Cap. 5.<sup>o</sup> Titulo 3.<sup>o</sup> Parte 1.<sup>a</sup> doCodigo do Commercio ;

3.<sup>a</sup> A importancia dos direitos da Alfandega, ou impostos das mercadorias que faltarem, será immediatamente satisfeita sem deducção ou abatimento algum, sob qualquer pretexto ;

4.<sup>a</sup> A respeito dos damnos se procederá, quanto aos entrepostos publicos, na forma do citado Cap. 4.<sup>o</sup> deste Titulo e quanto aos entrepostos particulares, de conformidade com o tambem citado Cap. 5.<sup>o</sup> Tit. 3.<sup>o</sup> doCodigo ;

5.<sup>a</sup> O excesso verificado em um deposito não poderá ser compensa-lo com a falta verificada em outro concedido ao mesmo depositante ;

6.<sup>a</sup> Do mesmo modo não poderá ter logár a compensação entre o excesso e falta reconhecida nos liquidos alcoolicos depositados no mesmo entreposto ;

7.<sup>a</sup> Os volumes, ou mercadorias de qualquer natureza, encontrados sem ordem, ou guia, presumir-se-hão introduzidos por contrabando, e será imposta ao Administrador, pela autoridade administrativa, a multa de metade do valor das mercadorias. (Reg. de 1860, art. 273. Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, arts. 11 e 12, e 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6.<sup>o</sup>)

Art. 261. Os entrepostos ficam exclusivamente sujeitos á jurisdicção administrativa das autoridades fiscaes no que toca á sua administração e fiscalisação.

§ 1.<sup>o</sup> Os Administradores dos entrepostos publicos, no que respeita á sua responsabilidade, qualquer que seja a origem, e a liquidacção de seus alcances ou faltas, ficam sujeitos a todas as obrigações, indemnizações e penas, a que, na forma do presente Regulamento, e mais disposições da Legislação de Fazenda, estão sujeitos os responsaveis por dinheiros e valores do Estado, ou de particulares em sua guarda, pelo que a Fazenda Publica fôr responsavel.

§ 2.<sup>o</sup> A respeito dos donos ou possuidores de entrepostos particulares observar-se-ha o disposto no art. 247. (Reg. de 1860, art. 274, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 12 paragra-pho unico.)

Art. 262. As questões sobre dominio das mercadorias serão decididas pelos Tribunaes competentes ; e por suas decisões se regu-

lará a Administração da Alfandega, no seu despacho, entrega ou saída. (Reg. de 1860, art. 271 § 1.º)

Art. 263. Os arrestos, emargos, ou penhoras judiciais, e quaesquer exames poderão ter logar nos casos marcados pelos arts. 210 e 211, e mediante as formalidades por elles exigidas, guardada tolvia a disposição de art. 255. (Reg. de 1860, art. 274 § 2º, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 27.)

Art. 264. Arrecadar-se-ha nos entrepostos uma retribuição, proporcional á dimensão, peso, ou qualidade de cada volume, por cada mez, pelo seu deposito, guarda, ou armazenagem, além das despesas de embarque, desembarque, conducção e arrumação, e as de beneficio, si este se realizar. Em tabella especial, organizada pelo Inspector da Alfandega e, com informação da Thesouraria de Fazenda, submettida á approvação do Thesouro, se marcará o *quantum* da retribuição de cada especie destes serviços.

Esta retribuição deverá ser calculada de modo que a sua importância seja inferior á de armazenagem, de que trata o Cap. 13 do Tit. 7º, em qualquer circumstancia, afim de não onerar o commercio com uma retribuição excessiva e contraria á natureza do favor inherente ao entreposto.

Paragrapho unico. A retribuição e de peza, de que trata este artigo, serão pagas no fim de cada trimestre. O facto da falta de seu pagamento no fim de um semestre, importa abandono da mercadoria, que será arrematada por consumo por conta de quem pertencer, na forma do Cap. 5º do presente Titulo (Reg. de 1860, arts. 276 e 277, Decisões n. 1 de 12 de Janeiro de 1864 e de 20 de Agosto de 1881, á Thesouraria da Parahyba.)

Art. 265. Aos Administradores é garantido o direito de retenção das mercadorias sob sua guarda por todas as despesas de que trata o artigo antecedente, salvo o caso de consumo, no qual terá direito de indemnizar-se, por intermedio da Alfandega, pelos bens particulares dos depositantes, ou de seus fiadores, quando o producto das mercadorias vendidas por consumo, ou abandonadas, deduzidos os direitos que leverem, não chegue para o pagamento das referidas despesas. (Reg. de 1860, art. 278.)

Art. 266. Todo o dispenho com o pessoal dos entrepostos particulares, seu custeio, segurança, asseio, guarda, conducção, arrumação, conservação e beneficio das mercadorias depositadas correrá por conta de seus donos, ou Administradores, salva a indemnização prevista pelo art. 264. (Reg. de 1860, art. 279.)

Art. 267. Os Administradores dos entrepostos particulares são obrigados a remetter no principio de cada mez uma demonstração dos volumes, ou mercadorias entradas e saídas durante o mez antecedente, acompanhada de uma relação das que existirem, sob pena de multa de 100\$ até 1:000\$, e na reincidencia, de suspensão da Administração, ou do entreposto. (Reg. de 1860, art. 280.)

Art. 268. A autorização para abertura de armazens, trapichos e depositos alfandegados, poderá ser dada em quaesquer portos alfandegados, ou habilitados em que houver Alfandega, ou Mesa

de rendas, e nas estações das estradas de ferro, na fôrma dos arts. 219 a 221.

Paragrapho unico. Os trapiches que se destinarem a deposito de generos nacionaes livres de direitos, ou estrangeiros já despachados para consumo, não necessitam de titulo passado pelo Thezouro, nem de licença das autoridades fiscaes. (Reg. de 1860, art. 282, e Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 28.)

Art. 269. Todas as disposições relativas ao regimen dos entrepostos particulares, e mercadorias nelles depositadas, ficam em geral extensivas aos trapiches e depositos alfandegados exclusivamente destinados para mercadorias estrangeiras que não tenham pago direitos de consumo. (Reg. de 1860, art. 283, e Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 23.)

Art. 270. Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas, em qualquer caso de negligencia, fraude ou infracção dos regulamentos, e instrucções fiscaes, poderão administrativamente impôr aos donos, ou Administradores dos entrepostos, trapiches, e armazens alfandegados, e a quaesquer pessoas nelles empregadas multas de 10\$ até 2:000\$, suspender por tempo certo ou despedir o proprio Administrador, quando não fôr elle o concessionario, ou qualquer de seus empregados ou operarios; além da restituição dos direitos desaminhados, e de qualquer outro procedimento, ou pena, na fôrma da legislação em vigor.

Paragrapho unico. No caso de reincidencia, o Inspector da Alfandega, ou Administrador da Mesa de rendas poderá, além das penas deste artigo, mandar fechar o entreposto, armazem, deposito ou trapiche alfandegado, enquanto fôr administrado pelo dono ou Administrador que houver commettido as faltas, abusos ou crimes verificados. (Reg. de 1860, arts. 223 e 284.)

Art. 271. Nos entrepostos particulares, armazens, e trapiches alfandegados haverá, á custa de seus Administradores, o numero sufficiente de balanças, pesos e medidas, bem como de instrumentos areometricos e stereometricos para os trabalhos de conferencia e despacho, sendo aquelles aferidos pelo competente empregado da Camara Municipal, na fôrma das disposições concernentes a este ramo de serviço. (Reg. de 1860, art. 287.)

## CAPITULO IV

### DOS DAMNOS E EXTRAVIOS

Art. 272. Reputar-se-ha damno todo e qualquer estrago, prejuizo ou avaria que soffrerem as mercadorias ou seus envoltorios, desde o seu desembarque nas pontes ou cães das Alfandegas, ou Mesas de rendas, ou de seus entrepostos, armazens e depositos até a sua entrega ou sahida legal; e extravio todo e qualquer desca-minho, falta, ou não entrega das mercadorias depositadas ou sob a guarda da Repartição.

Paragrapho unico. Os empregados, Guardas, Vigias, operarios e serventes da Alfandega ou Mesa de rendas, são responsaveis pelo damno ou extravio reconhecido, em virtude de denuncia ou queixa, ou qualquer outro motivo, nas mercadorias que estiverem a seu cargo, sob sua guarda, ou sujeitas a seu exame, desde que se prove que o extravio ou damno foi occasionado por fraude, malversação, omissão, negligencia, culpa, ou outra qualquer causa que poderiam ter prevenido ou evitado. (Reg. de 1860, arts. 290 e 192, Reg. de 1876, art. 141, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, arts. 12 e 13, Imperiaes Resoluções de Consulta de 26 de Janeiro de 1876 e de 1 de Março de 1884. Decisões ns. 20 de 14 de Janeiro de 1867, 263 de 3 de Julho de 1875, 908 de 19 de Dezembro de 1878, 88 e 98, de 14 e 18 de Abril de 1883.)

Art. 273. Para o reconhecimento do damno ou extravio, logo que requerido seja pelo dono ou consignatario da mercadoria, ou logo que o Chefe da Repartição tiver noticia de sua existencia, proceder-se-ha a exame e vistoria por peritos nomeados pelo mesmo Chefe, os quaes, depois de juramentados, si não forem empregados, passarão a averiguar o facto e informarão, respondendo aos seguintes pontos e quesitos, e a quaesquer outros que lhes forem propostos pelo mesmo Chefe, e a pedido da parte: 1.<sup>o</sup>, qual o estado da mercadoria, e si ha damno, ou extravio; 2.<sup>o</sup>, qual o facto e causa que determinaram o damno ou extravio; 3.<sup>o</sup>, quaes os seus autores, ou responsaveis: 4.<sup>o</sup>, em quanto monta a perda, ou prejuizo. (Reg. de 1860, arts. 291 e 578, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 41, e Decisão n. 353 de 19 de Junho de 1876.)

Art. 274. A vista da informação dos peritos, e de quaesquer outras diligencias a que o Chefe da Repartição julgar conveniente proceder, será por este reconhecido o damno, ou extravio, e declarado o seu autor, causador, ou responsavel. (Reg. de 1860, art. 292.)

Art. 275. Si o damno limitar-se unicamente ao envoltorio, far-se-ha logo a conveniente reparação á custa do causador; si, porém, houver damno ou extravio do seu conteúdo, ou mercadoria, havendo contestação sobre o valor, proceder-se-ha da maneira seguinte:

§ 1.<sup>o</sup> Si a mercadoria em que se tiver reconhecido damno ou falta for das que têm avaliação na Tarifa, será posta em leilão e a indemnização ao dono, ou consignatario, consistirá em se lhe preencher a differença que houver entre o preço da arrematação e o da avaliação da Tarifa; accrescendo-se 5 % deste ultimo em favor da parte, por conta do causador ou responsavel.

§ 2.<sup>o</sup> Si a mercadoria for das que se despacham por factura, será o damno estimado por dois arbitros, um nomeado pelo responsavel, e o outro pelo dono ou consignatario da mercadoria, e, á revelia delles, pelo Chefe da Repartição, que deverá, no caso de não concordarem os arbitros, escolher, a aprazimento das partes, um terceiro, consistindo neste caso a indemnização em pagar-se o que estimado for.

§ 3.<sup>o</sup> Si, porém, a estimação arbitral parecer excessiva ao Chefe da Repartição, poderá este mandar arrematar a mercadoria,



e neste caso se indemnizará a differença que houver entre o preço da arrematação e o da estimação da mercadoria antes de reconhecido o damno ou falta. (Reg. de 1860, art. 293, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 42, e Imperial Resolução de Consulta de 18 de Março de 1882.)

Art. 276. Quando o responsavel não puder satisfazer logo a importancia do damno causado, será este satisfeito á custa do cofre da Alfandega, ou Mesa de rendas; dando o Chefe respectivo, neste caso, as necessarias providencias para que o referido cofre seja indemnizado, ou por via executiva contra o responsavel, ou seus fiadores, si os tiver, ou pela retenção de seus ordenados e salarios.

Paragrapho unico. Si, porém, o dito responsavel não puder realizar a indemnização do cofre da Alfandega, será demittido ou despedido do emprego que tiver; e, além disto, soffrerá a pena de prisão, até que a realize da cadeia, conforme o disposto no art. 296 § 1.º, a respeito do arrematante que não satisfizer a multa em que incorrer por ter deixado de pagar o preço da arrematação. (Reg. de 1860, arts. 294 e 296.)

Art. 277. No caso de falta de prompta e fiel entrega das mercadorias, ou effeitos que tiver em sua guarda, ou a seu cargo, ou tiver recebido, ou do seu descaminho verificado o reconhecimento na forma dos arts. 273 e 274, será intimado o responsavel para o fazer no prazo de 24 horas, sob pena de prisão, e não o fazendo será recolhido á cadeia, e nella conservado até indemnizar á parte o que justamente for devido, e arbitrado na forma estabelecida no art. 275 § 2.º (Reg. de 1860, art. 297, e Decisões ns. 210 de 4 de Junho de 1866 e 203 de 30 de Maio de 1868.)

Art. 278. A disposição dos arts. 276 e 277 terá logar sem prejuizo das penas impostas peloCodigo Criminal aos que nellas incorrerem, conforme as circumstancias do facto. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 43, e Decisão n. 4 de 12 de Janeiro de 1864.)

Art. 279. Das decisões sobre o reconhecimento do damno e do seu causador, ou do responsavel pelas faltas e extravios das mercadorias, haverá recurso na forma do Tit. 10.º (Reg. de 1860, art. 298, e Decisão n. 93 de 18 de Abril de 1883.)

## CAPITULO V

### DOS CONSUMOS

Art. 280. Ficam sujeitas a consumo as mercadorias existentes nos armazens e depositos da Alfandega ou Mesa de rendas, entrepostos ou trapiches alfandegados, depois de permanecerem nelles o tempo marcado nos numeros seguintes:

1.º As mercadorias destinadas a entreposto, ou ao transito, na forma do art. 217;

2.º As destinadas ao consumo interno, os sobresalentes dos

navios, e quaesquer outras não sujeitas á corrupção, depois de seis mezes;

3.º As sujeitas á corrupção, qualquer que seja a sua natureza, depois de tres mezes;

4.º As avariadas, ou damnificadas, logo que a avaria ou damno seja conhecido.

Paragrapho unico. São igualmente sujeitas a consumo as seguintes mercadorias, que existirem nos ditos armazens, depositos e trapiches, a saber:

1.º Aquellas a que não fôr achado senhor certo;

2.º As que consistirem em sobras de peso, medida, ou contagem;

3.º As que, em qualquer época, a requerimento de seus donos, ou consignatarios, forem destinadas a ser vendidas por consumo;

4.º As abandonadas. (Reg. de 1860, arts. 290 e 300, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 18.)

Art. 281. Reputar-se-hão abandonadas as mercadorias:

§ 1.º Que, antes de submettidas a despacho, forem por escripto declaradas como taes por seus respectivos dono;

§ 2.º Que, postas em despacho, não forem despachadas, ou que o tendo sido, e embora pagos já os direitos, não forem tiradas da Alfandega, ou Mesa de rendas, dentro dos prazos marcados neste Regulamento, ou que forem abandonadas nas pontes na occasião do seu embarque.

§ 3.º As que estiverem nas circumstancias do art. 250 paragrapho unico e em quaesquer outras em que pelo presente Regulamento forem como taes reputadas.

§ 4.º As inflammaveis e semelhantes, nos termos do art. 208 §§ 2º e 3.º (Reg. de 1860, art. 301, e Decisão de 7 de Dezembro de 1863.)

Art. 282. Não será permittido o abandono de mercadorias, quando a parte estiver obrigada a multas por differenças encontradas no despacho, sem prévio pagamento das mesmas multas. (Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 29.)

Art. 283. As mercadorias comprehendidas nos arts. 280 e 281 serão arrematadas em hasta publica, por conta e á custa de seus donos, si estes, ou os seus consignatarios, não as despacharem dentro do prazo fixado nos respectivos editaes.

Paragrapho unico. Este prazo será:

1.º De 30 dias para as mercadorias comprehendidas nos ns. 1 e 2 do art. 280, 1 e 2 do paragrapho unico do mesmo artigo, e § 3º do art. 281;

2.º De 20 dias para as do n. 3 do art. 280;

3.º De 10 dias para as do n. 4 do art. 280;

4.º De 3 dias para as do n. 3 do paragrapho unico do art. 280, e para as dos §§ 1º e 4º do art. 281, excepto as de que tratam os arts. 208 § 3º e 545;

5.º De 5 dias para os casos não previstos no Regulamento. (Reg. de 1860, art. 302, e paragrapho unico do art. 306.)

Art. 284. Os editaes para consumo serão affixados na porta da Alfandega e na Praça do Commercio, onde a houver, e publicados pelo menos em uma das folhas de maior circulação; e deverão

descrever a mercadoria, sua qualidade, quantidade e estado, as marcas, contramarcas e numeros dos volumes, o navio a cujo carregamento pertencerem, a data da descarga, os nomes dos donos, si forem sabidos, si estão sujeitas ou isentas de direitos, as razões que motivam a sua arrematação, e finalmente quaesquer esclarecimentos que paraçam convenientes. (Reg. de 1860, arts. 303 e 306.)

Art. 285. Para que haja toda a exactidão nos editaes, de que trata o artigo precedente, serão as mercadorias previamente examinadas, conferidas, e classificadas por dous Conferentes designados pelo Inspector, aos quaes cumpre declarar o seu valor official, ou, na falta d'elle, arbitral-o, para servir de base á arrematação; devendo os respectivos Fieis apresentar as listas das mesmas mercadorias, com todas as declarações que dos seus livros constarem, sob pena de multa de 2\$ até 5\$ por cada volume, e de demissão nas reincidencias. (Reg. de 1860, art. 304, e Decisão n. 172 de 26 de Abril de 1866.)

Art. 286. Feita a arrematação das mercadorias na fôrma do Capitulo 6º do presente Titulo, serão deduzidos do producto dellas os direitos, que segundo a Tarifa deverem pagar as mesmas mercadorias, assim como as despezas de armazenagem, de beneficio, de leilão, e o expediente de 3  $\frac{1}{2}$ %, sendo o restante depositado para ser entregue a quem do direito fôr, á vista do titulo legitimo que deverá apresentar.

Exce tua-se o producto da arrematação das mercadorias comprehendidas no n. 2 do paragrapho unico do art. 280, o qual entrará como renda extraordinaria para os cofres da Alfandega. (Reg. de 1860, art. 305, Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867, art. 34 n. 4, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 19, Decisões ns. 232 do 1º de Junho de 1863, 229 de 22 de Junho de 1868, 253 de 25 de Maio de 1869 e 201 de 17 de Junho de 1871.)

Art. 287. Nos casos de abandono de mercadorias previsto no art. 281 §§ 2, 3º e 4º, si o producto não chegar para pagamento dos direitos e despezas mencionadas no artigo antecedente, será indemnizada a differença por quem do direito fôr. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 20, Decisões n. 119 de 15 de Maio de 1883, e de 8 de Julho de 1884 á Alfandega da Corte.)

Art. 288. Os empregados das Alfandegas e Mesas de rendas, que não promoverem as diligencias para o consumo, logo que findar o respectivo prazo, além das penas de suspensão e de demissão, serão responsabilisados criminalmente, na fôrma da Lei. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 18 § 2º, e Decisão n. 241 de 7 de Julho de 1856.)

## CAPITULO VI

### DOS LEILÕES

Art. 289. O leilão será presidido pelo Chefe da Repartição, ou pelo empregado, ao qual fôr especialmente delegada essa função, servindo de Escrivão o empregado para tal fim designado.

Os objectos que tenham de ser arrematados, ou suas amostras, serão previamente expostos ao exame dos interessados. (Reg. de 1860, art. 307, e Reg. de 1876, arts. 105 § 53, 106 e 109 § 10.)

Art. 290. Não serão admittidos a lançar:

1.º Os empregados da Alfandega, ou de qualquer outra Repartição do Ministerio da Fazenda;

2.º Os individuos que forem privados pelo respectivo Chefe da Repartição de concorrer aos leilões a que por sua ordem se houver de proceder;

3.º As pessoas a quem fôr prohibida a entrada nas mesmas estações. (Reg. de 1860, art. 308.)

Art. 291. O Inspector da Alfandega, ou Administrador da Mesa de rendas, não admittirá lançar algum dos que se conluam para obter por baixo preço as mercadorias em leilão; podendo prohibir-lhes por semelhante facto a entrada na Repartição e suas dependencias, na fórma do art. 205. (Reg. de 1860, art. 309.)

Art. 292. Quando o Presidente do leilão entender que o maior lance offerecido ainda não é o que corresponde ao valor da mercadoria, poderá suspender a arrematação, e submeter a mercadoria a segunda, e terceira praça, em um só lote, ou dividida em pequenos lotes, como parecer mais conveniente; e neste caso a nova praça será feita com intervallo de tres dias, precedendo sempre editaes, na fórma do art. 284. (Reg. de 1860, art. 310.)

Art. 293. Entregue o ramo a quem maior lance houver offerecido, lavrar-se-ha disso termo, que será assignado pelo Presidente do leilão, Escrivão, arrematante e leiloeiro. (Reg. de 1860, art. 311.)

Art. 294. O Inspector poderá admittir e aceitar novo lance, não só depois de concluido o leilão, como ainda depois de effectuada a arrematação, quando se derem as seguintes circumstancias:

1.ª De haver quem offereça lance que cubra o ultimo recebido e mais uma terça parte de sua importancia;

2.ª De não se haver effectuado a entrega do preço e a posse da coisa arrematada, caso em que se considera consummada a arrematação. (Reg. de 1860, art. 312, e Decisões ns. 561 de 7 de Dezembro de 1865, 640 de 23 de Setembro de 1878 e 166 de 9 de Setembro de 1884.)

Art. 295. Mesmo depois de effectuada, não deve a arrematação consummar-se:

1.º Si o dono ou consignatario das mercadorias requerer o respectivo despacho e pagar os devidos direitos e despezas;

2.º Si verificar-se que a coisa arrematada é diversa da que foi annunciada e apregoada. (Decisões ns. 168 de 24 de Abril de 1875, 551 de 23 de Agosto e 812 de 13 de Novembro de 1878.)

Art. 296. Feita a arrematação, será o arrematante obrigado, dentro de 48 horas, a entrar com o preço della para o cofre da Alfandega, sob pena, si o não fizer, de incorrer na multa de 20 % do mesmo preço, a favor do referido cofre, e de ser recolhido á cadeia, onde permanecerá preso á ordem do respectivo Inspector, ou Administrador, até que satisfaça o preço da arrematação, e a multa correspondente.

§ 1.º Si nos dez primeiros dias de prisão o arrematante não entrar com a importância do preço, serão as mercadorias de novo postas em praça, e continuará elle na cadeia até que pague a multa, observando-se neste caso o disposto no art. 658.

§ 2.º Nenhuma das mercadorias arrematadas, ou parte dellas, excepto as suas amostras, poderá sair da Alfandega sem que o arrematante haja pago o respectivo preço. (Reg. de 1860, art. 313, e Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 60.)

Art. 237. Os leilões da Alfandega ou Mesa de rendas poderão ser feitos á porta da Repartição ou em qualquer outro lugar que fôr annuciado, devendo o producto ser, na fôrma do presente Regulamento, recolhido aos respectivos cofres, sob as penas do artigo antecedente.

Servirá de leiloeiro um dos Continuos e, na falta delles ou quando a praça fôr effectuada fóra da Alfandega, a requerimento do dono ou consignatario das mercadorias, um Agente de leilões, provido na fôrma da legislação em vigor.

Paragrapho unico. O Agente de leilões tem direito de haver unicamente do arrematante a commissão que por lei lhe competir e será responsavel pelo preço da venda. (Reg. de 1860, art. 314, e Reg. de 1876, art. 135 § 7.º)

## TITULO VI

**Da importação e exportação; e da pollicia fiscal em relação ás embarcações que demandarem, ou estiverem ancoradas nos mares territoriaes, rios, lagoas e portos do Imperio.**

### CAPITULO I

#### DOS PORTOS ALFANDEGADOS OU HABILITADOS

Art. 298. A importação ou entrada de mercadorias estrangeiras, ou procedentes de portos estrangeiros, sua descarga, deposito e transito, e a exportação, ou sahida para portos estrangeiros, dos generos e objectos de producção e manufactura nacional, ou de mercadorias estrangeiras em deposito ou já despachadas para consumo, poderão effectuar-se unicamente nos portos, pontos ou logares que forem designados pelo Governo.

§ 1.º Os portos, pontos, ou logares de que trata este artigo, poderão ser habilitados para todo o commercio, qualquer que seja a sua natureza, para um ou mais de seus ramos, ou simplesmente para a importação de certas e determinadas mercadorias, para a exportação ou sahida de generos e objectos de producção e manufactura nacional, ou de mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo, conforme o Governo Imperial julgar mais acertado.

REPUBLICA CAMA  
DEPUTADOS

§ 2.º Em circumstancias extraordinarias, e no interesse da segurança ou da saúde publica, o Governo Imperial poderá temporariamente prohibir a importação ou entrada, descarga, deposito, ou transitio, e a exportação, carga, ou sahida de todas ou de certas mercadorias estrangeiras, ou generos de producção e manufactura nacional, em um ou mais portos ou logares, e a sua circulação dentro de certa e determinada zona das fronteiras do Imperio.

Os Presidentes das Províncias do Amazonas, Pará e Alagoas poderão usar da faculdade, de que trata este paragrapho, quanto aos rios Amazonas e seus affluentes, e S. Francisco, dando logo conta ao Governo.

§ 3.º A infracção de qualquer das presentes disposições será punida com apprehensão das mercadorias, perda das embarcações, vehiculos e animaes que as transportarem, e multo igual á metade do valor das mesmas mercadorias. ( Reg. de 1860, art. 315, e Decretos ns. 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 89, 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6.º, e 8912 de 21 de Março de 1883, arts. 19 e 28.)

Art. 299. As disposições penaes do § 3º do artigo antecedente ficam sujeitas:

§ 1.º As embarcações estrangeiras de qualquer natureza, lotação, nacionalidade, ou procedencia: 1º, que forem encontradas ancoradas, ou atrac das em acto de descarga ou de baldeação, recebendo carga, ou depois de haver descarregado, baldeado parte ou todo o seu carregamento, ou recebido carga em qualquer porto não habilitado, ou praticando taes actos em enseadas, ou em outras partes dos mares territoriaes do Imperio; 2º, que navegarem, ou forem encontradas com carga, ou sem ella, em rios, lagóas e quaesquer aguas interiores do Imperio.

§ 2.º As embarcações nacionaes de qualquer natureza, lotação, ou procedencia: 1º, que forem encontradas em acto de descarga, ou baldeação de mercadorias estrangeiras, recebendo ou baldeando carga de qualquer origem para porto estrangeiro, em portos não habilitados, ou meramente habilitados para a navegação de cabotagem, ou praticando taes actos clandestinamente em enseadas e mares territoriaes do Imperio; 2º, que transportarem mercadorias não permittidas pelos rios, lagóas e aguas interiores do Imperio.

§ 3.º Os vehiculos e animaes de transporte que forem encontrados em logares, pontos ou postos não habilitados das fronteiras terrestres do Imperio, carregando, descarregando, ou conduzindo mercadorias não permittidas, ou em contravenção dos regulamentos especiaes em vigor. ( Reg. de 1860, art. 316, Decretos ns. 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 9º, 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 10, e Decisão n. 248 de 4 de Julho de 1868.)

Art. 300. Das disposições penaes do § 3º do art. 298 ficam exceptuados:

1.º Os casos de arribada forçada, varação ou força maior;

2.º Os de licença da autoridade competente;

3.º As embarcações estrangeiras pertencentes aos Estados ribeirinhos, que tendo tratados e convenções especiaes com o Imperio, em virtude de suas estipulações navegarem, ou forem encontradas

nos rios e aguas interiores nos termos e condições nelles estabelecidas e reguladas ;

4.º As embarcações estrangeiras que se destinarem a algum porto interior onde houver Alfandega ou Mesa de rendas alfandegada, na forma prescripta pelos regulamentos em vigor. (Reg. de 1860, art. 317, Decretos ns. 39.0 de 31 de Julho de 1867, art. 10, e 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 10.)

Art. 301. A licença, de que trata o n. 2 do artigo antecedente, poderá ser concedida, mediante as garantias e cautelas necessarias para a boa fiscalisação das rendas de importação e exportação, pelo Ministerio da Fazenda a quaesquer embarcações:

1.º Para descarga de generos estrangeiros que já tenham pago os direitos de consumo ;

2.º Para carregar, com destino a portos estrangeiros, generos de producção ou manufactura nacional ;

3.º Para carga e descarga de mercadorias e objectos pertencentes á Administração publica ;

4.º Para o desembarque de colonos ou de quaesquer outros passageiros, e sua bagagem ;

5.º Em casos extraordinarios, como de fome, peste, guerra, ou bloqueio e semelhantes, em que alguma povoação interior necessite de soccorros.

§ 1.º Nas Provincias os respectivos Presi lentes, ouvidas as Thesourarias de Fazenda e as Alfandegas, e participando-o logo ao Ministro da Fazenda, poderão conceler, nos casos de que trata este artigo, taes licenças a uma ou outra embarcação designadamente, mediante as garantias e cautelas que os interesses da Fazenda o exigirem.

§ 2.º A licença, de que tratam os ns. 1 e 2 deste artigo, poderá ser concedida ás embarcações estrangeiras pelo Inspector da Alfandega, a cuja jurisdicção pertencer o porto do destino da embarcação. (Reg. de 1860, art. 318, Decretos ns. 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 11, 5585 de 11, de Abril de 1874, art. 14, e Decisões ns. 374 de 29 de Outubro de 1867, 139 de 18 de Março de 1876 e 423 de 11 de Agosto de 1879.)

Art. 302. No caso do n. 2 do artigo antecedente, as embarcações deverão processar os despachos, pagar os respectivos direitos, si forem devidos, e ser desembaraçadas na Alfandega, a cuja jurisdicção pertencer o porto em que forem carregar os alludidos generos, cumprindo ao respectivo Inspector designar um ou mais empregados para assistirem á carga e tomarem a rol a quantidade e qualidade dos generos embarcados.

Paragrapho unico. As despesas de transporte, ajudas de custo e gratificações que, na conformidade do art. 1º § 3º das Instrucções n. 29 de 16 de Janeiro de 1860, forem arbitradas aos empregados designados para fiscalisar este serviço, correrão por conta dos respectivos interessados. (Decreto n. 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 15, e Decisões ns. 355 de 17 de Agosto de 1865, 140 de 1 de Maio de 1868, 352 de 5 de Dezembro de 1870, 110 de 8 de Março de 1875 e 103 de 1 de Julho de 1882.)

## CAPITULO II

## DOS NAVIOS ARRIBADOS

Art. 303. Os casos de força maior, que determinem a arribada dos navios, serão justificados na forma dos arts. 743 do Código Commercial o 365 a 368 do Decreto n. 737 de 25 de Novembro de 1850, perante o Juiz Commercial competente ou perante os Consules, e neste caso se deve sempre observar a legislação do paiz a que pertencer o navio, cumprindo unicamente á Alfandega, ou Mesa de rendas, verificar a verdade da justificação, exigindo para esse fim os documentos de que trata o § 2º n. 1 do art. 383. (Reg. de 1860, arts. 323 e 330, e Decisão n. 11 de 7 de Janeiro de 1861.)

Art. 304. Si o navio arribar a porto não alfandegado, ou não habilitado, e precisar de obras para continuar a navegação, e o afretador, carregador, ou consignatario, não querendo esperar pelo concerto, pretender retirar as suas mercadorias, só o poderá fazer mediante licença, ou ordem da Alfandega, ou Mesa de rendas competente, ou da mais vizinha, com assistencia dos empregados que esta designar, depois de preenchidas as formalidades do respectivo despacho; correndo todas as despesas deste serviço por sua conta, na forma do art. 613 do Código do Commercio. (Reg. de 1860, art. 324.)

Art. 305. Si o navio arribado em porto não alfandegado ou não habilitado requerer concerto para continuar a navegação, e o não puder effectuar sem descarregar parte ou toda carga, ou quanta fór indispensavel para reparar as avarias da mesma carga, poderá ser logo, por mand do do Juiz Commercial competente, effectuada a referida descarga em lugar idoneo, com assistencia do empregado ou autoridade fiscal do districto, correndo a respectiva despeza, bem como a de guarda e beneficiamento das mercadorias, por conta do Capitão ou consignatario do navio, ou dos interessados que a requererem. Neste caso deverá o mesmo Juiz communicar á Alfandega, ou Mesa de rendas mais vizinha, o occorrido para que esta de prompto faça verificar e fiscalisar o desembarque, deposito ou reembarque pelos competentes officiaes, ou empregados de sua inteira confiança; devendo fazer conduzir a mesma carga, si assim o exigirem os interesses da Fazenda Nacional, ou dos interessados, e á custa destes, para deposito regular, e procedendo contra os extraviadores, si os houver, conforme as leis fiscaes. (Reg. de 1860, art. 325, e Decisão n. 182 de 3 de Abril de 1880.)

Art. 306. As providencias do artigo antecedente ficam extensivas aos casos: 1º, do Capitão do navio arribado e que fór julgado innavegavel, ou fór abandonado nos termos do direito, requerer deposito da carga, baldeação, ou transferencia desta para outro navio, na forma do art. 614 do Código do Commercio; 2º, da necessidade da descarga, ou baldeação, para alliviar o navio que encalhar em algum baixio ou banco, dentro dos mares territoriaes do Imperio. (Reg. de 1860, art. 326.)



Art. 307. Nas hypothèses dos artigos antecedentes, sendo necessaria, para pagamento das despezas de concertos, descarga, depositos, reembarque e semelhantes, a venda de mercadorias pertencentes á carga do navio arribado, ou para compra de objectos para seu concerto, ou preparo para a navegação, o Juiz Commercial concederá a licença para a alludida venda, na conformidade do art. 515 do Codigo Commercial, e exigirá, no caso de não haver estação fiscal no logar, caução ou pagamento dos direitos respectivos; cumprindo-lhe communicar o facto á respectiva Alfandega ou Mesa de rendas, e dar de tudo conta ao Ministro da Fazenda na Côrte, e aos Presidentes nas Provincias.

Paragrapho unico. A disposição do presente artigo fica extensiva á venda de mercadorias avariadas, que não puderem ser beneficiadas, na fórma do art. 717 do Codigo Commercial. (Reg. de 1830, arts. 327, 328 e 475 § 1º, Lei n. 2318 de 25 de Agosto de 1873, art. 11 § 6º, Decreto n. 5455 de 5 de Novembro de 1873, art. 3º, e Decisão n. 591 de 30 de Novembro de 1881.)

Art. 308. As mercadorias, e pertenças descarregadas de navios arribados, embora avariadas, si não se destinarem a algum porto do Imperio, deverão ser consideradas em transitio, e assim sujeitas sómente ás despezas de armazenagem e ao expediente das Capatazias, quando recolhidas aos armazens ou depositos da Alfandega ou Mesa de rendas; não cabendo, portanto, sobre ellas cobrar-se direitos de importação, salvo quando forem dadas ao consumo do paiz. (Imperial Resolução de Consulta de 25 de Julho de 1868 e Decisões ns. 268 e 290, de 21 e 30 de Junho de 1865, 398 de 24 de Setembro de 1868, 236 de 9 de Agosto de 1870 e 141 de 11 de Junho de 1883.)

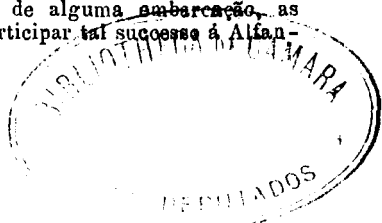
Art. 309. Nos portos alfandegados, ou habilitados, os actos a que se referem os arts. 305, 306 e 307 poderão ter logar, precedendo licença ou autorização do Chefe da Repartição Fiscal competente, e independente da intervenção de qualquer autoridade judicial.

Paragrapho unico. As duvidas e questões sobre a entrega das mercadorias, ou do seu producto, onde não houver Agente Consular da nação com quem o Imperio tenha celebrado convenção, são da competencia exclusiva da autoridade judicial, a quem os interessados poderão requerer o que fôr a bem de seus direitos, ainda quando tenha precedido a licença ou autorização da autoridade administrativa, nos termos do presente artigo. (Reg. de 1860, art. 329, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 44.)

### CAPITULO III

DOS NAUFRAGIOS, ARRECADAÇÃO E DESTINO DOS SALVADOS; E DAS MERCADORIAS E OBJECTOS ARROJADOS ÁS PRAIAS, OU QUE FOREM ENCONTRADOS FLUCTUANDO NO MAR.

Art. 310. No caso de naufragio de alguma embarcação, as autoridades locais são obrigadas a participar tal successo á Alfandega.



dega, ou á autoridade fiscal mais proxima. (Reg. de 1860, art. 331.)

Art. 311. Os empregados fiscaes que residirem nos logares mais proximos do naufragio e, na sua falta, as autoridades locais, acudirão immediatamente, e farão todos os esforços possiveis para a salvação das vidas e mercadorias, procurando evitar os extravios e malversações, e dando logo parte ás autoridades commerciaes competentes e ao respectivo Inspector da Alfandega, ou Administrador da Mesa de rendas, para procederem conforme fôr de lei. (Reg. de 1860, art. 332, Decreto n. 3920 de 31 de Julho de 1867, art. 27, e Decisão n. 365 de 22 de Dezembro de 1870.)

Art. 312. Logo que o sinistro conste na Alfandega, ou Mesa de rendas competente, o Inspector ou Administrador designará para assistir e fiscalisar a arrecadação dos salvados, os empregados e demais auxiliares que forem strictamente necessarios, segundo a importancia do naufragio e as condições do logar em que esto tiver occorrido.

Concluido que seja aquelle serviço, serão conservados no ponto onde se acharem depositadas as mercadorias salvadas unicamente os empregados fiscaes que ao respectivo Inspector ou Administrador parecem sufficientes para guarda e fiscalisação das mesmas mercadorias, até que a estas se dê destino. (Reg. de 1860, art. 333, Decreto n. 5865 de 6 de Fevereiro de 1875, art. 1.º)

Art. 313. Os empregados que, designados para este serviço, o abandonarem, seja de noite ou de dia, soffrerão a pena de suspensão por seis mezes, ou a de demissão, conforme os prejuizos resultantes do seu abandono. No caso de molestia repentina darão parte do logar do naufragio, e não se retirarão sem serem substituidos. (Reg. de 1860, art. 334.)

Art. 314. Os empregados fiscaes e demais auxiliares encarregados do serviço, de que trata o art. 312, terão transporte de ida e volta por conta do Estado, e perceberão, além dos vencimentos proprios dos seus logares, mais uma ajuda de custo correspondente á metade dos mesmos vencimentos, enquanto se acharem nessa commissão.

Em casos extraordinarios, o Ministro da Fazenda na Côrte, e os Inspectores das Thesourarias de Fazenda nas Provincias, attendendo á distancia, perigos, incommodos e outras circumstancias, e ouvindo os Inspectores das Alfandegas ou Administradores das Mesas de rendas, poderão conceder um augmento razoavel na dita ajuda de custo até mais outro tanto de sua importancia. (Decreto n. 5865 de 6 de Fevereiro de 1875, art. 2.º, e Decisão n. 124 de 4 de Março de 1879.)

Art. 315. Não se abonará ajuda de custo quando a arrecadação dos salvados se realizar no proprio logar da sede das Alfandegas e Mesas de rendas, e os empregados não forem obrigados a trabalhar além das horas do expediente.

Tambem cessará o abono si, findo o prazo que tiver sido marcado pelo Chefe da Repartição para concluir-se a commissão, ella se prolongar; salvo caso de força maior, devidamente justificado,

a juizo do mesmo Chefe. (Decreto n. 5865 de 6 de Fevereiro de 1875, art. 3.º)

Art. 316. A nenhuma diligencia, no caso de naufragio, se procederá para arrecadação, inventario e deposito dos salvados, sem assistencia ou consentimento do Capitão, ou Mestre do navio, ou de seu immediate ou preposto, consignatario ou representante; e, estando presente, sendo possível, o empregado fiscal do districto, ou do que ficar mais vizinho, enquanto não chegarem aquelles a quem para este fim a Repartição Fiscal competente der commissão. (Reg. de 1860, art. 335, e Decisão n. 201 de 12 de Julho de 1870.)

Art. 317. A respeito dos objectos salvados se observarão as seguintes disposições:

1.ª Serão, depois de arrecadados e inventariados, provisoriamente depositados em lugar idoneo, para serem depois transportados, e depositados nos armazens da Alfandega competente, sendo immediatamente beneficiados os que forem disso susceptíveis;

2.ª Ficarão sob a guarda do Capitão do navio naufragado, ou de quem suas vezes fizer, dos Agentes Fiscaes, e da força publica que fór para esse fim reunida á requisição da Alfandega, ou da competente autoridade local;

3.ª As mercadorias e objectos arruinados, ou que não forem susceptíveis de ser beneficiados, depois de reconhecido o seu estado ou avaria, serão, a requerimento ou com audiencia do Capitão ou de quem de direito fór, no mesmo lugar ou na povoação mais proxima, vendidos em hasta publica, com assistencia do empregado fiscal, e authorização do Juiz Commercial competente, o qual tem de intervir no processo, nos termos do art. 732 do Código Commercial, salvo convenção consular que o contrario haja disposto; devendo o producto das ditas mercadorias e objectos ser posto em deposito;

4.ª Comparcendo o Capitão ou consignatario do navio, o dono ou consignatario das mercadorias, e na sua falta o respectivo Agente Consular, a elle competirá tomar conta e dispôr dos salvados, satisfeitas as despezas e pagos os direitos competentes, na forma da disposição 7.ª do presente artigo, limitando-se a Repartição Fiscal á guarda e deposito dos salvados, á fiscalisação e arrecadação dos mencionados direitos e despezas. Si estes não se acharem liquidadas, e causar transtorno a demora d'ahi proveniente, poderá o Chefe da Repartição admittir a prestação de fiança idonea ou caução, como julgar mais conveniente, para garantia do seu pagamento;

5.ª Na ausencia, ou falta do Capitão, ou de pessoa que o represente, ou no caso de não ser elle conhecido, ou com presteza notificado ou avisado, si a salvação das mercadorias, sua conservação e interesse fiscal o exigirem, serão feitas essas diligencias e actos, de que tratam as disposições antecedentes, á sua revelia, por conta de quem de direito fór;

6.ª A venda dos salvados, em cujo numero se comprehendem quaesquer objectos ou fragmentos do navio naufragado, não poderá ser feita judicialmente sem assistencia de um empregado fiscal;

7.ª Do producto da venda das mercadorias e objectos arrecadados

deduzir-se-ha: 1.<sup>o</sup>, as despesas que se tiverem effectuado em proveito das mesmas mercadorias e objectos, ou de seus donos, taes como as de salvamento, conducção, beneficiamento, guarda e venda em hasta publica, as quaes têm preferencia, na fôrma do art. 733 do Código Commercial; 2.<sup>o</sup>, metade da ajuda de custo abonada aos empregados fiscaes, si a importancia daquellas despesas, reunida á dos direitos do consumo, si forem devidos, os quaes serão calculados na fôrma do art. 468 paragrapho unico, não exceder a 50-% do referido producto. No caso contrario, a despesa com a ajuda de custo correrá toda por conta dos cofres publicos unicamente.

Não se deduzirá daquelle producto o soldo da força publica, nos casos em que esta fôr empregada para guarda dos salvados;

8.<sup>a</sup> O producto liquido ficará em deposito para ser levantado por quem de direito fôr, ou pelo Consul respectivo, dando-se ao Capitão, ou consignatario do navio, e a quaesquer interessados neste e na sua carga todos os esclarecimentos, informações e documentos que a bem dos seus direitos requererem;

9.<sup>a</sup> Suscitando-se duvidas e questões sobre a entrega dos salvados, ou do seu producto, observar-se-ha o disposto no paragrapho unico do art. 309;

10.<sup>a</sup> Os empregados fiscaes são obrigados a prender e remetter á autoridade competente os individuos que forem encontrados arrecadando, ou apropriando-se dos salvados, ou de posse de taes objectos. (Reg. de 1860, art. 376, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 44, 5865 de 6 de Fevereiro de 1875, arts. 4.<sup>o</sup> e 5.<sup>o</sup>, e Decisões ns. 459 de 5 de Outubro de 1865, 578 de 26 de Dezembro de 1866, 280 de 11 de Setembro de 1867, 555 de 26 de Novembro de 1869, 308 de 31 de Outubro de 1870, 89 de 9 de Março, 146 de 29 de Abril, 151 de 6 de Maio e 212 de 30 de Junho de 1871, e 195 de 23 de Agosto de 1833.)

Art. 318. A primeira pessoa que participar a qualquer Repartição, posto, ou registro fiscal a existencia de um navio varado sobre a costa, terá direito a uma gratificação, que será arbitrada pelo Ministro da Fazenda; e todas as autoridades que não acudirem logo ao naufragio, ou não o participarem aos ditos postos, registros, ou Alfandega proxima, incorrerão em uma multa de 100\$ até 1:000\$, imposta pelo mesmo Ministro. (Reg. de 1860, art. 337.)

Art. 319. As fazendas, ou effectos sujeitos a direitos, que forem encontrados flutuando no mar, ou em quaesquer aguas interiores do Imperio, ou que forem arrojados sobre as praias, ou tirados do fundo do mar, ou dos rios e lagóas, ignorando-se o navio a que pertenceram, depois de inventariados com minuciosa especificação da qualidade, marcas, e numeros dos volumes, serão vendidos, e o seu producto, deduzidas as despesas devidas do salvamento, conducção, beneficiamento e venda em hasta publica, e bem assim os direitos do consumo, si a ellos estiverem sujeitos, ficará por um anno em deposito. No fim deste prazo, não apparecendo dono a reclamar, se considerará prescripto todo o direito ao seu levantamento, na fôrma do art. 682.

Paragrapho unico. O achador de taes mercadorias ou effectos, como premio pelo trabalho de arrecadação e pela fidelidade da

entrega, tem direito á metade do producto liquido, que lhe será abonada logo depois de effectuada a respectiva arrematação. ( Reg. de 1860, art. 338, e Decisões ns. 131 de 24 de Abril de 1868, 212 de 30 de Junho de 1871 e 167 de 9 de Setembro de 1884.)

## CAPITULO IV

### DAS EMBARCAÇÕES EM FRANQUIA

Art. 320. Será reputada em franquia a embarcação carregada, em meia carga, ou em lastro, que com destino para outro porto, nacional ou estrangeiro, der entrada para alguns dos seguintes fins:

- 1.º Espreitar o mercado ;
- 2.º Descarregar parte do carregamento destinado ao mesmo porto, ou a outro, ou para entreposto ;
- 3.º Fazer reparos em consequencia de avarias que receber durante a viagem, ou evitar perdas, ou qualquer damno, em virtude de força maior ;
- 4.º Prover-se de viveres e provisões, ou receber combustivel ;
- 5.º Receber ordens ;
- 6.º Concluir carregamento.

Paraphrasso unico. Os paquetes e vapores de linhas regulares serão considerados em franquia em todos os portos de sua escala, ou destino. ( Reg. de 1860, arts. 330 e 347.)

Art. 321. Nos casos de que tratam os ns. 1 e 5 do artigo antecedente, á vista da declaração do respectivo Capitão ou Mestre, si não fór de encontro ás declarações do manifesto e passaporte, será livre á embarcação permanecer no ancoradouro competente por espaço de seis dias uteis, que poderão ser pelo respectivo Inspector ou Administrador prorogados até mais oito tambem uteis, por motivo justificado, sem obrigação de descarregar ; ficando durante esse tempo isento o carregamento de quaesquer direitos ou taxas, como si estivesse fóra do territorio do Imperio.

§ 1.º Findo o prazo marcado, todos os privilegios da estada por franquia cessarão, e a embarcação ficará sujeita á multa de 200 réis por tonelada, por cada dia ou noite de demora ; e, si logo não der entrada por inteiro, e a demora exceder de oito dias, ao mesmo regimen das que são destinadas ao respectivo porto, e dão entrada por inteiro.

§ 2.º Os Inspectores ou Administradores podem cancelar a franquia pelo tempo que fór necessario para se effectuar qualquer dos outros actos e operações a que se refere o artigo antecedente. ( Reg. de 1860, art. 340, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1883, art. 35.)

Art. 322. A's embarcações em franquia será permittido, com licença do Chefe da competente Repartição Fiscal, mediante as necessarias cautelas fiscaes:

- 1.º Descarregar amostras do carregamento, mercadorias ou volumes destinados para consumo do porto de sua entrada, ou

para entreposto, ou de que lhes seja conveniente dispôr para qualquer fim, e a bagagem dos passageiros ;

2.º Baldear parte da carga que se destinar a algum outro porto ;

3.º Depositar ou ballear parte ou toda a carga, quando precisarem de concertos ou forem condemnadas á vista do seu estado ;

4.º Completar a carga, fazer provisões de qualquer natureza, ou receber combustivel.

§ 1.º As amostras descarregadas serão reembarcadas, ou despachadas para consumo, quando o Capitão, Mestre, ou consignatario o requerer.

§ 2.º As mercadorias baldeadas não ficam sujeitas a direitos de exportação, ou de qualquer outra natureza.

§ 3.º O ouro ou prata em pó, barra, pinha, ou moeda pertencente á carga do navio, poderá ser depositado em qualquer Banco, ou casa de negociante, que fôr indicado pelo Capitão ou consignatario do mesmo navio. (Reg. de 1860, arts. 341 a 344.)

Art. 323. A entrada por franquia será permittida: 1º, para descarga das mercadorias destinadas a entrepostos, e para as baldeações de que trata o n. 2 do art. 320, unicamente nos portos onde houver entrepostos ; 2º, para os actos e operações a que se refere o mesmo artigo nos ns. 1 e 5, sómente nos mesmos portos, e nos das cidades do Rio Grande do Norte, Fortaleza, Parahyba, Alagôas, Aracajú, Victoria, Santos e Santa Catharina. (Reg. de 1860, art. 346, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 36, e Decisão n. 332 de 12 de Outubro de 1867.)

## CAPITULO V

DA POLICIA FISCAL DOS MARES TERRITORIAES, ENTRE PORTOS,  
ANCORADOUROS, RIOS E AGUAS INTERIORES DO IMPERIO

### SECÇÃO I

#### *Dos portos, ancoradouros, e seus registros*

Art. 324. A fiscalisação das Alfandegas ou Mesas de rendas começa desde a entrada do navio até sua effectiva sahida dos portos do Imperio, e estende sua acção sobre os mares territoriaes, enseadas, bahias, portos, ancoradouros, praias, rios, aguas interiores e fronteiras terrestres ; comprehendendo todos os actos, diligencias e serviços mencionados no art. 16 do presente Regulamento, e quaesquer outras disposições em vigor. (Reg. de 1860, art. 348.)

Art. 325. Os Commandantes e empregados da praticagem das barras, os Capitães dos portos e seus subordinados, e os Commandantes e tripolação dos vapores de reboque, serão reputados Agentes fiscaes para a prevenção e repressão do contrabando, e descaminho das rendas publicas ; cumprindo-lhes observar e fazer observar os regulamentos das Alfandegas relativos á policia dos

portos e ancoradouros, e ficando responsaveis por qualquer prejuizo da Fazenda Publica, para o qual directa ou indirectamente concorrerem, prestando seus serviços ou consentimento, ou deixando de participar ás autoridades competentes o que chegar ao seu conhecimento ou presenciarem, relativo ao desvio de direitos, ou a qualquer fraude, ou contravenção da legislação fiscal.

Paragrapho unico. Esta disposição é extensiva :

1.º Aos Commandantes das embarcações de guerra, seus officiaes, e tripolação ;

2.º Aos Commandantes dos destacamentos, das fortalezas ou postos militares, e sua guarnição ;

3.º A quaesquer autoridades, ou empregados policiaes dentro dos limites da sua jurisdicção. (Reg. de 1830, art. 349.)

Art. 326. Nos portos alfandegados, ou habilitados, haverá sendo possível, além dos de fabrico, e outros que forem creados pela respectiva Capitania, de accôrdo com a Alfandega ou Mesa de rendas, os seguintes ancoradouros :

1.º De quarentena, destinado ás embarcações que forem impedidas em virtude dos regulamentos de policia sanitaria ;

2.º De descarga, que ao mesmo tempo servirá para as embarcações em franquia ;

3.º De carga. (Reg. de 1860, art. 350.)

Art. 327. Os navios costeiros, ou de cabotagem, depois que tiverem desembarcado as mercadorias estrangeiras sujeitas á fiscalisação, tomarão o ancoradouro que lhes for designado fora dos acima designados, mas em distancia tal que os deixe livres o desembarcaçãos para a ronda e vigia delles, e para o transito commum. (Reg. de 1860, art. 351.)

Art. 328. Em cada porto alfandegado, ou habilitado, organizar-se-ha, além de um regimento de signaes para o uso do seu pessoal, registros, embarcações e escaleres, um regulamento especial, accommodado á natureza do logar, em que se determinarão ou fixarão :

1.º Os limites dos differentes ancoradouros ;

2.º As regras de policia, para serem observadas pelos Commandantes que nelles entrarem, e se conservarem ;

3.º As horas do dia em que terão logar os differentes trabalhos de carga, descarga, ou balançaço ;

4.º As obrigações dos Commandantes dos postos, ou registros, e das rondas.

§ 1.º Este regulamento será proposto pelo Inspector ou Administrador da respectiva Alfandega ou Mesa de rendas, de accôrdo com o Capitão do porto, ou seu delegado, onde o houver, e se conformará o mais possível com as presentes disposições ; podendo nelle comminarem-se multas de 10\$ até 500\$ aos seus infractores. O Presidente da respectiva Provincia instruirá o mesmo regulamento com as informações que julgar conveniente fazer, e o submeterá á approvação do Ministro da Fazenda.

§ 2.º Enquanto, porém, o mesmo regulamento não se confeccionar, observar-se-hão as disposições do presente capitulo, e o regulamento de cada porto, que estiver em vigor, na parte que

não fôr opposta ao que neste se prescreve. (Reg. de 1860, arts. 352 e 353, e Decisão n. 679 de 3 de Outubro de 1878.)

Art. 329. As embarcações que precisarem do fabrico seguirão, depois de desembaraçadas pela Repartição Fiscal, para o competente ancoradouro, na forma do Regulamento n. 447 de 19 de Maio de 1816; salvo todavia os casos de ligeiros concertos, em que, com licença da Capitania do Porto, e da respectiva autoridade fiscal, poderão permanecer em algum outro lugar ou ancoradouro. (Reg. de 1860, art. 353.)

Art. 330. No lugar mais proximo á barra haverá um registro ou posto fiscal, com guarnição sufficiente para, nos casos de necessidade, destacar força nas embarcações que entrarem, até que cheguem e dêem fundo no ancoradouro competente. (Reg. de 1860, art. 354.)

Art. 331. Cada um dos ancoradouros será guardado por um ou mais postos, ou registros, que terão bandeira azul em quadro, com uma grande estrella de panno de côr branca no centro cujos raios tocarão nos lados do quadrado, e estará acesa durante o dia no lugar mais elevado, para serem reconhecidos e respeitados pelos barcos mercantes, devendo ser, á noite, substituída por uma lanterna de vidros azues.

Nestes postos ou registros haverá os escaleres necesarios para a ronda e policia dos ancoradouros, os quaes poderão usar da mesma bandoira. (Reg. de 1860, art. 355.)

Art. 332. Cada um dos postos ou registros dos ancoradouros terá para o seu serviço a guarnição necessaria, que poderá ser alistada ou contratada na forma do § 7.º do art. 115 do presente Regulamento; e ficarão todos sob as ordens de um Commandante para esse fim designado, que permanecerá dia e noite em um d'entre elles que fôr mais central, inspecionará os mesmos postos, registros e escaleres rondantes, e desempenhará o serviço que lhe fôr marcado em instrucções especiaes organizadas pelo respectivo Inspector ou Administrador. (Reg. de 1860, art. 356, e Decisão n. 420 de 27 de Setembro de 1861.)

Art. 333. Nos portos pouco frequentados de embarcações que vierem directamente de portos estrangeiros, poder-se-ha prescindir de postos ou registros nos ancoradouros de descarga ou carga, bastando as rondas no mar e praias, e os cadeados e sellos nas escotilhas e anteparas, ou outras quaesquer providencias que mais acertadas parecerem á fiscalisação. (Reg. de 1860, art. 357.)

Art. 334. A principal obrigação do Commandante dos referidos postos e registros é evitar todo e qualquer extravio de direitos e rendas nacionaes, e por isso deverá:

1.º Vigiar escrupulosamente de dia e de noite, e rondar o ancoradouro nos escaleres ou botes, para que não desembarque volume algum sem ordem por escripto do respectivo Inspector ou Administrador, ou embarque sem despacho ou guia da competente Repartição; apprehendendo os que forem encontrados sem ordem ou despacho, e os desembarcados sem um Official de descarga, ou Guarda que os acompanhe, e remetendo-os com os extraviadores ao Chefe da competente Repartição, acompanhados de parte por



escripto, em que declare o escalor, os nomes dos apprehensores e dos extraviadores, as mercadorias apprehendidas, a hora, e mais circumstancias da apprehensão ;

2.º Cuidar em que as embarcações mercantes tomem os seus ancoradouros, e nelles se conservem dentro dos respectivos limites ;

3.º Não consentir, sem licença do Chefe da Repartição, comunicação alguma entre as embarcações em quarentena, em franquia, ou descarga, ou sujeitas á fiscalisação, ou que os barcos de descarga atraquem, sem licença, a outros barcos ; podendo chamar á falta, mandar arribar, e perseguir os escaleres, lanchas, ou barcos quaesquer, que passarem pelos ancoradouros, e que lhe parecerem suspeitos ;

4.º Participar promptamente ao Guarda-mór, ou ao Chefe da Repartição, tudo o que occorrer de extraordinario nos ancoradouros, e cumprir pontualmente as ordens de ambos ; requerer as providencias tendentes á boa ordem do serviço, e dar todo o auxilio aos empregados fiscaes, ou autoridades que lh'o requisitarem ;

5.º Fiscalisar a execução dos regulamentos dos portos e ancoradouros, procedendo na fórma por elles determinada contra os seus infractores, e dando parte á autoridade competente para providenciar como fór conveniente ;

6.º Empregar a força á sua disposição para conseguir a plena execução dos regulamentos dos portos e ancoradouros, havendo-se todavia, no caso de evidente necessidade de seu emprego, com circumspecção e prudencia ; e no caso de ser acommetida a barca, escaleres de ronda, e ancoradouros por força maior, pedir auxilio ás fortalezas e navios de guerra nacionaes.

Paragrapho unico. O Commandante do registro ou posto de entrada terá um livro em que registrará as embarcações que entrarem ou sahirem, e observará as disposições do presente capitulo relativas ás visitas dos navios entrados. (Reg. de 1860, art. 358.)

Art. 335. Além das rondas e visitas que ao Inspector ou Administrador cumpre fazer para se inteirar da regularidade com que o serviço externo é desempenhado, poderá o mesmo Inspector ou Administrador, quando lhe parecer conveniente, encarregar extraordinariamente das visitas e rondas ao seu Ajudante, onde o houver, aos Chefes de secção ou a qualquer outro empregado de sua confiança. (Reg. de 1860, art. 359, e Reg. de 1876, art. 106.)

Art. 336. Nos portos alfandegados, ou habilitados, onde não houver Capitão do Porto, ou seu delegado, ao respectivo Inspector da Alfandega, ou Administrador da Mesa de rendas, compete a observancia do Regulamento n. 447 de 19 de Maio de 1846, e Decreto n. 1630 de 16 de Agosto de 1855, relativos á policia dos portos, sua conservação, ancoradouros, lastros e matricula ou arrolamento das embarcações e gente do mar. (Reg. de 1860, art. 362, e Decisão n. 124 de 19 de Maio de 1883.)

Art. 337. As autoridades civis, judicias e militares, os postos de guarda, os destacamentos, e qualquer força acantonada, ou de guarnição em qualquer logar ou fortaleza, e as embarcações de guerra são obrigadas a prestar auxilio aos empregados e Guar-

das da Alfandega e Mesa de rendas, sempre que estes, no exercício de seus deveres, o requisitarem, ou delles carecerem, ou tiverem sido acommettidos, ou ameaçados de o ser, e não puderem portanto cumprir seus deveres.

As ditas autoridades ficam sujeitas ás mesmas obrigações marcadas no art. 325 pelo que toca á prevenção e repressão do contrabando; sendo responsáveis por qualquer descaminho das rendas publicas, para que directa ou indirectamente concorrerem.

Paraphrasso unico. As mesmas obrigações incumbem aos Pilotos Práticos, os quaes, desde que sahirem nas embarcações, serão considerados como empregados das Alfandegas, e como taes sujeitos ás obrigações e penas que a lei lhes impõe. (Reg. de 1860, art. 333, e Decreto n. 3320 de 31 de Julho de 1857, art. 31.)

Art. 338. Os individuos que proferir injurias contra os empregados, Officiaes, Guardas e tripulação das embarcações das Alfandegas e Mesas de rendas, que estiverem em acto, diligencia, ou em exercício de suas funções, serão *ex officio* processados e punidos na fórma da Legislação penal do Imperio.

Paraphrasso unico. A resistencia, ou desobediencia aos ditos funcionarios no desempenho do seu dever e officio, sujeita os que as praticarem ás penas que as leis impoem aos que resistem e desobedeceem ás justicas. (Reg. de 1860, arts. 364, e 365 e Decisão n. 896 de 13 de Dezembro de 1878.)

Art. 339. No caso de perseguição de individuos que, sendo encontrados em flagrante delicto, e acossados pelos empregados fiscaes, ou pela força publica, se acontorem em alguma casa, será esta incontinenti posta em cerco, e, com assistencia e intervenção da competente autoridade judiciaria, varejada na fórma das leis criminaes em vigor, afim de serem apprehendidos os generos ou mercadorias e objectos de contrabando, e preso seu autor ou cumplices. (Reg. de 1860, art. 336.)

Art. 340. Os empregados das Alfandegas nas diligencias que fizerem, ou em acto de seu officio, poderão usar de armamento igual ao dos Commandantes da força dos Guardas. (Reg. de 1860, art. 367, e Reg. de 1876, art. 19.)

Art. 341. A jurisdicção fiscal das Alfandegas e Mesas de rendas é cumulativa nos mares territoriaes, costas, ou praias, rios, lagôas e aguas interiores e fronteiras terrestres do Imperio, para a prevenção, repressão do contrabando e para execução dos regulamentos fiscaes relativos ás embarcações, vehiculos, e pessoas que nelles forem encontradas infringindo suas disposições. (Reg. de 1860, art. 368.)

## SECÇÃO II

*Das obrigações dos Capitães ou Mestres das embarcações mercantes em relação á policia dos portos e ancoradouros*

Art. 342. No regimen e policia dos portos e ancoradouros observarão os Capitães ou Mestres das embarcações mercantes as seguintes disposições:

§ 1.º Nenhum escaler, fálua, bote, canôa, ou outra embarcação de qualquer lotação, qualidade, ou denominação, sob pena de apprehensão e de multa de 20\$ até 200\$ por cada pessoa de sua tripolação e que conduzir de passagem, poderá comunicar, ou atracar a qualquer navio que demandar algum dos portos do Imperio, ou estiver proximo de suas costas, praias, enseiadas, rios ou aguas interiores, entrar ou sair dos portos do Imperio antes da competente visita de entrada, ou depois de desembaraçado para a sahida.

Exceptuam-se :

1.º Os casos de força maior, e de soccorro, em virtude de incendio, agua aberta, motim, ou desordem da tripolação, e de qualquer outra necessidade de navegação, ou de reconhecimento de posição ;

2.º Os de visita dos cruzeiros da Marinha de guerra do Imperio, ou das embarcações da Alfandega ;

3.º Os Officiaes da visita da Policia, e Saude, e da Capitania do Porto, na forma dos respectivos regulamentos ;

4.º As embarcações e empregados da praticagem da barra, ou os Pilotos e suas embarcações, na forma dos regulamentos que regerem este serviço ;

5.º As embarcações destinadas a dar reboque, ou ajudar a amarração, contanto que não atraquem em outro lugar que não seja o portaló, e se conservem amarradas pela popa enquanto o serviço a que forem destinadas não começar.

§ 2.º A embarcação que entrar à barra, em qualquer hora do dia, seguirá em direitura ao primeiro registro ou posto fiscal, onde, conforme lhe fôr ahí determinado, ou ancorará ou se conservará sob vela, até receber as visitas da Policia e Saude, e da respectiva Alfandega ou Mesa de rendas ; tomando, logo que fique desembaraçada, o ancoradouro ou lugar que lhe fôr marcado, não podendo demorar-se por mais tempo que o necessario para as suas manobras, ou o que lhe fôr concedido, e incorrendo, si o contrario fizer, na multa de 10\$ até 200\$, por cada hora de demora.

Si por causa do mar, ou vento contrario, ou outro qualquer justo motivo, a juizo do respectivo Inspector ou Administrador, a embarcação fôr obrigada a surgir em outro qualquer lugar, ou não procurar o primeiro registro, ancoradouro ou lugar que lhe fôr designado, será intimada para immediatamente o fazer, debaixo das mesmas penas, no prazo que lhe fôr marcado.

Esta disposição não comprehende os navios manobrados pelo pessoal da praticagem das barras e portos, porque a elle cabe a observancia das disposições acima citadas.

§ 3.º A embarcação que entrar de noite é extensiva a disposição do § 2.º, com as seguintes modificações : 1.ª, deverá ancorar proximo ao registro ou posto fiscal ; 2.ª, logo que largar ancora, collocará, em lugar saliente, uma lanterna accesa, a 18 pés, pouco mais ou menos, de altura do convez, a qual será conservada por toda a noite.

§ 4.º Depois da visita da entrada, até ao completo desembarço, só será permittido atracar aos navios sujeitos á fiscalisação, qual-

quer que seja o ancoradouro, ou lugar em que estejam: 1º, os escaleres, ou outra qualquer embarcação destinada a receber passageiros; 2º, os escaleres dos navios de guerra da nação a que pertencer o navio; 3º, os que apresentarem permissão ou licença do respectivo Chefe da Repartição Fiscal; 4º, os dos navios de guerra brasileiros, na forma da respectiva legislação; 5º, os dos Capitães dos portos, e dos seus delegados, e os da policia dos portos.

Os escaleres, ou outra qualquer embarcação não mencionada neste paragrapho, que atracarem aos ditos navios, ficarão sujeitos ás mesmas penas do § 1.º

§ 5.º A embarcação que sair receberá a competente visita no registro ou posto da entrada.

§ 6.º O Capitão ou Mestre que consentir atracar á embarcação do seu commando qualquer outra, ou permittir a alguma pessoa entrar a bordo, salvas todavia as excepções dos paragraphos precedentes, incorrerá tambem na multa de 20\$ até 200\$ por cada embarcação que atracar ou por cada pessoa que consentir entrar. Nas mesmas penas, salvas as referidas excepções, incorrerão as embarcações que atracarem ao navio que sabe, e o Commandante que consentir que o façam. (Reg. de 1830, art. 369, Decisões ns. 161 de 16 de Abril de 1862, 178 de 30 de Abril de 1866, 151 de 6 de Maio de 1868, 570 de 30 de Agosto de 1878 e 185 de 31 de Março de 1879.)

Art. 313. A licença a que se refere o § 4º n. 3 do artigo antecedente, será concedida unicamente: 1º, aos compradores que precisarem ir a bordo examinar o carregamento, quando delle não possam vir á terra amostras sufficientes para seu exame; 2º, aos trabalhadores ou operarios de que a embarcação carecer para qualquer concerto ou obra, ou para beneficio da carga; tomando-se nesse caso as cautelas necessarias para que sejam examinados na ida e volta; 3º, aos Consules, quando tenham de exercer actos de sua jurisdicção a bordo dos navios da respectiva nacionalidade, bastando para esse fim a requisição ao Chefe da Repartição, a quem se deverá dir gir, designando o dia e hora em que tenham de exercer taes actos.

§ 1.º Em todos os casos em que tiverem logar taes licenças, o Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas poderá, sendo necessario, fazer acompanhar as pessoas que as obtiverem, de empregados de sua confiança.

§ 2.º Aos Ministros e Agentes Diplomaticos, acreditados ante o Governo do Brazil, será franqueada a visita das embarcações de sua nação, sempre que, com a devida antecedencia, o previnam á competente Repartição. (Reg. de 1869, art. 370, e Decisão n. 96 de 20 de Junho de 1882.)

Art. 314. Os Commandantes das embarcações que entrarem deverão apresentar ao Guarda-mór, ou ao empregado que suas vezes fizer, no acto da visita, a qual terá logar logo que a embarcação tiver livre pratica pelas visitas da Saude e da Policia, o seu passaporte e papeis de bordo, que lhes forem exigidos, e fazer as declarações que julgarem necessarias na forma do art. 378.

Paragrapho unico. Esta disposição fica extensiva aos que, em virtude de força maior, arribarem a portos não alfandegados ou habilitados; devendo a apresentação ser feita ante a autoridade fiscal do logar ou, na sua falta, a qualquer outra civil ou militar. (Reg. de 1860, art. 371, Decreto n. 3247 de 31 de Dezembro de 1863, art. 34, Decisões n. 309 de 9 de Julho de 1863, 442 de 13 de Outubro de 1866 e 535 de 15 de Dezembro de 1877.)

Art. 345. Nenhuma embarcação se poderá demorar em qualquer dos ancoradouros, cães, pontes, trapiches ou logares em que receber carga, ou em que descarregar, depois que o seu Capitão ou Mestre fôr intimado pelo Guarda-mór ou por quem suas vezes fizer, para que saia dello, além do tempo que lhe fôr marc do na occasião da intimação, sob as penas do § 2º do art. 342.

§ 1.º Nas mesmas penas incorrerá o Capitão ou Mestre de qualquer embarcação, que depois de intimado: 1º, não seguir no prazo que lhe fôr determinado com a embarcação de seu commando, para o ancoradouro, cães, ponte, cães, trapiche, ou logar que lhe fôr ordenado; 2º, não atracar, ou principiar a descarga ou carga, no tempo que lhe fôr marcado pelo respectivo Inspector ou Administrador; 3º, não fundear ou conservar o navio no sitio ou ancoradouro que lhe fôr designado.

§ 2.º Quando, porém, em qualquer das hypotheses do paragrapho antecedente, não o fizer por motivo ou incidente de força maior, logo que cessar o motivo que o obrigou, retomará o navio a sua primeira posição, e só incorrerá o Capitão ou Mestre nas penas do art. 342 § 2º quando, advertido de sua obrigação, não obedecer.

§ 3.º O Capitão ou Mestre, que não concluir a descarga no prazo que lhe fôr marcado, incorrerá na multa de 20 \$ a 200 \$ por dia de demora, nos termos do art. 418. (Reg. de 1860, art. 373, e Decretos ns. 6453 de 13 de Dezembro de 1875, art. 3º, e 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 7.)

Art. 346. A embarcação que conduzir polvora será obrigada a descarregar no proprio logar em que estiver collocado o registro da entrada. Si a polvora fôr em pequena quantidade, poderá logo ser recebida no registro para depois seguir para o competente deposito; e unicamente com licença do Capitão do porto, na forma do art. 24 do Regulamento n. 447 de 19 de Maio de 1846, poderá conservar a bordo a que fôr precisa para signaes. (Reg. de 1860, art. 386.)

Art. 347. A embarcação que precisar alliviar a carga para poder seguir até a Alfandega do seu destino, quando na entrada da barra, ou proximo della, ou em logar por onde tiver de passar, houver outra Alfandega ou Mesa de rendas, dará entrada nesta, e descarregará ou alliviará, passando parte da carga para outros barcos, com assistencia de um Conferente, que tomará a rol os volumes; e não seguirá sem as escotilhas fechadas e lacradas, e um Guarda a bordo. Si na entrada da barra, ou proximo della, não houver Alfandega ou Mesa de rendas, o respectivo Inspector ou Administrador marcará o ponto mais conveniente para taes bal-

deações, e ahi haverá empregados e Guardas para assistirem a ollas, fecharem e lacrarem as escotilhas, e seguirem a bordo.

Paragrapho unico. O rol de que trata este artigo será feito e assignado pelo Conferente e empregados que assistirem á baldeação, e pelo Capitão ou Mestre da embarcação, e conterá todas as declarações que por este Regulamento se requirem para o rol ou folha de descarga. (Reg. de 1860, art. 379, e Decreto n. 133 de 24 de Maio de 1870, art. 1.º § 3.º)

Art. 348. As embarcações que demandarem o porto da cidade do Rio Grande e que, pelo seu estado, não puderem navegar pelo canal da barra, as que trouxerem mercadorias destinadas á reexportação, as que, por affluencia de trabalho ou por qualquer outro motivo, não puderem ter prompta descarga na Alfandega daquelle cidade, e as arribadas ou com destino a Porto Alegre, poderão baldear, com as formalidades do artigo antecedente, parte ou toda a carga para outras embarcações, ou descarregar-as para os depositos a cargo da Moa de remdas de S. José do Norte, observando-se neste ultimo caso o disposto no art. 152 deste Regulamento. (Reg. de 1860, art. 380, e Decreto n. 8912 de 24 de Março de 1883, art. 30.)

Art. 349. As embarcações nacionaes ou estrangeiras fundeadas nos ancoradouros se postarão em uma ou mais linhas, dentro dos limites que serão assignalados por boias e por barcas de vigia.

As que estiverem nos ancoradouros de carga ou descarga, nas docas da Alfandega, atracadas a pontes ou cães, deverão ter os paus de bujarrona e giba dentro; e nos portos em que, pela sua pequena capacidade, estiverem por isso acarradas a quatro cabos, terão além disso a retranca dentro, e as vergas desamantilhadas; e só em vespera de sahida, afim de envergar pauno, poderão amantilhar vergas e deitar fóra os paus, menos o da giba que só o poderão depois de passar o registro de entrada. Ao contraventor será imposta a multa de 10\$ até 50\$ por cada vez. (Reg. de 1860, arts. 376 e 387.)

Art. 350. Enquanto as embarcações estiverem nos ancoradouros de quarentena e descarga, o Inspector ou Administrador poderá mandar-lhes fechar as escotilhas com cadealos e sellos, ou tomar quaesquer outras providencias que lhe pareçam melhores, quando as mercadorias pelo seu valor o facil descaminho o mereçam; e só serão abertas, presente o Guarda-mór ou quem suas vezes fizer, ou o Commandante do respectivo ancoradouro. Si, no acto da abertura das escotilhas, portas ou anteparas, forem encontrados os cadealos quebrados, os sellos dilacerados, ou indicios de abertura, o Commandante ou Mestre pagará uma multa de 100\$ até 500\$, segundo as circumstancias do caso, que lhe será imposta pelo respectivo Inspector ou Administrador, além das em que incorrer pelo descaminho das mercadorias que fór verificado. (Reg. de 1860, art. 375.)

Art. 351. Os navios que estiverem debaixo da inspecção da Alfandega, tanto a carregar como a descarregar, conservarão içada uma bandeira azul com uma grande estrella de paño branco no centro, na fórma do art. 35 do presente Regulamento, para que se

conheça que não se pôde ir a bordo senão pelo modo que fica determinado nos arts. 342 e 343.

§ 1.º De noite conservarão uma lanterna accesa, na forma do art. 342 § 3.º

§ 2.º A infracção do presente artigo dará lugar á imposição da multa de 10\$ até 50\$ por cada dia ou noite, que será satisfeita pelo respectivo Capitão ou Mestre. (Reg. de 1860, art. 391.)

Art. 352. Os Capitães, ou Mestres dos navios, officiaes e pessoas de sua tripolação quando se dirigirem á terra serão obrigados a apresentar-se no posto, ou registro competente, tanto na ida para terra como na volta para bordo; e por cada infracção da presente disposição incorrerá cada um na multa de 10\$ até 200\$000.

Paragrapho unico. Semelhantemente, e sob as mesmas penas, não poderão passar de seus navios para outros que estejam debaixo da inspecção da Alfandega ou Mesa de rendas, sem licença do respectivo Chefe. (Reg. de 1860, art. 374.)

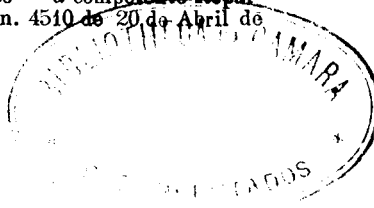
Art. 353. Os Commandantes das embarcações, ou seus prepostos, não poderão permittir o embarque ou desembarque de bordo, de qualquer mercadoria ou objecto, sem ordem, despacho, ou licença por escripto do Chefe da competente Repartição Fiscal, sob pena de satisfazerem a multa de 10\$ até 100\$ por cada volume, ou igual á importancia dos direitos respectivos das mercadorias descarregadas ou embarcadas, além das de apprehensão da mercadoria ou volume, si houver lugar.

Paragrapho unico. No caso de simples infracção deste artigo, em que não haja fraude, a multa não poderá exceder a importancia dos direitos respectivos da mercadoria. (Reg. de 1860, art. 377, Imperiaes Resoluções de Consulta de 13 de Março de 1875 e de 18 de Outubro de 1878, Decisões de 19 de Janeiro de 1864 e ns. 163 de 16 de Abril de 1875, 78 de 7 de Março, 529 e 547 de 11 e 20 de Dezembro de 1877, 634 de 21 de Setembro, 728 e 749, de 19 e 26 de Outubro de 1878.)

Art. 354. Os Capitães ou Mestres deverão dar parte ao Guardamór, por si ou por um seu preposto, dentro de 24 horas depois de findar a descarga, que está descarregada a sua embarcação de todas as mercadorias que trouxe, para se proceder logo á competente visita.

Paragrapho unico. Antes desta visita será facultada a qualquer embarcação licença para receber alguma carga por motivo de segurança, mediante as cautelas fiscaes que a autoridade competente julgar necessarias. (Reg. de 1860, arts. 378 e 381.)

Art. 355. Os Commandantes das embarcações ou seus prepostos, apenas receberem a bordo algum volume ou mercadoria, lançarão no despacho ou guia que o acompanhar a nota de — Recebido — que assignarão; e, logo no mesmo dia ou no seguinte, sob pena de uma multa de 10\$ até 40\$, a arbitrio do respectivo Inspector ou Administrador, que poderá prorogar esse prazo por mais 24 horas uteis, remetterão o mesmo despacho ou guia ao Commandante do ancoradouro, e este lhes passará um recibo, e enviará o despacho ou guia no dia seguinte com o seu — Visto — á competente Repartição. (Reg. de 1860, art. 382, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de



1870, art. 10, e Decisões ns. 373 de 18 de Setembro de 1866 e 151 de 11 de Junho de 1870.)

Art. 356. O Capitão ou Mestre da embarcação que receber a bordo generos destinados ou despachados para outra, incorrerá na multa de 10\$ até 100\$ por cada volume ou mercadoria que houver recebido, além da pena de satisfazer as despesas de remoção, a que será obrigado dentro do prazo que lhe for marcado pelo respectivo Inspector ou Administrador. (Reg. de 1860, art. 383.)

Art. 357. É prohibido a todo o qualquer navio dar tiros ou salvar sem licença do Capitão do porto, e, ainda obtida esta, o não poderá fazer levando tacho o tiro.

O Capitão ou Mestre que transgredir esta disposição ficará sujeito á reparação do damno, havendo-o, além da multa de 10\$ até 50\$ por cada vez. (Reg. de 1860, art. 388.)

Art. 358. Não será permittido dentro dos ancoradouros de carga e descarga conservar fogo a bordo depois do toque de recolher; podendo, apenas, cada navio conservar na respectiva camara uma luz em lanterna fechada. O Capitão ou Mestre que infringir a presente disposição incorrerá na multa de 10\$ até 50\$ por cada vez.

Paraphrasis unico. Esta disposição fica extensiva ás embarcações que, estando atracadas ás pontas, caes e docas das Alfandegas, depositos e trapiches, conservarem fogo das 6 horas da tarde em diante. (Reg. de 1860, art. 389.)

Art. 359. No caso de necessidade de concertos, ou fabrico, o Capitão ou Mestre da embarcação sujeita á fiscalisação deverá participar á Alfandega ou Mesa de rendas o dia em que deve ter logar o começo de taes obras, sob as penas do § 2º do art. 351. (Reg. de 1860, art. 392.)

Art. 360. Nenhum navio mercante poderá ter fóra as suas embarcações mudas depois do toque de recolher, salvo por algum motivo extraordinario, que justificará. O contraventor será multado de 10\$ até 100\$000. (Reg. de 1860, art. 390.)

Art. 361. O bote, escaler, ou outra qualquer embarcação, que for encontrada depois do toque de recolher, nos ancoradouros de carga e descarga, no de quarentena, ou proximo aos registros de entrada, será apprehendida, e as pessoas de sua tripolação e quaisquer outras que conduzir incorrerão na multa do art. 342 § 1.º

Paraphrasis unico. Exceptuam-se desta disposição os escaleres e embarcações da Alfandega, da Capitania do Porto, dos registros, e os dos navios de guerra nacionaes e estrangeiros. (Reg. de 1860, art. 393.)

Art. 362. Nenhuma embarcação poderá descarregar ou ballear seu lastro sem licença da Alfandega ou Mesa de rendas, e sem que, no caso em que este não esteja sujeito a direitos, pela Capitania do Porto lhe seja indicado o logar em que deve ser collocado; e o Capitão, ou Mestre, que o contrario fizer, será pelo Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas multado de 10\$ até 100\$000. (Reg. de 1860, art. 394.)

Art. 363. Nenhum navio mercante poderá sahír do porto antes do nascimento do sol, ou depois do seu occaso.

Paraphrasis unico. Exceptuam-se os paquetes e vapores de



linhas regulares, que poderão sair a qualquer hora do dia ou da noite, observados os regulamentos da policia do porto. (Reg. de 1860, art. 384, e Decreto n. 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 8.º)

Art. 364. Os empregados das Alfandegas e Mesas de rendas obstarão a sahida da embarcação, que não estiver corrente e desembarcada, embora esteja em lastro, tenha dado entrada por franquia, ou em virtude de força maior; e, quando por si não o puderem conseguir, requisitarão o auxilio e coadjuvação dos navios de guerra, dos registros, ou fortalezas (Reg. de 1860, art. 385, e Decisão n. 61 de 11 de Março de 1864.)

Art. 365. Todos os escaleros, faldias, saveiros, ou quaesquer barcos miudos e de descarga, que navegam dentro dos portos, terão de modo bem perceptivel, no lugar mais apparente do casco, o nome por que forem conhecidos, sendo os seus donos ou patrões multados de 10\$ até 100\$ em caso de infracção. (Reg. de 1860, art. 395.)

Art. 366. Do Regulamento das Alfandegas e Mesas de rendas se extrahirão as disposições que forem só relativas ás obrigações dos Commandantes das embarcações e policia dos portos e dos ancoradouros; e serão traduzidas pelo menos em inglez e francez e impressas, e seus exemplares distribuidos á entrada do porto pelo Guarda-mór, ou por quem suas vezes fizer, aos Commandantes dos navios entrados, que os restituirão na occasião de sua sahida. (Reg. de 1860, art. 397.)

Art. 367. A transgressão de algumas das disposições da presente serção, a que não esteja applicada pena especial, dará lugar á applicação da multa de 10\$ até 500\$, além das estabelecidas no Regulamento n. 447 de 19 de Maio de 1846, que serão impostas, conforme a sua natureza e gravidade, aos Capitães ou Mestres das embarcações, e pessoas que nellas incorrerem. (Reg. de 1860, art. 398.)

## CAPITULO VI

### DOS MANIFESTOS

Art. 368. Todo o Capitão ou Mestre de navio mercante, nacional ou estrangeiro, que por qualquer motivo, ou para qualquer fim demandar algum porto do Imperio competentemente alfandegado ou habilitado para a importação, deverá trazer um manifesto contendo:

1.º O nome, classe e tonelagem da embarcação, e o nome da nação a que pertence;

2.º O nome do Commandante ou Mestre;

3.º A designação do porto em que recebeu a carga que conduzir, e a de seu destino e escalas;

4.º As marcas, contramarcas, numero de cada volume, e sua denominação, quanto seja possivel;

5.º Declaração de qualidade, quantilade, peso, ou medida das mercadorias que contiver cada volume, quanto seja possivel, o das que vierem a granel;

6.º Expressa designação do numero de volumes reunidos em um só envoltorio, ou de cada amarrado; e da qualidade das mercadorias que cada um destes volumes contiver, e de sua quantidade, peso ou medida, quanto seja possível, além das demais declarações exigidas nos ns. 4 e 5 deste artigo;

7.º Os nomes das pessoas a quem são consignados os volumes ou mercadorias, ou si o são á ordem;

8.º Expressa menção: 1.º das mercadorias destinadas a entreposto, ou transitio, com as declarações exigidas nos ns. 4, 5 e 6; 2.º dos volumes que contiverem generos inflammaveis e semelhantes, com todas as circumstancias exigidas nos mesmos ns. 4, 5 e 6.

Paragrapho unico. Estas declarações serão escriptas por extenso, excepto na parte relativa ao numero e marca do volume, e em folhas inteiras e não emendadas, ou presas umas ás outras, as quaes serão numeradas e rubricadas pelo respectivo Agente Consular, ou pela pessoa que authenticar o manifesto. (Reg. de 1860, art. 399, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 4.º, e 1510 de 20 de Abril do 1870, art. 6.º, Decisões ns. 208 de 10 de Maio de 1861, 239 de 24 de Agosto de 1864 e 508 de 8 de Agosto de 1878.)

Art. 369. Os manifestos serão datados e assignados pelo Capitão ou Mestre do respectivo navio, e authenticados pelo Consul, ou Agente Consular brasileiro residente no porto da partida, e na sua falta, ou ausencia de pessoa que devidamente o substitua, pelo Chefe da respectiva Alfandega ou estação fiscal, e na falta de uns e outros pela autoridade local; devendo neste ultimo caso suas assignaturas ser reconhecidas pelo Consul respectivo no porto da entrada, si alguma duvida se offerecer sobre sua veracidade.

Paragrapho unico. Os manifestos podem ser apresentados, já traduzidos em lingua vernacula, aos Consules, que, na fórma do Decreto n. 4968 de 21 de Maio de 1872, arts. 101, 104 e 106, os legalisarão, si estiverem ellees organizados de accordo com o artigo antecedente. (Reg. de 1860, art. 400, Decisão n. 70 de 12 de Fevereiro de 1879 e Aviso ao Ministerio dos Estrangeiros em 21 de Março de 1881.)

Art. 370. As embarcações empregadas na pesca, ou procedentes de portos pouco frequentados, em que não houver Alfandega ou estação fiscal, ou autoridade que possa authenticar e regularisar os manifestos, serão obrigadas, no acto da visita da entrada, a apresentar uma relação de todos os objectos de sua carga, com as declarações exigidas no art. 368, e a exhibir os conhecimentos, documentos e livro de carga, ou outro qualquer escripturação que prove a verdade da mesma relação, além do rol, lista, e mais papeis exigidos pelos arts. 377 e 378. (Reg. de 1860, art. 401.)

Art. 371. A embarcação que tiver feito escala, ou recebido carga, ou descarregado em um ou mais portos, trará tantos manifestos quantos os portos em que tiver recebido carga, os quaes conterão as declarações, formalidades e requisitos exigidos pelos

artigos antecedentes ; e tantos certificados, processados do mesmo modo que os manifestos, de não ter recebido carga, ou descarregado volumes, mercadoria, ou objecto algum, ou, si houver feito, da quantidade ou numero dos volumes ou mercadorias descarregadas, com todas as declarações exigidas no art. 368, quantos forem os portos de escala.

Si o porto de escala ou descarga pertencer ao Imperio, os manifestos e certificados serão passados pela Alfandega ou Repartição Fiscal competente.

Parapho unico. Exceptuam-se desta disposição os paquetes e vapores de linhas regulares que frequentam os portos do Imperio, os quaes são dispensados da apresentação de manifestos dos portos intermedios de Lisboa, Madeira, S. Vicente, ou de quizesquer outros portos estrangeiros, onde os vapores se demorem pouco tempo, e em que tenham recebido apenas alguns volumes e encomendas ; substituindo-se esta obrigação pela entrega, no acto da primeira visita da Alfandega, de uma lista do carregamento que houverem recebido nos ditos portos intermedios, com distincção do que fôr relativo a cada um. (Reg. de 1860, art. 402, Decretos ns. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 6º, e 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 4º, Imperiaes Resoluções de Consulta de 26 de Abril e de 6 de Dezembro de 1879 e de 21 de Agosto de 1880, e Decisões ns. 494 de 31 de Dezembro de 1872, 387 de 28 de Junho de 1878, 102 de 22 de Fevereiro, 259 de 8 de Maio, 662 de 10 de Dezembro de 1879 e 405 de 24 de Agosto de 1880.)

Art. 372. Os Consules, autoridades, ou pessoas que na fôrma do art. 369 authenticarem os manifestos, numerarão e rubricarão todas as folhas, e, depois de riscarem todos os brancos, certificarão no fim da ultima lauda escripta do manifesto, que este se acha em devida fôrma, isento de rasuras, emendas, entrelinhas, ou const. que duvida faça, ou as resalvarão declarando sua natureza, qualidade e teor, e os entregarão ao Comandante, em carta fechada e lacrada com o sello do Consulado, com direcção ou sobrescripto ao Inspector da Alfandega do porto do destino da embarcação a que pertencer.

Os ditos Consules declararão no manifesto o numero dos conhecimentos da carga que a embarcação transportar, e os marcarão com o sello do Consulado, podendo remettermos appensos ao manifesto, ou entregal-os ao respectivo Capitão. (Reg. de 1860, art. 401, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 6º, e Decisões ns. 238 de 10 de Agosto de 1870, 445 de 22 de Julho de 1878, 471 de 26 de Setembro de 1881 e 109 de 14 de Julho de 1882.)

Art. 373. As disposições dos artigos antecedentes comprehendem : 1º, as embarcações que navegarem em lastro, devendo-se mencionar no respectivo manifesto ou certificado a quantidade, ou qualidade do lastro ; 2º, as embarcações que fizerem escalas por alguns dos portos do Imperio, ou que nelles derem entrada por franquia ; 3º, as embarcações que transportarem passageiros ou colonos, ainda que não tragam carga.

§ 1.º Reputar-se-ha lastro, para quaesquer fins ou objectos fiscaes, a quantidade de qualquer materia pesada que conduzi-rem ou receberem, indispensavel para segurança de sua navegação.

§ 2.º Poderá fazer parte do lastro: 1º, o ferro em bruto, em barras, chapas, lingados, ou em obras grossas de fundição, ou inutilisadas; 2º, o cobre em bruto, fundido, coado, ou em ladrilho, em barra, em laminas, ou folhas; 3º, o bronze em peças de artilharia ou em obras inutilisadas; 4º, a pedra calcarea, ou outra de qualquer qualidade em bruto, lavrada, ou em obras grossas; 5º, calhão, cascalho, ou arca, barro, cinzas, ossos, ou chifres; 6º, madeiras em bruto, em tóros, couçoeiras, pranchões, ou lenha; 7º, carvão de pedra; 8º, sul; 9º, tijolo, telha, e outros materiais proprios para construção; 10º, o vasilhamo com aguada, ou sem ella.

§ 3.º O Chef: da competente Repartição Fiscal do porto da entrada do navio em lastro mandará verificar, quando julgar conveniente á fiscaliação, si a quantidade do lastro é a strictamente necessaria para segurança da navegação; e, no caso de ser superior, sujeitará o mesmo navio ao regimen fiscal relativo ás embarcações que trouxeram carga. (Reg. de 1860, art. 405.)

Art. 374. Os Consules ou Agentes Consulares do Imperio não poderão authenticar manifesto algum que não estiver nos termos dos artigos antecedentes, e obrigarão os Capitães a corrigil-os ou reformal-os. (Reg. de 1860, art. 406.)

Art. 375. Os referidos Consules ou Agentes Consulares, antes de authenticar os manifestos, instruirão os respectivos Capitães ou Mestres a respeito dos deveres que lhes são impostos pelo presente Regulamento, e especialmente sobre a obrigação: 1º, de mencionarem expressamente os volumes ou mercadorias destinadas ao transitto e os que contiverem generos inflammaveis e semelhantes; 2º, de fazerem no acto da visita de entrada as declarações de que trata o art. 378; 3º, de entregarem o rol, listas, e papeis mencionados nos arts. 377 e 378. Nessa mesma occasião os advertirão de que taes documentos, com os manifestos, devem ser presentes não só ao empregado da Repartição Fiscal do porto a que se destinam, que fór encarregado da visita, como ás autoridades locais de qualquer porto ou logar onde por motivo de força maior arribarem, e aos Commandantes das embarcações da Alfandega ou Mesa de rendas, encarregados da policia fiscal das costas e mares territorios do Imperio; e de haverem cumprido exactamente este preceito e de que o Capitão ou Mestre da embarcação ficou saiente de todas estas obrigações, passarão certidão no manifesto; ficando pelo não cumprimento destas obrigações sujeitos á multa de 50\$ até 500\$ por cada vez, que lhes será imposta pelo Ministerio da Fazenda, dando o Chef: da competente Repartição parte de taes faltas, logo que lhe forem apresentados os manifestos. (Reg. de 1860, art. 407.)

Art. 376. Não são admissiveis nos manifestos protestos de que não responde o Capitão ou Mestre por faltas, acrescimos ou differenças; nem declarações vagas a respeito da qualidade, quantidade,

numero, dimensões, ou peso dos volumes ou mercadorias que tiver recebido e houver a bordo. (Reg. de 1860, art. 408.)

Art. 377. O Capitão ou Mestre do navio, logo que chegue a bordo o Guarda-mór ou empregado encarregado da visita, lhe entregará o manifesto que trouxer e todos os documentos, conhecimentos, e mais papeis pertencentes á carga, que lhe forem exigidos, para ser enviados ao Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas.

Estes papeis ficarão em deposito na competente Repartição, até que a sua exhibição seja necessaria para outros effeitos legitimos, e solicitada pelo respectivo Capitão ou Mestre.

Paragrapho unico. Aos Commandantes dos paquetes e vapores de linhas regulares, estabelecidas entro o Imperio e os portos estrangeiros, é concedido o prazo de 15 dias para exhibição dos manifestos dos carregamentos recebidos nos portos de escala, quando não possam fazel-o na occasião da chegada. (Reg. de 1860, art. 409, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 34, e Decisões ns. 93 de 20 de Foyeiro de 1879 e 53 de 31 de Março de 1882.)

Art. 378. No mesmo acto da visita o Capitão ou Mestre do navio fará ou entregará por escripto : 1º, a relação de quaesquer mercadorias ou objectos accrescidos que trouxer a bordo, que não foram contemplados no manifesto por terem sido recebidos sob vela, ou por qualquer outra razão, especificando a qualidade, quantidade, medida ou peso, marcas, contramarcas e numeros, e todas as circumstancias exigidas no art. 368 ; 2º, declaração das mercadorias ou volumes que, estando comprehendidos no manifesto, tiver vendido ou descarregado em qualquer porto de arribada ou escala, ou tiver perdido em virtude de alijamento, ou que por outra qualquer razão lhe falem para o completo do que manifestou ; 3º, o rol dos passageiros e dos volumes de sua bagagem, acompanhado de declaração summaria por escripto, assignada por cada um delles, do conteúdo do volume que lhe pertencer, si contiver exclusivamente mercadorias ou objecto de commercio, nos termos do art. 421 ; 4º, a lista dos sobressentos, provisões e viveres do navio que ainda restarem, ou estiverem de reserva a bordo.

§ 1.º De tudo se fará menção no termo da visita da entrada, que será assignado pelo Guarda-mór, ou quem suas vezes fizer, e pelo Capitão ou Mestre, a quem se dará resalva, si fôr exigida, da entrega do que fôr recebido.

§ 2.º Não serão admittidas declarações vagas que tendam a justificar irregularidades do manifesto, ou quaesquer falsas declarações, ou attenuar-as. (Reg. de 1860, art. 410, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 37.)

Art. 379. No acto da visita da entrada o Capitão ou Mestre da embarcação, os passageiros e individuos da equipagem entregarão ao Guarda-mór, ou ao empregado que fizer suas vezes : 1º, as amostras e os pequenos volumes que contiverem mercadorias, que se acharem na camara, nos camarotes ou em logares semelhantes ; 2º, as malas e cartas do Correio ; dando resalva de tudo o que receber ou men-

cionando, no auto que se lavrar, essa entrega. (Reg. de 1860, art. 412.)

Art. 330. No mesmo dia ou no seguinte, dentro do improrogavel prazo de 24 horas uteis, o Capitão ou Mestre comparecerá á presença do Inspector, e ahí ratificará as declarações que houver feito na occasião da visita da entrada; lavrando-se disto termo em que se mencionará a data da entrada e todas as circumstancias exigidas pelo art. 378 §§ 1.º e 2.º

§ 1.º Nessa occasião, como em qualquer outra, excepto em acto de busca, ou quando o Chefe da Repartição tenha tido conhecimento official ou denuncia de fraude, poderá o Capitão ou Mestre fazer quaesquer outras declarações sobre a carga do navio. As que forem relativas a accrescimento serão logo aceitas para o fim de evitar as penas que estabelece o Regulamento; quanto ás referentes á diminuição, serão na occasião competente apreciadas pelo Inspector ou Administrador, e attendidas ou não, segundo sua natureza o circumstancias do caso.

§ 2.º No caso de não comparecer na Alfandega o Capitão ou Mestre, lavrar-se-ha o termo da entrada, fazendo-se expressa menção desta circumstancia, pela qual não fica elle, entretanto, sujeito a penalidade alguma. (Reg. de 1860, arts. 413 e 414, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 45, e Decisões ns. 516 de 16 de Novembro de 1863, 149 de 10 de Junho de 1870 e 706 de 14 de Outubro de 1878.)

Art. 381. A lista dos sobresalentes e viveres, quando não fôr apresentada na occasião da visita da entrada, o será dentro do prazo de 48 horas, e se deverão nella mencionar todas as provisões e objectos do custeio do navio, ou destinados ao sustento de seus officiaes, equipagem e passageiros; e especificar sua qualidade, quantidade, numero, peso ou medida, marcas, contramarcas, denominações, e numero dos volumes em que estiverem acondicionados.

Paragrapho unico. Nesta lista não se poderão comprehender objectos estranhos ao serviço e custeio do navio, e á manutenção da tripolação e passageiros; e os que, em contravenção desta disposição, forem incluídos ficarão sujeitos, a juizo do Inspector, a direitos de consumo em dobro, ou, satisfeitos os direitos, á multa de 50 %, do seu valor, salvo si, na dita lista, declarar expressamente o Capitão ou Mestre que os destina para exportação. (Reg. de 1860, art. 415, Imperial Resolução de Consulta de 31 de Janeiro de 1877 e Decisões ns. 182 de 18 de Julho de 1864, 648 de 2 de Novembro de 1876, 21 de 16 de Janeiro e 60 de 17 de Fevereiro de 1877, 916 de 23 de Dezembro de 1878 e 441 de 12 de Setembro de 1881.)

Art. 382. Pela falta ou não apresentação, no devido prazo, da lista de sobresalentes, incorrerá o Capitão ou Mestre na multa de 50\$ até 200\$, além da pena de ficarem estes, em virtude dessa falta, desde logo sujeitos a direitos de consumo.

Paragrapho unico. Na mesma multa incorrerá si não apresentar no acto da visita o rol dos passageiros e sua bagagem. (Reg. de 1860, art. 426.)

Art. 383. O Capitão ou Mestre que não apresentar o manifesto respectivo, ficará sujeito á penalidade estabelecida no art. 367.

Exceptuam-se unicamente :

1.º As embarcações arribadas por força maior, de que trata o Cap. 2º deste Titulo, quando não se destinarem a qualquer porto do Imperio ;

2.º As que, pelo mesmo motivo entradas, sendo condemnadas por innavegaveis, venderem em hasta publica parte ou todo o carregamento por avaria reconhecida pela competente Repartição ;

3.º As que entrarem para refrescoar e dispuzerem unicamente de parte da carga sufficiente para fazer face ás despesas do porto ;

4.º As de pesca, ou procedentes de portos pouco frequentados, em que não houver Alfândega, estação fiscal, ou outro qualquer meio de authenticar os manifestos, na fórma do art. 370.

§ 1.º Todas as circumstancias a que se referem os numeros antecedentes deverão ser provadas perante a Alfândega do porto da entrada.

§ 2.º Não será permittida todavia a descarga de qualquer volume sem que primeiramente seja exhibida pelo respectivo Capitão ou Mestre : 1º, uma relação igual á que requer o art. 370, e todos os documentos, livro de carga e papeis que provem sua existência, si forem exigidos ; 2º, o pagamento da multa que fôr imposta, ou caução pela sua importancia. (Reg. de 1860, art. 416, e Decisões ns. 161 de 20 de Abril de 1863, de 14 de Dezembro de 1866, ns. 1 de 2 de Janeiro de 1874 e 102 de 22 de Fevereiro de 1879.)

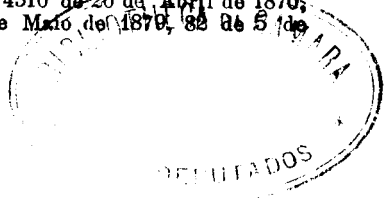
Art. 384. Pelas faltas ou irregularidades verificadas no manifesto incorrerá o Capitão ou Mestre na penalidade estabelecida nos paragraphos seguintes :

§ 1.º Pela falta de authenticidade do manifesto na fórma do presente Regulamento, ser-lhe-ha imposta, a arbitrio do respectivo Inspector ou Administrador, a multa de 500 réis até 2\$ na razão de cada tonelada de arqueação do respectivo navio, ou a de 1 % sobre os direitos a que estiverem sujeitas as mercadorias pertencentes ao seu carregamento, salvo si o manifesto tiver vindo fechado e lacra-lo com o sello do Consulado.

§ 2.º Pela falta de menção no dito manifesto, ou nas declarações permittidas pelos arts. 203 e 378, da existencia a bordo das mercadorias inflammaveis, enumeradas na Tabella G, ou semelhantes, ser-lhe-ha imposta a multa de 20\$ até 100\$ por cada volume, ou de 10 a 50 % do seu valor, a juizo do respectivo Inspector ou Administrador.

§ 3.º Pela dilaceração do sello, ou abertura do manifesto, ser-lhe-ha imposta a de 25\$ até 50\$000.

§ 4.º Pela falsificação, substituição de folhas do manifesto, rasuras, ou emendas praticadas depois da sua entrega pelo Agente Consular ao respectivo Capitão ou Mestre, incorrerá este na multa de 50\$ até 300\$, além das demais penas que lhe deverem ser impostas como falsificador, em virtude do Código Penal. (Reg. de 1860, arts. 416 a 419, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 6º, e Decisões ns. 276 de 14 de Maio de 1870, 88 de 5 de



Fevereiro de 1880, 123 de 31 de Julho de 1882 e de 7 de Junho de 1884, á Thesouraria do Pará.)

Art. 385. A ausencia de algumas das solemnidades e declarações exigidas para a regularidade dos manifestos dará logar á imposição d'uma multa de 50\$ até 300\$ ao Consul, Agente Consular, ou autoridade brasileira a quem competir sua authenticidade.

§ 1.º Na mesma pena incorrerão os referidos Consules, Agentes Consulares, ou autoridades brasileiras, si forem encontrados vicios no manifesto ou certificados, que devessom corrigir, ou resalvar na fôrma do art. 372, no caso de evidentemente se reconhecer que não foram praticados depois de fechados e selados.

§ 2.º Si a falta de solemnidades ou os vicios forem encontrados em manifestos não authenticados por Consules ou Agentes Consulares, ou autoridades brasileiras, por serem feitos em portos, ou logares em que taes Consules ou Agentes não existam, a multa de que trata este artigo será imposta ao Capitão ou Mestre da embarcação.

§ 3.º Si ao manifesto, porém, faltar alguma formalidade não essencial, poderá o Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas, com attenção ao carregamento da embarcação, e a quaesquer circumstancias em favor do Capitão ou Mestre, releval-o da referida multa.

§ 4.º São formalidades essenciaes do manifest : :

1.º Sua data e assignatura ;

2.º Sua authenticidade pelos Consules ou Agentes Consulares, ou autoridades locais, ou pessoas de que trata o art. 369, na fôrma prescripta nos arts. 370 e seguintes ;

3.º A menção dos volumes ou mercadorias que tiver a bordo, com individuação de todos os signaes que as distingam, e de sua quantidade e qualidade, na fôrma do art. 368, ns. 4, 5 e 6.

4.º A ausencia de emendas, rasuras, entrelinhas, ou de qualquer outro vicio, que torne duvidosas as declarações nelles contidas. (Rog. de 1860, art. 420, Decisões ns. 256 de 25 de Julho de 1868, 153 de 16 de Março de 1869, 507 de 24 de Setembro de 1879, 82 de 5 de Fevereiro de 1880, de 3 de Junho de 1882 o n. 34 de 13 de Fevereiro de 1883.)

Art. 386. Sobre as traducções dos manifestos observar-se-hão as disposições seguintes :

1.ª Logo que o navio, que vier de portos estrangeiros, conduzindo mercadorias estrangeiras, que tenham de ser depositadas ou despachadas, dor entrada na Alfandega ou Mesa de rendas, será entregue o manifesto respectivo, salva a disposição 6.ª do presente artigo, ao Capitão, Mestre ou consignatario, o por este ao Corretor ou Interprete, o qual dentro do prazo de tres dias uteis, depois da entrada do navio, apresentará a respectiva traducção ;

2.ª As traducções serão feitas cumulativamente pelos Corretores de navios e Interpretes, na fôrma do art. 62 do Código Commercial ; na falta de Corretores pelos Interpretes nomeados pelo competente Tribunal do Commercio, nos termos da 1.ª parte do



art. 148 do Reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 ; e, na ausencia ou impedimento de uns e outros, por Interpretes nomeados pelo Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas ;

3.<sup>a</sup> Os Corretores ou Interpretes vertirão para a lingua nacional todas as declarações contidas nos manifestos, escrevendo por extenso as quantidades e qualidades das mercadorias, e transcrevendo ao mesmo tempo as marcas e contramarcas dos volumes, sua quantidade e qualidade, e o nome dos individuos a quem vierem consignadas, ou quando á ordem, com essa mesma declaração ; não lhes sendo licito augmentar as parcelas da respectiva traducção ;

4.<sup>a</sup> Todos os volumes numerados serão descriptos separadamente segundo seu numero, e ordem numerica dos mesmos ; os que vierem sem numero, mas com marcas especiaes, serão igualmente descriptos cada um de per si ; os que vierem com o mesmo conteúdo, ou a granel, e que não costumam ser despachados por uma só vez, serão descriptos integralmente, e se seguirão em branco tantas linhas quantas forem bastantes para facilitar o lançamento dos despachos da sahita ao lado direito da folha, sendo cancellados os claros do lado esquerdo ;

5.<sup>a</sup> Toda a escripturação dos Corretores ou Interpretes será feita no lado esquerdo da folha, ficando o lado direito para o lançamento do despacho, e sahita dos volumes ;

6.<sup>a</sup> Os manifestos, escriptos em lingua vernacula, dispensam a traducção, contanto que os respectivos Capitães façam a transcripção com as formalidades prescriptas nas disposições antecedentes, sendo por elles assignada a cópia, quando souberem a lingua portugueza ; devendo, quando não a saibam, ser a exactidão della confirmada pelo Corretor ou Interprete ;

7.<sup>a</sup> Uma das duas vias das traducções será escripta em papel commum e a outra em papel de um só formato fornecido pelas Repartições fiscaes, deixando-se os claros precisos para as averbações necessarias, conforme o modelo approved pelo Ministro da Fazenda ;

8.<sup>a</sup> Entregues as traducções ou cópias ás Alfandegas, lançará nellas todas as notas do estylo o empregado a quem forem entregues para esse fim ;

9.<sup>a</sup> Estas traducções ou cópias por extenso serão numeradas com o mesmo numero do manifesto original, que deve ficar archivado depois de feita a conferencia. A numeração deverá ser seguida sem interrupção, e por exercícios ;

10.<sup>a</sup> O empregado que numerar as traducções ou cópias, o as notar no manifesto, fará uma inscripção summaria, em livro especial, da qual constará o numero da ordem, a data da annotação, a indicação do nome do navio e do seu Capitão, da nacionalidade e procedencia, e da sua chegada em lastro ou carregado ;

11.<sup>a</sup> Cada uma das folhas das traducções ou cópias será numerada e rubricada pelo mesmo empregado que fizer a numeração do manifesto ;

12.<sup>a</sup> As traducções ou cópias organizadas na fôrma das disposições 2.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup>, formarão cadernos especiaes, e conterão na primeira folha

as indicações da inscripção summaria, prescriptas na disposição 10.<sup>a</sup>, pertencentes a cada um dos manifestos traduzidos ou copiados.

13.<sup>a</sup> Estes cadernos, ou cópias completas de cada manifesto, serão classificados segundo a ordem dos numeros da inscripção, reunidos e conservados com cuidado e encadernados em livros, á proporção que o numero delles possa formar um volume regular e que facilite o lançamento das entradas e sahidas dos despachos, e das observações do costume.

14.<sup>a</sup> Cada um destes livros, depois de encadernado, será novamente numerado, e rubricado pelo Inspector da Alfandega, ou por seu ajudante, declarando-se na primeira folha o numero de manifestos que contém, bem como o total das folhas de cada volume, devendo nesta occasião examinar si foram classificados e reunidos na conformidade das disposições antecedentes.

15.<sup>a</sup> Para facilitar o exame dos livros terão elles no dorso, depois de encadernados, o exercicio a que pertencem os manifestos reunidos nos mesmos, e o total dos numeros da inscripção, além da numeração dos tomos.

16.<sup>a</sup> Os Corretores e Interpretes, que infringirem as disposições antecedentes, na parte que lhes toca, serão punidos com as penas marcadas nos regulamentos fiscaes e no Código do Commercio.

17.<sup>a</sup> Os emolumentos devidos por estas traducções serão contados nos termos do art. 26 do Decreto n. 863 de 17 de Novembro de 1851. (Rég. de 1860, art. 372, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 70, Decisões ns. 62 de 15 de Fevereiro de 1862, 19 de 21 de Janeiro, 79 (Instrucções) de 22 de Março, Circ. (da Directoria das Rendas) de 4 de Julho de 1864, ns. 249 de 16 de Agosto de 1864, 336 de 1 de Agosto de 1865, de 21 de Maio de 1870 e 443 de 18 de Outubro de 1875.)

Art. 387. O Inspector da Alfandega ou o Administrador da Mesa de rendas, por si ou por qualquer dos empregados sob as suas ordens, o Guarda-mór, por si ou seus Ajudantes, ou outros quaesquer officiaes, no acto da visita da entrada, ou em qualquer occasião, ainda dentro do prazo de 24 horas de que trata o § 1.<sup>o</sup> do art. 380, quer durante a descarga, quer depois da sua conclusão, e ainda quando a embarcação estiver recebendo carga, poderão proceder ás buscas que forem necessarias para prevenir qualquer extravio dos direitos da Fazenda Publica.

§ 1.<sup>o</sup> Verificado por este meio, ou na visita de descarga, ou depois della, que a embarcação transportou maior quantidade de mercadorias do que a constante do manifesto e declarações do Capitão ou Mestre, feitas na fórma dos arts. 378 e 380 § 1.<sup>o</sup>, listas de sobrasalentes, o inventario dos objectos do custeio da embarcação, será o excesso apprehendido, e imposta uma multa igual á metade do valor official das referidas mercadorias ao Capitão ou Mestre, ou ao respectivo dono, caso se verifique que aquelle nenhuma parte tinha em taes mercadorias e desconhecia a sua existencia a bordo; procedendo-se, a tal respeito, de accôrdo com o disposto no Cap. 3.<sup>o</sup> do Tit. 9.<sup>o</sup>

Esta disposição comprehende o caso da verificação por meio de busca, estando as mercadorias acondicionadas com dolo, ou em

falsos da embarcação, ou fóra do porão, ou em logar occulto ou suspeito de facilitar o extravio, ou em acto deste effectuar-se. Na hypothese, porém, de simples achala e verificação do excesso por meio de busca, ou de ausência de fraude, ao Capitão será imposta a multa, de que trata o art. 381, em favor dos empregados que procederem à mesma busca, observando-se em todos os casos as disposições dos arts. 75 e 663 do presente Regulamento, ainda quando tenham elles feito a diligencia por ordem superior.

§ 2.º Exceptuam-se os volumes: 1.º, de amostras de pequeno valor; 2.º, de mercadorias cujos direitos não excedam de 10\$; e neste caso, conforme ao respectivo Inspector ou Administrador parecer justo, não terá logar a imposição de pena alguma. (Reg. de 1860, art. 421, Decreto n. 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6.º, Imperiaes Resoluções de Consulta de 27 de Março de 1872, 19 de Novembro de 1881 e 4 de Novembro de 1882, e Decisões ns. 430 de 19 de Outubro de 1863, 90 de 30 de Março de 1872, 482 de 22 de Dezembro de 1874, 562 de 4 de Dezembro de 1875, 631 de 17 de Outubro de 1876, 21 de 16 de Janeiro de 1877, 271 de 3 de Junho, 411 de 12 de Setembro e 633 de 31 de Dezembro de 1881, 211 de 6 de Novembro de 1882 e 49 de 7 de Março de 1883.)

Art. 388. As disposições do artigo antecedente ficam sujeitos todos e quaesquer vehiculos de transporte, ou animaes com carga que conduzirem de pizes estrangeiros mercadorias de qualquer qualidade pelas fronteiras terrestres do Imperio; devendo os competentes manifestos ser apresentados no posto ou estação mais visinha, e organizados na conformidade dos paragraphos seguintes, ou de quaesquer outros regulamentos e instrucções especiaes que para o futuro forem expedidos.

§ 1.º Os donos dos ditos vehiculos ou animaes, sob pena de multa de 100\$ a 500\$, além das mais em que incorrerem, em virtude do presente Regulamento, deverão apresentar um manifesto com as seguintes declarações:

1.ª Qualidad do vehiculo ou modo de transporte da mercadoria, nome do dono, ou conductor, ou pessoas a cujo cargo estiver e o acompanharem, logar da procelencia e destino;

2.ª Numero dos volumes, sua natureza, denominação, marcas e contramarcas, mercadorias que contiverem, sua qualidade, quantidade, peso ou medida, nome do dono ou consignatario, ou si vem á ordem; devendo tudo ser escripto por extenso, excepto os numeros dos volumes, em folhas inteiras e não emendadas umas com outras.

§ 2.º As carretas e quaesquer outros vehiculos e animaes de transporte que transitarem pela campanha com generos nacionaes sujeitos a direitos, ou com mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo, com direcção a pontos da fronteira terrestre ou proximos della, ou que tiverem de atravessar as linhas divisórias, serão acompanhados de guias da Mesa de rendas ou Collectoria do logar de sua procelencia, sob pena de multa de 10\$ a 100\$, além dos direitos em dobro das mercadorias que conduzirem.

Esta guia será extrahida de livro de talão, cujas folhas serão

numeradas e rubricadas pela respectiva Thesouraria de Fazenda, e conterá as declarações de que trata o paragrapho antecedente.

§ 3.º As referidas guias serão passadas á vista da nota de despacho apresentada á estação fiscal pelo dono ou consignatário das mercadorias, e assignadas pelo Administrador ou Collector, depois de conferidas com a dita nota, e lançada nesta a verba de conferencia pelo empregado nomeado para tal fim.

§ 4.º Estas guias terão vigor pelo prazo nellas marcado, o qual será regulado pelas distancias entre o ponto de partida e o destino das mercadorias, á razão de quatro leguas por dia, e serão entregues no posto ou estação fiscal mais proxima do logar do seu destino, ou da fronteira por onde as mercadorias tiverem de passar, sob pena de multa de 10\$ a 100.000.

§ 5.º A falsificação das ditas guias será punida com as penas dos arts. 167 e 168 do Código Criminal, além da apprehensão e perda das mercadorias, vehiculos e animaes que as transportarem, em proveito do apprehensor.

§ 6.º Na falta de estação fiscal no logar da procedencia dos vehiculos, a que se refere o § 2.º, as guias serão suppridas por notas assignadas pelos donos ou consignatarios das mercadorias, e authenticadas por qualquer autoridade do mesmo logar. (Reg. de 1860, art. 430, e Decreto n. 8912 de 24 de Março de 1883, arts. 20 a 24.)

Art. 389. Em caso de acrescimo de volumes de mercadorias não comprehendidas no manifesto, lista de sobresalentes e declarações respectivas, verificado depois da descarga para a Alfandega na forma ordinaria, terá logar a multa de 5\$ até 100\$ por cada volume. Si o acrescimo se verificar em mercadorias importadas a granel, e não sujeitas a quebras, como ferro, ferragens grossas, taboado e outras semelhantes, a multa será de 10 até 50 % do valor das mercadorias não manifestadas ou acrescidas. Da importancia de qualquer das multas do presente artigo pertencerá metade ao empregado que houver verificado a differença, na conferencia do manifesto ou do despacho da mercadoria, quando isto possa ter logar, e o restante á Fazenda Nacional.

Paragrapho unico. Nos casos de acrescimo, e de que trata o presente artigo, verificado na conferencia do manifesto, os Inspectores das Alfândegas e Administradores das Mesas de rendas attenderão especialmente a todas as circumstancias do facto, deixando de impôr as multas estabelecidas quando o acrescimo não revelar fraude. (Reg. de 1860, art. 422, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 58, 3883 de 29 de Maio de 1867, art. 10, 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6.º, e Decisão n. 110 de 29 de Abril de 1864.)

Art. 390. No caso da differença do volumes ser para menos dos constantes do manifesto, não provando o Capitão ou Mestre, a juizo do Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas, que o volume ou volumes não foram embarcados, para o que lhe concederá este um prazo razoavel, pagará direitos em dobro das mercadorias que deveriam conter os volumes não descarregados, arbitrado o seu valor segundo as declarações do manifesto, e pelas qualidades superiores, ou por outros volumes identicos do mesmo

manifesto, quando as declarações relativas aos não descarregados forem incompletas.

Metade da multa de que trata este artigo pertencerá á Fazenda Nacional e a outra metade ao empregado que verificar a diferença na conferencia do manifesto.

Paragrapho unico. Ao Capitão ou Mestre de embarcação nacional, empregada no serviço de cabotagem, que não descarregar no porto do seu destino todos ou parte dos generos de producção e manufactura nacional, constantes das respectivas guias ou cópias dos desrachos, que lhe servem de manifesto, será imposta uma multa de 5\$ a 20\$ por volume não descarregado, ou de 5 a 20 % do valor dos generos desencaminhados, si estes vierem a granel, além do pagamento dos direitos de exportação, como si fossem para fóra do paiz. (Reg. de 1860, art. 423, Decretos ns. 2217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 55, 3883 de 29 de Maio de 1867, art. 10, e 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 2.º § 1.º, e Decisões ns. 289 de 27 de Maio de 1876, 263 de 15 de Dezembro de 1883 e de 3 de Junho de 1884 á Alfandega da Corte.)

Art. 391. Quanto ao acrescimo ou diminuição, a que são por sua natureza sujeitos os generos importados a granel, como o xarque, guano, carvão de pedra, gelo e sal, observar-se-hão as disposições da Secção 8.ª, Cap. 3.º do Tit. 7.º (Reg. de 1860, arts. 424 e 425, e Decreto n. 3883 de 29 de Maio de 1867.)

Art. 392. Por cada diferença de marca ou qualidade dos volumes incorrerá o Capitão ou Mestre da embarcação na multa de 1\$ até 2\$ em beneficio do empregado que a verificar na conferencia do manifesto, si, nos termos do paragrapho unico do art. 389, se verificar que a dita diferença revela fraude. (Reg. de 1860, art. 427, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, arts. 57 e 58, e Decisão n. 90 de 11 de Março de 1873.)

Art. 393. Os navios de guerra e transportes, quer nacionaes, quer estrangeiros, deverão na sua entrada manifestar á Alfandega a carga que trouxerem, ou bagagem de passageiros, do mesmo modo que as embarcações mercantes; e, si não a entregarem á dita estação fiscal, ficarão sujeitos aos mesmos exames e fiscalisação que as do commercio, pelo que diz respeito á mencionada carga ou bagagem; devendo-se de qualquer acto em contrario dar parte á autoridade superior, para providenciar como fór conveniente. (Reg. de 1860, art. 428, o Aviso n. 206 de 11 de Novembro de 1884.)

Art. 394. A embarcação fica hypothecada ás multas por este Regulamento impostas ao respectivo Capitão ou Mestre, e não será desembarçada para sahir do porto sem preceder pagamento ou deposito da importancia das multas, ou prestação de fiança idonea.

Paragrapho unico. Quanto aos paquetes e vapores de linhas regulares que frequentam os portos do Imperio, observar-se-ha o disposto no art. 438. (Reg. de 1860, art. 429, e Decreto n. 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 9.º)

Art. 395. As embarcações que sahirem para portos estrangeiros não serão obrigadas a levar manifestos; poderão, porém, requerel-os, si lhes forem necessarios.

§ 1.º Estes manifestos, organizados pelo modo marcado nos

arts. 368 e seguintes e authenticados pelo Inspector ou Administrador da competente estação fiscal, serão feitos á vista dos respectivos despachos, guias e conhecimentos de carga, que lhes serão annexados depois de numerados e rubricados e de se fazer menção de seu numero no corpo do manifesto.

§ 2.º Nos mesmos manifestos se fará menção em logar separado das mercadorias estrangeiras: 1.º, que forem reexportadas ou baldeadas, ou de transito; 2.º, que já tiverem pago os direitos de consumo.

§ 3.º Os manifestos serão sellados com o sello da Repartição e entregues aos Commandantes, fechados ou abertos, conforme a legislação do paiz a que se destinar a embarcação. (Reg. de 1860, art. 432 §§ 1.º e 2.º, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 7.º, e Decisão n. 88 de 20 de Fevereiro de 1861.)

Art. 396. As embarcações de cabotagem servirão de manifesto as guias ou cópias dos despachos que são enviadas ás Alfandegas ou Mesas de endas dos portos a que se destinam as mesmas embarcações.

Paragrapho unico. Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas providenciarão como fôr mais conveniente para que os Capitães ou Mestres dos navios que fizerem o serviço de cabotagem devolvam ás mesmas Repartições as 1.ªs vias dos despachos das mercadorias embarcadas com a competente verba de recebimento a tempo de poderem ser as 2.ªs vias, com todas as declarações da Secção, impreterivelmente enviadas pelos mesmos navios ao Chefe da Repartição Fiscal do porto do destino, sob pena de ficarem os ditos Capitães ou Mestres sujeitos á multa do art. 355. (Decretos n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 7.º, e 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 2.º, e Circular n. 177 de 25 de Setembro de 1884.)

Art. 397. Os Commandantes dos navios não respondem pelo conteúdo dos volumes que trouxerem.

Paragrapho unico. Exceptuam-se:

1.º Os cascos, cujo liquido fôr substituido por outro differente do manifestado, por agua commum ou salgada, ou por qualquer outro objecto sem valor;

2.º Os volumes que apresentarem indicios de arrombamento ou abertura;

3.º Os volumes de peso, ou dimensões menores do que os manifestados, ou constantes do conhecimento da carga. (Reg. de 1860, art. 436, e Decisão n. 912 de 20 de Dezembro de 1878.)

## CAPITULO VII

### DA DESCARGA E ENTRADA DOS VOLUMES DE MERCADORIAS

Art. 398. A descarga de qualquer navio que tenha dado entrada por inteiro poderá ter começo logo depois da visita da entrada.

Os volumes de fazendas e generos seccos ficarão em um só

armazem, si fôr possível. Os generos vulgarmente chamados de estiva serão depositados em armazens especiaes.

Paraphrasso unico. Os armazens serão indicados pelo Administrador das Capatazias, ou Administrador do entreposto, deposito ou trapiche alfandegado. (Reg. de 1860, arts. 437 e 206.)

Art. 399. O serviço das descargas será feito por distribuição regular, segundo a data das entradas das embarcações, e na extensão que o local e o numero effectivo dos Officiaes e Guardas disponiveis o permittirem. Esta escala só poderá ser alterada:

1.º Nos casos de urgente necessidade relativa á segurança da embarcação ou das mercadorias;

2.º Quando a carga fôr de mercadorias que, pelo seu pequeno volume e grande valor, são de facil extravio;

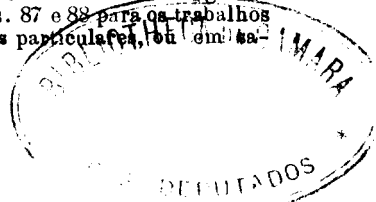
3.º Em favor dos paquetes e vapores de linhas regulares, nacionaes ou estrangeiros, os quaes serão admittidos á immediata descarga sem ficar sujeitos á escala, tendo preferencia sobre quaesquer outros navios, e podendo começar a descarregar logo depois da visita, ainda que não tenham dado entrada na Alfandega, quer o dia seja util, quer santificado ou feriado. No caso de ser a descarga feita para saveiros ou outras embarcações apropriadas, poderá este serviço effectuar-se mesmo durante a noite, devendo, porém, os ditos saveiros ser conduzidos para a doca, ponte ou logar indicado pela Alfandega, e ahi permanecerem, sob as cautelas fiscaes que o respectivo Inspector prescrever, até que possam ser os volumes recolhidos aos armazens da Repartição ou aos trapiches alfandegados, para esse fim especialmente destinados; só se devendo considerar effectivamente descarregados os ditos volumes, quando estiverem sobre as pontes ou cáes, ou nos armazens respectivos. (Reg. de 1860, art. 438, Decreto n. 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 1º, Decisões ns. 434 de 6 de Dezembro de 1867, 364 de 1 de Outubro de 1872, 186 de 28 de Maio e 226 de 23 de Junho de 1873, e 729 de 21 de Outubro de 1878.)

Art. 400. Principiada a descarga de um navio, continuará esta todos os dias uteis sem interrupção até sua conclusão, salvo os casos de força maior ou de dispensa do respectivo Inspector ou Administrador, a qual poderá ser unicamente dada por motivos justos.

Paraphrasso unico. A embarcação que deixar de dar descarga em algum dia, sem dispensa ou por motivo não justificavel, perderá a preferencia que lhe é garantida conforme a data de sua entrada, e será collocada no ultimo logar da escala. (Reg. de 1860, art. 439.)

Art. 401. A descarga ou baldeação só poderá ser feita na presença do Official, ou empregado que fôr designado para este serviço, em virtude de ordem, despacho, ou licença do Chefe da competente Repartição, sob as penas do art. 353, salva a disposição do art. 512. (Reg. de 1860, art. 440, Decreto n. 3883 de 29 de Maio de 1867, art. 4º, Imperial Resolução de Consulta de 13 de Março e Decisão n. 163 de 16 de Abril de 1875.)

Art. 402. A descarga nas pontes, cáes ou docas da Alfandega deverá principiar á hora marcada pelos arts. 87 e 88 para os trabalhos das Capatazias. A que se fizer em pontes particulaes, ou em ca-



veiros ou outras embarcações, poderá ter começo ao romper do dia, ou quando a claridade permitta facil verificação dos volumes, seus numeros, marcas e contramarcas.

Paragrapho unico. Nos port s onde, por circumstancias locais, a descarga não se puder effectuar senão por marés, poder-se-ha fazer esse serviço durante a noite, observando-se neste caso o disposto na segunda parte do n. 3 do art. 399. (Reg. de 1869, art. 441, e Decisão n. 619 de 13 de Outubro de 1876.)

Art. 403. O Commandante da embarcação e o Official ou empregado da Alfandega farão em cada dia de descarga, em separado, e cada um de per si, uma relação das mercadorias que se descarregarem, em que mencionarão a qualidade do volume, seu numero, marcas e contramarcas; e si forem mercadorias a granel, sua qualidade e quantidade.

§ 1.º No fim da descarga diaria, ou logo que fôr possível, a juizo do respectivo Chefe, depois de conferidas, datadas, e assignadas ambas as relações, as trocarão entre si, ficando a que fôr feita pelo Official de descarga em poder do Commandante, e a deste em poder daquelle.

No caso do Commandante recusar-se a assignal-as, o Official mencionará essa circumstancia, que não pôde pôr em duvida a validade das mesmas relações.

§ 2.º A relação que, na fôrma do paragrapho antecedente, pertence ao Capitão organizar, em todos os casos em que este, por ignorar a lingua vernacula ou por outra qualquer razão semelhante, a não poder formular, será substituida por uma 2ª via do Official ou empregado encarregado da descarga, assignada o entregue na fôrma do referido paragrapho.

§ 3.º Si a descarga se effectuar nas pontes, cães, ou docas das Alfandegas ou dos entrepostos, depositos, ou armazens e trapiches alfandegados, o Administrador das Capatazias ou depositos, ou seus prepostos, conferirão as relações com o seu livro ou cadern , e igualmente as assignarão.

§ 4.º O papel em que estas relações devem ser feitas será fornecido pela Alfandega ou Mesa de rendas, e tirado do livro de tulão.

§ 5.º Si a descarga se verificar por meio de lanchas, falias ou outras embarcações proprias deste serviço, no acto da entrada na ponte, cães da Alfandega, armazem, entreposto ou trapiche alfandegado, os respectivos Administradores das Capatazias, do entreposto ou do trapiche alfandegado, ou seus prepostos, verificarão do mesmo modo a verdade da relação que o Official de descarga apresentar.

§ 6.º Os Officiaes de descarga terão o maior cuidado na verificação dos numeros, marcas e contramarcas dos volumes, da quantidade das mercadorias a granel, e por cada differença que so verificar pagará uma multa de 1\$ ate 4\$ a arbitrio do Inspector.

§ 7.º Os volumes ou mercadorias descarregadas serão acompanhadas pelos Officiaes de descarga até a sua entrada ou recebimento no armazem, ou logar para que forem destinados, ou escoltados por praças da força maritima ou dos Guardas, quando o respectivo



Chefe julgar conveniente aos interesses da Fazenda Nacional ou ao serviço da Repartição.

§ 8.º Os Officiaes nomeados para descarga de um navio serão substituídos, diariamente ou não, a juízo do Inspector ou do Chefe sob quem immediatamente servirem, e conforme as conveniências do respectivo serviço.

Os que abandonarem os volumes ou fazendas sob sua guarda, serão demittidos e ficarão responsaveis pelo damno ou extravio que se verificar, na forma do Cap. 4.º do Tit. 5.º do presente Regulamento. (Reg. de 1830, art. 442, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 68, 3883 de 29 de Maio de 1867, art. 4.º, e Decisões ns. 158 de 18 de Abril de 1863 e 20 de 11 de Janeiro de 1867.)

Art. 404. As relações de descarga, de que trata o artigo antecedente, na Alfandega do Rio de Janeiro, conterão somente as quantidades e especies dos volumes desembarcados, isto é, quantas caixas da fazenda, barricas de ferragens, fardos, gigos de lousa, etc.

§ 1.º Para facilitar a organização das ditas relações; a 1.ª Secção da Alfandega as mandará imprimir, e assim as distribuirá aos Officiaes de descarga.

§ 2.º Si não fór possível ao Commandante do navio organizar a que lhe compete fazer, deverá pelo menos assignar a que ficar em poder do Official de descarga, o qual a entregará ao Administrador das Capatazias, logo que chegue á Alfandega com as mercadorias alli contempladas.

§ 3.º Recebida a mesma relação, o Administrador fará conferir os volumes conduzidos, e organizar as folhas de descarga, com as declarações exigidas no artigo antecedente, afim de as remetter á 1.ª Secção, para os fins convenientes. (Decreto n. 5321 de 30 de Junho de 1873, art. 3.º)

Art. 405. A descarga deverá principiar pela bagagem dos passageiros, pelos volumes pequenos ou de amostras ou miudezas, que em razão do seu tamanho são de facil extravio, e pelas mercadorias avariadas que precisarem de beneficio, guardada a disposição do art. 414; proseguindo de maneira que não haja confusão a bordo, nem sobre as p. ntes, no que o Chefe da competente Secção applicará todo o cuidado.

Paragrapho unico. Poderão tambem ser descarregados e ter sahida, logo depois da visita da entrada, os animaes vivos e frutas, importados do estrangeiro, mediante as condições seguintes:

1.ª Requerimento do respectivo dono ou consignatario e deposito prévio nos cofres da Alfandega da somma que fór julgada sufficiente para caução dos direitos devidos; podendo a caução servir para mais de uma descarga, si verificar-se que ella subsiste intacta, e que o seu valor excede a importancia dos direitos dos objectos de que se tratar, segundo um justo arbitrio;

2.ª Exame dos objectos que se pretenda retirar dos navios, tomando-se nota do numero dos animaes e do peso dos volumes com frutas, dos quaes serão abertos os que se julgarem necessarios para verificação do conteúdo; feito o que, poderão os objectos sahir de bordo, passando a parte recibo ao Guarda-mór, ou quem suas

vezes fizer, com as declarações indicadas, á vista das quaes se processarão os despachos, competindo ao Conferente da bagagem o exame e mais actos referidos, sempre que estiver encerrado o expediente da Alfandega. (Reg. de 1860, art. 443, Reg. de 1876, art. 115 § 3.º, e Decisão n. 114 de 27 de Março de 1874.)

Art. 436. O Official de descarga não poderá receber do bordo volume algum arrombado ou aberto, ou que pareça havel-o sido, sem dar parte ao Chefe da competente Secção, e ter para isso ordem d'elle. Si no acto da entrada para a Alfandega algum apparecer nesse estado, se entenderá ter sido praticado, durante a conducção do bordo para a Alfandega, o arrombamento ou abertura e o extravio que se achar feito.

§ 1.º Esta disposição fica extensiva ás mercadorias inflammaveis e semelhantes.

§ 2.º O Official de descarga ou Guarda, que conduzir os volumes acima referidos, além da pena do art. 208, § 3.º, será demittido e pagará o extravio que se verificar com os respectivos direitos de consumo; devendo ser processado criminalmente na forma da lei. (Reg. de 1860, art. 444.)

Art. 407. Quando apparecer a bordo algum volume no estado indicado no artigo antecedente, á vista da parte que fôr dada pelo Official de descarga, o Chefe da competente Secção, acompanhando do Guarda-mór e de um Conferente, se dirigirá ao logar em que se achar o mesmo volume e procederá ao competente exame em presença do Commandante da embarcação; e, depois de lavrado o termo ou auto do resultado do exame, fará conduzir os volumes para a Alfandega. (Reg. de 1860, art. 445.)

Art. 408. O Official ou Guarda conductor, quando a descarga fôr feita por meio de embarcações de transporte e trafego do porto, ou em ocaleres, seguirá com o barco em direitura para o logar do desembarque que lhe houver marcado o Chefe da competente Secção na respectiva folha; o que assim o não fizer será suspenso por dous mezes e pagará os danos resultantes do desvio que fôr verificado.

Parapho unico. O Guarda-mór prestará escolta para a conducção das mercadorias descarregadas, em todos os casos em que lhe fôr requisitado ou ordenado. (Reg. de 1860, art. 446.)

Art. 409. Nenhuma barca, saveiro, ou outra qualquer embarcação, excepto as lanchas dos proprios navios, será empregada na descarga de mercadorias sem que tenha préviamente sido arqueada, o, tanto na proa como na popa, trazo marcado, pelo espaço que mergulha quando recebe carga, o numero correspondente de toneladas metricas; de modo que se conheça approximadamente, pela parte mergulhada, o peso e quantidade de mercadorias que tiver a bordo. A fiscalisação deste artigo pertence cumulativamente ao Guarda-mór e ao Chefe da 1.ª Secção.

Parapho unico. A infracção desta disposição será punida com a multa de 20\$ até 200\$, pela qual será responsavel o dono da embarcação não arqueada. (Reg. de 1860, art. 448.)

Art. 410. O Commandante da embarcação deverá estar presente nas pontes, por si ou por seu preposto, ao desembarque ou descarga

das mercadorias, afim de indicar quaes são as verdadeiras marcas, numeros e signaes com que devem ser recebidas e despachadas, conferir a relação de que trata o art. 403 e assistir a quaesquer termos que sejam necessarios sobre o estado dos volumes, arrombamento, avarias, etc. O que assim não assistir, por si ou por seu preposto, não poderá depois reclamar cousa alguma a este respeito. (Reg. de 1859, art. 449.)

Art. 411. As mercadorias descarregadas nas pontes e cães da Alfandega, depositos, entrepostos e trapiches alfandegados, depois de tomadas a rol as marcas, numeros e quantidade de volumes, e de se lançarem nestes, com tinta differente da dos numeros e marcas, o dia, mez e anno da entrada, e o numero de ordem da entrada das embarcações que os tiverem transportado, e de se passar um traço da mesma tinta sobre as marcas e numeros inúteis, serão recolhidas impreterivelmente aos armazens da mesma Alfandega no mesmo dia do desembarque, sob as penas comminadas no art. 110 § 7.º

Proceder-se-ha igualmente á verificação do peso bruto de cada volume antes de entrar para o armazem ou trapiche, não só para a cobrança das taxas de armazenagem e Capatazias, como tambem para servir de base a qualquer reclamação futura sobre extravio de mercadorias.

§ 1.º O assento do dia, mez e anno de que trata este artigo poderá ser lançado em um rotulo, que será pregado no volume. (Reg. de 1860, art. 450 e § 1.º, e Reg. de 1876, art. 121 § 7.º)

§ 2.º Si, porém, os armazens estiverem cheios, as mercadorias, conforme a sua natureza, ou serão logo despachadas ou irão para armazens ou trapiches alfandegados, para esse fim especialmente destinados, mas não para os dos proprios donos, observando-se neste ultimo caso o disposto no art. 233.

Exceptuam-se os generos e objectos seguintes, os quaes serão despachados logo sobre agua, salvo o caso de suspeita ou denuncia de fraude :

1º., os generos inflammaveis e semelhantes quando não haja deposito proprio, ao qual o respectivo dono ou consignatario queira recolhê-los, guardando-se a respeito desses generos os regulamentos policiaes ; 2º, as mercadorias isentas de direitos ; 3º, os volumes de grandes dimensões e peso, e de diminuto valor ; 4º, os constantes da Tabella II (Reg. de 1850, art. 450, Reg. de 1876, arts. 111 § 3º e 121 § 7º, Decreto n. 5321 de 30 de Junho de 1873, art. 12, Decisões ns. 76 de 17 de Março de 1868, 236 de 7 de Novembro de 1883 e de 4 de Outubro de 1884 á Thesouraria de Pernambuco.)

Art. 412. As joias de ouro, prata e pedras preciosas serão depositadas em casa forte. (Reg. de 1860, art. 451.)

Art. 413. A polvora e munições de guerra serão descarregadas para os competentes depositos no prazo de tres dias, contados do em que chegar a embarcação que as tiver conduzido. (Reg. de 1860, art. 452.)

Art. 414. No caso de se verificar que algum volume se acha arrombado, com indício de arrombamento ou de avaria, ou que a mercadoria, si não fôr logo beneficiada, necessariamente se

arruinará ou inutilisará, ou que se acha arruinada ou inutilisada, o Official de descarga ou o Administrador das Capatazias participará immediatamente ao chefe da respectiva Secção, que, na forma do art. 100 § 8.º, mandará lavrar editaes ou intimar o dono ou consignatario, como fôr mais facil e seguro para sciencia deste, e o Capitão ou Mestre da embarcação, para requererem o que fôr conveniente; devendo, no caso de demora, ou de não comparecerem no prazo que lhes fôr marcado, presidir á sua revelia ao competente exame, de que mandará lavrar termo, na forma do § 12 do citado art. 100.

Verificada essa diligencia, o Chefe da Repartição mandará beneficiar a mercadoria, ou vendel-a em hasta publica por conta de quem pertencer, como abandonada, nos termos do art. 281, devendo, no primeiro caso, dar-se ao Fiel do armazem, onde fôr depositada, uma conta da despesa de beneficiamento para averbal-a no livro de entrada, e lançar depois a respectiva importancia nas notas do despacho, quando estas lhe forem apresentadas para apontar a data da entrada dos volumes.

§ 1.º Si a mercadoria estiver arruinada ou em estado de corrupção, proceder-se-ha nos termos do art. 486.

§ 2.º Si o volume ou mercadoria vier consignado á ordem, ou o seu dono ou consignatario não fôr conhecido, proceder-se-ha do mesmo modo; procedendo todavia editaes publicados pelo menos em uma das folhas de maior e realiação, si o seu estado o permittir. (Reg. de 1860, art. 454, Reg. de 1876, art. 111 §§ 8.º e 12, Decreto n. 5321 de 30 de Junho de 1873, art. 59, e Decisão n. 113 de 7 de Março de 1876.)

Art. 415. Logo que o navio estiver descarregado e que o Capitão ou Mestre tiver mandado fazer a limpeza interior, proceder-se-ha, independente de quaesquer differenças, á visita de descarga, que só lhe será feita quando o tenha limpo e despachado, salvo o caso previsto pelo paragrapho unico do art. 354.

§ 1.º Exceptuam-se desta regra: 1.º, os paquetes e vapores de linhas regulares, os quaes serão admittidos a receber carga, despachada e destinada aos portos de sua escala, ainda antes de concluida a descarga dos volumes que tiverem de entregar no porto em que tocarem, sem que por isso fiquem inhibidas as autoridades fiscaes competentes de proceder ás buscas que forem necessarias; 2.º, as embarcações estrangeiras, empregadas no commercio de cabotagão, si provarem com certificado que foram visitadas no porto do Imperio, onde houverem completado a descarga das mercadorias procedentes de portos estrangeiros e sujeitas a direitos de consumo; 3.º, as embarcações de que trata o art. 322.

§ 2.º A visita de descarga será feita pelo Guarda-mór e Guardas, de que deve ir acompanhado; procedendo-se á busca com todo o esrupulo, e procurando-se descobrir qualquer escondrijo que possa haver no navio. O Capitão será obrigado a fazer abrir todas as portas, armarios, gavetas ou caixas, e não as abrindo poderão ser arrombadas. Achando-se quaesquer objectos, além dos constantes da lista de sobresalientes, das declarações que tiverem sido aceitas e do inventario dos objectos do custeio do navio, proceder-se-ha na

fôrma do art. 387 § 1.º (Reg. de 1860, art. 457, Decretos ns. 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 2º, e 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 13.)

Art. 416. A descarga dos generos estrangeiros, que já tenham pago direitos de consumo, transportados pelas embarcações empregadas no commercio e navigação de cabotagem, será feita em qualquer dos pontos marcados para embarque e desembarque, que fôr designado pelo Chefe da Repartição, com assistencia de um empregado a quem fôr distribuido este serviço, do mesmo modo que fica regulado para o das embarcações procedentes de portos estrangeiros.

§ 1.º A dos volumes ou mercadorias rexporthadas terá logar do mesmo modo que neste Regulamento se requer para os generos importados do estrangeiro.

§ 2.º Concluida a descarga, e feita a respectiva conferencia, ao Capitão ou Mestre, si fôr ostrangeira a embarcação, se passará certidão dos volumes ou da quantidade dos generos ou mercadorias nacionaes que tiver descarregado, afim de que este na estação fiscal do porto de sua procedencia justifique o seu legitimo destino. Este documento será averbado pela Repartição que o receber á margem do respectivo termo de responsabilidade.

§ 3.º As embarcações mercantes brasileiras que se empregarem no commercio de cabotagem serão dispensadas do certificado de descarga de que trata o paragrapho antecedente. (Reg. de 1860, art. 458, Decretos ns. 5585 de 11 de Abril de 1874, arts. 2º § 1º e 2, 6155 de 24 de Março de 1876 e Decisão n. 28 de 25 de Janeiro de 1871.)

Art. 417. Os generos nacionaes navegados por cabotagem poderão ser descarregados onde convier á parte, mediante guia assignada pelo Inspector da Alfandega, ou quem suas vezes fizer.

As guias serão extrahidas de livro de talão e restituídas á Alfandega para os effeitos legais, pelos Fiscaes dos trapiches e armazens de deposito alfandegados, quando a descarga ahi se effectuar, ou pelos empregados, Guardas ou Vigias destacados nos differentes pontos do littoral, onde ella tiver logar.

Paragrapho unico. Os Inspectores das Alfandegas poderão ordenar que a descarga e a conferencia dos generos nacionaes se effectue na fôrma ordinaria prescripta no artigo antecedente, quando assim julgarem conveniente por suspeita de fraude, ou outro justo motivo. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 31, Decisões ns. 508 de 10 de Novembro de 1863, 28 de 25 de Janeiro de 1871 e 721 de 21 de Dezembro de 1876.)

Art. 418. Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas, tendo em consideração a natureza dos carregamentos e as difficuldades do serviço, organizarão uma tabella dos prazos dentro dos quaes as embarcações que atracarem ás pontes para carregar ou descarregar, ou que estacionarem nas docas, deverão terminar o trabalho e retirar-se. Os Comandantes daquellas que o não concluirem dentro dos prazos fixados, ficarão sujeitos á multa de 20\$ a 200\$ por dia de demora,

a juizo do Inspector ou Administrador, salvo caso de força maior, devidamente justificado perante os mesmos Chefes. (Decretos ns. 6053 de 13 de Dezembro de 1875, art. 3º, e 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 7.º)

## CAPITULO VIII

### DA BAGAGEM DOS PASSAGEIROS

Art. 419. Reputar-se-ha bagagem : 1º, o fato usado ; 2º, os instrumentos, e artigos do serviço e uso diario, ou da profissão dos passageiros, officiaes e equipagem das embarcações ; 3º, os bahús, malas e saccoes de viagem usados, necessarios para o uso pessoal e diario durante a viagem. ( Reg. de 1860, art. 459, e Decisão n. 248 de 5 de Julho de 1866. )

Art. 420. Além dos objectos referidos no artigo precedente, serão especialmente reputados bagagem do passageiro colono que vier estabelecer-se no Imperio : 1º, as barras, catres e camas ordinarias ou communs, que estiverem em relação ás posses e posição do colono a que pertencerem ; 2º, a louça usada e ordinaria ; 3º, os instrumentos aratorios, ou de sua profissão ; 4º, os trastes de qualquer especie, e objectos usados, comtanto que o numero e quantidade não exceda do que fôr indispensavel para o uso do colono e de sua familia ; 5º, uma espingarda de caça para cada colono adulto. ( Reg. de 1860, art. 460, e Decisão n. 32 de 22 de Janeiro de 1867. )

Art. 421. Os passageiros que trouxerem volumes contendo exclusivamente mercadorias ou objectos de commercio, sujeitos a direitos do consumo, deverão, na declaração summaria de que trata o n. 3 do art. 378, fazer expressa menção da marca ou lettreiro, numero e qualidade do volume, além do conteúdo, sob pena de multa de 2\$500 a 5\$ por cada volume ou mercadoria ao passageiro, a quem fôr imputavel a infracção, si as circumstancias revelarem fraude.

Paragrapho unico. Os Commandantes dos paquetes e vapores de linhas regulares estabelecidas entro o Imperio e os portos estrangeiros, ou as companhias respectivas, serão irresponsaveis pelas differenças encontradas nas listas de bagagem dos passageiros e pelos objectos sujeitos a direitos que estes possam trazer, salvo o caso de se provar que o Commandante tinha sciencia da existencia dos mesmos objectos e não os manifestou. ( Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1833, arts. 37 e 57, 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 6º, Instruções de 8 de Junho de 1865, art. 4º, e Decisão n. 104 de 3 de Março de 1865. )

Art. 422. Na occasião da visita da entrada, o Guarda-mór, ou quem suas vezes fizer, sempre que julgar necessario, para evitar confusão, distribuirá pelos passageiros cartões numerados que determinarão sua procedencia no exame das bagagens, e lhes designará a hora em que o referido exame deverá co-

meçar, providenciando desde logo sobre a remessa dos volumes que deverem passar pela Alfandega.

Paraphrasis unico. No mesmo acto será permittido o desembarque dos passageiros, quer dos vapores, quer das embarcações á vela, desde que se possa elle realizar até ás 7 horas da tarde, sendo igualmente facultado aos mesmos passageiros trazer consigo para terra os sacos de viagem, pequenas malas com roupa de uso diario e outros volumes semelhantes, que não contiverem objectos sujeitos a direitos, e procedendo-se quanto aos demais volumes das bagagens de conformidade com o art. 421. (Reg. de 1860, art. 461, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1861, art. 30, 1955 de 4 de Maio de 1872, art. 10, 5321 de 30 de Junho de 1873, art. 16, e Instruções de 8 de junho de 1865, art. 5.º)

Art. 421. Os volumes da bagagem de cada passageiro serão numerados, e terão rotulos que indiquem a pessoa a quem pertencem.

Desta formalidade serão isentos os colonos, cuja bagagem poderá ser examinada e verificada a bordo da embarcação que os conduzir. (Reg. de 1869, arts. 411 e 469, e Decisão n. 47 de 3 de Março de 1883.)

Art. 424. Logo que os volumes da bagagem sejam descarregados, o Administrador das Capatazias os fará recolher a armazem especial e separal-os pelas marcas, ou conforme os rotulos, de modo que se facilite o exame aos Conferentes delle encarregados. (Reg. de 1860, art. 462, e Decreto n. 5321 de 30 de Junho de 1873, § 1.º do art. 16.)

Art. 425. O Inspector nomeará por escala semanalmente, para o dito exame, um Conferente, o qual será obrigado a comparecer todos os dias, quer sejam uteis, quer santificados ou feriados, no armazem das bagagens, e a permanecer ali, desde as 9 horas da manhã até ás 6 da tarde, sob as penas estabelecidas no Regulamento, si o não fizer, para examinar e dar sahida ás bagagens que se apresentarem.

Nos casos de extraordinaria affluencia dellas, e de haver urgencia na sua entrega, o Inspector poderá nomear mais um ou dous Conferentes, para este serviço, devendo o Guarda-mór prestar o numero de Guardas necessarios para auxiliarem os Conferentes.

§ 1.º Nas Alfandegas em que não houver Conferentes e fôr limitado o numero de Escripturarios, o Inspector poderá encarregar o Porteiro do referido exame e verificação, nos termos do art. 122 do presente Regulamento; procedendo sempre de modo que não haja demora na expedição das bagagens.

§ 2.º O Guarda-mór poderá encarregar do exame das bagagens dos passageiros, que vierem de portos nacionaes em navios procedentes de portos estrangeiros, aos seus Ajudantes ou a qualquer empregado subalterno de sua confiança, os quaes neste encargo procederão de conformidade com o artigo seguinte, tendo em attenção o que recommenda o art. 428. (Reg. de 1869, art. 463, Reg. de 1876, art. 133, Decreto n. 5321 de 30 de

Junho de 1873, §§ 2º e 4º do art. 16, e Instrucções de 8 de Junho de 1865, art. 17.)

Art. 426. Aos passageiros, antes de principiar a conferencia, é permitido fazer declaração da occultação, em qualquer fôrma, de objectos ou mercadorias sujeitas a direitos, a qual será aceita, salvo si tiver o Chefe da Repartição denuncia ou conhecimento official do facto.

§ 1.º O Conferente designado, na fôrma do artigo antecedente, tendo em attenção o disposto do art. 428, procederá em seguida ao exame e verificação dos volumes, separando os objectos ou mercadorias que estiverem sujeitos a direitos.

§ 2.º Si esses objectos ou mercadorias forem encontrados em fundos falsos, e esta circumstancia não tiver sido declarada pelo passageiro, ou tendo-o sido, não houver sido aceita, além da pena da perda dos ditos objectos, que serão apprehendidos, incorrerá o passageiro na multa equivalente á metade do seu valor.

§ 3.º Si os objectos, encontrados em fundos falsos, forem cartas, lavrar-se-ha auto de sua achada, o qual será enviado á Repartição competente; si, porém, forem notas ou papeis de credito falsos, suspendendo-se logo o exame e detendo-se o indiciado, lavrar-se-ha auto identico e se dará immediatamente parte á autoridade competente, para proceder na fôrma da lei.

§ 4.º Encontrando-se na conferencia mercadorias, cujo despacho fôr prohibido, proceder-se-ha na fôrma do art. 460.

§ 5.º Dos objectos ou mercadorias de que trata o § 1º, fará o Conferente o respectivo despacho, assignando as competentes notas para o pagamento dos direitos ao Thesoureiro da Alfandega, nos dias uteis.

Nos dias feriados, porém, e quando houver urgencia da entrega dos volumes, o pagamento de taes direitos será feito ao Fiel do armazem, que lançará no despacho a respectiva verba de pagamento, fiscalizando o Conferente o recebimento e a remessa ao Thesoureiro da Alfandega no dia immediato impreterivelmente, para o que ficará o Conferente com uma das vias do despacho que remetterá, sob protocolo, ao mesmo Thesoureiro, logo que se abra a Repartição. (Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, arts. 38 e 45, 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6º, 5321 de 30 de Junho de 1873, § 3º do art. 16, Instrucções de 8 de Junho de 1865, arts. 12 e 14, e Decisões ns. 420 de 17 de Dezembro de 1864, 359 de 9 de Agosto e 514 de 8 de Novembro de 1869.)

Art. 427. As duvidas que occorrerem sobre a qualificação ou avaliação das mercadorias pertencentes ás bagagens, serão resolvidas como determinam os arts. 507 e 525 deste Regulamento. (Decreto n. 3433 de 5 de Abril de 1865, art. 2º, Instrucções de 8 de Junho de 1865, art. 10.)

Art. 428. No exame e verificação da bagagem dos passageiros, os Conferentes e mais empregados evitarão minuciosas buscas, si a posição social e credito do individuo, cuja bagagem fôr apresentada á exame, inspirar confiança e repellir qualquer suspeita de cavillação ou de fraude, salvo no caso de denuncia ou de



facto que revele o contrario do que se deve presumir. (Reg. de 1860, art. 468.)

Art. 429. Será dispensada de exame a bagagem: 1.<sup>a</sup>, dos Chefes das Missões Diplomáticas, ou Agentes Diplomaticos, ou pessoas de distincção que vierem residir no Imperio, viajar ou transitar pelo seu territorio; 2.<sup>a</sup>, dos naturalistas ou viajantes que, por ordem dos Governos estrangeiros ou por commissão de sociedades seientificas, acreditadas ou recommendadas pelos respectivos Agentes Diplomaticos nacionaes ou estrangeiros, viajarem ou transitarem pelo territorio do Imperio. (Reg. de 1860, art. 467.)

## CAPITULO IX

### DOS SOBRESALENTES DOS NAVIOS

Art. 430. Serão considerados como sobresalentes os generos e provisões trazidas ou embarcadas para supprir a falta dos necessarios á navegação e custeio dos navios, ou sustento das tripulações e passageiros, e dos animaes que conduzirem. (Reg. de 1860, art. 471, Decisões ns. 609 de 23 de Dezembro de 1875 e 533 de 6 de Novembro de 1880.)

Art. 431. O Inspector ou Administrador, á vista da lista dos sobresalentes que lhe fór apresentada, designará os objectos que, por sua natureza e destino, não podem ser classificados como taes, e os fará logo desapparecer como mercadoria importada para consumo, ou permittirá o seu despacho, si assim o requerer o Capitão ou consignatario do navio, impondo áquelle a pena estabelecida no paragra pho unico do art. 381.

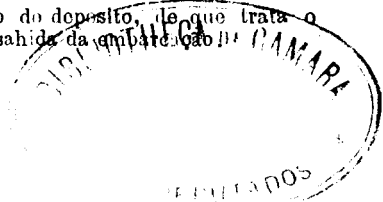
§ 1.<sup>o</sup> Todos os mais objectos, que não forem necessarios para o uso e custeio do navio e para consumo da equipagem durante a estada no porto, serão depositados em qualquer armazem, entreposto ou tripiche alfandegado, que fór designado pelo respectivo Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rondas, dentro do prazo que estes marcarem, sob pena de ficarem sujeitos a direitos de consumo.

§ 2.<sup>o</sup> O deposito poderá ser feito em alguma camara ou logar seguro do navio, cujas entradas ou portas serão fechadas, pragias, lacradas e selladas.

§ 3.<sup>o</sup> No caso de dilaceração do sello, e abertura do deposito sem authorização do Inspector e assistencia do Guarda-mór, ou do emprega do que este nomear, incorrerá o Capitão ou Mostre na pena do art. 350, além das que lhe forem applicaveis pelo extravi ou substituição do mercadorias que se verificar.

§ 4.<sup>o</sup> O Guarda-mór, os Commandantes dos registros e as rondas dos ancoradouros verificarão para este fim, em occasião inesperada, o estado dos sellos, dando parte de qualquer irregularidade que verificarem.

§ 5.<sup>o</sup> A abertura e levantamento do deposito, de que trata o § 2.<sup>o</sup>, serão feitos na occasião da sahida da embarcação.



§ 6.º Ao Commandante do navio será facultado o uso ou consumo de alguns dos objectos em deposito, nos seguintes casos: 1º, de prolongar-se sua estada no porto além do tempo ordinario; 2º, de necessidade para alimentação da equipagem; 3º, de concertos e reparos da embarcação; 4º, das mercadorias depositadas precisarem de beneficio; 5º, de seu despacho para consumo.

§ 7.º Em todos os casos do parographo antecedente, a abertura do deposito terá logar á vista do Guarda-mór ou de quem suas vezes fizer, fechando-se, pregando-se e sellando-se, na fórma do § 2º, logo que se tenham retirado os objectos requeridos. (Reg. de 1860, art. 472, Decisões ns. 522 de 27 de Novembro de 1860, 182 de 18 de Julho de 1861, 236 de 9 de Agosto de 1870, 609 de 23 de Dezembro de 1875 e 618 de 2 de Novembro de 1876.)

Art. 432. Aos paquetes e vapores de linhas regulares poderá ser dispensado pelos Inspectores das Alfandegas o deposito de suas provisões e sobressalentes, conservando-os a bordo sem serem sellados. (Reg. de 1860, art. 474, e Decreto n. 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 3.º)

Art. 433. Aos Commandantes das embarcações que navegam para portos estrangeiros, ou das embarcações estrangeiras que tiverem de seguir para portos do Imperio, se concederá livre de direitos de exportação, o despacho:

1.º Das provisões necessarias para consumo dos passageiros e tripulação, quer durante a sua estada no porto em que estiverem ancoradas, quer para a sua viagem;

2.º Das madeiras e outros quaesquer generos da producção nacional empregados no concerto e reparo dos mesmos navios.

Paraphrasis unico. Aos Inspectores das Alfandegas compete conceder a sobredita isenção, salvos os recursos legais e mediante as averiguações que forem necessarias não só para limitar a qualidade e quantidade dos generos e materiaes dados a despacho com esse destino, quando não sejam elles isentos de direitos pela tabella 1, annexa ao presente Regulamento, como tambem para verificar si o concerto, de que trata o n.º 2, é effectuado nos mesmos portos. (Reg. de 1860, art. 475, Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 11 § 6º, o Decreto n. 5455 de 5 de Novembro de 1873, art. 3.º)

## CAPITULO X

### DA CONFERENCIA DO MANIFESTO

Art. 434. Finda a descarga e visitada a embarcação, na fórma do art. 415, será o termo da visita remettido á 1ª Secção, para ser reunido ao manifesto, folhas de descarga e mais papeis do navio, cumprindo aos empregados a quem fór distribuido o manifesto, na fórma do art. 100 § 1º, confil-o com as folhas da descarga e apresentar relatorio das differenças encontradas, acerca das quaes o Chefe da 1ª Secção ouvirá os Commandantes, consignatarios ou

seus representantes, sempre que fôr preciso para apresentar ao Inspector o referido relatório.

Paragrapho unico. Da conferencia do manifesto são unicamente isentos os navios que exclusivamente conduzirem xarque, guano, carvão de pedra, gelo e sal, os quaes deverão ser desembaraçados á vista do termo da visita de descarga, salvo si tres navios trouxerem conjunctamente outras mercadorias, que tenham de ser descarregadas e despachadas na fôrma ordinaria; devendo neste caso a conferencia do manifesto na parte relativa áquelles generos ser feita pelas declarações dos despachos respectivos, que deverão ser verificados pelos empregados della incumbidos. (Reg. de 1860, arts. 476 e 477, Reg. de 1876, art. 111 § 1º, Decretos ns. 3883 de 29 de Maio de 1867, arts. 19 e 20, e 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 9º.)

Art. 435. A conferencia do manifesto versará sobre os seguintes pontos: 1º, si os volumes e mercadorias a granel, constantes do manifesto e das declarações do Capitão ou Mestre, foram effectivamente descarregados, observada a disposição do paragrapho unico de artigo antecedente; 2º, quaes as differenças na quantidade, nos numeros e marcas; 3º, qual a responsabilidade da embarcação, e sua importancia em relação a quaequer infracções dos regulamentos fiscaes; 4º, si está livre e desembaraçada de embargo, penhora ou outro qualquer onus. (Reg. de 1860, art. 478, Decisões ns. 189 de 27 de Junho de 1870 e 912 de 20 de Dezembro de 1878.)

Art. 436. A vista do relatório de que trata o art. 434, o Chefe da Repartição imporá as multas que couberem, conforme as circumstancias, verificadas na fôrma dos arts. 389 a 392, e satisfeitas estas, ou estando a embarcação livre de qualquer pena ou onus fiscal, arrasto ou penhora, mandará desembarcá-la, afim de que lhe seja concedido o passe ou despacho para seguir seu destino. (Reg. de 1860, art. 478 paragrapho unico, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 9º, e Decisão n. 361 de 20 de Agosto de 1861.)

Art. 437. A partida ou viagem de uma embarcação não poderá ser retardada pela falta ou demora da conferencia do manifesto; e neste caso será permittido ao dono ou consignatario assignar termo de responsabilidade pela importancia de qualquer multa não liquidada, em que, na fôrma do presente Regulamento, tiver incorrido o Capitão ou Mestre, e pela qual fôr responsavel a embarcação. Assignado o competente termo se dará desembaraço á embarcação para seguir seu destino, e o Chefe da Repartição marcará, para solução de quaequer duvidas occorridas na mesma conferencia, um prazo razoavel, impondo multas de 30\$ até 100\$ aos empregados da conferencia, ou ao dono ou consignatario da embarcação, que se mostrarem negligentes neste serviço, ou que, por facto proprio ou culpa, a excederem do prazo marcado.

§ 1.º Esta disposição não comprehende as multas Impostas e liquidadas, as quaes serão satisfeitas para que possa ter logar o desembaraço, ainda quando penda recurso.

§ 2.º Si a embarcação fôr desembaraçada independente de termo de responsabilidade ou do pagamento das multas, de que trata este

artigo, deve a respectiva importancia ser satisfeita pelos empregados que a esse facto deram causa, ficando-lhes salvo o direito de promoverem a sua indemnização, como lhes convier. (Reg. de 1860, art. 479, e Decisão n. 14 de 21 de Janeiro de 1862.)

Art. 438. Os agentes das companhias de paquetes e vapores de linhas regulares estabelecidas entre o Imperio e os portos estrangeiros, responsabilisar-se-hão pelo pagamento de quaesquer multas ou direitos, que em virtude dos regulamentos fiscaes forem devidos pelos Commandantes, afim de evitar-se demora no desembaraço dos vapores, os quaes, depois de haverem recebido as malas do Correio, não poderão ser detidos, sob qualquer pretexto, nos portos do Imperio, além da hora fixada para a sua partida. (Decreto n. 4955 de 4 de Maio de 1872, art. 9.º)

Art. 439. O producto das multas que forem impostas pela differença de volumes ou mercadorias, que fôr encontrada na conferencia dos manifestos, depois de deduzida metade para a Fazenda Publica, será dividido, na fórma do art. 75, entre os empregados que verificarem ou descobrirem a differença. (Reg. de 1860, art. 480, Reg. de 1876, art. 86, e Decreto n. 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6.º)

## CAPITULO XI

### DAS EMBARCAÇÕES EM CARGA

Art. 440. Finda a descarga de um navio, e logo depois da visita de que trata o art. 415 e de effectuada a sua passagem para o ancoradouro da carga, ou para o cães ou ponte que lhe fôr designada, poderá ter comoço o serviço do recebimento dos generos e mercadorias de exportação ou reexportação, salva todavia a disposição dos arts. 354 paragrapho unico e 415 § 1.º (Reg. de 1860, art. 481.)

Art. 441. O recebimento da carga em cães ou em pontes da Alfandega ou da Mesa de rendas, para este fim especialmente destinadas, terá logar por escala, do mesmo modo, e nos casos marcados para a descarga.

Paragrapho unico. O serviço do embarque far-se-ha nas horas e pelo modo estabelecido no art. 402 o paragrapho unico. (Reg. de 1860, arts. 482 e 483.)

Art. 442. As mercadorias ou volumes despachados para exportação, depois de conferidos, serão embarcados, sendo acompanhados de despacho ou de guia, que o respectivo Capitão ou Mestre da embarcação que o receber, depois de passar o recibo, remetterá, na fórma e sob as penas no art. 355, á competente estação. (Reg. de 1860, art. 484.)

Art. 443. O Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas poderá permittir, na fórma do art. 94 § 43, mediante as cautelas necessarias, a qualquer embarcação receber carga em qualquer ponto ou posto situado entre a barra ou registro da entrada

e os limites do ancoradouro respectivo, ou em qualquer outro lugar proprio para isso, mas sempre ao alcance da fiscalização. (Reg. de 1860, art. 485, Reg. de 1876, art. 105 § 43, e Decisões ns. 7 de 5 de Janeiro de 1861 e 247 de 28 de Dezembro de 1882.)

## CAPITULO XII

### DO COMMERCIO E NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Art. 411. O transporte de generos e mercadorias de qualquer origem de uns para outros ports do Imperio será feito por embarcações nacionaes ou estrangeiras, regulando-se o respectivo serviço pelo que se acha estabelecido no Cap. 7º, Tit. 7º do presente Reg. e mais disposições constantes do Decreto n. 5585 de 11 de Abril de 1874. (Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 11 § 5º, e Decretos ns. 3631 de 27 de Março de 1861 e 5585, citado.)

## CAPITULO XIII

### DO DESPACHO MARITIMO

Art. 445. Nenhuma embarcação poderá sahir do porto em que estiver ancorada sem obter da competente Repartição Fiscal o seu — passe —, ou despacho, sob pena de multa de 100\$ até 1:000\$000.

Paragrapho unico. As fortalezas, embarcações de guerra, estacionadas no porto ou em cruzeiros, e os registros de entrada, na forma do art. 364, obrigarão a embarcação a retroceder, empregando força, si necessario fór. (Reg. de 1860, art. 495.)

Art. 446. Ao despacho ou passe da embarcação nacional deve proceder :

1.º Nota em duplicata, assignada pelo Capitão ou Mestre da embarcação, a qual deverá mencionar a data, o porto para onde segue, o os de escuta, a nação a que pertence, a arqueação, o nome do proprietario, o dia em que entrou no porto, e o em que pretende sahir, e finalmente o numero de officiaes e pessoas da equipagem, ou gente do serviço ;

2.º Manifesto da carga que tiver a bordo, si o houver requerido, sendo para porto estrangeiro, ou simples declaração de sahir com carga ou em lastro ;

3.º A matricula da equipagem ou gente do serviço da embarcação ;

4.º O passaporte ;

5.º O certificado da sua arqueação ;

6.º Exibição de documento que prove que está isenta ou que tem satisfeito os impostos a que estiver sujeita o as multas que lhe tenham sido applicadas, e que se acha livre e desembargada. (Reg. de 1860, art. 436, e Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, arts. 7º e 8.º)

Art. 447. Para o despacho ou passe das embarcações estrangeiras é mister que o respectivo Capitão ou Mestre, além da nota

de que tratam os ns. 1 e 2 do artigo antecedente, apresenta documento que prove a matrícula da equipagem ou gente de serviço do mar e a arqueação do navio.

§ 1.º O documento da matrícula da equipagem ou gente de serviço do mar será passado pelo Consulado da respectiva nação ou, na sua falta, por outro de qualquer nação amiga, e será restituído aos respectivos Comandantes. O certificado da arqueação brasileira e os documentos que provem a satisfação dos impostos, que deverem, e multas que lhes forem impostas, e que estão livres e desembargadas, serão passados pelos competentes empregados ou autoridades brasileiras, e ficarão archivados.

§ 2.º A parte do art. 443 relativa aos passaportes não comprehende as embarcações estrangeiras, ás quaes unicamente se fornecerá, estando correntes, o — passe — para que se não ponha embarço na sua livre sahida. Nos passaportes que estas embarcações apresentarem não se lançará verba ou nota alguma, nem se lavrará apostilla. (Reg. de 1839, art. 497, Decreto n. 4310 de 20 de Abril de 1870, art. 8º, e Aviso de 7 de Agosto de 1884 ao Ministro dos Estrangeiros.)

Art. 448. Os passaportes especiaes das embarcações nacionaes que navegarem para fora do Imperio, servirão sómente em uma viagem rounda; os dos navios de cabotagem servirão enquanto não mudarem de certificado da matrícula, e houver espaço para as apostillas. Uns e outros, quando forem substituidos por novos passaportes, serão cancellados e archivados. (Reg. de 1869, art. 499.)

Art. 449. O Inspector ou Administrador achando correntes o em dívida firma os documentos apresentados e verificando que se acham satisfeitos todos os direitos e multas a que estiver sujeita a embarcação, e que se acha livre de embargo judicial, conforme sua nacionalidade, ou mandará expedir o novo passaporte especial da viagem, quando este for requerido, ou lançar no que continuar a servir a apostilla da nova viagem, ou lavrar o — passe — para seu desembarço e livre sahida, o que se fará com a maxima brevidade possível, de modo a evitar toda e qualquer demora na sahida da embarcação. (Reg. de 1839, arts. 498 e 503.)

## TITULO VII

**Das rendas a cargo das Alfandegas e Mesas de rendas, e do modo de sua percepção e arrecadação.**

### CAPITULO I

#### DAS RENDAS A CARGO DAS ALFANDEGAS E MESAS DE RENDAS

Art. 450. A's Alfandegas incumba em geral arrecadar os seguintes impostos e rendas, enquanto não forem abolidos por lei expressa:

- 1.º Direitos de importação para consumo ;
- 2.º Expediente dos generos livres de direitos de consumo ;
- 3.º Armazenagem ;
- 4.º Imposto de pharões ;
- 5.º Dito de dóca ;
- 6.º Direitos de exportação dos generos nacionaes ;
- 7.º Ditos de 2  $\frac{1}{2}$  % da polvora fabricada por conta do Governo,
- 8.º Ditos de 1 % dos diamantes ;
- 9.º Expediente das Capatazias ;
10. Extraordinaria.

§ 1.º Além da arrecadação dos ditos impostos e rendas, ficará a cargo das Alfandegas a cobrança:

- 1.º Das contribuições para as casas de caridade ;
- 2.º Do sello do papel ;
- 3.º De qualquer outro imposto ou rendimento pertencente a outra Repartição, ou corporação, de que forem encarregados pelo Governo ;
- 4.º Das rendas internas geraes, nos lugares em que não houver Recebitorias ou Collectorias.

§ 2.º As Mesas de rendas, que estiverem especialmente autorizadas na forma do Tit. 2º deste Regulamento, arrecadarão os impostos e rendas especificados no presente artigo, exceptuada, porém, a contribuição a que se refere o n. 1 do § 1.º (Reg. de 1860, arts. 504, 505 e 508, Leis ns. 2348 de 25 de Agosto de 1873, arts. 9º e 11 § 8º, 2792 de 20 de Outubro de 1877, arts. 11 n. 5 e 12 parographo unico, Decretos ns. 6953 de 13 de Dezembro de 1875, art. 2º, 7540 de 15 de Novembro de 1879 e 8912 de 21 de Março de 1883, e Decisões ns. 121 de 16 de Março de 1875, 465 de 12 de Novembro de 1877 e 681 de 16 de Dezembro de 1879.)

Art. 451. A Alfandega do Rio de Janeiro arrecadará mais os seguintes impostos:

- 1.º Direitos de 1  $\frac{1}{2}$  % do ouro em barra fundido na Casa da Moeda ;
- 2.º Imposto municipal sobre os liquidos alcoholicos despachados para consumo. (Reg. de 1860, art. 506, Leis ns. 1750 de 20 de Outubro de 1869, art. 1º § 5º, 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 9º, Decretos ns. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 11, e 6156 de 24 de Março de 1876, art. 3.º)

Art. 452. As Alfandegas do Rio Grande e de Porto Alegre, na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, arrecadarão o imposto de tonelagem e a indemnização dos serviços extraordinarios, soccorros, avarias e perdas, pertencentes á praticagem da barra da mesma Provincia, na conformidade dos arts. 8º, 9º e 10 do Regulamento de 16 de Novembro de 1857, e mais disposições e ordens em vigor. (Reg. de 1861, art. 507.)

## CAPITULO II

## DOS DIREITOS DE CONSUMO OU DE IMPORTAÇÃO

## SECÇÃO I

*Das mercadorias e objectos sujeitos a direitos de consumo ou de importação*

Art. 453. Aos direitos estabelecidos na Tarifa das Alfandegas ficam sujeitas todas as mercadorias estrangeiras que se destinarem ao consumo no Brazil, exceptuadas as de que trata o art. 456.

Reputar-se-hão de origem estrangeira:

1.º Todas as mercadorias importadas do paiz estrangeiro, quer directamente para consumo, quer em transitio, quer em navios entrados por franquia ou arribada forçada, que forem despachadas para consumo;

2.º O carregamento e pertenças das embarcações apprehendidas, o apparelho, provisões, armamento, munições e outros objectos do serviço de quaesquer embarcações de guerra ou mercantes, e os fragmentos dos cascos de navios estrangeiros, que forem vendidos para consumo;

3.º As embarcações miudas pertencentes a quaesquer navios, que forem tiradas do serviço, e vendidas ou traspassadas em qualquer porto do Imperio;

4.º As mercadorias estrangeiras nacionalisadas pelo pagamento dos direitos de consumo, sendo transportadas, sem despacho, de uns para outros portos alfandegados do Imperio;

5.º As mercadorias nacionaes transportadas sem despacho de uns para outros portos do Imperio, quando não possam ser á primeira vista distinguidas de outras similares estrangeiras;

6.º As mercadorias arrojadas pelo mar ás praias e pontes, ou que forem encontradas fluctuando, ou tiradas do fundo d'agua, na forma do art. 319. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 1º, Decisões de 29 de Maio de 1881 ás Thesourarias e de 7 de Outubro de 1881 á Thesouraria do Ceará.)

Art. 454. Além dos direitos de consumo, de que trata o artigo antecedente, cobrar-se-ha em todas as Alfandegas do Imperio a taxa addicional de 60 %, reduzivel gradualmente como fór determinado nas Leis do orçamento, calculada sobre a importancia dos mesmos direitos, quer sejam fixos, quer *ad valorem* ou por factura, segundo a Tarifa. Esta disposição, porém, não será applicavel ás mercadorias comprehendidas na tabella B, annexa á mesma Tarifa, quando despachadas para consumo nas Alfandegas mencionadas no artigo seguinte. (Decreto n. 8360, citado, art. 2º, e Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, art. 1º n. 1.)

Art. 455. Aos direitos estabelecidos na referida tabella B ficam sujeitas as mercadorias nella comprehendidas que forem despa-



chadas para consumo nas Alfandegas de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Uruguayana e Corumbá.

Paragrapho unico. As mercadorias, porém, despachadas para consumo nas referidas Alfandegas, que tiverem por qualquer motivo de seguir para outro qualquer porto alfandegado do Imperio, satisfarão previamente a importancia da taxa adicional de que trata o artigo antecedente e da differença dos direitos, lançando-se a verba do pagamento no despacho respectivo. No caso de falta de verba, na Alfandega ou Mesa de rendas importadora, serão os referidos direitos cobrados na razão dupla. (Decreto n. 8360, art. 3.º)

## SECÇÃO II

### *Das mercadorias e objectos isentos de direitos de consumo*

Art. 456. Será concedida isenção de direitos de consumo, mediante as cautelas fiscaes, que o Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas julgar necessarias, ás seguintes mercadorias e objectos:

§ 1.º As amostras de nenhum ou de diminuto valor.

Reputar-se-hão amostras de nenhum ou de diminuto valor os fragmentos, ou parte de qualquer genero ou mercadoria, em quantidade strictamente necessaria para dar a conhecer sua natureza, especie e qualidade, e cujos direitos não excederem a 500 réis por volume.

§ 2.º Aos modelos de machinas, de embarcações, de instrumentos e de qualquer invento ou melhoramento feito nas artes.

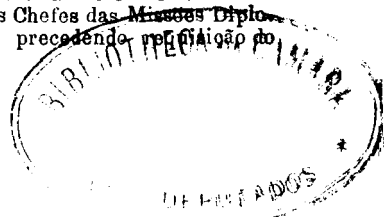
§ 3.º Aos instrumentos de agricultura, ou de qualquer arte liberal ou mecanica, e mais objectos de uso dos colonos e artistas, que vierem residir no Imperio, sendo necessarios para o exercicio de sua profissão ou industria, contanto que não excedam ás quantidades indispensaveis para seu uso e de suas familias.

§ 4.º Aos restos de mantimentos, pertencentes ao rancho particular dos colonos que vierem estabelecer-se no Imperio, sendo destinados á alimentação dos mesmos enquanto se não empregam.

§ 5.º A todos os objectos de uso proprio dos Embaixadores e Ministros estrangeiros, e, em geral, de todas as pessoas empregadas na diplomacia, que chegarom ao Imperio, na fórma do art. 1º do Decreto n. 2022 de 11 de Novembro de 1857.

§ 6.º Aos generos e effeitos importados pelos Embaixadores, Ministros Residentes e Encarregados de Negocios, acreditados junto á Corte deste Imperio, na fórma e condições marcadas pelo citado Decreto n. 2022 de 11 de Novembro de 1857; e aos moveis e outros objectos de uso proprio dos Consules Geraes e Consules de carreira, importados para o seu primeiro estabelecimento.

§ 7.º Aos objectos de uso e serviço dos Chefes das Missões Diplomaticas Brasileiras, que regressarem, precedendo a requisição do Ministro dos Negocios Estrangeiros.



§ 8.º Aos generos e objectos importados para uso dos navios de guerra das nações amigas, e de suas tripolações, que chegarem em transportes dos respectivos Estados, em paquetes ou em navios mercantes, mediante requisição da competente Legação, ou Chefe da Estação Naval.

§ 9.º As mercadorias de produção e industria nacional, que, tendo sido exportadas, regressarem ao Imperio em qualquer embarcação, contanto que tais mercadorias: 1.º, sejam distinguíveis ou possam ser differenciadas de outras semelhantes de origem estrangeira; 2.º, regressem dentro de um anno contado da data da sua sahida do porto nacional; 3.º, venham acompanhadas de certificado da Alfandega do porto de retorno, legalisado pelo Agente Consular Brasileiro, e, na sua falta, pela forma indicada no art. 359.

§ 10. Aos generos e mercadorias de produção nacional, pertencentes a carga das embarcações, que, tendo sahido de algum porto do Imperio, arribarem a outro, ou naufragarem, e forem por qualquer motivo vendidos para consumo.

No caso de duvida de serem as mercadorias salvas — nacionaes ou estrangeiras, não terá logar a isenção dos direitos de consumo.

§ 11. Aos instrumentos, livros e utensilios de uso proprio de litteratos, e de qualquer sabio que se destinar a exploração da natureza do Brazil.

§ 12. A roupa ou futo usado dos passageiros, e aos instrumentos, objectos ou artigos de seu serviço diario ou profissão.

§ 13. A roupa ou futo usado dos Capitães e das pessoas das tripulações dos navios, aos instrumentos nauticos, livros, cartas, mappas e utensilios proprios de seu uso e profissão, quer os conservem a bordo, quer os retirem ou levem consigo quando deixarem os navios em que serviram.

§ 14. Aos livros mercantis escripturados, e quaesquer manuscritos, aos retratos de familia, aos livros de uso dos passageiros, contanto que não haja mais de um exemplar de cada obra, aos desenhos e esboços acabados ou por acabar, pertencentes a artistas que vierem residir no Imperio, e, em geral, aos utensilios e objectos usados, necessarios para o exercicio de sua arte ou profissão.

§ 15. Aos bahús, malas e saccos de viagem usados, pertencentes ás bagagens dos passageiros e tripulação dos navios, e necessarios para o uso pessoal e diario durante a viagem.

§ 16. As joias de uso dos passageiros.

§ 17. As obras velhas de qualquer metal fino, estando inutilisadas; sendo livre ás partes inutilisadas quando o não estejam na occasião do despacho ou conferencia.

§ 18. Aos barris, barricas, ancoretas, cascos, caixas, vasos de vidro ordinario escuro, azulado ou esverdinhado, de barro ou louça ordinaria, as latas de folha, do ferro, chumbo, estanho ou zinco, aos saccos e capas de anjagem e qualquer outro tecido ordinario; e a quaesquer outros envoltorios semelhantes, em que se acharem as mercadorias não sujeitas a direitos pelo seu peso bruto, salvo si, tendo valor commercial, por qualquer cousa estiverem vazios, ou

se esvaziarem, ou se acharem completamente separados das mercadorias a que pertenciam.

§ 19. A palha que for encontrada em qualquer envoltorio servindo de enchimento para o bom acondicionamento das mercadorias e que não tiver outro prestimo.

§ 20. As mercadorias estrangeiras, que já tiverem pago direitos de consumo em alguma das Repartições Fiscaes competentes, e forem transportadas de uns para outros portos onde houver Alfandegas, sendo acompanhadas de despachos, em embarcações nacionaes ou estrangeiras, na forma da legislação em vigor.

§ 21. As mercadorias e objectos cujo despacho livre tiver sido ou for concedido pela Tarifa.

§ 22. As mercadorias e objectos cujo despacho livre tiver sido concedido em virtude de contrato synallagmatico, celebrado pelo Governo Imperial com alguma pessoa, companhia ou corporação nacional ou estrangeira, durante o prazo que for fixado pelo Governo de accordo com os respectivos interessados.

§ 23. As mercadorias e quaesquer objectos que forem directamente importados por conta e para o serviço do Estado.

§ 24. As mercadorias e quaesquer objectos pertencentes ás Administrações Provincias, directamente importados por sua conta para o serviço publico.

§ 25. Aos productos da pesca das embarcações nacionaes.

§ 26. As mercadorias mencionadas na Tabella **II**, annexa ao presente Regulamento, que entrarem no territorio do Imperio, pelas suas fronteiras terrestres, ou pelos rios e aguas interiores, nos termos das convenções e tratados celebrados com os Estados limitrophes.

§ 27. Aos generos introduzidos pelo interior das Provincias do Amazonas, Pará e de Mato Grosso, de qualquer ponto dos territorios que limitam com essas Provincias, e que forem do producção dos ditos territorios limitrophes.

§ 28. As peças das machinas importadas em separado, a respeito das quaes se provar, mediante exame feito por peritos da escolha do Chefe da Repartição, que não podem ter outro destino ou applicação senão substituir peças identicas já arruinadas de machinas livres de direitos, ou servir de sobressalentes ás que, existindo perfectas, possam inutilizar-se por qualquer eventualidade.

§ 29. Aos objectos pertencentes ás companhias lyricas, dramaticas, equestres ou outras ambulantes, que se destinarem a dar representações publicas; ás collecções scientificas de historia natural, numismatica e de antiguidades; ás estatuas e bustos de quaesquer materias que forem destinados á exposição ou representação publica, e ás mercadorias estrangeiras que se destinarem a figurar nas exposições industriaes, que se fizerem no paiz.

Este despacho não poderá ser concedido sem que as partes cautionem os direitos de consumo dos objectos mencionados neste paragrapho, ou prestem fiança idonea, sendo cobrados os direitos, si dentro do prazo concedido pelo Chefe da Repartição, que poderá ser por elle razoavelmente prorogado, não forem os objectos assim despachados reembarcados integralmente, ou não se provar

terem desaparecido por uso ou morte, segundo a natureza do objecto.

§ 30. A's imagens, e quaesquer objectos proprios e exclusivos do Culto Divino, indispensaveis para o serviço das Cathedraes, Matrices e Igrejas, directamente importados por conta das respectivas administrações.

§ 31. Aos vasos e barcos mindos das embarcações condemnadas por innavegaveis, que foram com ellas conjunctamente arrematados em leilão, os quaes ficarão sujeitos sómente aos direitos da transferencia de dominio.

§ 32. Aos medicamentos, fazendas o mais objectos importados pelas Mesas Administrativas dos estabelecimentos de caridade, fundados nas cidades e capitães do Imperio, para uso dos mesmos estabelecimentos. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 4º, Lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1884, art. 16, Decreto n. 8912 de 24 de Março de 1883, art. 27, Decisões ns. 102 de 30 de Junho, 231 de 29 de Novembro, 248 e 249 de 28 e 29 de Dezembro de 1882, 237 de 8 de Novembro de 1883, Aviso de 14 de Março de 1884 ao Ministerio dos Estrangeiros, Decisões de 23 de Agosto à Thesouraria da Bahia, de 30 de Agosto à de Santo Catharina, de 10 de Outubro à da Bahia, de 27 de Outubro à de S. Paulo, de 8 de Novembro às Thesourarias, de 22 de Novembro e de 12 de Dezembro de 1884 à Alfandega da Corte.)

Art. 457. Aos objectos de que tratam os §§ 11 a 14 se poderá conceder isenção de direitos ainda quando não acompanharem os passageiros e pessoas da tripulação dos navios na mesma embarcação. (Decreto n. 8360, art. 5.º)

Art. 458. Para o despacho livre de que tratam os §§ 5º, 6º, 22, 23, 24, 30 e 32 do artigo antecedente, é necessario ordem do Ministro da Fazenda.

§ 1.º O Despachante na nota que fizer, e quando requerer ao Chefe da Repartição, ou solicitar a intervenção do Agente Diplomático competente, ou impetrar do Ministro da Fazenda ordem para o despacho, deverá mencionar com exactidão os numeros e marcas dos volumes, seu conteúdo, quantidade e peso ou medida dos objectos de que tratam os citados §§ 5º, 6º, 22, 23, 24, 30 e 32 do art. 456.

§ 2.º Os volumes dirigidos aos Agentes Diplomaticos residentes no Imperio sob o sello das armas de seu paiz, serão logo entregues à requisição official dos mesmos Agentes, independentemente de ordem do Ministro da Fazenda. (Decreto n. 8360, art. 6º, Decisões de 4 de Janeiro às Thesourarias, de 13 de Fevereiro à Thesouraria de S. Pedro, de 5 de Agosto e 10 de Outubro de 1884 à de Pernambuco.)

### SECÇÃO III

#### *Das mercadorias cujo despacho é prohibido*

Art. 459. É prohibido o despacho das seguintes mercadorias e objectos:

§ 1.º Qualquer objecto de esculptura, pintura ou lithographia,

obsceno ou offensivo da Religião do Estado, da moral e bons costumes, ou que esteja comprehendido nas disposições dos arts. 90, 242, 244, 278 e 279 do Código Penal.

§ 2.º Qualquer objecto cujo uso ou applicação esteja nos mesmos casos.

§ 3.º Os impressos ou obras contrafeitas, a que se referem o art. 35 da Lei n. 369 de 18 de Setembro de 1845 e o Decreto n. 2491 de 30 de Setembro de 1859.

§ 4.º Os punhaes, canivetes-punhaes e facas de ponta, com excepção das que forem proprias para xarquear, de mato, de viagem ou de cozinha; as espingardas ou pistolas de vento, os stiks e as bengalas, guarda-chuvas ou quaesquer outros objectos que contenham espadas, estoques, punhaes ou espingardas.

§ 5.º A polvora de qualquer qualidade, quando o Despachante não apresentar com a nota a licença da competente autoridade policial.

§ 6.º As gazuas e outros instrumentos ouapparelhos proprios para roubar.

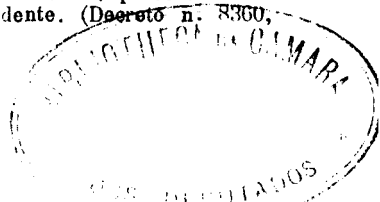
§ 7.º As mercadorias e generos alimenticios ou medicinaes em estado de putrefacção, ou de avaria, que possam ser nocivos á saúde publica, precedendo exame de pessoas idôneas, na forma prescripta pela Secção 3ª do Cap. 3º do presente Título.

§ 8.º O armamento e petrechos de guerra, quando o Governo na Côrte ou os Presidentes, nas Provincias, entenderem necessario á segurança e manutenção da ordem publica. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 8.º e Decisão de 18 de Outubro de 1881 á Thesouraria do Espirito Santo.)

Art. 460. Denegado o despacho em virtude do artigo antecedente, os objectos dos §§ 1º, 2º, 4º, 6º e 7º serão apprehendidos, e immediatamente destruidos ou inutilizados; os do § 3º serão confiscados na forma do art. 5º do Decreto n. 2491 de 30 de Setembro de 1859; os dos §§ 5º e 8º, conforme sua natureza, serão depositados nos Arsenaes de Guerra ou armazens de artigos bellicos ou em qualquer outro logar que o Governo designar, ou recolhidos a um armazem especial, até que, com licença da autoridade competente, sejam regularmente despachados; lavrando-se de tudo o respectivo termo, que será assignado pelo Chefe da Repartição.

§ 1.º Si os objectos de que tratam os §§ 1º e 2º do artigo antecedente puderem ser destruidos ou inutilizados sem prejuizo ou estrago de outros não prohibidos, a que porventura se acharem annexos, permittir-se-ha o despacho destes, cobrando-se em tal caso mais metade dos respectivos direitos como multa; no caso contrario, serão destruidos tanto uns como outros dos referidos objectos.

§ 2.º Si nos objectos comprehendidos no § 4º do sobredito artigo se encontrarem alguns fabricados de materias preciosas e de valor, e mesmo fóra deste caso, si as armas prohibidas puderem ser destruidas e inutilizadas sem prejuizo ou estrago das bengalas, guarda-chuvas, chicotes, etc.. que as contiverem, proceder-se-ha como nos casos do paragrapho antecedente. (Decreto n. 8360, art. 9.º)



Art. 461. As disposições do artigo precedente ficam extensivas ao caso de serem achados em algum volume taes objectos occultos em fundos falsos, ou de qualquer outro modo: neste caso impor-se-ha a multa do § 5º do art. 503. (Decreto n. 8360, art. 10.)

### CAPITULO III

#### DO MODO DE PERCEPÇÃO DOS DIREITOS DE CONSUMO

#### SECÇÃO I

*Da applicação da Tarifa: casos em que se concede abatimento de direitos*

Art. 462. Na applicação da Tarifa e na cobrança dos direitos, nenhuma distincção se fará sob qualquer pretexto, quer em relação ás mercadorias, quer aos portos de procedencia, ou aos seus donos e importadores, que não se ache legalmente estabelecida. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 11.)

Art. 463. Na percepção dos direitos, nenhuma differença se fará entre mercadorias e objectos novos e usados, em peça e retalho, por acabar ou incompletos, inteiros, acabados e promptos. com ou sem enfeites, salva a disposição do art. 526 §§ 4º e 5º, nem tambem pela natureza dos envoltorios, ou em virtude de qualquer outra circumstancia, que não esteja expressamente declarada na Tarifa ou prevista nas presentes disposições.

E nenhum artigo ou objecto se reputará differente do classificado ou comprehendido na Tarifa, pelo simples facto de conter algum enfeite ou modificação não especificada na mesma Tarifa, que lhe não altere a essencia, qualidade ou emprego, ainda que se lhe tenha dado differente denominação. (Decreto n. 8360, art. 12, e Decisão n. 95 de 20 de Junho de 1882.)

Art. 464. As fazendas e obras bordadas, ou que tiverem enfeites ou guarnições de ouro ou prata, ou de pedras preciosas, que não estiverem especialmente tarifadas ou subordinadas a disposições especíes da Tarifa, pagarão direitos, *ad valorem*, na razão imposta a identicas fazendas e obras sem bordados ou enfeites. (Decreto n. 8360, art. 13.)

Art. 465. A contagem dos fios, nos tecidos sujeitos pela Tarifa a direitos na razão dos fios que contiverem no espaço de cinco millimetros quadrados, far-se-ha com o instrumento denominado — conta-fios.

A metade da somma dos fios da urdidura e da trama, desprezados os duvidosos e as fracções, determinará o numero de fios do tecido. (Decreto n. 8360, art. 51.)

Art. 466. As mercadorias fabricadas ou compostas de materias differentes, sobre que não houver na Tarifa taxa especial ou fixa ou

disposição particular, ficam sujeitas ás mesmas taxas estabelecidas para as mercadorias identicas, fabricadas unicamente da materia que naquellas predominar, ou da mais tributada no caso de igualdade de materias, ou de duvida sobre qual seja a materia predominante. [ Exceptuam-se os tecidos mixtos, a respeito dos quaes observar-se-hão as regras estabelecidas no artigo seguinte. (Decreto n. 8360, art. 14.)

Art. 467. Os tecidos compostos de diversas materias visivelmente distinctas, que não tiverem taxas especiaes na Tarifa, pagarão os direitos segundo a materia mais tributada em qualquer quantidade que ella seja, salvo quando ou todos os fios da urdidura ou todos os fios da trama forem da materia menos tributada, caso unico em que se concederá o abatimento de 10 %.

Quanto aos tecidos misturados com seda, devem-se observar as seguintes regras :

1.<sup>a</sup> Os tecidos mixtos, nos quaes, ou todos os fios da urdidura, ou todos os fios da trama, forem de seda, e os fios res antes da outra materia, pagarão os direitos estabelecidos para os tecidos analogos, compostos unicamente de seda, com o abatimento de 50 %.

2.<sup>a</sup> Os tecidos mixtos, com a urdidura e a trama toda de seda, mas que na trama ou na urdidura, ou em ambas, trouxerem fios visiveis de qualquer outra materia, pagarão os direitos estabelecidos para os tecidos analogos, compostos unicamente de seda, com o abatimento de 20 %.

Não se concederá, porém, o abatimento aos tecidos de seda, quando na urdidura ou na trama se apresentarem fios, de outra materia menos tributada em proporção insignificante, que não altere a natureza, importancia ou valor dos tecidos.

3.<sup>a</sup> Os tecidos mixtos, cuja trama e urdidura forem compostas de outras materias, e que contiverem na trama ou na urdidura, ou em ambas, apenas alguns fios ou mescla de seda, pagarão os direitos segundo a materia mais tributada, com o augmento de 30 %.

4.<sup>a</sup> Os tecidos de qualquer materia que tiverem mistura de ouro ou prata, e não estiverem especialmente tarifados, pagarão os direitos estabelecidos para os tecidos simples correspondentes, com o augmento de 20 %. (Decreto n. 8360, art. 15, Decisões ns. 119 de 25 de Julho, 206, 223 e 225, de 3, 21 e 22 de Novembro de 1882, de 29 de Março de 1884 á Thesouraria de Pernambuco e de 14 de Outubro de 1884 á da Bahia.)

Art. 468. Na percepção dos direitos nenhum abatimento ou deducção se poderá conceder, que não seja :

1.<sup>o</sup> Por tara ;

2.<sup>o</sup> Por avaria ;

3.<sup>o</sup> Por quebra ;

4.<sup>o</sup> Por virtude de lei ou disposição especial da Tarifa.

Paragrapho unico. As mercadorias e mais objectos pertencentes ás embarcações naufragadas nas costas do Brazil se concederá o abatimento de metade dos direitos de consumo, quando arrematados para esse fim, nos termos do art. 11 § 7.<sup>o</sup> da Lei n. 2318 de 25 de Agosto de 1875 e art. 4.<sup>o</sup> do Decreto n. 5865 de 6 de Fevereiro de 1875. (Decreto n. 8360, art. 23.)

## SECÇÃO II

*Do peso liquido e peso bruto, e da tara*

Art. 469. As mercadorias, que pela Tarifa não estiverem sujeitas a direitos na razão do peso liquido real ou bruto, pagarão direitos pelo peso liquido legal.

§ 1.º Por — peso liquido real — se deve entender o da mercadoria separada do seus envoltorios, tanto externos como internos, com excepção unicamente das materias indispensaveis para sua conservação; e que formarem com ella como que parte integrante.

§ 2.º Por — peso bruto — o da mercadoria nos envoltorios designados na Tarifa, incluindo-se no peso os papeis, cipas e outras materias necessarias para seu bom acondicionamento, e excluindo-se unicamente as que forem de madeira tosca.

§ 3.º Por — peso liquido legal — o resultante do peso bruto, deduzida a tara marcada na Tarifa. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 24, e Circular de 18 de Janeiro de 1884 ás Thesourarias.)

Art. 470. Quando a mercadoria vier em mais de um envoltorio, a tara será a que resultar da somma dos abatimentos concedidos a cada um delles, salvo si a tara legal, por disposição especial da Tarifa, comprehender mais de um envoltorio. (Decreto n. 8360, art. 25.)

Art. 471. Si no mesmo volume se acharem mercadorias taxadas a peso liquido legal reunidas a mercadorias cujos direitos se basearem sobre o peso liquido real, ou sobre o peso bruto, os direitos de todos serão cobrados na razão do peso liquido real. Da mesma fôrma se procederá quando se acharem reunidas mercadorias sujeitas a taxas ou taras differentes, tarifadas a peso liquido legal. (Decreto n. 8360, art. 26.)

Art. 472. Achan-lo-se acondicionadas no mesmo envoltorio mercadorias sujeitas a taxas differentes, mas todas na razão do peso bruto, o peso do envoltorio será repartido proporcionalmente entre cada uma das mercadorias que o mesmo contiver; si, porém, se acharem mercadorias tarifadas a peso bruto com mercadorias taxadas sobre outra base, cobrar-se-hão direitos na razão do peso bruto sómente das primeiras. (Decreto n. 8360, art. 27.)

Art. 473. E' livre á parte satisfazer pelo peso bruto, quando lhe fôr conveniente, os direitos das mercadorias taxadas a peso liquido real; e bem assim pagar pelo peso liquido real, salvas quasquer disposições especiaes da Tarifa, os direitos das mercadorias taxadas a peso liquido legal, sob as seguintes condições:

- 1.ª Que a mercadoria seja despachada para consumo;
- 2.ª Que a nota para despacho contenha a declaração do peso liquido;
- 3.ª Que esta declaração esteja de accordo com a respectiva factura;



4.<sup>a</sup> Que a diferença entre a tara indicada na factura e a marcada pela Tarifa seja de dous ou mais por cento. (Decreto n. 8360, art. 28.)

Art. 474. E' igualmente livre ao Conferente verificar o peso real das mercadorias, cuja tara legal julgar lesiva á Fazenda Publica. Mas si, por esse ou qualquer outro motivo, fôr verificado o peso liquido real de uma mercadoria taxada a peso liquido legal, os direitos serão cobrados na razão do peso verificado. (Decreto n. 8360, art. 29.)

Art. 475. Para se verificar o peso liquido, si os volumes ou envoltorios forem da mesma fôrma e de peso igual ou pouco differente, não se tomará menos de 1 em 10, de 3 em 50, de 5 em 100, e assim por diante; e pelo peso resultante dessa verificação se calculará proporcionalmente o peso liquido total.

A proporção acima estabelecida poderá ser reduzida nos despachos de mais de 100 volumes, ou de liquidos e outros generos cuja verificação traga damno á mercadoria; deverá, porém, ser augmentada sempre que o peso total, assim verificado, não estiver em relação com o declarado para o despacho. (Decreto n. 8360, art. 30.)

Art. 476. Os envoltorios das mercadorias não estão sujeitos a direitos independentes dos das proprias mercadorias, quer estas sejam taxadas por peso, quer por medida, quantidade ou *ad valorem*.

Paragrapho unico. Exceptuam-se: 1.<sup>o</sup> aquelles que consistirem em vasilhas de crystal, ou vidro classificado na Tarifa sob n. 2, ou de louça classifica-la sob ns. 4, 5 e 6; 2.<sup>o</sup>, quaesquer outros que tenham valor mercantil, ou sejam applicaveis a uso differente do em que se acham empregados, uma vez que contenham mercadorias tarifadas a peso liquido, ou que tarifadas a peso bruto, estejam sujeitas a direitos inferiores aos que pagariam os proprios envoltorios, si fossem importalos separadamente.

Neste caso as respectivas mercadorias passarão a pagar direitos na razão do peso liquido real. (Decreto n. 8360, art. 31, e Decisão de 13 de Fevereiro de 1884 á Alfandega da Côrte.)

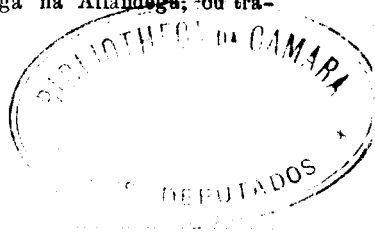
Art. 477. Si o envoltorio, que estiver sujeito a direitos, fôr de mercadoria que tenha de pagal-os na razão do peso liquido legal, a respectiva tara será considerada como peso do mesmo envoltorio. (Decreto n. 8360, art. 32.)

### SECÇÃO III

#### *Do abatimento por virtude de avaria.*

Art. 478. Reputar-se-ha avaria — toda e qualquer deterioração soffrida pela mercadoria:

§ 1.<sup>o</sup> Por causa de successos do mar ou de viagem, occorridos desde o seu embarque até a sua descarga na Alfandega, ou traphicho alfandegado.



§ 2.º Por causa de vicio proprio ou intrinseco da mesma mercadoria. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 33.)

Art. 479. Conceder-se-ha abatimento de direitos em virtude de avaria:

§ 1.º Si os volumes apresentarem, na occasião do desembarque, indícios externos de estarem deterioradas as mercadorias que contiverem, e a parte interessada o reclamar no prazo de oito dias uteis, contados do mesmo desembarque.

§ 2.º Si, não apresentando os volumes aquelles indícios, se verificar a avaria na conferencia interna ou na de sahida.

§ 3.º Os casos de avaria serão verificados por uma commissão de peritos nomeada pelo Inspector ou Administrador, e por outros meios ou diligencias que forem necessários. (Decreto n. 8360, art. 34.)

Art. 480. Os peritos informarão sobre o estado das mercadorias e realidade das avarias, separando, si estas forem parciaes, a parte das mesmas mercadorias que não estiver deteriorada, e deve ficar sujeita ás regras do despacho das mercadorias não avariadas; declarando qual o abatimento que, em razão da avaria, julgarem dever se fazer na taxa correspondente á mercadoria avariada. (Decreto n. 8360, art. 35.)

Art. 481. As mercadorias, que não perdem de valor pelo contacto d'agua, não serão consideradas como avariadas por successos do mar ou da viagem; nem tão pouco serão consideradas como avariadas, por vicio intrinseco, as que por sua inferior qualidade não tiverem preço no mercado. (Decreto n. 8360, art. 36.)

Art. 482. A vista da informação dos peritos, e de quaesquer outras diligencias, a que se tiver procedido, o Chefe da Repartição decidirá, reconhecendo ou não a avaria. (Decreto n. 8360, art. 37.)

Art. 483. Reconhecida a avaria, seja de mar ou de viagem ou intrinseca, os donos ou consignatarios das mercadorias avariadas deverão, dentro de dez dias prorogaveis a juizo do Inspector, e contados do reconhecimento da avaria, despachal-as com abatimento arbitrado pelos peritos, ou, com permissão do respectivo Inspector ou Administrador, vend-l-as em leilão á porta da Alfandega ou fóra della, sob pena de, findo aquelle prazo, serem as mercadorias havidas por abandonadas, e como taes arrematadas, por conta da Alfandega ou Mesa de rendis, a cujo cofre pertencerá o producto da arrematação.

Exceptuam-se destas disposições os casos previstos nos arts. 250 paragrapho unico, 407 e 485, em que se procederá na fórma por elles prescrita. (Decreto n. 8360, art. 38.)

Art. 484. Quando se proceder a leilão das mercadorias avariadas, se observarão as disposições do Tit. 5.º, Cap. 6.º, do presente Regulamento: os direitos serão cobrados sobre o preço da arrematação e calculados segundo as razões correspondentes da Tarifa. (Decreto n. 8360, art. 39.)

Art. 485. Havendo duvida sobre estar ou não avariada a merca-

doria, sobre ser ou não avaria do mar ou da viagem, ou intrinseca, a parte poderá requerer ao Inspector, e este conceder, que a questão seja resolvida por arbitros, seguindo-se para isso o processo estabelecido nos arts. 529 a 531 deste Regulamento. (Decreto n. 8360, art. 40.)

Art. 436. Os generos alimenticios ou os comestiveis ou medicamentos simples ou compostos, sejam liquidos ou solidos, cuja avaria do mar ou da viagem, ou intrinseca, fôr reconhecida, não poderão ser despachados nem vendidos em leilão para consumo sem que preceda exame de pessoas idoneas e se verifique não ser a deterioração danosa á saúde publica. No caso contrario serão taes generos ou mercadorias inutilizadas, lavrando-se de tudo o competente termo.

Os cascos e outros envoltorios, porém, em que vierem acondicionados poderão ser despachados como vazios ou vendidos em leilão. (Decreto n. 8360, art. 41.)

#### SECÇÃO IV

##### *Do abatimento por virtude de quebra*

Art. 487. A louça de qualquer especie, vidros e objectos de ferro fundido, estanhado ou de barro, importados a granel ou em caixas, barricas, gizos ou qualquer outro envoltorio semelhante, pagarão os direitos respectivos, com o abatimento de 5 % para quebras, e quando o dono ou consignatario reclame maior abatimento, o Inspector, precedendo exame feito por peritos de sua escolha, poderá conceder até 10 % mais de abatimento, ficando salvo ao mesmo dono ou consignatario conformar-se com essa concessão, ou satisfazer os direitos de cada peça em separado, que se achar intacta, sem quebra ou falha, e abandonar as restantes, que serão arrematadas na fórma do art. 231 § 1.º

Paragraphe unico. Feita a verificação do peso liquido real das mercadorias mencionadas neste artigo, não terá logar o abatimento para quebras. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 42.)

Art. 488. Aos liquidos em geral, salvas quaesquer disposições especiaes da Tarifa, sujeitos a direitos na razão da capacidade dos cascos, ou vasos, que os contiverem, se concederá a titulo de quebras o seguinte abatimento:

§ 1.º De 2 % para os que vierem em cascos.

§ 2.º De 5 % para os que vierem em vasilhas de vidro ou de barro. (Decreto n. 8360, art. 43.)

Art. 489. São exceptuados da regra do artigo precedente:

§ 1.º Os liquidos, em geral, cuja quebra fôr reclamada na occasião da descarga pelos respectivos donos ou consignatarios, ou pelo Capitão do navio que os importar, ou que tiver sido accusada ou pelo Official de descarga ou Administrador das Capatazias, Fieis de depositos, ou qualquer outro Agente fiscal, e verificada por meio de vistoria.

§ 2.º Os líquidos, cuja quebra tiver sido causada por mero accidente, ou sem culpa ou dolo de alguém, verificadas estas circunstancias por meio de vistoria e inquerito, a que se procederá por ordem do Inspector ou Administrador, e com assistencia dos interessados, dentro de 24 horas improrogaveis depois do acontecimento; ficando responsavel o Administrador das Capitazias, e seus prepostos, ou o Fiel respectivo, pela perda que se der e não fór verificada no prazo e pelo modo acima indicados.

§ 3.º Os líquidos cuja medição fór verificada na occasião do despacho, quando os cascos ou vasos que os contiverem não apresentarem indícios externos de falta no acto da descarga, e não houver sido por este motivo reclamada a quebra na forma do § 1.º; o que o Conferente deverá declarar na respectiva nota.

§ 4.º O Inspector ou Administrador, si julgar conveniente, poderá mandar verificar por qualquer outro meio a exactidão da quebra achada na vistoria a que se referem os §§ 1.º e 2.º (Decreto n. 8360, art. 14.)

## SECÇÃO V

### *Das formalidades necessarias para o despacho de consumo*

Art. 490. Para que possa ter logar a entrega ou sahida de quaesquer mercadorias dos depositos da Alfandega, Mesa de rendas ou de suas dependencias, é necessario previo pagamento dos direitos, da armazenagem, ou de qualquer outro imposto a que estiverem sujeitas, mediante o competente despacho, que será processado conforme o disposto nos artigos seguintes. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 45.)

Art. 491. A pessoa que pretender despachar algum genero ou mercadoria sujeita a direitos, é obrigada a apresentar ao Chefe da competente Repartição:

§ 1.º O conhecimento ou factura e mais titulos que provem a origem das mercadorias ou generos, que pretende despachar, e o seu direito a tomar conta d'elles.

§ 2.º Uma nota em duplicata, que conterá os seguintes requisitos e solemnidades:

- 1.º Data da apresentação;
- 2.º Nome do dono ou consignatario das mercadorias ou generos;
- 3.º Nome do navio ou vehiculo que os transportou, sua nacionalidade, procedencia e data da entrada no respectivo porto;
- 4.º O deposito, armazem ou logar em que se achar a mercadoria, data da descarga no primeiro deposito, ou no em que estiver na occasião do despacho;
- 5.º A qualidade, numeros, marcas e contramarcas dos volumes que quer des achar;
- 6.º A quantidade, qualidade, peso ou medida das mercadorias que cada volume contiver, ou dos generos a granel, conforme a base adoptada pela Tarifa para o calculo dos direitos: e quando as

mercadorias forem sujeitas a direitos *ad valorem*, além dos referidos requisitos, o valor de cada addição ou artigo;

7.º Assignatura do dono ou consignatario das mercadorias ou generos, si este por si as despachar, ou de seu preposto, devidamente habilitado na fórma do Titulo 3º do presente Regulamento, á vista da autorização para esse fim dada por escripto, e assignada pelo mesmo dono ou consignatario.

§ 3.º A autorização, de que trata o § 2º, n. 7, poderá ser escripta na propria nota, nos seguintes termos: Autorizo ao Despachante F. (ou ao mesmo caixeiro despachante F.) para despachar as mercadorias constantes desta nota. E, sendo dada em separado, deverá conter as declarações exigidas no mesmo § 2º, ns. 3, 4, 5 e 6.

§ 4.º A declaração do peso, medida ou quantidade da mercadoria, será escripta em algarismo e repetida por extenso.

§ 5.º Nos despachos das mercadorias que pagam direitos por peso, a parte declarará expressamente — peso bruto —, si a mercadoria estiver sujeita a direitos na razão desse peso; e — peso liquido — si sujeita a direitos na razão do peso liquido real. Si a mercadoria, porém, estiver sujeita a direitos na razão do peso liquido legal, ou porque a parte assim o prefira, ou porque não possa pagar pelo peso liquido real, por não poder satisfazer os requisitos do art. 473, a declaração será feita do modo seguinte:

Peso bruto.....
Tara.....
Liquido legal.....

§ 6.º O valor das mercadorias, que na fórma da Tarifa estiverem sujeitas a direitos *ad valorem*, será mencionado pela parte em algarismo á margem da respectiva nota, devendo o Conferente repetil-o por extenso no corpo da mesma nota, si com elle concordar, e, no caso contrario, mencionar o valor que devem ter as mesmas mercadorias.

§ 7.º A declaração da entrada e descarga será préviamente conferida, á vista dos assentamentos da traducção do manifesto e do livro do armazem, lançando no despacho os respectivos empregados as competentes verbas. (Decreto n. 8360, art. 46, Decisões de 1º de Setembro e de 15 de Novembro de 1884 á Thesouraria de S. Paulo.)

Art. 492. Apresentada a nota ao Inspector ou administrador, si elle achar que está nos termos, ou contém os requisitos e solemnidades exigidas pelos artigos antecedentes, de modo que nenhuma duvida offereça no processo do despacho designará o Conferente que deve conferir suas declarações com o conteúdo do volume, ou com as mercadorias nella mencionadas, salva a disposição do art. 494.

§ 1.º Si a parte não provar com documentos legitimos, na fórma do § 1º do artigo antecedente, o seu direito, o Inspector ou Administrador não aceitará a nota, sob pena de responder por qualquer prejuizo que desse facto resultar a quem de direito fór.

§ 2.º Si a nota não contiver todos ou alguns requisitos e solemnidades exigidas pelo referido artigo, o Inspector ou Administrador não a aceitará e a mandará reformar ou corrigir.

§ 3.º No caso, porém, da parte ou seu preposto, sem causa justificada, a não querer reformar ou corrigir, ou si a falta não puder ser preenchida senão depois do exame da volume ou da mercadoria, ou finalmente, si a nota contiver declarações vagas, por exemplo, de ignorar-se o conteúdo do volume, ou o seu peso, quantidade, qualidade, medida e qualquer outro requisito que seja essencial, na forma da Tarifa em vigor, para base do cálculo dos direitos devidos, ao dono ou consignatário da mercadoria, salva a disposição do § 3.º, será logo imposta pelo Chefe da Repartição a multa de  $1\frac{1}{2}$  a 5%, conforme as circunstancias do caso, sendo sua decisão lançada no alda da nota, para que seja attendida pelos respectivos Conferentes.

§ 4.º Nas mercadorias de pouca importancia, ou encomendas de pouco valor, quando a parte affirme que ignora alguns dos requisitos exigidos pelo artigo antecedente, o Inspector ou Administrador, reconhecendo a boa fe da affirmativa, as mandará despachar dispensando a multa, e para constar lançará a sua decisão do mesmo modo que se estabelece a respeito da multa. (Reg. de 1860, art. 515, Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 11 § 2.º, Decreto n. 5155 de 5 de Novembro de 1873, art. 5.º § 2.º, Decisões ns. 92 de 3 de Março e 566 de 4 de Dezembro de 1862, 208 de 18 de Maio de 1863, 69 de 9 de Fevereiro de 1865, 137 de 3 de Abril e 327 de 11 de Outubro de 1867, 108 de 3 de Abril de 1868, 338 de 12 de Outubro de 1871, 293 de 16 de Agosto de 1873, 637 de 21 de Setembro de 1878, 163 de 20 de Março e 330 de 16 de Junho de 1879, 83 de 18 de Fevereiro de 1881, 27 de 8 de Fevereiro de 1883, de 2 de Abril de 1884 á Thesouraria do Pará, de 11 de Junho de 1884 á do Maranhão, do 1.º de Setembro e de 1 de Novembro de 1884 á da S. Paulo.)

Art. 493. Os Inspectores das Alfândegas, mediante as cautelas necessarias, e assistencia de um empregado por elles designado, permitirão, provada ou allegada a necessidade desta diligencia, aos donos ou consignatarios das mercadorias a verificação prévia do conteúdo dos volumes para regularidade das declarações necessarias, a qual só poderá ter lugar até ao acto de ser distribuida a nota ao Conferente.

Paragrapho unico. A permissão de que trata este artigo não dispensa a pena do art. 492 § 2.º, si o Chefe da Repartição não julgar concludentemente provada a necessidade da referida verificação, ou não fór a parte alliviada da mesma pena por causas justificadas. (Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 22, e 5155 de 5 de Novembro de 1873, art. 5.º § 2.º, Decisões de 31 de Março de 1864 e n. 78 de 22 de Fevereiro de 1865.)

Art. 494. No caso da nota conter todos os requisitos exigidos pelo art. 491, e referir-se aos generos a granel ou aquelles que, tendo uma só taxa fixa na Tarifa, não possam offerecer duvida sobre a sua qualificação, limitando-se portanto a acção fiscal á verificação da quantidade, medida ou peso, poderá o Chefe da

Repartição dispensar a primeira conferencia dessas mercadorias, admittendo-as ao pagamento dos direitos e subseguente conferencia de sahida.

Paragrapho unico. Na Alfandega do Rio de Janeiro, além das mercadorias mencionadas no presente artigo, poderá tambem ser dispensada a primeira conferencia a qualquer outra, submettida a despacho, das que têm mais de uma taxa na Tarifa, si a respectiva nota, além de mencionar todos os requisitos do art. 491, contiver a declaração da qualidade superior. (Reg. de 1860, art. 547, Decreto ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 24, e 8549 de 27 de Maio de 1882, art. 1.º e § 1.º, Decisões ns. 411 de 18 de Julho de 1861, 77 de 17 de Março de 1838, 32 e 36, de 12 e 16 de Fevereiro, e 169 de 13 de Julho de 1883, Decisões de 2 de Abril e de 15 de Novembro de 1884 ás Thesourarias, de 3 de Abril de 1884 á Thesouraria da Bahia, e de 30 de Julho de 1881 á Alfandega da Côte.)

Art. 495. Não se permittirão despachos separados, para consumo e ao mesmo tempo para reexportação ou baldeação, de mercadorias pertencentes ao mesmo volume. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 48.)

Art. 496. Os despachos de consumo de liquidos, e os das mercadorias constantes da Tabella II, annexa ao presente Regulamento, serão feitos em separado dos de outras mercadorias. (Decreto n. 8360, art. 49.)

Art. 497. No mesmo despacho não se poderão incluir mercadorias depositadas nos armazens internos da Alfandega ou da Mesa de rendas, com as que estiverem em outro deposito, a bordo ou sobre agua, e, sempre que fôr possível, se dividirão os despachos conforme os armazens, em que as mercadorias estiverem depositadas. (Decreto n. 8360, art. 50.)

Art. 498. A declaração voluntaria das differenças de mercadorias, de sua occultação por qualquer fôrma, e de qualquer outra tentativa de descaminho de direitos, feita pelo dono ou consignatario das mercadorias e seus prepostos, será aceita para o effeito de não se imporem as penas comminadas nos regulamentos fiscaes, em toda e qualquer occasião, excepto na de busca, exame e conferencia, ou tendo o Chefe da Repartição conhecimento official ou denuncia de taes factos; considerando-se iniciada a conferencia ou em exame a mercadoria, logo que a respectiva nota fôr distribuida ao Conferente. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 45, Imperiaes Resoluções de Consulta de 4 de Dezembro de 1875, de 17 de Fevereiro e 22 de Dezembro de 1883, e de 22 de Novembro de 1881, Decisões ns. 134 de 23 de Maio e 211 de 10 de Agosto de 1861, 441 de 12 de Outubro de 1866, 260 de 14 de Julho de 1868, 223 de 8 de Maio de 1869, 386 de 3 de Setembro de 1875, 128 de 6 de Abril de 1877, 39 de 22 de Fevereiro, 110 de 28 de Abril, 266 de 26 de Dezembro de 1883, de 7 de Maio e 25 de Novembro de 1881 á Alfandega da Côte, e de 14 de Outubro de 1881 á Thesouraria da Bahia.)

## SECÇÃO VI

*Da conferencia das mercadorias postas em despacho*

Art. 499. Apresentada a nota ao Conferente, a quem fôr distribuída, procederá elle á verificação de que trata o art. 108 § 2º do presente Regulamento e marcará á parte o dia e hora em que poderá fazer a conferencia, tendo em attenção a data da nota e os trabalhos que tiver em mão; cumprindo ao Fiel do respectivo armazem mandar collocar os volumes no lugar em que se deva effectuar a referida conferencia. (Reg. de 1860, art. 546, Reg. de 1876, art. 119 § 2º, e Decisão n. 138 de 20 de Março de 1865.)

Art. 500. Presentes os volumes no lugar competente, na presença da parte, ou seu legitimo preposto, o Conferente, salva a excepção de que trata a parte final do art. 557, fará abrir os volumes e, depois de conferir os numeros, marcas e contramarcas dos mesmos, procederá á contagem, qualificação e classificação das mercadorias nellos contidas, verificando a sua quantidade, medida, peso e taras.

§ 1.º Neste serviço ao Conferente serão fornecidos pelas Capatazias os operarios necessarios para a guarda e vigia das mercadorias.

§ 2.º Ao passo que o Conferente fôr conferindo a nota com o conteúdo do volume em despacho, irá fazendo as necessarias notas sobre o que fôr encontrando ou verificando.

§ 3.º Si por este exame e conferencia verificar-se a exactidão das declarações contidas em cada addição ou artigo da nota, na 1ª via respectiva lançará o Conferente a par de cada uma, na columna respectiva, a taxa a que estiver sujeita, mencionando por extenso o seu numero, peso, medida, e o numero do artigo da Tarifa, em vigor, em que estiver incluída a mercatoria, para o calculo dos direitos, igualmente a deducção da tara, ou de qualquer outra natureza, que tiver logar; e por baixo das declarações escriptas lançará a verba da conferencia nos seguintes termos: — Conferem as mercadorias, e estão sujeitas ás taxas acima declaradas, na importancia total de — \$ — e depois de datada, a assignará.

Feito o que, a parte, ou o seu preposto, copiará *verbo ad verbum* as declarações do Conferente na outra via da nota, a qual depois de conferida será pelo mesmo Conferente rubricada.

Nas Alfandegas de grande expediente, poderão os Inspectores permittir que o trabalho, a que se refere a 1ª parte deste paragrapho, seja executado pelo Despachante, contanto que o Conferente reveja e recapitule as diversas addições da nota, sob sua assignatura e responsabilidade. (Reg. de 1860, art. 551, Reg. de 1876, art. 119 §§ 3º e 4º, Decretos ns. 5321 de 30 de Junho de 1873, art. 15, e 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prel. da Tarifa, arts. 47 e 53.)

Art. 501. Para a verificação da quantidade, medida, peso de muitos volumes e peças iguaes, o Conferente indicará, na fórmula



do art. 475, os que julgar conveniente, sem attenção ao seu numero, ou á prioridade de sua collocação, ou qualquer outra circumstancia, e por esses volumes ou peças calculará os outros ; devendo porém em todo o caso verificar si os diferentes volumes postos em despacho contém mercadorias ou peças da mesma natureza e qualidade.

No caso de suspeita de fraude ou de inexactidão da nota, a conferencia deverá estender-se a todos os volumes ou peças. (Reg. do 1860, art. 554.)

Art. 502. Na verificação e conferencia das mercadorias, applicará o Conferente o maior zelo e cuidado possiveis, afim de que as partes não sofram prejuizos em virtude do seu mau trato, ou acondicionamento, e especialmente no que toca ás fizenhas de seda e semelhantes, ás joias de ouro e prata, á louça e vidros ; ficando responsavel pelos danos que estes soffrerem por sua culpa. (Reg. de 1860, art. 555.)

Art. 503. Encontrando-se entre as mercadorias acondicionadas em volumes algumas peças de qualidade differente das declaradas que importem acrescimos de direitos, o Conferente, no caso de não contestação da parte, mencionará na nota o numero, quantidade e qualidade das ditas peças para serem cobrados os direitos correspondentes ; bastando que seja datada e rubricada pelo Inspector a declaração da differença feita na dita nota. No caso de contestação, proceder-se-ha de accôrdo com o art. 507.

§ 1.º Si a differença das taxas entre a mercadoria declarada e a verificada for de 50 % ou mais, e os direitos resultantes da differença excederem de 50%, pagará de mais a parte, em favor do respectivo Conferente, uma multa igual aos direitos da differença verificada.

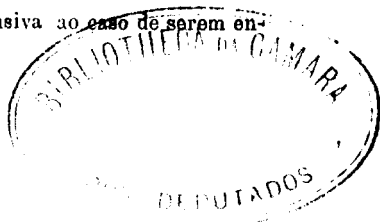
§ 2.º Si os direitos da differença não excederem de 50%, cobrar-se-ha a multa de 1 % a 5 %, de que trata o art. 492 § 2º, pela omissão verificada.

§ 3.º Quando em algum ou alguns dos volumes de uma mesma addição da nota forem encontradas mercadorias de qualidade differente das declaradas na dita nota, e contidas nos outros volumes, proceder-se-ha de accôrdo com os paragraphos antecedentes.

§ 4.º Si na respectiva nota tiver a parte declarado ignorar algum ou alguns dos requisitos essenciaes da mercadoria, pelo que lhe tenha sido imposta a multa do art. 492 § 2º, e verificar-se alteração ou differença em outro requisito não ignorado, ou manifestado, terá logar a multa de que trata o § 1º, si concorrerem as circumstancias nelle estabelecidas.

§ 5.º Si as mercadorias se acharem acondicionadas entre as outras como escondidas, para se subtrahirem aos direitos, o Conferente as apprehenderá com todas as demais contidas no volume, dando logo desse facto conta ao Chefe da Repartição, para que este proceda nos termos do processo respectivo. No caso de condemnação, o dono ou consignatario perderá todas as mercadorias contidas no volume, e pagará além disto a multa de metade do valor dellas.

Esta ultima disposição penal é extensiva ao caso de serem en-



contradas em alguns volumes em despacho mercadorias em fundo falso, ou dobrado repartimento, ou divisão de qualquer modo occulto.

§ 6.º Quando as mercadorias contidas no mesmo volume (si a addição da nota constar de um só) ou nos diversos volumes (si constar de muitos) forem todas diferentes das declaradas na nota, sómente se exigirá o pagamento dos direitos simples, e, si houver accrescimento de direitos, mais a multa de 1 ½ a 5 %, devendo neste caso o Conferente examinar todos os volumes.

Do mesmo modo se praticará quando a mercadoria incluída em uma das addições da nota fôr toda differente da verificada. (Reg. de 1860, art. 556, Decretos ns. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 18, e 8549 de 27 de Maio de 1882, art. 2.º, Imperiaes Resoluções de Consulta de 17 de Janeiro de 1869, de 22 de Dezembro de 1883, de 25 de Junho de 1884, Decisões ns. 71 de 16 de Março de 1864, 516 de 27 de Novembro de 1866, 257 de 28 de Maio de 1869, 173 de 31 de Maio de 1871, 125 de 11 de Novembro de 1874, 2 de 3 de Janeiro de 1876, 89 de 19 de Fevereiro e 131 de 7 de Março de 1879, 78 de 12 de Fevereiro de 1881, 246 de 26 de Novembro e 266 de 26 de Dezembro de 1883, de 14 de Abril de 1884 ás Thesourarias, de 16 de Abril á Thesouraria do Pará, de 7 de Maio á de Pernambuco, de 30 de Junho á Alfandega da Côrte, de 21 e 22 de Agosto de 1884 á Thesouraria de S. Paulo.)

Art. 504. Achando-se na contagem, medição e peso das mercadorias, para mais do accusado na nota, a parte pagará os direitos da differença, e lém disto, como pena pecuniaria, a importancia dos mesmos direitos para o Conferente, si os direitos da mesma differença excederem de 50:000.

§ 1.º Si a nota constar de duas ou mais addições, devem ser reunidas as differenças de quantidade verificadas, afim de se fazer effectiva a multa de que trata o presente artigo.

§ 2.º Si a parte tiver declarado no fim da nota — o mais ignora-se — pelo que lhe tenha sido imposta a multa de expediente, e verificar-se differença para mais na contagem, medição ou peso accusado das mercadorias incluídas na dita nota, ser-lhe-ha imposta a multa de direitos em dobro, si se der a condição estabelecida no presente artigo. (Reg. de 1860, art. 553, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 19, Decisões ns. 517 de 27 de Novembro de 1866, 616 de 21 de Dezembro de 1875, 40 de 27 de Janeiro, 423 de 20 de Julho e 591 de 2 de Outubro de 1876, 605 de 9 de Outubro de 1878, 331 de 19 de Junho de 1879, 251 de 30 de Novembro e 255 de 6 de Dezembro de 1883, de 26 de Março, 14 de Abril e 21 de Agosto de 1884 á Alfandega da Côrte e de 30 de Agosto de 1884 ás Thesourarias.)

Art. 505. Achando-se differença para menos entre o declarado na nota e as mercadorias postas a despacho, o Conferente comunicará o facto ao Inspector, fazendo a respectiva declaração na mesma nota para sómente se haverem direitos do que realmento se encontrar. Dando-se, porém, circumstancias que revelem fraude ou subtracção de mercadorias, pagará a parte, a juizo do Inspector, direitos em dobro pela differença que existir entre o declarado na nota e o verificado pelo Conferente. (Reg. de 1860, art. 553 § 1.º,

Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 20, Decisões ns. 464 de 7 de Dezembro de 1874, 304 de 16 de Maio de 1878 e 10 de 4 de Janeiro de 1879.)

Art. 506. As mercadorias que trouxerem rotulos ou lettreiros falsos ou falsificados, indicando quantidades ou qualidades inferiores ás effectivas ou verdadeiras, ficarão sujeitas a multa igual aos direitos, em beneficio do Conferente. Esta multa, porém, não terá logar si o Despachante houver declarado a falsificação, mencionando nas notas as quantidades exactas.

A disposição penal deste artigo fica extensiva ás drogas e productos chimicos, na apparencia semelhantes, mas de valores superiores, e de natureza differente.

Si, á vista do manifesto, o conteúdo do volume fôr de certa qualidade de mercadoria, e encerrar objectos alheios ao commercio ou de nenhum uso, ou valor, ou residuos e fragmentos inúteis, ou de pouca importancia, a parte será multada no triplo do valor provavel da mercadoria desencaminhada, que será arbitrado por dous Conferentes da escolha do Chefe da Repartição; sendo adjudicada metade desta multa ao Conferente que descobrir a fraude.

Paragrapho unico. No caso de serem submettidos a despacho volumes com as mesmas especificações e se reconhecer que a mercadoria despachada em um volume se acha contida em outro, dando-se portanto simples equívoco e troca de volumes, em que não haja tentativa de fraude, não tem logar a multa de direitos em dobro. (Reg. de 1860, art. 558, Decreto n. 4175 de 6 de Maio de 1838, art. 6º, Decisões ns. 139 de 14 de Abril de 1873, 300 de 31 de Maio de 1876 e de 31 de Dezembro de 1881 á Thesouraria de S. Paulo.)

Art. 507. No caso do Conferente reconhecer, pelo exame que fizer, que a qualificação da mercadoria expressa na nota para o seu despacho não é a legitima ou exacta, depois de ouvir a parte, ou o seu proposto, e de proceder a quaesquer diligencias, que julgar necessarias para formar seu juizo, declarará a esta qual é no seu entender a qualificação que justamente cabe á referida mercadoria, e em que artigo da Tarifa a julga comprehendida para o pagamento dos direitos de consumo.

§ 1.º Si a parte não concordar com a opinião do Conferente poderá reclamar por escrito contra ella ao Chefe da Repartição, e este, depois de ouvido o Conferente e a commissão da Tarifa, e de proceder a quaesquer outras diligencias que forem convenientes, decidirá qual das duas qualificações dadas é a legitima e exacta, devendo, na decisão que proferir, impôr expressamente a multa de que julgar possível a differença encontrada.

§ 2.º Si a parte não concordar com a decisão do Chefe da Repartição, e a differença de direitos entre a qualificação dada á mercadoria pela parte e pela Alcaidaga, exceder da alçada do Inspector, poderá requerer que o negocio seja decidido por arbitros, e neste caso seguir-se-ha o disposto na Secção 11ª do presente Capitulo, ficando suspenso o despacho. Si a differença de direitos, porem, estiver dentro da referida alçada, observar-se-ha o disposto no art. 531.

§ 3.º Si a decisão arbitral fôr contraria, a parte pagará sómente os direitos simples conforme a decisão.

§ 4.º As diversas questões que se suscitarem no processo do despacho: 1.º, sobre intelligencia da Tarifa, ou de lei, sua execução e applicação, percepção de direitos, multas, e procedencia de apprehensões; 2.º, sobre a taxa a que está sujeita a mercadoria, e sua classificação em relação aos diversos artigos da Tarifa, peso, medida, taras, e quesequer outros objectos que não importem conhecimento profissional sobre a qualidade, preço das mercadorias, ou sobre avarias e danos que estas soffrerem, a cujo respeito o presente Regulamento particularmente providencia, serão decididas pelo respectivo Inspector ou Administrador, mediante reclamação da parte offendida, com recurso, na fórma do Titulo 10.

§ 5.º Em todo e qualquer caso em que fôr interposto recurso com effeito suspensivo, depois de tirarem-se as amostras da mercadoria em questão, que forem necessarias, e dos exames, informações e diligencias que se julgar a bem da justiça, será permittido á parte proseguir e concluir o despacho encetado, e dar sahida á sua mercadoria; pagando os direitos conforme a decisão dada em 1.ª instancia e depositando a importancia das multas em que haja incorrido, até decisão final. (Reg. de 1860, art. 559, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 23, e 4644 de 24 de Dezembro de 1870, art. 3.º, Decisões ns. 132 e 172, de 3 e 30 de Março de 1869, 249 de 17 de Julho de 1873, 425 de 11 de Novembro de 1874, 496 de 24 de Agosto de 1880 e 592 de 30 de Novembro de 1881.)

Art. 508. Finda a conferencia, ou verificação dos volumes e do seu conteúdo, na fórma dos artigos antecedentes, serão as mercadorias, depois de recolhidas aos seus competentes envoltorios, acondicionadas e guardadas em logar apropriado do respectivo armazem ou deposito, podendo ser os volumes sellados, si a parte assim o exigir. (Reg. de 1860, arts. 561 e 562.)

## SECÇÃO VII

*Do despacho de consumo sobre agua, ou a bordo, de mercadorias depositadas em armazens externos da Alfandega, Mesa de vendas, ou entrepostos, depositos, ou trapiches alfandegados.*

Art. 509. O despacho de consumo sobre agua, ou a bordo, só poderá ter logar a respeito das mercadorias mencionadas nas Tabelas G e H.

No seu processo observar-se-hão todas as regras estabelecidas nas Secções antecedentes, com as seguintes modificações:

§ 1.º A conferencia dos volumes e mercadorias, que não estiverem depositados nos armazens internos da Alfandega ou Mesa de vendas, será igualmente feita no logar do deposito.

§ 2.º A das que se despacham sobre agua, ou a bordo, será feita na propria embarcação que as conduzir; podendo, entretanto,

o Conferente, caso julgue necessario, fazel-as descarregar para logar appropriado afim de com exactidão proceder ao seu exame e verificação. (Reg. de 1866), art. 554, e Decisão de 4 de Outubro de 1884 á Thesouraria de Pernambuco.)

### SECÇÃO VIII

*Do despacho de carne secca, gelo, guano, carvão de pedra e sal*

Art. 510. Os despachos de carne secca (xarque), gelo, quando delle constar todo o carregamento, guano, carvão de pedra e sal, serão feitos pelas quantidades verificadas por meio da lotação do carregamento dos navios, logo que estes derem entrada nas Alfandegas, e de accôrdo com as declarações dos manifestos e mais papeis de bordo. (Decreto n. 3883 de 29 de Maio de 1867, art. 1.º)

Art. 511. Requerida a lotação pelo Capitão, consignatario do navio, ou dono da mercadoria, e informado o requerimento pela competente Secção que deverá declarar qual a quantidade manifestada, o Conferente que fôr pelo Inspector designado para esse serviço, procederá immediatamente, em presença das partes ou seus prepostos, ao exame e verificação, de accôrdo com o disposto nas Instruções de 28 de Agosto e de 9 de Dezembro de 1878, mencionando por extenso o que encontrar.

Paragrapho unico. Na occasião da lotação deverá se achar presente o Guarda-mór, ou quem suas vezes fizer, para mandar abrir as escotilhas. (Decreto n. 3883, arts. 2º e 21, e Decisões ns. 561 e 882 de 1878, citadas.)

Art. 512. Depois da lotação, as partes apresentarão a nota para o despacho, e pagos os direitos á vista da verba da conferencia lançada pelo mesmo Conferente na fôrma ordinaria, poderão os interessados fazer a descarga no todo, ou parcialmente, como lhes convier, sendo dispensadas as conferencias de sahida e a presença do Official de descarga a bordo.

Paragrapho unico. Para a concessão do despacho livre das mencionadas formalidades, o Inspector, sempre que julgar conveniente, exigirá dos donos ou consignatarios das mercadorias a factura original, o mais documentos que sirvam de justificar a exactidão dos manifestos, afim de por esse modo conhecer, em casos de duvida ou suspeita, da legalidade dessas declarações. (Decreto n. 3883, arts. 4º e 12.)

Art. 513. Concedido pelo Inspector ou Administrador o despacho e descarga, poderá esta começar ao romper do dia, e terminar ao pôr do sol, á vontade do dono ou consignatario do navio ou das mercadorias, transitando estas pelos pontos marcados e do costume, livres de quaesquer formalidades e exigencias fiscaes. No caso, porém, de suspeita ou denuncia de fraude, poderá o Inspector mandar collocar a bordo dos navios Officiaes de descarga, Guardas



e mesmo Conferentes, e tomar outras quaesquer providencias que julgar necessarias a bem da fiscalisação. (Decreto n. 3883, art. 5º, e Decisão n. 433 de 22 de Novembro de 1873.)

Art. 514. Concluida a descarga e visitado o navio, fará a competente Secção a averbação de sahida na traducção do manifesto, declarando o respectivo empregado que a sahida da mercadoria teve logar de conformidade com as disposições em vigor. (Decretos ns. 3883, art. 6º, e 3247 de 31 de Dezembro de 1863, art. 70.)

Art. 515. Si pela lotação o Conferente verificar que o navio contém quantidade de mercadoria maior do que a declarada, e o acrescimo não exceder de 10 %, serão simplesmente cobrados os direitos das quantidades verificadas.

Si, porém, esse acrescimo fôr além de 10 %, cobrar-se-hão direitos em dobro de toda a differença encontrada, sendo metade dessa quantia entregue ao empregado que a tiver verificado. (Decreto n. 3883, art. 7º.)

Art. 516. Si as partes não se conformarem com a verificação, nas hypotheses do artigo antecedente, o Inspector mandará proceder á conferencia e descarga por um ou mais empregados, e confirmando-se a existencia do acrescimo, ficarão sujeitas ao pagamento dos direitos nos termos do mesmo artigo. (Decreto n. 3883, art. 8º.)

Art. 517. Durante a sobredita conferencia e descarga, o Guarda-mór fará sellar as escotilhas do navio depois de concluida a descarga diaria, e quando o carregamento fôr de carne secca (xarque) mandará sellar igualmente as pilhas da mesma carne com cadarços fortes, pregados do lato a lado do navio, de modo que nenhuma quantidade della possa ser subtrahida aos direitos; podendo o Guarda-mór, independentemente de ordem superior, e pelo intermedio de seus subordinados, tomar quaesquer providencias necessarias á fiscalisação. (Decreto n. 3883, art. 9º, e Decisão n. 433 de 22 de Novembro de 1873.)

Art. 518. Si o acrescimo fôr de mais de 10 %, além da pena estabelecida no art. 515, ficará tambem sujeito o Capitão ou consignatario ás multas do art. 389, estabelecidas para o acrescimo das mercadorias importadas a granel. Si a differença fôr para menos, qualquer que seja o seu *quantum*, não terá logar a multa do art. 390 do Regulamento, comtanto que os direitos se cobrem da quantidade manifestada. (Decreto n. 3883, art. 10, e Decisão n. 702 de 12 de Dezembro de 1876.)

Art. 519. Quando com a carne secca (xarque), guano, carvão de pedra e sal vierem outros generos ou mercadorias no mesmo navio, serão estes em primeiro logar despachados, e retirados de bordo na forma ordinaria. (Decreto n. 3883, art. 11.)

Art. 520. As disposições antecedentes só terão applicação ás mercadorias referidas no art. 510 que vierem de portos estrangeiros, e sujeitas a direitos de consumo ou de expediente. (Decreto n. 3883, art. 16, Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 9º n. 2.)

Art. 521. Nos casos de avaria, salva a disposição do paragrapho unico do presente artigo, observar-se-ha o disposto na Secção 3ª do

presente Capitulo, devendo, na hypothese de ser ella requerida e reconhecida, restituir-se integralmente os direitos da quantidade avariada, si a deterioração do genero fôr reputada damnosa á saude publica. Si, porém, qualquer quantidade fôr aproveitada e vendida em hasta publica, se restituirá sómente a diferença entre os direitos pagos e os que se receberem pela arrematação.

Paragrapho unico. Nos generos soluveis, como gelo e sal, poderá o Inspector, a requerimento do Capitão ou Mestre da embarcação, no acto da sua entrada na Alfandega, e mediante o exame e lotação do carregamento por peritos de sua escolha, conceder um abatimento até 75 % no gelo e 25 % no sal. (Reg. d. 1860, art. 425, e Decreto n. 3883, arts. 17 e 18.)

## SECÇÃO IX

### *Do despacho especial de mercadorias omissas na Tarifa e da assemelhação*

Art. 522. As mercadorias não especificadas, ou não comprehendidas nos artigos da Tarifa, nem em alguma de suas classificações genericas, serão assemelhadas ás da mesma Tarifa, si com ellas tiverem analogia ou affinidade, quer pela natureza e qualidade da materia de que forem compostas, quer pelo seu fabrico, tecido, lavor ou fórma, combinados com seu uso ou emprego; e pagarão os mesmos direitos a que estiverem sujeitas as mercadorias a que forem assemelhadas.

§ 1.º Para se resolver a assemelhação, o Conferente do despacho fará um relatório de todas as circumstancias que á puderem estabelecer, e o Inspector, ouvindo os peritos que para esse fim designar, decidirá si a assemelhação deve ou não ter logar; e no caso affirmativo, em que artigo da Tarifa se acha ou deve ficar comprehendida a mercadoria.

Al relatório deverá acompanhar a amostra da mercadoria, o qualquer exposição ou documento que a parte offerecer.

§ 2.º Si a parte não convier na assemelhação, poderá interpôr o recurso para a competente autoridade superior, na fórma e nos prazos marcados pelo Tit. 10 do presente Regulamento.

§ 3.º Si a parte se conformar com a decisão, ficará esta definitiva para o caso especial de que se trata; observando-se, porém, o disposto na ultima parte do art. 6.º do Decreto n. 4644 de 24 de Dezembro de 1870.

§ 4.º O Ministro da Fazenda mandará, logo que lhe forem presentes taes decisões, examinar por peritos de sua confiança a mercadoria, á vista das informações e amostras que houver; e, dada a sua decisão, será esta publicada e communicada a todas as Repartições a quem interessar, para a fazerem executar em casos semelhantes.

§ 5.º Quando a parte não se conformar com a assemblheação, ainda depois de approvada pelo Ministro da Fazenda, ser-lhe-ha permitido reexportar a mercadoria para fóra do Imperio no prazo de 60 dias; e não o fazendo, será a mercadoria posta em consumo, pagando os direitos conforme a decisão.

§ 6.º Si a mercadoria não puder ser assemblhada depois de observado o processo estabelecido nos §§ 1.º e 2.º, ficará sujeita a direitos *ad valorem*, na razão de 30 %/. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 16.)

## SECÇÃO X

### *Do despacho ad valorem ou por factura*

Art. 523. O preço regulador para o despacho *ad valorem*, será o do mercado exportador, augmentado de todas as despesas posteriores á compra, taes como direitos de sahida, fretes, seguro, commissão, etc., até ao porto do desembarque; e, na falta destas informações, ou quando o preço assim determinado for julgado lesivo á Fazenda Nacional, o preço do mercado importador em grosso ou por atacado, abatidos os competentes direitos, e mais 10 %/ do mesmo preço.

Os direitos, porém, das obras, fazendas ou tecidos lavrados, bordados ou com enfeites, sujeitos a despacho *ad valorem*, nunca poderão ser menores do que os fixados na Tarifa para os mesmos artefactos sem lavor, bordado ou enfeite. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 17, e Decisão de 11 de Junho de 1881 á Thesouraria do Pará.)

Art. 524. O Conferente verificará, pelos meios a seu alcance, a exactidão dos preços declarados na nota; podendo para esse fim recorrer ás facturas originaes, authenticadas por modo que faça fé, e, na falta dellas, a outros documentos authenticos, relativos ás mercadorias submittidas a despacho; devendo no exame de taes documentos proceder com a necessaria reserva, e quando por este meio não pos a verificar o verdadeiro valor das mesmas mercadorias, adoptará o do mercado importador, como acima se declara. (Decreto n. 8360, art. 18, e Decisão n. 116 de 8 de Maio de 1883.)

Art. 525. Si o Conferente não se conformar com o preço declarado pela parte, ou esta não se conformar com o indicado pelo Conferente, o Chefe da Repartição, depois de proceder ou mandar proceder aos exames e informações que forem necessarios, si concordar com o valor expresso na nota, mandará proseguir o despacho; si, porém, o reputar lesivo á Fazenda Publica, será este arbitrado por uma commissão composta de tres Conferentes, ou de quaesquer outros empregados de sua escolha.

§ 1.º A commissão, procedendo ás precisas averiguações, arbitrará dentro de 48 horas o preço por que deve ser despachada a mercadoria, tomando por base do arbitramento as disposições do art. 523.

§ 2.º Quando o Chefe da Repartição, ou a parte, não se conformar com a decisão da commissão, poderá aquelle ordenar, e esta re-



querer novo arbitramento; e neste caso seguir-se-ha o disposto na Secção seguinte.

§ 3.º Si o valor estimado pelos arbitros não exceder de 5 % ao declarado pela parte, os direitos serão cobrados sobre o valor mencionado na nota. Si, porém, exceder, a cobrança se fará sobre o valor arbitrado.

§ 4.º Si o valor arbitrado exceder a 50 % do valor declarado, a parte pagará mais 50 % dos direitos, a título de multa, a favor da Fazenda Nacional.

§ 5.º Das decisões por arbitros não haverá recurso, excepto o do art. 668, n. 2, do presente Regulamento; mas a parte poderá reexportar a mercadoria para fóra do Imperio, no prazo que o Inspector marcar, pagas previamente as multas em que tiver incorrido. (Reg. de 1860, §§ 3º, 4º e 5º do art. 570, Decreto n. 8360, art. 19, Decisões ns. 116 de 8 de Maio de 1883, de 17 de Abril de 1884 á Thesouraria do Pará e de 6 de Outubro de 1884 á Alfandega da Corte.)

Art. 526. O despacho *ad valorem* comprehende:

1.º As mercadorias que pela Tarifa estão sujeitas a direitos *ad valorem*;

2.º As mercadorias omissas que não puderem ser assemelhadas a outras da Tarifa;

3.º As amostras de mercadorias cujo valor não exceder de 100\$, embora tenham taxa fixa na Tarifa;

4.º O apparelho, maçame e objectos usados do serviço dos navios mercantes ou de guerra;

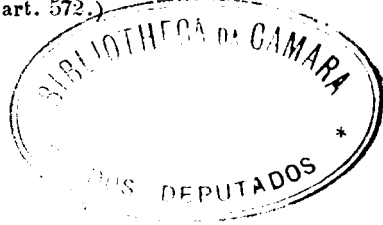
5.º Os objectos miudos encontrados nas bagagens dos passageiros; os moveis e outros utensilios usados; e os artigos de pouco valor, embora tenham taxa fixa na Tarifa, quando por sua multiplicidade dificultarem o processo ordinario do despacho; precedendo em todo o caso requerimento da parte e permissão do Inspector. (Decreto n. 8360, art. 20.)

Art. 527. As informações, decisões e amostras das mercadorias serão archivadas para servirem de base ás decisões que se houverem de tomar em casos identicos, e para o fim marcado no artigo seguinte. (Reg. de 1860, art. 571.)

Art. 528. Haverá em cada Alfandega uma comissão da Tarifa nomeada na Corte pelo Ministro da Fazenda, e nas Provincias pelas Thesourarias, a qual, á vista dos despachos feitos na fórma deste Regulamento, organizará annualmente, e remetterá ao Thesouro, uma relação das mercadorias que devam ser accrescentadas na Tarifa, com a quota fixa de direitos que deve pagar cada uma dellas.

§ 1.º Estas comissões nas Alfandegas das Provincias serão compostas do respectivo Inspector, que servirá de Presidente, e de mais dous empregados idoneos; e na Alfandega do Rio de Janeiro, do seu respectivo Chefe, e de mais quatro empregados.

§ 2.º As comissões da Tarifa colligirão todas as amostras das mercadorias sobre que se derem questões e as terão em boa guarda, registrando ao mesmo passo em livro especial o objecto das decisões, e o teor destas. (Reg. de 1860, art. 572.)



## SECÇÃO XI

*Do processo de arbitramento*

Art. 529. O processo de arbitramento nos casos marcados pelo presente Regulamento, e salvas as disposições do Cap. 4.º do Tit. 5.º e Cap. 3.º do Tit. 9.º, se regulará pelas seguintes:

§ 1.º O Ministro da Fazenda, na Corte e os Inspectores das Thesourarias de Fazenda nas Províncias, escolherão d'entre as diferentes classes dos negociantes, empregados, e pessoas profissionais em cada um ramo de industria, domiciliadas no lugar em que funcionar a respectiva Repartição Fiscal, os que julgar mais idoneos para servirem de peritos ou praticos nas questões a que se referem os arts. 507 § 2.º, 522 § 1.º e 525. A relação destes peritos assim escolhidos será publicada, e revista no fim de cada semestre, e sua leitura sempre franqueada ás partes.

No processo de arbitramento não poderá intervir como arbitro, sob pena de nullidade, pessoa ou empregado algum, que não esteja incluído individualmente na mesma relação.

§ 2.º Verificado o caso de arbitramento, a propria parte escolherá d'entre as pessoas incluídas na lista, de que trata o paragrapho antecedente, dous arbitros, e manifestará por escripto ao Chefe da Repartição a sua definitiva escolha. Por sua vez o Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas, escolherá do mesmo modo os dous arbitros da Fazenda Publica, e de accôrdo com a parte um quinto, e si esta se recusar a isso, á sua revelia será o quinto arbitro designado pelo mesmo Inspector ou Administrador; no caso, porém, de não haver accôrdo sobre o quinto arbitro, será este designado pela sorte d'entre seis nomes escolhidos da lista dos arbitros, sendo tres pelo Chefe da Repartição e outros tantos pela parte.

O accôrdo e apazimento da parte com a escolha do quinto arbitro deverá constar por escripto do respectivo processo.

Não comparecendo todos os arbitros no dia e hora que tiverem sido marcados pelo Inspector, designará elle outro dia e hora; e si ainda se verificar neste ultimo caso falta, os arbitros presentes, qual quer que seja o seu numero, darão logo sua decisão; no caso, porém, da falta ser proveniente de fallecimento ou de mudança de domicilio de algum dos arbitros, se procederá á substituição deste, na fórma da primeira parte deste paragrapho.

§ 3.º Reunidos os quatro arbitros sob a presidencia do Chefe da Repartição, feita por este a exposição do facto e ouvida a parte, procederão aos exames e indagações que julgarem convenientes, e no mesmo acto darão seu parecer por escripto, que será por todos assignado; não podendo retirar-se antes de concluído o julgamento e de assignado o dito parecer.

O arbitro, que não concordar com os outros membros da commissão, deve manifestar ou declarar o seu voto, podendo assignar-se — vencido — no respectivo termo.

Aquelle que, depois de dar o seu laudo, recusar assignal-o, será

multado pelo Chefe da Repartição em 50\$ até 200\$, lavrando-se disto um termo especial.

§ 4.º A decisão se regulará pela maioria dos votos; quando porém houver empate, decidil-o-ha o quinto arbitro que houver sido nomeado a aprazimento da parte e do Chefe da Repartição, ou por esto á revelia daquella.

§ 5.º No caso da parte se louvar nos arbitros nomeados pelo Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas, a decisão destes será reputada decisão arbitral para todos os effeitos marcados neste Regulamento. No caso de empate entre estes, se escolherá um terceiro arbitro, na fôrma estabelecida no § 2.º para a nomeação do quinto. Este terceiro ou quinto arbitro será sempre obrigado a concordar com um dos laudos empatados.

§ 6.º Os arbitros não poderão mudar a decisão arbitral, uma vez proferida; mas poderão, a requerimento da parte, interpretal-a ou explical-a no caso de obscuridade. (Reg. de 1860, art. 577, Decisões ns. 551 de 6 de Dezembro de 1860, 115 de 27 de Fevereiro de 1861, 295 de 12 de Outubro de 1864, 150 de 30 de Março de 1865, 79 de 16 de Fevereiro de 1867, 43 de 5 de Fevereiro de 1873, 37 de 28 de Janeiro de 1874 e 778 de 4 de Novembro de 1878.)

Art. 530. Os peritos ou praticos do commercio, todas as vezes que tiverem de funcionar como arbitros, antes de procederem ao exame do objecto questionado, e de darem o seu parecer, prestarão juramento nas mãos do Chefe da Repartição, conforme a religião que professarem, de o fizorem segundo suas consciencias, sem dolo nem malicia.

Do acto do juramento lavrar-se-ha o respectivo termo. (Reg. de 1860, art. 578, Decisões ns. 43 de 5 de Fevereiro de 1873, 442 de 18 de Novembro de 1874 e 353 de 19 de Junho de 1876.)

Art. 531. De taes decisões não haverá recurso algum, excepto o do art. 668 n.º 2, mas todos os papeis a ellas relativos serão guardados no archivo, e a parte poderá, si o julgar conveniente, reexportar, no prazo que o Chefe da Repartição marcar, suas mercadorias para fóra do Imperio, pagas as despezas de armazenagem e Capatazias a que estiverem sujeitas; e, não o fazendo, serão postas em consumo, pagando os direitos pelo arbitramento a que se tiver procedido. (Reg. de 1860, art. 579, Lei n.º 1750 de 20 de Outubro de 1869, art. 1.º § 5.º)

Art. 532. Os peritos escolhidos na fôrma do § 2.º do art. 529 não poderão recusar-se a este serviço, sob pena de perder quaesquer vantagens e privilegios que são outorgados aos commerciantes pelo presente Regulamento; salva todavia a excusa por molestia provada ou por suspeição, na fôrma de direito. (Reg. de 1860, art. 580, e Decreto n.º 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 15.)

## SECÇÃO XII

### *Da impugnação*

Art. 533. Nos despachos *ad valorem*, si o preço dado pela parte fór julgado lesivo á Fazenda Nacional, ficará retida a mer-

cadoria, devendo a parte ser indemnizada, dentro de 24 horas, da importancia da mercadoria impugnada, segundo o preço que tiver declarado na nota, e mais 5 % da dita importancia.

Paragrapho unico. Fica entendido que, nos casos em que é lícita a impugnação, poder-se-ha de preferência recorrer ao arbitramento, quer promovido pela parte, quer determinado pela Alfandega. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 21.)

Art. 534. As mercadorias impugnadas serão arrematadas em hasta publica á porta da Alfandega, segundo as regras prescriptas no Tit. 5.º Cap. 6.º do presente Regulamento ; e o producto da arrematação, deduzida a importancia dos direitos e do pagamento feito á parte, bem como quaesquer outras despesas que tenham occorrido, pertencerá ao Conferente que tiver effectuado a impugnação.

§ 1.º O Conferente, que houver proposto a impugnação, responderá por qualquer differença em prejuizo da Alfandega, si o producto da arrematação não chegar para completa indemnização dos ditos direitos e de todas as despesas.

§ 2.º Os direitos para a Fazenda Nacional serão cobrados sobre o valor arbitrado pelo Conferente. (Decreto n. 8360, art. 22.)

### SECÇÃO XIII

#### *Do modo por que se deve calcular o despacho e effectuar o pagamento dos direitos*

Art. 535. As notas para os despachos sujeitos a duas conferencias devem ser calculadas na forma do disposto no § 3.º do art. 500 do presente Regulamento.

As notas para os de uma só conferencia serão calculadas, ambas as vias, pelo dono, consignatario ou despachante que despachar a mercadoria, e a 1.ª revista pelo Conferente que der sahida.

Paragrapho unico. Si, depois de feito o calculo, as partes demorarem o pagamento dos direitos, se fará nota supplementar do que deverem de armazenagem accrescida, ou multa que tiver sido imposta. O mesmo se praticará nos casos de differenças verificadas depois de feito o calculo. (Reg. de 1860, art. 582 § 4º, Reg. de 1876, art. 119 § 1º, Decreto n. 4510 de 2º de Abril de 1870, art. 12, e Decisão n. 254 de 29 de Agosto de 1870.)

Art. 536. Calculados os direitos na forma do Regulamento, serão as notas entregues ás partes, que as apresentarão ao Thesoureiro e farão o pagamento, em moeda corrente, do que deverem.

Paragrapho unico. Na Alfandega do Rio de Janeiro serão recebidos, com as cautelas precisas para garantia da Fazenda, em pagamento dos direitos aduaneiros, cheques sobre os Bancos estabelecidos na praça desta cidade, sob as condições seguintes :

1.ª Os cheques, que nunca poderão ser inferiores á quantia de 50\$, serão saccados pela firma despachante, devendo trazer o —

visto — ou nota de pagamento do respectivo Banco, no prazo maximo de 48 horas, a contar de sua data.

2.<sup>a</sup> Deverão ser datados do dia da sua entrega, afim de ficar garantido o direito regressivo da Fazenda Publica, no caso de falta do seu pontual pagamento, como é expresso no art. 1.<sup>o</sup> § 10 da Lei n. 1082 de 18 de Agosto e art. 1.<sup>o</sup> paragrapho unico do Decreto n. 2694 de 17 de Novembro de 1860.

3.<sup>a</sup> No caso de demora ou recusa do pagamento, o Thesoureiro ou Fiel encarregado da cobrança dará logo parte ao Conferente da porta de sahida, para que não deixe passar a mercadoria, e ao Inspector para providenciar sobre a prompta substituição do cheque por moeda corrente. (Reg. de 1860, art. 583, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 21, e Decisões ns. 235 e 238, de 26 e 28 de Abril de 1879.)

Art. 537. Satisfeita a importancia do despacho, na fôrma do artigo antecedente, o Thesoureiro porá a verba do pagamento em cada uma das vias da nota. (Reg. de 1860, art. 591.)

Art. 538. A' vista da verba de pagamento, o empregado encarregado da escripturação do livro de receita, depois de fazer carga ao Thesoureiro de sua importancia, conforme a mesma verba, a mencionará, com o numero da respectiva partida de receita, e em logar especial de cada via da nota ou do despacho, mencionará a folha do mesmo livro em que estiver lançada. (Reg. de 1860, art. 592.)

Art. 539. Concluido o despacho na fôrma dos artigos antecedentes, será a 1.<sup>a</sup> via da nota entregue á parte ou a seu preposto para fazel-a averbar na traducção do manifesto, ficando a 2.<sup>a</sup> em poder do empregado de que trata o artigo precedente. (Reg. de 1860, art. 593, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, arts. 23 e 70.)

#### SECÇÃO XIV

##### *Da conferencia e sahida das mercadorias*

Art. 540. No mesmo dia em que se concluir o despacho e fôr este averbado na fôrma do artigo antecedente, o Despachante o apresentará ao Inspector ou Administrador da Mesa de rendas, que depois de o examinar, e o achar conforme, designará por escripto o Conferente que deve dar sahida ás mercadorias ou volumes nelle mencionados. Em acto successivo será por um Continuo levado o mesmo despacho ao Porteiro, que depois de registrar seu numero e data, o passará, ou remetterá em protocollo, ao Conferente designado.

A parte apresentará a este empregado um bilhete, requisitando os volumes constantes do despacho para terem sahida, o qual depois de rubricado pelo Conferente que deverá declarar por extenso o numero dos mesmos volumes, será pela parte apresen-

tado ao Fiel do armazem para fazer a respectiva remessa, servindo-lhe esse bilhete de descarga, e podendo, á vista delle, dar baixa aos volumes no livro competente. (Reg. de 1860, art. 594.)

Art. 541. Presentes as mercadorias ou volumes no lugar designado para sua verificação e sahida, o Conferente, depois de verificar si o seu despacho se acha revestido das formalidades exigidas pelo presente Regulamento, si a redução dos pesos e medidas e o calculo dos direitos se acham exactos, e si os direitos foram satisfeitos, procederá na fórma dos arts. 50) e seguintes.

Paraphræpho unico. No caso de encontrar qualquer duvida, erro ou vicio, dará disso immediatamente parte por escripto ao Chefe da Repartição, suspendendo a conferencia e sahida da mercadoria. (Reg. de 1860, art. 595.)

Art. 542. Achan lo o Conferente tudo exacto, dará sahida ao genero ou mercadoria e lançará no despacho a seguinte verba, que será datada e assignada — Confere e dei sahida a tantos volumes, ou a tal mercadoria — (o numero dos volumes deverá ser declarado por extenso e, na falta destes, a qualidade da mercadoria). Si a sahida fór dada por diversas vezes, em diversos dias, lançará tantas verbas quantas forem as vezes, e assignando-as passará o despacho ao Porteiro, para o fim determinado no art. 555. (Reg. de 1860, art. 596, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 12, e Decisão n. 111 de 28 de Fevereiro de 1880.)

Art. 543. No caso do Conferente achar differença entre as mercadorias e o despacho, communicará o facto ao Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas, o qual, ouvindo o Conferente do despacho, si o houver, mandará fazer novo exame por um terceiro Conferente, ou por um empregado de sua escolha, na sua presença, ou na de um outro empregado de sua confiança, si fór fora da Alfandega ou Mesa de rendas. (Reg. de 1860, art. 597, e Decisões de 24 de Outubro de 1843 e n. 168 de 21 de Outubro de 1875.)

Art. 544. Verificada a differença, si esta fór em prejuizo da Fazenda Publica, se procederá nos termos dos arts. 593 e seguintes, salvo si se reconhecer que a differença proveio de engano do Conferente do despacho.

Si o dono ou consignatario da mercadoria não tiver tomado parte no processo do despacho, e a differença fór o effeito de fraude de seu caixeiro ou despachante, será este multado pelo Chefe da Repartição de 30 até 50 % da importancia da mesma differença, e privado de sua patente por seis mezes até dous annos, a juizo do mesmo Chefe da Repartição, além das penas dos citados artigos. (Reg. de 1860, art. 598, e Decisão n. 165 de 6 de Maio de 1874.)

Art. 545. Nos casos dos dous artigos antecedentes, a parte não poderá tirar a mercadoria sobre que houver duvida, sem pagar o que nelles se determina; e si, dentro de oito dias depois da decisão a não tirar, o Inspector ou Administrador a fará arrematar em leilão á porta da Alfandega ou Mesa de rendas, por conta de quem pertencer, procedendo editaes de cinco dias; e o producto, depois de pagos os direitos e multas, ficará em deposito. Mas si a

mercadoria demandar tratamento e fôr corruptível, a arrematação terá logar immediatamente depois de vencido o prazo de oito dias, precedendo contudo edital affixado na porta da Alfândega, ao menos 24 horas antes da arrematação, e publicado, si fôr possível, em uma das folhas de maior circulação, salvo em todo o caso o disposto nos arts. 507 § 5º e 508. (Reg. de 1860, art. 59), e Decisão n. 172 de 26 de Abril de 1866.)

Art. 516. Quando no despacho já tiver havido o processo da nomeação e decisão dos arbitros, por motivos, ou duvidas sobre que versou a mesma decisão, não poderá o Conferente impugnar a sahida da mercadoria, salvo si não fôr a mesma que foi despachada. (Reg. de 1860, art. 600.)

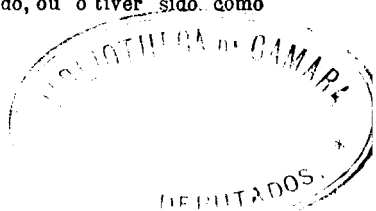
Art. 517. Corrente o despacho para a conferencia de sahida das mercadorias, no mesmo dia, si fôr possível, serão conferidas e sahirão; e por isso os Conferentes não admittirão para a conferencia senão aquellas que puderem aviar, sem precipitação e confusão, até findar o expediente do dia. Quando, porém, se não puder ultimar a conferencia, serão guardadas com cautela para o dia seguinte, e si nesse não sahirem por não comparecer a pessoa competente para assistir à conferencia e recebel-as, serão de novo recolhidas ao respectivo armazem, cobrando-se a multa de 1 1/2 % do seu valor, qualquer que seja a armazenagem de que trata o Cap. 13 do presente Titulo, até esse momento paga ou vencida, salvo si começar então a decorrer novo mez de armazenagem, caso em que, em vez da dita multa, a armazenagem será a dobrada. (Reg. de 1860, art. 601, e Decisão n. 428 de 22 de Outubro de 1877.)

Art. 518. Si no dia subsequente ao da sahida dos volumes ainda se conservarem elles defronte da porta, pagará a parte a multa de 2\$000 por cada um, além da despesa de remoção, que será feita pelas Capatazias. (Reg. de 1860, art. 602.)

Art. 519. Para conferencia e sahida dos generos, que estiverem em armazens externos, e dos despachos feitos a bordo ou sobre agua, irão os respectivos Conferentes, e na falta destes os empregados que o Inspector ou Administrador nomear, dar sahida ao genero: quando houver grande affluencia de trabalho, este serviço terá logar ainda antes de aberta, e depois de fechada a Alfândega ou Moa de rendas, mas sempre de sol a sol; observando-se nestas conferencias as mesmas disposições dos artigos antecedentes, quando se encontrarem accrescimos e differenças, salvo todavia o disposto no art. 518 do presente Regulamento. (Reg. de 1860, arts. 603 e 604, e Decreto n. 3883 de 29 de Maio de 1867, art. 10.)

Art. 520. A proporção que forem sahindo os volumes ou mercadorias, a parte passará, nos proprios despachos, recibo da sua entrega, mencionando por extenso o numero dos volumes. (Reg. de 1860, art. 605, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 29.)

Art. 521. As amostras isentas de direitos de consumo na fórma do art. 456 § 1º, se dará sahida independentemente d' despacho, depois de examinadas pelo Conferente para esse fim designado, si o respectivo volume não estiver manifestado, ou o tiver sido, como contendo amostras.



§ 1.º Ao volume que contiver taes amostras dar-se-ha baixa no livro competente, à vista de um bilhete feito e assignado pelo Despachante ou dono do volume, e rubricado pelo Conferente da sahida, no qual serão mencionados a marca e o numero do mesmo volume, o nome do navio que o tiver importado, sua procedencia e data da entrada.

§ 2.º Si no volume, que contiver taes amostras, virem algumas que devam pagar direitos, dar-se-ha sahida ás primeiras, ficando as outras no volume, que deverá ser lacrado e sellado, para serem devidamente despachadas; devendo o Conferente mencionar no bilhete as mercadorias que ficaram para pagar direitos. (Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 52.)

Art. 552. Não se admittirão reclamações das partes por engano ou erro nos despachos sobre quantidade de mercadorias, depois que estas tiverem effectivamente sahido da Alfandega ou Mesa de rendas, ou dos seus depositos ou trapiches alfandegados; nem tão pouco sobre a sua qualidade, depois de pagos os direitos, ainda quando não se tenha verificado sua sahida.

No caso de erro ou engano proveniente de calculo dos direitos, taxa incompetente, redução de pesos e medidas, e outros semelhantes, cujas provas permanecorem no despacho, terá logar a reclamação, a qual deverá ser dirigida à respectiva Alfandega ou Mesa de rendas, embora exceda de sua alçada, afim de, rectificado o erro ou engano, effectuar-se a restituição do que de direito fôr. (Reg. de 1860, art. 606, Decreto n. 8549 de 27 de Maio de 1882, § 2º do art. 1º, Decisões ns. 586 de 11 de Dezembro de 1861, 81 de 17 de Fevereiro de 1865, 125 de 23 de Março e 249 de 7 de Julho de 1866, 441 de 14 de Outubro de 1868, 393 de 3 de Novembro de 1869, 311 de 3 de Setembro de 1873, 460 de 1 de Dezembro de 1874, 247 de 19 de Maio de 1880, 39 de 26 de Janeiro e 561 de 15 de Novembro de 1881, 16 de 21 de Janeiro de 1883 e de 31 de Julho de 1884 à Alfandega da Corte.)

Art. 553. Os direitos de importação, uma vez satisfeitos, só serão restituídos nas hypothèses previstas no presente Regulamento; no caso, porém, de perda de mercadorias por força maior, estando as mercadorias dentro da Alfandega, entrepostos e armazens alfandegados, ou na propria embarcação que as conduziu, poderá o Ministro da Fazenda, attentas as circumstancias, e precedendo as justificações precisas, conceder a remissão total ou parcial dos direitos. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 61, Decisões ns. 86 de 8 de Abril de 1864, 69 de 1 de Fevereiro de 1869, 215 de 9 de Novembro de 1882 e 253 de 5 de Dezembro de 1883.)

Art. 554. Si, depois de pagos os direitos e mais rendimentos e de haver-se dado sahida à mercadoria, se reconhecer, em qualquer hypothese, que houve erro no despacho, e fôr elle contra a Fazenda Nacional, e a parte se recusar a indemnizal-o, proceder-se-ha na forma do art. 130 n. 5 do presente Regulamento.

Si, porém, o erro fôr descoberto, ou verificado antes de sua sahida, não terá esta logar sem que a Fazenda Publica seja indemnizada do que lhe fôr devido. (Reg. de 1860, art. 607, e Reg. de 1876, art. 141.)



Art. 555. Ultimados os despachos e sahidas as mercadorias, serão as primeiras vias das notas remettidas immediatamente pelo Porteiro á competente Secção afim de proceder-se á revisão, a qual se fará na conformidade do art. 102 § 1º do presente Regulamento, sendo afinal as ditas primeiras vias das notas encadernadas e archivadas para os effeitos logaes. (Reg. de 1876, art. 113 § 1º, e Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 23 § 2º, e 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 12.)

#### CAPITULO IV

##### DO DESPACHO DAS MERCADORIAS EM TRANSITO, REEXPORTAÇÃO OU BALDEAÇÃO

Art. 556. As mercadorias reexportadas ou baldeadas e as que, com destino a portos estrangeiros, transitarem pelo Imperio, não são sujeitas a direito algum de reexportação ou de transito. (Reg. de 1860, art. 622, e Lei n. 1750 de 20 de Outubro de 1869, art. 1º, § 5.º)

Art. 557. Serão reputadas mercadorias de transito :

§ 1.º As que como taes forem declaradas pelos donos ou consignatarios na fórma do art. 216, ou mencionadas nos manifestos das embarcações que as transportarem.

§ 2.º As pertencentes ás embarcações que derem entrada por franquia ou como taes reputadas na fórma do Cap. 4º do Tit. 6.º

§ 3.º As pertencentes ás embarcações arribadas, condemnadas ou naufragadas, que não se dirigirem a qualquer porto do Imperio. (Reg. de 1860, art. 623, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 4º, e Decisões ns. 410 de 15 de Setembro de 1869, 340 de 24 de Novembro de 1870, 7 de 4 de Janeiro de 1879 e 111 de 30 de Abril de 1883.)

Art. 558. Nos casos de transito de mercadorias pelos rios e aguas interiores do Imperio, ou pelo seu territorio, nos termos e condições das convenções celebradas, ou regulamentos especiaes, se observarão as disposições dos artigos seguintes que lhe são relativas, salvas todavia quaesquer estipulações de tratados celebrados com os Estados limitrophes. (Reg. de 1860, art. 624, Decreto n. 3020 de 31 de Julho de 1867, art. 42, e Decisão de 23 de Agosto de 1884, ás Thesourarias do Pará e Amazonas.)

Art. 559. Para se effectuarem os despachos de mercadorias em transito, reexportação ou baldeação, inclusive as que forem transportadas por cabotagem, quer sejam nacionaes ou estrangeiras as embarcações, deverá a parte apresentar na Secção competente uma nota em duplicata, na qual declare com exactidão o porto da procedencia, as marcas, contramarcas, numero, qualidade, quantidade e conteúdo dos volumes, incorrendo na multa de 1\$ a 20\$, a juizo do Inspector, em favor do empregado que verificar qualquer divergencia desta natureza. (Decreto n. 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 19, e Instrucções de 24 de Maio de 1870, art. 1.º)

Art. 560. Em ambas as vias da nota será lançada a competente numeração, e averbada a entrada do despacho no respectivo manifesto; em seguida se procederá, na Secção competente, á assignatura de um termo de responsabilidade, que será averbado na 1.<sup>a</sup> via da nota, pelo qual o dono ou consignatario da mercadoria se obriga a apresentar, dentro do prazo que lhe fôr marcado na forma do art. 568, os documentos justificativos da effectiva descarga e destino das mesmas mercadorias, de conformidade com o art. 570.

Paragrapho unico. A falta da apresentação dos documentos justificativos no prazo marcado sujeitará a pessoa que houver assignado o termo de responsabilidade ao pagamento dos direitos de consumo das mercadorias que despachar. (Imperial Resolução de Consulta de 2 de Agosto de 1884, Instruções citadas, art. 2.<sup>o</sup>, Decisões de 31 de Janeiro de 1884 á Alfandega da Côrte e de 4 de Agosto de 1884 á Thesouraria de Pernambuco.)

Art. 561. Preenchidas as formalidades do artigo antecedente, a 1.<sup>a</sup> via da nota será apresentada ao Inspector para designar o Conferente da sahida, e ao Guarda-mór para nomear o Official de descarga que tiver de acompanhar os volumes para bordo, depois de conferidos. (Instruções citadas, art. 3.<sup>o</sup>)

Art. 562. A conferencia de sahida versará sómente, nos casos ordinarios, sobre a identidade dos volumes despachados, estendendo-se porém ás mercadorias quando houver suspeita ou denuncia de fraude, ou quando forem expedidas para portos nacionaes em transito por territorio estrangeiro; havendo neste caso todo o emdado em que os volumes não se estraguem, nem as mercadorias se damnifiquem.

§ 1.<sup>o</sup> Quando, dada a suspeita ou denuncia, se verificar differença entre o conteúdo declarado nas notas dos despachos e o existente nos volumes, pagará a parte direitos de consumo em dobro da differença verificada, sendo metade para o descobridor da fraude.

§ 2.<sup>o</sup> A conferencia de sahida será feita no lugar em que estiverem depositados os volumes, seguindo elles d'ahi immediatamente para bordo.

A conferencia deverá assistir o Official de descarga nomeado para acompanhá-los.

§ 3.<sup>o</sup> Nos casos de baldeação de um para outro navio ou de reexportação no mesmo navio, a conferencia se fará a bordo, dispensando-se a nomeação do Official de descarga, e competindo ao Conferente designado pelo Inspector, nos termos do artigo antecedente, todo o processo do despacho.

§ 4.<sup>o</sup> Sempre que a parte estiver obrigada a multas por differenças encontradas no despacho, não será permitida a reexportação das mercadorias sem prévio pagamento das mesmas multas. (Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 29, Imperial Resolução de Consulta do 9 de Fevereiro de 1884, Instruções citadas, art. 4.<sup>o</sup>, Decisões ns. 165 de 18 de Junho de 1870, 204 de 21 de Junho de 1871, 84 de 2 de Junho e 130 de 8 de Agosto de 1882, 97 de 17 de Abril de 1883 e de 18 de Fevereiro de 1884 á Thesouraria de S. Paulo.)

Art. 563. A 1ª via da nota servirá de guia para o embarque, e nella se lançará, não só a verba de conferencia de sahida e declaração do embarque, assignada pelo Official de descarga, mas também o recibo, passado pelo Capitão, dos volumes entregues a bordo. Feito isto, será a dita 1ª via devolvida pelo Official de Descarga á Secção competente no mesmo dia ou, o mais tardar, no dia seguinte, sob pena de suspensão do emprego.

A 2ª via ficará na Secção competente afim de acompanhar os documentos a que se refere o art. 396, depois de feita pelo empregado respectivo a declaração de haverem sido cumpridas as formalidades prescriptas neste Capitulo. (Instrucções citadas, arts. 5.º e 6.º)

Art. 564. Finalizado o processo do despacho, será a 1ª via da nota remetida logo á Secção competente, ficando o cargo e sob a responsabilidade do Chefe desta, o qual deverá em tempo opportuno representar á Inspectoria, promovendo a cobrança dos respectivos direitos, no caso de falta de apresentação dos documentos justificativos nos prazos marcados nos termos de responsabilidade. (Instrucções citadas, art. 7.º)

Art. 565. Quando a pessoa que pretender despachar mercadorias em transitio, reexportação ou baldeação não fór conhecida, ou não offerecer sufficientes garantias para o pagamento das multas em que porventura incorrer, será exigida, além da sua, a assignatura de um fiador idoneo no termo de responsabilidade de que trata o art. 560. (Reg. de 1876, art. 111 § 14, e Instrucções citadas, art. 8.º)

Art. 566. Nas Alfandegas que tiverem a seu cargo o serviço de armazenagem e Capatazias seguir-se-ha o mesmo processo com as seguintes modificações :

1.ª Antes de apresentadas á Secção competente será averbada em ambas as vias da nota a data da entrada dos volumes para o armazem respectivo ;

2.ª O calculo da armazenagem e o de quaesquer outras despesas será feito em ambas as vias da nota pelo Despachante, sendo o da 1ª via revisito pelo empregado que fór designado para a conferencia de sahida ;

3.ª A distribuição desta conferencia deverá preceder o pagamento da referida armazenagem e mais despesas. (Instrucções citadas, art. 9.º)

Art. 567. Além das formalidades prescriptas nos artigos antecedentes, sempre que se fizer reexportação de mercadorias, que já tenham sido submittidas a despacho e classificadas, se deverá comunicar o facto á Alfandega para a qual fór pedida a reexportação, indicando-se a classificação dada á mercadoria, cuja amostra se remetterá ao mesmo tempo, o artigo da Tarifa e a taxa a que, em virtude dessa classificação, ficar ella sujeita.

Paragrapho unico. Na hypothese de ser a dita mercadoria classificada livremente pela Alfandega importadora, deverá esta dar ao Theouro conhecimento do seu acto, e justifica-lo enviando, com todos os papeis originaes e a amostra recebidos da Alfandega que houver autorizado a reexportação, nova amostra da mercadoria reexportada ; devendo em qualquer dos alludidos casos ser marcadas

taes amostras pela Alfandega que as remetter. (Circular de 15 de Maio de 1884 às Thesourarias.)

Art. 568. Será de dous a cinco mezes o prazo concedido para a apresentação do documento justificativo do destino das mercadorias reexportadas para os portos do Imperio e para os das Republicas do Prata; e de seis mezes a um anno para os portos fóra do Imperio.

Paragrapho unico. Em circumstancias extraordinarias, legitimamente justificadas, o Ministro da Fazenda poderá conceder prorrogação do dito prazo, contanto que seja impetrada antes de vencido o que anteriormente tiver sido marcado. (Reg. de 1860, art. 617, Decreto n. 4510 de 29 de Abril de 1870, art. 23, Instrucções citadas, art. 10, e Decisão de 18 de Outubro de 1884 à Thesouraria da Bahia.)

Art. 569. Vencido o prazo de que trata o artigo antecedente, será intimada a parte, e o seu fiador, si o houver, para apresentar o referido documento no prazo de oito dias, e, não o fazendo, nem tendo obtido prorrogação, se procederá á cobrança dos direitos, conforme o paragrapho unico do art. 560. (Circular às Thesourarias de Fazenda, de 26 de Outubro de 1885.)

Art. 570. Serão reputados documentos legitimos:

1.º De portos onde houver Alfandegas: certidão *verbo ad verbum* do despacho do consumo das mercadorias.

2.º De portos onde não houver Alfandegas: attestado das autoridades do lugar, das pessoas a quem foram consignadas as mercadorias, ou a quem foram entregues, quer na qualidade de mandatario, quer na de depositario ou comprador.

3.º A prova do naufragio, variação, ou aprezoamento do navio respectivo, com documentos que ou direito produzam fé, equivalerá em todo o caso á certidão do despacho do consumo, de que trata o n. 1.º do presente artigo.

Paragrapho unico. Todos os certificados e documentos mencionados nos ns. 2 e 3 serão authenticados pelos Consules Brasileiros, ou pelos Agentes que fizerem suas vezes, e, não os havendo, observar-se-ha o disposto no art. 364. (Reg. de 1830, arts. 618 e 619, Instrucções de 24 de Maio de 1870, art. 21, e Decisões ns. 289 de 30 de Junho de 1835, 176 de 15 de Abril de 1881, 84 de 2 de Junho de 1882 e de 23 de Agosto de 1884 às Thesourarias do Pará e Amazonas.)

Art. 571. Verificando-se, á vista dos documentos de que trata o artigo precedente, divergencia quanto á qualidade ou quantidade do genero reexportado, a Alfandega reexportadora cobrará da parte a differença dos direitos que de menos tiver recebido a Alfandega importadora, observado todavia o disposto no art. 567.

Paragrapho unico. No caso, porém, de differença absoluta da qualidade da mercadoria, em que se presuma ter havido substituição do conteúdo do volume, a juizo do respectivo Inspector, cobrará a Alfandega reexportadora os direitos de consumo por que tiver a parte se responsabilizado, na fórma do art. 560. (Decisões

\* Alteração da 2ª edição.

ns. 72 de 25 de Fevereiro de 1870, 93 de 16 de Abril de 1883, de 31 de Janeiro de 1884 à Alfandega da Côrte, e de 15 de Maio de 1884 à Thesouraria das Alagôas.)

Art. 572. As mercadorias despachadas para consumo não serão admittidas a despacho de reexportação para se restituirem os direitos pagos, e poderão seguir seu destino independentemente de novo despacho.

As despachadas para reexportação poderão ser despachadas para consumo. (Reg. de 1860, art. 620, Lei n. 1750 de 20 de Outubro de 1869, art. 1º § 5º, Imperial Resolução de Consulta de 25 de Julho de 1868, Instruções citadas, art. 10, e Decisões ns. 546 de 19 de Dezembro de 1877 e 116 de 2 de Março de 1878.)

Art. 573. Só se concederão despachos de reexportação ou baldeação de mercadorias estrangeiras, que entrarem ou saírem pelas barras dos portos onde houver Alfandegas.

Paragrapho unico. Ficam prohibidos, na conformidade deste artigo, na Alfandega de Uruguayana os despachos de reexportação para qualquer porto interior ou exterior, ou para qualquer destino (Reg. de 1860, art. 621, e Instruções citadas, art. 10.)

Art. 574. No reembarque de volumes destinados a um porto e desembarcados por erro ou engano em outro, observar-se-hão as seguintes regras:

1.ª Os despachos ou guias para o dito reembarque, precedendo despacho da Inspectoria com as informações necessarias, serão feitos em duplicata e conterão a declaração do porto da procedencia, marcas, contramarcas, numero de cada volume, sua qualidade e quantidade; assim como, sendo conhecida, a qualidade generica de seu conteúdo, o porto a que se destinam os volumes, e o navio em que elles têm de ser reembarcados.

2.ª Pago o imposto de Capatazias e armazenagem e o que mais so dever, o Conferente designado para a conferencia de sahida verificará a identidade dos volumes, sem que sejam abertos, com assistencia do Official de descarga designado para acompanhá-los para bordo do navio, a que serão conduzidos.

3.ª A primeira via do despacho servirá para o embarque, a segunda ficará na Secção, e depois de verificado o embarque será remettida com as devidas notas à Alfandega do porto do destino, procedendo-se no mais como se pratica com os despachos de reexportação por cabotagem.

4.ª Si os volumes que houverem de ser reembarcados se acharem em trapiches, depositos ou armazens externos da Alfandega, proceder-se-ha da mesma maneira. (Decisão n. 566 de 20 de Agosto de 1878.)

## CAPITULO V

### DOS DIREITOS DE EXPEDIENTE

Art. 575. São sujeitas a direitos de expediente as mercadorias importadas dos portos estrangeiros, seja qual fôr a sua origem, a

que fôr concedido despacho livre, não estando comprehendidas nas disposições dos §§ 1.º a 8.º, 10 a 20, 23 a 28, 30 e 31 do art. 4.º, e bem assim na do § 21, que se refere ás mercadorias constantes da Tabella **A**, annexa á Tarifa. (Reg. de 1860, art. 625, Lei n. 1750 de 20 de Outubro de 1869, art. 1.º § 5.º, Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, Disp. Prelim. da Tarifa, art. 7.º, Decisões ns. 321 de 11 de Novembro de 1870, 208 de 11 de Julho de 1872, 71 de 27 de Fevereiro de 1873, 121 de 31 de Julho de 1882, 66 de 20 de Março e 79 de 5 de Abril de 1883, e Circular de 19 de Agosto de 1881 ás Thesourarias.)

Art. 576. Os direitos de expediente serão cobrados na razão de 5 % do valor que as mercadorias tiverem na Tarifa em vigor, e, no caso de sua omissão, ou de estarem sujeitos a direitos *ad valorem*, pelo que constar de sua factura, observadas as regras marcadas na Secção 1.ª do Cap. 3.º do presente Titulo. (Reg. de 1860, art. 626, e Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 9.º n. 2.)

Art. 577. Nos despachos dos generos e mercadorias, sujeitos a direitos de expediente, bem como nos dos que gozam de isenção destes direitos e dos de consumo, se observarão as mesmas regras que foram fixadas para os que estão sujeitos a estes ultimos, no Cap. 3.º do presente Titulo; dispensada todavia a conferencia dos que pertencerem aos Agentes Diplomaticos estrangeiros. (Reg. de 1860, art. 634.)

## CAPITULO VI

### DOS DIREITOS DE EXPORTAÇÃO

#### SECÇÃO I

*Dos generos e objectos sujeitos a direitos de exportação e da razão em que estes devem ser calculados*

Art. 578. São sujeitos a direitos de exportação todos os generos e mercadorias que de portos do Imperio se exportarem para mercado ou paiz estrangeiro.

§ 1.º Exceptuam-se :

1.º Os de qualquer origem ou procedencia, que, em conformidade da Legislação em vigor, já tiverem sido despachados para consumo.

2.º Os generos e effeitos do uso e consumo dos Agentes Diplomaticos, que se ausentarem do Imperio, na forma da 2.ª parte do art. 8.º do Decreto n. 2022 de 11 de Novembro de 1857, precedendo ordem do Ministro da Fazenda.

3.º Os generos e mercadorias que se exportarem por conta do Governo Geral.

4.º Os generos de produção e manufactura nacional, exportados pelas fronteiras terrestres, ou pelos rios ou aguas das Provincias do Amazonas, Pará e Mato Grosso, para o territorio dos Estados limitrophes.

A isenção dos direitos para os generos assim exportados da Provincia de Mato Grosso é extensiva á exportação dos ditos generos para os outros Estados limitrophes do Imperio, ribeirinhos dos ditos rios ou aguas, embora não confinantes com a mencionada Provincia.

5.º Os generos de produção e manufactura nacional constantes da Tabella I, annexa ao presente Regulamento, que se exportarem pelas fronteiras terrestres, rios, lagôas e aguas interiores da Provincia de S. Pedro do Sul, para o territorio dos Estados limitrophes, na fôrma e condições marcadas pelo Decreto n. 2486 de 29 de Setembro de 1859.

6.º As provisões e sobresalentes dos navios surtos nos portos do Imperio, bem como a madeira e quaesquer outros generos de produção brasileira que forem empregados no concerto e reparo de embarcações estrangeiras surtas nos portos do Imperio.

7.º Os generos isentos em virtude de lei expressa e que estão especificados na Tabella II, annexa a este Regulamento.

§ 2.º Os objectos manufacturados no Imperio, não comprehendidos na excepção do artigo antecedente, ainda que contenham materia prima estrangeira, já despachada para consumo, não são isentos de direitos de exportação.

§ 3.º No caso de duvida do genero ou mercadoria em despacho ser de origem estrangeira, e de, como tal, já haver satisfeito os direitos de consumo, são devidos os direitos de exportação.

§ 4.º Compete aos Inspectores das Alfandegas, nos portos onde os navios entrarem em fabrico, conceder a isenção de direitos de que trata o n. 6, observada a disposição do paragrapho unico do art. 433 do presente Reg. (Reg. de 1860, art. 635, Leis ns. 2640 de 22 de Setembro de 1875, art. 13, 3140 de 30 de Outubro de 1882, art. 5º, 3229 de 3 de Setembro de 1884, art. 13, Decreto n. 5455 de 5 de Novembro de 1873, art. 3º, Decisões ns. 270 de 15 de Setembro de 1870, 519 de 17 de Outubro de 1881, 27 de 27 de Fevereiro de 1882 e 111 de 30 de Abril de 1883.)

Art. 579. O Governo poderá, quando julgar conveniente, sujeitar ao pagamento dos direitos de exportação os generos e mercadorias de que trata o art. 578 § 1º ns. 4 e 5. (Reg. de 1860, art. 636.)

Art. 580. Os direitos de exportação serão arrecadados na conformidade da citada Tabella II, annexa a este Reg., pelo valor que a mercadoria tiver na Pauta. (Reg. de 1860, art. 637, Leis ns. 2640 de 22 de Setembro de 1875, art. 13, e 3140 de 30 de Outubro de 1882, art. 1º, n. 7.)

## SECÇÃO II

### *Da Pauta*

Art. 581. A Pauta será organizada por dous Conferentes da escolha do Chefe da Repartição, no fim de cada semana.

§ 1.º Os Conferentes nomeados, depois de procederem ás necessarias diligencias para verificação dos preços correntes obtidos no

mercado durante a semana, e de ouvirem a Junta dos Corretores, as comissões das Praças, onde não houver corretores, o quaesquer outros peritos e pessoas de conceito, na falta de Corretores e da comissão da Praça, formarão a Pauta de todos os generos de produção ou manufactura nacional, quer de importação ou exportação, e a apresentarão em duplicata ao Inspector ou Administrador, para que este faça as correcções que forem precisas, e depois de assignal-a, mande-a publicar nas folhas de maior circulação, ou por editaes, si as não houver, remettendo uma das vias ao Ministro da Fazenda na Côrte, e ao Inspector da respectiva Thesouraria nas Provincias, com informação dos preços que durante a semana soffreram alteração para mais ou para menos.

A Pauta para cobrança dos direitos de exportação dos generos do paiz deve ter por base o systema metrico adoptado na Tarifa para a cobrança dos direitos de importação.

§ 2.º Quando as partes julgarem lesivas as avaliações da Pauta o representarão ao Chef. da Repartição, e, não sendo por este attendidas, poderão recorrer para o Ministro da Fazenda na Côrte, e para as Thesourarias nas Provincias. Si a decisão fôr favoravel, ser-lhes-ha restituído o que de mais houverem pago. O recurso será interposto dentro do prazo de tres dias uteis contados do dia da decisão da Inspectoria da Alfandega, proferida sobre a reclamação que fôr feita contra a avaliação da Pauta.

§ 3.º O empregado da Alfandega, ou Mesa de rendas, que julgar lesivas as avaliações contra a Fazenda Nacional, o representará ao respectivo Inspector ou Administrador. (Reg. de 1860, art. 638, Decreto n. 4614 de 24 de Dezembro de 1870, art. 4.º, Decisões de 11 de Dezembro de 1865, ns. 182 de 4 de Junho de 1867, 116 de 20 de Setembro de 1869 e 1 de 7 de Janeiro de 1882.)

Art. 582. Os preços da Pauta semanal serão determinados em geral pelo termo médio que obtiver no mercado cada uma das qualidades dos generos nacionaes, ou artigos de exportação ou de importação, com as seguintes excepções :

1.º O café será qualificado em duas qualidades somente ; a saber: bom, e escolhido ou restolho ;

2.º O assucar não refinado, em duas qualidades : branco e mascavo ;

3.º O fumo em duas qualidades : bom, e restolho, sem distincção dos logares de sua produção.

§ 1.º Para os generos que no mercado tiverem mais qualidades do que as da Pauta, se tomará o preço médio das qualidades analogas, v. g. : para o café bom se tomará o preço médio de todas as qualidades superiores ; para o assucar se tomará o termo médio das diversas qualidades do branco, excluido o refinado, e do mascavo, excluida a rapadura.

§ 2.º No calculo para organização da Pauta, não se deverá incluir o preço dos generos deteriorados. ( Reg. de 1860, art. 639, e Decisões ns. 110 de 4 de Março de 1876, 1 de 7 de Janeiro de 1882 e Aviso á Presidencia de S. Paulo em 11 de Dezembro de 1884.)



Art. 583. Quando entrar a despacho qualquer genero ou mercadoria que não tenha avaliação na Pauta, cobrar-se-hão os direitos pelo valor que fór arbitrado, na fórma do Cap. 3.<sup>o</sup>, Secção 10.<sup>a</sup>, deste Titulo. ( Reg. de 1860, art. 640, e Decisão n. 67 de 9 de Fevereiro de 1865.)

Art. 584. As disposições dos artigos antecedentes comprehendem a exportação dos metaes e pedras preciosas. ( Reg. de 1860, art. 641.)

### SECÇÃO III

#### *Do processo do despacho de exportação, conferencia e embarque dos generos e mercadorias.*

Art. 585. Ficam extensivas ao despacho de exportação as disposições do presente Regulamento, relativas ao das mercadorias sujeitas a direitos do consumo, com as seguintes modificações :

§ 1.<sup>o</sup> A nota, que será feita em duplicata, além das declarações e formalidades exigidas pelo art. 491, deverá conter as do porto do destino das mercadorias, da embarcação que as deve conduzir e lugar de embarque.

§ 2.<sup>o</sup> Estando em termos a nota, e calculados os direitos na conformidade da ultima parte do art. 535, o Chefe da Repartição lançará no alto della a data da sua apresentação e rubricará este assento ; feito o que, será a dita nota apresentada ao Thesoureiro e ao empregado encarregado do livro da receita para o respectivo recebimento e averbação.

§ 3.<sup>o</sup> Concluido e pago o despacho, proceder-se-ha á sua conferencia na fórma da Secção 14.<sup>a</sup> do citado Capitulo 3.<sup>o</sup>, a qual será feita no lugar do embarque do genero ou mercadoria, designado no despacho, por um Conferente, ou empregado da escolha do Chefe da Repartição, que, achando tudo conforme o despacho, lançará neste a verba da conferencia, declarando os objectos conferidos e embarcados em cada embarcação, saveiro ou lancha. Igual verba lançará na guia de embarque com a qual seguirá a mercadoria para a embarcação a que fór destinada.

§ 4.<sup>o</sup> As guias, depois de conferidas com a 1.<sup>a</sup> via dos despachos e com o respectivo livro de onde forem extrahidas, serão annexadas aos papeis do navio, no acto de proceder-se á conferencia de sahida para o desembaraço da embarcação, sendo afinal archivadas.

§ 5.<sup>o</sup> No caso de verificar-se qualquer differença na qualidade, quantidade, peso ou medida, observar-se-ha o disposto na Secção 6.<sup>a</sup> do Cap. 3.<sup>o</sup> deste Titulo.

§ 6.<sup>o</sup> O Conferente, ou qualquer outro empregado da Alfandega ou Mesa de rendas, que suspeitar que algum volume de assucar, algodão, ou de outro qualquer genero, que se achar submettido a despacho, contém corpos estranhos para lhe fazerem augmentar o peso, ou mistura de genero de inferior qualidade, ou finalmente um genero diverso e de maior valor do que costumam acondi-



cionar-se em taes volumes, ou do que accusar a nota, despacho, ou guia, dará parte immediatamente ao Inspector ou ao Administrador, que mandará averiguar a fraude, procedendo nos termos da apprehensão do volume, e condemnando afinal o defraudador na sua perda em favor do apprehensor, e na multa equivalente á metade do seu valor.

§ 7.º Si o genero despachado em um mez vier á ponte no seguinte, quando tenha augmentado o seu preço na Pauta, os Conferentes não o darão por desembaraçado para o embarque sem pagar os direitos relativos ao augmento. No caso contrario, a parte terá direito de requerer antes do embarque a restituição dos direitos relativos á differença de preço da Pauta.

§ 8.º Todos os generos que se pretenderem exportar para fóra do Imperio e se acharem em armazens não alfandegados passarão pelo armazem, ou pela ponte ou logar de embarque para este fim destinado, e nessa occasião serão tomadas a rol, por um Conferente ou outro qualquer empregado, as marcas e quantidade dos volumes, afim de se confrontarem diariamente com o embarque que constar dos despachos, e com os generos que aconteça ficarem por embarcar na ponte ou praia; considerando-se como extraviados aos direitos os que de outro qualquer ponto ou praia se dirigirem ás embarcações que estiverem á carga com destino para fóra do Imperio.

O Ministro da Fazenda, na Côrte, e as Thesourarias de Fazenda, nas Provincias, poderão marcar um ou mais logares ou pontos de embarque, onde a conferencia deva ter logar.

§ 9.º Aquelles generos, porém, que existirem em depositos, trapiches e armazens alfandegados, serão embarcados desses pontos, acompanhados do competente despacho ou guia de talão, depois de devidamente conferidos, mas, si tiverem de embarcar em outro qualquer ponto, não irão para a embarcação do seu destino sem passar pela ponte ou logar destinado para o embarque, para ahi serem examinados e conferidos, sem desembarcarem do saveiro ou lancha, sempre que fôr possível. O Conferente, acompanhado de um Guarda, fará a conferencia a bordo do dito saveiro ou lancha que para esse fim virá até a ponte ou logar que fôr marcado, acompanhado da competente guia. As guias serão rubricadas pelo respectivo Chefe da Repartição, e nellas se declararão as horas em que devem ter vigor, que serão as que razoavelmente forem bastantes para chegarem ao seu destino.

Si os generos forem encontrados fóra dessas horas, ou dirigindo-se para outro logar que não seja o marcado para a conferencia, caso se possa suspeitar que vão extraviados, serão como taes apprehendidos, e as embarcações que os conduzirem.

§ 10. Não será permittido embarcarem para exportação, nem serão conferidos, nem embarcados, caixas e fechos de assucar que não tiverem marca de fogo da fabrica, e do peso e taras, e na falta da da fabrica, a do dono, ou consignatario, que ficará responsavel pelas fraudes que nellas appareçam.

§ 11. Os generos que entrarem no armazem, ponte, ou logares destinados para embarque serão impreterivelmente despachados e

embarcados no mesmo dia da entrada, prorogando-se o expediente até que se conclua este serviço.

§ 12. Si ao Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas constar, por denuncia ou outro qualquer meio, que a bordo de alguma embarcação existem generos que não tenham sido competentemente despachados, mandará verificá-lo por empregados de sua confiança, e, achando-os, procederá á sua apprehensão, na fórma do Tit. 9º, Cap. 2.º

§ 13. Si depois de feito o despacho para um porto e navio, o dono quizer mudar o destino do genero para outro porto, o Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas, mediante as cautelas convenientes para se evitarem fraudes e descaminhos, o permittirá mandando lançar no despacho as notas competentes, que serão assignadas pelo empregado incumbido deste serviço e rubricadas pelo Chefe da 1ª Secção, observada a disposição da primeira parte do § 7.º

§ 14. Verificado o facto da transferencia, para portos do Imperio, de mercadorias já despachadas com destino a paizes estrangeiros, têm direito os donos ou exportadores de taes mercadorias á restituição dos direitos pagos, ainda que os generos já estivessem embarcados ao tempo de realizar-se a transferencia; devendo fazer-se as notas e tomar as cautelas de que trata o paragrapho antecedente.

§ 15. Os direitos de exportação, uma vez satisfeitos, só serão restituídos nos casos previstos no presente Regulamento; verificada, porém, a hypothese de perda de mercadorias por força maior, estando as mercadorias dentro da Alfandega, trapiche e armazens alfandegados, ou não tendo ainda sahido a embarcação, observar-se-ha o disposto no art. 553 do presente Regulamento. (Reg. de 1860, art. 612, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, arts. 61 e 63, 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6º, 4510 de 20 de Abril de 1870, arts. 11 e 12, Decisões ns. 7 de 5 de Janeiro de 1861, 14 de 16 de Janeiro de 1864, 162 de 5 de Abril de 1865, 472 de 3 de Novembro de 1868, 359 de 16 de Dezembro de 1870, 109 de 27 de Março e 161 de 15 de Maio de 1871, 374 de 10 de Outubro de 1872, 322 e 324 de 12 de Setembro e 353 de 3 de Outubro de 1873, 34 de 27 de Janeiro de 1874, 364 de 24 de Agosto de 1875, 260 de 18 de Maio de 1876, 402 de 5 de Outubro de 1877, 394 de 11 de Agosto de 1880, 36 de 13 de Abril de 1883, de 10 de Março e de 12 de Maio de 1884 á Alfandega da Côrte.)

Art. 586. Os productos destinados a Gabinetes de historia natural, colligidos e arrançados no Imperio por Professores para esse fim expressamente commissiõnaes por Governos ou Academias estrangeiras, ou devidamente acreditados pelos respectivos Agentes Diplomaticos ou Consulares, nacionaes ou estrangeiros, se despacharão sem se abrirem os volumes em que estiverem acondicionados, bastando a declaração jurada do naturalista, e se cobrarão os direitos pelo valor que se lhes der, á vista das relações em duplicata que dellos deve o mesmo apresentar.

Paragrapho unico. Não se abrirão igualmente os volumes de que trata o art. 578 § 1º ns. 2 e 3. (Reg. de 1860, art. 643.)

Art. 587. No processo de despacho dos diamantes se observarão as seguintes disposições:

§ 1.º Toda a pessoa que quizer exportar diamantes brutos para fóra do Imperio os apresentará na Alfandega ou Mesa de rendas, acompanhados de uma nota, como as estabelecidas para o despacho dos outros generos, em que se declare o peso total dos mesmos diamantes em grammas.

§ 2.º O Inspector ou Administrador mandará por um Conferente pesar, em sua presença e do apresentante, o volume que contiver os diamantes, sem se abrir; e achando que, feito um desconto razoavel pela tara delle, o peso orçará pelo accusado na nota, mandará lacrar o volume pelo logar da abertura, com o sello das Armas Imperiaes, em que ficará presa uma tira de papel que servirá de despacho, na qual estará escripto pelo Conferente:— Pagou um por cento de exportação de . . . grammas — tanto — Alfandega (ou Mesa de rendas) de . . . tanto de tal mez e anno.— Rubricas do Inspector ou Administrador, e do Conferente.

§ 3.º Si ao Inspector ou Administrador parecer que o peso é diminuto, fará reformar a nota, e, convindo o apresentante, se fará o despacho; aliás se abrirá o volume, e se pesarão os diamantes, o que contudo se evitará quanto for possível, desattendendo-se pequenas differenças. (Reg. de 1860, art. 616, e Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 9.º n. 9.)

Art. 588. Os generos de exportação sujeitos a direitos pelo seu peso os pagarão pelo real ou liquido, que será verificado fóra dos envoltorios, sempre que for conveniente aos interesses da Fazenda, ou a parte o requerer; observando-se neste caso as disposições dos arts. 456 § 18 e 469 a 477 do presente Regulamento.

Paragrapho unico. Além do abatimento por tara, nenhum outro se poderá conceder, sob qualquer pretexto, dos direitos de exportação. (Reg. de 1860, art. 647, e Decisão n. 419 de 16 de Setembro de 1865.)

Art. 589. No despacho dos generos estrangeiros navegados por cabotagem se seguirá o disposto no Capitulo 7º do presente Titulo. (Reg. de 1860, art. 641.)

## CAPITULO VII

### DO PROCESSO DO DESPACHO DAS MERCADORIAS NAVEGADAS POR CABOTAGEM

Art. 590. O despacho das mercadorias estrangeiras, já despachadas para consumo, que forem importadas por cabotagem, será feito na forma do presente Regulamento, mas sómente para se effectuar a sua conferencia, que será igual á que se procede nas mercadorias importadas directamente de portos estrangeiros. As differenças, que se verificarem, darão logar á cobrança dos direitos de consumo, excepto quando evidentemente se reconhecer por qualquer plausivel razão a ausencia de fraude.

§ 1.º Taes mercadorias deverão ser acompanhadas de guia autenticada pela competente Repartição Fiscal do porto de sua procedencia.

§ 2.º A falta da guia, de que trata o paragrapho antecedente, dará logar á percepção dos direitos de consumo, como si a mercadoria fosse directamente importada de porto estrangeiro, salvo quando se tratar de volumes de valor insignificante, a arbitrio do respectivo Inspector.

§ 3.º As ditas mercadorias, quando transportadas de uns para outros portos da mesma Provincia, ficam sujeitas, onde houver Alfandoga ou Mesa de rendas, ao mesmo despacho e formalidades exigidas no presente artigo. (Reg. de 1860, arts. 628 e 633, Decisões ns. 28 de 25 de Janeiro de 1871, 6 de 12 de Janeiro e 158 de 6 de Julho de 1883, e 110 de 29 de Maio de 1884.)

Art. 591. Os generos de produção e manufactura nacional, desde que não possam ser á primeira vista distinguidos dos similares estrangeiros, deverão ser acompanhados de despacho, quando transportados de um para outro porto do Imperio.

§ 1.º A falta do despacho de que trata o presente artigo dará logar á cobrança dos direitos de consumo, sendo consideradas as mercadorias, assim navegadas, como procedentes do estrangeiro, salvo todavia o disposto no final do § 2º do artigo antecedente.

§ 2.º Aos generos nacionaes, quando importados com despacho do porto da procedencia, se concederá a sahida, independente de novo despacho, e nos termos do art. 417 do presente Regulamento.

§ 3.º A roupa e moveis de uso dos passageiros de uns para outros portos do Imperio, inclusive os objectos de ouro e prata já usados, não precisam ir acompanhados de carta de guia; bastando que na sua sahida e entrada dos ditos portos se observe o disposto nos artigos do Regulamento do respectivo porto. (Reg. de 1860, arts. 628 e 632, Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 31, e Decisão n. 110 de 29 de Maio de 1884.)

Art. 592. Para o despacho de exportação, por cabotagem, dos generos nacionaes ou estrangeiros já despachados para consumo, apresentará a parte duas notas, uma que acompanhará os papeis do navio e a outra que ficará archivada na Repartição para os effeitos legais, na fórma do paragrapho unico do art. 396, observando-se no seu respectivo processo as regras seguintes:

1.ª As notas devem ser formuladas nos mesmos termos e condições que se requerem para o despacho de exportação de generos livres de direitos.

2.ª No acto do embarque serão os volumes conferidos, só devendo ser abertos quando as mercadorias destinadas a portos do Imperio tiverem de transitar por portos estrangeiros.

3.ª Conferidos os volumes, e estando de conformidade com a nota, o empregado encarregado deste serviço, depois de lançar a verba da conferencia na 1ª via da mesma nota, cancellará todas as folhas desta de alto a baixo, e riscará os claros, de modo que depois nada se possa accrescentar.

4.<sup>a</sup> Si a nota não estiver conforme, será a parte obrigada a re-formal-a.

5.<sup>a</sup> Lançada a verba da conferencia e embarque pelo referido empregado e a do recebimento pelo Capitão ou Mostre, será a nota apresentada á competente Secção que, á vista della, fará as declarações necessarias na 2.<sup>a</sup> via, a qual, depois de fechada e sellada, será entregue á parte com direcção ao Chefe da Repartição Fiscal do porto do destino, ficando a 1.<sup>a</sup> via archivada.

Paragrapho unico. Quando por algum accidente se desenca-minhe a carta de guia, de que trata o n. 5 do presente artigo, poderá ella ser supprida por uma 2.<sup>a</sup> via ou cópia da que ficar na Alfandega ou Mesa de rendas, a qual será entregue á parte em carta fechada como a primeira; mas si esta antes da sua chegada quizer despachar a mercadoria, pagará os direitos de consumo, os quaes serão restituídos si dentro de seis mezes, contados do dia do despacho, apresentar a referida 2.<sup>a</sup> via. (Reg. de 1860, arts. 629 e 631, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 33, e 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 19, e Decisões ns. 28 de 25 de Janeiro de 1871, 288 de 9 de Agosto de 1873 e 177 de 25 de Setembro de 1884.)

Art. 593. Do despacho de exportação de mercadorias nacionaes ou estrangeiras já despachadas para consumo, serão dispensadas as embarcações brasileiras quando as transportarem para portos não alfandegados. Na Repartição Fiscal do porto de onde sahirem as embarcações se dará aos carregadores uma simples guia de embarque, com a qual possam levar os generos para bordo, assignada pelo Chefe da mesma Repartição ou pelo empregado por elle autorizado.

Paragrapho unico. Do mesmo modo se procederá com relação ás embarcações estrangeiras, quando transportarem generos estrangeiros já despacha-los para consumo para portos maritimos ou do interior, onde não houver Alfandega ou Mesa de rendas alfandegada. No caso de taes embarcações carregarem, com destino ao estrangeiro, generos nacionaes nos ditos portos, proceder-se-ha ao respectivo despacho, na conformidade do art. 302 do presente Regulamento. (Decreto n. 5585 de 11 de Abril de 1874, arts. 2.<sup>o</sup> § 2.<sup>o</sup>, 14 e 15.)

Art. 594. Os donos ou consignatarios dos navios estrangeiros, que fizerem o commercio de cabotagem e na sua falta, a pessoa ou pessoas interessadas na carga exportada ou no navio, salva a disposição do § 3.<sup>o</sup>, assignarão termo de responsabilidade, obrigando-se pela importancia dos direitos de exportação dos generos de produção ou manufactura nacional que transportarem.

Para o calculo dos direitos respectivos servirão de base os valores da Pauta semanal.

A Repartição Fiscal onde se fizer o despacho, poderá exigir que o termo seja tambem assignado por fiador idoneo, que ficará solidario na obrigação contrahida.

§ 1.<sup>o</sup> Para annullação do referido termo deverá o dono ou consignatario do navio, ou o respectivo interessado, exhibir a certidão de que trata o § 2.<sup>o</sup> do art. 416.

§ 2.º Esta certidão deverá ser apresentada no prazo de quatro mezes, que poderá ser prorogado, havendo motivo attendivel, a juizo do Chefe da Repartição Fiscal do porto da procedencia até mais dous mezes ; sob pena de ficarem os assignatarios do termo de responsabilidade sujeitos ao pagamento dos direitos de exportação.

§ 3.º No caso de exportação de generos nacionaes, em que a embarcação transite por portos estrangeiros, a caução pelos direitos será feita em moeda corrente, restituindo-se a respectiva importancia aos interessados, logo que seja cumprido o disposto nos paragraphos antecedentes. (Reg. de 1860, art. 645, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 55, 5585 de 11 de Abril de 1874, arts. 11 e 12, e Decisões ns. 132 de 28 de Março de 1867, 12 de 15 de Janeiro de 1872, 166 de 6 de Maio e 436 de 16 de Novembro de 1874.)

Art. 595. Quanto ás embarcações brasileiras, si se verificar que não descarregaram, no porto do destino, todos ou parte dos generos nacionaes, proceder-se-ha na conformidade do paragrapho unico do art. 390 do presente Regulamento. (Decreto n. 5585 de 11 de Abril de 1874, art. 2.º)

## CAPITULO VIII

### DO IMPOSTO DE PHARÓES

Art. 596. Dos navios estrangeiros, que demandarem os portos do Imperio, procedentes de porto estrangeiro ou nacional, com carga ou em lastro simplesmente, com passageiros ou colonos, arribados ou em franquia, cobrar-se-ha o imposto de pharóes, na seguinte proporção:

De 40\$000 dos navios	até 200 toneladas
De 60\$000 » »	» 400 »
De 80\$000 » »	» 700 »
De 100\$000 » »	de mais de 700 »

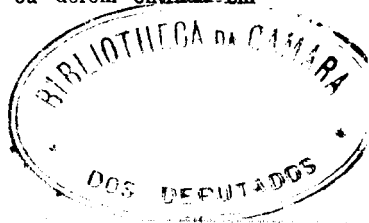
Paragrapho unico. Este imposto será tantas vezes devido quantas forem as entradas que derem as embarcações em qualquer porto nacional.

Exceptuam-se:

1.º Os paquetes a vapor de linhas regulares, os quaes serão obrigados a satisfazer o imposto nos dous primeiros portos em que derem entrada, quer venham em direitura, quer de torna-viagem, e desse pagamento pedirão certificado para obter isenção nos mais portos em que quizerem tocar na mesma viagem.

2.º As embarcações estrangeiras empregadas na pequena cabotagem, as quaes pagarão, uma vez sómente em cada semestre, a taxa a que foram sujeitas.

3.º As embarcações estrangeiras que, sahindo de um porto em que tiverem satisfeito o imposto, tocarem ou derem entrada em



outro da mesma Provincia, ou regressarem, por motivo de arribada ou outro qualquer de força maior, ao porto de onde partiram, as quaes não serão obrigadas a novo pagamento do imposto. (Leis ns. 2670 de 20 de Outubro de 1875, art. 11 n. 7, e 2940 de 31 de Outubro de 1879, art. 18 § 2º, Decretos ns. 6053 de 13 de Dezembro de 1875, art. 2º, e 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 11, Decisões ns. 444 de 16 de Setembro de 1880, 84 de 12 de Abril e 184 de 6 de Agosto de 1883.)

Art. 597. Nenhuma outra isenção se concederá além das que se acham expressamente declaradas neste Regulamento. (Decreto n. 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 12.)

Art. 598. Para a cobrança da taxa, que competir a cada navio, se aceitará a lotação que constar da respectiva carta de registro, passaporte ou documento equivalente; e, na falta destes documentos ou no caso de virem os navios arqueados em outra medida que não a tonelada, a Alfandega ou Mesa de rendas do porto da entrada procederá á verificação da capacidade do navio, de accôrdo com as Instrucções constantes das Decisões ns. 561 de 28 de Agosto e 882 de 9 de Dezembro de 1878, e cobrará a taxa segundo a sua lotação em toneladas de 2,83 metros cúbicos. (Decreto n. 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 13.)

## CAPITULO IX

### DO IMPOSTO DA DOCA

Art. 599. Dos navios e saveiros, que atracarem para carregar e descarregar nas docas, pontes e cães das Alfandegas e Mesas de rendas ou dos armazens externos por ellas custeados, cobrar-se-ha o imposto de doca pelo modo seguinte:

1.º Os que atracarem na parte exterior das docas, pontes ou cães pagarão, por metro de cães occupado:

Por dia de effectiva descarga.....	600 réis
Por dia em que não se effectuar descarga.....	300 »

2.º Os que atracarem na parte interior pagarão, sobre a mesma base:

Por dia de effectiva descarga.....	800 réis
Por dia em que não se effectuar descarga.....	400 »

3.º Os que permanecerem nas docas, sem atracar ao cães, pagarão, por tonelada metrica de arqueação:

Por dia util.....	100 réis
Por dia feriado.....	50 »

§ 1.º O dia de descarga começalo será considerado completo.



§ 2.º A extensão de cáes occupada pelas embarcações será comprehendida entre duas horizontaes perpendiculares á aresta superior do cáes e tangentes ao cadaste da pópa e á prôa do navio.

§ 3.º A medição dos navios e sua arqueação compete ao Conferente, que para esse fim fôr designado. (Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879, art. 18 n. 2, e Decreto n. 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 1.º)

Art. 600. Os botes, escaleres e quaesquer outras embarcações miudas, e as que pertencerem aos navios, nada pagarão.

Não serão também sujeitas ao imposto da doca as embarcações que nella entrarem, conduzindo mercadorias despachadas sobre agua. (Decreto n. 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 2º, e Lei n. 3018 de 5 de Novembro de 1880, art. 5.º)

Art. 601. Ao Guarda-mór, e sob sua responsabilidade, incumbe o registro do movimento da doca.

§ 1.º Do registro, de que trata este artigo, extrahir-se-ha uma nota, firmada pelo Guarda-mór ou por algum de seus Ajudantes, da qual deve constar:

1.º Si a descarga se effectuou na parte exterior ou interior da doca, e neste caso, si o navio esteve ou não atracado ao cáes ;

2.º Quantos dias durou a descarga ou o navio permaneceu na doca.

Na hypothese de ter-se effectuado a descarga fóra do cáes e da doca, isto mesmo deve ser expressamente declarado na nota.

§ 2.º A vista da nota, de que trata o paragrapho antecedente, e por occasião do desembarço do navio e pagamento dos impostos devidos, proceder-se-ha ao calculo do imposto da doca, cuja importancia será mencionada na nota do despacho marítimo.

§ 3.º Realizado o pagamento, será averbado no mencionado registro, citando-se o numero da nota do despacho, o mez e anno, e a importancia paga. (Decreto n. 7554 citado, art. 3.º)

Art. 602. As taxas mencionadas no art. 599 são independentes de quaesquer outras estabelecidas na Legislação em vigor. (Decreto n. 7554, art. 4.º)

Art. 603. Não se dará desembarço ao navio sem prévio pagamento do imposto de doca ; e, quando este não fôr devido, assim se ha de declarar expressamente na nota do despacho marítimo e na conferencia da descarga. (Decreto n. 7554, art. 5.º)

Art. 604. São responsaveis pelo imposto da doca os Capitães dos navios, ou seus consignatarios, não só quanto aos navios mas também quanto aos saveiros, lanchas e outras embarcações miudas, em que se houver effectuado a descarga, que não estejam comprehendidas na disposição do art. 600. (Decreto n. 7554, art. 6º, e Lei n. 3018 de 5 de Novembro de 1880, art. 5.º)

Art. 605. Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas organizarão uma tabella dos prazos de estadia das embarcações nas docas, cáes ou pontes, de conformidade com o disposto no art. 418 do presente Regulamento. (Decreto n. 7554, art. 7.º)

## CAPITULO X

DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE, DAS COMPRAS E VENDAS E ACTOS EQUIVALENTES, DE EMBARCAÇÕES NACIONALES OU ESTRANGEIRAS.

Art. 606. Da transmissão da propriedade de embarcação, qualquer que seja a sua origem, nacionalidade, denominação, lotação ou emprego, arrecadar-se-ha o respectivo imposto, observadas as disposições constantes do Regulamento que baixou com o Decreto n. 5581 de 31 de Março de 1874. (Reg. de 1860, art. 671, Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867, art. 19 § 1º n. 6, e Decreto n. 5581, citado.)

Art. 607. Quando a embarcação nacional fôr vendida em paiz estrangeiro, o imposto será pago ao Agente Consular Brasileiro ahi residente, e remettido por elle ao Thesouro Nacional.

As Alfândegas e Mesas de rendas terão todo o cuidado em examinar si a embarcação mullou de proprietario, e si foi ou não pago o imposto em paiz estrangeiro, devendo, no caso de o ter sido, dar disso conta ao Thesouro Nacional. Não tendo sido pago o imposto, não se dará á embarcação o desembaraço e passaporte sem que o satisfaça. (Reg. de 1860, art. 672.)

Art. 608. Nenhuma venda de embarcação estrangeira poderá ser feita nos portos do Imperio, pelo Capitão ou Commandante della, por qualquer pessoa da tripolação, por passageiro ou por qualquer outro individuo nacional ou estrangeiro, sem conhecimento e autorização, expressa e por escripto, do Consul da respectiva nação, Vice-Consul, ou Agente Consular que residir no logar.

Paragrapho unico. Si no logar em que se pretender fazer a venda não houver Consul, Vice-Consul, ou Agente Consular, ella não poderá effectuar-se sem autorização, por despacho, da autoridade judicial do mesmo logar. (Reg. de 1860, arts. 675 e 676.)

Art. 609. A autoridade judicial a que se requerer a autorização para a venda sómente a concederá nos seguintes casos: 1º, de se lhe apresentar procuração ou ordem do proprietario, com poderes especiaes, e de tal sorte authenticada que não admitta duvida; 2º, de ter o Capitão ou Commandante justificado perante ella, plena e concludentemente, a innavegabilidade da embarcação que intentar vender. (Reg. de 1860, art. 677.)

Art. 610. A autorização do Consul, ou o despacho da autoridade judicial para se poder effectuar a venda, será apresentada na Repartição Fiscal em que se dever fazer o pagamento dos respectivos direitos, o qual se averbará no mesmo papel da autorização ou despacho; e sem que se apresente a escriptura da compra com o preenchimento de todas as referidas formalidades, não poderá a embarcação matricular-se como nacional, quando o comprador fôr brasileiro, nem se admittirá a despacho de sahida em nome do novo comprador, si fôr estrangeiro. (Reg. de 1860, art. 678.)

Art. 611. Nenhum Tabellião lavrará escriptura de contrato de compra e venda de embarcações estrangeiras sem a precedencia

das formalidades requeridas pelos artigos antecedentes, sob pena de multa de 100\$ até 300\$, além de quaesquer outras em que tiver incorrido, na fórma da Legislação em vigor.

Paragrapho unico. Na transferencia de embarcação estrangeira que passar a propriedade nacional, que se effectuar em paiz estrangeiro, observar-se-ha o disposto no art. 607. (Reg. de 1860, art. 679.)

Art. 612. A embarcação nacional ou estrangeira, ou o seu casco, conlemnada por innavegavel ou reputada como inutilizada, e vendida com todas as suas pertenças ou sem ellas, por junto ou em lotes, ainda que seja para ser desmanchada, está sujeita ao imposto.

Paragrapho unico. As embarcações estrangeiras em iguaes circumstancias ficarão sujeitas unicamente a direitos de consumo quando antes da venda forem effectivamente desmanchadas, e as suas partes, pertenças ou material vendidas por junto ou em lotes.

Esta disposição comprehende o caso da arrematação do apparelho, velame, lastro, pertenças e outros objectos da embarcação sem o respectivo casco, ou dos fragmentos deste quando desmanchado. (Reg. de 1860, art. 681, Decisões ns. 323 de 9 de Outubro de 1867, 386 de 15 de Setembro de 1868, 41 de 4 de Fevereiro de 1874 e 67 de 20 de Março de 1883.)

## CAPITULO XI

### DAS MULTAS

Art. 613. A's Alfandegas e Mesas de rendas compete a arrecadação das multas impostas por infracção do presente, e dos Regulamentos dos ancoradouros e docas.

§ 1.º A sua arrecadação terá logar desde o momento em que as decisões administrativas, que as decretarem, se tornarem irrevogaveis.

§ 2.º Aos empregados que verificarem a infracção e derem della parte, ou detiverem o infractor que encontrarem em flagrante delicto, ainda quando o façam em virtude de ordem superior, será adjudicada metade da respectiva multa.

§ 3.º Si houver denunciante, observar-se-ha o disposto no art. 663. (Reg. de 1860, art. 684, Decreto n. 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6.º, Imperial Resolução de Consulta de 27 de Março de 1872 e Decisões ns. 90 de 30 de Março de 1872 e 465 de 24 de Setembro de 1880.)

Art. 614. Além das multas de que trata o artigo precedente, arrecadar-se-ha nas Alfandegas e Mesas de rendas: 1.º, as que forem impostas em virtude do Regulamento approved pelo Decreto n. 2168 do 1.º de Maio de 1858; 2.º, o producto das multas que forem impostas por infracção do Regulamento n. 447 de 19 de Maio de 1846, nos portos onde não houver Capitão do porto ou seu delegado.

Paraphrasso unico. O producto das multas impostas em virtude do citado Decreto n. 2168 de 1858, será recebido e escripturado como em deposito, para ter o destino que lhe dá o art. 45 do referido regulamento. (Reg. de 1860, art. 685.)

Art. 615. Na liquidação e cobrança das multas a cargo das Alfandegas e Mesas de rendas, e na execução das decisões administrativas que as impuzerem, observar-se-hão, além das disposições constantes dos arts. 394 e 652, as do Cap. 3º do Titulo 9º do presente Regulamento. (Reg. de 1860, arts. 686 e 687.)

## CAPITULO XII

### DOS DEPOSITOS VENCIDOS OU PRESCRIPTOS

Art. 616. Os depositos ou cauções, feitos nas Alfandegas ou Mesas de rendas, que se vencerem ou prescreverem, farão parte da renda do Estado, a cargo das mesmas Repartições. (Reg. de 1860, art. 688.)

Art. 617. Prescreve no fim de cinco annos, contados da data da entrada nos cofres da Alfandega ou Mesas de rendas, o producto em deposito das arrematações, ou vendas em leilão das mercadorias, que na fórma do presente Regulamento forem por qualquer facto ou razão postas a consumo, ou por outro qualquer titulo arrematadas, salvo, todavia, o disposto no art. 682. (Reg. de 1860, art. 689.)

## CAPITULO XIII

### DA ARMAZENAGEM

Art. 618. As mercadorias depositadas nos armazens pertencentes ás Alfandegas e Mesas de rendas, ou por ellas custeadas, estão sujeitas ao pagamento de armazenagem, seja qual fôr a sua procedencia ou destino.

Exceptuam-se :

1.º As comprehendidas nos §§ 1º a 8º, 23 e 24 do art. 456 do presente Regulamento ;

2.º As moedas de ouro, prata e de qualquer outro metal, os bilhetes dos Bancos, em circulação, e as letras hypothecarias dos Bancos de credito real ;

3.º As bagagens propriamente ditas, que não são sujeitas a direitos de consumo. (Decreto n. 7553 de 26 de Novembro de 1879, art. 1.º)

Art. 619. A armazenagem é devida desde o dia da entrada das mercadorias nos armazens, pontes e depositos, até o da sua sahida, e, salva a excepção do art. 623, será calculada sobre o valor

official, que as mercadorias tiverem na Tarifa, ou fôr arbitrado na forma dos arts. 523 e seguintes do presente Regulamento, a saber :

Até 2 mezes.....	0,5 % ao mez)	} (por todo o tempo, desde a data da descarga.
» 4 » .....	1 % » »	
» 6 » .....	1,5 % » »	
De mais de 6 mezes....	2 % » »	

§ 1.º No calculo da armazenagem será contado por um mez o tempo decorrido desde o dia da descarga até igual dia do mez seguinte; e reputar-se-ha mez inteiro qualquer fracção de mez.

§ 2.º Não se cobrará, porém, armazenagem alguma pela fracção de mez que estiver comprehendida dentro dos oito dias uteis que se seguirem á data do pagamento do despacho, si neste espaço de tempo se der a sahida da mercadoria.

O prazo de oito dias poderá ser prorogado pelo Chefe da Repartição, quando a demora na sahida da mercadoria fôr motivada por afluencia de serviço, embarço da Repartição e erro ou falta da parte dos respectivos empregados. (Decreto n. 7553 citado, art. 2º, Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, art. 1º n. 4, e Decisão n. 674 de 13 de Dezembro de 1879.)

Art. 620. Decorrido, porém, o novo prazo sem ter-se effectuado a sahida da mercadoria, será a armazenagem calculada em dobro desde a data em que se vencer a que já houver sido paga.

Exceptuam-se os casos seguintes:

1.º De serem resolvidas a favor das partes as questões por ellas movidas, ou de prover a demora de facto alheio, tanto á vontade dos empregados fiscaes, como á dos donos da mercadoria ou seus prepostos, pagando-se sómente, em taes circumstancias, a armazenagem simples.

2.º De serem decididas a favor das partes as questões suscitadas pelos empregados fiscaes, e de que houver resultado a demora, hypothese em que nenhuma armazenagem mais será cobrada. (Decreto n. 7553, art. 3.º)

Art. 621. A armazenagem das mercadorias que, apresentadas á porta da sahida, forem de novo recolhidas ao armazem por não comparecer a parte para retirá-las, será calculada em dobro, si se verificar a circumstancia prevista no art. 547. (Decisão n. 428 de 22 de Outubro de 1877.)

Art. 622. A armazenagem das mercadorias isentas de direitos de consumo, e não comprehendidas nas excepções do art. 618, será arrecadada pelo valor que lhes fôr dado nas respectivas notas de despacho. (Decreto n. 7553, art. 4º, e Decisão n. 213 de 20 de Setembro de 1883.)

Art. 623. As mercadorias pertencentes a navios arribados, que tenham de ser descarregadas, pagarão a armazenagem por peso e de conformidade com a tabella IX. (Decreto n. 7553, art. 5º, e Decisão n. 141 de 11 de Junho de 1883.)

\* Decreto n. 9539 de 28 de Fevereiro de 1886. (Nota da p. 214.)



Art. 624. As mercadorias despachadas a bordo ou sobre agua, e que, por consentimento do Chefe da Repartição, tiverem de transitar pelos armazens, depósitos ou pontes, gozarão de isenção completa de armazenagem, quando tiverem sahida dentro de tres dias, contados da data da descarga.

Quando, porém, esse prazo fôr excedido, pagarão ellas o dobro das taxas da armazenagem a que estariam sujeitas, si o despacho não fosse iniciado a bordo ou sobre agua. (Decreto n. 7553, art. 6º, e Decisão n. 168 de 13 de Julho de 1883.)

Art. 625. A armazenagem das mercadorias constantes da tabella **L** será calculada e cobrada na razão do dobro das taxas estabelecidas no art. 619.

A dita tabella poderá ser annualmente revista pelo Ministro da Fazenda, para o fim de incluir os generos que, nos termos da Lei, devam ser nella contemplados, ou excluir os que não se achem nesse caso. (Decreto n. 7553, art. 7.º)

Art. 626. Para maior facilidade do calculo da armazenagem, os empregados incumbidos deste trabalho regular-se-hão pelo quadro de multiplicadores, annexos sob a letra **M**. (Decreto n. 7553, art. 8.º)

Art. 627. Do producto dos objectos apprehendidos, que fôr adjudicado aos apprehensores, se deluzirá a taxa de armazenagem que estiver vencida até a data em que se tornar effectiva a apprehensão; não se devendo fazer, d'ahi em diante até a conclusão do processo, delucção alguma, a titulo de armazenagem. (Decreto n. 8519 de 27 de Maio de 1882, art. 3º, e Decisão n. 161 de 14 de Setembro de 1882.)

## CAPITULO XIV

### DO EXPEDIENTE DAS CAPATAZIAS

Art. 628. Pelo serviço de embarque e desembarque de mercadorias nacionaes ou estrangeiras nas pontes, cães e armazens externos das Alfandegas e Mesas de rendas, e por qualquer serviço ou trabalho feito a requerimento da parte, cobrar-se-hão sob o titulo « Expediente das Capatazias » as seguintes taxas:

Por volume de peso não excedente a 50 kilogrammas...	40 réis
Por dezena ou fracção de dezena que exceder.....	20 »

Exceptuam-se:

1.º Os volumes que contiverem bagagem de passageiros, propriamente dita.

2.º Os pacotes, embrulhos ou quaesquer outros envoltorios que contiverem amostras de nenhum ou de diminuto valor, isentas de direitos de consumo, nos termos do art. 45º § 1º do presente Regulamento, e cuja sahida se effectua independentemente do processo dos despachos de importação. Os pacotes, embrulhos, etc.

pagarão, porém, o imposto na razão do peso bruto que tiverem, si as amostras nelles contidas forem sujeitas áquelles direitos.

Paragrapho unico. Nas taxas, de que trata este artigo está incluída a da abertura dos volumes, pelo que nada mais se exigirá sob este titulo. (Decreto n. 7554 de 26 de Novembro de 1879, art. 8.º, e Decisões ns. 226 de 11 de Maio de 1881 e 141 de 11 de Junho de 1883.)

Art. 629. A disposição do artigo antecedente não comprehende os serviços prestados nos entrepostos, a cujo respeito se observará o que se acha marcado no art. 264 do presente Regulamento. (Decreto n. 7554 citado, art. 9.º)

Art. 630. A expressão — volume — de que usa o art. 628 refere-se sómente aos que contiverem mercadorias encerradas em qualquer involucre sujeito a abertura. As mercadorias importadas a granel, como tijolos, telhas, garrações, panellas ou outras, cujos direitos são diminutos, pagarão a taxa na razão do peso que tiverem. (Decreto n. 7554, art. 10.)

Art. 631. O expediente das Capatazias será calculado na nota do respectivo despacho pela forma por que se pratica para a armazenagem, ou em separado si aquelle já estiver concluído. (Reg. de 1860, art. 696 paragrapho unico.)

## CAPITULO XV

### DAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS CASAS DE CARIDADE

Art. 632. Na cidade do Rio de Janeiro a contribuição que se deve arrecadar para a Santa Casa da Misericórdia, de cada vez que as embarcações nacionaes e estrangeiras sahirem, é a seguinte:

De cada pessoa de equipagem das embarcações que navegam barra fóra, para os portos do municipio e Província do Rio de Janeiro.....	\$200
Idem idem das embarcações que navegam para os outros portos do Imperio, ou de longo curso.....	\$640
De cada galera ou barca, pelo casco.....	6\$000
De cada brigue, brigue-barca, bergantim, patacho, hiate, ou palhabote, idem.....	4\$000
De cada sumaca.....	2\$560
De cada lancha, idem.....	1\$280

Paragrapho unico. A disposição do presente artigo é extensiva a todas as cidades do Imperio, onde houver Alfandegas, e o imposto será integralmente applicado em favor dos Hospitaes de Misericórdia dessas cidades, si expressamente se sujeitarem aos mesmos onus da Santa Casa da Misericórdia da Côrte, relativos ao tratamento dos tripolantes. (Reg. de 1860, art. 698, Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, art. 13, Decisões ns. 345 de 25 de Setembro de 1873, 121 de 16 de Março de 1875 e 117 de 24 de Julho de 1882.)

Art. 633. Da contribuição de que trata o artigo precedente são isentos :

1.º No porto do Rio de Janeiro, os navios e marinheiros das nações cujos Governos declararem prescindir do tratamento de seus subditos no Hospital da Santa Casa da Misericórdia ;

2.º Em todos os portos do Imperio, os vapores nacionaes, que tenham obtido privilegio de paquetes, os quaes gozam das regalias dos navios de guerra. ( Lei n. 2792 de 20 de Outubro de 1877, art. 26, Decisões ns. 417 de 7 de Novembro de 1874, 80 de 15 de Fevereiro e 387 de 4 de Setembro de 1875, 115 de 8 de Março de 1876 e Aviso de 13 de Novembro de 1883 ao Ministerio dos Estrangeiros.)

Art. 634. O navio de cabotagem sahilo da capital do Imperio com despacho para algum outro porto do municipio da Côte ou da Provincia do Rio de Janeiro, que dirigir-se a outro destino, será obrigado a satisfazer no porto em que der entrada a differença do que deveria pagar si despachasse para fóra da Provincia, e a Alfandega que a arrecadar a remetterá á da Côte.

Paragrapho unico. Do mesmo modo se procederá, quando o navio de cabotagem sahir com despacho de um porto para outro da mesma Provincia, e dirigir-se a outro destino. (Reg. de 1860, art. 700, Leis ns. 1764 de 28 de Junho de 1870, art. 14, e 2348 de 28 de Agosto de 1873, art. 13.)

Art. 635. Arrecadar-se-ha, na Alfandega do Rio de Janeiro, em beneficio do hospital geral da Santa Casa da Misericórdia, uma contribuição na razão de 3,75 réis por litro de vinho e mais bebidas alcoholicas e fermentadas, que forem despachadas para consumo, para ser applicada ao curativo da equipagem enferma dos navios mercantes. (Reg. de 1860, art. 701, e Decisão n. 181 de 6 de Abril de 1869.)

Art. 636. A contribuição de que trata o artigo antecelente será cobrada nos outrós portos maritimos do Imperio na razão de 1\$ em pipa e 5 réis por duzia de garrafas de bebidas alcoholicas e fermentadas, e o seu producto entregue ás Casas de Caridade do lugar, para ter a mesma applicação. (Reg. de 1860, art. 701, e Decisões de 29 de Março de 1865 e n. 272 de 29 de Julho de 1873.)

## CAPITULO XVI

### DO SELLO

Art. 637. Na cobrança e fiscalisação do imposto do sello as Alfandegas e Mesas de rendas observarão o Regulamento que baixou com o Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883 e mais disposições em vigor, na parte que lhes forem applicaveis. (Reg. de 1860, arts. 702 a 704, Decreto n. 8946, citado.)

## CAPITULO XVII

### DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE OS LIQUIDOS ALCOHOLICOS DESPACHADOS PARA CONSUMO

Art. 638. Arrecadar-se-ha de toda a aguarlente, vinhos, licores e mais bebidas alcoholicas e fermentadas procedentes de



portos estrangeiros, que se despacharem para consumo do municipio da Côrte, a taxa de 3,75 réis por litro. (Reg. de 1860, art. 710, e Decisão n. 181 de 6 de Abril de 1869.)

Art. 639. O producto liquido deste imposto será mensalmente entregue á Illma. Camara Municipal. (Reg. de 1860, art. 712, e Decisão de 16 de Junho de 1862.)

## CAPITULO XVIII

### DOS IMPOSTOS INTERNOS

Art. 640. As Alfandegas e Mesas de rendas arrecadarão os impostos directos e mais contribuições a cargo das Recebedorias e Collectorias, nos logares em que as não houver, devendo no respectivo lançamento, cobrança e fiscalisação regular-se pelas disposições das Leis e Regulamentos por que se regem as Recebedorias de rendas internas. (Reg. de 1860, arts. 730 e 731, Reg. de 1876, art. 11 § 1º, Decreto n. 8912 de 24 de Março de 1883, art. 3º n. 1, e Lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1884, art. 1.º)

## TITULO VIII

### Da matricula das embarcações e da gente do mar

Art. 641. Nos logares ou districtos em que não houver Capitães do porto, ou seus delegados, a Alfandega ou Mesa de rendas procederá á matricula das embarcações e da gente do mar, na conformidade do Titulo 4º do Regulamento n. 447 de 19 de Maio de 1846, Decretos ns. 1630 de 16 de Agosto de 1855 e 5585 de 11 de Abril de 1874, e rubricará os livros de bordo, regulando-se neste serviço pelo que prescrevem os mesmos Regulamentos e os arts. 467 e 501 do Código do Commercio.

Paragrapho unico. Nos logares em que houver, ou forem creadas Capitánias dos portos, ou suas delegacias, só compete á Alfandega ou Mesa de rendas a arqueação das embarcações, de que se extrahirão certidões, quando os Mestres ou Commandantes as requererem para quaesquer fins. (Reg. de 1860, art. 732, Decreto n. 5585 citado e Decisão n. 124 de 19 de Maio de 1883.)

Art. 642. Todas as vezes que a embarcação houver de ser matriculada proceder-se-ha á respectiva arqueação, a qual será feita de conformidade com o que se acha estabelecido nas Instruções constantes das Decisões ns. 561 de 28 de Agosto e 882 de 9 de Dezembro de 1878. (Reg. de 1860, art. 733, e Decisões ns. 561 e 882 citadas.)

## TITULO IX

**Do processo administrativo por contrabando, ou descaminho de direitos, apprehensão e infracção dos regulamentos fiscaes.**

### CAPITULO I

**DA COMPETENCIA DOS INSPECTORES DAS ALFANDEGAS E ADMINISTRADORES DAS MESAS DE RENDAS NOS CASOS DE CONTRABANDO, DESCAMINHO DE DIREITOS E APPREHENSÕES**

**Art. 643.** Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas são competentes :

§ 1.º Para imposição de multas por contravenção dos regulamentos e leis por que se regulam as Alfandegas e Mesas de rendas.

§ 2.º Para a instrução e julgamento dos processos de apprehensão das mercadorias, generos e objectos apprehendidos em flagrante, e das embarcações, vehiculos e animaes que os conduzirem, salvo todavia o disposto no art. 151 do presente Regulamento.

§ 3.º Reputar-se-ha apprehensão em flagrante :

1.º A que fôr feita em acto de descarga, desembarque ou embarque, em qualquer ponto do littoral, e margens dos rios e aguas internas do Imperio, ou na occasião, e durante o seu trajecto e transporte, ou passagem por agua, ou pelas fronteiras terrestres, ou dentro dos depositos, docas, ancoradouros e logares sujeitos á fiscalisação das Alfandegas e Mesas de rendas, ou em acto successivo e continuo ao seu embarque, desembarque ou passagem, em virtude de perseguição dos empregados fiscaes ou de força publica de qualquer ordem e natureza, ou de clamor publico ;

2.º A de mercadorias extraviadas ou desencaminhadas que forem abandonadas em qualquer ponto pelos seus conductores no acto de serem perseguidos ;

3.º A de mercadorias, generos e objectos apprehendidos nos mares, ancoradouros, rios e aguas interiores, ou dentro da zona fiscal, subtrahidos a direitos ou em contravenção da Legislação em vigor ; das embarcações que as receberem, conduzirem ou descarregarem ;

4.º A de embarcações que forem encontradas em contravenção ás disposições do Capitulo 1º do Titulo 6º deste Regulamento, e dos regulamentos especiaes, de que trata o art. 177 ;

5.º A de mercadorias, generos e objectos não manifestados, quando forem apprehendidos em busca dada nas embarcações sujeitas á fiscalisação ;

6.º A de mercadorias apprehendidas nos edificios, armazens, entrepostos, depositos e trapichos alfandegados, na fôrma e pelo modo indicado no presente Regulamento;

7.º A de mercadorias e generos que forem encontrados nos ancoradouros e logares sujeitos á fiscalisação, sem guia ou despacho, ou que forem embarcadas ou descarregadas sem licença ou ordem da competente Repartição, na fôrma do presente Regulamento;

8.º A de generos, mercadorias e objectos que forem subtrahidos dos depositos e armazens sujeitos á jurisdicção e fiscalisação das Alfandegas ou Mesas de rendas;

9.º A de generos e mercadorias, que tendo entrado para o Imperio, pelas fronteiras terrestres, forem encontrados occultos no seu territorio, ou em caminhos, desvios escusos e não frequentados, e dos vehiculos e animaes que os conduzirem. (Reg. de 1860, art. 712, Decretos ns. 3020 de 31 de Julho de 1867, art. 8º § 2º, 5581 de 31 de Março de 1874, 7063 de 31 de Outubro de 1878, art. 8º, e 8912 de 24 de Março de 1883, arts. 18 e 25.)

Art. 644. A zona fiscal, de que trata o § 3º n. 3 do artigo antecedente, limita-se, nas fronteiras terrestres, no littoral ou nas margens dos rios, lagôas, e aguas interiores do Imperio, a um quarto de legua em toda a sua extensão, menos a parte comprehendida nos limites urbanos das cidades, villas e povoações; e comprehende as ilhas não habitadas. (Reg. de 1860, art. 743, e Decreto n. 8912 de 24 de Março de 1883, art. 26.)

## CAPITULO II

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DAS APPREHENSÕES E MULTAS

Art. 645. Verificada a apprehensão em flagrante, serão os objectos apprehendidos, seus conductores e vehiculos que os transportarem, conduzidos sem demora ao posto, registro ou estacção fiscal mais proxima, quando não possam ser logo apresentados ao Chefe da Repartição, e alli postos em boa guarda, até que na primeira occasião opportuna possa effectuar-se a referida apresentação.

1.º Presentes ao Chefe da Repartição, ou, na sua ausencia, ao empregado que suas vezes fizer, e na de ambos a qualquer outro a quem competir a policia do respectivo districto fiscal ou ancoradouro, se lavrará o competente termo de apprehensão, em que o apprehensor ou apprehensores relatarão o facto com todas as suas circumstancias, mencionando ao mesmo passo o dia e hora da apprehensão, os objectos, embarcações, vehiculos e animaes apprehendidos, as pessoas detidas e as testemunhas presencias, si as houver. No mesmo, ou em acto successivo serão interrogados os conductores das mercadorias e quaesquer pessoas detidas em virtude da apprehensão, as quaes serão obrigadas a declarar seu nome, filiação, idade, profissão, nacionalidade, si sabe ler ou



escrever, logar de seu nascimento, residência e detenção, facto que motivou a mesma detenção, e suas circumstancias, si os objectos apprehendidos lhes pertenciam, ou a quem, o seu destino, as razões que justificam o seu procedimento; lavrando-se auto de tudo, que será assignado pelos interrogados e mais pessoas presentes, além da pessoa que tiver mandado lavrar o termo, e do empregado que o escrever, que será designado pelo Chefe da Repartição ou pelo empregado a quem forem os objectos apprehendidos apresentados, na fôrma acima prescripta.

§ 2.º No mesmo acto deverão ser inquiridas as testemunhas presenciaes e as informantes, com assistencia dos conductores das mercadorias e pessoas que estiverem detidas em virtude da apprehensão, as quaes poderão, para esclarecimento, fazer quaesquer observações aos seus depoimentos ou reparguntal-as.

§ 3.º Neste acto, bem como em todos os demais termos do processo de apprehensão e outros, podem os interessados comparecer acompanhados de seus advogados.

§ 4.º O termo ou auto de infracção, depois de lido, será tambem assignado pelo infractor, quando se achar presente, inserindo-se tudo quanto elle declarar a bem de seu direito.

Si o infractor não souber escrever, ou recusar assignal-o, será essa circumstancia mencionada no mesmo termo ou auto.

§ 5.º Dar-se-ha ao infractor uma cópia do termo ou auto, si o exigir.

§ 6.º Preenchidas estas formalidades, si os detidos prestarem fiança ou caução ao valor da multa em que incorrerem, serão immediatamente soltos, marcando-se-lhes, em todo o caso, o prazo de 15 dias, cuja concessão, que deverá constar do processo, é indispensavel para, independente de qualquer outra intimação, apresentarem sua defesa, requererem o que fôr a bem do seu direito, e verem proseguir todos os mais termos do processo.

§ 7.º Dentro deste prazo poderão as partes interessadas apresentar testemunhas e produzir quaesquer allegações e documentos.

§ 8.º Todos os papeis relativos á apprehensão, com os termos a que se referem os paragraphos antecedentes, serão presentes no dia immediato ao Chefe da Repartição, que, depois de os rubricar, quando taes termos não forem feitos em sua presença, caso em que o fará logo no mesmo acto, mandará por seu despacho avaliar tudo quanto tiver sido apprehendido, designando nessa occasião dous empregados para a avaliação, que deverá ter logar antes da decisão do Chefe da Repartição e depois da dação da parte. (Reg. de 1860, art. 744, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 49, e 8912 de 21 de Março de 1883, art. 26, Decisões ns. 171 de 13 de Abril de 1861, 67 de 17 de Fevereiro e 461 de 3 de Outubro de 1862, 181 de 29 de Abril, 203 de 15 de Maio, 236 de 1 de Junho e 428 de 14 de Setembro de 1863, 104 de 3 de Março e 199 de 8 de Maio de 1865, 107 de 21 de Março e 403 de 11 de Dezembro de 1871, 852 de 26 de Novembro de 1878 e 501 de 18 de Outubro de 1880.)

Art. 646. Si os conductores se evadirem, ou não puderem ser presos, feitas as diligencias de que trata o artigo antecedente,

serão citados para, dentro do prazo de 15 dias improrogaveis, produzirem suas defesas, testemunhas e documentos. Si não forem conhecidos ou encontrados, a citação será feita na forma do art. 637, sendo os editaes de oito dias fixados nos logares do ostylo, e publicados nas folhas de maior circulação, onde as houver; e neste caso a certidão de sua publicação importará a da citação. (Reg. de 1860, art. 745.)

Art. 647. Dentro do prazo de 15 dias, marcado pelo art. 645 § 6.º, ou contado do vencimento do prazo de oito dias, de que trata o artigo antecedente, o Chefe da Repartição, na presença das partes, e depois de ouvil-as ou, á sua revelia, ouvidos os apprehensores, procederá a quaesquer diligencias, informações e inqueritos de testemunhas que julgar necessarios para o descobrimento da verdade, podendo interrogal-as sobre quaesquer pontos que forem convenientes.

§ 1.º E' lícito ás partes desistir do prazo de que trata o presente artigo.

§ 2.º Findo o referido prazo de 15 dias, sem que as partes apresentem a sua defesa, lavrar-se-ha no processo termo da perempção desse direito. (Reg. de 1830, arts. 746 e 748, Decisões ns. 461 de 3 de Outubro de 1862 e 145 de 13 de Abril de 1867.)

Art. 648. Preparado o processo, na fôrma dos artigos antecedentes, o Chefe da Repartição, salva a hypothese prevista no art. 151 do presente Regulamento, proferirá o mais breve possível a sua decisão, que será dada no mesmo processo e em folha distincta, julgando procedente ou não a apprehensão, em parte ou no todo, e impondo as multas que no caso couberem.

Paragrapho unico. No caso do referido Chefe dever averbar-se de suspeito, nos termos do art. 128 n. 1 do presente Regulamento, será a decisão proferida pelo seu immediato, substituto legal. (Reg. de 1860, art. 747, Decretos ns. 7063 de 31 de Outubro de 1878, art. 8.º, e 8912 de 24 de Março de 1883, art. 18, Decisões ns. 428 de 14 de Setembro de 1863, 55 de 28 de Fevereiro de 1872, 325 de 13 de Setembro de 1873 e 41 de 14 de Março de 1882.)

Art. 649. Dada a decisão, será ella intimada ás partes na fôrma do art. 646; lavrando o Continuo certidão da intimação na respectiva portaria, que será junta ao processo; e sómente da data da intimação ou sciencia, correrá o termo para a interposição dos recursos, que forem facultados pelos regulamentos vigentes. (Reg. de 1860, art. 749, Decisões ns. 23 de 13 de Janeiro de 1866 e 145 de 13 de Abril de 1867.)

Art. 650. No caso de multa por infracção dos regulamentos, seguir-se-ha o mesmo processo, na parte que fór applicavel, podendo, si a parte o requerer, e o Chefe da Repartição julgar conveniente, ter logar a decisão, independente de qualquer outra formalidade, que não seja o auto de infracção, e a audiencia ou defesa do contraventor. (Reg. de 1860, art. 750.)

Art. 651. Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas poderão, nos casos que estiverem dentro da sua alçada, dispensar o pagamento das multas impostas, si os que

nellas incorrerem produzirem razões attendiveis, dentro do prazo de 30 dias. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 50, e Reg. de 1876, art. 105, § 26.)

Art. 652. Em todos os casos de apprehensão, previstos nos artigos antecedentes, será imposta multa igual á importância da metade do valor das mercadorias, vehiculos e animaes, ou objectos apprehendidos, ao dono ou consignatario das mesmas mercadorias e a seus conductores e pessoas que os escoltarem, occultarem ou defenderem, os quaes serão solidariamente responsáveis pelos actos que praticarem com infracção das disposições do presente Regulamento.

Paragrapho unico. Os donos ou consignatarios das mercadorias são responsáveis pelos actos dos seus prepostos, excepto quando, em virtude de disposição expressa, a multa fôr comminada por facto pessoal dos mesmos prepostos; ficando a estes extensiva a disposição do presente artigo. (Reg. de 1860, art. 751, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 48, e 4175 de 6 de Maio de 1868, art. 6.º, Decisões ns. 345 de 4 de Outubro de 1874, 446 de 22 de Outubro de 1875 e 2 de 3 de Janeiro de 1876.)

Art. 653. Nos casos de apprehensão, si o dono ou pessoa a quem tiverem sido apprehendidas as mercadorias se achar presente, e o Inspector da Alfandega ou Administrador da Mesa de rendas reconhecer, pela exposição do facto, interrogatorios e esclarecimentos colhidos em acto successivo, que a apprehensão evidentemente não procede, mandará entregar as mercadorias á parte, pagos os direitos, lavrando-se termo circunstanciado, com as razões e fundamentos da decisão, o qual será levado ao conhecimento do Thesouro Nacional, por intermedio das Thesourarias de Fazenda, nos termos do art. 668, § 2.º (Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 47, e 4614 de 24 de Dezembro de 1870, art. 6.º)

Art. 654. Nos casos de infracção dos regulamentos fiscaes, em que se prescreva a detenção, o infractor será logo conduzido á presença do Inspector, ou de quem suas vezes fizer, para se lavrar o termo ou auto: lavrado este, será o infractor immediatamente posto em liberdade, guardando-se todavia a disposição do art. 645 § 6º nos casos de apprehensão. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 49, § 1º, e Decisão n. 160 de 30 de Agosto de 1884.)

Art. 655. A disposição do art. 645, na parte em que admite fiança ao valor das multas, fica extensiva ao valor das mercadorias e embarcações apprehendidas: prestada a fiança, serão os mesmos objectos entregues ao infractor, depois de pagos os direitos que devidos forem. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 51.)

### CAPITULO III

#### DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS PROFERIDAS EM VIRTUDE DO PRESENTE REGULAMENTO

Art. 656. A execução das decisões administrativas, e a liquidação e execução das multas impostas em virtude do Regulamento

das Alfandegas e Mesas de rendas, ou cuja execução competir a estas Repartições, são da exclusiva competência de seus Chefes. (Reg. de 1860, art. 752.)

Art. 657. Tornando-se irrevogavel a decisão sobre apprehensão ou multa, na fórma deste Regulamento, será o multado intimado para satisfazer-a dentro do prazo de oito dias.

§ 1.º Esta intimação será feita ao proprio multado, ou, no caso de sua ausencia ou occultação, á pessoa de seu fiador, ou de sua familia, e, na falta destas, por editaes de trinta dias affixados ou publicados na fórma do art. 646; findo este prazo, a multa será cobrada pelo meio executivo, que pertence á Fazenda Publica, contra o multado e seu fiador, qual mais garantia offerecer, e, no caso de estar sua importancia em deposito, passará logo a fazer parte da renda do Estado.

§ 2.º Si o multado por qualquer motivo não satisfizer a multa, e não houver prestado caução ou fiança idonea, será detido em custodia á ordem do Chefe da Repartição, até que o faça, ou por tanto tempo quanto seria necessario para com o seu trabalho preencher a importancia da referida multa. (Reg. de 1860, art. 753, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 60.)

Art. 658. Para a detenção substitutiva da multa, quando devesse ter lugar, os arbitradores, que serão nomeados pelo Chefe da Repartição, regularão o trabalho pelo que os multados puidem haver em cada um dia pelos seus bens, emprego ou industria, nunca menos de 2\$ por dia.

§ 1.º O tempo da referida detenção não poderá exceder de um anno nos casos de apprehensão, e de um mez nos demais casos.

§ 2.º A detenção, de que trata este artigo, ficará sem effeito logo que o multado, ou alguém por elle, satisfizer a multa ou prestar fiança ao pagamento em prazo razoavel. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 60.)

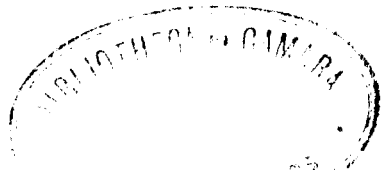
Art. 659. As multas annexas ás apprehensões pertencem integralmente á Fazenda Nacional.

Paragrapho unico. Exceptuam-se desta disposição as multas impostas pelo Poder Judiciario, as quaes pertencem ás Camaras Municipaes. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 54, e Decisões ns. 268 de 16 de Junho de 1863, 169 de 4 de Julho de 1864 e 622 de 17 de Setembro de 1878.)

Art. 660. No caso de simples imposição de multa por infracção dos regulamentos fiscaes em que não tiver logar a detenção, ou esta se não houver effectuado, será intimado o multado na fórma do art. 657 § 1.º, para no prazo de oito dias satisfizer a multa; e, não o fazendo, proceder-se-ha na conformidade do § 2º do referido art. 657. (Reg. de 1860, art. 754, e Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 60.)

Art. 661. As multas serão liquidadas sobre o valor official das mercadorias e objectos apprehendidos, calculado por peritos da escolha do Chefe da Repartição. (Reg. de 1860, art. 755.)

Art. 662. Nos casos em que houver mercadorias, ou embarcações hypothecadas ás multas, verificada a intimação nos termos do



art. 65), proceder-se-ha a leilão, conforme o Capitulo 6.<sup>o</sup> do Título 5.<sup>o</sup>

Paragrapho unico. Esta disposição fica extensiva aos objectos apprehendidos. Si estes, porém, forem susceptíveis de corrupção ou estiverem avariados, serão em qualquer época postos em leilão, e o seu producto será recolhido a deposito até decisão final, para ser entregue a quem de direito fôr. (Reg. de 1860, art. 756.)

Art. 663. O producto da apprehensão, que fôr julgada procedente, depois de deduzidos os direitos o despoza de seu beneficio e conservação, será integralmente adjudicado ao apprehensor ou dividido em partes iguaes entre elle e o denunciante, havendo-o.

§ 1.<sup>o</sup> Sendo dous ou mais os apprehensores, a parte que lhes couber será distribuida igualmente em tres partes, duas para os empregados apprehensores, e a terceira para os Guardas que os coadjuvarem.

§ 2.<sup>o</sup> O producto das apprehensões feitas pela força maritima de qualquer Repartição ou Ministerio será dividido na forma da Legislação especial das prezas feitas pela Marinha de guerra.

§ 3.<sup>o</sup> A disposição do § 2.<sup>o</sup> é applicavel ás apprehensões feitas pelos postos militares, destacamentos, rondas, ou partidas encarregadas da policia das fronteiras terrestres. (Reg. de 1860, art. 757, e Decisões ns. 169 de 4 de Julho de 1864 e 630 de 19 de Setembro de 1878.)

Art. 664. Na distribuição do producto das multas, que, na forma do art. 75 e mais disposições do presente Regulamento, competirem aos empregados, Guardas e força maritima, observar-se-ha a disposição do artigo antecelente. (Reg. de 1860, art. 758, e Reg. de 1876, art. 86.)

Art. 665. Os Chefes das Repartições, quando julgarem conveniente aos interesses da Fazenda Publica, ou o requererem os apprehensores, poderão commetter a venda em leilão dos objectos apprehendidos á Repartição Fiscal mais proxima, remettendo-os para este fim, com a necessaria segurança, á custa do apprehensor. (Reg. de 1860, art. 759.)

## TITULO X

### Dos recursos

Art. 666. Das decisões dos Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas proferidas em materia contenciosa administrativa, haverá :

1.<sup>o</sup> Recurso ordinario ;

2.<sup>o</sup> Recurso de revista. (Reg. de 1860, art. 760, e Decreto n. 4614 de 24 de Dezembro de 1870, art. 4.<sup>o</sup>)

Art. 667. O recurso ordinario poderá ter logar em todos os casos em que a decisão não estiver dentro da alçada do Chefe da Repartição.



§ 1.º Este recurso será interposto, na Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, para o Ministro da Fazenda ou para o Tribunal do Thesouro Nacional, e nas Provincias para as Thesourarias de Fazenda, e destas para o Ministro da Fazenda ou para o Tribunal do Thesouro, conforme as regras prescriptas no art. 27 §§ 1º e 2º do Decreto n. 2343 de 29 de Janeiro de 1859.

§ 2.º As Thesourarias de Fazenda nas Provincias, sempre que os recursos deverem ser ordinarios, não os encaminharão para o Thesouro Nacional, e tomarão delles conhecimento em 2ª instancia, mandando declarar aos interessados, por occasião de serem intimados das respectivas decisões, que lhes fica salvo o direito de recorrerem para o Thesouro, caso com ellas não se conformem. (Reg. de 1860, art. 762, Decreto n. 4614 de 24 de Dezembro de 1870, art. 1º, Decisões ns. 556 de 4 de Dezembro de 1865, 117 de 8 de Abril de 1868, de 18 de Janeiro de 1884 á Thesouraria de S. Paulo, de 5 de Abril á de Pernambuco, de 9 de Abril á do Pará e de 11 de Junho ás Thesourarias.)

Art. 668. O recurso de revista pôde ter lugar :

1.º Das decisões proferidas dentro da alçada, nos casos de incompetencia, excesso de poder e violação de lei ou de formulas essenciaes;

2.º Das decisões proferidas em Juizo arbitral, nos mesmos casos acima referidos.

§ 1.º Este recurso será interposto para o Tribunal do Thesouro ou para o Conselho de Estado, segundo as regras da competencia do Ministro da Fazenda ou do mesmo Tribunal, marcadas no art. 27 do Decreto n. 2343 de 29 de Janeiro de 1859.

§ 2.º Os Inspectores das Alfandegas e Administradores das Mesas de rendas remetterão ao Thesouro Nacional, por intermedio das Repartições competentes, relações semestras contendo exposição de motivos das decisões que houverem proferido em favor das partes fóra da alçada; cumprindo-lhes igualmente dar conta ao Thesouro das decisões que proferirem dentro da alçada, sempre que versarem sobre especie nova, questão de direito ou outro assumpto importante, e as partes não interpuzerem o recurso de revista, para, na fórmula dos arts. 29 e 30 do Decreto n. 2343 de 29 de Janeiro de 1859, cassar-se a decisão nos casos de incompetencia, excesso de poder, violação de lei ou de formulas essenciaes, ou no interesse da Fazenda Publica, ou no interesse da lei, como no caso couber. (Reg. de 1860, art. 764, e Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 53, e 4614 de 24 de Dezembro de 1870, art. 6º, e Decisão n. 183 de 5 de Junho de 1871.)

Art. 669. Das decisões das Thesourarias de Fazenda poderão interpôr-se os mesmos recursos marcados nos artigos antecedentes, e nos casos nelles mencionados.

Paragrapho unico. As disposições dos §§ 1º e 2º do art. 668 são applicaveis ás Thesourarias de Fazenda e seus respectivos Inspectores. (Reg. de 1860, art. 765.)

Art. 670. A alçada dos Inspectores das Alfandegas do Rio de Janeiro, e de 1ª, 2ª e 3ª ordem, é de 400\$, e a dos das outras Alfandegas é de 200\$000.

A dos Administradores das Mesas de rendas é a que se acha estabelecida no art. 160 do presente Regulamento.

A das Thesourarias de Fazenda será de 1:000\$ para as Alfandegas de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> ordem, e de 500\$ para as outras, bem como para as Mesas de rendas. (Reg. de 1860, art. 766, Decretos n. 4510 de 20 de Abril, art. 33, 4644 de 24 de Dezembro de 1870, art. 3.<sup>o</sup>, e 8912 de 24 de Março de 1883, art. 39.)

Art. 671. As alçadas serão determinadas não pela importancia ou valor dos objectos submettidos a despacho, mas pela dos direitos que tiverem de pagar, salvo, todavia, o caso previsto no § 2.<sup>o</sup> do art. 507 do presente Regulamento.

Paragrapho unico. A alçada dos Chefes das Repartições Fiscaes em materia de contrabando ou tomadias será unicamente determinada pelo valor dos objectos apprehendidos. (Reg. de 1860, art. 766 paragrapho unico, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 33, e Decisões ns. 406 de 24 de Agosto e 512 de 23 de Outubro de 1880, e 592 de 30 de Novembro de 1881.)

Art. 672. Os recursos serão sempre interpostos, no prazo de 30 dias contados na forma da Ord. Liv. 3.<sup>a</sup>, Tit. 13, § 1.<sup>o</sup>, por uma petição dirigida á superior instancia, datada e assignada pelo recorrente, ou seu legitimo procurador, e instruida com os documentos que forem a bem da reclamação, por intermedio do Chefe da Repartição, que tiver decidido a questão, ou confirmado a decisão recorrida, e sem demora remettida pelo mesmo Chefe, com as reclamações anteriores e mais informações precisas, á referida instancia.

§ 1.<sup>o</sup> Ao mesmo Chefe incumbe acompanhar os recursos com informação circumstanciada sobre o assumpto e justificativa da decisão tomada, juntando os documentos originaes respectivos, que a eschreçam, quando não haja inconveniente para o serviço da Repartição; devendo as Thesourarias de Fazenda, todas as vezes que encaminharem os recursos para o Tribunal do Thesouro, informar si foram elles apresentados dentro dos prazos marcados.

§ 2.<sup>o</sup> O prazo de 30 dias, de que trata o presente artigo, começará a correr da data da publicação, na forma regular, das decisões recorridas, ou da intimação das mesmas decisões, nos casos em que esta deva ter logar. (Reg. de 1860, art. 768, Decisões ns. 152 de 11 de Junho e 67 de 4 de Novembro de 1861, 138 de 20 de Março de 1865, 13 de 10 de Janeiro e 100 de 11 de Março de 1867, 43 de 16 de Fevereiro de 1872, 13 de 9 de Janeiro de 1875, 81 de 17 de Fevereiro de 1879, 191 de 7 de Abril de 1880, 213 de 8 de Novembro de 1882 e de 16 de Maio de 1884 á Thesouraria do Pará.)

Art. 673. Os recursos ordinarios não serão admittidos sem deposito, ou fiança idonea para pagamento das multas, no caso de não ter si lo prestada por qualquer motivo; devendo-se, dos termos de fiança ou da entrada dos dinheiros para o deposito, fazer especial menção no respectivo processo. (Reg. de 1860, art. 769, e Decisão n. 138 de 20 de Março de 1865.)

Art. 674. Em nenhuma instancia se tomará conhecimento do recurso que lhe fór apresentado com preterição das formalidades

dos artigos antecedentes, imputando-se já parte a demora que por essa causa houver.

§ 1.º Os erros commettidos pelos empregados fiscaes não prejudicarão as partes que tiverem cumprido as disposições legaes, devendo deferir-se-lhes como fór de justiça, salva a responsabilidade dos mesmos empregados.

§ 2.º Si os recursos se perderem por desastre, acontecido no Correio, poderá a parte, provando o facto, interpôr novamente o recurso na fórma do presente Regulamento. (Reg. de 1860, art. 770, e Decisões ns. 428 de 14 de Setembro de 1863 e 100 de 11 de Março de 1867.)

Art. 675. Fimdo o prazo de 30 dias de que trata o art. 672, não tendo a parte apresentado ao Chefe da Repartição o recurso em fórma, ficará este perempto; devendo lavrar-se o respectivo termo em que se declare haver passado em julgado a decisão para todos os effeitos legaes.

Paragrapho unico. O facto, porém, da perempção não veda a interposição do recurso; devendo, portanto, neste caso, a Repartição encaminhar-o para o Tribunal do Thesouro, que é o Juiz competente da perempção. (Reg. de 1860, art. 771, e Decisões ns. 13 e 19, de 9 e 12 de Janeiro de 1875.)

Art. 676. A's partes é licito exigir do Chefe da Repartição certificado de apresentação da reclamação ou recurso, allegações e documentos, com especificada declaração do dia, mez e anno, e dos numeros e qualidade dos titulos e documentos annexos. (Reg. de 1860, art. 772.)

Art. 677. Os recursos ordinarios terão effeito suspensivo.

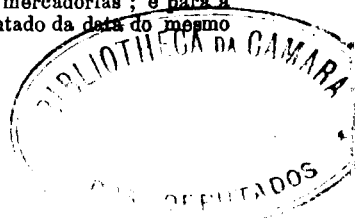
O de revista, porém, não suspende os effeitos da decisão anterior, salvo ordem em contrario do Ministerio da Fazenda na Côrte, e dos Chefes das Repartições de Fazenda nas Provincias, requerida por petição especial depois de interposto o recurso. (Reg. de 1860 arts. 773 e 774, e Decreto n. 4644 de 24 de Dezembro de 1870, art. 4.º)

Art. 678. Aos empregados das Alfandegas e Mesas de rendas não é dado recurso das decisões dos Inspectores e Administradores nas questões por elles agitadas com os contribuintes sobre objectos da administração. (Decisões ns. 9 de 5 de Janeiro de 1863, 90 de 30 de Março de 1872, 66 de 22 de Fevereiro de 1873 e 409 de 3 de Novembro de 1874.)

## TITULO XI

### Da prescripção

Art. 679. O direito de reclamação por engano, ou erro em despacho, prescreve no fim de dous mezes, depois do pagamento dos direitos, para a pessoa que despachar as mercadorias; e para a Fazenda Nacional no fim de um anno contado da data do mesmo pagamento.



**Paragrapho unico.** Este artigo não comprehende o caso de restituição de direitos pagos em duplicata, o qual está sujeito á prescrição geral estabelecida no art. 3º do Decreto n. 857 de 12 de Novembro de 1851. (Reg. de 1860, art. 775, Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, art. 26, e Decisões ns. 276 de 1 de Outubro de 1884, 427 de 12 de Novembro de 1874 e 915 de 23 de Dezembro de 1878.)

**Art. 680.** O direito de indemnização por damnos, ou faltas do mercadorias, prescreve depois de um anno da data do damno, ou verificação da falta. (Reg. de 1860, art. 776.)

**Art. 681.** O direito do producto liquido em deposito das mercadorias a que não fór achado senhor certo, e das que forem arrearmatadas por consumo em leilão, na fórma do Capitulo 5º doTitulo 5º, ou por qualquer outra razão, prescreve no fim de cinco annos contados da data do deposito. (Reg. de 1860, art. 777.)

**Art. 682.** O direito ao producto liquido dos objectos arrojados pelo mar ás costas e margens dos rios e aguas interiores do Império, salvos ou achados na fórma do art. 319, prescreve no fim de um anno, contado da data do deposito. (Reg. de 1860, art. 778.)

## TITULO XII

### Disposições geraes

**Art. 683.** No caso de falsificação de guias ou despacho de mercadorias, ou de qualquer objecto, além das penas de sua apprehensão, perda e multas que no caso couberem, incorrerão os delinquentes nas dos arts. 167 e 163 do Código Penal. (Reg. de 1860, art. 779.)

**Art. 684.** As penas comminadas pela Legislação em vigor nos casos de falsidade, resistencia e outros crimes, não isentam os infractores das penas e multas impostas nos regulamentos fiscaes.

**Paragrapho unico.** Si a infracção fór de tal modo connexa com outro crime que a prova de uma seja a de outro, a autoridade administrativa, lavrado o termo ou auto, remetterá os documentos comprobatorios do facto ao Juiz competente; e, proferida a sentença no processo do crime connexo, proceder-se-ha ulteriormente na fórma dos mencionados regulamentos para a imposição das penas da infracção. (Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 46.)

**Art. 685.** A escripturação das Alfandegas e Mesas de rondas será feita conforme as instrucções e modelos que forem mandados observar pelo Ministro da Fazenda, servindo de norma para a organização dos referidos modelos a escripturação adoptada na Alfandega do Rio de Janeiro depois da promulgação do Regulamento de 1860, com as alterações e modificações convenientes, diminuindo-se quanto fór possível o numero de livros, attendendo-se especialmente á redução, clareza e facilidade do trabalho. (Reg. de 1860, art. 780, e Decreto n. 4175 de 6 de Maio de 1863, art. 24.)

**Art. 686.** Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de Abril de 1885.— *M. P. de Souza Dias*.

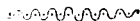
## N. 55 — EM 25 DE ABRIL DE 1885

As notas dilaceradas e substituídas, devem ser remettidas directamente á Caixa da Amortização pelas Thesourarias de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, notando que algumas Thesourarias de Fazenda continuam a remetter ao mesmo Thesouro as notas dilaceradas e substituídas, que, segundo o Regulamento annexo ao Decreto n. 9370 de 14 de Fevereiro ultimo, devem ser enviadas directamente á Caixa da Amortização, dando-se conhecimento da remessa á Directoria Geral de Contabilidade do Thesouro, conforme determinam os arts. 144, 145 e 146 do citado regulamento, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que cumpram fielmente as mencionadas disposições.

*M. P. de Souza Dantas.*



## N. 56 — EM 28 DE ABRIL DE 1885

Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio de Bambuhy, Provincia de Minas Geraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes que fica approvada a deliberação que tomou, segundo consta do seu officio n. 21 de 11 do corrente mez, de crear uma Collectoria de rendas geraes no municipio da villa de Bambuhy, bem como as demais providencias relativas á lotação da renda da Collectoria, fianças e porcentagens dos respectivos empregados e prazo para o recolhimento dos saldos; devendo o mesmo Sr. Inspector, nos termos da Circular n. 217 de 16 de Junho de 1873, participar a data em que os nomeados prestarem fiança e entrarem no exercicio de seus logares e, finalmente, a distancia em que a Collectoria se acha da capital.

*M. P. de Souza Dantas.*



## N. 57 — EM 29 DE ABRIL DE 1885

Annulla o contrato de arrendamento dos armazens da rua do Brum n. 2, feito pela Alfandega de Pernambuco, para deposito de inflammaveis, e manda pôr em pratica a providencia do art. 450, § 2º, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Abril de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que fica annullado o contrato provisorio celebrado pela Alfandega para o arrendamento dos armazens sitos á antiga rua do Brum n. 2, hoje n. 6 da do Barão do Triumpho, afim de servirem para deposito de generos inflammaveis; visto constar das informações remettidas pela Presidencia com officio n. 5 de 19 de Fevereiro proximo passado, não se prestarem para este fim, e não deixarem os generos depositados nelles renda que garanta ao menos a despeza de custeio, a qual subirá com a do arrendamento e do pessoal a mais de 15:000\$ annualmente.

E constando das citadas informações não haver armazem algum nas precisas condições para deposito de taes generos, cumpre que a Alfandega ponha em pratica, quanto aos que chegarem ao porto da capital da Provincia, a providencia indicada no art. 450, § 2º, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 e na Ordem de 17 de Março de 1868.

*M. P. de Souza Dantas.*

~~~~~

## N. 58 — EM 30 DE ABRIL DE 1885

A importancia dos impostos das loterias em beneficio dos estabelecimentos pios e de instrucção primaria deve reverter integralmente em proveito de taes estabelecimentos, e não pôde ser applicada aos premios das loterias provinciaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Abril de 1885.

Ulm. e Exm. Sr. — Representando o Thesoureiro das loterias da Corte contra a erronea intelligencia que tem sido dada em

algumas Provincias á Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879, na parte em que ampliou o favor outorgado pela de n. 2640 de 22 de Setembro de 1875, declaro a V. Ex. que a importancia dos impostos cuja isenção foi concedida por aquella lei, em beneficio das casas de caridade, estabelecimentos pios e de instrucção primaria, reverte integralmente em proveito de taes estabelecimentos, e não pôde ser applicada aos premios das loterias provinciaes, cujos planos devem ser regularisados neste ponto com o adoptado para as do Estado ; as quaes são prejudicadas pela preferencia que desse e de outros factos resulta para as da Provincia.

Deus Guarde a V. Ex.— *M. P. de Souza Dantas*.— A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Pará.

Identicos ás Presidencias da Bahia, Pernambuco, Alagoas, S. Paulo e S. Pedro.



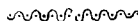
#### N. 59 — EM 1 DE MAIO DE 1885

O imposto predial deve ser calculado sobre o valor locativo dos predios, e quando o de penna d'agua estiver a cargo do inquilino não deve ser addicionado áquelle para o respectivo calculo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 1 de Maio de 1885.

Communico a V. S., em resposta ao seu officio n. 90 de 18 de Novembro ultimo, que os Lançadores dessa Repartição devem proceder á collecta do imposto predial pelo valor locativo do predio, nos termos do art. 12 § 1º do Regulamento de 18 de Outubro de 1878, advertindo, porém, que o imposto sobre penna d'agua, quando a cargo do inquilino, mediante accôrdo feito com o proprietario, não constituindo augmento de renda, não pôde ser addicional ao valor locativo, para da somma total se deduzir o imposto predial, porque isso importaria cobrança de imposto sobre imposto.

Deus Guarde a V. S.— *M. P. de Souza Dantas*.— Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.



## N. 60 — EM 1 DE MAIO DE 1885

Os Capitães de navios estrangeiros, e não os respectivos Consules, são os competentes para reclamarem contra as multas que lhes forem impostas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 1 de Maio de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex. que não pôde ser tomada em consideração a reclamação que, no officio que V. Ex. remetteu por cópia com o seu sob n. 8 de 9 de Março proximo passado, faz o Consul de S. M. Britannica, nessa Província, contra a multa, na importancia de 337\$348, imposta pelo Inspector da Alfandega do Recife, em 17 de Maio de 1884, ao Capitão do vapor inglez *Gleuvath*, de conformidade com o art. 421 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, por terem sido encontradas a bordo, na busca dada pelo Guarda-mór, mercadorias em quantidade superior á que constava da lista dos sobresalentes; porquanto, na fôrma da Ordem n. 444 de 16 de Setembro de 1880, só o multado, e não o referido Consul, era o competente para reclamar contra o acto de que se trata, por meio de recurso de revista, interposto no prazo de trinta dias, para o Tribunal do Thesouro, na fôrma dos arts. 764 e 768 do citado regulamento, por estar a mencionada importancia na alçada da Alfandega.

Deus Guarde a V. Ex.— *M. P. de Souza Dantas*.— A S. Ex. o Sr. Presidente da Província de Pernambuco.



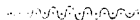
## N. 61 — EM 4 DE MAIO DE 1885

Recommenda a fiel execução da Circular n. 49 de 10 de Dezembro de 1884.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 4 de Maio de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias da Fazenda que executem fielmente a Circular n. 49 de 10 de Dezembro do anno passado, e recommenda-lhes que prestem mais consideração ás ordens e exigencias do mesmo Thesouro, cumprindo-as, ou declarando o motivo por que deixam de fazel-o.

*M. P. de Souza Dantas.*





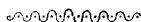
## N. 62 — EM 4 DE MAIO DE 1885

Modo de calcular-se a percentagem dos Collectores e Escrivães, no caso de haver restituição.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 4 de Maio de 1885.

Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que a Circular n. 254 de 6 de Dezembro de 1883, determinando o modo de proceder no calculo da percentagem dos Collectores e respectivos Escrivães, havendo restituição de impostos, não é applicavel ás restituições que se fizerem do liquido, descontada a commissão despendida com o expediente, mas sim quando restituir-se toda a quantia, justamente reclamada por causa de erro, má intelligencia ou excesso das Estações fiscaes, conforme a Ordem n. 157 de 22 de Julho de 1839, e, tendo logar a restituição pelas Mesas de rendas e Collectorias, si estiverem em exercicio os mesmos empregados que realizaram a cobrança, atim de reporem desse modo a percentagem que se lhes tiver pago. No caso de estarem outros, promover-se-ha a indemnização da Fazenda Nacional, exigindo-a dos que houverem arrecadado a importancia restituída.

*M. P. de Souza Dantas.*



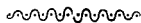
## N. 63 — EM 9 DE MAIO DE 1885

Sobre recebimento de notas dilaceradas e das que se estiverem substituindo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 9 de Maio de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Theouro Nacional, de conformidade com o que solicitou o Inspector da Caixa da Amortização, em officio de 2 do corrente mez, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que providenciem para que as respectivas Repartições de pagamento e de arrecadação satisfaçam pontualmente o que determinam os arts. 128 a 130 do Decreto n. 9370 de 14 de Fevereiro proximo passado, relativos ao recebimento de notas dilaceradas e das que se estão substituindo, e á remessa dellas á dita Caixa, para serem trocadas e substituidas.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 64 — EM 13 DE MAIO DE 1885

Os titulos de nomeação de Guardas-Marinha pagam o sello do § 5º, n. 5, da tabella **A** do Decreto de 19 de Maio de 1883.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Tendo sido cobrado, conforme declara esse Ministerio em Aviso n. 632 de 23 de Abril ultimo, pelas nomeações dos Guardas-Marinha José Hypolito Salgado de Menezes, Eurico Pedroso Barreto de Albuquerque, Alfredo de Azevedo Alves e Firmino Ayres de Moraes Ancora, o sello de 12 % em vez de 7 %, conforme dispõe o § 5º n. 5 da tabella **A** do Decreto de 19 de Maio de 1883, deverá ser-lhes restituida pelo Ministerio a cargo de V. Ex. a quantia de 36\$000 que cada um de mais pagou.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Antonio Saraiva*.— A S. Ex. o Sr. Luiz Felipe de Souza Leão.



## N. 65 — EM 13 DE MAIO DE 1885

Os Officiaes de descarga estão comprehendidos no § 2º do art. 57 do Decreto de 20 de Novembro de 1850, para o beneficio da aposentadoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, para poder resolver sobre o Official de descarga da Alfandega de Pernambuco, Leoncio Godofredo do Nascimento Feitosa, que se acha impossibilitado de continuar no exercicio do seu logar pelo seu estado de saude, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da mesma Provincia, em resposta ao seu officio n. 105 de 17 de Abril ultimo, que liquide e remetta ao Thesouro uma nota do tempo de serviço do dito empregado; e declara ao referido Sr. Inspector que os Officiaes de descarga, para o beneficio da aposentadoria, estão comprehendidos no § 2º do art. 57 do Decreto de 20 de Novembro de 1850, nos termos do art. 91 do Regulamento de 2 de Agosto de 1876.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 66 — EM 16 DE MAIO DE 1885

A Fazenda Geral não é obrigada ao pagamento de impostos provinciaes ou municipaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Maio de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao Aviso n. 4 desse Ministerio de 24 de Abril ultimo, ao qual acompanhou o incluso officio em que o Director do Estabelecimento Rural de S. Pedro de Alcântara, na Provincia do Piahy, consulta — si pôde ou não a Collectoria do termo de Amarante cobrar impostos de capitação de aggregados, já sujeitos a contribuir para os cofres geraes com o aforamento e arrematamento das terras que occupam nas fazendas nacionaes do referido Estabelecimento, communico a V. Ex. que, conforme está resolvido pelos Avisos ns. 148 de 18 de Abril de 1856, n. 57 de 29 de Janeiro de 1880 e n. 366 de 26 de Julho de 1881, a Fazenda Geral não é obrigada a impostos provinciaes ou municipaes, e por conseguinte não pôde a Fazenda Nacional, representada pela Directoria daquelle Estabelecimento Rural, tornar-se responsavel pelo pagamento dos impostos de que trata a Lei provincial do Piahy sob n. 1108 de 17 de Julho de 1884 e Regulamento n. 94 de 7 de Janeiro do corrente anno.

Convem, portanto, officiar-se á Presidencia da Provincia para firmar a verdadeira intelligencia da mencionada lei, de modo a conciliarem-se os interesses das Fazendas Geral e Provincial.

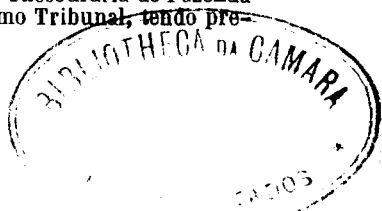
Deus Guarde a V. Ex.— *José Antonio Saraiva*.— A S. Ex. o Sr. João Ferreira de Moura.

## N. 67 — EM 21 DE MAIO DE 1885

Releva um Capitão de navio da multa de 500 réis por tonelada de arqueação imposta pela Alfandega de Pernambuco por falta de manifesto de um carregamento de banha recebido em porto de escala, para impor-lhe a de 10\$ a 500\$, em que incorreu o dito Capitão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 21 de Maio de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal, tendo pre-



sente o recurso, transmittido com o seu officio n. 71 de 14 de Março proximo passado, interposto por Johnston Pater & C.<sup>a</sup>, da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Alfandega, que impoz ao Capitão do vapor inglez *Portuense*, de que são consignatarios, a multa de 469\$500, ou 500 réis por tonelada de arqueação, por não ter apresentado o manifesto do carregamento de 100 barris com banha de porco, recebidos no porto de Baltimore, onde tocou na sua viagem de New-York, resolveu dar-lhe provimento, afim de ser relevado aquelle Capitão da multa de que se trata, a qual, na fórma do art. 416 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, só tem applicação no caso de apresentação do manifesto com falta das formalidades legais; e mandar impôr-lhe a de 10\$000 a 500\$000, em que incorreu á vista do disposto no art. 398 do citado regulamento.

*José Antonio Saraiva.*

~~~~~

#### N. 68 — EM 22 DE MAIO DE 1885

Recommenda o cumprimento das ordens do Thesouro determinando a remessa de informações semestraes sobre o pessoal e o resumo das rendas arrecadadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 22 de Maio de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda o rigoroso cumprimento das ordens do mesmo Thesouro determinando a remessa, não só de informações, minuciosas e semestraes, sobre o pessoal, mas ainda do resumo das rendas arrecadadas no mez anterior; devendo aquellas ser enviadas nos mezes de Janeiro e Julho de cada anno, e este dentro dos primeiros oito dias de cada mez, segundo declaram as referidas ordens.

*José Antonio Saraiva.*

~~~~~

## N. 69 — EM 22 DE MAIO DE 1885

Das decisões sobre a eliminação de escravos da respectiva matrícula devem as Thesourarias dar conhecimento ao Thesouro pelas relações semestraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 22 de Maio de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolve ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba o incluso processo que remetteu com o seu officio n. 14 de 11 de Março de 1884, relativamente á deliberação que tomou em sessão da Junta mandando eliminar da matrícula quatro escravos pertencentes ao Desembargador João Rodrigues Chaves, por serem domiciliados fóra dos limites da capital da mesma Provincia; e declara-lhe que das decisões dessa natureza deve dar conhecimento ao Thesouro sómente nas relações semestraes a que se refere o art. 6º do Decreto n. 4644 de 24 de Dezembro de 1870.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 70 — EM 22 DE MAIO DE 1885

Exige informações sobre exactores da Fazenda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 22 de Maio de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que informem, com urgencia:

1.º Quaes os exactores que estão funcçãoando sem fiança, e porque;

2.º Quaes os que estão alcançados, si ainda continuam em exercicio, porque não foram demittidos, e qual a importancia do alcance;

3.º Qual a melhor providencia que lhes occorre para execução do serviço naquellas Estações de arrecadação que, por apresentarem pequeno rendimento, não são solicitadas por quem possa prestar as precisas garantias.

*José Antonio Saraiva.*



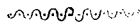
## N. 71 — EM 22 DE MAIO DE 1885

Approva o acto da Thesouraria de Fazenda da Bahia de restabelecer a Collectoria da villa de S. Gonçalo dos Campos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 22 de Maio de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n. 82 de 29 de Abril ultimo, que fica approvada a deliberação, que tomou em sessão da Junta, de restabelecer a Collectoria da villa de S. Gonçalo dos Campos, bem como as providencias relativas á lotação da renda da mesma Collectoria, percentagem e fianças dos respectivos empregados, prazo para o recolhimento dos saldos e as nomeações de Antonio Gomes da Costa para Collector e José Machado Pedreira da Silva para Escrivão; devendo, porém, o mesmo Sr. Inspector prestar as demais informações exigidas pela Circular n. 217 de 16 de Junho de 1873.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 72 — EM 23 DE MAIO DE 1885

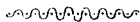
Recommenda o cumprimento da Circular n. 31 de 6 de Junho de 1883, relativa á liquidação e cobrança da divida activa proveniente de impostos lançados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Maio de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda o exacto cumprimento da Circular n. 34 de 6 de Junho de 1883, que lhes mandou dar o maior impulso á liquidação da divida activa proveniente de impostos lançados, e proceder á respectiva cobrança, amigavel ou executivamente, com a maxima urgencia.

No interesse da mais prompta arrecadação, convem que a liquidação comece pela divida pertencente aos exercicios mais proximos, designando-se os empregados precisos para que seja tambem liquidada com urgencia a dos mais remotos.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 73 — EM 23 DE MAIO DE 1885

O abono do meio soldo ás viúvas e filhas dos militares conta-se da data do julgamento da respectiva habilitação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 23 de Maio de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná que, á vista da Imperial Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 11 de Julho de 1877, foi indeferido o requerimento, transmittido com o officio n. 51 de 21 do mez passado, em que D. Cezaria Maria do Nascimento pedira que o meio soldo que percebe, como viuva do Alferes reformado Jesuino José do Nascimento, lhe seja pago a contar da data do fallecimento de seu marido, e não da do julgamento de sua habilitação, como se declarou no respectivo titulo.

*José Antonio Saraiva.*

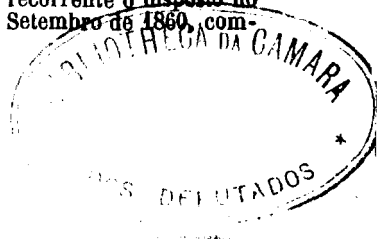


## N. 74 — EM 23 DE MAIO DE 1885

A restituição de direitos relativos á differença de preço da pauta, só tem logar si a parte a requerer antes do embarque da mercadoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 23 de Maio de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 42 de 11 de Março proximo passado, interposto por D. Dina Pinto Marques da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Alfandega, que negou-lhe a restituição da quantia de 134\$196, proveniente da differença entre a taxa de 32 réis o kilogramma que pagára na Mesa de rendas de Porto Seguro, de accôrdo com a pauta semanal que vigorou de 29 de Setembro a 4 de Outubro de 1884, por um carregamento de pau-brasil que, mediante termo de responsabilidade, fez embarcar no brigue norueguense *Los kumereu*, com destino ao Havre ou New-York, e a de 27 réis a que foi reduzida pela de 27 do segundo desses mezes a 2 de Novembro daquelle anno; porquanto, não pôde aproveitar á recorrente o disposto no art. 642, § 8º, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, com-



binado com o art. 11 do Decreto de 20 de Abril de 1870, não só por ter o navio concluído o carregamento a 28 de Outubro, isto é, dentro do mez a que se refere o ultimo desses artigos, como tambem porque em taes casos a restituição deve ser pedida antes do embarque da mercadoria.

*José Antonio Saraiva.*



N. 75 — EM 26 DE MAIO DE 1885

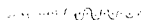
E' da exclusiva competencia das Justicas criminaes o conhecimento do crime de vender e passar bilhetes de loterias estrangeiras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 26 de Maio de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Sua Magestade o Imperador, por Sua Imperial Resolução de Consulta da Secção de Fazenda de Conselho de Estado de 16 do corrente, Houve por bem Declarar que, para tomar conhecimento do crime de vender e passar bilhetes de loterias estrangeiras que a Lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1884 pune, no art. 14, além da pena de prisão, com as de contrabando, nos termos do art. 12 do Código Criminal, sem que todavia o qualifique como contrabando, nem lhe revista a natureza, ou com este se identifique, são exclusivamente competentes as Justicas criminaes, qualquer que seja a autoridade que apprehenda os referidos bilhetes.

O que julgo dever levar ao conhecimento de V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde V. Ex.— *José Antonio Saraiva.*— A S. Ex. o Sr. Affonso Augusto Moreira Penna.



N. 76. — EM 2 DE JUNHO DE 1885

Sobre a consulta:— si a pronuncia do Juiz Municipal supplente que accumula as funcções de Despachante da Alfandega importa a suspensão deste segundo cargo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 2 de Junho de 1885.

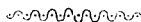
Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao telegramma de 4 de Março proximo passado, no qual V. Ex. consulta — si a pronuncia do Juiz Municipal supplente que accumula as funcções de Despa-



chante da Alfandega importa a suspensão deste segundo cargo ; — tenho de declarar a V. Ex. que — si a pronuncia foi decretada em crime commum ou policial, em que o réo se livre solto, só acarretará a suspensão das funções de Despachante si fôr ella determinada por essa Presidencia, na fórma do art. 31 do Decreto n. 4153 de 6 de Abril de 1868, no caso de julgar-a conveniente á causa publica.

Si, porém, foi motivada por crime de responsabilidade, importa a suspensão do exercicio de todas as funções publicas, como dispõe o art. 163 do Código do Processo Criminal, e portanto não só do cargo de Juiz Municipal, como tambem do de Despachante da Alfandega.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Antonio Saraiva.* — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



#### N. 77 — EM 2 DE JUNHO DE 1885

Autoriza a continuação, no futuro exercicio de 1885 - 1886, da Ordem de distribuição de creditos de 16 do Outubro de 1884.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 2 de Junho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, autoriza os Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda para continuarem a regular-se, no futuro exercicio de 1885 - 1886, pela ordem de distribuição de creditos de 16 de Outubro de 1884, enquanto não fôr esta substituida pela que deve ser expedida em cumprimento das leis que têm de reger o mesmo exercicio.

*José Antonio Saraiva.*



#### N. 78 — EM 10 DE JUNHO DE 1885

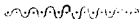
As familias das praças de pret não têm direito ao abono do meio soldo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Junho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex. que foi indeferido o requerimento, que remetteu ao Ministerio dos Negocios da Guerra com officio n. 13 de 7 de Maio proximo passado, e

por elle transmittido a este Ministerio com Aviso de 28 do mesmo mez, em que Amelia Benigna Joaquina de Jesus pedira o abono do meio soldo, como viuva do soldado reformado do 1º batalhão de infantaria Domingos Fernandes Rio Preto; visto não dar direito a Lei de 6 de Novembro de 1827 ao abono do meio soldo ás familias das praças de pret.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Antonio Saraiva*.— A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



#### N. 79 — EM 11 DE JUNHO DE 1885

Declara incompativel o exercicio de Escrivão de Collectoria de rondas geraes com o do Escrivão interino do Jury.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n. 8 de 23 de Maio proximo passado, que ha incompatibilidade entre o exercicio de Escrivão da Collectoria das rendas geraes do municipio de Itaparica e de Escrivão interino do Jury; visto ser impossivel exercer simultaneamente as funcções dos ditos logares.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Antonio Saraiva*.— A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia da Bahia.



#### N. 80 — EM 11 DE JUNHO DE 1885

Recommenda o cumprimento de disposições relativas ao arbitramento para a indemnização de escravos, para alforria pelo fundo de emancipação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que cumpram fielmente o disposto nos arts. 37 e 40 do Regulamento n. 5135 de 13 de Novembro de 1872, tendo em vista

o que determina o art. 4º do Decreto n. 6341 de 20 de Setembro de 1876, relativamente ao arbitramento para a indemnização de escravos para alforria pelo fundo de emancipação, e hem assim a Circular n. 170 de 16 de Julho de 1883, cuja execução muito se lhes recommenda.

*José Antonio Saraiva.*

N. 84 — EM 12 DE JUNHO DE 1885

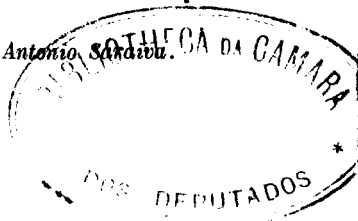
Resolve sobre a restituição da differença do sello pago pela nomeação de um Promotor Publico posteriormente nomeado Juiz substituto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Goyaz que não pôde ser approvada a deliberação que tomou, em sessão da Junta, mandando restituir ao Bacharel Joaquim Xavier dos Guimaraes Natal a quantia de 41\$290 a titulo de differença entre o sello que pagou de sua nomeação para Promotor Publico da comarca da capital e da de Juiz substituto da mesma comarca, para que foi depois nomeado, sob o fundamento de ser o vencimento daquelle logar superior ao deste em 200\$ annualmente; porquanto, tendo-se cobrado pela primeira dessas nomeações sómente a taxa de 7 %, sendo 2 % de sello e 5 % correspondentes aos novos e velhos direitos que outr'ora se exigiam, por serem taes nomeações passadas pelas Presidencias de Provincia e por isso sujeitas a emolumentos provinciaes, ao passo que a de Juiz substituto, expedida pelo Governo Geral, está sujeita ao sello de 12 % até 1:000\$, e ao de 8 % sobre 800\$, na fórma do § 5º, n. 3, do Regulamento de 19 de Maio de 1883, achava-se aquelle Bacharel obrigado ao pagamento da quantia de 58\$000, por uma só vez, correspondente á taxa de 5 % até 1:000\$, e á de 1 % sobre o excedente; não se levando em conta a differença de 14\$000 entre o sello de 7 % sobre o vencimento annual de 2:000\$ que percebia como Promotor Publico, e sobre o de 1:800\$ que passou a perceber, porque elle exerceu este cargo e recebeu o respectivo vencimento.

Deduzindo-se, portanto, a mencionada quantia de 58\$000 da de 8\$5290 proveniente das duas prestações que, segundo consta da informação prestada pela Thesouraria, foram, anteriormente á decisão della, cobradas do referido Bacharel, por conta do sello da sua ultima nomeação, tem elle direito sómente á restituição de 27\$290, em logar de 41\$290.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 82 — EM 13 DE JUNHO DE 1885

Sobre a inutilisação do sello dos requerimentos e dos documentos que os acompanharem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, que a faculdade concedida pelo art. 17, § 1º, n. 15, do Regulamento de 19 de Maio de 1883 á autoridade que despachar os requerimentos, ou ao empregado que antes do despacho lhes der andamento ou informação, para inutilisar o sello dos documentos que existirem juntos aos requerimentos, quando não o houver sido feito pelos signatarios dos mesmos requerimentos, fica extensiva aos que tiverem o sello collado, ou, não o tendo, fór elle apresentado pela parte.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 83 — EM 15 DE JUNHO DE 1885

Provimento de um recurso concernente á restituição de direitos pagos por tijolos e canos importados para um engenho central.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 15 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso interposto por Catilina & C.<sup>a</sup> da decisão que lhes negou a restituição dos direitos que pagaram por 15 canos e 19.000 tijolos importados para o engenho central do Bom Jardim, segundo consta do processo remettido pelo dito Sr. Inspector com o officio n. 286 de 12 de Novembro do anno passado :

Considerando que taes objectos se acham comprehendidos no § 34 do art. 4º das Disposições preliminares da Tarifa ;

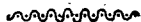
Considerando que houve ordem, por telegramma deste Ministerio, para essa isenção ; e

Visto que, já estando pagos os respectivos direitos, tem lugar a restituição, como se vê das Ordens n. 601 de 10 de Dezembro de 1880 e ns. 124 e 248 de 31 de Junho e 28 de Dezembro de 1882 e outras :

Resolveu dar provimento ao recurso, para o fim de se restituir aos recorrentes a importancia dos referidos direitos, liquida da

porcentagem que compete aos empregados, nos termos das Ordens de 15 de Maio de 1871 e 30 de Março ultimo, expedidas á Thesouraria do Pará, e do expediente de 5 %, na conformidade do art. 7º das Preliminares da Tarifa e Ordem n. 289 de 12 de Junho de 1880.

*José Antonio Saraiva.*



**N. 84 — EM 15 DE JUNHO DE 1885**

Defero um recurso relativo ao abatimento de 10 % em um despacho de tecido mixto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 15 de Junho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que o mesmo Tribunal resolveu deferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 304 de 18 de Dezembro do anno passado, e a que se refere o de n. 85 de 4 de Maio proximo passado, interposto pelos negociantes Rodrigues de Moraes & C.<sup>a</sup> da decisão que lhes negou o abatimento de 10 % no tecido que submeteram a despacho pela nota n. 1238 de 20 de Setembro daquelle anno, como — mixto — e que a Alfandega classificou como — de linho —, porque, sendo os fios da trama do tecido em questão todos de linho, e sómente de algodão os da urdidura, segundo informa a Comissão da Tarifa da Alfandega do Rio de Janeiro, verifica-se a hypothese do art. 15 das Preliminares da Tarifa que concede o abatimento requerido.

*José Antonio Saraiva.*



**N. 85 — EM 17 DE JUNHO DE 1885**

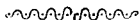
São sujeitos ao sello fixo de 200 rs. os documentos passados pelas companhias de estradas de ferro, para prova do pagamento do frete de mercadorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 17 de Junho de 1885.

Communico a V. S., para os devidos effeitos, que, por Imperial Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Es-  
F.— Decisões de 1885 17

tado de 13 do corrente, foram indeferidos os recursos das Companhias da « Estrada de ferro Macahé e Campos » e « do Commercio e Rio das Flores » interpostos das decisões dessa Recebedoria sujeitando-as ao pagamento do sello fixo na sua applicação aos documentos mencionados em primeiro lugar no art. 10, § 3º, do Regulamento para a cobrança do imposto do sello mandado observar pelo Decreto n. 7540 de 15 de Novembro de 1879.

Deus Guarde a V. S. — *José Antonio Saraiva*. — Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.



N. 86 — EM 23 DE JUNHO DE 1885

Sobre um recurso concernente a multa, de direitos dobrados, por differença de qualidade da mercadoria, em um despacho de reexportação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Junho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina que o mesmo Tribunal resolveu não confirmar a decisão, pela qual a dita Thesouraria, dando provimento ao recurso interposto pelos negociantes Bade Kurbach & C.<sup>a</sup>, segundo consta do officio n. 50 de 23 de Maio de 1874 e papeis a elle annexos, relevou-os da multa de direitos em dobro, na importancia de 639\$312 que lhes fôra imposta pela Alfandega do Desterro, pela differença de qualidade verificada na conferencia de seis caixas que submeteram a despacho de reexportação, para Santos, pela nota n. 920 de 7 de Abril de 1873 como contendo 250 peças de « panno de algodão, liso, corado, estampado » para pagar a taxa de 600 réis o kilogramma, e classificado como « panninho liso estampado não especificado » ; não só por ter sido interposto fóra do prazo legal o recurso para a Thesouraria, como também porque não procede o fundamento da decisão por ella proferida, porquanto, o simples facto da abertura dos volumes, para verificação de seu conteúdo, quando são apresentados a despacho de reexportação, importa a suspeita de fraude a que se refere o art. 4º, § 1º, das Instrucções de 24 de Maio de 1870.

*José Antonio Saraiva.*



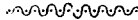
## N. 87 — EM 27 DE JUNHO DE 1885

Os certificados passados pelas Capitães dos portos aos paquetes das companhias subvencionadas, relativos á entrada e sahida dos portos de escala, são isentos do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Devolvendo os inclusos papeis, que acompanharam o Aviso desse Ministerio sob n. 616 de 2 do corrente mez, declaro a V. Ex. que os certificados passados pelas Capitães dos portos aos paquetes das companhias subvencionadas, afim de saber-se as datas das entradas e sahidas dos portos de escala, para effectuar-se o recebimento da competente indemnização, devem ser considerados como documentos de expediente de Repartição geral, e como taes estão isentos do pagamento do sello pelo art. 13, n. 31, do Regulamento de 19 de Maio de 1883.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Antonio Saraiva.*— A S. Ex. o Sr. Luiz Felipe de Souza Leão.



## N. 88 — EM 1 DE JULHO DE 1885

Concorrendo mais de um candidato ao cargo de Deputado por um só districto, a nenhum se abonará ajuda de custo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 1 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, sempre que ás eleições de Deputados concorrer mais de um candidato, de modo que se possa pôr em duvida quaes os que serão reconhecidos, não se abone ajuda de custo a nenhum, evitando-se assim despesa que se deve poupar, e o trabalho de promover-se a restituição de quantias que foram indevidamente pagas.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 89 — EM 3 DE JULHO DE 1885

As sommas e objectos arrecadados como bens de defuntos e ausentes, devem ser entregues ao representante legitimo, logo que o requisito o Juizo competente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 3 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas, em resposta ao seu officio n. 22 de 8 de Maio do corrente anno, que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso interposto por D. Josephina Francisca de Oliveira, viuva e inventariante dos bens de seu finado marido Antonio de Padua Oliveira, da decisão da dita Thesouraria que recusou cumprir o precatório do Juizo de Ausentes de Manicoré, mandando, em virtude de deprecada do Juiz da 1.ª vara civil da Corte, entregar-lhe a quantia de 6:234\$236, e objectos de ouro arrecadados como bens de defuntos e ausentes, e pertencentes ao espolio do dito finado, sob o fundamento de não ter a recorrente satisfeito a disposição do Regulamento annexo ao Decreto n. 2433 de 15 de Junho de 1859, confirmada pela Circular de 12 de Fevereiro de 1877 ;

Considerando que a referida circular não tem applicação ao caso de que se trata, pois que apenas dispensou a apresentação dos autos originaes das habilitações, que devem acompanhar os officios de que trata o art. 59 do citado regulamento, nos casos em que as heranças não excedam de 2:000\$, sem emolumento algum ; e isto para não obrigar os herdeiros ás despesas com os traslados que, na forma do art. 58, devem ficar nos cartorios ; mas não isentou, nem podia isentar, contra a disposição do art. 46, os herdeiros de se habilitarem devidamente, quando tivessem de fazel-o, para prevarem seus direitos hereditarios ;

Considerando que o caso vertente é regulado pelo art. 3º § 1º, e arts. 5º e 6º daquelle regulamento, em que se firmam as Decisões n. 333 de 31 de Julho de 1861, n. 374 de 30 de Dezembro de 1870 e n. 151 de 22 de Abril de 1874 :

Resolveu dar provimento ao recurso para o fim de, reformada a decisão recorrida, dar-se cumprimento ao precatório do Juizo de Ausentes de Manicoré, e entregar-se á recorrente a quantia e os objectos reclamados.

*José Antonio Saraiva.*





## N. 90 — EM 4 DE JULHO DE 1885

Indefere um recurso sobre classificação de moveis, observando, porém, que não cabia a multa/de direitos em dobro quanto a algumas das addições do respectivo/ despacho, e sim a de expediente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia do Pará que pelo mesmo Tribunal foi indeferido o recurso de revista, transmitido com o seu officio n. 90 de 15 de Abril ultimo, interposto por Guilherme Guimarães & C.<sup>a</sup> da decisão da Alfandega da mesma Provincia que mandou classificar como « de madeira fina » os moveis que submeteram a despacho pela nota n. 544 de Março deste anno como « de madeira ordinaria » ; visto terem sido bem classificados pela dita Alfandega os moveis em questão. Declara outrossim ao dito Sr. Inspector, para o fazer constar ao da Alfandega, que não podia impôr-se a multa de direitos em dobro, pela differença de qualidade quanto ás seis camas para casados, parte da 1.<sup>a</sup> addição, por ser a mercadoria verificada diversa da declarada, e assim sujeita, com as outras seis camas desta e os dous divans da 2.<sup>a</sup> addição, á multa de expediente, nos termos dos arts. 18 do Decreto de 20 de Abril de 1870 e 2.<sup>o</sup> do de 27 de Maio de 1882, e Ordem á Thesouraria de S. Paulo de 21 de Agosto de 1884.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 91 — EM 7 DE JULHO DE 1885

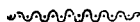
Determina que a mercadoria denominada « Amer Picon » seja comprehendida na 1.<sup>a</sup> parte do art. 34 da Tarifa, para pagar a taxa de 200 réis por kilogramma.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 7 de Julho de 1885.

Communico a V. S., para os devidos effeitos, que tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Logos & C.<sup>a</sup> da decisão dessa Inspectoria, que sujeitou ao pagamento de 600 réis por kilogramma a mercadoria, constante

da amostra, que devolvo, denominada « Amer Picon », por elles submittida a despacho pela nota n. 1959 de 2 de Março ultimo, como vinho medicinal; o mesmo Tribunal resolveu mandal-a despachar como comprehendida na 1ª parte do art. 354 da Tarifa em vigor para pagar a taxa de 200 réis por kilogramma, por entender que não foi alterado o art. 359, 1ª parte, da Tarifa de 1879.

Deus Guarde a V. S.— *José Antonio Saraiva*.— Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.



#### N. 92 — EM 8 DE JULHO DE 1885

Só em casos que reclamem decisão prompta deverão as Thesourarias e Repartições que lhes são subordinadas dirigir telegrammas a este Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 8 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda e Chefes das Repartições que lhes são subordinadas que não dirijam telegrammas a este Ministerio senão em caso urgente e quando se torne necessaria medida ou decisão prompta.

*José Antonio Saraiva.*



#### N. 93 — EM 9 DE JULHO DE 1885

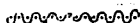
Indefere o recurso da Companhia *Great Western of Brasil Railway limited*, da decisão que a sujeitou ao imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 9 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que, por Imperial Reso-

lução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 4 do corrente, foi indeferido o recurso interposto pela Companhia *Great Western of Brasil Railway limited* da decisão do referido Tribunal confirmando a dessa Thesouraria, que sujeitou a mesma companhia ao imposto de industrias e profissões na razão das taxas das tabellas C e D, 3ª classe, do Decreto n. 6980 de 20 de Julho de 1878, não lhe aproveitando a clausula; que invoca em seu favor, do Decreto n. 6746 de 17 de Novembro de 1877, que lhe concedeu a fiança do Estado para pagamento de juros de 7 % ao anno, garantido por legislação provincial, e a disposição do art. 2º do Regulamento de 15 de Julho de 1874; por quanto a garantia não isenta as companhias do imposto devido por todas as empresas que não distribuem dividendos pelos seus accionistas, e nem do imposto de 1 ¼ % sobre o rendimento liquido excedente do garantido.

*José Antonio Saraiva.*



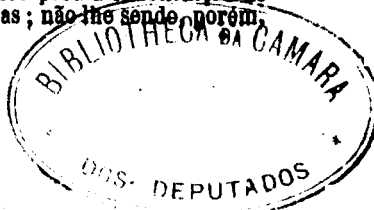
N. 94 — EM 9 DE JULHO DE 1885

Autoriza o Banco do Maranhão para substituir as suas notas que ainda se conservam em circulação, por outras mais bem fabricadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 9 de Julho de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — A Sua Magestade o Imperador Foi presente o requerimento da directoria do Banco do Maranhão, pór essa Presidencia transmittido a este Ministerio com officio de 26 de Novembro de 1884, pedindo permissão para substituir por outras mais bem fabricadas as notas emittidas pelo mesmo Banco, em virtude de autorização concedida por Decreto n. 3035 de 25 de Novembro de 1857, e que ainda se conservam em circulação, e bem assim supprimir o typo das notas de 200\$, emittindo em lugar dellas, em importancia correspondente, notas de 100\$ e 50\$000.

E o mesmo Augusto Senhor; Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, e Conformando-se com o respectivo parecer, Houve por bem Declarar, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 4 do corrente, que, com quanto seja conveniente diminuir a quantidade do meio circulante fiduciario do Imperio, não pôde deixar de ser concedida, por considerações de justiça, a autorização pedida pelo mesmo Banco para a substituição de suas notas por outras mais bem fabricadas; não lhe sendo porém



permitted a emissão de notas de menor valor em substituição das que existem em circulação; por quanto a faculdade de autorizar a emissão de bilhetes ao portador comprehende virtualmente a de regular a mesma emissão, e, por tanto, a de fixar o maximo e o minimo dos bilhetes a emitir, questão que é de certa importancia pela influencia que a subdivisão de bilhetes pôde exercer na circulação monetaria.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Antonio Saraiva*. — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.



### N. 95 — EM 10 DE JULHO DE 1885

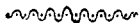
Indefere a pretensão do ex-Administrador da Mesa de rendas de Antonina, addido á Alfandega de Paranaguá, ao abono de porcentagem superior á que lhe foi marcada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná, para os fins convenientes, que, por Imperial Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 4 do corrente, foi indeferido o recurso de Theophilo Soares Gomes da decisão deste Ministerio que lhe indeferiu a pretensão de maior porcentagem como ex-Administrador da Mesa de rendas de Antonina, addido á Alfandega de Paranaguá; por quanto a porcentagem do recorrente foi marcada por essa Thesouraria em termos perfeitamente regulares, e approvada por este Ministerio.

O art. 12 do Decreto n. 7063 de 31 de Outubro de 1878 attribuiu aos Administradores que deixassem de servir nas Mesas de rendas de Antonina e Pelotas uma porcentagem calculada sobre o rendimento médio dos tres ultimos exercicios, mas, não determinando a razão ou *quantum* dessa porcentagem, deixou-o sem contestação ao prudente arbitrio da Administração da Fazenda Nacional, que o fixaria discretamente conforme as circumstancias.

*José Antonio Saraiva.*



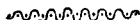
## N. 96 — EM 14 DE JULHO DE 1885

Depois do pagamento dos direitos/ de mercadorias submittidas a despacho, não são admissiveis reclamações por engano sobre a qualidade dellas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará que pelo mesmo Tribunal foi indeferido o recurso transmittido com o seu officio n. 10 da 15 de Janeiro do corrente anno, interposto por Manoel Cardoso de Figueiredo, successor da extincta firma commercial de Miranda & C.<sup>a</sup>, da decisão da dita Thesouraria, confirmatoria da da Alfandega, negando-lhe a restituição da quantia de 425940, que allega ter indevidamente pago aquella firma pela nota n. 1890 de 22 de Setembro de 1883; porquanto, nos termos do art. 606 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, não podem ser admittidas reclamações por engano sobre a qualidade de mercadorias depois do pagamento dos respectivos direitos, ainda que não se tenha verificado a sahida dellas.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 97 — EM 15 DE JULHO DE 1885

Provimto de um recurso contra decisão que sujeitou os recorrentes ao imposto de industrias e profissões como — mercadores de ferragem em grosso — e ao mesmo tempo — a retalho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 15 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas, para o devido conhecimento e execução, que foi presente a Sua Magestade o Imperador o recurso de Guilherme Antony & C.<sup>a</sup>, da decisão do mesmo Tribunal, confirmatoria da dessa Thesouraria, mandando subsistir o lançamento dos recorrentes para o pagamento do imposto de industrias e profissões como mercadores de ferragem em grosso e

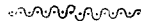
ao mesmo tempo a retalho ; e o mesmo Augusto Senhor, ouvida a Secção de Fazenda do Conselho de Estado :

Considerando que, segundo a classificação economica, aceita pela legislação, ha dous generos de commercio : o commercio *em grosso*, de grosso trato, que é o que revende *por atacado*, e não por detalhe, ao consumidor effeitos e mercadorias compradas em grandes quantidades ou adquiridas por pequenas porções ; e o commercio *a retalho*, que consiste em revender por miúdo e directamente ao consumidor as mercadorias compradas em grandes e pequenas quantidades ; e

Attendendo que os recorrentes exercem tão sómente o commercio de revenderem a retalho as mercadorias que importam, e não podem, portanto, ser legalmente classificados como mercadores, por grosso, de ferragem :

Houve por bem Declarar, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 11 do corrente, que deve ter provimento o mesmo recurso para se mandar que sejam os recorrentes collectados sómente como mercadores a retalho de ferragem ; não tendo, por tanto, applicação ao caso a disposição do art. 17 do Decreto n. 569 de 25 de Julho de 1874.

*José Antonio Saraiva.*



#### N. 98 — EM 15 DE JULHO DE 1885

Approva o acto da Thesouraria do Rio Grande do Norte que desannexou da Mesa de rendas de Macão a Collectoria de Angicos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 15 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, comunica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Rio Grande do Norte que, á vista do que informou em seu officio n. 39 de 22 de Maio ultimo, fica approvada a deliberação, que tomou, de desannexar da Mesa de rendas de Macão a Collectoria de Angicos, e designar para dirigil-a, até que se affiance o Collector nomeado, o 2º Escripturario da mesma Thesouraria Antonio Celestino da Cunha Pinheiro.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 99 — EM 16 DE JULHO DE 1885

As reclamações de salvados devem ser intentadas perante a Alfandega arrecadadora.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Julho de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de V. Ex. sob n. 16 de 9 do corrente mez, ao qual acompanhou cópia da nota que a Legação Franceza dirigiu a esse Ministerio solicitando a expedição das necessarias ordens para serem entregues ao Agente Consular de França, na Provincia do Pará, as mercadorias salvadas do naufragio do hyate francez *Marie Louise*, ou o valor das que foram vendidas, visto ter sido annullada a confiscação do carregamento do dito hyate, communico a V. Ex. que a reclamação de que se trata deve ser intentada perante a Alfandega daquelle Provincia, e por quem de direito, cabendo interpôr da decisão da dita Alfandega, si fôr contraria, os recursos estabelecidos por lei.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Antonio Saraiva*. — A S. Ex. o Sr. Visconde de Paranaguá.



## N. 100 — EM 20 DE JULHO DE 1885

Declara que os recibos ou quitagões passados pela Companhia de estrada de ferro Leopoldina estão sujeitos ao imposto do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 20 de Julho de 1885.

Communico a V. S., para os fins convenientes, que por Imperial Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 18 do corrente, foi indeferido o recurso da Companhia da estrada de ferro Leopoldina, interposto da decisão do Tribunal do Thesouro Nacional, confirmando a de V. S. pela qual a sujeitou ao pagamento do sello dos recibos ou quitagões de quantias pela mesma companhia diariamente embolsadas.

Deus Guarde a V. S. — *José Antonio Saraiva*. — Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.



## N. 101 — EM 20 DE JULHO DE 1885

Provimento de um recurso sobre classificação de manequins.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 20 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso, transmittido com o seu officio n. 69 de 30 de Março proximo passado, interposto por Santos Castro & C.<sup>a</sup>, successores de Carneiro Saldanha & C.<sup>a</sup>, da decisão da Inspectoria da Alfandega dessa Provincia que mandou despachar como « obras de madeira ordinaria, não classificadas em moveis que não formam objectos a que pertencem », para pagar a taxa de 400 réis o kilogramma, na fórma do art. 425 e nota 45<sup>a</sup> da Tarifa em vigor, a mercadoria constante da 2<sup>a</sup> addição da nota n. 838 de 23 de Janeiro do corrente anno.

Considerando que, dispondo a citada nota 45<sup>a</sup> que as peças de madeira ordinaria avulsas ou soltas, lavradas e aparelhadas, polidas ou promptas, que não puderem na occasião do despacho formar o objecto completo a que pertencerem, pagarão a taxa de 400 réis o kilogramma ;

Considerando que os manequins compoem-se de duas partes distinctas « o corpo ou manequim propriamente dito » e « o pedestal », em geral feito de madeira ordinaria, constituindo essas duas partes o objecto, que só tem valor pela junção dellas ;

Considerando que, no caso de que se trata, os pedestaes, quanto formando volume diverso do dos corpos, foram submittidos a despacho pela mesma nota ;

Considerando que, si não fossem admittidos como parte integrante dos manequins, estariam sujeitos, não á mencionada taxa de 400 réis por kilogramma, mas á de 2\$500 cada um, do art. 1115, como si fossem manequins completos, na fórma do art. 12 das disposições preliminares da Tarifa e da Decisão n. 37 de 23 de Janeiro de 1867, por identidade de principios ; o que entretanto é inapplicavel ao caso presente, á vista do que fica considerado ;

Considerando que no procedimento da Alfandega houve violação de lei :

Resolveu o referido Tribunal tomar conhecimento do mesmo como de revista, e dar-lhe provimento, afim de serem despachados os pedestaes como parte integrante dos manequins submittidos a despacho pelos recorrentes, aos quaes será restituída não só a importancia dos direitos indevidamente cobrados, como tambem a multa de 2 %, inculcavel por falta de base, uma vez que a mercadoria não tem valor por si mesma, mas reunida á obra de que faz parte.

*José Antonio Saraiva.*





## N. 102 — EM 21 DE JULHO DE 1885

Declara que o apprehendedor tem direito á multa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 58 de 14 de Março proximo passado, interposto pelo ex-Commandante dos Guardas da Alfandega da dita Provincia, José Maria Nabuco de Oliveira, da decisão da Thesouraria que não tomou conhecimento, por estar dentro da alçada da referida Alfandega, do recurso que interpuzera do despacho desta ultima Repartição negando-lhe direito á metade da multa de 500\$ imposta ao mestre da canôa *Flôr do Mar*, por ter deixado de apresentar os papeis, devidamente legalizados pelo Consul Brasileiro, relativos a uma caixa vinda de Cayenna, contendo mercadorias estrangeiras sujeitas a direitos de consumo; porquanto, estando provado pelos documentos de fls. 3 e 10 do processo, que foi o recorrente quem, em virtude de denuncia que recebeu, verificou a infracção, effectuou a apprehensão da canôa de que se trata, e deteve os respectivos tripolantes, tem elle direito á metade da multa imposta, á vista do disposto no art. 684, § 2º, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, combinado com o art. 6º do Decreto n. 4175 de 6 de Maio de 1838.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 103 — EM 22 DE JULHO DE 1885

Os predios situados nas Provincias, pertencentes a corporações de mão morta, sociedades anônymas, etc., pagam o imposto predial na razão de 10 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina que não pôde ser approvedo o seu acto decidindo, em sessão da Junta, sobre consulta do Administrador da Mesa de rendas da cidade da Laguna, segundo deu

conta em officio n. 57 de 13 de Maio proximo passado, que os predios da Companhia da estrada de ferro D. Thereza Christina estavam sujeitos ao imposto predial na razão de 20 %; porquanto, os predios, situados nas Provincias, pertencentes ás corporações de mão morta, sociedades anonymas, pias, de beneficencia ou religiosas, estão sujeitos somente ao imposto predial, cobrado para a renda geral, na razão de 10 %,, na fórmula do art. 3º, § 2º, do Regulamento de 18 de Outubro de 1878.

*José Antonio Saraiva.*



N. 104 — EM 24 DE JULHO DE 1885

Não ha incompatibilidade em ~~servirem~~ *servirem* na mesma Alfandega um Escriptuario e um Despachante parentes no 2º grau.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 24 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Espirito Santo que fica approvada a deliberação que tomou em sessão da Junta, segundo consta do seu officio n. 21 de 20 de Maio proximo passado e papeis a elle annexos, de dar provimento ao recurso interposto por Urbano Batalha Ribeiro do acto do Inspector da Alfandega da mesma Provincia que negou-lhe a reintegração no lugar de Despachante geral, de que fôra exonerado a seu pedido, sob o fundamento de ser o recorrente tio de um 2º Escriptuario da dita Alfandega; porquanto, não ha incompatibilidade entre esses dous funcionarios, não só pela razão, apresentada pela Thesouraria, de achar-se o referido 2º Escriptuario completamente inutilisado pelo seu estado valetudinario para o serviço da conferencia de mercadorias, como tambem porque, ainda quando não occorresse essa circumstancia, a distribuição do serviço poderia ser feita de modo que não houvesse de ficar aquelle Despachante sob a fiscalisação do 2º Escriptuario seu sobrinho: não tendo, portanto, applicação ao caso de que se trata a Ordem n. 9 de 4 de Fevereiro de 1884, a qual refere-se á nomeação de um Despachante, genro do Inspector da Alfandega, que é o Fiscal de todo o serviço, e decide sobre todos os negocios da Répartição sob sua direcção.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 105 — EM 27 DE JULHO DE 1885

Emissão de novas estampilhas de 200, 400 e 2\$000.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que vão ser emitidos novos typos de estampilhas das taxas de 200, 400 e 2\$000, com as seguintes dimensões:

As de 200 réis têm 26 millimetros de comprimento e 17 de largura. Na parte superior está a palavra — Thesouro — em letras romanas brancas em uma curva. No espaço comprehendido entre dous circulos concentricos estão as palavras — Imperio do Brazil — em letras romanas escuras. No centro o valor — 200 — em algarismos arabes brancos em um rectangulo dentro de um circulo de perolas. O fundo não occupado pelo valor e o do rectangulo são feitos de linhas ondeantes cruzadas a traço branco; logo abaixo entre um pequeno ornato a palavra — réis — em letras romanas escuras. Na parte inferior está a palavra — sello — em letras romanas brancas entre duas estrellas em uma curva. O contorno da estampilha é ornamentado.

As de 400 réis têm 37 millimetros de comprimento e 20 de largura. Na parte superior da estampilha estão as palavras — Imperio do Brazil — em letras romanas brancas em duas curvas; logo abaixo e n'uma almofada o valor — 400 — em algarismos arabes brancos e entre dous filetes verticaes. No centro estão os algarismos — 400 — sobre um quadrado, sendo o fundo traçado por linhas rectas parallelas equidistantes e dentro de um circulo de perolas. Os espaços entre o circulo e o quadrado são traçados de linhas rectas parallelas equidistantes, sendo as das partes superior e inferior no sentido da maior dimensão da estampilha e as das partes lateraes em sentido da menor dimensão. Na parte inferior e n'uma almofada está a palavra — réis — em letras romanas brancas entre dous filetes verticaes, e logo abaixo a palavra — sello — em letras romanas brancas entre duas estrellas em uma curva. O fundo das almofadas é composto da repetição da palavra — Brazil — em letras microscopicas. O contorno da estampilha é ornamentado.

As de 2\$000 têm as seguintes dimensões: 43 millimetros de comprimento e 21 de largura. Na parte superior da estampilha estão as palavras — Imperio do Brazil — em letras romanas brancas em duas curvas; logo abaixo e n'uma almofada o valor — 2\$000 — em algarismos arabes brancos entre dous filetes verticaes. No centro está o algarismo — 2 — dentro de um circulo de perolas, sendo o fundo traçado por linhas rectas parallelas equidistantes. Na parte inferior e n'uma almofada está a palavra — réis — em letras romanas brancas entre dous filetes verticaes,

logo abaixo a palavra — sello — em letras romanas brancas entre duas estrellas em uma curva. O fundo das almofadas é composto da repetição da palavra — Brazil — em letras microscópicas. O fundo não occupado pelo valor e pela palavra — réis — é feito de linhas ondeantes cruzadas a traço branco. O contorno da estampilha é ornamentado.

A tinta de todos estes tres typos é roxa.

*José Antonio Saraiva.*



#### N. 106 — EM 27 DE JULHO DE 1885

Não sendo o Despachante *mais* que um preposto para agenciar os despachos nas Alfandegas, não pôde ser considerado *parte* com a obrigação de pagar as differenças encontradas nos mesmos despachos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Julho de 1885.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso que José Antonio de Araujo Costa, Despachante geral dessa Alfandega, interpôz da decisão de V. S. de 15 de Abril ultimo, que o obrigou a pagar a quantia de 435\$240, differença entre a de 652\$860 que devia satisfazer, e a de 217\$620, que pagou de expediente de 5 % sobre o valor de 870.450 litros de sal, o negociante desta praça, hoje fallido, André Mendes Norton, de quem o recorrente foi o preposto e calculista do despacho, constante da nota n. 288 de 26 de Setembro do anno passado; o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, e mandar restituir ao recorrente a respectiva quantia; porquanto, sendo o Despachante apenas um preposto para agenciar o despacho, conforme declara a Ordem n. 497 de 7 de Outubro de 1884, não pôde ser considerado a *parte* a que se refere o art. 141, n. 5, do Regulamento de 2 de Agosto de 1876, a qual é o dono da mercadoria, que deverá satisfazer a differença dos referidos direitos; e, no caso de se recusar a isso, será por ella responsavel o empregado que não proceder convenientemente á revisão do calculo.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S. — *José Antonio Saraiva.* — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.



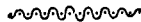
## N. 107 — EM 27 DE JULHO DE 1885

Indefere uma reclamação contra o imposto de loterias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 27 de Julho de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Communico a V. Ex. que não pôde ser attendida a representação, transmittida por cópia com o seu officio n. 23 de 30 de Julho proximo passado, dirigida a essa Presidencia pelo Thesoureiro das loterias da Provincia, contra a doutrina constante do Aviso deste Ministerio de 30 de Abril do corrente anno, declarando que a importancia dos impostos de que ficaram isentas, pela 2ª parte do art. 18 n. 7, da Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879, as loterias concedidas por leis provinciaes em beneficio das casas de caridade, estabelecimentos pios e de instrucção primaria existentes nas Provincias, e que forem nellas extrahidas, reverte integralmente em proveito desses estabelecimentos, e não pôde ser applicada aos premios de taes loterias, como erroneamente tem sido entendido em algumas Provincias; porquanto, não são procedentes as allegações daquelle Thesoureiro, á vista dos fundamentos do citado aviso.

Deus Guarde a V. Ex.— José Antonio Saraiva.— A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



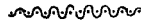
## N. 108 — EM 29 DE JULHO DE 1885

Declara que a Circular de 12 de Junho de 1883 não revogou o 1º membro da 1ª parte do art. 582 da Tarifa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 29 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo ao que representou o Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, em officio n. 353 de 11 do corrente mez, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effeitos, que a Circular de 12 de Junho de 1883 teve por fim, em caso especial, declarar que a roupa feita posta a despacho como camisa, devia ser classificada como jaquetão: não revogou, portanto, o 1º membro da 1ª parte do art. 582 da Tarifa em vigor.

José Antonio Saraiva.



## N. 103 — EM 29 DE JULHO DE 1885

Na isenção de direitos concedida á Real Companhia de Southampton para o carvão de pedra, comprehendem-se tambem os de expediente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Julho de 1885.

Para Sua Magestade o Imperador recorreu a Real Companhia de paquetes de Southampton do despacho deste Ministerio, que lhe indeferiu o requerimento, em que pedia ser dispensada de continuar a pagar os direitos de expediente sobre o carvão de pedra, que importa para o serviço de seus vapores.

Allegava a companhia :

1.º Que a isenção de direitos sobre o carvão que ella importa não é mera concessão do Poder Publico, mas uma clausula do contrato estipulado entre o recorrente e o Governo, e de que é instrumento o Decreto n. 2072 de 9 de Janeiro de 1858, clausula que, em consequencia, não podia ser alterada senão de commum accôrdo ;

2.º Que a expressão — livre de direitos — de que usa o citado decreto, comprehendendo, segundo o direito vigente ao tempo da publicação deste decreto, tanto os direitos de consumo, como os de expediente, não se podendo invocar, para interpretar aquella clausula, a distincção do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 entre direitos de consumo e os de expediente, sob pena de se dar ao decreto effeito retroactivo ;

3.º Que em favor de sua pretensão é expressa a doutrina consagrada pela Imperial Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 29 de Maio de 1872.

E o mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado :

Considerando que a isenção de direitos sobre o carvão importado pela companhia de que se trata, concedida pelo Decreto n. 2072 de 9 de Janeiro de 1858, é um acto de jurisdicção voluntaria, determinado pelo motivo de facilitar o commercio de transporte entre os portos do Imperio e os da Inglaterra ; e que attender á utilidade publica tal foi o pensamento do Governo, e não compensar e retribuir serviços especiaes da companhia ao mesmo Governo, e que nem ha no texto do decreto nenhuma disposição que possa autorizar a intenção que se lhe attribue ;

Considerando que a distincção entre direitos de consumo e os de expediente, e o principio de que a isenção de direitos incluye tão sómente os direitos de consumo, e não os de expediente, não é uma novação do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, art. 625 § 1º, com referencia ao art. 512, mas era o direito preexistente que o citado regulamento se limitou a reproduzir ;

Considerando finalmente que não valem para resolver a questão os precedentes invocados pela companhia, deduzidos da Reso-

lução de Consulta de 29 de Maio de 1872, porquanto esses precedentes podem ser dictados, não por força de princípios propriamente juridicos e obrigatorios, mas por deliberação do Governo de conceder um favor especial de caracter temporario, faculdade de que então estava de posse o Poder Executivo. A resolução de consulta em materia contenciosa constitue tão sómente um julgado; é uma simples sentença proferida em um caso, e que tem apenas a natureza e o effeito de um aresto.

Ora, os julgados e os arestos só aproveitam áquelles em cujo favor foram pronunciados, mas não instituem regra geral de decidir, e nem, por tanto, obrigam o Poder Publico nos casos supervenientes, mórmente quando se demonstra que não exprimem o direito em vigor:

Houve por bem Indeferir o referido recurso.

O que communico a V. S. para o devido conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S.— *José Antonio Saraiva*.— Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.



#### N. 110 — EM 30 DE JULHO DE 1885

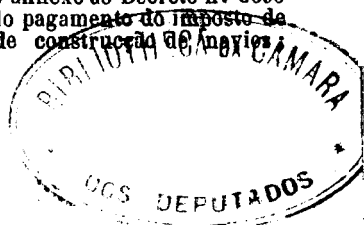
Os estaleiros para construcção de embarcações de qualquer natureza estão isentos do imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 30 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso, transmittido com o seu officio n. 38 de 29 de Janeiro proximo passado, interposto por Nicoláo João Lidstone da decisão da dita Thesouraria, confirmando a da Recebedoria das rendas internas, que não attendeu á reclamação por elle feita contra o imposto de industrias e profissões, lançado no exercicio de 1880-1881 sobre o estabelecimento, que considerou « de carpinteiro », sito á rua da Aurora n. 177, na capital da Provincia, de propriedade da firma Lidstone, Robilliard & C., da qual foi socio, e é actualmente liquidante.

Considerando que dos papeis que vieram annexos á petição do recorrente, vê-se ser elle estabelecido, á rua e numero acima mencionados, com estaleiro para o fabrico e concerto de canoas e alvarengas;

Considerando que pelo Regulamento annexo ao Decreto n. 5690 de 15 de Julho de 1874 estão isentos do pagamento do imposto de industrias e profissões os estaleiros de construcção de navios;



Considerando que este termo abrange todas as embarcações, quer movidas a remo, á vela ou por vapor, e não sómente os navios « de alto mar e de longo curso », como entendeu a Thesouraria:

Resolveu o referido Tribunal dar provimento ao recurso, afim de ficar o recorrente isento do pagamento do imposto de que se trata, á vista do disposto no art. 27, n. 2, do citado regulamento.

*José Antonio Saraiva.*



#### N. 111 — EM 31 DE JULHO DE 1885

Provimento de um recurso sobre indemnização de um volume vendido em leilão na Alfandega de Pernambuco.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 31 de Julho de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia de Pernambuco que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso de revista, transmittido com o seu officio n. 58 de 28 de Fevereiro proximo passado, interposto pelo negociante Antonio José de Azevedo, da decisão da Alfandega da dita Provincia que negou-lhe a indemnização do valor de uma caixa, marca A J A, n. 139, vinda no vapor francez *Ville de Pernambuco*, entrado em 23 de Janeiro de 1884, contendo laminas de vidro para espelhos, e arrematada em hasta publica.

Considerando que — comquanto a Alfandega, mandando vender em leilão o volume de que se trata, procedesse de conformidade com o disposto nos arts. 300, § 5º, 301, § 2º, e 302 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 e do art. 18 do Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, uma vez que, descarregada a mercadoria a 25 de Janeiro daquelle anno, não foi autorizado o respectivo despacho, iniciado a 4 do mez seguinte até a data do leilão, que se effectuou nove mezes depois da descarga — deixou-se comtudo de mencionar no edital para arrematação, como exige o art. 303 do dito regulamento, o numero do volume e o nome do dono ou consignatario da mercadoria, que era conhecido, porque, como acima se disse, esta já havia sido submettida a despacho;

Considerando que houve enorme differença entre a quantidade de 110 centimetros quadrados indicada no edital e a real, que é de 1.104 centimetros quadrados, o que, como allega o recorrente, induzia a crer que o volume continha simples amostra;



Considerando que, si não fosse essa differença, não se effectuaria a entrega da mercadoria no primeiro leilão, porque, sendo o valor official de 184\$ muito superior ao lanço aceito, de 50\$, ter-se-hia procedido a segunda e a terceira praças, como determina o art. 310 do citado regulamento, salvaguardando-se assim os interesses do dono e os direitos da Fazenda Nacional;

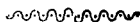
Considerando que desse erro resultou suppôr-se ser o valor official da mercadoria, de 185333, o qual, por ser muito inferior ao lanço 50\$, foi reputado vantajoso, quando entretanto poderia ter obtido, em segunda ou terceira praça, preço mais elevado, como se deu relativamente a outra constante das informações juntas ao recurso;

Considerando que, na fôrma do art. 141, n. 3, do Regulamento de 2 de Agosto de 1876, os empregados das Alfandegas são responsaveis pelas faltas, damnos, avarias e quaesquer prejuizos que soffrerem as mercadorias sujeitas a seu exame, desde que sejam occasionados por culpa ou negligencia delles;

Considerando que, no caso presente, o prejuizo proveio de negligencia dos empregados que classificaram, assistiram ao leilão e mais actos, até a sahida da mercadoria;

Resolveu o referido Tribunal tomar conhecimento do recurso, á vista do disposto no art. 764, § 1º, do supracitado Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e dar-lhe provimento, afim de ser o recorrente indemnizado por elles do prejuizo que soffreu; mandar advertil-os pela sua falta de zelo, e approvar o acto da Inspectoria da Alfandega obrigando-os a indemnizarem a Fazenda Nacional da importancia dos respectivos direitos.

*José Antonio Saraiva.*



#### N. 112 — EM 5 DE AGOSTO DE 1885

Declara que não ha incompatibilidade em servir de Despachante o cunhado de um 2º Escripturario.

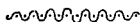
Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 5 de Agosto de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o recurso interposto por Arthur Ferreira de Abreu, do acto do Inspector da Alfandega da cidade de Paranaguá, que demittiu-o do logar de Despachante geral, e prohibiu-lhe a entrada na dita Alfandega, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná, para o fazer constar ao da Alfandega, que não se acha incompatibilisado o recorrente para o exercicio do logar de Despachante, por ser

cunhado de um 2º Escripturario encarregado de conferencias de mercadorias, porque a distribuição do serviço se pôde fazer de modo que não fique aquelle sob a fiscalisação deste, não sendo, portanto, applicavel ao caso a Ordem n. 9 de 4 de Fevereiro do anno proximo passado, a qual declara não poder exercer o logar de Despachante um genro do Inspector da Alfandega, a quem compete resolver sobre tudo o que fôr concernente ao serviço da Repartição sob sua direcção.

Quanto á prohibição de entrada do recorrente na Alfandega, tendo elle já soffrido a dupla pena que lhe foi imposta, não deve ser obstaculo para a sua readmissão.

*José Antonio Saraiva.*



#### N. 113 — EM 5 DE AGOSTO DE 1885

Provimento de um recurso sobre multa de direitos em dobro por differença de quantidade verificada n'um despacho, cuja nota re-feria-se a liquidos e outras mercadorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Agosto de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso, transmittido com o seu officio n. 115 de 4 de Maio proximo passado, interposto por Americo & F. Martins, da decisão da Alfandega da cidade de Santos, que impoz-lhes a multa de direitos em dobro, na importancia de 69\$120, pelo acrescimo de 432 litros verificado na conferencia de 40 quartolas com vinho commum, vindas de Genova no vapor italiano *Malabar* e submettidas a despacho pela 3ª addição da nota n. 589 de 11 de Março do corrente anno.

Considerando que não devia ter sido aceita esta nota, desde que o despacho dos liquidos se faz separadamente do de outras mercadorias (Consolidação das Leis das Alfandegas, art. 496);

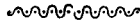
Considerando que, aceita a dita nota, ordenou-se indevidamente á parte que corrigisse as duas primeiras addições, quando era caso de impôr-se logo a multa de um e meio a cinco por cento (Consolidação citada, art. 492, § 2º *in fine*);

Considerando que, tendo-se deixado de repetir por extenso o liquido da 3ª addição, não se exigiu que fosse reformada a nota, o que daria fundamento para a imposição da multa de expediente, si a parte não quizesse satisfazer essa exigencia (Consolidação citada, art. 492, § 2º):

Resolveu o referido Tribunal tomar conhecimento do recurso, e dar-lhe provimento, como de revista, na forma do disposto no

art. 76<sup>a</sup>, § 1<sup>o</sup>, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, afim de ser cobrada dos recorrentes sómente a mencionada multa de um e meio a cinco por cento, pelas declarações vagas das duas 1<sup>as</sup> addições; mandando, outrossim, chamar a attenção do Inspector daquella Alfandega para a falta da cobrança da armazenagem, a qual, si effectuou-se, não consta da nota do despacho, assim como para a quota do expediente de capatazias cuja importancia se acha declarada integralmente, sem estar discriminada a relativa aos volumes isoladamente, e depois as dezenas excedentes.

*José Antonio Saraiva.*



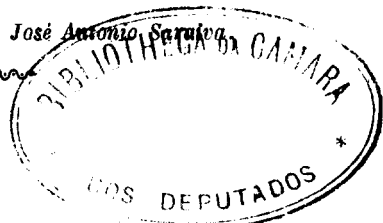
**N. 114 — EM 5 DE AGOSTO DE 1885**

Provimto de um recurso sobre multa de direitos em dobro n'um despacho de cabeçadas de couro com redeas, visto ser a differença encontrada de qualidade e não de quantidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 5 de Agosto de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 109 de 25 de Abril proximo passado, interposto por Americo & F. Martins da decisão da Alfandega da cidade de Santos, que impoz-lhes a multa de direitos em dobro, na importancia de 1445, pelo accrescimento encontrado em uma caixa que submeteram a despacho pela 3<sup>a</sup> addição da nota n. 155 de 9 de Dezembro de 1884, como contendo 20 duzias de cabeçadas de couro simples, sem redeas, e que na conferencia se verificou serem « com redeas »; resolveu tomar conhecimento delle, como de revista, e dar-lhe provimto, afim de serem os recorrentes relevados da multa de que se trata, e pagarem sómente a de 1 ½ a 5 %, a juizo do Inspector da Alfandega, visto ser a differença encontrada, de qualidade, e comprehendida por isso no disposto na ultima parte do art. 18 do Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, combinada com o art. 20 da de n. 8549 de 27 de Maio de 1882; mandando, outrossim, cobrar a differença entre a taxa de 28400 lançada na 4<sup>a</sup> addição, e a de 45800 estabelecida no art. 48 da Tarifa em vigor para a mercadoria nella mencionada.

*José Antonio Saraiva*



## N. 115 — EM 6 DE AGOSTO DE 1885

A faculdade de annullar dividas de taxas de escravos, no caso de morte ou manumissão, refere-se a qualquer mez do exercicio em que occorrer algum destes factos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 6 de Agosto de 1885.

Tendo em vista a representação da Directoria Geral das Rendas Publicas, sobre a qual V. S. informou em officio de 9 de Julho ultimo, relativamente ao modo por que tem sido executado nessa Repartição o art. 23 do Regulamento n. 7536 de 15 de Novembro de 1879, declaro a V. S., para os devidos effeitos, que a faculdade de poder annullar a divida de taxa de escravos, nos casos de morte ou manumissão, refere-se a todo e qualquer mez do exercicio em que occorra algum dos ditos casos, e não sómente ao primeiro semestre, como entende essa Repartição.

Deus Guarde a V. S. — *José Antonio Saraiva*. — Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.



## N. 116 — EM 7 DE AGOSTO DE 1885

Provimto de um recurso contra o aforamento de um terreno de marinha na capital do Pará.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador o requerimento, em que Fernandes de Oliveira & C.<sup>a</sup> recorrem da decisão deste Ministerio, constante do Aviso dirigido a essa Presidencia em 30 de Dezembro de 1883, que deu preferencia ao Visconde de Santo Elias no aforamento de um terreno de marinha ao lado do extincto forte do Castello, com frente para o boulevard « Dantas Filho », na capital dessa Provincia, Houve o mesmo Augusto Senhor por bem, á vista do parecer da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Indeferir o referido requerimento, por Sua Imperial Resolução do 1.<sup>o</sup> do corrente mez, porquanto a questão de que se trata é contenciosa, e já foi, em virtude de provocação de outro recurso, decidida pela Imperial Resolução de 15 de Dezembro de 1883, mandada executar pelo mencionado Aviso de 30 de Dezembro do mesmo anno.

Cumpre ponderar que não se trata de uma simples reclamação graciosa, que tenha solução por exercício de attribuição de puro mando, mas de pôr outra vez em litigio um direito de cidadão, reconhecido e declarado por acto de jurisdição administrativa do Governo, nos termos do Decreto n. 4105 de 22 de Fevereiro de 1868, art. 15, § 1º, mediante clausulas e formalidades definidas do processo. Com a Imperial Resolução de 15 de Dezembro de 1883 foi exercida e extinguiu-se para o caso a jurisdição de que trata o citado artigo do Decreto de 1868.

Nem é consentaneo com a autoridade da coisa julgada admitir-se, sob pretexto de reclamação, contestações que se podem reproduzir indefinidamente, sendo juridicamente tão aceitavel a primeira ou a segunda, como todas as mais que se seguissem, accrescendo que a decisão em materia contenciosa não pôde ser impugnada por meio de reclamações graciosas.

O que communico a V. Ex. para o devido conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Antonio Saraiva.*— A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Pará.



#### N. 117 — EM 7 DE AGOSTO DE 1885

O termo de apprehensão de contrabando deve ser lavrado em seguida a ella, bem como os interrogatorios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 52 de 6 de Março ultimo, interposto por Manoel Fernandes da Costa Neves contra o despacho que julgou procedente a apprehensão das joias, que, em acto de busca, e por denuncia, foram encontradas em sua bagagem; e outrossim mandar chamar a attenção da Alfandega para as irregularidades que se notam no termo de apprehensão que, na forma do art. 744 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, Decretos ns. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 49, e 8912 de 24 de Março de 1883, art. 26, deve ser lavrado em seguida á apprehensão, bem como os interrogatorios, mencionando-se no dito termo o dia, hora e logar em que foi effectuada.

*José Antonio Saraiva.*



## N. 118 — EM 8 DE AGOSTO DE 1885

Approva a designação de um empregado da Thesouraria de Goyaz para servir o lugar do gerente e guarda-livros da Caixa Economica, por não haver quem o queira exercer.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex. que fica approvedo o seu acto ordenando ao Inspector da Thesouraria de Fazenda que designasse um empregado della para servir o lugar de gerente e guarda-livros da Caixa Economica e Monte de Soccorro dessa Provincia; visto ter-se exonerado o serventuario daquelle lugar, e não haver quem o queira exercer, por estarem por pagar os respectivos vencimentos, ha cerca de quatro annos, por falta de fundos, segundo consta do officio de V. Ex., n. 15 do 1º de Julho proximo passado, e cópia a elle annexa.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Antonio Saraiva*. — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.



## N. 119 — EM 13 DE AGOSTO DE 1885

Autoriza a creação de uma Mesa de rendas na villa de Cananéa, Provincia de S. Paulo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Agosto de 1885.

*José Antonio Saraiva*, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, autoriza o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, á vista da informação que remetteu por cópia, com o seu officio n. 158 de 17 de Junho proximo passado, para crear uma Mesa de rendas de 3ª ordem na villa de Cananéa, em substituição da Agencia, nella existente, da Mesa de rendas da cidade de Iguapé.

A nova Mesa de rendas que ficará immediatamente subordinada á Thesouraria, na forma do art. 137, terá por territorio o da dita villa e as attribuições constantes do art. 134 da Consolidação das Leis das Alfandegas; percebendo o Administrador e o Escrivão a comissão de 60 %, de accordo com o art. 157 da citada consolidação, sendo 3/5 para o primeiro e 2/5 para o segundo.

*José Antonio Saraiva*.



## N. 120 — EM 14 DE AGOSTO DE 1885

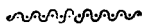
Declara que os termos de responsabilidade que os agentes das companhias de paquetes das linhas regulares assignam, na fórma dos arts. 479 do Regulamento de 1860 e 9º do Decreto de 4 de Maio de 1872, devem ser lavrados todas as vezes que tiverem de ser desembaraçados os ditos paquetes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Província de Pernambuco que fica approvado o seu acto decidindo em sessão da Junta, segundo consta do seu officio n. 128 de 30 de Maio proximo passado e cópias a elle annexas, que o termo de responsabilidade que os agentes das companhias de paquetes das linhas regulares assignam, na fórma dos arts. 479 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 e 9º do Decreto n. 4955 de 4 de Maio de 1872, devem ser lavrados todas as vezes que tiverem de ser desembaraçados em cada porto os ditos paquetes; e que, á vista delles, se deve operar a liquidação do manifesto, para ser imposta a multa em que tenha incorrido o Commandante do paquete a que se referir.

Quanto á falta de liquidação de taes termos pela Alfandega, cumpre que mande proceder a ella, e cobrar pelos meios legais a importancia das multas de que se trata; considerando caduco o privilegio de que gozam aquellas companhias, quando os respectivos agentes se recusarem a satisfazer-as, ou se tornarem remissos ao pagamento do que se obrigaram, até que se reabilitem.

*José Antonio Saraiva.*



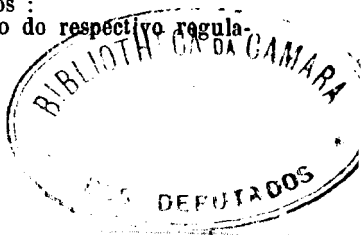
## N. 121 — EM 14 DE AGOSTO DE 1885

Prohibe a impressão de obras particulares na Imprensa Nacional por conta do Estado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista a informação do Sr. Administrador da Imprensa Nacional, de 12 do corrente mez, declara ao mesmo Sr. Administrador, para os devidos effeitos:

1.º Que, de conformidade com o artigo do respectivo regula-



mento, fica vedada a publicação de escriptos ou obras particulares por conta do Estado.

As impressões em andamento serão indemnizadas entregando os autores a metade da edição mandada tirar, ou tantos exemplares quantos forem precisos para pagar metade da despeza, dando-se a cada exemplar o valor por que elle tiver ficado depois de prompto.

2.º Que a impressão dessas obras deve ser a menos dispendiosa e os volumes simplesmente brochados. Si os autores desejarem melhor impressão ou entenderem que os volumes devem ser cartonados ou encadernados, pagarão o augmento resultante antes de retirarem os exemplares a que tiverem direito.

3.º Que a parte das mesmas obras que couber ao Governo em publicações sobre instrução publica deverá ser immediatamente remetida ao Ministerio do Imperio, ao qual será carregada a despeza respectiva pelo preço por que tiver a mesma ficado á Imprensa.

De tudo fará essa Administração comunicação ao mesmo Ministerio, não só para que elle autorize a indemnização por jogo de contas, mas também para que prohiba que os estabelecimentos publicos de instrução comprem exemplares das mesmas obras enquanto esse Ministerio os tiver.

4.º Que nenhuma impressão de obra official autorizada por qualquer dos Ministerios será começada antes de haver essa Administração orçado o custo da mesma obra e communicado ao Ministerio requisitante e ao da Fazenda.

5.º Finalmente, que o disposto nos artigos anteriores comprehendendo as impressões em andamento por conta do Estado ou de particulares, o as que o Governo autorizar de hoje em diante por conta do Estado.

*José Antonio Saraiva.*



#### N. 122 — EM 17 DE AGOSTO DE 1885

Os engenhos centraes ficam equiparados ás fabricas de distillação, para pagamento do respectivo imposto. (\*)

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 17 de Agosto de 1885.

José Antonio Saraiva, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento e devidos effeitos, e de accôrdo

---

(\*) Ordem á Thesouraria de Pernambuco neste sentido.



com a Ordem expedida nesta data á da Provincia de Pernambuco, que os engenhos centraes foram assemelhados ás fabricas de distillação para pagarem, nos termos dos arts. 6º e 9º do Regulamento annexo ao Decreto n. 5690 de 15 de Julho de 1874, as taxas da tabella **C** do Decreto n. 6980 de 20 de Julho de 1878, quando as respectivas emprezas não distribuirem dividendos aos seus accionistas, e não empregarem productos da propria lavoura ou dos seus rendeiros, na fórma do art. 4º, n. 2, do citado regulamento e da Circular n. 192 de 22 de Maio de 1877; ficando tambem sujeitas, de conformidade com a tabella **D**, 3ª classe, á taxa de 5% do valor locativo dos estabelecimentos, em que forem expostos á venda os seus productos, si não estiverem completamente separados.

*José Antonio Saraiva.*



**N. 123 — EM 1 DE SETEMBRO DE 1885**

Declara que os logares de Administrador e Escrivão da Mesa de rendas de Antonina devem ser exercidos por empregados da Alfandega de Paranaguá.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 1 de Setembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná, em resposta á consulta constante do seu officio n. 6 de 5 de Agosto proximo passado, endereçado á Directoria Geral das Rendas Publicas, e do que veio annexo por cópia, n. 63 de 26 de Junho de 1884, que emquanto pertencer á Mesa de rendas da cidade de Antonina a attribuição concedida pelo art. 2º do Decreto n. 7063 de 31 de Outubro de 1878, só poderão os logares de Administrador e de Escrivão da dita Mesa de rendas ser preenchidos por empregados da Alfandega de Paranaguá, nomeados e substituidos na fórma do art. 6º do citado decreto; conforme já foi tambem declarado á Presidencia por Aviso de 9 de Dezembro daquelle anno, cujo cumprimento ora lhe é recommendado.

*F. Belisario Soares de Souza.*



**N. 121 — EM 10 DE SETEMBRO DE 1885**

Declara quaes os documentos *and* devem ter as embarcações mercantes brasileiras, quando despachadas para portos estrangeiros.

**Ministerio dos Negocios da Fazenda.**— Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1885.

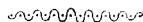
Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao Aviso de V. Ex. sob n. 26 de 25 de Agosto ultimo, ao qual acompanhou nota da Legação Britannica pedindo informações sobre os diversos papeis que devem ter as embarcações mercantes brasileiras, cumpre-me declarar a V. Ex. que, segundo informou a Alfandega do Rio de Janeiro, o unico documento por ella fornecido ás referidas embarcações, quando despachadas para portos estrangeiros, é o passaporte constante do modelo junto, e que além desse documento devem os Capitães ou mestres levar a matricula da tripulação com o «Visto» da Capitania do porto, carta de saude fornecida pelo Consul da Nação, a cujos portos se destinam as mesmas embarcações, e finalmente, carta da Junta Commercial onde conste o nome do proprietario do navio, tonelagem deste e logar da construcção.

Além desses documentos o Codigo Commercial exige que as embarcações mercantes nacionaes, quando despachadas para portos estrangeiros, devem levar os seguintes :

A guia ou manifesto da Alfandega do porto brasileiro de onde houver sahido a embarcação, feito na conformidade das leis, regulamentos e instrucções fiscaes ;

A carta de fretamento, nos casos em que esta tiver logar, e os conhecimentos da carga existente a bordo, si alguma houver ; os recibos das despesas dos portos de onde sahir, comprehendidas as de pilotagem, ancoragem e mais direitos ou impostos de navegação ; e finalmente, um exemplar do Codigo Commercial.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza.*  
— A S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.

**N. 125 — EM 12 DE SETEMBRO DE 1885**

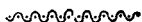
Sobre o sello a que estão sujeitos os vencimentos dos empregados de estradas de ferro e de nomeação da respectiva companhia.

**Ministerio dos Negocios da Fazenda.**— Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Devolvendo a V. Ex. o incluso officio n. 1008 do Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraná de

4 de Agosto ultimo, remettido com o seu Aviso n. 149 de 29 do mesmo mez, e no qual aquelle Engenheiro consultou si os vencimentos dos empregados da dita estrada e de nomeação da respectiva companhia estão ou não sujeitos ao sello de 2 % a que se refere o § 5º, n. 10, da tabella A, annexa ao Regulamento que baixou com o Decreto n. 8916 de 19 de Maio de 1883, cumpre-me declarar a V. Ex. que, sobre consulta identica, communicou-se a esse Ministerio, por Aviso n. 196 de 27 de Outubro de 1884, que só estão sujeitos ao referido sello os titulos de emprego effectivo de taes sociedades de vencimentos de 200\$ para cima, conforme a citada tabella, e quanto aos empregados que não tiverem titulos de nomeações effectivas, nem o character de permanencia, sendo apenas auxiliares que prestam serviços, enquanto delles se precisa, sendo substituidos de um momento para outro, não devem pagar o imposto, qualquer que seja o vencimento.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza.*  
— A S. Ex. o Sr. Antonio da Silva Prado.



#### N. 126 — EM 14 DE SETEMBRO DE 1885

Provimento de recurso sobre multa de direitos em dobro pelas diferenças de quantidade encontradas em um despacho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 14 de Setembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso, transmittido com o seu officio n. 122 de 12 de Maio proximo passado, interposto por Americo & F. Martins da decisão da Alfandega da cidade de Santos, que impoz-lhes a multa de direitos em dobro, na importancia de 57\$632, pelas diferenças, para mais, encontradas nas mercadorias constantes das addições 1ª, 4ª e 12ª da nota n. 408 de 7 de Fevereiro do corrente anno.

Considerando que, si essa nota não continha alguns dos requisitos essenciaes, não devia ter sido aceita, e cumpria ao Inspector daquella Alfandega mandal-a reformar ou corrigir;

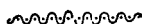
Considerando que, sómente nos casos de — não querer a parte interessada ou o seu preposto satisfazer essa exigencia, nem apresentar motivo justificado; de não poder ser preenchida a falta senão depois do exame do volume ou da mercadoria; e, finalmente, de conter a nota declarações vagas — tem cabimento a

multa de 1 ½ a 5 %, na forma do art. 545, § 2º, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 ;

Considerando que, não se havendo verificado alguma das citadas hypothèses, nem mesmo é applicavel aos recorrentes a mencionada multa :

Resolveu o referido Tribunal dar provimento ao recurso afim de ser restituída aos recorrentes a importancia da multa de direitos em dobro que indevidamente lhes foi imposta.

*F. Belisario Soares de Souza.*



#### N. 127 — EM 15 DE SETEMBRO DE 1885

Sobre a penhora mandada effectuar pelo Juizo da 2ª Vara Cível arrombamento do proprio nacional da rua do Curvello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 15 de Setembro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Rogo a V. Ex. se digne expedir as necessarias ordens ao Promotor Publico para proceder criminalmente contra quem de direito pelo abuso ou má fé que tenha havido relativamente á penhora mandada effectuar pelo Juizo da 2ª Vara Cível e arrombamento do predio de propriedade do Estado, sito á rua do Curvello n. 45 outr'ora 43, em Santa Thereza, como constam dos Avisos do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas sob ns. 147 e 153, de 18 de Agosto findo e 3 do corrente mez.

Inclusas remetto a V. Ex., para serem transmittidas ao referido Promotor, cópias do termo de arrendamento do predio, assignado em 10 de Abril de 1848 pelo Senador Cassiano Speri-dião de Mello Mattos, da Portaria de 28 de Fevereiro do mesmo anno expedida á Recebedoria deste municipio e do officio n. 296 da Inspectoria Geral das Obras Publicas de 26 de Junho do corrente anno, podendo ser requisitados do Ministerio a meu cargo quaesquer outros documentos ou informações que possam servir para esclarecimento da Justiça.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza.*— A S. Ex. o Sr. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. (\*)

---

(\*) Deu-se conhecimento ao Ministerio da Agricultura.

## N. 128 — EM 15 DE SETEMBRO DE 1883

Declara que não devem ser recusados os manifestos originaes dos navios, quando estiverem escriptos com tinta violeta, mas exigir-se que as respectivas traducções o sejam com tinta preta indelevel.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 15 de Setembro de 1883.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para o fazerem constar aos das respectivas Alfandegas, que, a exemplo do que se pratica na Alfandega do Rio de Janeiro, não devem ser recusados os manifestos originaes dos navios, quando estiverem escriptos com tinta violeta, mas exigir-se que as respectivas traducções o sejam com tinta preta indelevel; e quando se apresentarem conhecimentos de carga nas mesmas condições, deverão os interessados reproduzir com tinta preta as declarações escriptas com aquella tinta, tambem de accôrdo com a pratica seguida na mencionada Alfandega.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 129 — EM 16 DE SETEMBRO DE 1883

Provimento de um recurso sobre classificação de meias em que o Tribunal do Thesouro mandou restituir a importancia dos direitos de mais pagos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Setembro de 1883.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 160 de 27 de Junho proximo passado, interposto por Theophilo Aguiar Alves da decisão da Alfandega de Santos, que classificou como « de fio de escossia » para pagar a taxa de 25400 cada duzia, na fórma do art. 513 da Tarifa em vigor, 25

duzias de pares de meias que submeteram a despacho pela segunda addição da nota n. 1043 de 28 de Março do corrente anno, como « de algodão », não especificadas, curtas, de mais de 20 centímetros de comprimento no pé, sujeitas á taxa de 600 réis cada duzia, de accôrdo com o citado artigo; visto ter sido a mercadoria de que se trata bem classificada pelos recorrentes, aos quaes deverá portanto ser restituída a importancia dos direitos que de mais pagaram.

*F. Belisario Soares de Souza.*



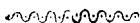
### N. 130 — EM 17 DE SETEMBRO DE 1885

Approvã com clausulas novas a prorrogação de prazo do arrendamento do terreno em que estêve o extincto Arsenal de Marinha da cidade de Santos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 17 de Setembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo que, á vista do que informa em officio n. 148 de 10 de Junho proximo passado, fica approvado o seu acto prorogando por tres annos, a contar de 5 de Abril de 1886 em diante, conforme requerera a Companhia de navegação Paulista, representada por seu agente José Maria de Albuquerque Bloem, o prazo do arrendamento, a ella feito, por contrato celebrado em 5 de Abril de 1883, do terreno em que esteve o extincto Arsenal de Marinha da cidade de Santos; devendo, porém, no termo do novo contrato, que será submettido á approvação do Thesouro, incluir-se as clausulas, não só de ficar livre ao Governo Imperial o direito de, em qualquer tempo, rescindir-o, sem fazer indemnização alguma á arrendataria, no caso de que o terreno torne-se necessario ás obras do caes daquelle cidade, como também de não ser prejudicado de qualquer modo o bom estado do respectivo porto.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 131 — EM 17 DE SETEMBRO DE 1885

Indefere um recurso de revista relativo á imposição da multa de 30 % sobre o valor de diversas mercadorias encontradas no acto da revista fiscal da descarga de um navio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Setembro de 1885.

Francisco Belisario Soares da Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso de revista, transmittido com o seu officio n. 120 de 9 de Junho proximo passado, interposto por Sears & C.<sup>a</sup> da decisão da Alfandega da dita Provincia que impoz a multa de 30 %, na importancia de 118,898, sobre o valor de diversas mercadorias encontradas no acto da revista fiscal da descarga da barca ingleza *Lucy March*, de que são consignatarios; visto estar a decisão recorrida de conformidade com os arts. 421, 2.<sup>a</sup> parte, e 422 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e não constarem tas mercadorias da traducção da lista dos sobresalentes, nem haver meio de verificar a allegação dos recorrentes de constarem da lista original, por ter-se extraviado, e não haver motivo para attribuir-se essa falta á Alfandega.

F. Belisario Soares de Souza.



## N. 132 — EM 19 DE SETEMBRO DE 1885

Indefere um recurso sobre classificação de tanques, tubos e cimento de ferro, que se pretendia despachar livres de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 19 de Setembro de 1885.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Monteiro, Hime & C.<sup>a</sup> da decisão dessa Inspectoria, que mandou cobrar direitos de tres tanques, tres tubos e cimento de ferro vindos de Liverpool no vapor inglez *Nasmyth*, e que a principio pretenderam despachar *ad valorem* pela nota

n. 5826 de Março ultimo, e depois como livres de direitos, por julgarem taes objectos comprehendidos no art. 1066 da Tarifa em vigor; o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, por não se verificar nenhum dos casos enumerados no art. 20 das disposições preliminares da mesma tarifa, e não ter logar a classificação da referida mercadoria naquelle artigo, visto não se tratar de objectos de exclusivo e unico emprego nas estradas de ferro, porém, que tanto servem nas ferro-vias como nas fabricas ou em qualquer casa particular.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S.— *F. Belisario Soares de Souza*.— Sr. Conselheiro, Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.



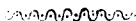
#### N. 133 — EM 21 DE SETEMBRO DE 1885

Communica que as declarações e documentos exhibidos pelos possuidores de terras só estão isentos do imposto do sello quando apresentados para o registro obrigatorio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 21 do Setembro de 1885.

Illm. o Exm. Sr.— Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso n. 3 de 29 de Agosto ultimo, que as declarações e documentos apresentados pelos possuidores de terras para o registro obrigatorio, determinado pelo art. 13 da Lei n. 601 de 18 de Setembro de 1850 e art. 91 do Regulamento de 3 de Janeiro de 1854, continuam isentos do sello fixo, visto não haver disposição alguma alterando o Aviso do Ministerio do Imperio de 17 de Janeiro de 1855 e Ordem n. 86 de 10 de Março de 1857 expedida á Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, a qual declarou que não tendo o Regulamento de 30 de Janeiro de 1854 estabelecido que aquellas declarações pagassem sello, não se o devia exigir, ficando entretanto sujeitos a esse imposto quando forem apresentados a qualquer autoridade para produzir effeito diverso daquelle para o qual os possuidores de terras são obrigados a exhibil-os.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza*.— A S. Ex. o Sr. Antonio da Silva Prado.





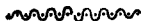
## N. 134 — EM 23 DE SETEMBRO DE 1885

Ordena que se remetam ao Ministério da Marinha invariavelmente em Novembro de cada anno, a lista de navios e mais esclarecimentos exigidos pela Circular n. 51 de 15 de Dezembro de 1884.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 23 de Setembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso n. 1082 do Ministerio da Marinha de 10 do corrente mez, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que providenciem para que as respectivas Alfandegas e Mesas de rendas remetam, quanto antes, á Secretaria de Estado daquelle Ministerio a lista de navios e mais esclarecimentos exigidos pela Circular n. 51 de 15 de Dezembro ultimo; e recommenda aos mesmos Srs. Inspectores que não se limitem a organizar por esta vez sómente a mencionada lista, porque ella deverá ser apresentada invariavelmente em cada anno, no mez de Novembro, com as alterações que se tenham dado desde a data da lista anterior, de modo a se publicar em Janeiro seguinte como supplemento do Codigo internacional de signaes maritimos.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 135 — EM 23 DE SETEMBRO DE 1885

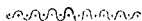
Indefere um recurso relativo á entrega do producto liquido da venda em leilão, para consumo, de 500 barricas de farinha de trigo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 23 de Setembro de 1885.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso que Allen & Comp., arrendatarios do trapiche « Bastos » interpuzeram da decisão dessa Inspectoria que lhes negou a entrega da quantia de \$:114,800, producto liquido do leilão de 500 barricas de farinha de trigo vindas de New York no vapor americano *Advance*, entrado em 24 de Abril do anno passado, vendidas para consumo em 14 de Março ultimo e que faziam parte do carregamento de 3.500 barricas que estiveram depositadas naquelle trapiche, o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, visto não provarem os recorrentes que as 500 barricas

pertenciam ao dono das 3.000 já retiradas do trapiche; tendo, portanto, direito somente ao pagamento da armazenagem das 500 arrematadas. O que communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S.—*F. Belisario Soares de Souza*.—  
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.



**N. 136 — EM 24 DE SETEMBRO DE 1885**

Equipara a industria de mercador de manequins á de mercador de fôrmas, para pagamento do respectivo imposto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 24 de Setembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, que a industria de mercador de manequins foi assemelhada á de mercador de fôrmas, para pagar as taxas das tabellas **A** 4ª classe e **D** 3ª classe do Decreto n. 6980 de 20 de Julho de 1878.

*F. Belisario Soares de Souza.*



**N. 137 — EM 25 DE SETEMBRO DE 1885**

Recommenda ás Thesourarias que restrinjam as despesas das Repartições a seu cargo aos créditos distribuidos para cada uma das respectivas verbas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que restrinjam as despesas das Repartições a seu cargo aos créditos distribuidos para cada uma das respectivas verbas, os quaes não deverão ser excedidos, sob pena de responsabilidade; cumprindo, outrossim, que transmitam identica recommendação ás Repartições que lhes são subordinadas.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 138 — EM 25 DE SETEMBRO DE 1885

Resolve uma consulta sobre o prazo concedido para apresentação dos volumes declarados no manifesto, e não descarregados por engano.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso n. 30 desse Ministerio de 3 do corrente mez, ao qual acompanhou cópia da carta do agente da *Royal Mail Steam Packet Company* ao Vice-Consul do Brazil em Southampton, consultando sobre o prazo concedido para apresentação dos volumes declarados no manifesto, e não descarregados por engano, cumpre-me communicar a V. Ex. que, no caso de que se trata, não se concede prazo algum, porém quando os volumes esquecidos a bordo voltam em torna-viagem na mesma embarcação ou em outra de identica procedencia, releva-se qualquer penalidade que haja sido imposta, o que quasi nunca succede, porquanto a volta realiza-se em prazo curto, muitas vezes antes de liquidada a conferencia do respectivo manifesto.

Deus Guarde a V. Ex. — F. Belisario Soares de Souza. — A S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.



## N. 139 — EM 30 DE SETEMBRO DE 1885

Indefere um recurso relativo á contribuição para casas de caridade, devido pelos paquetes da Companhia *Messageries Maritimes*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Setembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 193 de 29 de Julho proximo passado, interposto pelo agente da Companhia *Messageries Maritimes*, da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Alfandega que mandou arrecadar para a Casa de Misericordia do Recife a contribuição para casas de caridade, que haviam deixado de pagar os paquetes daquella companhia; — visto estar a decisão recorrida de conformidade

com o art. 632, paragrapho unico, da Consolidação das Leis das Alfandegas e com o que foi resolvido pela Ordem n. 10 de 5 de Fevereiro do corrente anno, uma vez que a Casa de Misericórdia de que se trata aceitou o onus imposto pela disposição do citado artigo; e só pôde deixar de ser cobrada a referida contribuição em virtude de disposição legislativa, identica á que contém o art. 26 da Lei n. 2782 de 20 de Outubro de 1877.

*F. Belisario Soares de Souza.*



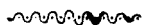
#### N. 140 — EM 30 DE SETEMBRO DE 1885

Indefere um recurso relativo á restituição de direitos de consumo e additionaes, de diversas obras de ferro batido, simples, por não serem julgadas accessorios de trilhos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Setembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso transmittido com o seu officio n. 133 de 30 de Junho proximo passado, interposto pela Companhia de bonds Paraense da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Alfandega, que negou-lhe a restituição da quantia de 3:441\$467, proveniente de direitos de consumo e additionaes de 60 %, pagos por cem caixas, marca *C B P*, que submetteu a despacho pelas notas ns. 539 e 540 de 20 de Fevereiro do corrente anno, como contendo « obras de ferro batido, simples, não classificadas » com o peso liquido legal de 21.744 kilogrammas, sujeitas á taxa de 100 réis, na forma do art. 825 da Tarifa em vigor, e allegou estarem isentas de taes direitos, á vista da Circular n. 15 de 8 de Abril de 1884, que isentou delles os trilhos e accessorios, importados para linhas de carris urbanos; — porquanto, só teria cabimento a restituição pretendida pela recorrente, diante da prova de serem accessorios de trilhos as obras de que se trata, e não podem constituir essa prova os documentos por ella apresentados para fundamentar sua reclamação.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 141 — EM 1 DE OUTUBRO DE 1885

Provimto de um recurso sobre restituição de direitos de exportação indevidamente cobrados pelo despacho de 200 saccos com milho nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 1 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagôas que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso transmittido com o seu officio n. 71 de 13 de Maio proximo passado, interposto por Manoel da Silva Peixoto & C.<sup>a</sup> da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Alfandega da cidade do Penedo que indeferiu o requerimento em que pediram a restituição da quantia de 150\$000, proveniente de direitos de exportação indevidamente pagos por 200 saccos com milho nacional, pesando 100.000 kilogrammas, despachados para a ilha do Sal, Cabo Verde, e embarcados no lugar norueguense Gaa;— porquanto, não tem applicação ao caso a hypothese de pagamento de taxa incompetente, prevista no art. 606, 2.<sup>a</sup> parte, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, em que se fundou a decisão recorrida, para que a prescrição seja a estabelecida no art. 775 do citado regulamento, mas de restituição de direitos indevidos, para a qual a prescrição é igual á que se refere o Decreto n. 857 de 12 de Novembro de 1851, conforme já foi declarado pela Ordem n. 427 de 12 de Novembro de 1874.

Outrosim, observa ao Sr. Inspector que não podia a Thesouraria tomar conhecimento do recurso de que se trata, por ser de revista, e portanto da competencia do referido Tribunal, attenta a importancia dos direitos, que se acha na alçada da Alfandega, e ordena-lhe que preste as necessarias informações sobre o facto constante do processo do despacho, de ter-se dado valor ao milho para a cobrança dos direitos de exportação, até 13 de Dezembro de 1884, não obstante estar esse genero isento de taes direitos, em virtude do art. 5.<sup>o</sup> da Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882.

*F. Belisario Soares de Souza.*



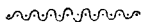
## N. 142 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1885

Ordena a remessa ao *Diário Official* de demonstrações das rendas geraes arrecadadas nas Províncias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o que representou o Director do *Diário Official* em officio de 2 do corrente mez, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que cumpram fielmente a Circular n. 13 de 2 de Abril do anno passado, remettendo regularmente ao referido Director, nos primeiros dias de cada mez, as demonstrações não só das rendas geraes arrecadadas nas respectivas Províncias, mas tambem as do movimento de importação e exportação dos principaes generos e mercadorias.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 143 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1885

As embarcações que entram nos portos de Mossoró e Macão estão sujeitas ao imposto de pharões, bem como ao sello dos respectivos *passes*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento e devidos effeitos, que foi approvedo o acto da da Provincia do Rio Grande do Norte mandando, segundo deu conta em officio n. 64 de 14 de Agosto proximo passado, effectuar, de conformidade com os arts. 596 a 598 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de rendas, a cobrança do imposto de pharões dos navios que entram nos portos de Mossoró e Macão, o qual deixára até então de ser arrecadado pelas respectivas Mesas de rendas; assim como a do sello dos « passes » a que estão sujeitas as ditas embarcações, pela fórmula estabelecida nos arts. 445 a 449 da dita consolidação.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## · N. 144 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1885

Deferimento da reclamação dos negociantes S. Dias & C.<sup>a</sup>, do Maranhão, contra o acto da Inspectoria da Alfandega da mesma Provincia, que lhes prohibiu a entrada na mesma Repartição e suas dependencias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, comunica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, para seu conhecimento e devidos effeitos, que foi deferido o requerimento transmittido com o seu officio n. 38 de 5 de Março proximo passado, em que os negociantes S. Dias & Comp. reclamaram contra o acto da Inspectoria da Alfandega da dita Provincia que prohibiu-lhes a entrada nella e suas dependencias; — porquanto, a prohibição de entrada nas Alfandegas deve ser determinada em casos extraordinarios e graves, conforme já foi declarado pela Ordem n. 485 de 20 de Novembro de 1877, e não podem ser considerados taes os factos de se haver apresentado uma conta de despacho contendo a declaração de — ignora-se o conteúdo do volume a despachar —, e de estarem nelle acondicionadas diversas mercadorias com genero inflammavel (phosphoro); tanto mais quanto os reclamantes allegaram razão procedente para justificar o seu procedimento, e apresentaram segunda nota do despacho com as declarações que era-lhes possivel fazer, e não se verificou occultação de mercadorias para subtrahil-as ao pagamento dos direitos: accrescendo que foram-lhes impostas as multas estabelecidas pelo regulamento em vigor, com relação ás differenças encontradas no processo da conferencia.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 145 — EM 10 DE OUTUBRO DE 1885

Indeferimento de um recurso contra a exigencia de direitos de tanques de ferro batido galvanizado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o requerimento transmittido com o seu officio

n. 202 de 24 de Agosto proximo passado, interposto por Costa, Silveira & C.<sup>a</sup> da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Alfandega da cidade de Santos, que classificou no art. 825 da Tarifa em vigor, para pagarem direitos á razão de 200 réis por kilogramma, na importancia de 849\$600, os tanques de ferro batido galvanizado que submeteram a despacho pela nota n. 291 de 13 de Abril do corrente anno; — porquanto, como bem decidiram aquella Alfandega e a Thesouraria, embora alleguem os recorrentes serem esses tanques destinados para deposito d'agua de uma fabrica de tecidos, não podem gozar da isenção de direitos, por não se acharem comprehendidos no art. 1040, nem no art. 1067 da citada tarifa, e nem no § 29 do art. 4.<sup>o</sup> das respectivas disposições preliminares.

*F. Belisario Soares de Souza.*



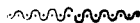
#### N. 146 — EM 12 DE OUTUBRO DE 1885

Indeferimento de um recurso interposto da decisão que obrigou ao pagamento da differença de direitos entre a pauta que vigorava na época do inicio do despacho e a do embarque da mercadoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso transmittido com o seu officio n. 153 de 3 de Agosto proximo passado, interposto por Sears & C.<sup>a</sup> da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Alfandega, que obrigou-os ao pagamento da differença entre os direitos de exportação a que estavam sujeitas, pela pauta semanal que então vigorava, 1.075 caixas contendo borraça, submittidas a despacho pelas notas ns. 728, 1813 e 2366, de 10, 18 e 25 de Abril do corrente anno, e os que, em razão da alteração della, eram devidos na occasião do respectivo embarque, effectuado nos mezes de Maio e Junho seguintes; — visto estar a decisão recorrida de conformidade com o § 7.<sup>o</sup> do art. 585 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de rendas, e não ser admissivel, attentas as decisões constantes das Ordens ns. 353 de 3 de Outubro de 1873 e 34 de 27 de Janeiro de 1874, a intelligencia dada pelos recorrentes ao disposto no art. 11 do Regulamento annexo ao Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, pelo qual foi restabelecida a disposição do § 8.<sup>o</sup> do art. 642 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, e elevado a um mez o prazo nelle fixado.

*F. Belisario Soares de Souza.*





## N. 147 — EM 15 DE OUTUBRO DE 1885

Recommenda o cumprimento da Circular n. 144 de 4 de Junho de 1870 no pedido de notas de pequenos valores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 15 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, quando precisarem de notas de pequenos valores, observem o disposto na Circular n. 144 de 4 de Junho de 1870 e no art. 148 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9370 de 14 de Fevereiro proximo passado.

*F. Belisario Soares de Souza.*



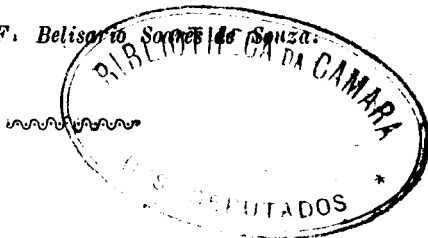
## N. 148 — EM 16 DE OUTUBRO DE 1885

Recommenda a emissão de moedas de nickel.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, para o fim de evitar os inconvenientes que traz a circulação da moeda papel de infimo valor, procurem dar maior desenvolvimento á emissão da moeda de nickel, para o que deverão restringir a daquella especie do valor de 500 réis, reclamando do Thesouro as sommas desta á medida que fôr necessario.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 149 — EM 16 DE OUTUBRO DE 1885

Nega isenção de direitos aos materiais destinados á *Imperial Brazilian Natal & Nova Cruz Railway Company limited*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Rio Grande do Norte que foi indeferido o requerimento, transmittido com o seu officio n. 67 de 26 de Agosto proximo passado em que a *Imperial Brazilian Natal & Nova Cruz Railway Company limited* pedira a concessão do despacho livre de direitos de importação para os materiaes constantes da relação annexa ao dito requerimento, destinados á conservação do leito, linha telegraphica, estações, officinas e trem rodante da estrada de ferro a seu cargo, no exercicio de 1885-1886; — visto não estarem comprehendidos no disposto no § 5º da clausula 3ª a que se refere o Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, em virtude do qual gozam de isenção de direitos somente os materiaes importados para a construcção daquella estrada, e não os que o forem para a sua conservação.

*F. Belisario Soares de Souza.*



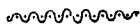
## N. 150 — EM 16 DE OUTUBRO DE 1885

Nega isenção de direitos a materiaes destinados á Santa Casa de Misericordia da Bahia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que foi indeferido o requerimento, transmittido com o seu officio n. 168 do 1º de Setembro proximo passado em que a Santa Casa de Misericordia da capital da mesma Provincia pedira a concessão do despacho livre de direitos para os materiaes constantes da relação annexa ao dito requerimento, mandados vir da Europa para a construcção do hospital de Nazareth; — visto não estarem os materiaes para construcção comprehendidos na isenção concedida pelo art. 4º, § 33, das disposições preliminares da Tarifa em vigor.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 151 — EM 17 DE OUTUBRO DE 1883

Recommenda o cumprimento da Circular de 17 de Setembro de 1878, por ocasião dos pedidos de fornecimento de fundos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1883.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que nos pedidos de fornecimento de fundos observem o que dispõe a Circular n. 619 de 17 de Setembro de 1878, como já lhes foi recommendado pela de 30 de Agosto de 1883, sob n. 202; cumprindo que, além da justificação clara e circunstanciada exigida por aquella circular, remetam a informação prestada pelas respectivas Contadorias, que deverão ser sempre ouvidas sobre a necessidade e o *quantum* do supprimento.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 152 — EM 17 DE OUTUBRO DE 1883

Providencia sobre a liberdade de escravos fugidos que se alistarem no Exercito.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1883.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 8 do corrente mez, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que o dito Ministerio, adoptando a pratica suggerida pelo da Guerra em Aviso de 4 de Maio ultimo, resolveu que os senhores daquelles escravos que, havendo fugido e conseguido alistar-se no Exercito, e sendo reclamados são avaliados e alforriados por conta do fundo de emancipação, apresentem no acto de se lhes pagar o preço ajustado as respectivas cartas de liberdade, as quaes serão promptamente remettidas ao referido Ministerio da Agricultura que as transmittirá ao da Guerra, para

que as averbe e entregue ás praças quando estas obtiverem baixa do serviço; e portanto ordena aos mesmos Srs. Inspectores que providenciem para que seja cumprida a indicada clausula, sempre que, por solicitação do Ministerio da Agricultura, houver de ser pago, por conta do fundo de emancipação, o preço das alforrias assim decretadas.

*F. Belisario Soares de Souza.*



### N. 153 — EM 17 DE OUTUBRO DE 1885

As loterias concedidas pelas Assembléas Provinciaes para augmento do fundo de emancipação estão sujeitas ao imposto de 15 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1885.

Illm. e Exm. Sr.— Communico a V. Ex. que foi indeferido o requerimento em que Carlos G. da Costa Wigg reclamára contra o acto dessa Presidencia mandando suspender a extracção das loterias autorizadas pela Lei Provincial n. 1183 do 1º de Novembro de 1884, de que é concessionario, e proceder a sequestro na quantia de 100:000\$ caucionada em garantia dos premios de taes loterias, sob o fundamento de não estar o reclamante quite para com a Fazenda Nacional, da importancia do imposto de 15 % sobre as loterias, exorbitar da lei o contrato com elle celebrado em 19 de Novembro de 1884, pela coexistencia de varios planos, e oppor-se a escolher um delles, dentro do prazo de oito dias: porquanto não procede a allegação do reclamante, de estarem as loterias de que se trata isentas do dito imposto, e sómente sujeitas ao sello, pelo facto de ter-se obrigado a entrar annualmente com a quantia de 20:000\$ para o fundo de emancipação, porque a isenção do mencionado imposto é peculiar ás loterias geraes concedidas em beneficio do fundo de emancipação, e não ás provinciaes cujo producto total ou parcial se destinar ao mesmo fim.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza.*— Sr. Presidente da Provincia do Pará. (\*)

---

(\*) Neste sentido expediu-se circular ás Thesourarias.

N. 154 — EM 19 DE OUTUBRO DE 1885

Prohibe que se continuem a trocar meias notas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 19 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que não continuem a trocar meias notas, por ser isso contrario ao disposto nos arts. 131 e 164 do Regulamento approved pelo Decreto n. 9370 de 14 de Fevereiro do corrente anno, conforme solicitou o Inspector da Caixa de Amortização em officio de 29 de Setembro ultimo.

*F. Belisario Soares de Souza.*



N. 155 — EM 19 DE OUTUBRO DE 1885

O empregado demittido, que for novamente nomeado, não tem direito a ajuda de custo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 19 de Outubro de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex. que foi indeferido o requerimento transmittido com o seu officio n. 8 de 5 de Agosto proximo passado, em que o Contador da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, Dr. Antonio José de Sant'Anna, pedira a revogação da Ordem n. 11 de 2 de Junho do corrente anno que mandou o supplicante restituir aos cofres nacionaes a quantia de 1455350, proveniente de passagens que, por conta deste Ministerio, lhe foram indevidamente abonadas e a sua familia, quando regressou da commissão extraordinaria em que, na qualidade de Inspector interino da dita Thesouraria, estivera na Alfandega de Corumbá; — visto não proceder a allegação do supplicante, porque, tendo sido elle demittido do logar de Inspector daquella Alfandega, depois nomeado para o logar que actualmente exerce, não tem direito ao abono da ajuda de custo, de conformidade com o art. 7º § 10 da Lei n. 1177 de 9 de Setembro de 1862.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza.* — Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.



## N. 156 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1885

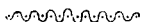
Recommenda a prompta substituição /das notas completamente estragadas pelo uso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o que solicitou o Inspector da Caixa de Amortização em officio de 29 de Setembro ultimo, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que empreguem todos os esforços para que sejam substituidas e remettidas com a maior urgencia á referida Caixa as notas completamente estragadas pelo uso, que circulam nas respectivas Provincias.

Outrosim recommenda-lhes que cumpram e façam cumprir fielmente a Circular de 9 de Maio ultimo.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 157 — EM 21 DE OUTUBRO DE 1885

Só estão isentos do pagamento do imposto de industrias e profissões os officiaes que trabalharem em loja ou officina propria, sem operarios ou aprendizes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 21 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Rio Grande do Norte que não pôde ser approvedo o acto de que deu conta em officio n. 70 de 28 de Agosto proximo passado, decidindo em sessão da Junta e sobre consulta do Collector das rendas geraes do municipio de Macahyba, que o alfaiate que trabalha na sua casa de morada, mas em sala especial, com dous, tres ou mais officiaes, fazendo somente obras do encomenda, sem ter fazendas para vender, estava isento do pagamento do imposto de industrias e profissões ;— porquanto, não é applicavel ao caso o disposto no art. 4º, n. 4, do Regulamento annexo ao Decreto n. 5690 de 15 de Julho de 1874, em que se fundou a citada decisão, pelo qual só são isentos do pagamento desse imposto os que trabalham em loja ou officina propria, sem officiaes ou aprendizes, quer empreguem materiaes seus, quer trabalhem por mão de obra.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 158 — EM 22 DE OUTUBRO DE 1885

Não se passam certidões de documentos que envolvam materia de segredo ou compromettimento alheio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará que foi indeferido o requerimento em que o 1º Tenente reformado da Armada Simplicio Gonçalves de Oliveira, por seu procurador nesta Côrte, pedira não só que se lhe mandasse passar por certidão o teor das peças do inquerito administrativo e mais documentos relativos ás diligencias a que se procedeu, pela Alfandega da mesma Provincia, por occasião da denuncia de tentativa de contrabando e peita, dada contra elle, na qualidade de proprietario e Commandante do vapor nacional *Amazonia* quando este, em Outubro de 1884, seguiu para Iquitos, na Republica do Perú, transportando cargas e mercadorias em transitio, como tambem que fosse permitido aos empregados da dita Alfandega deporem, como testemunhas, no inquerito policial por elle requerido, afim de proceder contra o denunciante; — visto oppôr-se á pretensão do supplicante a doutrina constante do Aviso n. 83 de 10 de Julho de 1838 e da Ordem n. 692 de 8 de Outubro de 1878, em virtude da qual não se pôde dar certidão de papeis que envolvam materia de segredo ou compromettimento alheio, como os assumptos de expediente reservado das Repartições publicas e os documentos que nestas existam e possam comprometter terceiros, diffamando-os ou por qualquer modo attrahindo sobre elles a odiosidade ou o desprezo publico, e o disposto no § 7º art. 136 do Regulamento annexo ao Decreto n. 6272 de 2 de Agosto de 1876, que impõe aos empregados das Alfandegas a obrigação de guardarem inviolavel segredo sobre todos os negocios reservados de que se tratar em taes Repartições de tudo o que constar nellas sobre qualquer assumpto que por sua natureza o exigir, ou sobre quaesquer despachos, decisões ou providencias, emquanto não forem expedidos ou publicados, dentro ou fóra dellas.

E, á vista das citadas decisões, não foi regular o procedimento do Inspector daquella Alfandega mandando passar as duas certidões requeridas pelo supplicante, em 24 e 26 de Dezembro do anno proximo passado, extrahidas de documentos reservados por sua natureza, achando-se até entre elles a Portaria da Inspectoria, de 21 de Outubro do dito anno, que tinha a nota « reservada ».

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 159 — EM 26 DE OUTUBRO DE 1885

Os signatarios de termos de responsabilidade estão apenas sujeitos ao pagamento dos direitos das respectivas mercadorias, no caso de falta de prova da descarga das mesmas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para o fazerem constar aos das Alfandegas, que os signatarios dos termos de responsabilidade, nos despachos de transito, reexportação ou baldeação, estão apenas sujeitos ao pagamento dos direitos de consumo das respectivas mercadorias, no caso de falta de apresentação dos documentos justificativos da descarga ou destino de taes mercadorias, dentro do prazo que lhes houver sido marcado, segundo prescreve o art. 2º das Instrucções de 24 de Maio de 1870 ; não devendo continuar a pratica de serem os mesmos signatarios obrigados ao pagamento dos juros da móra, quer nessa hypothese, quer na de serem posteriormente, por motivos attendiveis, aceitos os mencionados documentos por deliberação do Tribunal do Thesouro ; porquanto semelhante pratica tornou-se insubsistente, desde que as citadas Instrucções, expedidas em virtude de autorização legislativa, e cuja fiel execução recommenda, estabeleceram novo processo para os despachos daquela natureza, creando penalidade diversa da que prescrevera o art. 615 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, que vigorava antes das mesmas instrucções.

*F. Belisario Soares de Souza.*

~~~~~

## N. 160 — EM 27 DE OUTUBRO DE 1885

Sobre o serviço de arrecadação dos bens de defuntos e ausentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que providenciem para que seja feito com toda a solicitude e regularidade, sob as penas da lei, o serviço da arrecadação dos bens de defuntos e ausentes, vagos e de eventos, conforme dispõem os Capitulos 2º e 3º do Regulamento n. 2433 de 15 de Junho de 1859.

*F. Belisario Soares de Souza.*

~~~~~



## N. 161 — EM 27 DE OUTUBRO DE 1885

Provimento de um recurso contra a decisão que negou restituição do sello proporcional pago por um contrato que se rescindiu, antes de ser executado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso transmittido com o seu officio n. 28 de 10 de Junho proximo passado, interposto por Carlos Gabriel Andrade da decisão da dita Thesouraria negando-lhe a restituição da quantia de 400\$000 que pagou de sello proporcional ao contrato por elle celebrado com a Administração Provincial para o serviço da illuminação da capital por luz electrica, e que foi rescindido pela Presidencia, antes de começar a ser executado;— porquanto, estando provada a allegação do recorrente com os documentos que vieram annexos ao recurso, tem elle direito á restituição que reclama, á vista do disposto no art. 54, § 4º, do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883 ; deduzida, porém, a importancia da porcentagem que perceberam os empregados da estacac por onde foi feita a arrecadação do mencionado imposto.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 162 — EM 29 DE OUTUBRO DE 1885

Depois da sahida das mercadorias, são inadmissiveis as reclamações das partes por engano ou erro, relativas a diferenças de quantidade das mesmas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso transmittido com o seu officio n. 130

de 22 de Junho proximo passado, interposto por E. Scheamm & C.<sup>a</sup> da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Alfandega que negou-lhes a restituição da quantia de 614\$250, proveniente de direitos da diferença entre 31.040 kilogrammas de borracha sernamby que submeteram a despacho de exportação pela nota n. 1048 de 19 de Março do corrente anno, e a de 27.140 kilogrammas effectivamente embarcados; visto estar a decisão recorrida de conformidade com o art. 606, 1.<sup>a</sup> parte, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, applicavel aos despachos de exportação pelo de n. 642, em virtude do qual são inadmissiveis as reclamações das partes, por engano ou erro, relativas a diferenças de quantidade das mercadorias, depois que a estas se houver dado sahida.

*F. Belisario Soares de Souza.*



#### N. 163 — EM 30 DE OUTUBRO DE 1885

Nega isenção de direitos a varios objectos destinados á Casa de Caridade do Bom Conselho, em Pernambuco.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex. que foi indeferido o requerimento transmittido com o seu officio n. 46 de 23 de Setembro proximo passado, em que o Prefeito do Hospicio de Nossa Senhora da Penha, dessa capital, Frei Caetano de Messina, pedira a expedição de ordens para serem despachados livres de direitos de importação e expediente os objectos constantes da relação que veio annexa ao dito requerimento, os quaes têm de vir da Europa com destino á Casa de Caridade de Nossa Senhora do Bom Conselho; — visto só gozarem de isenção de direitos de importação, na forma do art. 4.<sup>o</sup>, § 33, das disposições preliminares da Tarifa em vigor os medicamentos, fazendas e mais objectos importados pelas Mesas Administrativas dos estabelecimentos de caridade fundados nas cidades capitães do Imperio, para uso de taes estabelecimentos.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza.* —  
A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



## N. 164 — EM 31 DE OUTUBRO DE 1885

Os vagões, destinados ás estradas de ferro, e os carros para passageiros, pagam direitos de 10 % *ad valorem*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 31 de Outubro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, de accôrdo com a Ordem n. 162 expedida nesta data á de S. Paulo, que os vagões de cargas e carros para passageiros, destinados ás estradas de ferro, estão comprehendidos no art. 875 da Tarifa em vigor, para pagarem direitos na razão de 10 % *ad valorem*: por não terem estabelecido doutrina as Ordens ns. 534 de 22 de Outubro de 1881 e 209 de 14 de Novembro de 1884. (\*)

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 165 — EM 31 DE OUTUBRO DE 1885

Recommenda a imposição de multas por falta de comunicação de obitos, manumissões, mudança de residencia e transferencia de dominio de escravos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 31 de Outubro de 1885.

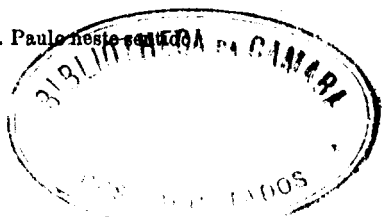
Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, em resposta ao seu officio n. 69 de 9 de Maio proximo passado, que pela falta de comunicação de obitos, manumissões, mudança de residencia e transferencia de dominio de escravos, devem ser impostas as multas estabelecidas no Regulamento annexo ao Decreto n. 7536 de 15 de Novembro de 1879, cabendo ao Ministerio da Fazenda tomar conhecimento e resolver sobre os recursos interpostos relativamente a taes multas.

Quanto á de que trata o Decreto n. 8067 de 13 de Abril de 1881, devem os recursos interpostos das decisões das Thesourarias ser submettidos nas Provincias á deliberação das Presidencias respectivas, como dispõe esse decreto.

*F. Belisario Soares de Souza.*

---

(\*) Ordem á Thesouraria de S. Paulo neste sentido



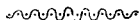
## N. 166 — EM 4 DE NOVEMBRO DE 1885

Sobre o sello a que está sujeita /a nomeação de um individuo para servir de Tabellião por um anno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Novembro de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de 20 de Junho proximo passado, com o qual V. Ex. transmittiu o do Juiz de Direito da comarca de Nova Friburgo submittendo á decisão deste Ministerio a representação do Collector das rendas geraes do municipio de Sant'Anna de Macacú, sobre a falta do pagamento do sello da nomeação de Celestino Ferreira de Lemos para servir por um anno os officios de Tabellião e Escrivão do Cível e mais annexos desse ultimo termo, durante o impedimento do serventuario effectivo : cabe-me declarar a V. Ex., para seu conhecimento e o fazer constar áquelle Juiz, que a nomeação de que se trata está sujeita ao sello de 5 <sup>o</sup> /<sub>100</sub>, estabelecido no § 5<sup>o</sup>, n. 8, da tabella A annexa ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883, sobre a lotação dos emolumentos do dito officio, com excepção da parte do rendimento que o serventuario vitalicio reservar para si.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza*. — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



## N. 167 — EM 5 DE NOVEMBRO DE 1885

Declará que pela posse de uma embarcação, mandada fazer por conta própria, não é devido o imposto de transmissão de propriedade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Em Aviso n. 1191 de 6 do corrente mez sub mette V. Ex. á decisão deste Ministerio a consulta feita pelo Capitão do porto da Provincia da Bahia, si deve ou não considerar 1<sup>a</sup> venda ou acto equivalente para o pagamento ou não do imposto de transmissão de propriedade, de que trata o art. 7<sup>o</sup> do Regulamento para execução da Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873,

art. 11 § 5º, a que se refere o Decreto n. 5585 de 11 de Abril de 1874, o facto de posse de uma embarcação mandada fazer por conta propria por um individuo, em estaleiro particular.

Em resposta á citada consulta cumpre-me declarar a V. Ex. que, no caso em questão, não deve ser pago o referido imposto, por isso que não se dá transferencia de propriedade pela razão de não ter o constructor posse e dominio na construcção.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza*. — A S. Ex. o Sr. Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.



N. 168 — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1885

Declara que a Companhia da estrada de ferro Conde d'Eu não goza de isenção do imposto de transmissão pelos terrenos que adquirir para o seu serviço.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Novembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 46 de 2 de Setembro proximo passado, interposto pela Companhia de estrada de ferro «Conde d'Eu» da decisão da dita Thesouraria negando-lhe a restituição da quantia de 304\$200, proveniente do imposto de transmissão de propriedade que pagou por diversos terrenos particulares desapropriados para a construcção da referida estrada ; — visto não gozar a recorrente da isenção do imposto de que se trata, pelo art. 23 do Regulamento annexo ao Decreto n. 5581 de 31 de Março de 1874, nem pela clausula 4ª, n. 3, das constantes do Decreto n. 6681 de 12 de Setembro de 1877 que concedeu-lhe o direito de desapropriar na forma do de n. 816 de 10 de Julho de 1855, o qual tambem não autoriza a isenção por elle pretendida.

*F. Belisario Soares de Souza*.



## N. 169 — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1885

Provimto de um recurso de revista sobre restituição de direitos de mais cobrados pela Alfandega de Pernambuco por 120 duzias de pares de meias de algodão compridas, não especificadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Novembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 207 de 13 de Agosto proximo passado, interposto por Benet & C.<sup>a</sup> da decisão da dita Thesouraria que não tomou conhecimento, por se achar na alçada da Alfandega, do recurso que interpuzeram do despacho desta ultima Repartição negando-lhes a restituição da importancia dos direitos de mais cobrados por 120 duzias de pares de meias de algodão, compridas, não especificadas, que submeteram a despacho pela nota n. 1375 de 11 de Junho de 1884, como tendo mais de vinte e dous centimetros de comprimento no pé, para pagar a taxa de 1\$200 cada duzia de pares, e que verificou-se na conferencia de sahida terem até vinte e dous centimetros, e por tanto sujeitas á taxa de 600 réis ; resolveu dar-lhe provimento afim de se effectuar integralmente a restituição pedida pelos recorrentes ; por quanto, teve a mercadoria de que se trata uma só conferencia, quando, na fórma do art. 494 da Consolidação das Leis das Alfandegas, devia ter duas.

*E. Belisario Soares de Souza.*



## N. 170 — EM 11 DE NOVEMBRO DE 1885

Recommenda a fiel observancia do disposto nos arts. 131 e 132 do Regulamento n. 9370 de 14 de Fevereiro de 1885, sobre troco de notas dilaceradas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Novembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o que representou a Junta administrativa da Caixa de Amortização em officio de 29 de Ou-

tubro ultimo, relativamente aos abusos praticados pelas Thesourarias de Fazenda no troco das notas dilaceradas, ordena aos respectivos Srs. Inspectores que cumpram rigorosamente o disposto nos arts. 131 e 132 do Regulamento approved pelo Decreto n. 9370 de 14 de Fevereiro do corrente anno.

*F. Belisario Soares de Souza.*



**N. 171 — EM 12 DE NOVEMBRO DE 1885**

Revoga a Circular de 1 de Setembro de 1870 sobre fornecimento de objectos para o expediente das Repartições de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Novembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que podem prover-se dos objectos necessarios para o expediente das Repartições onde lhes parecer melhor, com a condição, porém, de cingirem-se á consignação para isso concedida ás mesmas Thesourarias, sendo responsaveis por qualquer excesso de despeza e pela má qualidade do fornecimento; ficando assim revogada a Circular n. 260 de 1 de Setembro de 1870, que mandava fazer encomenda desses objectos sómente por intermedio do Thesouro.

*F. Belisario Soares de Souza.*

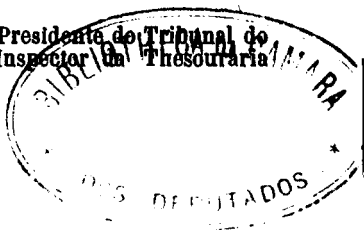


**N. 172 — EM 12 DE NOVEMBRO DE 1885**

Provimento de um recurso sobre sello de mais exigido pela nomeação de um Engenheiro para [lo]gar de vencimento superior ao que exercia.

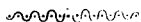
Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Novembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria



de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, para seu conhecimento e devidos effeitos, que o mesmo Tribunal, deferindo o requerimento do Engenheiro Adolpho Dilermando de Aguiar, resolveu mandar restituir-lhe a quantia de 65\$200, proveniente da differença entre a de 125\$700 que pagou de sello, na razão de 8 %, sobre a importancia de 1:565\$, e a de 60\$000 do de 5 % a que está sujeito, de conformidade com o Aviso de 14 de Junho de 1882, sobre a melhoria de 1:200\$ entre o vencimento de 4:800\$ que percebia como empregado da Estrada de Ferro D. Pedro II, e o de 6:000\$ que passou a perceber como Chefe da commissão das obras do prolongamento da estrada de ferro de Pernambuco.

*F. Belisario Soares de Souza.*



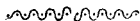
**N. 173 — EM 14 DE NOVEMBRO DE 1885**

O imposto de 15 % sobre loterías deve ser recolhido aos cofres das Thesourarias de Fazenda no dia antecedente ao da extracção das mesmas loterías.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Novembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que deem as necessarias providencias afim de que seja recolhido aos cofres nacionaes, no dia anterior ao da extracção de cada loteria, não só o imposto do sello dos respectivos bilhetes, mas ainda o de 15 % das que não gozarem da isenção d'elle, no numero das quaes figuram as concedidas pelas Assembléas Provinciales em favor do fundo de emancipação; escripturando-se o producto, quer de um quer de outro imposto, pelo modo determinado na Legislação em vigor, isto é, sob o titulo « Renda com applicação especial ».

*F. Belisario Soares de Souza.*





## N. 174 — EM 14 DE NOVEMBRO DE 1885

E' livre ás partes satisfazerem os direitos pelo peso liquido real das mercadorias taxadas a peso liquido legal, salvas quaesquer disposições especiaes da Tarifa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Novembro de 1885.

Communico a V. S., para os devidos effeitos, que é livre ás partes satisfazerem os direitos pelo peso liquido real das mercadorias taxadas a peso liquido legal, todas as vezes que isso lhes for conveniente, salvas quaesquer disposições especiaes da Tarifa, devendo-se desta maneira executar o art. 28 das disposições preliminares da Tarifa promulgada pelo Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, conforme V. S. propoz em officio n. 430 de 31 de Agosto ultimo.

Deus Guarde a V. S. — *F. Belisario Soares de Souza*. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.



## N. 175 — EM 14 DE NOVEMBRO DE 1885

A importancia dos impostos cuja isenção foi concedida em beneficio de casas de caridade e estabelecimentos pios, deve reverter em proveito desses estabelecimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Novembro de 1885.

Illm. e Exm. Sr. — Não procedendo a intelligencia que si tem dado em algumas Provincias á Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879, na parte em que ampliou o favor outorgado pela de n. 2640 de 22 de Setembro de 1875, declaro a V. Ex. que a importancia dos impostos cuja isenção foi concedida por aquella lei, em beneficio das casas de caridade, estabelecimentos pios e de instrucção primaria, deve reverter integralmente em proveito de taes estabelecimentos, e não pôde ser applicada aos premios das loterias provinciaes, cujos planos convem regularisar neste ponto de accordo com a lei.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza*. — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

Identicos ás Presidencias das Provincias do Maranhão, Piahy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe e Espirito Santo.



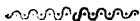
## N. 176 — EM 16 DE NOVEMBRO DE 1885

Indeferimento de um recurso sobre multa imposta ao Commandante do vapor inglez *Portuense* por falta de apresentação do manifesto de carga recebida em porto de escala.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 235 de 14 de Setembro proximo passado, interposto por Johnston Pater & C.<sup>a</sup> da decisão da dita Thesouraria, confirmando a da Alfandega do Recife, que impôz ao Commandante do vapor inglez *Portuense* a multa de 450,000, na forma do art. 398 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, pela falta do manifesto de 100 barris com banha de porco recebidos no porto de Baltimore; — visto estar a decisão recorrida de accordo com a Ordem n. 177 de 21 de Maio do corrente anno, e não poder aproveitar aos recorrentes o disposto no art. 371, paragrapho unico, da Consolidação das Leis das Alfandegas, o qual reproduz o art. 4.<sup>o</sup> do Decreto n. 4955 de 4 de Maio de 1872, porque a excepção nelle estabelecida limita-se aos casos de pequena demora dos paquetes de linhas regulares nos portos intermediarios de Lisboa, Madeira, S. Vicente ou quaesquer outros portos estrangeiros em que tenham recebido apenas alguns volumes e encomendas.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 177 — EM 17 DE NOVEMBRO DE 1885

O sello das certidões deve ser inutilisado pelo Tabellião, Escrivão ou funcionario que primeiro subscrever.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 17 de Novembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e o fazer constar ao Juizo da Provedoria da capital, em resposta á consulta por elle feita no officio que veio annexo ao dessa Presidencia, de 12 de Outubro proximo passado, que o sello dos requerimentos em que se pedirem certidões deve ser inutilisado

de accôrdo com o disposto no art. 17, § 1º, n. 15 do Regulamento annexo ao Decreto n. 8476 de 19 de Maio de 1883 e na Circular n. 21 de 13 de Junho do corrente anno ; sendo, porém, na forma do n. 12 do artigo e paragrapho citados, o sello das certidões inutilisado pelo Tabellião, Escrivão ou funcionario que primeiro as subscrever.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza*.—  
A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



N. 178 — EM 19 DE NOVEMBRO DE 1885

Não ha incompatibilidade ~~po~~ exercicio cumulativo dos logares de  
Professor do Lyceu e Procurador Fiscal de Thesouraria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 19 de  
Novembro de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n. 3 de 14 de Outubro proximo findo, que, conforme já foi decidido por despacho deste Ministerio, não ha incompatibilidade no exercicio cumulativo dos logares de Professor do Lyceu e Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda, que serve o Bacharel Augusto Carlos de Mello L'Eraistre ; não só porque é elle obrigado a comparecer á Thesouraria sómente nos dias de sessão da Junta de Fazenda e nos em que lhe fôr possível, nos termos do art. 44 do Decreto n. 870 de 22 de Novembro de 1851, como tambem porque exerce as funcções de Professor do dito Lyceu das 8 ás 9 1/2 horas da manhã.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza*.—  
A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.



N. 179 — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1885

Não dependem de approvação do Thesouro as licenças concedidas pelas Thesourarias a particulares para a venda de estampilhas do sello adhesivo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 20 de  
Novembro de 1885.

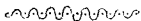
Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de



Fazenda da Provincia do Espirito Santo, em resposta ao seu officio n. 54 de 22 de Outubro proximo passado, que, á vista do disposto no art. 21 do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883, não depende de approvação do Thesouro a concessão da licença a particulares para a venda de estampilhas do sello adhesivo.

Quanto, porém, á commissão de 5 % marcada pela Thesouraria a Guilherme Frederico de Almeida, pela venda de que se trata, deve ser reduzida a 2 %, na fórma do disposto no art. 58 do citado regulamento e na Circular de 14 de Agosto daquelle anno.

*F. Belisario Soares de Souza.*



N. 180 — EM 21 DE NOVEMBRO DE 1885

Deferimento de um recurso sobre restituição de sello cobrado sobre a melhoria de vencimentos provenientes de uma substituição.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 21 de Novembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 38 de 31 de Agosto proximo passado, interposto pelo Chefe de Secção da Secretaria do Governo da dita Provincia, Augusto Marciano da Costa Lima, da decisão que lhe negou restituição da importancia do sello de 5 %, descontada dos vencimentos que percebeu no periodo de 27 de Novembro de 1883 a 20 de Janeiro de 1884 e de 9 de Março a 24 de Abril do corrente anno, em que substituiu o Secretario do Governo, resolveu mandar restituir a referida importancia ; porquanto, determinando o Regulamento provincial n. 82 de 27 de Maio de 1878 que o Secretario seja substituido pelo Chefe de Secção que for designado, tem inteira applicação ao caso de que se trata a disposição do § 6º do art. 12 do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 181 — EM 24 DE NOVEMBRO DE 1885

Declara extensiva a todas as Estações fiscaes a disposição do art. 33 do Decreto n.º 24 de Março de 1883.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, que fica extensiva a todas as Estações fiscaes a disposição do art. 33 do Decreto n.º 24 de Março de 1883, relativa á substituição dos Administradores e Escrivães das Mesas de rendas.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 182 — EM 26 DE NOVEMBRO DE 1885

Uma vez expedida a portaria de licença, é devido o respectivo sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolve ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco a inclusa portaria, que veio annexa ao requerimento, transmittido com o seu officio n.º 271 de 20 de Outubro proximo passado, concedendo tres mezes de licença ao 3º Escriptuario da Alfandega Julio Sylvio de Miranda, para tratar de sua saude ; visto não ser attendivel a razão por elle apresentada de não ter mais necessidade della, por já estar restabelecido quando foi recebida.

Cumpre, portanto, que seja exigido o sello a que está sujeita a mesma licença, a qual será considerada como prorrogação da que lhe fôra anteriormente concedida pela Presidencia ; ficando assim justificadas as faltas de comparecimento dadas pelo dito empregado depois de findo o prazo desta ultima licença.

*F. Belisario Soares de Souza.*

F.— Decisões de 1885. 24



## N. 183 — EM 26 DE NOVEMBRO DE 1885

Provimento de um recurso da *Compagnie Générale de Chemins de fer Brésiliens* sobre isenção de direitos de materiaes para a mesma.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 83 de 10 de Agosto proximo passado, interposto pelo representante da *Compagnie Générale des Chemins de fer Brésiliens*, da decisão da dita Thesouraria que confirmou a da Alfandega de Paranaguá, negando-lhe a restituição da quantia de 22:119\$183 que pagou, em 8 de Setembro de 1882, 21 e 30 de Maio de 1883, de direitos de diversos materiaes importados para a estrada de ferro a seu cargo ; — resolveu dar-lhe provimento, afim de ser restituída á recorrente a importancia dos direitos dos referidos materiaes ; visto gozarem de despacho livre, em virtude do disposto nos Decretos n. 5912 do 1º de Maio de 1875 e n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, e terem sido despachados antes de recebidas as ordens do Thesouro a esse respeito, pela urgencia que havia delles: ficando, porém, sujeitos ao pagamento dos direitos de expediente de 5 %, na fórma do art. 576 da Consolidação das Leis das Alfandegas, os objectos que não estiverem comprehendidos nas excepções a que se refere o art. 575 da citada consolidação.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 184 — EM 27 DE NOVEMBRO DE 1885.

Equipara á de mercador de chapéos, para pagamento do respectivo imposto, a industria de vender artigos para a fabricação dos mesmos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Novembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effeitos, que a nova industria de vender artigos para fabricação de chapéos, a qual não se acha

incluida nas tabellas annexas ao Decreto n. 6980 de 20 de Julho de 1878, foi equiparada á industria de mercador de chapéos, para pagar a taxa fixa de 37\$000 da tabella A, 3ª classe, e a proporcional de 10 % do valor locativo da tabella D, 2ª classe.

*F. Belisario Soares de Souza.*



**N. 185 — EM 30 DE NOVEMBRO DE 1885**

Sobre a lotação de um officio exercido por Francisco Xavier de Oliveira Camara, durante a vida do serventuario vitalicio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 107 de 21 de Agosto proximo passado, interposto por Francisco Xavier de Oliveira Camara Junior da decisão da dita Thesouraria que sujeitou-o ao pagamento do imposto de 2 % sobre o seu vencimento de Tabellião do publico, judicial e notas da capital, que exerce durante a vida do serventuario vitalicio; porquanto, embora estejam lotados em 1:200\$ annualmente os emolumentos desse officio, o recorrente só percebe 800\$, correspondente a dous terços dessa importancia, por pertencer o outro terço ao serventuario vitalicio; e, na forma do art. 3º do Regulamento annexo ao Decreto n. 7545 de 22 de Novembro de 1879, o imposto de que se trata recabe sobre os vencimentos de 1:000\$ para cima.

*F. Belisario Soares de Souza.*



**N. 186 — EM 7 DE DEZEMBRO DE 1885**

Indefere um recurso concernente á averbação de um terreno de marinha em nome da Santa Casa de Misericordia da Provincia do Espirito Santo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 7 de Dezembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria



de Fazenda da Provincia do Espirito Santo que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 40 de 9 de Junho de 1884, interposto pela Santa Casa de Misericordia da capital da dita Provincia da decisão que negou-lhe a averbação em seu nome de um terreno de marinha, sito na rua do Commercio, que lhe legou em 1880 o fallecido Padre Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte ; visto estar o acto da Thesouraria de conformidade com a Lei n. 1225 de 20 de Agosto de 1864 e Regulamento annexo ao Decreto n. 4453 de 12 de Janeiro de 1870, que vedam ás corporações de mão-morta possuir bens de raiz, por mais de seis mezes, sem licença do Governo ou do Poder Legislativo, e determinam que taes bens sejam permutados por apolices da divida publica fundada, as quaes serão inalienaveis ;— e não poder aproveitar á recorrente a Lei Provincial n. 17 de 9 de Novembro de 1838, em que basêa a sua pretensão, porque, além de emanada de Poder incompetente para legislar sobre a especie, é anterior á de n. 1225, supracitada.

*F. Belisario Soares de Souza.*



#### N. 187 — EM 11 DE DEZEMBRO DE 1885

Não cabe á Alfandega em que a mercadoria é despachada para o exterior sem declaração do destino, e em transitio para outro porto do Imperio, arrecadar os direitos devidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 1 de Dezembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 156 de 8 de Agosto proximo passado, interposto por Moreira Albrecht & C.<sup>a</sup> da decisão da dita Thesouraria confirmando a d<sup>a</sup> Alfandega que negou-lhes a restituição da quantia de 1:273,5250 proveniente de direitos que pagaram por 3.500 saccos com assucar mascavado, despachados na Alfandega de Aracajú, em 4 de Maio do corrente anno, no vapor nacional *Sergipe*, em transitio pela Pahlia, afim de serem baldeados para o patacho hollandez *Zedjak* com destino ao Canal ; resolveu dar-lhe provimento afim de ser effectuada a restituição pela Alfandega de Aracajú ; porquanto, á



vista das decisões constantes das Ordens ns. 166 e 361, de 6 de Maio e 12 de Outubro de 1874, e n. 402 de 5 de Outubro de 1877 3º considerando, não cabia-lhe arrecadar os direitos da mercadoria de que se trata, desde que da nota do despacho não constava o porto certo e determinado a que era destinada.

*F. Belisario Soares de Souza.*



**N. 188 — EM 12 DE DEZEMBRO DE 1885**

Dá provimento a um recurso de decisão que negou á parte o despacho de tres barricas contendo obras de ferro, por estar terminado o prazo para a venda dellas/em leilão mercantil e vencido o tempo da respectiva estadia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso transmittido com o seu officio n. 71 de 16 de Maio proximo passado, interposto por Domingos Belchior & C.ª da decisão da dita Thesouraria, confirmando a da Alfandega que negou-lhes o despacho de tres barricas contendo obras de ferro fundido estanhado, pelo facto de já estar terminado o prazo de 30 dias marcado no edital para a venda dellas, em leilão mercantil, por se achar vencido o tempo da respectiva estadia.

Considerando que, desde que não se havia realizado a arrematação dos volumes de que se trata, por não se ter verificado o recebimento do preço da arrematação, e a entrega delles, não podia ser negado aos recorrentes, seus legitimos donos, o despacho que requereram mediante o pagamento dos direitos devidos e das despezas relativas á arrematação ;

Considerando que não deu-se a hypothese prevista no art. 309 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 ( art. 291 da Consolidação das Leis das Alfandegas ), de conluio por parte dos recorrentes para obterem por baixo preço as mercadorias contidas nos ditos volumes ;

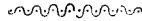
Considerando que não procede o argumento, de prejuizo para a Fazenda Nacional, em que se estribou a decisão da Alfandega, attento os arts. 286 e 287 da citada consolidação :

Resolveu o referido Tribunal, dando provimento ao recurso, vista do disposto no art. 295 da mesma consolidação, mandar



proceder á liquidação do que fôr devido aos recorrentes, afim de serem indemnizados, de conformidade com o art. 141 do Decreto n. 6272 de 2 de Agosto de 1876, por quem de direito fôr, depois de satisfeitos os direitos e as despesas a que são obrigados ; e outrossim recomendar áquella Alfandega, em casos identicos, o fiel cumprimento dos arts. 303 e 306 do supracitado Regulamento de 19 de Setembro de 1860 ( art. 284 da citada consolidação).

*F. Belisario Soares de Souza.*



#### N. 189 — EM 15 DE DEZEMBRO DE 1885

Recommenda o disposto no art. 28 do Regulamento n. 5690 de 15 de Julho de 1874, nos casos de recurso sobre arbitramento do valor locativo de predios, para o lançamento do imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 15 de Dezembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que façam observar, sempre que fôr possível, o disposto no art. 28 do Regulamento n. 5690 de 15 de Julho de 1874, nos casos de recurso interposto de decisão sobre arbitramento do valor locativo de predios, para o lançamento do imposto de industrias e profissões.

*F. Belisario Soares de Souza.*



#### N. 190 — EM 18 DE DEZEMBRO DE 1885

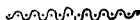
Revoga a Ordem n. 52 de 22 de Novembro de 1885, que mandou cessar a permissão concedida aos navios do commercio de carregarem no porto de Garapes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 18 de Dezembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de

Fazenda da Provincia do Rio Grande do Norte que, á vista das informações constantes do seu officio n. 103 de 14 de Novembro proximo passado, e cópias a elle annexas, fica revogada a Ordem n. 52 de 22 do mez anterior, que mandou cessar a permissão concedida aos navios do commercio, em virtude da Ordem n. 35 de 22 de Janeiro de 1866, para receberem carga no porto de Garapes; e deferido assim o requerimento, transmittido com o seu officio n. 108 de 19 do primeiro dos citados mezes, em que Fabricio & C.ª pediram a revogação daquella ordem.

*F. Belisario Soares de Souza.*



**N. 191 — EM 22 DE DEZEMBRO DE 1885**

Como devem as Thesourarias de Fazenda escripturar o producto da taxa de 1 % calculada sobre os saldos dos depositos das Caixas Economicas.

**Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 22 de Dezembro de 1885.**

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, que o producto da taxa de 1 % calculada sobre os saldos dos depositos das Caixas Economicas, e que tem sido concedido para occorrer ás despesas de custeio dos mesmos estabelecimentos, deverá ser escripturado, no fim de cada semestre, na conta de « Depositos de diversas origens », para ser entregue, quando reclamado pelo respectivo Monte de Soccorro; capitalisando-se tão sómente a quota correspondente aos juros que, pelas mesmas Caixas Economicas, são abonados aos depositantes, na fórmula do art. 22 combinado com os arts. 1 e 16 do Regulamento de 18 de Abril de 1874.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 192 — EM 23 DE DEZEMBRO DE 1885

Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio da Regeneração, Provincia do Piahy.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Dezembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Piahy, em resposta ao seu officio n. 59 de 9 de Novembro proximo passado, que fica approvado o acto dessa Inspectoria em Junta, creando uma Collectoria de rendas geraes no municipio da Regeneração, arbitrando a percentagem de 30% para pagamento do respectivo pessoal, sendo 18% para o Collector e 12% para o Escrivão; cumprindo, todavia, ponderar-lhe que não é conveniente a criação de Collectorias em logares de pequena população e escassa renda, por não haver nisso vantagem para o serviço publico, e nem mesmo offerecerem equitativa remuneração aos respectivos serventuarios.

F. Belisario Soares de Souza.



## N. 193 — EM 26 DE DEZEMBRO DE 1885

Provimento de um recurso sobre exigencia do imposto de transmissão de propriedade *causa mortis*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Dezembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso, transmittido com o seu officio n. 269 de 11 de Dezembro de 1884, interposto por Jovino Bandeira da decisão da dita Thesouraria confirmando o acto da Collectoria das rendas geraes do municipio de Iguarassú, que exigiu-lhe o pagamento do imposto de transmissão de propriedade *causa mortis* na importancia de 1:800\$, do engenho « Inhaman », do qual o recorrente é hoje condomino; sob o fundamento de ter sido adjudicado a D. Brites Sebastiana de Moraes, na qualidade

de inventariante dos bens de seu finado marido Manoel Pereira de Moraes, com a obrigação de pagar os legados, na importância de 30:000\$, que o mesmo finado deixara em testamento.

Considerando que, segundo consta do processo, essa adjudicação não se effectuou, posto que houvesse sido autorizada pelo Juizo competente, em razão da acção de nullidade opposta ao testamento, e do fallecimento do inventariante, a 7 de Dezembro de 1861: deixando-se assim de realizar a transferencia, condição essencial para a cobrança do imposto de que se trata;

Considerando que, ainda quando assim não fosse, e por qualquer razão se tivesse deixado de arrecadar o imposto, deveria ser exigida a sua importancia aos co-herdeiros que, na forma do § 2º do art. 27 da Lei n. 1227 de 24 de Setembro de 1864, respondem solidariamente por elle; e não o recorrente, que não é, nem representa algum desses co-herdeiros, e que por occasião de ser-lhe transferido o dominio da parte que hoje possui no dito engenho, satisfaz o imposto a que estava sujeito:

Resolveu dar-lhe provimento afim de ficar nulla a decisão recorrida, restituindo-se ao recorrente o que indevidamente lhe foi cobrado.

*F. Belisario Soares de Souza.*



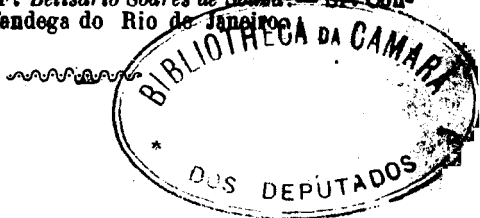
#### N. 194 — EM 30 DE DEZEMBRO DE 1885

Provimento de um recurso sobre classificação de nozes de galha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 30 de Dezembro de 1885.

Communico a V., S. para os devidos effeitos, que tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso que Richard Riechers & C.<sup>a</sup> interpuzeram da decisão dessa Inspectoria mandando classificar no art. 118 da Tarifa como « bagas não especificadas » as nozes de galha vindas de Hamburgo no vapor allemão *Valparaiso*, e submittidas a despacho pela nota n. 2596, de 7 de Outubro ultimo como « massa » ou extractos para tinturarias; o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, e mandar despachar a mercadoria de que se trata como classificada no art. 166 da Tarifa, para pagar a taxa de 150 réis por kilogramma.

— Deus Guarde a V. S. — *F. Belisario Soares de Souza*. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro



## N. 193 — EM 31 DE DEZEMBRO DE 1885

Não estão sujeitas á contribuição de caridade as pequenas embarcações que se empregam exclusivamente no abastecimento diario de generos de primeira necessidade aos mercados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 226 de 3 de Setembro proximo passado, interposto por Cosme Damião dos Santos e outros, representados por seu advogado, proprietarios de pequenas barcaças ou canoas empregadas no serviço de cabotagem entre os portos de Itamaracá, Maria Farinha, Pilar, Itapissuma, Jaguaripe e Conceição, e porto da capital da Provincia, da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Alfandega, que obrigou-os a pagar a contribuição para as casas de caridade, a que se refere o art. 698 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860; — visto não estarem taes embarcações sujeitas á contribuição de que se trata, uma vez que se empreguem exclusivamente no abastecimento diario de generos de primeira necessidade ao mercado da capital.

*F. Belisario Soares de Souza.*

